

CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS

RUA DE JÚLIO DE ANDRADE, 6 — LISBOA

BOLETIM
DE
FILOLOGIA

TOMO VIII — FASCÍCULO 1



JORGE FERNANDES, L.DA — RUA DA CRUZ DOS POAIS, 103

1945

Sumário:

Artigos	Págs.
R. DE SÁ NOGUEIRA, <i>Crítica Etimológica</i>	1-56
MYRON MALKIEL-JERMOUNSKY, <i>La Langue et la Pensée</i>	57-65
MARIA CONSTANÇA MÓRIAS DE FREITAS, <i>Palavras e Expressões sobre Vestuário no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende</i> (continua).	67-88
 Recensões críticas	
RUFINO J. CUBERO, <i>Obras Inéditas (R. Sá Nogueira)</i>	89
DUARTE NUNES DE LEÃO, <i>Origem da Língua Portuguesa (J. I. Louro)</i>	90-91

Aos Ex.^{mos} Colaboradores

Por representar grande vantagem para a publicação do *Boletim de Filologia*, pede-se o favor de mandarem os originais escritos de maneira muito legível ou, sendo possível, dactilografados.

A redacção não se obriga a enviar provas tipográficas desde que os autores dos artigos não residam em Portugal — ou quando a organização do fascículo assim o exija.

Agradece-se que os *originais venham em redacção definitiva* para que as provas não apresentem emendas da exclusiva responsabilidade dos autores, que só servem para complicar, encarecer e demorar a publicação do *Boletim*.

Assinatura (4 fasc.)

Portugal e Espanha	60\$00
Colónias e Estrangeiro	70\$00
Fascículo avulso	15\$00

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS

RUA DE JÚLIO DE ANDRADE, 6 — LISBOA (PORTUGAL)

PEDIDOS À LIVRARIA BERNARDO

RUA DA CRUZ DOS POIAIS, 94 A

CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS
RUA DE JÚLIO DE ANDRADE, 6—LISBOA

BOLETIM
DE
FILOLOGIA

TOMO VIII



JORGE FERNANDES, L^{DA} — RUA DA CRUZ DOS POIAIS, 103

1945

Índice do Tomo VIII

Artigos :

BLANCO (MANUEL GARCIA), <i>Esp. «Responder»</i>	153-155
LOURO (JOSÉ INÊS), <i>Notas Etimológicas (Lés; Invés, Revés, Través)</i>	145-153
MAIKIEL-JIRMOUNSKY (MYRON), <i>La Langue et la Pensée</i>	57-65
MEIER (HARRI), <i>Sintaxe gramatical — Sintaxe funcional — Estilística</i>	121-144
— <i>O Problema do acusativo preposicional no catalão</i>	287-260
MÉRIAS DE FREITAS (MARIA CONSTANÇA), <i>Palavras e Expressões sobre Vestuário no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende</i> 67-88 e	93-120
PIEL (JOSEPH M.), <i>As Águas na toponímia galego-portuguesa</i>	305-342
SÁ NOGUEIRA (RODRIGO DE), <i>Crítica etimológica</i> 1-56, 185-236 e	357-364
SARAIVA (MARIA ISABEL), <i>A Adjectivação nas «Prosas Bárbaras» de Eça de Queirós</i>	281-303

Miscelânea:

LOURO (JOSÉ INÊS), <i>Etimologia de «Cipreste»</i>	273-280
— <i>Atavão, Alabão; Malata, Melata; Testigo</i>	348-356
MALER (BERTIL), <i>Duas notas marginais à «Consolação» de Samuel Usque</i>	261-266
SÁ NOGUEIRA (RODRIGO DE), <i>Crítica etimológica III (O metáforismo e os nomes do «porco»)</i>	357-364
TOVAR (ANTÓNIO), <i>Cruce vasco-arábico en esp. «de bruce», port. «de brucos»</i>	267-272

Recensões Críticas:

CUERVO (RUFINO J.), <i>Obras Inéditas</i> (R. Sá Nogueira)	89
FRIEDERICI (GEORG), <i>Amerikanistisches Wörterbuch</i> (H. Meier)	367-368
KANT (CHARLES E.), <i>American-Spanish Syntax</i> (Harri Meier)	368-370
MAGNE (AUGUSTO), <i>A demanda do Santo Graal</i> (R. Sá Nogueira)	157-159
MALMBERG (BERTIL), <i>Système et Méthode</i> (H. Meier)	365-366
NUNES DE LEÃO (DUARTE), <i>Origem da Língua Portuguesa</i> (J. I. Louro)	90-92
PIEL (JOSEPH), <i>Etimologias Portuguesas</i> (H. Meier)	170-171
<i>Revista de Filología Hispánica</i> (H. M.)	165-169

<i>Sache, Ort und Wort</i> — Jacob Jud (H. M.)	161-165
STEN (HOLGER), <i>Les particularités de la langue portugaise</i> (H. M.)	171-176
<i>Zeitschrift für romanische Philologie, Suplementheft: Bibliographie</i> (H. M.)	159-160
 In memoriam:	
GUIDI (MICHELANGELO), por Giacinto Manuppella	177-184

Boletim de Filologia

publicado pelo

Centro de Estudos Filológicos

Tômo VIII

1945

Fascículo 1

Crítica etimológica

Aos meus antigos alunos da Faculdade de Letras de Lisboa
— Não me olvidastes, e isso sensibilizou-me. Eu também não vos olvidei, e a prova tende-la aqui.

Que poderia eu fazer para vos testemunhar a minha estima e a minha gratidão? Quem muito não tem, muito não pode dar. Eu, só disto tenho. É pouco e pouco vale? Não olheis para a quantidade, nem para a qualidade do que vos ofereço, mas para as intenções com que vo-lo ofereço.

Este estudo é-vos dedicado, e, para avivar mais a memória de que fostes meus alunos, neste momento vou falar-vos supondo que estais sentados diante de mim como alunos, e eu, como professor, sentado diante de vós. Isto explica a forma didáctica da minha exposição e explica certas minúcias, que, para os eruditos na matéria filológica, seriam superfluas.

Recebei isto, pois, como a minha última lição.

I — Generalidades sôbre o problema etimológico

1 — A tarefa do etimologista. — É sabido que a parte etimológica das linguas românicas necessita de uma muito cuidada revisão: há nela lacunas, e há nela opiniões controversas e até controvertíveis.

No que se refere particularmente às principais linguas românicas da Península Ibérica, isto é, ao Português, ao Castelhana e ao Catalão, muito há que descobrir, e muito que rectificar. As causas dêste atraso são, de entre outras, que melhor é não citar, estas:

a) — a falta de *Dicionários Arcaicos* dessas linguas, que nos permitam fundamentar muitas hipóteses sôbre evoluções de palavras, quer no aspecto fonético, quer no mórfico, quer no semântico;

b) — a falta de *Dicionários Dialectais* dessas mesmas línguas, que nos permitam estabelecer comparações elucidativas das hipóteses sugeridas.

No dia em que tivermos à mão tais trabalhos, a tarefa do etimologista será consideravelmente simplificada, embora não fique isenta de dificuldades: a determinação do étimo de uma palavra tem de se basear em razões científicas aceitáveis, e tais razões não as pode encontrar quem não tenha a preparação filológica indispensável; nem quem, embora tenha essa preparação, não as procure com paciência, método e probidade; nem quem, embora as procure com essa preparação, essa paciência, esse método e essa probidade, não tenha onde as procurar.

Nas suas pesquisas, o etimologista não pode proceder de qualquer modo: há *normas*, a que deve obedecer; há *precauções*, que deve tomar; há *factos científicos*, que não deve olvidar; e há *critérios*, que lhe convém criticar.

Explanemos cada um destes pontos.

2 — Normas a que o etimologista deve obedecer. — Ao propor-se tratar da etimologia de uma palavra, o etimologista deve obedecer, pelo menos, às seguintes normas:

- a) — indicar um *étimo* (Cf. § 6);
- b) — verificar se é ou não aceitável a *origem do étimo* indicado (Cf. § 7);
- c) — aplicar o *método comparativo* (Cf. § 8);
- d) — justificar a possibilidade da evolução fonética e semântica do étimo indicado até chegar à forma que estuda, baseando-se nas regras da *Fonética Histórica* e nos princípios da *Fonética Etiológica* (Cf. a minha *Tentativa*), sem olvidar as *precauções*, os *factos científicos* e os *critérios*, a que me refiro nos §§ 3, 4 e 5.

3 — Precauções que o etimologista deve tomar. — Nas suas pesquisas, o etimologista deve tomar, de entre outras, as seguintes precauções:

- a) — não se deixe levar pelo *patriotismo* (Cf. § 9);
- b) — não se fie incondicionalmente na *ortografia* (Cf. § 10);
- c) — não se fie incondicionalmente nos *gramáticos antigos* (Cf. § 11);
- d) — não se fie incondicionalmente no que se diz de *pronúncias antigas* (Cf. § 12);
- e) — não abuse dos étimos do *baixo latim* (Cf. § 13);

f) — não faça afirmações categóricas (Cf. § 14);

g) — consulte com espírito crítico os tratados etimológicos (Cf. § 15).

4 — Factos científicos que não deve olvidar. — Nas suas pesquisas, o etimologista não deve olvidar certos factos científicos, como os seguintes:

a) — *étimos directos e étimos indirectos* (Cf. § 16);

b) — *explicação dos fenómenos* (Cf. § 17);

c) — *analogia* (Cf. § 18);

d) — *fenómenos reais e fenómenos aparentes* (Cf. § 19).

5 — Critérios que ao etimologista convém criticar. — A meu ver, o etimologista não deve aceitar sem os submeter a uma rigorosa crítica certos critérios, como os seguintes:

a) — critério sobre *fenómenos condicionados e fenómenos espontâneos* (Cf. § 20);

b) — critério sobre *fenómenos excepcionais* (Cf. § 21);

c) — critério sobre *fenómenos opostos* (Cf. § 22);

d) — critério sobre *assimilações a distância* (Cf. § 23).

6 — Um étimo. — Quando o etimologista se propõe estudar a etimologia de uma palavra, pode encontrar-se em uma das seguintes situações:

a) — *há uma forma proposta para étimo.* Neste caso ele não deve deixar de verificar se esse étimo é ou não aceitável fonética e semanticamente e se é ou não aceitável a sua origem (Cf. § 7);

b) — *há várias formas propostas para étimo.* Neste caso ele não deve deixar de examinar cada uma dessas formas e verificar se alguma delas é ou não aceitável como no caso anterior;

c) — *não há nenhuma forma proposta para étimo.* Neste caso compete-lhe sugerir uma hipótese, um étimo, e justificar a sua aceitabilidade.

Se, por ex., Cândido de Figueiredo, ao pretender atribuir à nossa palavra *chamiço* o étimo castelhano *chamizo*, tivesse tido o cuidado de verificar antes o étimo da forma castelhana, certamente não teria caído no grave erro em que calu (Cf. § 36); se tivesse tido o cuidado de, pela comparação das formas *chamiço* e *chamizo* com *chama* e *llama*, verificar a aplicação das regras da evolução fonética das duas línguas, certamente teria chegado a conclusão diametralmente oposta à que chegou, isto é, de que o port. *chamiço* é que é o étimo do cast. *chamizo*.

Os erros apontados nos §§ 32-48, cometidos pelo *Dicionário* da Academia Espanhola, têm a mesma explicação: os AA. da parte etimológica desse *Dicionário* não tiveram o cuidado de verificar se os étimos propostos eram ou não aceitáveis.

7 — **Origem do étimo.** — Ao examinar o étimo de uma palavra, proposto por si ou por outrem, o etimologista deve começar por verificar se essa forma-étimo proposta pertence à língua de um povo com que temos ou tivemos relações sociais; pelo menos em princípio, para que determinada palavra possa ter possibilidades de ser o étimo de outra, é necessário que as duas pertençam a línguas de povos que têm ou tiveram relações sociais.

A *priori* devemos duvidar de que, por ex., certa palavra portuguesa tem por étimo uma palavra norueguesa, sueca ou russa, visto que nunca tivemos relações sociais com os povos que falam essas línguas, de tal modo que fôsse possível a transmissão *directa* (Cf. § 16) de palavras da língua de qualquer deles para o português. Alguma que apareça, de entrada devemos supor que a sua introdução na nossa língua se não fez *directamente*, mas por via de outra, isto é, *indirectamente*.

Mas, dirá o leitor, nós nunca tivemos relações sociais com os gregos, e, contudo, os etimologistas citam milhares de palavras portuguesas de origem grega.

Tem e não tem razão. Estamos em presença de um caso especial, que requiere ser esclarecido. Vejamos:

a) — nós nunca tivemos relações sociais com os gregos, mas temos tido relações com a língua e com a cultura gregas:

b) — a admiração que nos inspira essa cultura tem-nos levado a fazer o que já faziam os romanos, que é utilizar a língua grega como fonte de formação de neologismos, particularmente no campo da terminologia científica, tal como fazem os demais povos modernos civilizados:

c) — em boa verdade, atendo-nos à doutrina do § 16, dos *étimos directos*, não devíamos atribuir origem grega a muitas palavras científicas portuguesas, como *oftalmologia*, *otorrinolaringologia*, etc., visto que, se não estou em erro, não foi nenhum português que criou essas palavras com elementos gregos: muito provavelmente tais palavras são a adaptação de formas de outras línguas modernas, como o francês, o alemão, o inglês.

Como seria muito difícil determinar o povo que primeiro criou esta ou aquela palavra com elementos gregos, ou que adaptou esta

ou aquella palavra grega, tácitamente todos estão de acôrdo em dizer que tais palavras são de origem grega.

8 — Método comparativo. — Ao investigar o étimo de uma palavra, o etimologista não deve deixar de aplicar o *método comparativo*, não só no tempo, como no espaço. Quere dizer: não só deve comparar as várias formas por que passou dentro da mesma língua a palavra que está estudando: como deve comparar as várias formas por que passaram as palavras correspondentes morfológicamente nas outras línguas da mesma família; como ainda deve comparar, dentro da mesma língua e nas outras da mesma família, tôdas as palavras da mesma raiz.

Assim, por ex., se os AA. da parte etimológica do *Dicionário* da Academia Espanhola tivessem procurado saber se nas outras línguas românicas existem formas correspondentes à castelhana *marmelada*, certamente não teriam cometido o erro, aliás evidente à primeira vista, de afirmar que êsse tôrmo castelhano provém do latino *melimelum*, quando êle é a simples adaptação do português *marmelada* (Cf. § 46).

9 — Patriotismo. — Há quem, *por patriotismo*, sinta repugnância em querer ver na sua língua influêcia de outras línguas. Tal attitude não é científica. O etimologista probo não se deixa arrastar pelo sentimentalismo, quando se trata de descobrir a verdade científica, do mesmo modo que o historiador probo nunca deixa de apontar os factos condenáveis da história do seu país, nem deixa de apontar os louváveis da história dos outros países. Quem não procede assim com probidade falseia a verdade.

Não vale a pena insistir mais nesta nota.

10 — Ortografia. — A principal fonte de informação, que temos, sobre o valor fonético de fonemas de línguas, que nunca ouvimos falar, é a *ortografia*.

A *ortografia*, contudo, não deve inspirar-nos confiança incondicional: é necessário que nos não esqueçamos de que a ortografia de uma língua nunca pode ser fonética ou, melhor dito, nunca pode simbolizar com rigor fonético o valor dos fonemas nas várias posições que occupam no corpo das palavras.

Ainda que a ortografia pudesse ser rigorosamente fonética, ¿quem poderia, só por essa ortografia, formar um juízo exacto, foneticamente exacto, do valor dos fonemas de uma língua que nunca ouviu falar?

Não devemos esquecer-nos de que a fonética de uma língua é um complexo de muitas subtilezas, de muitos infinitamente pequenos da mecânica fonatória e articulatória, que um ouvido apurado logra apreender com mais ou menos precisão, mas que o próprio fonetista moderno, mesmo munido dos recursos da Fonética Instrumental, muitas vezes não consegue compreender e menos ainda explicar-lhes a gênese.

Ora, se o foneticista moderno, mesmo munido dos recursos da Fonética Instrumental, não possui tal dom, nem ele próprio pode organizar um alfabeto rigorosamente fonético, um alfabeto capaz de traduzir tôdas essas subtilezas da fonética de uma língua; e, se um foneticista moderno não pode organizar tal alfabeto, ¿como poderemos nós acreditar que a massa anónima de um povo, constituido por elementos leigos na ciência fonética, pudesse utilizar um alfabeto ou, o que vem a dar na mesma, uma ortografia rigorosamente fonética? ¿Como poderemos acreditar que a ortografia do latim, por ex., seja fiel tradutora da pronúncia da lingua dos Romanos?

Por outro lado, sabendo nós que a transformação fonética de uma língua através do tempo e através do espaço é *infalível*, e sabendo nós que as transformações ortográficas de uma língua *não acompanham*, nem cronologicamente, nem rigorosamente, as transformações fonéticas dessa língua, ¿como poderemos aceitar que a ortografia de tal palavra latina, por ex., represente com fidelidade que essa palavra se pronunciou em tal época desta ou daquela maneira?

Fugindo do *tom categórico* das expressões é *infalível* e *não acompanham* do período anterior, e adoptando outras mais *prudentes*, novas dificuldades nos surgem, que ficam na mesma sem solução. Dêmos outra redacção a êsse período e verificaremos o que digo:

«Por outro lado, sabendo nós que a transformação fonética de uma língua através do tempo e através do espaço *muitas vezes se dá*, mas *não sabendo nós quando é que se dá*, nem quando se não dá, e sabendo nós que as transformações ortográficas de uma língua *muitas vezes não acompanham*, nem cronologicamente, nem rigorosamente, as transformações fonéticas dessa língua, *mas não sabendo nós quando é que acompanham*, nem quando não, ¿como poderemos aceitar que *aqui* a ortografia de tal palavra latina, por ex., representa com fidelidade que essa palavra se pronunciou em tal época desta ou daquela maneira, e *ali* não?»

Do que fica exposto se vê que, a meu ver, não deve o etimologista confiar cegamente na ortografia, quando se trata de determinar

com rigor fonético as particularidades da pronúncia de línguas que nunca ouvimos pronunciar.

11 — Gramáticos antigos. — No parágrafo anterior disse que a *ortografia* é a «principal fonte de informação, que temos sobre o valor fonético dos fonemas de línguas que nunca ouvimos falar». Outra fonte de informação é o *testemunho dos gramáticos antigos*, quer os latinos, quer os das várias línguas românicas, para o nosso caso.

O *testemunho dos gramáticos antigos*, contudo, como acontece com a *ortografia*, não deve inspirar-nos confiança incondicional: é necessário que nos não esqueçamos de que os gramáticos antigos não foram foneticistas de tal ordem que pudessem dar-nos elementos seguros e exaustivos sobre a matéria. Além disso, ainda que nos tivessem deixado descrições seguras e exaustivas, não devemos esquecer-nos de que não será fácil, para não dizer *não é possível*, que, por uma descrição, por mais bem feita que seja, ainda que acompanhada de gráficos e de esquemas do modo de articulação, se consiga interpretar com rigor a pronúncia de uma língua que nunca se ouviu pronunciar, e que nunca se praticou em convívio diuturno com nacionais dessa língua.

Além disso, não devemos esquecer-nos de que um grandíssimo óbice para a compreensão das explicações dos gramáticos antigos, bem como dos modernos, é a imprecisão e a variabilidade da nomenclatura de que se servem. Na interpretação de um conceito de Prisciano, por ex., não basta traduzir de qualquer modo as palavras empregadas no texto: é indispensável que se interprete o sentido especial, muitas vezes especialíssimo, que êle atribue a certas palavras, e isso nem sempre é fácil. Para exemplo desta afirmação, veja-se o que digo no meu trabalho *O Problema da Síllaba*, § 12, sobre o termo *indistanter* empregado por Prisciano, bem como a conclusão do segundo período do § 79.

12 — Pronúncias antigas. — Não creia o etimologista que lhe é fácil, para não dizer que lhe é possível, saber com rigor fonético a maneira como os antigos pronunciavam. Todas as afirmações que se fizeram sobre a maneira como se pronunciou uma língua antiga que nunca se ouviu pronunciar, portanto, carecem, a meu ver, do rigor científico.

Suponhamos que a um Romano ressuscitado dizíamos: «segundo as deduções da ciência filológica moderna, chegou-se à conclusão de que tal palavra latina se pronunciava de tal modo na sua época».

¿Que resposta nos poderia êle dar? Uma de três: «essa dedução é exacta», ou «essa dedução não é exacta», ou «essa dedução é aproximada».

Suponhamos que a resposta era «essa dedução é exacta». Não vejo que se pudesse provar que essa dedução tinha saído exacta *por ciência*. Só por acaso posso conceber que ela tinha saído exacta, visto que para a fazer nos havíamos baseado na *ortografia* e no *testemunho dos gramáticos antigos*, e, como ficou dito nos §§ 7 e 8, estas fontes não nos podem inspirar confiança incondicional.

Se as nossas deduições sôbre pontos de pronúncia de línguas, que ouvimos várias vezes, mas que não sabemos falar como os naturais, são a cada passo falsas, ¿como poderá ser crível que não sejam falsas ou pelo menos inseguras, duvidosas, as que fizermos sôbre pontos de pronúncia de línguas que nunca nem sequer ouvimos falar?

Tenho estado em Espanha com certa demora. Posso dizer que tenho de Espanha três anos. Contudo, a distância, eu nunca me atreveria a escrever um tratado de pronúncia castelhana, porque o que sei dessa matéria dentro do rigor fonético é decididamente muito pouco.

Com tudo isto não pretendo dizer que devemos em absoluto abster-nos de procurar saber tanto quanto possível como teriam pronunciado os Latinos, os Gregos, etc., nem pretendo dizer que são falsas tôdas as conclusões a que se tem chegado até aqui: assim como não encontro fundamento sério para aceitar a exactidão dessas conclusões, assim também não encontro fundamento sério para rejeitar essa exactidão: quando se não pode dizer nem *sim*, nem *não*, não se pode afirmar nada. O que pretendo é muito simples e muito claro: sugiramos nesse assunto tôdas as hipóteses que quisermos, mas não façamos afirmações, e menos ainda afirmações categóricas.

Quem tenha estudado com suficiência a *Fonética Geral* facilmente compreenderá o seguinte:

a) — os fonemas oclusivos (*p, b, m; t, d, n; k, g*) apresentam-nos de um modo geral sempre o mesmo timbre, quer se faça a oclusão um pouco mais adiante ou um pouco mais atrás, contanto que se faça a oclusão: essa oclusão pode fazer-se em *qualquer ponto dos muitos pontos* ou, melhor dito, em *qualquer linha das muitas linhas* compreendidas em regiões *relativamente largas*, como pode fazer-se em *muitas dessas linhas* ao mesmo tempo, sem que o timbre desses fonemas se altere, pelo menos de modo sensível ao ouvido.

Assim, para a articulação do *t*, por ex., tanto podemos fazer a oclusão só com a *linha da periferia da lingua* adaptada à *linha da região alveolar superior*, como a podemos fazer com uma *faixa da periferia da lingua*, que entre mais ou menos pela face superior, adaptada, não à *linha*, mas a uma *faixa da região alveolar superior*, que invada mais ou menos a abóbada palatina. O resultado é o mesmo: em qualquer dos casos o que ouvimos é um *t* (Cf. os meus *Elementos*, § 47);

b) — com o *f* e com o *v* succede sensivelmente a mesma coisa (Cf. *ob. cit.*, § 53);

c) — com o *l*, com o *r*, com o *x* e com o *j*, e sobretudo com o *s* e com o *z*, e com as vogais, já não acontece outro tanto: a mais pequena imprecisão no ponto e no modo de articulação produz imediatamente uma alteração de timbre, que mesmo os ouvidos menos apurados com facilidade apreendem.

Assim, para articular o *s* normal português, por ex., é indispensável que se coloque a lingua numa *posição rigorosamente determinada*: do mais pequeno desvio resulta imediatamente outro tipo de *s*, outro timbre.

O que fica exposto explica que, se compararmos os fonemas oclusivos, bem como o *f* e o *v*, nas várias linguas românicas, por ex., verificaremos que são sensivelmente do mesmo timbre, mas se compararmos os *ll*, os *rr*, os *ss*, os *zz*, os *xx*, os *jj* e as vogais, algumas variantes se encontram mais ou menos marcadas.

Chamemos, à falta de outros nomes, *fonemas fixos* aos do primeiro grupo e *flutuantes* aos do segundo.

Ora bem: o que se diga a respeito da pronúncia dos *fonemas fixos* no latim, no grego, no português arcaico, enfim numa lingua qualquer que se não ouviu falar, pode-se aceitar; mas o que se diga a respeito dos *flutuantes*, não sei como demonstrar a sua aceitabilidade.

No que se refere às vogais então, além das particularidades do *timbre* resultantes do ponto e do modo de articulação, há as resultantes da abertura, o que torna o problema mais complicado, para não dizer insolúvel.

O assunto dêste parágrafo só por si poderia constituir uma volumosa tese. Muito poderia eu dizer sobre êle, mas para aqui basta o que fica exposto.

13 — Baixo latim. — Alguns etimologistas invocam a cada passo o *baixo latim* como fonte de palavras portuguesas e, mais

geralmente, como fonte de palavras das várias línguas românicas : sempre que não encontram nos *Dicionários* do latim clássico a forma que julgam ser o étimo da palavra portuguesa, castelhana, francesa, etc., que estão estudando, resolvem a dificuldade dizendo que o étimo é do *baixo latim*.

Deve-se evitar esta prática, visto que, não tendo sido o *baixo latim* língua viva, mas sim uma modalidade que o latim literário tomou na decadência da Literatura Romana, não temos elementos seguros para justificar que certa forma do português, por ex., tenha provindo de outra dessa modalidade. Outros confundem o *baixo latim* com o *latim bárbaro*, o que torna menos recomendável essa prática.

Estão todos de acôrdo em que as línguas românicas não provêm do latim clássico, mas do vulgar, do falado quotidianamente pelo povo, isto é, pelo comum da população. Contudo, porque não conhecemos com segurança o vocabulário do chamado *latim vulgar* ou *latim popular*, na indicação dos étimos todos se servem das formas do latim clássico, *quando conhecidas*. Quando no vocabulário clássico conhecido não existe certa forma que reputamos dever ser o étimo de certa palavra, em vez de se dizer que essa forma é do *latim vulgar*, ou que é do *baixo latim*, hoje os filólogos usam mais racionalmente dizer que é *hipotética*, e indicam-na com um asterisco anteposto.

14 — **Afirmações categóricas.** — Aquele que tem o verdadeiro culto da verdade e que tem a verdadeira noção das responsabilidades científicas deve ser prudente nas suas afirmações e fugir de fazer *afirmações categóricas*, salvo nos casos claros, demonstrados ou demonstráveis. Nos casos em que não pode aduzir uma demonstração científica aceitável deve acompanhar as suas opiniões de fórmulas de prudência, como: «a meu ver», «salvo melhor juízo», «se não estou em êrro», etc.

Bem sei que o conteúdo do período anterior é uma *afirmação categórica*, que faço, mas creio que ela é uma das que se podem fazer, uma das que se podem considerar demonstradas ou demonstráveis. A minha prudência não chega ao cepticismo.

Perante a dificuldade de explicar a passagem do lat. *insula* ao port. *ilha*, veja-se a prudência com que fala Gonçalves Viana, mestre dos mestres, nas suas *Apostilas*, II, p. 6: «Esta palavra é *indubitavelmente* derivada do latim *insula*, mas por evolução muito especial, e de que *talvez* não haja outro exemplo em por-

tuguês, principalmente se atendermos ao alótropo *insua*, perfeitamente regular e comparável a *rêgua* < *regula*, *mágoa* < *macula*. Em castelhano diz-se *isla*.

Mais abaixo acrescenta: «O vocábulo é muito antigo na língua na sua acepção natural, e é possível que, em vista da sua formação anómala, êle seja de origem catalã».

São meus os itálicos de *indubitavelmente*, *talvez* e *é possível*, para chamar a atenção do leitor para os casos em que Gonçalves Viana afirma categoricamente e os em que *duvida*.

15 — **Tratados etimológicos.** — «Consulte com espírito crítico os *tratados etimológicos*». Este é um conselho que dou aos meus alunos, convencido de que é um dos mais importantes. Vejamos porquê.

Um dos primeiros cuidados que o etimologista deve ter, ao iniciar a pesquisa do étimo de uma palavra, é consultar pelo menos os mais importantes *Dicionários* e *Tratados Etimológicos*, para se informar das hipóteses que porventura se hajam já apresentado: o etimologista não deve contar apenas com os seus conhecimentos filológicos: é-lhe indispensável para cada caso informar-se do que outros disseram, não só para lhe facilitar as pesquisas, como para evitar que descubra o que está já descoberto, o que seria malbaratar o tempo e correr o risco de ser apontado como plagiário, a mais infamante qualidade que pode ter quem escreve: errar, por equívoco ou por ignorância, é lastimável, mas perdoável; plagiar é vergonhoso, porque é roubar.

A consulta, pois, aos *Dicionários* e *Tratados Etimológicos* é uma necessidade impreterível, mas tem os seus perigos para quem é inexperiente na tarefa de investigar etimologias.

Para evitar êsses perigos, ou pelo menos para os minorar, importa conhecer, ainda que na generalidade, o valor das várias obras da especialidade e não considerar nenhuma delas absolutamente isenta de erros: o etimologista deve consultá-las sempre com *espírito crítico*, isto é, não deve antecipadamente considerar indiscutível tudo quanto vem registado nessas obras.

Para as linguas românicas, vistas comparativamente e mesmo separadamente, há uma obra básica, que o etimologista nunca deve deixar de consultar, embora com *espírito crítico*, claro está. Essa obra é o *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, de Meyer-Lübke, particularmente a 3.^a edição, 1935. Abreviadamente REW.

Além desta obra, particularmente nos casos controversos, o etimologista deve consultar o *Lateinisch-Romanisches Wörterbuch*,

de Körting (2.^a ed. de 1901, abrev. LRW), e o *Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprache*, de Diez (5.^a ed., de 1887, abrev. EWRS), com um Apêndice de Scheler.

Depois do aparecimento da obra de Meyer-Lübke, que é fundamental, as de Körting e de Diez deixaram de ser de consulta indispensável, salvo nos casos controversos.

Para a língua castelhana basta citar o *Diccionario de la Lengua Española*, da Real Academia Española, porque, se não estou em êrro, de uma maneira geral todos os outros se baseiam no que êle diz. A sua última edição é a 16.^a, de 1938. Convém observar, porém, que na parte etimológica êsse *Diccionario* está inçado de inexactidões. Por êste facto parece que não deveria aconselhar a sua consulta, mas como se trata de obra de uma Academia nacional, que por isso vigora como código, julgo indispensável consultá-lo. É claro que com esta obra o nosso *espírito crítico* deve exercer-se com o máximo cuidado.

Além dêste *Diccionario*, para a língua castelhana há a obra séria de García de Diego, *Contribución al Diccionario Hispánico Etimológico*, 1923, que é indispensável consultar. É uma obra de critica etimológica sólidamente documentada, mas que tem o defeito de só tratar de algumas centenas de vocábulos.

Se bem que de 1611, o *Tesoro de la Lengua Castellana o Española*, de Covarrubias, reeditado em 1943 por Martin Riquer «según la impresión de 1611, con las adiciones de Benito Remigio Noydens publicadas en la de 1677», tem sugestões interessantes.

Outra obra castelhana é forçoso consultar, embora não seja um *Diccionario*, que é o *Manual de Gramática Histórica Española*, de Menéndez Pidal, cuja última edição é a 6.^a, de 1941. O *Índice Etimológico*, que vem no fim do volume, permite com facilidade encontrar no texto as origens de centenas de palavras castelhanas, muitas vezes acompanhadas das formas correlativas de outras línguas românicas, além, claro está, das razões históricas, que justificam a evolução dêsses vocábulos dentro do castelhano.

Do mesmo sábio filólogo há outro trabalho fundamental, *Orígenes del Español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI* (2.^a ed., de 1929), que, se tivesse um *Glossário* das palavras tratadas no texto, seria uma fonte inestimável de consulta.

Para me não alargar mais nesta resenha, termino com a citação da *Revista de Filología Española*, que conta já 24 volumes.

A respeito do catalão nada cito, porque não tenho presente informações seguras, e de memória seria temeridade. Contudo, chamo a atenção dos alunos para a língua catalã, cujo estudo é tão essencial ao romanista, como é o de qualquer outra língua românica.

É profundamente lastimável e uma falta gravíssima para a ciência filológica o abandono a que se tem votado o estudo dessa língua. Os esforços de Griera e de outros catalanistas reclamam do mundo culto toda a colaboração possível

Para a língua italiana cito sem comentários os seguintes trabalhos, visto que não pude ainda apreciá-los convenientemente: *Vocabolario degli Accademici della Crusca* (tenho à mão a *Impressione Napoletana secondo l'ultima de Firenze*, 1746-1748); *Vocabolario Etimologico Italiano*, de Francesco Zambaldi, 1889; *Vocabolario della Língua Italiana*, de Nicola Zingarelli, ed. de 1934; *Novissimo Dizionario della Língua Italiana*, de Fernando Palazzi, 1939; *Grand Dictionnaire Italien-Français*, de C. Ferrari et J. Cáccia, ed. de Arturo Angeli, 1921.

Além disso convém citar a *Grammatica Storica della Língua Italiana e dei Dialecti Toscani*, de Meyer-Lübke, cujo *Índice Alfabético* nos auxilia a encontrar no texto muitas palavras ali estudadas.

Para a língua francesa o manancial é mais rico. Limito-me a citar o que tenho à mão: *Dictionnaire Étymologique de la Langue Française*, de Oscar Bloch, 1932 (obra de grande segurança de doutrina); *Dictionnaire Général de la Langue Française*, de Hatzfeld, Darmesteter et Thomas, 8.^a edição, de 1926 (obra clássica da lexicografia francesa, que, além da segurança da doutrina, tem a vantagem de possuir no início uma extensa e bem documentada Gramática Histórica Francesa, a que os AA. deram o título de *Traité de la formation de la Langue Française*. As regras dessa Gramática estão numeradas, e para elas se remete o leitor a cada passo do corpo da obra); *Dictionnaire de la Langue Française*, de Littré, cito a ed. de 1883 (obra também clássica, mas já em muitos pontos antiquada); *Etymologisches Wörterbuch der französischen Sprache*, de Gamillscheg, 1928 (obra de boa doutrina); *Dictionnaire de l'ancienne Langue Française et de tous ses dialectes du IX^e au XV^e siècle*, de Frédéric Godefroy, 1937-1938 — 10 volumes (obra bem e muito documentada com transcrições de trechos de textos

arcaicos franceses); *Dictionnaire de la Langue Française du seizième siècle*, de Edmond Huguet, 1925-1935 (esta obra ficou incompleta, creio eu: dela só conheço os dois primeiros volumes e três fascículos do 3.º); *Altfranzösisches Wörterbuch*, de Tobler-Lommatzsch, 1925-1942 (esta obra ficou incompleta, creio eu: dela só conheço os dois primeiros volumes e cinco fascículos do 3.º).

A par destes, há outros Dicionários de menor tómo, como são os de Clédat, de Dauzat e o já antiquado de Brachet.

Saindo do domínio dos Dicionários, devemos citar como obra magistral a *Grammaire Historique de la Langue Française*, de Nyrop, 1899-1930 — 6 volumes. Os índices alfabéticos, que vêm em cada volume, permitem com facilidade encontrar no texto as origens de centenas de palavras francesas, além, claro está, das razões históricas, que justificam a evolução dessas palavras.

Para o provençal nada mais tenho à mão para citar que a *Grammaire de l'ancien provençal*, de Anglade, 1921; e *Grammaire Historique des parlers provençaux modernes*, de Jules Ronjat, 1930-1941 — 4 volumes.

Para o rumeno tenho à mão: *Dictionar Român-German (Rumänisch-deutsches Wörterbuch)*, de H. Tiktin, 1903 — 2 volumes; *Dictionarul Limbii Române*, da Academia Rumena, 1913-1934 (esta obra ficou incompleta: dela só conheço três volumes, que abrangem as letras A-I).

Para a lingua portuguesa nada temos, de uma maneira geral, que inspire confiança. Os mais citados são: Adolfo Coelho (pouco seguro); *Contemporâneo* (pouco seguro); Cândido de Figueiredo (pouco seguro); Cortesão (discutível em muitos pontos); Constâncio (intolerável); Faria (péssimo plágio); Lacerda (péssimo); Domingos Vieira (pouco seguro); ...

De entre os *Dicionários* etimológicos da lingua portuguesa há dois que merecem especial menção: as *Apostilas aos Dicionários Portugueses*, de Gonçalves Viana, 1906 (obra magistral, mas que enferma do mesmo defeito da *Contribución* de Garcia de Diego, acima referida), e o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, do brasileiro Antenor Nascentes, 1932.

A respeito deste último convém fazer um comentário especial, visto que é a primeira obra que o etimologista deve consultar ao iniciar o estudo da etimologia de uma palavra portuguesa. Nas

págs. 236-237 do III vol. da revista *A Língua Portuguesa* falei como segue dêste trabalho :

«O presente Dicionário foi vazado em moldes completamente diferentes dos até aqui publicados em língua portuguesa. No género é o primeiro que se publica.

«Não contém êle definições dos termos: é um Dicionário exclusivamente etimológico, mas não como o de Cândido de Figueiredo, por exemplo, que na parte etimológica se limita a apontar o étimo certo ou provável de cada termo, sem mais indicações.

«O Prof. Antenor Nascentes compreendeu bem as torturas que sofrem os etimologistas, quando se votam à difícil tarefa de investigar as origens do nosso vocabulário, e teve a luminosa idéia de compilar várias opiniões que têm emitido tratadistas acêrca da fonte de cada vocábulo do idioma português. Sob o aspecto utilitário, pois, o trabalho do Prof. Antenor Nascentes é, para os filólogos, dos mais notáveis que se têm publicado nos últimos tempos em língua portuguesa.

«Graças ao *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, quantas horas, dias, semanas, meses até, de trabalho, de canseiras e de arrelias não pouparão de ora avante os estudiosos de etimologias! Quantas lacunas não evitarão com a consulta dêsse monumento de bom senso, lacunas a que não podiam esquivar-se anteriormente, dadas as condições precárias em que trabalham os investigadores brasileiros e portugueses!

«A primeira preocupação do investigador de etimologias deve consistir em saber o que pensaram já outros etimologistas, a fim de evitar perdas inúteis e até prejudiciais de tempo em descobrir coisas já descobertas, ou a formular teorias mais ou menos fantasiosas. O grande mérito do *Dicionário Etimológico* do Prof. Antenor Nascentes é reduzir tanto quanto possível os graves inconvenientes dessa preocupação.

«O *Dicionário* do Prof. Antenor Nascentes não pode deixar de estar no lugar mais acessível do gabinete de trabalho dos que estudam filologia portuguesa.

«Trata-se de uma obra que pertence à categoria das que, uma vez apresentadas em público, deixam de pertencer ao Autor para pertencerem à humanidade. A todos nós, pois, nos compete o dever de contribuir para o seu aperfeiçoamento, dando cada um o que lhe fôr possível, e ao Autor não assiste o direito de recusar a colaboração de seja quem fôr, sob pena de desvirtuar o nobre pensamento que o orientou na feitura do seu trabalho: ser útil aos que investigam».

Tudo quanto disse em 1932 mantenho ainda hoje. Devido à natureza do presente estudo, porém, importa dizer alguma coisa mais, que nessa apreciação não disse:

O *Dicionário* de Antenor Nascentes, a par de ser uma obra extremamente útil, oferece ao investigador incauto certos perigos: com a maior naturalidade deste mundo, o investigador incauto, ao consultar esse *Dicionário*, pode ser levado a julgar que o A. logrou recolher todas as opiniões expendidas sobre a matéria etimológica até 1932. Ora, isso seria inexacto, porque a obra de Antenor Nascentes não é exaustiva, e ingrato seria quem o condenasse por isso: Antenor Nascentes fez o que pôde e o que ninguém fez, que eu saiba.

Outros poderão vir a fazer melhor, mas quem abriu as portas foi ele. Essa glória pertence-lhe, e pertence ao Brasil, sua Pátria.

Se a obra de Antenor Nascentes não era exaustiva em 1932, facilmente se compreende que hoje mais que então o consulente incauto tem de tomar mais cuidado: de 1932 para cá alguma coisa mais se tem feito, que, claro está, não pode figurar na obra de Antenor Nascentes. Basta dizer que é de 1935 a 3.^a ed. da *Romanisches etimologisches Wörterbuch*, de Meyer-Lübke.

A obra de Antenor Nascentes está requerendo urgentemente uma nova edição refundida e actualizada.

Para o português convém citar ainda outras obras subsidiárias como: *Elucidário das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usáram, e que hoje regularmente se ignorão*, de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, 1798 (esta edição é rara; em 1865 publicou-se a 2.^a ed., que não é absolutamente fiel, mas que presta serviços); *Diccionario portatil das palavras, termos e frases,....: resumido, correcto e addicionado pelo mesmo Auctor do Elucidario*, 1825; *Diccionario da antiga linguagem portugueza, intercalado com grande numero de vocabulos hodiernos de obscura significação*, de H. Brunswick, 1910 (esta obra baseia-se em Viterbo); *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*, de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, 1920 (esta obra vem inserta no vol. XXIII da *Revista Lusitana*); *Glossário da Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*, publicado por José Joaquim Nunes em 1918; *Glossário da Crestomatia Arcaica*, publicado por José Joaquim Nunes em 1921, 2.^a ed. (a 1.^a ed. é de 1906 e a 3.^a é de 1944); *Glossários das Cantigas de Amigo e de Amor*, publicados por José Joaquim Nunes em 1932.

Para terminar esta resenha, chamo a atenção dos alunos para o *Glossarium mediae et infimae latinitatis*, de Du Cange, obra fundamental. Tenho à mão a edição de 1883-1887 em 10 tomos.

16 — **Étimos directos e étimos indirectos.** — Quando em Filologia se fala do étimo de uma palavra, entende-se que se trata da forma de que *imediatamente*, de que *directamente* proveio.

Dizer, por ex., que o étimo do port. *chapéu* é o lat. *cappellu* — não é científico: o étimo dêsse vocábulo é o fr. *chapeau*, ou o fr. arc. *chapel*, segundo outros (Cf. A. Nascentes, *Dic.*, s. v., e Meyer-Lübke, REW, 1645). *Chapeau* ou *chapel* é o étimo *directo* do port. *chapéu*; e o latim *cappellu* — é o étimo *indirecto*.

Se o *Dicionário* da Acad. Esp., por ex., tivesse respeitado este princípio, não teria cometido o grave erro de atribuir a várias palavras castelhanas, recebidas *directamente* do português, étimos latinos, como na III parte dêsse trabalho se verá.

17 — **Explicação dos fenómenos.** — A tarefa do etimologista não deve limitar-se a *propor um étimo*: é necessário que êle esteja apto a provar que êsse étimo é cientificamente aceitável, isto é, deve procurar conhecer as causas dos fenómenos e explicar o modo como êles se deram. Para isso importa que êle esteja apto a explicar como é possível a evolução do étimo proposto até dar a forma que estuda, quer no seu aspecto fonético, quer no semântico.

Na parte etimológica de um *Dicionário*, é claro que seria superabundante justificar pormenorizadamente a evolução de cada palavra. Num *Dicionário* basta:

a) — indicar o étimo *sem mais nada*, se o consideramos indisputável;

b) — se o consideramos discutível, indicar a dúvida *com uma interrogação*;

c) — se há controvérsia, dizer: *origem controversa*;

d) — se não há étimo nenhum proposto, dizer: *origem desconhecida*.

Num estudo especial de etimologias, como é, por ex., este, também seria superabundante justificar pormenorizadamente cada étimo proposto, a ponto de indicar a causa de cada fenómeno ocorrido na evolução de cada palavra estudada e de explicar o modo como cada fenómeno dêsses se deu, indicando as alterações sucessivas das posições dos órgãos articuladores.

Num estudo dêsses, contudo, deve-se ir um pouco mais longe do que num *Dicionário*: além da indicação do étimo, devemos indicar as várias formas intermédias documentadas ou hipotéticas e designar os fenómenos que se deram.

O etimologista, portanto, não tem de expor pormenorizada-mente o que há para dizer a respeito de cada etimologia que estuda, mas deve estar apto a fazer tal exposição pormenorizada sempre que fôr necessário fazê-la. Quere dizer: não é necessário fazê-la aos outros verbalmente ou por escrito, a não ser em casos excepcionais, por ex., numa discussão, mas para si próprio nunca deve deixar de a fazer, ainda que só mentalmente.

O filólogo não pode limitar a sua acção a observar factos, classificá-los, denominá-los e dêles deduzir regras. Isso não é tudo e é pouco.

Verificar a existência de fenómenos é uma coisa, e outra coisa é *explicar* êsses fenómenos. A *catalogação ordenada* dos fenómenos fonéticos de uma lingua é um passo; outro passo é a *explicação* da génese dêsses fenómenos.

A primeira chama-se *Fonética Histórica*; à segunda. chamo eu *Fonética Etiológica*: a primeira é *história*, porque só regista factos; a segunda é *ciência*, porque busca os porquês dêsses factos.

Até aqui têm andado quasi completamente divorciadas essas duas partes do mesmo todo, mas urge juntá-las sem perda de tempo. Êsse divórcio é uma das principais causas de muitas inexactidões que se têm praticado no campo da etimologia.

A *Fonética Histórica* das linguas románicas tem sido cultivada desde Diez por filólogos de envergadura, mas quasi sem tomarem em consideração o facto real de que os fenómenos apontados tiveram as suas causas e se deram de certo modo.

Na *Fonética Etiológica*, compêndio sistematizado das causas dos fenómenos fonéticos, ilustrado com a explicação de alguns fenómenos à luz dessas causas, que eu saiba, só se podem citar, além dos tratados de Fonética Geral, como o de Roudet, o de Grammont, etc., o trabalho de Paul Passy, intitulado *Étude sur les changements phonétiques et leurs caractères généraux*, 1890, e a minha *Tentativa de explicação dos fenómenos fonéticos em português*, 1941.

18 — **Analogia.** — Nas suas investigações, o etimologista não deve olvidar o poder da *analogia*, mas sem se deixar obcecar por essa causa de perturbações das regras da evolução vocabular.

Por outro lado, não deve olvidar que a *analogia* se não funda em arbitrariedades: a *analogia* surge de uma conexão de natureza fonética, mórfica, sémica, sintáctica ou ortográfica (Of. os meus *Subsídios para o Estudo das conseqüências da analogia em portu-*

guês, 1937); não havendo conexão de nenhuma dessas naturezas, é sempre temerário invocar a *analogia*.

Nos casos muito complicados, em que se não encontra solução nenhuma aceitável, compreende-se que se invoque a *analogia*, mas em tom de dúvida como na expressão seguinte: «Não vejo bem como se teria passado de *colpe* para *golpe*, a não ser se estamos em presença de um caso de *analogia*, que não sei explicar».

19 — Fenómenos reais e fenómenos aparentes. — Nas suas pesquisas o etimologista não pode de modo nenhum confundir os *fenómenos aparentes* com os *reais* (Cf. a minha *Tentativa*, § 171): em presença das formas arcaicas portuguesas *cramol* e *frol*, por ex., em vez de *clamor(e)* e *flor(e)*, fuja-mos de dizer que se deu ali o fenómeno de *metátese*, que só *aparentemente* o é, pois que, como é sabido, o que nesses dois vocábulos se passou foi o seguinte: os grupos iniciais *cl* e *fl* latinos transformaram-se, na sua passagem para o português, respectivamente em *cr* e *fr*, dentro da regra, resultando dessas transformações *cramor* e *fror*, atestados em textos arcaicos; como essas transformações provocaram a existência de dois *rr* em cada uma dessas palavras, o segundo *r* de cada uma delas transformou-se, por sua vez e dentro da regra, em *l*, por dissimilação.

Na passagem de *clamor(e)* e *flor(e)* e *cramol* e *frol*, pois, não se deu apenas um fenómeno, mas dois: primeiramente a transformação dos grupos *cl* e *fl* iniciais em *cr* e *fr* e depois a *dissimilação* do segundo *r* de cada uma dessas palavras em *l*. São dois *fenómenos reais*. *Aparentemente* deu-se ali o fenómeno de *metátese*, mas, precisamente por ser *aparentemente*, temos de concluir que tal fenómeno se não deu.

20 — Fenómenos condicionados e fenómenos espontâneos. — Autorizados foneticistas modernos utilizam as designações *fenómenos condicionados* e *fenómenos espontâneos*, a que outros chamam *fenómenos dependentes* e *fenómenos independentes*, e outros ainda *fenómenos combinatórios* e *fenómenos isolativos*.

Que quer isto dizer? Não me proponho tratar d'este assunto aqui com pormenores. É provável que me ocupe d'ele um dia em estudo à parte. Neste momento o meu objectivo resume-se a chamar a atenção do leitor para o facto e a aconselhá-lo a que o não aceite sem crítica.

Roudet, por ex., *Éléments*, p. 276, diz: «*Indépendant* signifie alors indépendant de l'influence des phonèmes voisins. En même

temps, on restreint le sens du mot *conditioné* qui, dès lors, signifie déterminé par l'influence des phonèmes voisins. Pour éviter toute équivoque, on appelle quelquefois *combinatoires* les changements dûs à l'influence des sons voisins et *isolatifs* les changements qui ne dépendent pas de cette influence».

As designações *fenómenos condicionados* e *fenómenos espontâneos* sugerem a muita gente o conceito falso de que os primeiros são fenómenos que só se dão *em certas condições*, enquanto os segundos são os fenómenos que se dão *sem causa*.

21 — Fenómenos excepcionais. — O etimologista não deve olvidar que as *excepções* também são *fenómenos*, e como tais também têm causas, ainda que uma vez ou outra essa causa seja o *arbitrio*.

Dizer simplesmente, por ex., que a *sonorização* do *c* inicial de *colpe* em *g*, donde *golpe*, é uma *excepção* à regra não basta: êsse fenómeno excepcional deve ter uma causa, qualquer que ela seja. Se a conhecemos, indiquemo-la; se não, digamos que a não conhecemos.

22 — Fenómenos opostos. — A meu ver, o etimologista não deve crer que os *fenómenos opostos* se explicam por *causas opostas*. A *assimilação* e a *dissimilação*, por ex., são fenómenos opostos, mas as suas causas não são opostas: as causas dos fenómenos fonéticos são tendências de natureza fisiológica e de natureza psicológica, e em qualquer dos casos não é natural que tenhamos tendências opostas.

Se passarmos uma vista de olhos pela lista dos fenómenos fonéticos conhecidos e classificados na nossa língua, verificaremos que alguns há que são opostos, como: *prótese* e *aférese*; *epêtese* e *síncope*; *paragoge* e *apócope*; *sonorização* e *ensurdecimento*; *vocalização* e *consonantização*; *assimilação* e *dissimilação* (Para tudo isto Cf. a minha *Tentativa*).

Diante desta série de fenómenos opostos, sabendo nós que os fenómenos fonéticos resultam de tendências fisiológicas e psicológicas, facilmente podemos ser levados a concluir que estamos sujeitos a tendências opostas, e que, portanto, êsses fenómenos se dão ao acaso.

Isso, porém, não é assim, salvo melhor juízo, e é o desconhecimento ou o esquecimento de que isso não é assim que leva muitos a iludir-se na classificação da natureza dos fenómenos ocorridos na evolução de certas palavras, isto é, a considerar fenómenos apparentes em vez dos reais (Cf. § 19).

No parágrafo seguinte refiro-me à passagem de *animalia* a *alimalia* (donde *alimária*), que há quem explique por um fenómeno de *assimilação a distância* do *n* ao *l*.

Tal *assimilação* ter-se-ia de explicar por uma «tendência para tornar *semelhantes* fonemas *dissemelhantes* de sílabas distantes da mesma palavra».

¿Como compreender tal tendência, se há outra perfeitamente oposta, que produz um fenómeno oposto, que é a *dissimilação*? (Cf. § 23) .

23 — **Assimilação a distância.** — É opinião minha, ainda não justificada em público, que devemos abster-nos de considerar os fenómenos chamados de *assimilação a distância*, pois que, salvo erro, êsses fenómenos são meramente *aparentes*. Não devemos esquecer-nos de que uma coisa é um fenómeno *redundar* numa *assimilação*, e outra muito diferente é um fenómeno *ser uma assimilação*.

Na terminologia fonética diz-se que um fenómeno é uma *assimilação* ou que se deu *por assimilação*, quando êle foi provocado pela antecipação ou pela inércia, conforme ela é *regressiva* ou *progressiva* (Cf. a minha *Tentativa*, §§ 239 e 243).

Na passagem do lat. *animalia* para *alimalia* (forma anterior a *alimária*), por ex., a transformação do *n* em *l* redundou na *assimilação* dêsse *n* ao *l*, que mais adiante, a *distância*, se encontra na palavra, mas essa *assimilação* não se deu *por assimilação*, não é um *fenómeno de assimilação*, mas um fenómeno que *redundou numa assimilação*: não é um *fenómeno real* de *assimilação*, mas um *fenómeno aparente* de *assimilação*.

A transformação dêsse *n* em *l* também se deu em *anima* > *alma*, *nomear* > *lomear* > *alomear* (pop), e, como se vê, nem *anima*-, nem em *nomear* há outro *l*, que pudesse provocar *por assimilação* a transformação do *n* em *l*.

O que se passou em *anima* > *alma* foi o que se passou em *animalia* > *alimalia*: o concurso na mesma palavra de um *n* e de um *m*, que são fonemas de certo modo semelhantes, fez que o *n* passasse a *l*, *por dissimilação*. Há ali um *fenómeno real* de *dissimilação* e *aparente* de *assimilação*.

Como a transformação do *n* em *l* (por *dissimilação*) provocou a existência de dois *ll* na mesma palavra, e, como a nossa tendência é para evitar que na mesma palavra haja repetido o mesmo fonema, isto é, como a nossa tendência é para *dissimilar* um dêsses fonemas *similares*, o segundo *l*, isto é, o que já existia na palavra

teve de se transformar em *r*, segundo a regra. Dêste modo a evolução é esta: *animalia* > *atimalia* (por dissimilação de *n-m* em *l-m*) > *alimaria* (por dissimilação de *l-l* em *l-r*).

Na passagem, pois, de *animalia* a *alimalia* não houve fenómeno nenhum de *assimilação*, a não ser aparentemente.

II — Palavras portuguesas de origem controversa

24 — Nota prévia. — Para bem se apreciar a dificuldade da tarefa do etimologista, e para bem se apreciar o modo como a matéria etimológica tem sido tratada dentro e fora de Portugal, não me limitarei nos parágrafos seguintes a indicar e a justificar os étimos que proponho para cada palavra estudada, mas a apresentar também e a comentar as várias opiniões que, a respeito de cada uma delas, expenderam vários autores bons e maus, nacionais e estrangeiros, que eu pude consultar.

A primeira parte dêste estudo constitue, por assim dizer, uma aula teórica dada aos meus alunos; a segunda e a terceira constituem uma aula prática. Nestas duas vamos proceder a uma crítica miúda e rigorosa, tão miúda e tão rigorosa quanto fôr possível, para que os alunos vejam como, a meu ver, devem orientar as suas investigações nos domínios da etimologia.

Não nos deixaremos esmagar pela autoridade dos mestres, nem vacilaremos perante a tentação de sugerir hipóteses novas: examinar o que os mestres disserem não é atitude de desrespeito; é, pelo contrário, a verdadeira atitude científica. Sugerir hipóteses novas, ainda que atrevidas, é função do investigador: as hipóteses atrevidas muitas vezes são a causa de se descobrirem as verdades científicas.

Dito isto, entremos no assunto.

25 — **Assoberbado.** — Antenor Nascentes, no seu *Dicionário*, não regista o termo, o que parece indicar que o benemérito compilador de opiniões sobre etimologias de palavras portuguesas nada encontrou a respeito dele.

Cândido de Figueiredo, *Dic.*, s. v., define assim esta palavra: «Que tem modos de pessoa soberba». Não dá étimo.

Em *Assoberbar* diz: «Tratar com soberba; humilhar. Dominar: «paços antigos que assoberbavam a povoação». Herculano, *Monje de Cister*, II, 364. Estar superior a. V. p. «Tornar-se soberbo». Não dá étimo.

O significado que Cândido de Figueiredo dá de *assoberbado* não é corrente. Creio até que não é temeridade dizer que ele é desconhecido para a generalidade dos portugueses. É claro que, vendo na palavra *assoberbado* um derivado de *soberba*, nada mais natural do que deduzir esse significado numa frase como esta: «F... caminhava *assoberbado* pelos louros que conquistou».

O que acontece, porém, se não estou em erro, é que ninguém, falando sem pruridos de criador de formas, construiria assim aquela frase. Em vez dela, o que qualquer português diria espontaneamente e sem affectação seria: «F... caminhava *ensoberbecido* (ou *cheio de soberba*) pelos louros que conquistou».

Note-se que Cândido de Figueiredo não dá abonação para *assoberbado*: dá uma de Herculano para *assoberbar*, a que se podem juntar estoutras:

«Olha, alma minha, para essas altas serranias, e talhados penhascos, que *assoberbam* os vales e a campanha» (Padre Manuel Bernardes, *Luz e Calor*, II, 375).

«Neste tempo hum soldado digno de fama, que se chamava Francisco Godinho, vendo que os Mouros apupavam, e *assoberlavam* aos que se embarcavam, com huma lança, e huma rodela se affastou dos outros, e hum Mouro de cavallo vendo-o só, remetteo a elle para o ferir com hum zarguncho;...» (João de Barros, *Década IV*, Livr. II, Cap. XVI).

«Acabadas as differenças, que Antonio Galvão trazia com os Reys Mouros de Maluco, vindo á sua noticia que no Moro andava hum Capitão alevantado, que *assoberbava* aquella terra com huma grande Armada que trazia, ameaçando que havia de correr a Ternate, mandou huma Armada de certas coracoras, que lhe ElRey de Tidore emprestou, e...» (João de Barros, *Década IV*, Livr. IX, Cap. XXI).

«Entregue D. Diogo da fortaleza, tomou informação das cousas da Ilha, e soube como o Cide Elal, Abexim, não deixava de usar de sua natureza, nem nunca seria bom vizinho naquella Ilha por sua soberba; porque os seus esquecidos do castigo, que lhe deo Dom Diogo de Almeida, como dissemos no Cap. XVI deste Liv. X, não deixavam de *assoberbar* os officiaes Portuguezes, que estavam na Alfandega, e de se encontrarem com os que hiam á Cidade, fazendo-lhes despezos, e affrontas, que elles soffriam por lho ter assim mandado o Capitão.» (Diogo do Couto, *Década VI*, Livr. X, Cap. XIX).

Vejam se mais citações em Moraes, *Dic.*, s. v. (9.^a ed.).

Antes de mais nada, falemos de uma dúvida, que me parece legítima: ¿qual será o verdadeiro valor de *assoberbar* nos exemplos transcritos? ¿Será o de «tratar com soberba»? Creio que não. O próprio Cândido de Figueiredo dá a abonação de Herculano para o sentido de *dominar*, ¿mas esse sentido provirá por extensão do de *soberba*? Duvido, e mais adiante veremos porquê.

Há um significado correntíssimo hoje da forma *assoberbado*, e, se não estou em erro, o único correntemente usado, que Cândido de Figueiredo não regista, mas que regista moutros Dicionários, como o de Torrinha, o de Moreno, a *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, etc., que é o de «repleto, cheio de», e se emprega quasi exclusivamente, senão exclusivamente, em expressões como «estou *assoberbado* com trabalho», isto é, como sinónimo de *atarefado*.

Cândido de Figueiredo regista *assoberbado*, mas, como ficou dito, não lhe atribue étimo algum. Contudo, da definição que dá dessa palavra deduz-se claramente que ele tinha na mente o étimo *soberba*. Esse étimo é incontestável para a significação que dá da palavra, ¿mas será essa significação que tem a forma *assoberbado* na frase acima citada «estou *assoberbado* com trabalho»? Creio que de modo nenhum.

Creio que não estamos em presença de uma palavra com dois significados, mas de duas palavras de origens diferentes, a cada uma das quais corresponde o seu significado.

¿Na frase «estou *assoberbado* com trabalho», não estará a forma *assoberbado* por *assobarbado*? ¿Não quererá aquela frase dizer que «estou com trabalho até à *sobarba* (sob *barba*), isto é, até à barbela, até aos queixos»?

Nenhum dos Dicionários que pude consultar regista a forma *assobarbado*, mas muitos registam *abarbado* com o mesmo sentido de *assoberbado*, isto é, de *sobrecarregado*. A *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, por ex., em *assoberbado* diz: «... Com muito serviço diante de si, *abarbado*: *assoberbado* com trabalho», e em *abarbado* diz: «Sobrecarregado: *abarbado* com trabalho. Afrontado: *abarbado* de dificuldades. Atrapalhado».

Vejamos agora se conseguiremos apurar o verdadeiro valor de *assoberbar* nos exemplos transcritos acima.

Ao empregar esse verbo, quererá Herculano dizer que «os paços antigos tornavam soberba a povoação»? Cândido de Figueiredo interpreta que esse verbo significa ali *dominar*: «os paços antigos dominavam a povoação».

É uma interpretação, e basta essa interpretação para se ver que houve relutância em atribuir a *assoberbar* o valor de *ensoberbecer*.

Mas, dirá o leitor, propriamente não houve relutância, visto que se pode deduzir do sentimento de *soberba* o acto de *dominar*. É outra interpretação, e não sou eu quem vá afirmar que no espírito de Herculano não dominou essa idéa. O que não é impossível é que Herculano tivesse empregado aquella expressão por a haver visto, *mutatis mutandis*, nos clássicos, sem lhe ter atingido o verdadeiro valor.

Por que não interpretar o verbo *assoberbar* do passo do Herculano, assim como o dos outros transcritos de Bernardes, de Barros e de Couto, com o sentido de *sobrecarregar*, tirado por extensão do que se encontra em frases semelhantes à citada «assoberbado com trabalho»?

A frase de Herculano, salvo melhor juízo, pode-se interpretar das duas maneiras: «os paços antigos *ensoberbeciam* a povoação», e «os paços antigos *sobrecarregavam* a povoação».

A de Bernardes creio que também comporta as duas interpretações: «Olha, alma minha, para essas altas serranias, e talhados penhascos, que *ensoberbecem* (ou que *sobrecarregam*) os vales e a campanha».

As de Barros e Couto, porém, julgo que de modo nenhum suportam a interpretação de *ensoberbecer*: «... , vendo que os Mouros apupavam, e *ensoberbeciam* aos que se embarcavam, com huma lança...»; «... que no Moro andava hum Capitão alevantado, que *ensoberbecia* aquella terra com huma grande Armada que trazia, ameaçando...»; «...; porque os seus esquecidos do castigo,... não deixavam de *ensoberbecer* os officiaes Portuguezes,...». Não creio que esta interpretação seja acertada. Nestes lugares creio que o verbo *assoberbar* se deve traduzir por *carregar*, *atacar*, *ameaçar* ou qualquer coisa parecida, que decorre da idéa de qualquer coisa primitivamente material, que afflige por chegar até à *sobarba*.

Essa idéa encontra-se correntemente no português de hoje em expressões como estas: «atascado até aos queixos, até à barba, até ao pescoço, até às orelhas»; «estou farto até aqui», expressão que se acompanha com o gesto de pôr a mão aberta, de palma para baixo, na garganta por debaixo do queixo.

Análogas são as expressões: «estou farto dele até aos olhos, até à raiz dos cabelos, até às pontas dos cabelos».

No *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, I, p. 184 (ed. de Gonçalves Guimarães), lê-se:

Com esporas sem cycates
& as astes desdouradas
meteres a hūs rrebates,
fares outros sobarbadadas.

¿Que significa *sobarbadadas*? ; Aqui, como em muitos outros pontos, sinto dolorosamente a falta que nos faz um *Dicionário Arcaico da Língua Portuguesa*!

O *Dic.* da Acad. Esp. regista a forma castelhana *sobarbada*, que define assim: «Sofrenada. || 2. fig. Reprensión que se da a uno com palabras ásperas».

Do contexto dos versos acima transcritos pode deduzir-se um significado análogo, que, para mais, se não afasta do significado do moderno *sobarbada* tal como o define Cândido de Figueiredo: «Barbela de corda. Pancada por baixo da barba».

A idéia contida no termo *assoerbado* da expressão «estar *assoerbado* com trabalho», tenho a impressão de que se baseia na comparação que se faz do crescimento de uma coisa no sentido vertical a partir do chão, como, por ex., da ascensão do nível da água numa enchente, tomando o corpo do homem em pé por medida.

Parece corroborar este critério a série de expressões, em que entram as partes do corpo como indicadoras do nível, da altura que atingem os trabalhos, as dificuldades, os aborrecimentos, etc., como:

- «atascado até aos queixos, até ao pescoço, até às orelhas»;
- «farto de alguém até aos olhos, até à raiz dos cabelos, até às pontas dos cabelos»;
- «convertido até à medula, dos pés à cabeça».

Mais flagrante que todas estas é a seguinte expressão vulgaríssima:

— «este assunto tem-me dado água pela barba», expressão que interpreto assim: «este assunto é tão complicado, ele tem-me causado tantas aflições, como se estivesse no mar, num local de profundidade tal, que a água me dava pela barba, me chegava à barba, me chegava à sobarba, me abarbava, me assobarbava».

Para não alongar mais este parágrafo, limito-me a, sem comentário, pedir ao leitor que considere também as seguintes palavras: *barbicacho* e *rebarbativo*, em cuja história semântica é provável que encontre alguma coisa mais que se relacione com esta matéria.

Resumindo:

1.º — A forma *assoberbado*, se não estou em êrro, não representa uma palavra só com dois significados, mas duas palavras de origens diferentes e cada uma com o seu significado. É um exemplo de convergência ou homeotropia (Cf. J. J. Nunes, *Bolet. da Segunda Classe*, da Acad. das Ciências de Lisboa, X, págs. 812-860).

2.º — Uma dessas palavras provém de *soberba* e significa o mesmo que *ensoberbecido*. O seu uso não é corrente.

3.º — A outra dessas palavras provém de *assobarbado* por dissimilação vocálica (Cf. os meus *Elementos*, §§ 179-203) e significa o mesmo que *atarefado*, *cheio de trabalho*, *sobrecarregado*, o mesmo que *abarbado*. O seu uso é corrente, mas só na expressão, salvo êrro, «estar *assoberbado* com trabalho» ou similares.

4.º — A idéia de traduzir o grau de trabalho, de dificuldade, etc., pela comparação com o corpo do homem encontra-se em outras expressões como: «estar *abarbado* com trabalho», «êsse assunto tem-me dado água pela barba», etc.

Depois de escrito êste parágrafo, encontrei a forma *barbada* nos seguintes passos de Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, Cap. XXXXI: «E surgindo da barra para dentro defronte de hũa povoação pequena que se dezia Taiquilleu, nos vierão logo muytos paraços de refresco a bordo, os quais vêdo q̃ eramos gêto nova q̃ elles ally nunca tinhão visto, ficarão muyto espâtados, dizêdo hũs para os outros, grande novidade deve ser esta cõ q̃ nos Deos agora visita, & queira elle por sua bondade q̃ não seja esta nação *barbada* daquelles q̃ por seu proveito & interesse espião a terra como mercadores, e depois a salteão como ladrões, acolhamonos no mato, antes q̃ as faiscas destes tições branqueados no rosto com a alvura da cinza que trazem por cima, queimem as casas em q̃ vivemos, & abrasem os câpos de nossas lavouras, como tem por costume nas terras alheas, . . . » (vol. II, p. 38 da ed. de Costa Pimpão).

Na ed. de 1762, em vez de *nação barbada* lê-se *nação barbara*.

No cap. LXVIII da mesma *Peregrinação* (p. 161 da ed. de Costa Pimpão, 1945) lê-se: «Os Chins parecendolhe que podia ser aquillo assi, olhavão hũs para os outros a maneyra de espanto, & dezião, certo que muyto grandes Reys ha no mûdo de que os nossos antigos escritores não tiveraõ nenhũa noticia, para fazerem menção delles nas suas escrituras, & hum destes Reys de que mais caso se devera de fazer parece que deve ser o destes homês, porque

segundo o que delle temos ouvido he mais rico & mais poderoso & senhor de muyto mayor terra que o Tartaro nê o Cauchim, & quasi que se pudera dizer, se naõ fora peccado, que emparelhava co filho do Sol, lião coroado no trono do mundo, o q todos os outros q estavam à roda lhe cõfirmavão, & dizião, isso bem claro està, & bem se vê pelas muytas riquezas que esta nação *barbada* geralmente possuiue em toda a terra por força de braço armado, em afronta de todas as outras nações».

26 — **Destrinçar.** — Antes de mais nada' convém transcrever na integra o que sôbre esta palavra escreveu a Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos na *Revista Lusitana*, III, págs. 143-144:

«*Destrinça* bem quem observa ou considera atentamente, distinguindo e examinando por partes, ou quem analisa ou expõe por miúdo os pormenores de um assunto, quer seja questão juridica, filosófica, filológica, quer outra qualquer. *Destrinça* ainda quem distribue os encargos de um fôro pelos diferentes interessados. Uma *destrinça* (substantivo verbal, derivado) é o acto de esmiuçar com cuidado. *Destrinçadamente* equivale a *separadamente*. Conheço três variantes da mesma palavra: a usual, *destrinçar*, que tem hoje foros de literária e està em todos os dicionários; *estrinçar*, que recolhi nos autos de António Prestes (págs. 121 e 144) e *destinçar*, que já anotei na *Prática de três pastores* (1.^a 138 e 993). ¿Qual delas será a primitiva? ¿ou qual mais se aproxima da primitiva? As diferenças são deminutas, mas ainda assim importantes. Trata-se de saber: 1.º) se o *es*, substituído mais tarde por *des*, é a pronúncia nacional de um *s* impuro latino; ou se *des* e *es* (que tantas vezes se empregam indistintamente) são os representantes das sílabas *dis* e *ex*; e, em caso que sim, se estas sílabas foram prefixadas a uma palavra que principiava com *s*, ou com *t*; 2.º) se o *r* de *destrinçar*, *estrinçar*, pertenceu à forma primitiva, caindo posteriormente; ou se aconteceu o inverso, epêntese eufónica ou analógica de *r*.

«Um tipo *dis-tinctiare*, ou *ex-tinctiare*, de *tinctus* não serve, de modo algum, quanto ao sentido. Resta, portanto, decidir, se o étimon é **distinctiare*, de *distinctus*, ou **strictiare* de *strictus*. Em ambos os casos teríamos exemplos, e bons exemplos, de verbos participiais, derivados por meio de *i*: paralelos, portanto, a *coçar* = *coctiare*; *caçar* = *captiare*; *roçar* = *ruptiare*; *traçar* = *trac-tiare*; *destroçar* = *destructiare*; *despachar* = *dis-pactiare*; *chuchar* = *ex-suctiare*; *escarçar* = *ex-carpiare* e tantos outros.

«Quanto à significação, *distinctiari* contenta de tal modo que eu falei em tempos a favor desta (minha) etimologia. O *r*, porém, explica-se difficilmente. Há com effeito, na lingua portugueza e na castelhana, certa tendência para introduzir um *r* depois do grupo *st*, embora os doutrinários mais illustres da nossa arte a neguem. Mas na maioria dos casos vê-se o *porquê* do *r* adventício: ora elle é o eco de outro *r* ou *l* radical da palavra-módello (como em *lastro* e *listra*); ora houve confusão de suffixos (como em *Calistro* e *Cislistro*); ora é o produto da analogia (como em *estrêla* por causa de *astro*; *celestre* por causa de *terrestre*; *lagostra* porque rima com *ostra*; *mastro* por causa de *lastro*, *nastro*, *astro*, *canastro*, etc.¹). Mas para explicar o *r* de *destrinçar* todos estes expedientes falham.

«Virei-me por isso para **strictiari*, cuja forma é ainda preferível, e que não oferece grandes difficuldades quanto ao sentido. De *apertar*, *comlateral de perto*, por *strictius interpretari* (traduzir e interpretar com exactidão e rigor) não há muitos passos a dar para chegar à idéia: *discernir*, *distinguir*, *destri(n)çar*. A ressonância nasal antes do *i* podia ser meramente portugueza como p. ex. em *cinze* e *sincero*. É, contudo, mais provável que fôsse latina: *strictus* por *strictus*, como **pinctus* por *pictus* (*pintar*, *pintor*, *pinel*, *pinto*, etc.) e *finctus* por *fectus*²; por analogia com *ciactus*, *extinctus*, *tinctus*, *linctus*. — *Destinçar* (que é forma pouco usada, desconhecida aos mais), por influencia de *distinguir*, *distinto* e *instinto*, que se referem igualmente à intelligência distinctiva do homem.»

Leite de Vasconcelos, *Opusculos*, II, p. 104, diz; «*destrinçar*, declarar. (Noutras partes *destrinçar* significa *aclarar*, *separar* — A base é *destringere*; isto é, **destrinctus* (por *destrictus*), de onde **destrinctiari*; cf. *aguçar*, *caçar*, etc., também de participios)».

A transcrição foi longa, mas indispensável para o meu objectivo. Como se vê, a Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos hesitou muito antes de se fixar num critério, o que é importante para mostrar ao leitor que a tarefa etimológica é coisa séria, mesmo para os filólogos da envergadura da Senhora D. Carolina.

¹ «*Atrônito* (em Galiza) por influencia de *estrondo* = *ex-tonitrus*, que está por *estrondo* e vem directamente do latim vulgar *tronitrus*; *restreva* por *resteva*. Mas *astrúcia*? *estralido*? *tranda*? *testro*? *testro*? *hastra*? para não sair do grupo *stro*».

² «*Fintar* (de *finctus*, participio de *fin gere*) significa em Penafiel (e em outras terras) trabalhar a massa do pão (= *kneten*) e levedá-la. *Fintadeira* é a tábua sobre a qual as padeiras amassam».

Por outro lado, se bem que sejam da Senhora D. Carolina, as palavras transcritas encerram algumas afirmações que não resistem, a meu ver, a uma crítica rigorosa. Este juízo não envolve apoucamento do alto saber da Autora, pois não devemos esquecer-nos de dois factos da maior importância: de um lado o haver sido escrito esse artigo há já cinquenta anos (1895), e de outro lado a delicadeza da investigação etimológica.

Ao propor-se investigar a etimologia da palavra portuguesa *destrinçar*, a Senhora D. Carolina começou por pensar num étimo **distinctionare*, formado do part. *tinctus* do v. *tingere*, tingir, mas a breve trecho pôs de parte tal idéia por não encontrar justificação semântica; a seguir lembrou-se de outra forma **distinctionare*, derivada de *distinctus*, part. do v. *distinguere*, distinguir, mas também a pôs de parte, porque, embora ela satisfizesse semânticamente, encontrou dificuldade em explicar o aparecimento de um *r* epentético na forma portuguesa; finalmente deu a preferência a **strictiare*, derivado do part. *strictus* do v. *stringere*, cerrar, apertar, que, embora tenha o problema da explicação da nasalidade do *i*, «não oferece grandes dificuldades quanto ao sentido».

Para explicar o *i* nasal de *destrinçar* lembrou-se das formas **distinctionare* de *tinctus*, e **distinctionare* de *distinctus*, mas estas formas não explicavam o *r*, que há na portuguesa.

Para explicar esse *r*, procurou primeiro estabelecer um paralelo com formas como *lista* > *listra*, mas pouco depois veio-la procurar a explicação desse *r* noutro étimo, *strictiare*.

Esta última forma resolvia o problema de *r*, mas provocava outro, que as duas primeiras não provocavam, que era o do *i* nasal. Aqui a Senhora D. Carolina apelou para uma nasalização «meramente portuguesa como p. ex. em *cinzel* e *sincero*», que é explicação que não podemos de modo nenhum aceitar.

Como se vê da transcrição supra, Leite de Vasconcelos tinha opinião igual à última da Senhora D. Carolina.

Confesso que me não dou por convencido. Vou por isso sugerir uma nova hipótese: ¿ não estará *destrinçar* por *destrançar*?

Semânticamente, creio que nada há a opor; foneticamente, creio que justifica a transformação do *an* em *in* a comparação com as seguintes palavras:

Arrancar > *arrincar* e *desarrincar* (pops.); *avançar* > *avincar* (pop.); *atravancar* <> *atravincar* (?); *combóio* > *cambóio* (pop.) > *quimbóio* (pop.); *jantar* > *jintar* (pop.); *grampar* <> *grim-*

par (?); *lamber* > *limber* (pop.); *mortandade* > *mortindade* (arc.); *trancar* <> *trincar* (?).

Aqui fica a sugestão.

27 — **Embrulho.** — Eis-nos em presença de um excelente exemplo para o aluno se exercitar na tarefa etimológica.

Para muitos, a origem desta palavra é um caso arrumado. Contudo, como vamos ver a seguir, uma critica miúda e rigorosa prontamente nos mostra que o assunto não está satisfatoriamente resolvido.

Comecemos por consultar os tratadistas, que tenho à mão:

— Cornu, *Port. Spr.*, § 140: «*embrulho* **invorucum* = *involucrum*», e no § 186: «*embrulhar* oder *emburilhar* sp. *emburujar* *involucrare*».

— J. J. Nunes, *Gram. Hist.*, p. 58 (2.^a ed.): «... *baralhar* (a-par-de *embrulhar*),...», e na p. 121: «Igual troca deu-se ao actual *embrulhar*, antes *envorulhar* (também *envorilhar*¹, por dissimilação), como representante de **invorucare* (por **involucrare*, metátese), no qual caiu portanto, para formar grupo, o -o- que separava o *v* do *r*. Parece contudo que o grupo *vr* não era muito do gosto da língua, a julgar da intercalação de uma vogal anaptixica ou deslocação de um dos seus elementos (metátese), a desfazê-lo, como se observa em *fevereiro*, *fêvera*, *sovereiro*, *soveral*², *trevas* (sic. Provavelmente queria dizer *terevas*) (arc.), *frávega* (sic. Provavelmente queria dizer *ferávega*), etc.».

— Körting, LRW, 5139, não regista *embrulho* nem *embrulhar*, mas apenas *emburilhar*, onde diz: «**invölucro*, -äre, einwickeln; dav. nach Cornu, Gröbers Grundriss I 767, span. *emburujar*, port. *emburulhar*, *barulhar*, *marulhar*, verwirren, vgl. R XXVII 231».

¹ «Na Virtiosa Beneficência do Infante D. Pedro, pág. 287 da edição da Câmara do Porto lê-se: «digeiramente cayrá em error o que em taes casos se muyto *envorilhar*». A forma *envorulhar* ou *eneurulhar* ocorre nas *Cantigas de Santa Maria*».

² «É já antiga nestes dois vocábulos a inserção da vogal anaptixica, como se vê de documentos do séc. XIII, onde se lê *Sovereira*, *Sovereiro*, *Soveroso*, *Soverido*, *Soveral* e *Soberado*, a-par-de *Sobratello* ou *Sobradelo*. Em um documento de 1258 aparece *Sobordelos* e na actual toponímia encontram-se *Soborido*, *Saborida*, *Saboroso* e *Saborosa* (a-par-de *Sabroso* e *Sabrosa*) em que persiste o *e*, mas trocado em *o* por influência, a meu ver, da consoante que o precede».

— Adolfo Coelho, *Dic.*: «Fr. *embrouiller*, *brouiller*, ital. *imbrogliare*, hesp. *embrollar*». Com isto, ao que parece, limitou-se a indicar a correspondência mórfica com o francês, o italiano e o castelhano: não dá étimo para nenhuma das línguas.

— Diez e Meyer-Lübke não registam a palavra, salvo erro.

— Embora não seja autoridade na matéria, a título de curiosidade digamos que Duarte Nunes de Lião, *Origem da Língua Portuguesa*, cap. XII, em 1606 incluía a forma portuguesa *embrulhar* na lista *Dos vocabulos que tomamos dos Italianos*.

Do que fica exposto concluímos em resumo:

a) — que os três primeiros autores citados estão de acôrdo em que as formas *embrulho* e *embrulhar* (ou *emburulhar*, *emburilhar*, *envorulhar*, *envorilhar*) têm por base directa ou indirecta a forma latina *involucru*-;

b) — que Cornu num parágrafo tira *embrulho* de *involucru*- e noutro tira *embrulhar* de *involucrare*, isto é, considera independentes essas duas formas: nem se tirou *embrulhar* de *embrulho*, nem *embrulho* de *embrulhar*;

c) — que J. J. Nunes não fala de *embrulho*, mas apenas de *embrulhar*, que deriva de **involucrare* mediante a evolução **involuclare* (por metátese) > *envorulhar* > *embrulhar*. Consideraria o A. a forma *embrulho* um regressivo de *embrulhar*?

d) — que Körting, como J. J. Nunes, não fala de *embrulho*. Também não fala de *embrulhar*, mas regista *emburulhar*, que para o efeito é o mesmo, e que deriva de **involucrare*;

e) — que Cornu admite a correspondência mórfica do port. *embrulhar* com o cast. *emburujar*, mas não se refere ao cast. *embrollar*, nem ao ital. *imbrogliare*, nem ao fr. *embrouiller*. Também se não refere à correspondência mórfica, que admite J. J. Nunes, de *embrulhar* com *baralhar*, nem à que admite Körting de *embrulhar* (ou *emburulhar*) com *barulhar* e com *marulhar*;

f) — que J. J. Nunes admite a correspondência mórfica entre *embrulhar* e *baralhar*, e não faz referência alguma a nenhuma das formas citadas das outras línguas românicas;

g) — que Körting, como Cornu, admite a correspondência mórfica do port. *embrulhar* (ou *emburulhar*) com o cast. *emburujar*, e, também como Cornu, não se refere ao cast. *embrollar*, nem ao ital. *imbrogliare*, nem ao fr. *embrouiller*. Não se refere à correspondên-

cia, que admite J. J. Nunes, entre as formas portuguesas *embrulhar* e *baralhar*. Admite a correspondência mórfica entre as formas portuguesas *embrulhar*, *barulhar* e *marulhar*, mas não faz referência alguma às formas castelhanas *barullo* e *marullo*.

Pôsto isto, examinemos a hipótese de que *embrulho* vem de *involucru-*, e *embrulhar* vem de *involucrare*. Segundo os partidários desta hipótese, a evolução fonética das duas formas teria sido esta :

involucru- > *inoruclu-* (metátese) > *inorulho* (*cl* > *lh*) > *embrulho* (síncope do *o* protónico; *in-* > *em-*; e *-vr-* > *-br-*)
involucrare > *inoruclare* (metátese) > *inorulhar* (*cl* > *lh*) > *embrulhar* (síncope do *o* protónico; *in-* > *em-*; e *-vr-* > *-br-*).

À primeira vista esta evolução é clara, e tanto que filólogos como os acima citados não viram nela dificuldades. Contudo, com o devido respeito, ela não me parece tão clara como isso. Vejamos :

a) — se bem que a metátese apontada não seja impossível, pelo menos em português (Cf. os meus *Elementos*, §§ 204-218), no caso presente ela iria contrariar uma tendência forte da nossa fonética : a passagem de *cr* a *cl*, salvo erro, nunca se dá; a de *cl* a *cr* é normal, quando intervocálico e protónico (Cf. os meus *Elementos*, § 368);

b) — supondo que tal metátese se deu, apesar de contrariar a tendência citada na alínea anterior, a passagem posterior do grupo *cl* a *lh* compreende-se na evolução de *inoruclu-*, mas não na de *inoruclare*, porque, segundo a regra, o grupo *cl* intervocálico só passa a *lh* em sílaba postónica (Cf. os meus *Elementos*, § 369); em sílaba protónica passa a *cr*, isto é, no caso presente teria de voltar à primeira forma, *inoruclar*, e depois sonorizar-se-ia em *gr*: *inorugar* (Cf. *joc(u)lare-* > *jocrar* > *jograr* > *jogral*). Isto leva-nos a concluir que, admitindo a citada metátese, é possível que *involucru-* tivesse dado *embrulho*, mas já não é possível que *involucrare* tivesse dado *embrulhar*. Neste caso teríamos de concluir que *embrulhar* se teria formado dentro do português e posteriormente de *embrulh(o)* + *ar*. Dêste modo a evolução regular devia ser :

involucru- > *inoruclu-* > *enorulho* > *enrulho* > *embrulho*
involucrare > *inoruclare* > *enoruclar* > *enorugar* > *enru-
 grar* > *embrugar* > *embrugar*.

Se esta evolução de *involucrare* > **embrugar* fôsse demonstrada, seria caso para se pensar numa nova hipótese a respeito de outra palavra, que é *esburgar* ou *esbrugar*.

Cornu, *Port Spr.*, § 149, diz provir *esburgar* de *esbrugar*, mas para êste não indica étimo. Adolfo Coelho, *Dic.*, deriva *esburgar* de *expurgar*, mas esta hipótese é insustentável, visto que o *e* entre consoante e vogal se não sonoriza em *g*.

Partindo de um **exvolucrare*, poderíamos chegar a *esbrugar* e daqui a *esburgar*; assim:

**exvolucrare* > *exvoruclare* > *exvorucrar* > *esvrugar* > *esbrugar* > *esburgar*.

Semânticamente *esburgar* ou *esbrugar* condiz com **exvolucrare*, visto significar «Tirar a casca a. Separar da carne (os ossos)» C. de F.

No princípio dêste parágrafo citei opiniões de alguns tratadistas sobre o étimo de *embrulho* e *embrulhar*, e vimos que Cornu e Körtling só relacionam com o port. *embrulhar* o cast. *emburujar*; não relacionam com essa forma portuguesa a castelhana *embrollar*, a italiana *imbrogliare* e a francesa *embrouiller*, ao contrário do que faz Adolfo Coelho.

Vejamos agora o que dizem os tratadistas sobre estas últimas:

— Acad. Esp., *Dic.*, s. v.: «Embrollo... (De *en* y *brolium*, bosque, matorral, y este del b. gr. *περιέωλον*, bosque cerrado)», *burujo* vem de *borujo*, e êste «Del b. lat. *volucrum*, y este del lat. *volvère*, envolver».

— Covarrubias, *Tesoro*, não regista nem *embrollo*, nem *embrollar*, nem *emburujar*, mas regista *burujo*, a respeito do qual diz: «*Burujo* de uva, lo que queda del hollejo y los granillos exprimido el mosto. *Latine acini, acinorum*. El burujo de la azeituna, *sansa, ae*, Antonio Nebrisense. Púdose dezir *burujo quasi bruhujo*, del nombre latino *bruchus*, el pulgón que roe las viñas, porque dexa en el suelo una broça dessustanciada de lo que há roído, como si le huviera estrujado en el lagar». — Cito aqui Covarrubias, não pelo seu valor científico, mas pelas informações que nos dá no campo semântico.

— Arturo Angeli, *Dic.*, não atribue étimo algum a *imbroglio*, mas a *imbrogliare* sim: «da *in* e *bròglio*». Em *bròglio* diz: «da *bròlo*», e neste acrescenta: «dal basso lat. *brogilus*, del celt. *brog*, altura».

— Palazzi, *Diz.*, não indica étimo para *imbroglio*, nem para *imbrogliare*; a respeito de *broglio* diz que é de «etim. inc.», e a respeito de *bròlo* diz: «dal lat. med. *brogilus* di origine celtica, verziere».

— Zingarelli, *Voc.*, não dá étimo para *imbroglio*, mas na definição dá como sinónimos *invoglio* e *broglio*. Ao primeiro destes não atribue étimo algum; o segundo não o regista, mas regista *brogliare*, que tira de *broglio* e este de *bullu*.

A respeito de *bròlo*, que inclue na definição de *brogliare*, e de que dá as formas arcaicas *bruolo* e *broilo*, atribue o étimo céltico *brogilus*, «boschetto, recinto».

— Zambaldi, *Voc.*, diz: «*Bròlo bròlio* sm. macchia selvosa cinta di siepe o muro: luogo piantato d'alberi fruttiferi: verziere; mlt. (= latim medieval) *brogilus broilus brolius*, che sembra d'origine celtica, affine a *brog* citato alla. brocca. Dal vb. *sbrollàre* trns. sfogliare, è l'ad. *sbròllo* e da questo para derivato **sbrullo brúllo* ad. detto d'albero o compagna spoglia di verzura. (Il Muratori da perula, **ex-perulus* derubato della sacca; altri da biotto **blotto* nudo, sparuto). L'it. *bròglio* sm. maneggio illecito per ottenere uffici, pratica furbesca, è creduta dal Diez la stessa parola, nel primo senso germoglio: ma più probab. è traslato dai sentieri intricati della macchia. (Il Caix lo riferisce a bolla, buglio con rinserita). *Brogliare* intr. usare brogli, brigare. *Imbròglio* sm. intrigo, difficoltà, inganno astuto; pegg. imbrogliaccio; *imbrogliare* trns. arruffare una cosa...»

— Littré, *Dict.*: «*Embrouiller*... Étym. En et brouiller; espagn. *embrollar*; ital. *imbrogliare*». — «*Brouiller*... Étym. Provenç. *bruelhar*, *brothar*, *bruillar*, *bourgeonner*, surgir; catal. *brollar*, même sens; ital. *brogliare*, *brouiller*, remuer; d'après Diez, du même radical que *breuil* (voy. ce mot); la série des sens étant *bourgeonner*, surgir, pousser, remuer, troubler. On ne peut le rattacher à *brouillard*, qui, en raison de la forme *brouas*, ne concorde pas par les lettres, et qui n'a pas le sens de *bruiller*. Scheler, écartant le prov. *brothar*, voit dans *brouiller* l'all. *brudeln*, *bouillonner*».

Em *breuil* diz: «Étym. Provenç. *brueth*, *bruoil*; anc. ital. *broglio*, *bruolo*; bas-latin, *brogilus* et *broilus*, dans les Capitulaires. La forme *brogilus* indique un radical *trog*, qu'on trouve dans le celtique: Kymri, *brog*, élévation, gonflement, signification qui a de l'affinité

avec celle de bourgeonner. Le sens de bourgeonner est dans le portugais *a-brothar*, et celui de se soulever dans l'italien *broglia*, révolte. Diez remarque que, si le mot est celtique, il a du moins reçu une empreinte germanique, l'affixe *il* (*bro-il*) ne pouvant être qu'allemand; aussi signale-t-il le verbe allemand *brogen*, se soulever. *Breuil* est, en France, le nom de plusieurs localités, et Dubreuil un nom propre fort répandu.

— Hatzfeld, Darmesteter et Thomas, *Dict.*: «*Embrouiller*... Étym. Composé de la particule *en* (lat. *in*) et *brouiller*». — *Brouiller*... Étym. Origine inconnue. Qqns le rattachent à *breuil*; d'autres, à l'allemand *brodeln*, bouillonner: aucune hypothèse n'est satisfaisante.

Em *breuil* diz: «Étym. Du bas-lat. *brogilum*, m. s. qui paraît être la transcription d'un mot gaulois (Cf. breton *bro*, contrée)».

— Bloch, *Dict.*: «*Embroniller*, voir *brouiller*». — «*Brouiller*... Vraisemblablement dérivé de *bro(u)*, qui a pris le sens de *boue*, *écume*, attesté dans de nombreux parlers septentrionaux, v. *brouet*, avec la terminaison de verbes tels que *fouiller*, *mouiller*, *souiller*, etc.».

Em *brouet* diz: «Dérivé d'un simple peu usité *breu*, sorte de bouillon, cf. de même ancien provençal *bro(u)*, id., italien *brodo*, emprunté de l'ancien haut allemand **brod*, cf. anglais *broth*; cet emprunt est dû au fait que les Germains faisaient à la soupe une place importante dans leur nourriture, tandis que les Romains ne la connaissaient pas».

Como se vê, o problema é mais complicado do que parece à primeira vista. Eu, por mim, considero-o ainda por resolver. Aqui deixo aos meus alunos alguns dados para meditarem. Oxalá encontrem a solução, que eu não pude encontrar.

28 — **Empurrar**. — Que eu saiba, só Antenor Nascentes, *Dic.*, sugeriu um étimo para o vocábulo português *empurrar*, embora com mostras de dúvida: «Talvez do esp. *empujar*, tomada a aspirada gutural *j* como um *rr*».

Sem conhecer esta opinião de Antenor Nascentes, cheguei à mesma conclusão, quando um dia em Salamanca ouvi pronunciar o cast. *empujar* tal como os portugueses de *r* múltiplo velar pronunciam *empurrar*, com a diferença apenas de que, enquanto esse *r* do port. *empurrar* é sonoro, o do cast. *empujar* é surdo.

Examinando com cuidado a maneira como os castelhanos das regiões de Salamanca e de Madrid, pelo menos, pronunciam o *j*, mormente junto das vogais velares *u* e *o*, verifiquei que êle soa nitidamente como *r* múltiplo velar surdo. Dêste modo aceitei como absolutamente possível a evolução fonética do cast. *empujar* no port. *empurrar*, com *r* múltiplo velar, que depois passaria a *r* múltiplo apical na boca dos portugueses, que estão habituados a essa modalidade de articulação do *r* (Cf. os meus *Elementos*, §§ 58-61).

Se foneticamente é possível que o étimo do port. *empurrar* seja o cast. *empujar*, semânticamente não pode haver a mais pequena dúvida, visto que as duas formas significam em absoluto o mesmo.

A forma genuinamente portuguesa e correlativa da castelhana é *empuxar*, ambas representativas do lat. *impulsare*.

O *Dic.* da Acad. Esp. regista *empurrarse*, usado em Costa Rica, Guatemala e Honduras. Não é impossível que se trate de um portuguêsismo importado do Brasil, embora tivesse havido uma alteração semântica, pois que passou a significar ali *enfadar-se*.

A citação mais antiga, que pude alcançar, é de Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, Cap. 192: «E abraçando-se ambos, estiveraõ assim por hum grande espaço chorando hum com outro, até que o Chircá mandou a Balthasar Soares que se affastasse: porêem êlle o não fez, porque se não podia desapegar de seu pay: mas os Ministros o tiraraõ dalli por força, e lhe deraõ hum tamanho *empurraõ*, que o esmecharaõ na cabeça, e sobre isso lhe deraõ muitas pancadas, de que o pay cahio com hum vágado esmorecido no chaõ, . . .» (Sirvo-me da ed. de 1762).

Blateau, *Vocab.*, 1713, regista o verbo *empurrar*.

29 — **Gajo.** — Sobre a etimologia desta palavra dissertou Gonçalves Viana nas *Apostilas*, I, págs. 493-494, propondo o étimo caló *Gachó*.

Nas *Emendas*, porém, pág. 546 do mesmo volume, o Autor admite outra hipótese, qual é a de supor que *gajo* é um regressivo de *gajão*, «que parece, mas não é, aumentativa, e está mais próxima de *gachón*; . . .».

Adolfo Coelho, *Dic.*, limita-se a dizer: «D'origem cigana». Em *Os Ciganos de Portugal*, pág. 28, fala-nos de *gaché* e de *gajon* como segue:

«*gaché*, s. m. Collega. (Um quidam. Vasc.). Git *gaché*, *gachó*. s. m. Varon, mancebo. Mayo, *gachó*, s. m. A gentleman. Caballero.

Properly, Any kind of person who is not a Gypsy. Qualquer homem que não seja Jitáno. Borrow.

«*gajon*, s. m. Gajo. Git. *gachó*. Vid. *gaché*».

Não sei desde quando se usa esta palavra em português. O registo mais antigo que pude encontrar é de 1881, feito pelo *Dicionário Contemporâneo*. Não o registam nos respectivos *Dicionários*: Bluteau (1713), Constâncio (1873, 10.^a ed.), Domingos Vieira (1873).

A hipótese de Gonçalves Viana não me parece satisfatória. Não encontro nas outras línguas românicas nenhuma forma que, nem de longe, possa servir de termo de comparação. Por isso vou sugerir uma nova hipótese: ζ não será *gajo* um regressivo de *gajeiro*, aquele que do cêsto da *gávea* dos barcos vigia o mar?

Na essência do significado da palavra *gajo*, tal como se emprega hoje, há qualquer coisa de esperteza, de olho vivo, qualidade indispensável ao *gajeiro*.

Se nas outras línguas românicas não há nenhuma forma correspondente a *gajo*, outro tanto não acontece com *gajeiro* e mais claramente com *gávea*. Vejamos:

Gajeiro (port.), *gaviero* (cast.), *gabbieri* (ital.), *gabier* (fr.).

Gávea (port.), *gavia* (cast.), *gabbia* (ital.), *gabie* (fr.).

As formas *gaviero* (cast.), *gabbieri* (ital.) e *gabier* (fr.), creio que sobre isso não pode haver dúvida, correspondem morfológicamente a *gavia*, *gabbia* e *gabie*, e até possivelmente são destas derivadas nas respectivas línguas. ζ Poderemos dizer outro tanto a respeito das formas portuguesas *gajeiro* e *gávea*?

A conexão semântica existente entre os significados de *gajeiro* e *cêsto da gávea* é evidente, visto que o lugar do *gajeiro* é precisamente o *cêsto da gávea*. Esta conexão e a correspondência mórfica e semântica das formas acima citadas, castelhanas, italianas e francesas, fundamentam de certo modo a presunção de que entre as formas portuguesas *gávea* e *gajeiro* há também correspondência mórfica, isto é, de que *gajeiro* é um derivado directo ou indirecto de *gávea*.

Se assim é, como explicar o fenómeno? ζ de *gávea* poderíamos formar *gavieiro*? ζ Poderemos admitir que de uma forma **gavieiro*, desconhecida, se tivesse passado por evolução fonética a *gajeiro* ou *gajeiro*?

A hipótese de uma evolução **gaviariu- > *gavieiro > gajeiro* ou *gajeiro* não nos deve impressionar demasiadamente, porque há duas outras palavras portuguesas, cujas origens não estão ainda esclarecidas, e que não é impossível poderem explicar-se de modo análogo. Refiro-me a *ligeiro* e a *brejeiro*.

Vejamos o que se tem dito a respeito de cada uma destas duas formas:

Ligeiro. — Diz Antenor Nascentes: «Do fr. *léger*, leve (M. Lübke, REW, 5003). Pacheco e Lameira, *Gram. Port.*, 390, tiraram do lat. *aligeru*, que traz asas, alado. Nunes, *Gram. Hist. Port.*, 140, apelou para o lat. *leviariu*; Cortesão igualmente e A. Coelho. Só o francês explica satisfatoriamente o g. *Leviariu* deu o fr. ant. *legier* donde saiu o actual (V. Brachet, M. Lübke, *Gram.*, I, 455)».

O texto de Meyer-Lübke é em REW, 5003: «**leviarius*, leicht. Frz. *léger* (>it. *leggiero*, engand. *liger*, friaul. *lidzer*, sp. *ligero* pg. *ligeiro*), prov. *leugier*, kat. *lleuger*. —, . . . ».

Não compreendo bem a razão por que o port. *ligeiro* não pode ter vindo directamente do lat. **leviariu*-, bem como o cast. *ligero*, e o ital. *leggiero*.

Brejeiro. — Diz Antenor Nascentes: «A. Coelho deriva de *brejo* e suf. *eiro*; individuo que vai ao brejo, vadio. Figueiredo deriva talvez do esp. *brechero*, trapaceiro, o que joga com dado falso; Franco de Sá, *A Língua Portuguesa*, 224, concorda com esta opinião. G. Viana, *Apost.*, I, 167, aceita a derivação de *brejo* e cita a explicação de certo dicionário: porque nos brejos se fazem coisas brejeiras».

De *brejo* diz: «A. Coelho deriva do b. lat. *bratu*, lama, lodo. G. Viana, *Apost.*, I, 167, declara desconhecido o étimo, pois o gr. *bragós*, paúl, o mais plausível, oferece grandes dificuldades fonéticas e mesmo históricas, para de leve poder aceitar-se. Figueiredo tira do gr. *bragós* um lat. hipotético **bragiū*. Cortesão cita um b. lat.: *Et venit per vallem et tendit ad bregium* (Leges, pág. 672-A. 1257). Garcia de Diego, *Contr.*, 655, relaciona com o lat. *voragine*, abismo».

Antes de mais nada, convém esclarecer que G. Viana propriamente não aceita que *brejeiro* vem de *brejo*. As palavras dêle são: «De *brejo* parece provir *brejeiro*. . . ».

Creio patente que nenhuma das hipóteses apresentadas satisfaz. Vou por isso aventar uma nova: *brejeiro* ou *bregeiro* < *breviariu*-. Neste caso teríamos de admitir que *brejo* é um regressivo de *brejeiro* ou *bregeiro*, e não *brejeiro* um derivado de *brejo*.

30 — **Nigromancia**. — Nos meus *Subsídios para o estudo das conseqüências da analogia em português*, § 86, falei assim desta palavra: «Diz-se hoje correntemente *nigromancia* por *necromancia*,

por analogia com o lat. *nigru-* (etimologia popular)». Em nota mandando ver Mário Barreto, *Através do Dicionário e da Gramática*, p. 39, e Menéndez Pidal, *Manual de Gramática Histórica Española*, p. 158 (5.ª ed.).

As palavras de Mário Barreto são estas: «A forma *nigromancia* foi contaminada por etimologia popular com o latim *nigrum*, negro, em oposição à magia branca ou inofensiva».

As de Menéndez Pidal, transcritas agora da 6.ª ed., p. 191, são: «En la palabra de origen griego *necromantia* (νεκρομαντεία, evocación de los muertos) creyeron descubrir los semieruditos evidente relación con la magia negra, y pronunciaron *nigromancia* y *nigromancia*».

Esta opinião, que outrora perfilhei, como se vê do que fica transcrito, não me parece hoje indiscutível. A doutrina, tal como está exposta, dá a impressão: 1.º de que essas formas só existem no português e no castelhano; 2.º de que essas formas resultam indiscutivelmente da acção analógica do latim *nigru-*; 3.º de que que essa acção analógica produziu um caso de *etimologia popular*, não surgido da boca do povo, mas da de *semi-eruditos*; 4.º de que a alteração de *necromancia* em *nigromancia* não é muito antiga.

Nada disto, porém, é verdadeiro. Vejamos:

1.º — em tôdas as línguas românicas, de uma maneira geral, existem formas paralelas: port.: *negromancia* e *nigromancia*, *negromante* e *nigromante*; cast.: *nigromancia*, *nigromante*; ital.: *negromanzia* e *nigromanzia*, *negromante* e *nigromante*; fr.: *négromancie* e *nigromancie*, *négromance* e *nigromance*, *négromant* e *nigromant*, e no arc. *nigremance*, *ningremance*, *lingremance*, *ingremance*; prov.: *nigromancià-s*;

2.º — as formas portuguesas datam pelo menos do século xv, se não do xiii; as castelhanas pelo menos dos fins do xvi; as francesas pelo menos do xii; das italianas não alcancei dados.

Da *Demanda do Santo Graal* (ed. de Augusto Magne, Rio de Janeiro, 1944) transcrevo os seguintes passos:

«...; mas Canabos, o encantador, que foi ante rei Uter Pandragon e que era o mais sisudo de *negromancia*, que havia no reino de Logres,...» (II, § 540).

«...; mas nom estudava em nê ãa arte tam de grado como em *nigromancia*.» (II, § 604).

Como se vê, as duas formas, *negromancia* e *nigromancia*, são antigas em português.

No *Prefácio* diz Augusto Magne: «Apenas recordamos que êste inestimável tesouro lingüístico pertence ao terceiro quartel ou mesmo a meados do século XIII; a única transcrição, contudo, que dêle nos resta, contida no manuscrito de Viena, é uma cópia, parcialmente modernizada, do século XV».

Quere dizer: se essa cópia é fiel na parte transcrita acima, as formas citadas são do século XIII; se não é fiel e é a de Augusto Magne, são pelo menos do século XV.

Em Espanha, pelo menos nos princípios do século XVII, a forma *nigromancia* já se usava, pois que Covarrubias a regista no seu *Tesoro* (1611), onde diz: «Arte de adivinar invocando los muertos, latine *necromantia*, a graeco νεχρομαντια, a νεκρος, mortuus, μαντια, *divinatio*... Nigromántico, el que usa desta superstición».

Em Portugal, além da citação da *Demanda do Santo Graal*, convém fazer a de Bluteau, *Vocabulario Portuguez & Latino*, 1716, que regista as duas formas: *nigromancia* e *negromancia*.

No que se refere às formas francesas, convém transcrever o que dizem alguns lexicógrafos:

Litttré, *Dict.*, s. v. *nécromance* e *nécromancien*: «Hist. XII^e s. Astronomie (il) sut bien et *nigromance*, Ronc. 165. || XIII^e s. (Les deux statues) Si disoient par *nigromance* De tout leur bon, de leur enfance, *Romancero*, p. 59. || XV^e s. Ne cuidez par *nygromancye* Estre invisible... Ch. D'Orl. Rondeau. || XVI^e s. Voulez-vous... en sçavoir plus amplement la vérité... par *necromantie*? je vous feray ressusceiter quelque mort..., lequel nous en dira le totaige, Rab. III, 25».

«Étym. *Nécro*..., et *mancie*».

«Hist. XV^e s. Et avoit le roy Henry avecques lui un *negromancien*, Froiss. II, II, 28. || XVI^e s. Aucuns font venir à eux les diables, et interrogent les morts, lesquels sont nommés *necromanciens*, Paré, XIX, 31».

Hatzfeld-Darmesteter et Thomas, *Dict.*, s. v. *nécromancie*, *nécromancien* e *nécromant*: «Étym. Emprunté du lat. *necromantia*, grec. νεχρομαντια, m. s. Aux XVII^e et XVIII^e s. on dit plutôt *nécromance*, forme suppr. par Acad. 1878. || XII^e s. *Nigromance*, Ph. de Thaun, *Comput*, 464. || XIV^e s. *Necromancie*, J. de Mandeville, dans *Delb. Rec.*».

«Étym. Emprunté de l'ital. *negromante*, m. s., § 12 || XVII^e s. V. à l'article. Admis Acad. 1798; suppr. en 1878».

Bloch, *Dict.*, s. v. *nécromancie*: «XIV^e siècle; d'abord *nigromance* ou *-ie*, au moyen âge; en outre *necromance*, au XVII^e et au XVIII^e siècle. — Emprunté du latin de basse époque *necromantia* (du grec *nekromanteia*, de *manteia*, prédiction)».

«Dér.: *Nécromancien*, XIV^e siècle (sous la forme *nigro-*); on a dit aussi au XVII^e et au XVIII^e siècle *necromant* ou *negromant*, emprunté de l'italien *necromante*, *negro-* (ou *nigro-*), emprunté du latin de basse époque *necromantia*, pluriel. Les formes avec *negro-*, *nigro-* sont dues à un croisement avec le latin *niger*, noir, en italien *negro*, cf. *magie noire*, magie qui est censée opérer avec l'aide des démons».

Antes de fazer os comentários que a matéria me sugere, convém transcrever o que dizem Diez, Körting e Meyer-Lübke. Deste modo poderá o leitor fazer a sua critica com mais segurança e formar um juízo sobre o estado da questão:

Diez, EWRS, p. 222: «*Negromante*, *nigromante* it., sp. pg. *nigromante*, wald. *nigromant*, pr. *nigromanciá*, fr. *negromancien* *tottenbeschwörer*; it. *negromanzia*, sp. *nigromancia*, altfr. *nigremance* und *ingremance* Alx. 7, 9, Barl. 211 *tottenbeschwörung*; von *νεκρομαντις*, *νεκρομαντις*. Negro passt mit dem buchstaben allerdings zu *νεκρος*, da *k* leicht zu *g* wird, aber die hinneigung zu *nigro* zeigt, dass man das lat. *niger* darin fühlte (wohin es auch Raynouard stellt), indem man sich darunter einen mit schwarzen dingen verkehrenden dachte, was deutlich aus dem span. *magia negra*, synonym von *nigromantia*, hervorgeht. Ein lat. deutsches glossar schreibt darum *negromancia* 'swartze Konst' Dief. Gloss. lat. germ. 377^b; die zauberbücher hiessen schwarze bücher. S. z. b. Frommann zu Herbot v. 552».

Körting, LRW, 6509, diz: «*νεκρομαντις*, Totenbeschwörer, Zauberer (vgl. *νεκρομαντις*); ital. *negromante*, *nigromante*; prov. *nigromanciá-s* = **nigromantianus*; frz. *negromancien*; span. ptg. *nigromante*. Vgl. Dz 222 *negromante*. Vgl. N° 6510».

LRW, 6510, diz: «*νεκρομαντις*, Totenbeschwörung, Zauberei (der erste Bestandteil des Wortes wurde volksetymologisch an *niger* angeglichen, vgl. dtsh. 'Schwarzkünstler'); ital. *negromanzia*; altfrz. *nigremance*; *nigremance*, *ingremance*, *ingremance*, (vgl. Tobler, Misc. 75 Anm. 2); span. *necromancia*; ptg *negromancia*, *nigromancia*. Vgl. Dz 222 *negromante*».

Meyer-Lübke, REW, 5873, diz: «*Necromantes* (griech.) 'Zauberer'. (It. *negromante*, ait. *nigromante*, kors. *gramanti* 'Berggeister'

Guarnerio, RIL. 48,660, wallon. *grimô, grimâsê* 'Kobold' Haust 121; sp., pg. *nigromante*; abruzz. *lariemande* 'Wetterprophet') — Ablt.: sp. *nigromantesa* 'Zauberin'. — Diez 222; Merlo, RDR. 1,251.

REW, 5874, diz: «*Necromantia* 'Zauberei'. (It. *negromanzia*, afrz. *nigremance, ningremance, (1) ingremance* sp. *nipromancia* I, pg. *nigromancia*) — Ablt.: afrz. *negromacien*, prov. *necromansiâ* 'Zauberer'».

Do que fica exposto se vê que não é só de Mário Barreto e de Menéndez Pidal a opinião de que a passagem de *necromancia* a *nigromancia* se explica pela etimologia popular, pela acção analógica de *nigru-*, e não são só eles que falam da *magia negra*.

¿Será essa de facto a explicação? ¿E porque se não há-de admitir nessa passagem a evolução fonética natural e normal em várias línguas românicas do grupo *-cr-* intervocálico em *-gr-*?

A passagem do grupo latino intervocálico *-cr-* a *-gr-* é normal em português e em castelhano (Cf. os meus *Elementos*, § 370, e Menéndez Pidal, *Manual de Gram. Hist.*, § 48); em italiano diz Meyer-Jübke, *Gram. Storica della Lingua Italiana*, § 113: «*-cr-*; nessun esempio sicuro», mas igual fenómeno se deu em *lacrima* > *lagrima*, *secretu-* > *segreto* (Cf. Bourciez, *Éléments*, § 406, c); em francês, *-cr-* intervocálico passou a *-ir-*, como em *lacrima* > *larme* > *larme* (Cf. Nyrop, *Gram. Hist.*, I, § 408); em provençal, também passou a *-gr-*, como em *acre-* > *agre*, *mucre-* > *magre* e *maigre* (Cf. Anglade, *Gram. de l'Ancien Provençal*, p. 167).

Em português, em castelhano e em provençal é absolutamente justificável admitir-se que a passagem de *necromancia* e *negromancia* se tivesse dado pela simples evolução fonética do grupo *-cr-* em *-gr-*, visto que essa evolução é normal nas três línguas; visto que em português e em castelhano há a forma *negro*, proveniente do latim *nigru-*, pode também admitir-se que tal passagem se tivesse dado pela acção analógica de *negro*, embora seja forçada a analogia entre *necro-* e *negro*, e mais ainda entre *necro-* e *nigru-*; em provençal tal analogia talvez se deva considerar mais duvidosa, visto que havia três formas representativas de lat. *nigru-*: *nér*, *neir*, *négre* (Cf. Anglade, *ob. cit.*, ps. 56 e 174, e Ronjat, *Gram. Historique des Parlers Provençaux Modernes*, §§ 347 e 349).

Em italiano não é inadmissível que essa passagem se tivesse dado pela evolução fonética do grupo *-cr-* em *-gr-*, visto que nessa língua há exemplos de tal evolução, como acima ficou dito; quanto à explicação pela analogia, não sei se não deveremos hesitar: é

certo que em italiano há *negro* a par de *nero*, e mas será a forma *negro* antiga no italiano? será ela tão antiga como *negromanzia*? e terá ela por étimo directo o lat. *nigru-*, ou será uma importação do castelhano ou do português *negro*? Não tenho à mão elementos para esclarecer estas dúvidas, que me não parecem descabidas.

Em francês, pelo que ficou acima dito a respeito da sorte do grupo *-cr-* intervocálico, parece que não é justificável a passagem, por evolução fonética, de *necromantia* a *negromancie*; de igual modo a explicação pela analogia com *nègre* não deve ser admissível, visto que esta forma é tardia no francês, muito provavelmente importada do português.

O fundamento de que o termo activo da analogia é o lat. *nigru-* é tentador diante das formas *nigromancia*, *nigromanzia*, *nigromancie*, e mas qual teria aparecido primeiro: a forma em *nigr-* ou a em *negr-*? e Quem poderá responder a esta pergunta?

Por que razão havemos de admitir que da analogia com *negro* (ou com *nigru-*) surgiu a forma *negromancia* (ou *nigromancia*) e não havemos de admitir o contrário, isto é, que da forma *negromancia* surgiu a analogia com *negro*, e daqui, por latinização, se tivesse criado *nigromancia*?

Alguns, ao definirem a palavra *nigromancia* (ou *negromancia*), referem-se de uma maneira ou doutra à *magia negra*. Porquê? e Não será por terem visto na palavra o elemento *negro* (ou *nigru-*)?

Note-se que, se não estou em erro, essa referência não a fazem os antigos: Covarrubias (1611) não fala nisso; Bluteau (1716) também não fala nisso; a Acad. Esp. (2.^a ed., 1783) fala, mas depois deixa de falar (11.^a ed., 1869, por ex.), e depois volta a falar (15.^a ed., 1925, por ex.); a Acad. Franc. não fala nisso nas ed. de 1777 e 1814, que tenho à mão; o *Vocab.* da Crusca não fala na ed. de 1748. — Não vale a pena citar mais.

Daqui talvez se possa deduzir que é relativamente recente o critério da origem analógica das formas em *negr-* e *nigr-*.

Falemos agora dos representantes do lat. *nigru-* nas cinco línguas românicas citadas, porque isso alguma luz lançará sobre o problema.

lat. : <i>nigru-</i> >	port. : negro
	cast. : negro
	ital. : nero e negro
	fr. : noir e nègre
	prov. : nér, neir e nègre

Representarão as formas italiana e francesa evoluções directas do lat. *nīgru*? Meyer-Lübke, REW, 5917, diz: «*Niger* 'schwarz'. Rum. *negru*, it. *nero*, engad. *naïr*, friaul. *neri*, frz. *noir*, prov., kat. *negre*, sp., pg. *negro* (> it. *negro*, frz. *nègre* 'Neger'); ...».

Esta redacção de Meyer-Lübke suscita-me uma dúvida: ¿considerava êle que o ital. *negro* e o fr. *nègre* provêem do port., ou hesitaria entre o port. e o cast., como faz Bloch, *Dict.*, que diz: «*Nègre*, 1526. — Emprunté de l'espagnol ou du portugais *negro*...?»

Provindo o ital. *negro* da forma castelhana ou da portuguesa, resta saber desde quando ela entrou na Itália. É de crer que não seja muito antiga, provavelmente depois do século XV, em consequência dos descobrimentos marítimos dos Portugueses ao longo da costa de África. Neste caso, não vejo uma justificação clara para a hipótese de Darmesteter e de Bloch de que o fr. *negromant* provém do ital. *negromante*.

Littre, *Dict.*, s. v. *Nègre*: «Syn. *Nègre, Noir*. Quand les Portugais découvrirent la côte occidentale de l'Afrique, ils donnèrent aux peuples noirs qui l'habitent le nom de *negro*, qui signifie noir. De là vient notre mot *nègre*. ...».

Darmesteter, *Dict.*, cita Froissart, *Chron.*, IX, 66, Kervyn, para abonar a forma *nigromancien*, e Godefroy, *Dict.*, utiliza a mesma abonação para a forma *negromantien*, transcrevendo o passo: «Et avoit le roy Henry avecques luy un *negromantien* (Froiss., *Chron.*, IX, 66, Kervyn)». Esta transcrição fá-la Godefroy no vol. X do *Dict.*, p. 195.

O *Vocab.* da Acad. da Crusca, ed. de 1748, dá abonações de *negro* e de *negromante*, mas, se não estou em êrro, só a partir do século XVI.

Em presença da antiguidade das formas francesas em *negr-* e em *nigr-*, creio muito duvidosa a hipótese de que qualquer dessas formas tenha provindo do italiano; em presença do tratamento em francês do grupo latino *-cr-* intervocálico, creio também muito duvidoso que a forma em *negr-* tenha provindo do latim directamente por evolução fonética; pela nenhuma conexão que há entre *necro-* e *nīgru-*, creio também muito duvidoso que a forma em *nigr-* tenha sido criada por etimologia popular, ou seja pela acção analógica.

Neste caso, resta-nos supor que as formas francesas em *negr-* e em *nigr-* tenham sido recebidas do provençal, do castelhano ou do português.

A hipótese portuguesa julgo-a absolutamente inaceitável, porque no século XII não seria provável que do português passasse alguma palavra para o francês; a hipótese castelhana, creio estar sensivelmente no mesmo caso, se bem que aí já pudéssemos hesitar; a provençal, salvo melhor juízo, é francamente aceitável.

A hipótese da analogia com *nígru-* ou com *negro* em qualquer dessas linguas, e mesmo no latim vulgar, tem o que quer que seja que me suscita fortes dúvidas: a analogia surge, quando há uma conexão qualquer, particularmente semântica ou fonética. Ora, entre a idéia de «adivinhação pelos mortos» e a de «negro» não vejo conexão; entre a fonética de *necro-* e a de *nígru-* não vejo uma semelhança tal que pudesse provocar a transformação de *necromancia* em *nígrumancia* ou mesmo em *negromancia*.

A analogia com *nígru-*, e mais a com *negro*, só a vejo bem clara depois do aparecimento, por evolução fonética, da forma *negromancia*. Aparecida esta forma, ver-se-ia no seu primeiro elemento a palavra *negro* ou, latinizando, a palavra *nígru-*.

III — Palavras castelhanas de origem portuguesa

31 — Nota prévia. — No seu *Manual de Gramática Histórica Española*, pág. 26 (6.^a ed.), Menéndez Pidal apresenta os seguintes termos castelhanos como provenientes do galego ou do português: *achantarse*, *arisco*, *chopo*, *chubasco*, *chumacera*, *follada*, *macho*, *morriña*, *pago*, *sarao* e *vigia*, além de *Lisboa*, *Braga*, *português*, e da expressão *echar de menos*.

Rafael Lapesa, *Historia de la Lengua Española*, pág. 200 (1.^a ed.), indica mais *brinquinho* e *menino*.

A esta lista creio que se podem juntar as seguintes palavras: *bambu*, *biombo*, *lonzo*, *cha*, *chamada*, *chamarasca*, *chamariz*, *chamizo*, *chamuscar*, *chato*, *chaveta*, *chinela*, *chopa*, *choza*, *chusma*, *follaje*, *mallá*, *mermelada*, *pagoda*, *vaivén*.

Das palavras citadas por Menéndez Pidal e por Lapesa não falarei aqui, como não falaria das enumeradas por mim, se o *Dicionário* da Academia Espanhola lhes tivesse atribuído origem portuguesa, ou se os dois filólogos acima citados as tivessem incluído na sua lista.

Como digo no § 15, esse *Dicionário* está inçado de inexatidões na parte etimológica. Não obstante isso, é o padrão por que quasi todos se guiam, provavelmente porque ainda se não aperceberam das anomalias dessa obra.

Seguindo os princípios estabelecidos na I Parte dêste estudo, fugirei sempre das afirmações categóricas nos pontos em que me falecem elementos seguros para as fazer e sugerirei tôdas as hipóteses que julgar aceitáveis, ainda que uma vez ou outra arrojadas, com o intuito de abrir caminho aos futuros investigadores desta matéria.

Falemos, pois, de cada uma das palavras indicadas por mim, mas antes convém informar o leitor de que, das indicadas por Menéndez Pidal e por Lapesa, o *Dicionário da Academia* só aponta como de origem portuguesa: *chumacera*, *sarao* e *vijia*.

32 — **Bambu.** — Diz o *Dic. da Acad.*: «(Del malayo *bambú*)». — Não me sinto com forças para discutir a origem desta palavra, mas ocorre-me a idéia de que, tendo ela vindo do Oriente, foi o português que a vulgarizou no Ocidente. Limito-me a esta observação e a citar as palavras de um dos mais seguros e probos etimologistas modernos, que é Bloch, *Dict.*: «*Bambou*, 1638 (écrit alors *bambu*). — Emprunté, peut-être par l'intermédiaire du portugais, de *bambu*, mot canarais ou malais. — Mot devenu européen». — Cf. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, s. v., e Antenor Nascentes, *Dic.*, s. v.

33 — **Biombo.** — Diz o *Dic. da Acad.*: «(Del japonés *byô*, protección, y *lu*, viento)». — Estou como no caso de *bambu*: não me sinto com forças para discutir a origem desta palavra, mas, como se trata de uma palavra de origem oriental, creio que teria sido o português o veículo. Aqui limito-me a transcrever o que sobre o assunto disse Dalgado, *Gloss.*: «*Biombo*. É bem conhecido o seu significado — tabique móvel, formado de caixilhos, ligado por dobradiças. Mas nem todos sabem a origem da palavra; os lexicógrafos ignoram-na ou hesitam, havendo quem admita a hipótese de transição do termo português para o Oriente.

«Não pode, porém, haver nenhuma dúvida, à vista dos testemunhos abaixo aduzidos, que o étimo é o jap. *byôbu* ou *biôbu*. Os nossos japonistas do século xvi escrevem uniformemente *beôbu* e explicam o seu sentido; somente pelo meado do século seguinte e fora do Japão ocorre a variante *biombo*, o que indica que a nasalização se operou dentro do português como em *palanquim* de *palki*, V. *Contribuições*».

A seguir Dalgado transcreve passos de: P. Luiz Fróis, *Cartas de Japão* (1569 e 1585), e de outros. — Cf. também Gonçalves Viana, *Apostilas*, I, pág. 161.

34 — **Bonzo.** — Diz o *Dic.* da Acad.: «(Del japonés *bonsa*)». — Estou como nos casos de *bambu* e de *biombo*: não me sinto com forças para discutir a origem desta palavra, mas como se trata de uma palavra de origem oriental, creio que teria sido o português o veículo. Aqui limito-me a transcrever estas palavras de Gonçalves Viana, *Apostilas*, I, pág. 160: «*Bonzo*. É vocábulo japonês, e como tal sempre foi considerado, havendo sido introduzido na Europa pelos portugueses...». Cf. também Dalgado, *Gloss.*, s. v.

35 — **Chá.** — Diz o *Dic.* da Acad.: «Nombre genérico que dan los chinos al té, por lo cual se le ha conservado esta denominación en Filipinas y en algunos países hispano-americanos».

Não cita a Academia que em português se diz *chá*, e, contudo, não é impossível que tenham sido os Portugueses que generalizaram tal forma. Cf. o que sobre o assunto dizem Gonçalves Viana, *Apostilas*, I, págs. 272-275, e Dalgado, *Gloss.*, s. v.

36 — **Chamada, Chamarasca, Chamizo, Chamuscar.** — Oitamos primeiro o que diz o *Dic.* da Acad. a respeito de cada uma destas formas:

«*Chamada*... (Del lat. *flammata*, encendida) f. *Chamarasca*».

«*Chamarasca*... (Del lat. *flamma*, llama) f. Leña menuda, hojas y palillos delgados que, dandoles fuego, levantan mucha llama sin consistencia ni duración. || 2. Esta misma llama».

«*Chamizo*. m. Árbol medio quemado o chamuscado. || 2. Leño medio quemado. || 3. Choza cubierta de chamiza. | 4. fig. y fam. Tugurio sórdido de gente de mal vivir».

«*Chamuscar*. (Del lat. *flamascere*; en vulgar, *flamuscare*) tr. Quemar una cosa por la parte exterior».

Como se vê, a Academia Espanhola esqueceu-se de que o grupo # inicial latino na passagem para o castelhano não dá *ch*, mas *ll*. É sabido que o lat. *flamma* deu em port. *chama* e em cast. *llama*. É também sabido que em português há *chamada* (braçado de lenha). Cf. Cândido de Figueiredo, *Dic.*, *chamiço* e *chamuscar*.

Vem a propósito dizer que Cândido de Figueiredo caiu em imperdoável inadvertência quando diz que o port. *chamiço* provém do cast. *chamizo*!

Chamarasca não a conheço em português, mas isso não obsta a que a forma castelhana tenha por base o vocábulo port. *chama*. Cf. o port. *chamarada*.

37 — **Chamariz.** — Depois de dar o étimo arábico *çamariz*, canário campestre, a Acad. Esp. diz: «Pajarillo poco más pequeño que el jilguero, de plumaje verdoso por encima, amarillento por el pecho y abdomen, y con algunas manchas pardas en la cabeza, las alas y la cola. Se acomoda fácilmente a la cautividad».

Não conheço o árabe e, por isso, não posso discutir a aceitabilidade ou não aceitabilidade do étimo arábico proposto. Contudo, parece-me digno de reparo o facto de que em port. há a mesma forma *chamariz*, que Cândido de Figueiredo, *Dic.*, define assim: «Coisa que chama; reclamo. Aquilo que atrai. F. Pequena ave, o mesmo que *milheira*. (De *chamar*)».

Pelo seu significado genérico em português e pela sua fonética, não repugna aceitar que a forma portuguesa venha de *chamar*, como diz Cândido de Figueiredo, e como diz com mais autoridade Gonçalves Viana nas *Apostilas*, I, pág. 345.

Note-se que Cornu, *Port. Spr.*, § 194, não se afasta da mesma hipótese quando dá o étimo latino *clamatrice*, e, como é sabido, o lat. *clamare* (donde *clamatrice*) deu em port. *chamar* e em cast. *llamar*, dentro da regra da passagem do grupo latino *cl* inicial nas duas línguas peninsulares.

38 — **Chato.** — Diz o *Dic.* da Acad.: «(Del lat. *platus*, aplastado, y este del gr. *πλατύς*) adj. Que tiene la nariz poco prominente y como aplastada. || 2. Dicese también de la nariz que tiene esta figura. || 3. Aplícase a algunas cosas que de propósito se hacen sin relieve o con menos elevación que la que suelen tener las de la misma especie. *Clavo chato*; *embarcación chata*. || 4. m. fig. y fam. En las tabernas y entre sus habituales parroquianos, vaso bajo y ancho de vino o de otra bebida».

Todos estes significados, menos o 4, tem de uma maneira geral o port. *chato*. Aqui, como no § 36 (*chamada*, *chamarada*, etc.), a Acad. Esp. esqueceu-se de que o grupo *pl* inicial latino na passagem para o castelhano não dá *ch*, mas *ll* (Cf. *planu-*, *plenu-*, *pluvia-*, etc. latinos, que deram no cast. *llano*, *lleno*, *lluvia* e no port. *chão*, *cheio*, *chuva*).

39 — **Chaveta.** — Diz o *Dic.* da Acad.: «(d. del lat. *clavis*, llave, cerrojo) f. Clavo hendido en casi toda su longitud, que, introducido por el agujero de un hierro o madero, se remacha separando las dos mitades de su punta. || 2. Clavija o pasador que se pone en el agujero de una barra e impide que se salgan las

piezas que la barra sujeta. || *Perder uno la chaveta.* fr. fig. y fam. Perder el juicio, volverse loco».

Aqui o comentário é análogo ao feito a *chamariz*, § 37: o grupo inicial latino *cl* dá em cast. *ll* e em port. *ch*. O lat. *clavis* deu em cast. *llave* e em port. *chave*. A forma *llave* é tão corrente em Espanha como *chave* o é em Portugal. *Chaveta* é vulgar em Portugal e significa *uma chave pequena*: é um diminutivo como muitos outros formados com o sufixo *-eta*.

40 — **Chinela.** — Diz o *Dic. da Acad.*: «(De *chanela*) f. Calzado a modo de zapato, sin talón, de suela ligera, y que por lo común sólo se usa dentro de casa. || 2. Especie de chapín de que usaban las mujeres sobre el calzado em tiempo de lodos».

Em *chanela* esclarece o *Dic. da Acad.*: «(Del b. lat. *planella*, zueco, y este del lat. *planus*, llano) f. ant. *Chinela*».

Note-se que Covarrubias, *Tesoro*, já regista a palavra, a respeito da qual diz: «Un género de calçado, de dos o tres suelas, sin talón, que con facilidad se entra y se saca el pié dél; y tráese de ordinario con boreguí, y así se usan los señores que andan en cavallos a la ginetá; y por esso el italiano las llama *pianelle*, porque se entra y se saca el pie por llano. Algunos entienden averse dicho chinelas, por el sonido que van haziendo en el pie, a causa del aire que les entra, por ne tener talón, como el vocablo que les responde en latin *crepidae*, o *crepidulae*, a *crepitu*, *id est a sono quem redunt ambulando, ut notat Tiraquellus*, part. 5, *glossae primae*, *De ornamentis mulierum*. Otros dicen ser nombre griego, de *χορρο*, *communis*, porque la chinela, por ser igual, viene a qualquiera de los pies, y así es común, y por esta causa tienen la punta roma con los dos cornequeños iguales; y el çapato que tiene esa forma le llaman achinelado».

Aqui o comentário é análogo ao feito a *chato*, § 38: o grupo inicial latino *pl* dá em cast. *ll* e em port. *ch*. O lat. *planus* deu em cast. *llano* e em port. *chão*. Além disso é sabido que *-ll-* geminado latino intervocálico se palatalizou normalmente na passagem para o cast., isto é, deu o som que na ortografia portuguesa se representa por *lh*, enquanto na passagem para o port. os dois *-ll-* se simplificaram num só. Dêste modo a transformação de uma forma latina *planella* em *chanela*, exceptuando a conservação do *-n-* intervocálico, é regular em português. A conservação dêsse *-n-*, porém, não é tão estranha em português, como são em castelhano

a passagem do grupo *pl-* inicial a *ch-*, e a não passagem do *-ll-* geminado intervocálico a *-lh-* (*lh* port. = *ll* cast.).

Antenor Nascentes, *Dic.*, diz: «Do lat. *planella*, soco, de *planu*, plano; esp. *chinela*, it. *pianella*. Cornu, *Port. Spr.*, § 96, explica o *i* por influência do *ch* palatal. O *ch* em esp. mostra origem portuguesa; por sua vez o tratamento do *ll* repele a origem espanhola que se poderia inferir da conservação do *n* intervocálico (cfr. *chão*). O tratamento do *pl* em sílaba átona faz pensar numa formação recente».

Não compreendo esta observação final de Antenor Nascentes, pois que a passagem de *pl-* inicial a *ch-* em port. não creio que seja recente.

41 — **Chopa.** — Diz o *Dic.* da Acad.: «(Del lat. *clupea*) f. Pez marino del orden de los acantopteringios, de unos 20 centímetros de largo, semejante a la dorada, de la que se distingue fácilmente por las dos manchas negras que tiene junto a la cola».

Estamos no mesmo caso: o grupo *cl-* inicial lat. não dá *ch-* em castelhano, e em português há também *chopa*, que também designa um peixe.

42 — **Choza.** — Diz o *Dic.* da Acad.: «(Del ár. *jocça*, y este tal vez del lat. *casa*, casa).» Não discuto o étimo arábico, mas chamo a atenção para estas palavras de Antenor Nascentes: «O ár. *khuss*, cabana de palha, a que Eguilaz atribue origem latina, é foneticamente impossível (M. Lübke, REW, 661); veja-se o tratamento da aspirada gutural inicial. M. Lübke aceita o lat. *pluteu*, paraiteito (Diez, *Dic.* 440, *Romanische Forschungen*, IV, 359, Cornu, *Port. Spr.*, §§ 29, III, e 134. G. Viana, *Apost.*, I, 296), que no dizer de A. Coelho oferece dúvidas quanto ao sentido e apresenta um *a* aberto provindo de *u* breve. Lokotsch rejeita por não explicar o *ch* espanhol de *choza*».

Covarrubias, *Tesoro*, já regista a palavra, a respeito da qual diz: «*Choça*. Latine *tugurium*, *teges*. Casa, y propriamente la cavaña donde se recogen los pastores. Dixose choça, quasi chota, por ser el lugar donde tienen encerrados los cabritillos o corderos mamon-tones; y a la noche quando vienen las madres les dan de chotar <a> [o] mamar. Algunos sospechan ser nombre arábigo. Quando la casa es pobre y ruyn dezimos ser una choça. El toscano llama a la choça *cappana*».

Veja-se também Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana*, II, p. 37-38; Diez, EWRS, II-b, 440; Körtling, LRW, 2140.

43 — **Chusma.** — Diz o *Dic.* da Acad.: «(Del ital. *ciurma*, canalla) f. Conjunto de galeotes que servían en las galeras reales. || 2. Conjunto de gente soez. || 3. *Amér.* Tratandose de indios salvajes que viven en comunidad, todos los que no son de guerra, o sean mujeres, niños y viejos considerados en conjunto. || 4. *Germ.* Muchedumbre de gente».

Não compreendo bem como será possível justificar a evolução fonética do italiano *ciurma* no castelhano *chusma*: não me parece clara a transformação do *-r-* ital. no *-s-* cast.

Em port. há também *chusma* com o mesmo significado de «muchedumbre de gente», que etimologistas como Gonçalves Viana, Meyer-Lübke e José Joaquim Nunes julgam representar o lat. *celeusma* (do gr. *κῆλευσμα*). Para isso admitem a queda do *e* da primeira sílaba, e naturalmente a acentuação no *u*: *c(e)lēusma*, donde **elusma* > *chusma*.

É de notar que Menéndez Pidal, *Gram. Hist.*, p. 214, também considera o mesmo étimo latino, mas não diz que o port. serviu de intermediário. É claro que, dando-se a queda do *e* da primeira sílaba, surgiria o grupo *cl* inicial, que, como se disse já, não passa a *ch* no castelhano.

44 — **Follaje.** — Diz o *Dic.* da Acad.: «(Del lat. *folium*, hoja) m. Conjunto de hojas de los árboles y otras plantas. || 2. Adorno de cogollos y hojas con que se guarnece y engalana una cosa. || 3. fig. Adorno superfluo, complicado y de mal gusto. || 4. fig. Copia de palabras superfluas o superabundancia de exornación retórica en lo escrito o hablado».

Em port. há a forma *folhagem* com os mesmos significados, de uma maneira geral, apontados pelo *Dic.* da Acad., e estão todos de acordo em que essa palavra se formou dentro do português de *folha* e do suf. *-agem*. É sabido que o agrupamento *-li-* entre vogais latino deu em port. *-lh-*, e em cast. *-j-*, como mostram os exemplos *folia* e *filiu*, que deram em port. *folha* e *filho*, e em cast. *hoja* e *hijo* (cf. *follada*, § 31).

45 — **Malla.** — Diz o *Dic.* da Acad.: «(Del lat. *macula*, malla de red) f. Cada uno de los cuadriláteros que, formados por cuerdas o hilos que se cruzan y se anudan en sus cuatro vértices, constituyen el tejido de la red. || 2. Tejido de pequeños anillos o eslabones de hierro o de otro metal, enlazados entre si, de que se hacían las cotas y otras armaduras defensivas, y se hacen actual-

mente portamonedas, bolsas y otros utensilios. || 3. Cada uno de los eslabones de que se forma el tejido. || 4. Por ext., tejido semejante al de la *mall*a de la red».

Covarrubias no século xvii já dizia: «Las sortijitas de azero encadenadas unas en otras, de que se hacen las cotas y otros reparos y defensas contra los golpes del contrario. También dezimos mallas las aberturas de la red entre ñudo y ñudo, que en latín se llaman *maculae*, de donde trae su origen la palabra *mall*a. Ovidio, en la epístola de Aenone a Paris: *Retia saepe comes maculis distincta tetendi*. Y esto sin embargo de que el padre Guadix dize ser nombre arábigo. Desmallar, romper la *mall*a. Trasmallo, red rala que tiene detrás de sí la red menuda. Tragamallo, nombre fingido».

É sabido que o grupo românico *cl* postónico intervocalico, enquanto dá em português *lh*, em castelhano dá *j* (Cf. Menéndez Pidal, *Gram. Hist.*, p. 159, 6.^a ed.). Assim, temos *apic(u)la-*, *conic(u)lu-*, *oc(u)lu-*, etc., que deram em port. *abelha*, *coelho*, *ôlho*, e em cast. *abeja*, *conejo*, *ojo*.

O lat. *mac(u)la-*, segundo esta regra, dá em port. *malha*, e em cast. o que poderia dar seria *maja*, que não sei se existiu alguma vez.

Do que fica exposto não será lícito supor que a forma cast. *mall*a tenha provindo da port. *malha*?

46 — **Mermelada**. — Diz o *Dic. da Acad.*: «(Del lat. *melimelum*, membrillo) f. Conserva de membrillos con miel o azúcar. Hácese también de otras frutas. || *Brava mermelada*. expr. fig. y fam. con que se nota de despropósito una cosa mal hecha o mal dicha».

Antes de comentar a opinião da Academia Espanhola, convém dizer que há em francês a forma *marmelade*, sobre a qual se pronunciam como segue:

— Littré, *Dict.*: «Étym. Espagn. *mermelada*; du port. *mermelo* (sic), coing, qui vient du lat. *melimelum*...».

— Hatzfeld-Darmesteter, *Dict.*: «Étym. Pour *marmelade*, emprunté de l'espagn. *mermelada*, propr. *cotignac*, du lat. *melimelum*, sorte de coing...».

— Bloch, *Dict.*: «(écrit *marmellade*; antérieurement *mermelade*, 1573). — Emprunté du portugais *marmelada*, *cotignac*, dérivé de *marmelo*, coing, latin *melimelum*, sorte de pome douce (du grec *melimêlon*); l'espagnol a également emprunté *mermelada*, mais on

ne peut affirmer qu'il a été l'intermédiaire entre le portugais et le français ».

— Gamillscheg, *Etym. Wört. der franz. Sprache*: «eingemachte Früchte. 16. Jhdt. *marmelade*, seit dem 17. Jhdt. mit -a-, aus spanisch *mermelada*, Quittenmarmelade; dieses entlehnt aus portugiesisch *marmelada*, das mittels des Speisen bezeichnenden -ata-Suffixes von *marmelo*, Quitte, abgeleitet ist; dieses aus lat. *melimelum*, Honigapfel».

— Meyer-Lübke, REW, 5478: «*Melimelum*, Honigapfel. Mit Suff. W.: sp. *membrillo*, astur. *marmiellu*, pg. *marmelo*, Quitte. — Ablt.: *marmelada* (> sp. *mermelada*, frz. *marmelade*), Quittengelee, Marmelade».

Note-se que Covarrubias, *Tesoro* (1611), já regista a palavra *mermelada*, a respeito da qual se limita a dizer: «Conserva de miel y membrillo, aunque la fina es de açúcar».

Do que fica transcrito se vê que não dou novidade alguma, dizendo que a forma cast. *mermelada* não pode deixar de provir directamente da port. *marmelada*. Por isso, qualquer comentário à opinião da Acad. Esp. parece supérfluo. Contudo convém dizer que, além de ser evidente que, tendo *membrillo*, o cast. o que devia ter era *membrillada*, como, tendo *marmelo*, o port. tem *marmelada*, há um fenómeno, que tem passado despercebido a todos, se não estou em erro: é sabido que na Fonética Histórica Portuguesa o -l- intervocálico latino nas condições em que se encontra em *melimelum*, não devia conservar-se; é sabido, por outro lado, que na Fonética Histórica Castelhana o mesmo -l- nas mesmas condições não podia passar a -ll- (= lh port.).

Não quererá isto dizer que temos de admitir que, em vez do clássico *melimelum*, o que serviu de étimo ao port. *marmelo* e ao cast. *membrillo* foi uma forma **melimellum*?

Note-se que há no ital. *marmellata*, no alemão *Marmelade*, e no inglês *marmalade*, *marmelade* e *marmalet*. É de crer que nestas línguas tenha servido de intermediário o francês.

Resumindo:

1.º — A forma originária, creio que sobre isso não pode haver a mais pequena dúvida, é a portuguesa *marmelada*.

2.º — A forma castelhana provém directamente da portuguesa.

3.º — A francesa, não sei em que poderemos basear-nos para afirmar que provém directamente da portuguesa ou da castelhana.

4.º — A italiana, também não sei de argumento forte que justifique que provém directamente da francesa ou da portuguesa, ou ainda da castelhana.

5.º — As do alemão e do inglês, é crível que tenham provindo directamente da francesa, graças a serem mais fortes as relações existentes entre os povos alemão e inglês e o francês, do que entre eles e o português e o castelhano.

47 — **Pagoda.** — Diz o *Dic. da Acad.*: «Del persa *butude*, templo de ídolos». Como disse nos §§ 32, 33 e 34, a respeito das palavras *bambu*, *biombo* e *bonzo*, digo aqui: não me sinto com forças para discutir a origem desta palavra, mas, como se trata de uma palavra de origem oriental, creio que teria sido o português o veículo.

É interessante ver o que os etimologistas dizem desta palavra, mas aqui vou limitar-me a transcrever a opinião do seguríssimo Bloch, *Dict.*: «1601. — Emprunté du portugais *pagoda*, adapté lui-même d'une langue indienne pour désigner les temples hindous; rapidement étendu à ceux des pays voisins. Le sens d'«idole» est disparu du portugais comme du français».

Darmesteter, *Dict.*, também diz: «Emprunté du portug. *pagoda*,...».

Gonçalves Viana, *Apostilas*, II, p. 207-209, e Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, s. v., tratam extensamente da palavra.

Um problema, porém, existe, pelo menos para mim: como justificar o género feminino das formas castelhana, italiana e francesa, sendo a portuguesa do género masculino? Por outro lado, tendo as formas portuguesa e francesa a terminação em *-e*, como explicar a terminação em *-a* das formas castelhana e italiana?

48 — **Vaivén.** — Diz o *Dic. da Acad.*: «(De *ir* y *venir*) m. Movimiento alternativo de un cuerpo que después de recorrer una línea vuelve a describirla, caminando en sentido contrario...».

Menéndez Pidal, *Gram. Hist.* p. 239-240, diz: «Él de presente indicativo mezclada con imperativo aparece en *vaivén*, que primitivamente sería **veiren* o **vaivien* (francés *va-et-vient*)».

Não sei desde quando data a forma *vaivén* na língua castelhana. Menéndez Pidal não diz nada a esse respeito. Covarrubias no *Tesoro* (1611) não regista o termo.

Menéndez Pidal para explicar *vaivén* serve-se de formas hipotéticas, e admite a combinação de um *presente* com um *imperativo*.

Em português há *vaivém*, que significa precisamente o mesmo que o castelhano *vaivén*, e não vejo nada que justifique a necessidade de se recorrer à combinação do *presente* com o *imperativo*, pois que o termo *vaivém* designa o movimento alternativo de uma coisa ou uma pessoa, que *vai* (presente) e *vem* (presente)*.

Pelas formas, tanto faz que se diga que há uma combinação do *presente* com o *imperativo*, como do *imperativo* com o *presente*, como do *presente* com o *presente*, como do *imperativo* com o *imperativo*, visto que, em português, as formas *vai* e *vem* tanto pertencem ao *presente* como ao *imperativo*.

Supondo que a palavra não é muito antiga em castelhano, e sendo *va* (e não *vai*) a forma do *presente do indicativo* da 3.^a pess. de *ir*, o que deveria haver em castelhano seria *vavén*, e não *vaivén*; e supondo, como creio mais razoável, que a combinação não é de *presente* com *imperativo*, mas de *presente* com *presente*, e sendo *viene* (e não *vén*) a forma do *presente do indicativo* da 3.^a pess. de *venir*, o que deveria haver em castelhano seria *vaviene*; e supondo ainda que a combinação é de *imperativo* com *imperativo*, o que me parece mais razoável que a de *presente* com *imperativo*, e sendo *re* (e não *vai*) a forma do *imperativo* de *ir*, o que deveria haver em castelhano seria *revén*.

Perante estas dificuldades, que suscita a explicação de Menéndez Pidal, e perante a forma bem clara portuguesa, não é admissível que a forma castelhana *vaivén* tenha provindo directamente da portuguesa *vaivém*?

R. DE SÁ NOGUEIRA

La Langue et la Pensée

La langue n'est pas un *εἶδος* (chose figée), mais
une *ἐνέργεια* (force vivante).

Wilhelm von Humboldt.

Wo Leben erstarrt, da türmt sich das Gesetz. (Là, où
la vie se fige, s'inaugure la loi).

Nietzsche.

Une des plus grandes erreurs de notre époque est sa conviction profonde de la priorité incontestable du *fait matériel*, du *fait concret, statique* et facilement *saisissable* sur l'idée qui en est la cause véritable, sur le fait d'ordre spirituel et psychique qui en est l'inspirateur, le *fait matériel* n'étant dans la plupart des cas, que le pâle reflet, l'expression tronquée de celui-ci.

Peu importe que maint système philosophique n'admette pas cette priorité illusoire et extérieure. L'homme moyen, même intelligent, et au fond, peut-être, nous tous — quand il s'agit de vivre et non pas de philosopher — agissons « tout comme » si cet axiome admis à priori était la seule vérité possible.

Le témoignage certain de la *persévérance* de cette illusion fâcheuse, la preuve des racines profondes qu'elle a jetées dans notre conscience peuvent être trouvés dans n'importe quel domaine, même dans le domaine des disciplines qui, par leurs essences, devraient être aussi opposées que possible à cette priorité du « matériel » sur le spirituel, à ce triomphe de la mécanisation de l'univers, qui nous envahit de plus en plus.

Ainsi, — exemple particulièrement frappant — pour presque tous ceux qui étudient, actuellement, le phénomène spirituel, qu'on appelle la langue d'un peuple — envisagée du point de vue de sa création et de ses évolutions — ce sont les processus physiologiques, physiques, mécaniques qui paraissent primer dans le « fait » linguistique, et non pas les processus psychologiques.

Il est vrai que, en théorie, les philologues distinguent dans les problèmes que présente la langue les éléments phonétiques, morphologiques, syntaxiques et sémantiques, c'est-à-dire étudient non seulement les transformations des sons, mais aussi les formes grammaticales, les rapports des expressions verbales et leur sens. Mais l'étude de la morphologie d'une langue est généralement fondée sur l'application des *lois phonétiques* (par essence physiologiques et mécaniques) aux formes grammaticales préexistantes, où l'intérêt est porté sur la plus ou moins grande résistance de ces *lois* aux forces contraires, aux réactions psycho-physiques (d'analogie, d'assimilation, de contamination, etc.). Quant à la syntaxe et à la sémantique (l'étude du sens), on les a séparées des études propres de l'évolution de la langue, en en faisant des chapitres à part, presque toujours les moins étudiés d'ailleurs, et de toute façon en méconnaissant généralement leur intervention réelle et efficace dans les processus phonétiques et morphologiques.

En fait, c'est l'étude phonétique, physiologique qui est à la base de toute la construction linguistique des néogrammairiens, dont l'école a le plus d'autorité dans la philologie moderne. Cette construction est sensée expliquer à peu près tous les phénomènes du langage. Le sens, le fait psychologique qui s'exprime dans la langue, jouerait ainsi un rôle minime dans sa formation et, à vrai dire, resterait quelque peu dans l'ombre.

Il ne serait pas superflu, nous semble-t-il, de voir de plus près les choses et de procéder ainsi à la première vérification et à la justification de cette conception «matérialiste», «positive», si caractéristique pour notre époque. Cette conception est-elle satisfaisante et la seule possible? N'y a-t-il pas d'autres moyens d'expliquer les faits du langage?

Prenons quelques exemples concrets, tirés des études de l'histoire de la langue française. On commence généralement l'enseignement, nous l'avons déjà dit, par l'exposé des lois phonétiques. On nous apprend, avant tout, que telle voyelle, ou tel groupe de voyelles, telle consonne ou tel groupe de consonnes du latin vulgaire, dans différentes positions, subissent telles ou telles transformations ¹. On applique ces lois à des formations grammaticales

¹ Ce que l'on tâche d'expliquer par des raisons physico-physiologiques. Ainsi, par exemple, on dit que tout *a* accentué et libre du latin vulgaire aboutit à un *e* en français, tout *a* initial inaccentué reste sans changements, et ainsi de suite.

morphologiques, et seulement quand la mécanique commence à grincer, c'est-à-dire, quand la réalité ne donne pas de résultats qui lui seraient imposés par le jeu de ces forces mécaniques, on explique *ces exceptions* par l'intervention des phénomènes psychophysiques (analogie, association, assimilation, dissimilation, métathèse, etc.)¹. En dernier lieu, on se souvient qu'en réalité le sens, le phénomène psychologique, influence la formation des éléments de la langue. L'étude de la syntaxe tâche de l'expliquer, bien que l'action des lois phonétiques ne semble pas exclue, même dans ce domaine. Enfin, l'étude du style et la sémantique (étude du sens) couronne l'enseignement, bien que ces chapitres soient arbitrairement isolés et séparés du reste, lui servent d'appendice à part².

D'ailleurs, on se demande, avant tout, s'il ne fallait pas intervertir l'ordre et surtout les rôles, en commençant par le seul fait réel : la phrase et son sens ?

En effet, nous savons que l'élément réel qui est à la base d'une langue, c'est la phrase, la proposition et non pas le mot. C'est aussi le sens, l'idée qui devraient être le point de départ de toute étude linguistique. Les mots ne sont que des éléments artificiellement isolés dans un ensemble indivisible. L'histoire de la langue est en somme l'histoire de la pensée.

Il faudrait donc commencer l'étude de la langue par la syntaxe et la sémantique. Sous cet angle, tous les changements morphologiques et phonétiques apparaîtront peut-être dans un aspect fort

¹ Et encore ! Le triomphe mécanique du nombre, l'imitation passive d'une forme fréquemment employés jouent même ici, d'après l'interprétation courant et généralement acceptée, le rôle principale.

² Il est vrai qu'au système des néogrammairiens, qui considèrent les lois des changements phonétiques comme lois fondamentales du système grammatical, l'analogie et la contamination n'étant pour eux que des forces fortuites détruisant en partie ce système, M. A. Meillet a opposé une autre conception, où l'analogie et la «grammaticalisation» (terme de M. A. Meillet désignant la part du sens propre par un élément de la langue, qui devient ainsi équivalent à une simple forme grammaticale ; voir, par exemple, le nom latin *mente* devenant suffixe adverbial) représentent la loi naturelle, tandis que les changements et les différences sont des forces contraires fortuites. Néanmoins, cette conception, malgré l'autorité de son créateur, n'a pas influencé la grande majorité des auteurs des «grammaires historiques» qui, dans la réalité, construisent leurs exposés *toute comme* s'il n'y avait pas d'autres doctrines que celle des néogrammairiens.

différent, puisqu'ils dépendront avant tout de l'évolution de l'ensemble.

Mais en analysant même les faits et les observations artificiellement isolés par les grammairiens, on s'aperçoit facilement que la réalité est plus complexe et moins mécanique qu'ils ne voudraient le faire croire et le présenter pour des raisons pédagogiques d'ailleurs fort compréhensibles.

Ainsi quand on nous dit, par exemple, que tout *a* latin accentué et libre (c'est-à-dire, non suivi de plusieurs consonnes) donne un *e* en français (*pāter* latin > *père* français) que tout *ē* latin, accentué et libre, donne un *ie* en français (*pēdem* > *pied*), ou un *ē* latin, accentué et libre, donne un *ei*, puis *oi* en français (*dēbet* > *deit* > *doit*), ou qu'un *a* initiale latin inaccentué rest sans changement en français (*lavāre* > *laver*), et ainsi de suite, ce n'est exact que jusqu'à un certain point et ne doit être retenu qu'avec des réserves. En effet, si l'on jette un coup d'oeil sur les patois vivants encore en France, on verra que ces fameuses lois phonétiques, au moins telles qu'elles sont formulées par les grammairiens, ne sont appliquées qu'à des territoires limités, quelquefois insignifiants dans leur étendue, et qu'à d'autres endroits on trouve d'autres lois fort différentes ¹.

Ainsi la forme française littéraire *lav(r)*, du latin *lavāre*, n'est pas une forme générale et unique en France. Nous y trouvons d'autres formes qui lui font concurrence. Telles : *levé(r)*, dans maints endroits, dans les Vosges ou dans la Haute-Saône, etc., *lava* dans la Haute-Marne, dans le Doubs, etc., aussi bien que *levi*, les formes *laba*, *lawa* dans le département de la Gironde, etc.

Le mot *moi* (ou *moi-même*, tous les deux en position accentuée) est la forme littéraire, c'est-à-dire, celle de l'Ile-de-France en particulier, aussi bien que d'autres régions, consacrée par l'usage littéraire, provenant du latin vulgaire *mē* (*ē* > *ei* > *oi*) ; mais nous trouvons en France des formes comme *mī* (à *mi-même*) en Normandie, *ma* et *me* en Seine-Inférieure, *ma* et *mwe* en Loire-Inférieure. Si le mot *fléau* (du latin *flagellum*) présente un développement

¹ Je n'insiste pas, pour la simplicité de l'exposé, sur l'aspect «défectueux» des patois de nos jours, qui, en réalité, sont déjà, pour la plupart, le «francien» patoisé. Les vrais formes des patois sont rares et s'éloignent encore davantage des formes standardisées.

régulier, c'est-à-dire, celui qui suit les lois phonétiques que l'on croit caractéristiques pour le développement normal de la langue française, les formes : *flaye*, *fleye* (Somme), *fluo* (Oise), *flâ* (Oise), *flé* (Seine-Inférieure), *flō* (Eure), *flayo* (Ardennes), *floe* (Haute-Vienne), *flō* (Aube), etc., sont très réelles aussi.

Le vrai problème n'est pas dans la notation d'un fait physiologique, mécanique du développement de *á* en *e*, *e* en *ei*, *e* en *ie*, *a* en *a* etc., en Ile-de-France et d'autres évolutions phonétiques en d'autres régions, mais dans l'explication du fait, pourquoi les formes *e* < *á*, *ei* < *ē*, etc., du « francien » ¹, parmi toutes les combinaisons possibles, ont abouti à créer la langue littéraire, la langue officielle du pays, en réduisant tous les autres dialectes à l'état de patois. Et ce sont des raisons générales relevant de l'histoire de la culture française, du domaine de l'histoire de l'esprit français et de la psychologie qui sont seules en état de nous guider pour trouver la solution du problème.

Or, quand nous voyons que l'expansion et la généralisation des formes *e* < *á*; *oi*, *ei* < *ē*; *ie* < *ē*, etc., coïncident chronologiquement avec certains faits historiques (l'élévation de la royauté et du pouvoir centralisé en Ile-de-France, l'autorité grandissante de certains centres intellectuels, religieux, poétiques, etc.), nous avons le droit d'en conclure que ce fait de la généralisation d'une prononciation est un témoin de certains faits historiques. Parmi les phénomènes, dits phonétiques le jeu de la sélection reflète donc, comme dans un miroir, les faits d'ordre spirituel appartenant à l'histoire de la culture de tel ou tel pays ².

Des observations encore plus probantes nous sont fournies par l'évolution historique de la morphologie. Ainsi, quand nous observons la décadence de l'ancienne déclinaison française, qui distinguait le cas sujet et le cas régime, ce fait admet une double interprétation. La disparition des cas crée une syntaxe rigide dans la langue du XVII^e Siècle, nous dit-on (on sait qu'en ancien français l'ordre des mots fut beaucoup plus libre, par exemple la place du sujet dans la phrase étant arbitraire). Ce fait est expliqué généralement par la nécessité d'éviter la confusion : en effet, seul l'ordre

¹ Il est convenu par les grammairiens d'appeler le dialecte de l'Ile-de-France : *francien*.

² Pour la simplicité de l'exposé je laisse de côté le fait important que la plupart des mots d'une langue sont, selon toute vraisemblance, d'origine savante, ou demi-savante, c'est-à-dire, ne subissent pas toutes les lois « phonétiques ».

des mots rigide, telle la place stricte réservée au sujet, pouvait rendre le discours cohérent et clair ¹ quand il n'y avait plus de flexions.

Seulement on ne se rend pas compte que cette explication courante de la rigidité de la syntaxe française moderne comme résultat des changements phonétiques, n'est qu'une vue de l'esprit.

En réalité les choses ont pu se passer tout à fait différemment. Supposons que la fixation et la rigidité de la syntaxe furent antérieures aux changements phonétiques, furent imposées par une nouvelle mentalité du siècle, c'est-à-dire, par les lois psychologiques. En effet, le siècle de Louis XIV fut, par excellence, l'époque d'ordre, d'organisation, de réglementation, après l'anarchie linguistique du XVI^e siècle. C'est l'époque de la création des académies, de classifications méthodiques, de fixation des règles, d'analyse, aussi bien que l'époque d'un pouvoir absolu. Et c'est à cette époque que remonte cette recherche de clarté, d'ordre, des lois grammaticales rigoureuses qui caractérisent le français moderne.

Dans ces conditions l'ordre rigide de la phrase, la syntaxe fixe, ne seraient-ils pas imposée par l'ordre rigide de la pensée; et la disparition *définitive* de la déclinaison ne pourrait-elle pas être expliquée, comme le résultat de son inutilité, dans une phrase où chaque mot avait sa place désignée d'avance?

D'ailleurs, n'oublions pas que la décadence réelle de la déclinaison française est de beaucoup antérieure à la syntaxe *figée* du XVII^e siècle. En fait, on l'observe déjà dans les plus anciens monuments de la langue, bien que cette «déclinaison défectueuse» n'ait jamais influencé la syntaxe avant le grand siècle ². La correspondance chronologique exacte de la disparition de la déclinaison

¹ Comp. en anc. français «Charles aime son fil», ou *son fil* aime Charles», deux constructions équivalents, où les formes du cas sujet, Charles, et du cas régime, *son fil*, suffisent pour nous donner une idée du rapport de ces mots. Pour intervertir ce rapport, il faudrait dire: «Ses fils aime Charle», ou «Charle aime ses fils (*ses fils*, cas sujet; Charle, cas régime).

Nous avons perdu, dans le français moderne, cette liberté de construction avec la perte de la déclinaison.

² En réalité, la plupart des textes dits critiques ne présentent pas le vrai aspect de la langue de Moyen-Âge. Les éditeurs modernes se sont partout appliqués à *corriger* les textes des manuscrits d'après leurs conceptions purement théoriques et *a priori* de l'ancienne langue. Ce n'est que de nos jours que les philologues éclairés commencent à s'opposer à cette *défiguration* des anciens textes.

et de la rigidité de la syntaxe n'existe que dans les constructions des grammairiens...

Pour tout dire, dans la réalité nous ne trouvons pas de changements ou de mutations des sons ou de formes, mais plutôt leurs migrations, où le rôle décisif appartient aux forces autres que physiologiques...

Quelques tentatives ont été déjà faites pour expliquer les modifications phonétiques et morphologiques de la langue française comme résultantes des processus psychologiques, comme reflets des étapes de l'histoire de la civilisation française¹. Malheureusement, ces tentatives isolées avaient toujours pour point de départ les observations et «les lois» préconisées par les néogrammairiens, suivies même par leurs adversaires, parfois inconsciemment.

Si les rares pionniers de l'interprétation, pour ainsi dire, «spirituelle» de l'évolution des éléments de la langue, avaient su créer une méthode plus indépendant, plus *sui generis*, en se fondant sur des observations directes, en utilisant, par exemple, les riches matériaux rassemblés par des dialectologues, les résultats de leurs recherches seraient peut-être plus définitifs, plus probants, plus nouveaux. Les admirables cartes de géographie linguistique dressée naguère pour la France par le grand connaisseur de la langue française que fut le regretté Jules Gilliéron pour incomplètes qu'elles sont, pourraient servir, dans leur ensemble, de base à cette révision et reconstruction de l'histoire de la langue de ce pays, envisagée comme histoire des faits spirituels et non pas de faits physiologiques et mécaniques².

Evidemment, toute ce que nous pouvons apprendre sur l'état ancien des dialectes et sur leurs transformations graduelles devrait être utilisé comme étape préliminaire de ces études. Et c'est naturellement la phrase qui devrait être toujours le point de départ...

Quoi qu'il en soit nous voilà loin des grammaires historiques qui font croire qu'en dehors des processus physiques il ne reste, au fond, à peu près rien dans multiples métamorphoses que subit la langue et ses éléments. Et chaque forme linguistique, chaque

¹ Voir, entre autres: K. Vossler, *Positivismus und Idealismus in der Sprachwissenschaft*, 1904, Heidelberg: *Sprache als Schöpfung und Entwicklung*, 1905, Heidelberg: *Frankreichs Kultur in Spiegel seiner Sprachentwicklung*, 1913, Heidelberg: *Gesammelt Aufsätze zur Sprachphilosophie*, München, 1923.

² Divers savants se sont attaqués depuis à dresser des cartes sur le même type pour d'autres pays: la Corse, la Suisse, l'Italie, la Catalogne, etc.

élément de la langue — création de l'esprit humain — paraîtra ainsi comme une expression de l'idée, de la pensée. Chaque forme morphologique et phonétique reflétera ainsi, parmi toutes les combinaisons possibles des résultats du jeu des forces physiques aveugles, la sélection qui s'arrête sur celle s'adaptant le mieux à exprimer un certain état mental ¹.

C'est dans cet esprit que l'on doit comprendre l'excellente formule qu'a trouvée récemment un des plus subtils philologues italiens, le regretté Giulio Bertoni. «L'histoire d'un peuple, dit-il, de sa civilisation et de son progrès spirituel, est pour nous l'histoire de sa langue, où se révèle sa véritable histoire idéale et éternelle. La langue reflète la durée historique avec tous les accidents, les faits et les vicissitudes. Aujourd'hui nous sommes arrivés à identifier l'histoire d'un auteur avec l'histoire de sa pensée». (Giulio Bertoni, *Lingua e Pensiero*, Florence, 1932).

Pour conclure :

Aujourd'hui le fait matériel, mécanique et extérieur domine notre vie, nos conceptions. Malgré tous les efforts de détachement nous sommes convaincus, parfois malgré nous, et à cause de la mécanisation complète de notre vie actuelle, à cause de la priorité dans notre vie des éléments matériels, convaincus profondément que le fait physique, mécanique, statique est le seul fait réel et qu'il doit primer dans notre vie, non seulement physique, mais aussi mentale. Cette conviction simpliste est, au fond, plus enracinée dans notre esprit que nous ne le croyons, ni que nous ne voulions avouer.

Elle est formulée jusqu'aux expressions les plus banales qui sont censées témoigner de notre bon sens. Telle serait, par exemple, la maxime trop connue à laquelle nous avons déjà fait allusion : *Primum vivere, deinde philosophari* (d'abord il faut vivre, ensuite on peut méditer, ou raisonner). Et personne n'oserait discuter la valeur d'un pareil aveu de notre pauvreté ! Car, en réalité, il faudrait tout d'abord savoir comprendre pour pouvoir vivre, si l'on entend par la vie non pas un processus purement physiolo-

¹ L'explication mécanique des lois phonétiques préconisée par les néogrammairiens, va de pair avec le système mécanique inventé par Lachmann pour classer les manuscrits et retrouver *mécaniquement* l'œuvre authentique d'un auteur.

gique qui nous range parmi d'autres animaux, mais un état de conscience et d'activité spirituelles. Il faut, avant tout, savoir méditer et être conscient, car c'est ce qui anime la vie humaine et lui donne son véritable prix. Un sens, une création, un progrès ne sont réels et possibles dans notre vie qu'autant qu'elle comporte la conscience et la spiritualité.

MYRON MALKIEL-JIRMOUNSKY



Palavras e Expressões sobre Vestuário no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende

PREFÁCIO

Pareceu-nos de grande interesse estudar as palavras e expressões com que os nossos escritores, traduzindo o seu mundo interior e exterior, traduzem simultaneamente o ambiente da época em que viveram.

Sendo a linguagem a expressão básica do homem, o seu estudo toma cunho de superior importância. É não só fundamento indispensável a todo estudo literário, mas ajuda importantíssima das ciências históricas e sociais — revela-se o coração da arte e da história.

Como campo de trabalho, escolhemos o Cancioneiro Geral de Garcia de Resende, pela sua riqueza linguística, ainda muito por explorar. Tratamos, por agora, as expressões que designam *vestuário*, para através delas descortinarmos um pouco os hábitos do trajar da época.

Existem, sobre o estudo do trajo em Portugal, valiosos trabalhos de conjunto, de Matos Sequeira ⁽¹⁾ e Alberto de Sousa ⁽²⁾, assim como um prestimoso, embora incompleto, vocabulário de indumentária arcaica de Henrique Lopes de Mendonça ⁽³⁾.

(1) «História do Trajo em Portugal», in «ENCYCLOPEDIA PELA IMAGEM».

(2) «O Trajo Popular em Portugal nos Séculos XVI e XVIII», «O Trajo Popular em Portugal nos Séculos XVIII e XIX».

(3) «Achegas para um vocabulário de indumentária arcaica», in «O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS» (Vol. XXVIII).

O nosso trabalho procura, modestamente, dar base filológica, portanto científica, a estudos de conjunto, de carácter literário e reconstituição histórica, sobre um dos mais curiosos capítulos da história de costumes — a arte de vestir.

Visando essa finalidade, detivemo-nos especialmente na significação dos vocábulos e expressões que designassem todo e qualquer aspecto da arte de trajar, baseando-nos sempre em exemplos transcritos ou apontados. Quisemos apreender todas as modalidades da indumentária, no Cancioneiro Geral, e, para isso, não só aproveitámos todos os vocábulos que cuidadosamente recolhemos sobre os aspectos da arte de vestir, mas ainda tirámos de cada vocábulo toda a significação que ele nos podia dar.

Para maior comodidade de plano e consulta, dividimos o nosso trabalho em seis capítulos, respectivamente: I — *Peças e partes de vestuário* — ; II — *Adornos e outros objectos ligados com o vestuário* — ; III — *Tecidos* — ; IV — *Cores* — ; V — *Qualidades e características do vestuário* — ; VI — *Acções ligadas com o vestuário*.

Alguns vocábulos nos apareceram de significação desconhecida, não averbados em quaisquer dicionários ⁽¹⁾ ou antologias ⁽²⁾ por nós consultados. Registamo-los, mesmo assim, para que ao menos, não desconheçamos a sua existência, e possamos, de futuro, mais ricamente documentados por glossários semelhantes de outras obras, apreender o seu verdadeiro sentido.

Quanto à etimologia, apenas a anotamos para comodidade de estudo. Limitamo-nos a apontar, em geral, os étimos indicados por Antenor Nascentes ⁽³⁾. Quando muito incertos ou desconhecidos, anotamo-los como tal.

Na impossibilidade de manusear livre e demoradamente — condição indispensável a trabalhos deste género — a edição princeps, seguimos literalmente a de Gonçalves Guimarães (Imprensa da Universidade de Coimbra), segundo o seu autor, reprodução fiel da edição princeps. Respeitamos em absoluto a grafia apontada, dando em parêntese as variantes que o mesmo vocábulo apresenta na dita edição. Só registamos as formas existentes no Cancioneiro,

(1) Consultámos especialmente os dicionários de Moraes, C. Figueiredo, F. Torrinha, A. Moreno, assim como as «Apostilas aos Dicionários Portugueses» de Gonçalves Viana e o «Elucidário» de S. Rosa de Viterbo.

(2) «As melhores poesias do Cancioneiro de Resende» (Rodrigues Lapa) e «Poetas do Cancioneiro Geral» (Álvaro Júlio da Costa Pimpão).

(3) «Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa».

de modo que, quando só aparece o plural, só este registamos; quando o plural se nos depara ao lado do singular, indicamos aquele entre parênteses a par das variantes.

Como modificações gráficas apenas desenvolvemos as abreviações, suprimimos a cedilha ao *c* antes de *e* ou *i* e escrevemos todos os nomes próprios com maiúscula.

Não só documentamos o significado do vocábulo com um ou mais exemplos que nos pareceram indispensáveis, mas ainda indicamos outros passos para o leitor poder confrontar e melhor documentar-se.

Oxalá este trabalho traduza o carinho com que o preparamos, carinho que todos os estudos de filologia, como base da investigação artístico-literária e histórica, sempre nos mereceram.

1946.

MARIA CONSTANÇA MÚRIAS DE FREITAS.

I

Peças e partes de vestuário

Abito (abyto) — m. [do lat. habitu]

1) Vestuário, de modo geral :

carapuça de folya
.....
nam sey o que pareça
huú abyto de folya
na cabeça
IV — 199,10

2) Vestuário usado por frades e freiras :

pardo abyto, cordam
.....
com manto da cendiçam
V — 141,27

3) Vestuário especial, usado como promessa por pessoas do mundo :

a hũa senhora que trazia hũ abito
de veludo azul escuro por tençam
V — 11

Alfareme — m. [do ár. alhareme]

Véu de mulher :

vos yreis embuçada
dalfareme de cendal
IV — 176,24

Almarafaão — m.

Significação desconhecida. O Prof. Costa Pimpão apresenta a hipótese de que o almarafaão talvez tenha que ver com *almalafa* que designa véu ou manto :

. . . vy huú dya
hũa fylha dhuú vylaão
lavrando dalmarafaão
III — 374,19

Amytos — m. [pl. de amyto < lat. amictu]

Veste sacerdotal colocada sob a alba :

vymostem pontefical
com teus amytos

IV — 402,6

Artilheyra — f.

Espécie de saio ?

como vos vy com tabardo
sobrartilheyra de martas
.....
daveis tal aar ho tabardo
queu vos farey juras fartas
que vos heys mais bastardo
coo vosso sayo de martas

II — 176 21

Avesso — m. [do lat. aversu]

huñas mangas . . . de cetym eo
avesso para fora

IV — 405

Balandrão (balandraão) m. [do lat. *balandra ?]

Balandrau ? Parece que designava uma espécie de capote :

de pelote, de gybam,
me manday certo preceyto,
se capuz, se balandrão,
para chegar cortesaão

II — 291,30 (Cf. IV — 205,16)

Baluerque — m.

Significação desconhecida :

. . . trazer aa
baluerque em huú goelho

I — 174,24

Barguilha (barguyilha) — f. [de bragas]

Braguilha, a parte dianteira das bragas ou calças :

barguilha . . . que fez de bocado
 . . .
 quẽ barguyilha assy goarneze,
 quer soprir com louçaynha,
 o que por obra falece
 IV — 161; 162,16 (Cf. IV — 163,21)

Barrete — m. [do it. berretta]

Cobertura que se ajustava à cabeça, usada por homens e mulheres. Parece que se punha por baixo do chapéu :

traze vos :
 . . . hũ sombreyro
 posto sobolo barrete
 I — 183,28
 a hũa dama :
 . . .
 sombreyro nam des de pano
 mas hum muy fyno palhete
 que va sobolo barrete
 IV — 362,13

Barretinho (barretinhos) — m. [de barrete]

Barrete pequeno e simples :

carrapucinha do lãõ
 e barretinhos syngelos
 IV — 210,19 (Cf. V — 326,3)

Bastardo — m.

Artilheyra de martas?

como vos vy com tabardo
 sobartilheyra de martas
 a quem vos chamais bastardo
 . . .
 daveis tal aar lio tabardo,
 queu vos farey juras fartas
 que vos heys mais bastardo
 coo vosso sayo de martas
 II — 176,22; II — 177,7

Baynhas — f. [pl. de baynha < lat. vagina]

Dobras que se faziam na extremidade de um vestido :

traz capa nõ debruada
aberta, curta, mal lançada,
cyntas baynhas de coyro

IV — 371,20

Beca (beeca) — f. [do lat. beccus ?]

Espécie de capa ou murça :

a hũa dama
.....
hũa peça muyto sseca
darey paroo atabyo,
por que sse laa fizer fryo
quẽ levar muy boa beca,
eu me fyo
que nã yra muyto peca

IV — 363,4

§ **Beeca engraxada** — suja, com lustro ?

trazey...
loba dipre pespontada
.....
beeca curta e engraxada

V — 325,28

Bedem — m. [do ár. badan]

Capa mourisca :

...hũa vistidura
.....
dũa dama do Egyto
tem hũ geyto de bedem,
cõ que podir a mourisca

IV — 366,14 (Cl. II — 282,20)

Bocaes — m. [pl. de bocal < boca < lat. bucca]

Canhões de vestuário :

a huús bocaes de baraão forrados
de pano e muyto estreytos

II — 280

Borda — f. [do germ. bord (M. Lübke)]

Orla, beira :

barretinho syngelo
pola borda já çafado

V — 326,4

Borzegyl (brozeguy, borzeguys, borzeguis) — m. [et. inc.]

1) Espécie de bota alta com atacadores :

se trouverdes borzeguys,
traze atacas
I — 190,8 (Cf. I — 184,4; V — 335,4)

2) Meia grossa, usada primitivamente pelos mouros ?

brozeguy largo amarelo
com çapatos de veado
V — 326,1 (Cf. I — 191,11)

Borzeguys — Vid. Borzegyl

Bota — f. [do b. lat. butta (A. Coelho)]

Espécie de calçado que aparece ao lado de borzeguys :

quem mais o gynete segue
presase de borzeguys,
mas eu ey por mais gentys
botas de muy fyno pregue
I — 184,4

Bragas — f. [do lat. bracas]

Calças bragas — calças largas e curtas, cujo uso se ridicularizava, por vezes :

...pragas lançar
.....
tragua mays gibã Dirlanda
na moor força do verão
.....
oos domingos calças bragas
I — 300,8

descalcey loguo as braguas
II — 115,11

Bryal — m. [do prov. blyalt]

Vestido de mulher, luxuoso:

...duas damas

 a hũa delas vestia
 hum bryal negro chapado
 de rica argenteria
 I — 349,24

Cabeçam — [de cabeça < lat. capitum]

Gola larga:

...mantam

 pelas ilhargas aberto
 ventaes pelo cabeçam
 I — 174,8

Caçotes — m. [por *calçotes (A Coelho)]

Saio de pano grosso?:

desse pano e desse ferro
 eu fyzerantes pelotes,
 ou caçotes
 IV — 198,3 (Cf. IV — 231,27)

Çafões — m. pl. [et. desc.]

Meias calças de pele:

...sseu fylho primeiro
 no jverno traz çafões
 IV — 341,2

Calças — f. [pl. de calça < lat. *calcea]

Peça de vestuário para homem, que ia da cintura até aos pés:

nem tragays calças cerradas
 pera mays despejo vosso
 I — 184,9

§ Calças darreo — Calças de luxo?

.. de chamalote fyno
farya calças darreo

IV — 231,16

§ Calças bragas — Vid. Bragas

§ Calças cerradas — calças sem abertura :

nem tragays calças cerradas
pera mays despejo vosso

I — 184,9

§ Calças de fole — eram usadas pelos elegantes :

regra pera se saber vestyr
.....
as calças tyrem de fole

I — 173,17

§ Calças de malha — peça de armadura :

tereys de aso o colcham
jybam e calças de malha,
casco, luva, burquelam

V — 384,10

§ Calças de marear — próprias para o mar, para navegar? :

calças...
.....
tragamsas de marear
forradas dyrlanda parda

I — 173,19

§ Calçado — m. [de calçar]

Designação geral dada a tudo que cobria os pés, excepto meias :

...ninguem ouse fazer
calçado pera trazer
desta pele

IV 298,4

Camisa (camisas) — f. [do lat. *camisia*]

Peça de vestuário interior, de homem e de mulher. Pelo C. G. vê-se que as camisas de homem eram já objecto de cuidados, chegando mesmo a ser debruadas e bordadas de veludo :

...debruou hũa camisa de veludo
 ...de veludo a bordou
 IV — 398 (Cf. I — 173,24)

§ Trazer camisa não lavada era praga rogada à mulher a quem se queria mal :

tenha...

 camisas nunca lavadas
 I — 299,10

Camysam — m. [de *camisa*]

Aumentativo de *camisa*, usado talvez como necessidade de rima :

dos debrús do sseu sombreyro
 debruou hum camysam
 IV — 400,13

Capa (capas) — f. [do lat. *cappa*]

Peça de vestuário, pendente dos ombros, que parece devia ser comprida, fechada e debruada. Por vezes cobria a cabeça :

traz capa nõ debruada
 aberta, curta, mal lançada
 IV — 371,18 (Cf. III — 125,29)
 capa sobola cabeça
 I — 192,1

Capa augoadeyra — Capa para a chuva :

...capa augoadeyra,
 e gybam de çatym rraso
 I — 183,29

§ **Capa entretalhada** — capa com entretalhos, género de recortes :

o da capa entretalhada

 descobrio hũa esmaltada
 na cinta mall rrecachada
 II — 352,5

§ **Capa francesa** — apenas registamos a expressão, porque, pelo exemplo, não pode fazer-se ideia da forma da capa :

...hũa capa francesa que fez
 II — 232

§ **Capa usada por sacerdotes :**

se perdera o breviayro,
 nem a capa que comprey,
 nam chorara o que chorey
 V — 199,25

§ **Ganhar ou perder a capa** — ganhar ou perder a causa :

lycença tenho do papa

 de todo por vossa fylha
 guanhar ou perder a capa
 II — 85,24

Capacete — m. [et. inc.]

Armadura para a cabeça :

e ella lhe tirara
 ho capacete e escudo
 III — 242,9

Çapato (çapatos) — m. [et. inc.]

Calçado de cabedal que se engraxava :

çapato preto calçado
 lhe vejeu... engraxado
 I — 299,30 (Cf. I — 191,11)

§ **Çapatos de Basylea** — espécie de sapatos pontiagudos, usados no paço :

regra para se saber vestyr e tratar o
paço

.....
çapatos de Basylea,
pontylhas sobolo mole

I — 173,15

Capelhar — m. [por *capellar, de capello? (A. Coelho)]

Vestidura mourisca :

fota, capelhar vermelho,
tahyly, e hum terçado
nuña mula, cum espelho
na mão

IV — 320,18

Capelo — m. [do lat. cappellu]

Capuz, a parte da túnica ou capa com que se cobria a cabeça e o pescoço :

...ver num mongy forrado
com capelo
IV—189,4 (Cf. I—174,13 V—213,8)

Caperotada (caperutadas) — f. [et. desc.]

Carapuça grande? :

em tempo del rrey Duarte
dizem que foram usadas
muy grandes caperutadas,
e mas nunca foram destarte
IV — 203,3 (Cf. IV — 205,19)

Capuz (capuzes) — m. [et. inc.]

Peça de vestuário para cobrir a cabeça, usada por homens e mulheres :

Vasco Martyz...
hu andamos com capuzes
I — 327,27

a hũa dama
.....
...capuz lhe manday de tafetaa
IV — 362,18

§ **Capuz dylharguas** — capuz largo, para os lados, usado por mulheres:

a hũa dama

 senhor, dylharguas capuz
 lhe manday
 IV — 362,18

§ **Capuz frisado, capuz chapado** — espécies de capuz de frisa ornados de chapas ou franjas, que eram ridicularizados na época:

eu lhe vy capuz frisado,

 de prata todo franjado

 para nos desenfadar
 IV — 319,14

um muy bõ capuz chapado

 por vyrem todos oulhar
 Pero de Sousa Ribeyro
 IV — 221,5

§ **O capuz**, usado até aos pés, parece que era moda elegante da época:

...como fez foaão
 huũ capuz muyto comprido

 todos dam jaa pelo chaão
 III — 373,23

Carapuça (carupuça?, carapuças) — f. [derivado terciário da capa]

Peça de vestuário para cobrir a cabeça:

trazia hũa carapuça de veludo,
 e tyrou huũ barrete...
 que nom lhe estava bem
 III — 278 (Cf. IV — 202;
 IV — 212,9; IV — 197;
 IV — 211,1)

§ **Carapuça de goalteyra com penacho** — aparece usada pelos moços que acompanhavam uma dama a cavallo:

os moços yram vestidos
de pelotes gyronados
.....
cada hũ sa carapuça
de goalteyra com penacho
IV — 177,3

Carapucinhas — f. pl. [de carapuça]

Carapuças pequenas:

carapucinhas do lão
e barretinhos syngelos
IV — 210,18

Carapução (carapuçam) — m. [de carapuça]

Carapuça grande:

deste grão carapução
IV — 210,3 (Cf. IV — 217,9)

Ceroylas — f. pl. [do ind. saravara]

Vestuário que os homens usavam por baixo das calças:

a hũas ceroylas... que fez Manuel de
Norôlia
IV — 218

Cervees — f. ?

Não encontrei este vocábulo nos dicionários. Lopes de Mendonça apresenta a hipótese de ceroulas:

cervees de cote fragua
camisas nunca lavadas
I — 299,9

Chapeo — m. [do fr. ant. chapel]

Cobertura de cabeça para homens. No exemplo citado era de seda azul:

Joã Roiz... a huũ chapeo
azul de seda, que trazia
III — 283

Chapim (chapym, chapyns) — m. [de chapa (A. Coelho)]

Calçado de sola alta para mulheres:

lavares...

soo hũ gram chapim donesta

IV — 182,2 (Cf. III — 374,21;

IV — 243,15)

§ O Caudel Maor fez um divertido jogo de palavras com *chapim*, calçado, e *chapim*, nome dado a certo podengo:

huũ podengo... avya nome chapym

.....

ho tryste chamã chapym

chegue chapym em tal ora

que de com vosco o chapym

essa de cujo chapim

nunca fuy dyno ataa gora

I — 195,3 a 6

Cinta — f. [de cinto]

Parece que a cinta era objecto oferecido pelo namorado à namorada:

junto cõ ele pousava hũa moça

.....

tenho cofre, tenho cinta,

tenho pano de rruam,

a quall darey dante mão,

mas ey medo que me minta

II — 349,13

Cinto — m. [do lat. cinctu]

Correia de pele para a cintura:

pele de cavalo...

.....

...dela cinto pintado

he tam maaõ como calçado

IV — 298,15

Çocos = m. [pl. de çoco < lat. soccu]

Tamanco ou meia? :

a hua moça que lhe pedyo hus çocos

 por serdes melhor servida,
 poys a perna tendes grossa,
 mãdayne vos a medyda

 logo começareys
 a medyr polo artelho,
 edesy polo joelho,
 e na coxa acabareys

I — 200

§ Par de socos :

hūs çocos, e que fôsse bom par de
 lavor

I — 200

Cogula — f. [do lat. cuculla]

Espécie de túnica, usada por frades e freiras :

a que milhor vos seria
 he treyria

 eu vos dou hũa cogula

IV — 184,13

Coos — m. [do prov. cors]

Parte do vestuário que cingia a cintura :

e canta muy em toada
 esta letra, que no coos
 traz cosyda

II — 163,14

Cootas — f. [pl. de coota < franco Kotta]

Vestuário de mulher, parece que uma espécie de corpete :

dou fraldilhas, dou camisas,
 dou cootas e dou mantilhas

 a quem quer
 ser muyto boa molher

II — 350,2

Crespina — f. [de cresco < lat. crispu]

Rede ou coifa de recolher o cabelo. No exemplo citado, a crespina é de chaparia de latão, por ironia:

e dou vos húa crespina
de chaparia de latam,
por que soys dama muy fina

IV — 184,1

Envençam (envenção, envenções, envençoões) — f. [do lat. inventione]

1) Vestuário com nova forma, novidade extravagante:

...a hūas ceroylas de chamalote
.....
o que grão desaventura
.....
morrer de tal envençam

IV — 224,5 (Cf. IV — 224,7;

IV — 197,7; IV — 210,16)

2) Adorno extravagante:

damas querẽ...
.....
antretalhos e borcados
.....
querem novas bordaduras
denvençoões entretalhadas

III — 339,25

Enxoval — m. [do ár. ash-shuwār]

Conjunto de roupas e adornos de uma noiva:

...a corpo bem fornydo,
jaa lhe sabeys o marydo
deus daraa o enxoval

III — 342,6

Fota — f. [do ár. fūta]

Espécie de turbante:

a Jorge da Silveira
.....
...nã vos esta bem
se nã bedem
e fota

II — 282,21

Fraldilhas — f. [pl. de fraldilha < fralda < germ. *faldo*]

Espécie de avental, próprio de mulher :

dou fraldilhas, dou camisas,

dou cootas e dou mantilhas

.

a quem quer

ser muyto boa molher

II — 350,1 (Cf. IV — 231,27)

Gabardyna — f. [et. inc.]

Vestimenta, parece que usada por sacerdotes :

vestyvos de gabardyna

garnacha do mesmo talho

com prosas salve rregyna

I — 317,9

Gangorra — f. [do cast. ?]

Carapuça :

hũa grande carapuça de veludo

que os castellanos chamam gangorra

IV — 202 (Cf. IV — 213,11 ;

IV — 216,12 e 19; IV — 217,22)

Garnacha — f. [et. inc.]

Veste talar de sacerdote :

vestyvos de gabardyna

garnacha do mesmo talho,

com prosas salve rregyna

I — 317,10

Gibam (gibã, gybam, gybaão, gybão, jibam, jubam, jubaão, jybão, gybões, giboões, jybões, jyboões, jubões) — m. [de al-juba < ár. aljubba]

Vestidura antiga de homem, parece que semelhante a casaco largo :

o gibam de qualquer pano

na barriga bem folgado,

dos peytos tam agastado

que seu dono tragoufano

I — 173,27 (Cf. I — 300,5 e 9;

III — 125,29; IV — 102,2 e 10;

IV — 206,7; IV — 208,14 e 20;

IV — 187,2 e 8; IV — 188,6,9

e 15; IV — 231,28)

§ Fazia-se por vezes o gibão de tecidos luxuosos, como seda ou cetim:

gybam de çatym rraso	I — 183,30
...gybã Dirlanda	I — 300,3
meu gibam de seda rrasa	
de muy fyao cremesym	III — 335,13

Goalteyra — f. [do lat. galea?]

Vid. carapuça de goalteyra.

Guabam (guabaão) — m. [do persa Kābā]

Espécie de capote:

carapuça de veludo	
...antes dela farya	
huũ guabaão	
poys errou de sser jubaão	
	IV — 206,6 (Cf. IV — 324,11)

Guabynardo — m. [do radical de gabão]

Capote, com capuz e mangas:

ao mengy cõ capelo de dom Martinho	
...com mangas todo çarrado	
foy lhe por mym pregûtado,	
que nome lhe tendes dado	
eeste vosso guabynardo	
duma tam nova feyçam	
	IV — 189,24

Guorra — f. [do vasconço gorri (M. Lübke)]

Espécie de carapuça ou barrete:

carapuça de veludo	
...o guorra de grão valya	
	IV — 204,1

Lyvree — f. [do fr. livrée]

Só aparece em sentido figurado, com o significado de aspecto:

...vossa brava cueza

.....

me vestio com aspareza

desta lyvree de tristeza

II — 173,19

Loba (lobas) — f. [do fr. l'aube (A. Coelho)]

Espécie de batina:

loba aberta alaranjada,

quaquy fez hũ bom senhor,

com quyra muy bem betada,

e mays vestida de cor

IV — 362,5 (Cf. IV — 317,25;

V — 325,26)

Louçaynha — Vid. Louçaynha (Adornos)

Luto — m. [do lat. luctu]

Vestuário de dor em sinal de sentimento pela morte de alguém:

...cuberta de luto

mostrareys senhoras todas

gram sentido

II — 161,19

Luvaz — f. [pl. de luva < ing. glove (A. Coelho)]

1) Peça de vestir que cobria as mãos. Aparecem no C. G. luvas de lã e de lontra, estas últimas só com o dedo polegar:

hũ par de luvas de lam

V — 326,11 (Cf. IV — 178,16)

luvas dhuũ soo poleguar

feytas de pele de lontra

I — 174,17

§ **Luvas de lã** — expressão usada em sentido figurado, para designar mansidão, suavidade:

fazee das luvas de lã
pera soster vossa vida

I — 318,9

2) Peça de armadura

tereys de sso o coleham
jybam...
casco, luva, burquelam

V — 384,11

Mangas (mãgas, manguas) — f. [pl. de manga < lat. manica]

Parte do vestuário que cobria o braço:

todo sseu braço...
tem... mãgas...

IV — 314,8 (Cf. IV — 402;

[IV — 314,14)

§ **Meas mangas** — mangas até ao cotovelo, aproximadamente:

...gibã Dirlanda
com meas mangas Dolanda

I — 300,5 (Cf. IV — 178)

§ **Mangas rregaçadas** — mangas puxadas para cima:

o das mangas rregaçadas
que Gomez Freyre se chama

I — 329,1

Manguytos — m. [de manga]

Mangas pequenas:

a hũas manguas
.....
com teus amyto
que trazias por manguytos

IV — 402,7

(Continua)

Recensões críticas

RUFINO J. CUERVO, *Obras inéditas*. Bogota, 1944.

Neste primeiro volume de Inéditos, de quase 600 páginas, publicam-se três obras: *Castellano popular y Castellano literario*, *Las segundas personas de plural en la conjugación castellana*, e *Disquisiciones sobre antigua ortografía y pronunciación castellanas*.

A primeira nunca havia sido publicada; a segunda e a terceira eram já conhecidas, mas agora surgem como se fossem novas, visto que o próprio Autor as refundiu completamente e ampliou.

A primeira está dividida em quatro partes, com a seguinte distribuição de matérias:

Parte Primera — Fonética: I — Doctrina. II — Alteración fonética: A. Espontánea, B. Combinatoria. III — Acento. IV — Diptongación. V — Cómputo silábico de vocales concurrentes.

Parte Segunda — Analogía: I — Doctrina. II — Su acción en la forma material de las palabras. III — En la morfología: A. en el género, B. en el número, C. en la conjugación, D. en la derivación y composición. IV — En las acepciones, frases y construcciones.

Parte Tercera — Semasiología: I — Doctrina. II — Metáfora. III — Generalización. IV — Especificación.

Parte Cuarta — Vocabulario: I — Voces arcaicas. II — Voces provinciales. III — Voces indígenas.

Esta obra, que só agora se publica pela primeira vez, já estava muito adiantada em 1905, segundo diz o próprio Autor (Cf. *Introducción*, p. VIII). Chamo a atenção para este facto e para o do Autor haver falecido em 1911, para que a crítica se não esqueça de que não está em presença de um trabalho de 1944, mas sim de entre 1905 e 1911. Dessa data para cá, alguma coisa progrediu a ciência filológica.

Uma crítica minuciosa deste trabalho de Cuervo é impossível na resenha bibliográfica de uma revista como esta: o estilo de Cuervo é compacto e a matéria que ele trata é de tal natureza, que se não pode fazer uma crítica rigorosa em poucas linhas.

Limito-me por isso a dizer que estes Inéditos de Cuervo são obra de verdadeira ciência filológica, que importa ler com cuidado e meditar com ponderação.

R. DE S. N.

DUARTE NUNES DE LEÃO, *Origem da Língua Portuguesa*. Quarta edição, conforme a primeira, com Estudo Preliminar e Anotações de José Pedro Machado. 1945 — *Pro Domo*, Lisboa.

Este trabalho de Duarte Nunes de Leão, posto que escrito há cerca de 350 anos, apresenta ainda bastante actualidade. O seu valor histórico e bibliográfico é inestimável, mas não deixa de ter também ainda certo valor filológico actual. Há nele muitas afirmações que continuam a estar de acordo com os modernos conhecimentos, apesar de não lhe faltarem erros de doutrina, contradições e inexplicáveis repetições.

O Dr. José Pedro Machado, que estudou, prefaciou e anotou a presente edição da obra, nas 216 páginas que antecedem o texto original (não contando o *Prefácio*), faz um estudo muito circunstanciado do trabalho e do seu autor.

São dele estas acertadas afirmações: «Superando todos os outros filólogos portugueses do tempo, pelo método, pelo saber e pela capacidade, o autor da *Origem*, como historiador da língua, conservou-se em situação invejável até 1869.

«Realmente antes de Adolfo Coelho, ninguém, como ele, descrevera de maneira tão aceitável, nuns pontos para a crítica de hoje, noutros para a ciência do seu tempo, as origens e a mecânica da formação das línguas»...

Depois de falar da bio-bibliografia de Nunes de Leão, de procurar estabelecer a data de redacção da *Origem* e de indicar as edições e fins da obra, o Dr. Pedro Machado trata, com grande erudição e pormenor, das ideias linguísticas do autor da *Origem* e das suas fontes prováveis ou declaradas.

É esta a parte dos Estudos Preliminares mais extensa e rica de considerações. São 71 grandes parágrafos onde metódicamente se estuda, ponto por ponto, tudo que pode interessar à compreensão da *Origem da Língua*, de Nunes de Leão. Começa-se pelo estudo das fontes, fala-se a seguir dos conhecimentos que informam a obra e, por fim, comentam-se ou criticam-se metódicamente as ideias expendidas pelo autor.

Em trabalho tão vasto e denso não admira que hajam escapado alguns lapsos de transcrição, de grafia, de acentuação, etc.

Indiquemos um ou outro mais importante.

Na transcrição do seguinte passo (págs. 124-125), entre outros lapsos menores, faltaram as partes indicadas nos dois últimos parênteses rectos: ... «a lingua Latina que naquelles tempos se fallou (na Península) pura como em Roma, e [aliás &] no mesmo Latim [aliás, Latio] ate a vinda dos Vandalos, Alanos, Godos, & Suenos, [& outros barbaros que aos Romanos succederão, & corromperão a lingua Latina com a sua,] & a misturarão de muitos vocabulos assi seus como de outras nações barbaras que consigo trouxerão, de que se veo fazer a lingua que oje fallamos, [que por ser lingua, que tem fundamentos da Romana,] ainda que corrupta lhe chamamos oje Romance.»

Muitas vezes aparece, nas transcrições do Estudo e mesmo do texto, «Portuguezes», «Portuguezas», «Francezes», «Chartaginez», etc., com z, quando é certo que no original estas palavras vêm sempre com s (*Portugueses, Portuguesas, Franceses, Chartaginez*, etc.).

A 1.ª edição da *Origem* trás uma lista de erratas, que, ao contrário do que seria de esperar, em regra não foi aproveitada na presente edição — depois de já o ter sido até na 2.ª.

As palavras gregas citadas no Estudo Preliminar estão quase todas mal escritas ou mal acentuadas (págs. 93-99...): *αἰψός* (por *αἰψός*); *λόγος* (por *λόγος*); *αἶψα*, *βραχέα* e *αἰψά* (respectivamente por *αἶψα*, *βραχέα* e *αἰψά*); *ἀγγαρία* (por *ἀγγαρία*); *αἰσίνος* (por *αἰσίνος*); *ἀνώνυμος* (por *ἀνώνυμος*); etc.

Vem a propósito aludir aqui a um equívoco de certa monta.

Escreve o Dr. José Pedro Machado: «A palavra *cerasmos*, dada como de origem cipriota, não vem nos dicionários que consultámos. Os vocábulo que mais se aproximam dela são *Κεραυός* e *κεραυός*; que, segundo o *Dictionnaire Grec-Français* de M. A. Bailly, significam respectivamente *acção de misturar* e *Pérsia*.

«Não parece que se trate de qualquer delas.»

Afinal, a simples observação mais cuidada teria mostrado que *κεραυός* (com *κ* minúsculo, não maiúsculo) corresponde precisamente, letra a letra, à palavra em referência (*cerasmos*).

Por outro lado, o segundo vocábulo atribuído ao *Dictionnaire Grec-Français* de A. Bailly (*κεραυός*) não existe com aquela forma. Supusemos a princípio que se trataria de gralha por *κεραυός* (*mistura*, efeito de misturar), visto ser a palavra que mais se aproximava de *cerasmos* (depois de *κεραυός*, evidentemente), porém mais tarde, por informação do próprio Dr. Pedro Machado, soube-me estar por *κεραυός* (*Pérsia*), que, por sinal, muito se afasta da palavra acima.

À página 144, o Dr. Machado escreve: «*Alcandro*. Não encontro esta palavra registada nos dicionários que consultei. O étimo de *Leão* não a pode explicar.»

Ora, a forma *Alcandro* resultou simplesmente duma má leitura. O que se encontra em Nunes de Leão (pág. 265) é *Aloandro* (o mesmo que *loandro*) e o étimo grego indicado por este (*rhododendros*, aliás *rhododendron*) é também ainda hoje o mais aceitável.

Na verdade, *loandro* ou *aloandro* pode muito bem provir de *rhododendron* (gr. *ῥοδῶδενδρον*, loureiro-rosa) por síncope normal dos dois *dd* simples intervocálicos e por passagem do *r* (*rh*) inicial a *l*, aqui talvez por influência do *l* de *laurus* (loureiro). Lembrar que o *loandro* (ou *aloandro*, com *a* prostético) também se designa por *loureiro-rosa*, como o *rododendro*.

O *n* final caiu, como simples desinência que era.

Os nossos dicionários dão-lhe para etimologia *lorandrum* e *oleander*, que são formas do baixo latim relacionadas com a mesma origem. *Lorandrum* deve ser cruzamento e alteração de *laurus* e *rhododendron* (1); e *oleander* é artificiosa reconstituição do latim botânico, baseada talvez na forma italiana ou na francesa.

«Coreto» (pág. 162) também foi gralha ou má leitura por *cereto* (pág. 269); embora provenha do grego (como diz o Dr. Pedro Machado) e não do árabe (segundo Nunes de Leão).

À pag. 137 escreve-se: «*Bulis*. De origem controversa.»

«*Bulis*» está por *bulir* e a origem indicada por Nunes de Leão está certa (pág. 260), apenas mal grafada (*bulio*, *is*, por *bullio*, *bullis*... *bullire*).

(1) Cfr.: Isid. de Sev., *Etym.* XVII, 7, 54; J. Sofer, *Lat. und Roman.*, pág. 99; e Du Cange *Glossarium*, s. v. *Lorandrum* e *Arodandrum*.

O Dr. Pedro Machado considera «*fusil*» (aliás, *fuzil*) proveniente do latim *fuſile* (pág. 177), em correcção da origem francesa, dada por Nunes de Leão. A verdade, porém, é que, se a origem francesa está hoje posta de lado, aquele étimo latino também não tem fundamento. Actualmente considera-se como etimologia de *fuzil*, conforme é bem sabido, o moderno italiano *fucile*, alteração do antigo *focile*, por seu turno baseado num latim hipotético *focile* (< *focus*).

Outros pequenos lapsos se podem encontrar aqui ou além, sendo de esperar que todos venham a ser corrigidos em futura edição.

J. I. L.

TOMO VIII-FASCICULO 2

1946

Palavras e Expressões sobre Vestuário no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende

(Continuado de Tomo VIII, p. 88)

Mantam — m. [de manto]

Capote grande, parece que usado pelos cortesãos:

a Garçya de Melo . . . dão lhe regra
pera se saber vestyr e tratar o payo
.
padylho deve mantam
sobrele trazer cuberto,
pelas jlhargas aberto,
ventaes polo cabeçam

I — 174,5

Mantilha (mantilhas) — f. [do esp. mantilla]

1) Espécie de véu, usado por mulheres:

dou fraldilhas, dou camisas,
dou cootas, e dou mantilhas
.
a quem quer
ser muyto boa molher

II — 350,2

§ *Mantilha color de telha* — traje usado na Beira:

mantilha color de telha,
como costumão na Beyra

IV — 178,9

2) Manta que se punha sobre a cavalgadura, para andar a cavalo:

ordenay como se deça
pera correger a cylha,
e encima da mantilha
fazey cousa que pareça

II — 93,14

Manto (mãto) — m. [lat. mantu]

1) Espécie de capa, usada por homens e mulheres :

. . . hũ mãto
de Dioguo de Madril,
Passara ta fym dabril,
por que he de mea frysa

IV — 363,14

duas damas
.
a hũa delas vestia
hum bryal negro chapado,
.
e hũ manto
dhũs lavoires muy sotys

I — 350,6

2) Espécie de capa, usada por alguns frades :

pardo abyto, cordam
.
com manto da condiçam

V — 142,1

Meas — [f. pl. de meio < lat. mediu]

O vocábulo aparece apenas no exemplo que cito. Deve ter o sentido actual de peça de vestuário que cobre as pernas e os pés :

per que meas e colar
bem podesse merecer

IV — 46,7

Menores — m. [pl. de menor < lat. minore]

Roupas interiores. Ainda hoje se diz : «estar em trajos menores» :

quê trouver porta dolãda
camisa trazer nam cure,
menores poreu ature,
porque nam pendã aa banda

I — 173,25

Mongy — m. [de *monge*?]

Vestidura comprida, com mangas, talvez uma especie de túnica.
Estranha-se, no C. G., que tenha capelo:

. . . ao mongy cõ capelo de
dom Martinho de Tavora
.
era de pardo forrado
vestido muy cortesão
.
com mangas, todo qarrado
IV — 189 (Cf. II — 174;
II — 175, 1,9 e 25)

eu venho bem espantado
de ver um mongy forrado
com capelo IV — 189,3

pois justiça hy nam haa
.
e do pano que nam daa
façamos mongy inteyro VI — 260,2

Murça — f. [do persa *musht*]

Espécie de cabeção, usado por homens e mulheres:

quê na traz por carupuça
.
trouxerantes hũa murça
ou mytra pontyfica IV — 211,3

. . . a hũa dama . . .
.
os moços yram . . .
.
cada hum com sua chuça,
e vos murça
rrefoulinhando no macho
IV — 177,6

Mytra — f. [do gr. *mitra*]

§ *Mytra pontyfica* — espécie de barrete, usado por bispos e
cardeais:

quê na traz por carupuça
.
trouxerantes hũa murça
ou mytra pontyfica IV — 211,4

Palhete — m. [de palha < lat. palea]

Chapéu de palha. No C. G. aparece usado por mulheres :

a húa dama . . .

 sombreyro nã des de pano
 mas huũ muy fyne palhete,
 que va sobelo barrete

IV — 362,12

Peça (peças) — f. [do gaul. *pettia]

1) Uma parte do vestuário :

carapuça de veludo

 peça que nam tem ygoal
 em sabor e em grandeza

IV — 208,3

2) Teia de qualquer tecido :

. . . sseys peças de veludo
 mety em vestido feyto

IV — 215,9

Pelote (pelotes) — m. [de pêlo ?]

Espécie de casaco :

de pelote se guarneça
 pouco menos do artelho

I — 174,1 (Cf. IV — 316,1)

§ *Pelotes rroxos, bandados . . . pelotes gyronados* pelotes gyronados — Alguns pelotes de luxo parece terem sido de cor forte, roxos, com bandas ou aplicações de cores diferentes e bordados :

pelotes rroxos, bandados,
 muyto fynos,
 per mil partes golpeados,
 com cores tam bem betados,
 que se tangiam os synos

III — 335,1.

. . . pelotes gyronados

 de terramaques bordados

IV — 176,29

§ No entanto, numa outra poesia, são satirizados os pelotes amarelos bordados:

amarelo hũ pelote
sacoude já sus bordado,
com que levou tanto mote

IV — 319,4

Peloyna — f. [por polaina?]

De *polaina* dá Sousa Viterbo o seguinte significado: insígnia das alcoviteiras, que consistia numa beatilha de seda vermelha que traziam na cabeça, enquanto não partiam para o desterro:

seete varas de bragual
senhora, vos dou por touca
.....
mantilha color de telha
.....
e por vos dar a conteyra
mais inteyra,
levay peloyna vermelha

IV — 178,13

Peugas — f. [pl. de peúga < lat. *peduca]

Meias curtas de homem.

§ *Peugas brancas* — parece que usar peúgas brancas era hábito feio e ridículo:

. . . pragas lançar
.....
tragua mays gibã Dirlanda
na moor força do verão
.....
peugas brancas mays tragua

I — 300,10

Pontilha (pontylhas) [de ponta < lat. puncta]

1) Ponta muito aguda do sapato:

çapatos de Basylea
pontylhas sobolo mole

I — 173,16

2) Franja ou espiguiha, para guarnecer :

com rrecheos de pontilha
 rraspalãa e ysto tal
 faz hũ cume de barguiha

IV — 163,19

Pyastrão — m. [do it. *piastrone*?]

Parte dianteira da couraça :

carapuça de veludo

 quatro quintays pesaraa.
 Por jsso antes trarya
 hũ pyastrão
 na cabeça ou na mão

IV — 206,13

Rrebuço — m. [de buço < lat. *buccu*]

Parte do vestuário, destinada a cobrir o rosto :

. . . leveys rrebuço posto,
 polos nam desnamorar
 e goardar
 que vos nam vejam no rrosto

IV — 182,22

Roupa (rroupa) — f. [do germ. *rauba*]

Vestuário de homem e de mulher :

. . . o condestavel ssacou
 hũa rroupa que ssabemos.
 A qual foy de gram frisada

IV — 235,12

. . . duas damas

 dhũa roupa muy comprida
 per myl partes desfiada

I — 350,13

Rroupão — m. [de roupa]

Peça de vestuário. Talvez uma espécie de tabardo ou capa :

. . . a dom Francisco . . . que andava negociado em dar hũa mula,
touca, e tabardo e sombreire a hũa dama

.
Vos sereys de mym servydo
cõ hũ rroupão verdeguay
do mercador de Cambay,
quee hũ bem novo vestido

IV — 366,1

Sayo (sayos) — m. [do lat. sagu (A. Coelho)]

1) Vestuário de homem e de mulher. Nos passos citados é de homem e, segundo Moraes, significa uma espécie de roupa larga ou casacaõ :

Nuno da Cunha . . .

.
porque se vay a freura,
e se vay chegando Mayo,
cos desejos da quentura,
ja pelo presente cura
de vestyr as vezes sayo

I — 327,12 (Cl. I — 329,9 ;

I — 191,4 ; H — 177,8 ;

IV — 50,22)

2) Vestuário usado por certos frades :

do frade provençal,
ministro dhũ sayo pardo

I — 322,5

Ssayas — f. [Vid. Sayo]

Vestuário de homem e mulher. Nos versos citados é de homem e não pode tirar-se deles o significado exacto. Segundo Viterbo saya significava capa, sayo ou roupão :

nam curamos dazagayas

.
mas gastamos nossas vydas
em capas, gybões e ssayas

III — 125,29

Sombreyro — m. [de sombra < sub illa umbra (Nunes)]

Chapéu de homem e de mulher :

a Ray Menyz

 traze vos

 de grã feltro huũ sombreyro
 posto sobolo barrete

I — 183,27 (Cf. I — 184,26)

a húa dama

 Sombreyro nã des de pano,
 mas huũ muy fyao palliete,
 que va sobolo barrete

IV — 362,11

Tabardilha — f. [de tabardo]

Capa pequena :

. . . tays panos

 em jubões, em tabardilha,

 se gastam

IV — 231,28

Tabardo — m. [do fr. tabard (M. Lübke)]

Espécie de capa ou capote :

como vos vy com tabardo
 sobrartilheyra de martas
 II — 176,20 (Cf. III — 336,20;
 IV — 319,17)

Tahyly — m.

Significação desconhecida :

fota, capelhar vermelho,
 tahyly, e hum terçado,
 nuũa mula, cum espelho
 na mão, dyz que foy achado.
 IV — 320,19

Touca — f. [do vasc. *tauka* (REW 3.^a)]

Peça de vestuário que cobria a cabeça, usada por homens e mulheres :

. . . touca de João de Saldanha

 toda posta no toutiço,
 de diante maal quebrada
 II — 354, 16 (Cf. II 354)

Sete varas de bragual,
 senhora, vos dou por touca
 IV — 178,5 (Cf. IV — 267,9 :
 IV — 362,17)

Trajo (trajos) — m. [de trajar < do b. lat. *tragere* por *trahere*]

Vestuário, de modo geral :

rreneguo de trajo tanto
 quanto vejo desonesto
 IV — 6,5

grande carapuça de veludo

 nam he trajo de galante
 para meter em terreiro
 IV — 106,1

§ *Trajos demasiados* — fatos, vestidos luxuosos :

por trajos demasiados
 em que todos sam jgoacs
 sam confusos
 . . . os tres estados
 I — 232,3

Trouxa — f. [do lat. **tortiare*, de *tortus* (A. Coelho.)]

Embrulho de roupa :

trazey mais diante voos
 trouxa com vestido feyto
 V — 325,22

Vasquinha -- f. [do cast. basquiña?]

Saia com muitas pregas em roda da cintura:

. . . estava
a noyte em cas da raynha
cõ tres damas em vasquinha,
e de nenhũa apegava

III — 287,3

Ventaes — m.

Aventaes? Panos em forma de avental? Pelo exemplo não pode tirar-se o significado preciso:

A Garcia de Melo dádolhe regra para se saber vestyr, e tratar o paço.

.
pardylho deve mantam
sobrele trazer cuberto,
polas jlhargas aberto,
ventaes polo cabeçam

I — 174,8

Vestido (vestidos) — m. [de vestir < lat. vestire]

Fato de homem e de mulher:

. . . peytay hum porteyro
com vestido e dinbeyro
II — 158,8 (Cf. I — 192,3;
III — 124,2; III — 373,15
e 20)

. . . Laodamyia
.
novos vestidos trarey

III — 232,17

§ *Vestido de momo* — vestido para representar:

Fez de ouro, prata e sseda
e de moeda
hũ mao vestido de momo

IV — 372,16

Vistidura (vestiduras) — f. [de vestir]

Veste. Parece exprimir vestes especiais, como vestes reais e vestes próprias do Egipto:

Vestete, Laodamya,
de vestiduras rreaes

III — 232,9

... hũa vistidura
quaquy anda verdescura
dũa dama do Egyto

IV — 366,11

Vistimenta — f. [de vestir]

Vestuário, peça de vestuário:

hũa camisa
.....
... a carne sse chegou
... esta vistimenta

IV — 400,4

II

Adornos e objectos ligados com o vestuário

Alamares — m. [plural de alamar < ár. al-*camāra* ou al-*camār* (P. Mach.)]

Cordões com que se apertavam e adornavam certas peças de vestuário :

comprelbe de ssapartar
dalamares ou botões

IV — 317,12

Alcatruzes — m. [pl. de alcatruz < ár. al + *kadus* < gr. *kádos*]

Peças em forma de alcatruzes, usadas nos colares :

Vasco Martys . . .

.

. . . mete no pescoço

seu colar dos alcatruzes

I — 327,30

Alfayas — f. [pl. de alfaya < ár. alhaja]

Adornos, enfeites :

dou alfayas de mill guisas,
dou firmaes e dou manilhas

II — 350,3

Alforge — m. [do ár. alkurj]

Saco, para esmolos, usado pelos frades mendicantes :

pardo abyto, cordam,

.

com alforge e cajado
mendigando

V — 142,3

Aljofar — m. [do ár. aljauhar]

Pérolas miúdas :

. . . ey medo sser condenado
com aljofar em gybam

IV — 314,20

Antretalhos — m. [de entretalhar < entre + talhar < lat. taliare]

Recortes, com aplicações de tecido, por vezes, de cor diferente :

. . . damas querẽ
.
antretalhos e borecados,
.
querem novas bordaduras,
devenções entretalhadas

III — 339,21

Argentaria — f. [de argento < lat. argentu]

Bordado, guarnição de prata ou ouro :

hum bryal negro chapado
de muy rrica argentaria
douro com gram pedraria

I — 350,1

Arrebyque — m. [do ár. arrabik]

Enfeite exagerado :

por que tanto arrebyque
Ysabel Cardoso traz

IV — 343,17

Arreo — m. [do antigo gót. reds (M. Lübke)]

Adorno :

ande vestido dazul,
babe se por mays arreo

I — 299,4

Atabyo (atabyos) — m. [do gót. taujan]

1) Atavio, adorno de vestir. No C. G., no entanto, como no Memorial das Proezas da Távola Redonda, 1.47, ou no Palmeirim de Inglaterra, 5.10, julgo que *atabio* designa o trajo, conjunto de peças de vestuário:

a húa dama

 húa peça muyto sseca
 darey para o atabyo
 por que sse laa fizer fryo,
 quẽ levar muy boa beca,
 eu me fyo
 que nã yra muyto peca

IV — 363,2

2) Adorno de casa:

. . . os milhores atabyos
 he hum castiçal de cana

III — 122,17

Atacas — f. [de atacar < it. attaccare (M. Lübke)]

1) Cordões ou correias com que se apertava uma peça de vestuário:

tem atacas, tem madeyxas,
 tem ssedas de muytas cores

IV — 314,9

2) Atacadores de borzeguins:

se trouverdes borzeguys,
 trazee atacas . . .

I — 190,9

Bolsa (bolsas) — f. [do gr. býrsa]

1) Saco em que se guardava o dinheiro:

estrangeyros . . .
 levam desta nossa terra
 ouro, prata,
 nossas bolsas alivando

I — 221,14

2) Dinheiro, fortuna :

. . . escusa fyraall,
e a bolsa nam estraga

I — 175,2

Bolsam — m. [de bolsa]

Bolsa grande, em que traziam dinheiro :

que chaves na cyuta tragua
com ceytis em gram bolsam

I — 235,23 (Cf. IV — 389,24)

Bordaduras — f. [de bordar < bordo]

Bordados :

damas querẽ

.

antretalhos e boricados

.

querem novas bordaduras

III — 339,24

Botões — m. [pl. de botão < fr. bouton]

Serviam. como hoje, para apertar ou adornar certas peças de
vestuário :

. . . por sse goardar
de periguos ou cajões
comprelhe de ssapartar
dalamares ou botões

IV — 317,12 (Cf. IV — 341,3)

Bracelete — m. [do fr. bracelet ?]

Pulseira, parece que usada também por homens :

fez pelotes, fez capuzes

.

fez de prata bracelete

IV — 318,18

Burquelam — m. [de broquel < fr. broquel? (A. Nascentes)]

Aumentativo de broquel — escudo grande :

tereys de sso o colcham
 jybam
 casco, luva, burquelam,
 punhal e espadarram

V — 384,11

Cadea (cadeas) — f. [do lat. catena]

Cadea douro — corrente de ouro, que homens e mulheres, por adorno, usavam no pescoço :

de Duarte de Leemos a Diogo Brãdã, sobre hũa cadea douro que tinha sua . . .

III — 53 (Cf. I — 232,19)

hũa gentyl bayladeyra

 lhe mandey por boa estrea
 hũa cadea
 queu no pescoço trazya

V — 251,2 (Cf. V — 249)

§ *Cadea de linguiça ou chouriço* — por ironia :

nam seria cousa feea
 tres voltas de lingoyça
 ou souriça
 oo pescoço por cadea

IV — 178,21

Çafyras — f. [pl. de çafyra < lat. sapphirus]

Pedras preciosas :

çafyras e diamantes

I — 350,5

Cajado — m. [do lat. *caia* ou gr. *chaion*]

Pau a que se encostavam os frades mendicantes, quando percorriam os caminhos:

pardo abyto, cordam

 com alforge e cajado
 mendigando

V — 142,3

Chapas — f. [pl. de chapa < fr. *chape*]

Ornatos em roupas, feitos com chapas de metal:

as donzelas . . .

 selas, chapas e bocado

 tam maas sam de contentar

III — 333,8

Chuça — f. [et. inc.]

Lanceta, pau armado de aguilhão:

os moços yram . . .

 cada hũ sa carapuça

 cada hum com sua chuça

IV — 177,4

Colar (colares) — m. [do lat. *collare*]

1) Ornato para o pescoço, usado por homens e mulheres:

Vasco Martys . . .

 . . . mete no pescoço
 seu colar dos alcatruzes

I — 327,30 (Cf. I — 232,19)

. . . a hã moça

cadea douro

este colar

V—253,27 (Cf. V—255,6,
13 e 20; 256,19; 257,11;
258,22; 264,17; 265,13;
266,25)

2) Gola:

aos gibões . . . de bocado
cô meas mangas, e colar de graam
IV—187

Contas — f. [de contar < lat. computare]

1) Contas que mesmo os homens traziam ao pescoço como adorno:

contas e lenços lavrados
e da fala namorados
V—317,26 (Cf. V—326,8)

2) Contas do rosário:

. . . brevyayro,
contas pretas e rrosayro
V—333,5

Coraçam — m. [aum. do já aumentado *coraço < lat. cor (A. Nascentes)]

Jóia em forma de coração:

trazya no barrete hũ coraçam douro
IV—407

Cordam (cordões) — m. [do fr. cordon]

1) Colar, usado também por homens:

Pero de Ssousa Ribeiro
.
. . . dana com bocados,
cordões, cruces, quanto tem
IV—325,8

2) Corda que certos frades usavam à volta da cinta:

pardo abyto, cordam

 com manto da condiçam
 V — 141,27 (Cf. V — 382,22)

Cramynhola — f. [por *caramilhola < caramilho — caramelo?]

Caraminhola, cabelo entrançado no alto da cabeça:

a Garcia de Melo . . . dâdolhe regra pera se saber vestyr

.
 deve trazer cramynhola
 I — 174,9

Cruzes — f. [pl. de cruz < lat. cruce]

Jóias em forma de cruz:

Pero de Ssousa Ribeiro
 . . . dana com bocados
 cordões, cruzes, quanto tem
 IV — 325,8

Debrûs — m. [pl. de debrû, por dobrum, de dobrar? (Figueiredo)]

Fitas ou tiras de pano com que se guarneceia a borda de uma peça de vestuário:

dos debrûs do sseu ssombreyro
 debrûou hum camysam
 IV — 400,13 (Cf. IV — 399,10)

Diamantes — m. [pl. de diamante < gr. adámas]

Pedras preciosas:

çafyras e diamantes
 I — 350,5

§ Os diamantes servem de termo de comparação, pela sua dureza:

. . . me provays duas provas
mais fortes que diamantes

I — 432,23

Dyadema — f. [do gr. diádēma]

Ornato que cingia a cabeça:

carapuça de veludo
.
eu nam sey pera que seja
hũa tam gram dyadema

IV — 211,9

Envençam — Vid. Peças de vestuário

Enxarrafas — f. [et. inc.]

Moraes anota este vocábulo como tendo significação incerta. C. de Figueiredo dá o significado de *ornamento para a cabeça*; na verdade G. Correia, I, 51, diz: «*enxarrafa de retroz azul com fio d'ouro que... lhe poz na cabeça*».

Parece tratar-se de um *ornamento*, não só para a cabeça, como também para o vestuário:

as enxarrafas dum cinto,
pelas tyrar dum guabam
levouas limpas na mão

IV — 324,10

Escudo — m. [do lat. scutu]

Peça de armadura:

e ella lhe tirara
ho capacete e escudo

III — 242,9

Esmaltada — f. [de esmalte < et. inc.]

Ornato esmaltado? :

a estes casados abaixo nomeados

 eu fico que o darey
 na cynta cúa esmaltada
 IV — 315,4

Esmeraldas — f. [pl. de esmeralda < gr. smáragdos]

Pedras preciosas :

esmeraldas e rrobys
 I — 350,4

Espadarram — m. [aum. de espada < gr. spáthē]

Espada grande :

lybam e calças de malha

 punhal e espadarram
 V — 384,10

Firmal (fyrmall, firmals) — m. [do radical de firme? (C. Figueiredo)]

Jóia, espécie de broche :

dou alfayas de mill guisas,
 dou firmaes e dou manilhas

 a quem quer
 ser muyto boa molher
 II — 350,4 (Cf. I — 175,1)

§ **Firmal de chouriço** — por ironia :

nam seria muyto mal
 se nam levasseys burel,
 hũ choriço por firmal
 IV — 179,13

Galantaria — f. [de galante < esp. ou it. galante]

Enfeite, peça luxuosa de vestuário? :

carapuça de veludo

 . . . tal galantaria
 parece ser zombarya

IV — 213,6

Goarnimento — m. [de guarnir < germ. *warnjan]

Guarnição :

por este quartell de vento

 vos darey hũ goarnimento,
 todo douropell tecido

II — 356,23

Guargantilha — f. [do esp. gargantilla < garganta]

Peça para adornar o pescoço, colar. No C. G. aparece «*guargantilha dalhos*», por ironia :

levareys por guargantilha
 hũa gentil rreste dalhos

IV — 179,16

Lenços — m. [pl. de lenço < lat. linteum]

Os lenços lavrados eram então, como hoje, objectos de luxo :

novas da corte

 boões e maos, todos já trazẽ

 contas e lenços lavrados

V — 317,26

Lencinhos — m. [de lenço]

Lenço que os homens usavam à volta do pescoço. Era um costume considerado pretensioso :

outros vão trazer atados
 hũs lencinhos no pescoço,
 que cõ gram pedra nũ poço
 deviam de ser lançados

III — 370,16

Louçaynha (louçaynhas) — f. [et. inc.]

1) Enfeite, guarnição :

barguilha . . . de bocado

 quẽ barguylha assy goarnece,
 quer suprir com louçaynha,
 o que por obra falece

IV — 162,17

2) Vestido de luxo :

sobre louçaynhas que mādava
 fazer secretas

 melhor fora nunca sser
 vestido de tal valia

IV — 257

3) Peça de vestuário, luxuosa, garrida :

grande carapuça de veludo

 reneguo de louçaynha,
 que consyguo traz avyso

IV — 208,8

Luva — Vid. Peças de Vestuário**Manilhas** — f. [pl. de manilha < lat. manu (M. Lübke)]

Braceletes, pulseiras :

dou alfayas de mill guisas,
 dou firmaes e dou manilhas

 a quem quer
 ser muyto boa molher

II — 350,4

Ouro — m. [do lat. aurum]

1) Metal precioso com que se faziam, como hoje, jóias :

. . . huã cadea douro
 III — 53 (Cl. IV — 407;
 V — 249; III — 54,10)

§ *Argentaria douro* — bordado feito com fios de ouro :

hum bryal negro chapado
de . . . argentaria
douro . . .
I — 350,2

2) Moedas de ouro ? :

estrangeyros . . .
levam desta nossa terra
ouro, prata
I — 221,13

Ouropell — m. [do prov. auripel (M. Lübke)]

Lâmina fina de latão que imitava ouro; ouro falso :

por este quartell de vento
.
vos darey hũ goarnimento
todo dourepell tecido
II — 356,23

Pedras — f. [pl. de pedra < lat. petra]

Pedras de valia — pedras preciosas :

soporto tormentos quacs
nam sofreria
por . . . gram contya
douro
nem de pedras de valia
II — 201,21

Pedraria — f. [de pedra]

Pedras preciosas :

hum bryal negro chapado
de muy rrica argentaria,
douro com gram pedraria
derredor . . .
I — 350,2

Penacho — m. [do it. pennacchio]

Conjunto de penas com que se adornavam, segundo o C. G., as carapuças de certos moços :

os moços gram vestidos

 cada hũ sa carapuça
 de goalteyra com penacho

IV — 177,4

Pendericalhos — m. [pl. de pendericalho < penderico < pender < lat. pendere]

Adorno pendente :

levareys por guargantilha
 hũa gentil rreste dalhos,
 como seraa gram maravilha
 em Sevilla
 achar taes pendericalhos

IV — 179,20

Perlas — f. [et. inc.]

Pérolas :

de verde toda vesty-la,
 de perlas toda berlada

I — 350,11

Pontilha — Vid. Peças de Vestuário

Prata — f. [do prov. plata (M. Lübke)]

1) Metal com que se faziam, como hoje, jóias :

fez de prata bracelete

IV — 318,18

2) Moedas de prata ? :

estrangeyros . . .
 levam desta nossa terra
 ouro, prata

I — 221,13

Punhal — m. [do lat. *pugnale]

Pequena arma que, parece, pelos versos citados, era usada como objecto de luxo :

eu andava tam loução

 meu capuz pardo frisado

 hũ punhal tam bẽ dourado

III — 335,11

Rramal — m. [do lat. ramale (A. Coelho)]

Cordão :

menyno com sombreyro,
 rramal de contas lançado
 ho pescoso . . .

V — 326,8

§ *Rramal de bugalhos* — por ironia :

de grandes bugalhos traga
 ho pescoço huũ boõ rramal
 porque escusa fyrmall

I — 174,30

Rrecheos — m. [de cheio < lat. plenu]

Chumagos :

com rrecheos de pontilha
 rraspalaã e ysto tal
 faz hũ cume de barguilha

IV — 163,19

Rrecramo — m.

Ornato ou tecido ?

meus brozeguis de rrecramo,
 hũ fyno barrete pardo

III — 335,4

Rrobys — m. [pl. de roby < lat. med. rubinu]

Pedras preciosas :

. . . esmeraldas e rrobys
I — 350,4 (Cf. IV — 400,19)

Tarramaques — m. [et. inc.]

Enfeites bordados, aplicados no vestuário :

os moços yram vestidos
de pelotes gyronados
.
goarnecidos
de tarramaques bordados
IV — 177,2

Terçado (traçado) — m. [de terçar < lat. tertiare]

Espécie de espada :

fota, capelar vermelho
. . . e hum terçado
.
. . . dyz que foy achado
IV — 320,19

trazey
.
negro velho com traçado
e menyuo com sombreiro .
V — 326,6

Toucado — m. [de touca]

Ornato muito elevado (em sentido figurado):

barguilha . . . de borecado
.
quê te vyr o teu borecado,
e te for buscar o centro
achara grande toucado,
e chlyco rrecado dentro
IV — 164,21

Traçado — Vid. Terçado

Trançados — m. [de trança < et. inc.]

Ornatos em forma de trança :

daquy vyrão os chapyns,
e tam bem os verdugados,
e apos elles os trançados
e coxyns

III — 374,23

Verdugados — m. [do cast. ?]

Armação de varas ou barbatanas para dar mais roda às saias :

daquy vyrão os chapyns,
e tam bem os verdugados,
e apos elles os trançados

III — 374,22

(Continua)

Feito
Sep.

Sintaxe gramatical — Sintaxe funcional — Estilística

(Como exemplo: *sua mulher* — *a mulher dele*)

1. A terminologia latina e a gramática das línguas modernas

A terminologia latina da gramática, adaptação da grega, tem demonstrado uma vitalidade e resistência consideráveis contra todas as tendências modernizadoras e revolucionárias, que não faltam em nenhuma das filologias europeias. É uma terminologia viva e sugestiva, à qual será difícil subtraímo-nos. Quem não se deixaria impressionar pelas designações, por exemplo, dos casos de declinação: o *acusativo* («eu acuso o criminoso»), o *dativo* («dou aos pobres»), o *genitivo* («o filho do lavrador»), etc. ?

Mas o que serve para o latim, não está de per si adequado às outras línguas antigas ou modernas. Assim, seria puro tradicionalismo se, na declinação dos substantivos nas línguas românicas ocidentais, se continuasse a falar no genitivo, que estas línguas não conhecem, ou no dativo, que apenas conhecem no pronome (*dou-lhes*, *je leur donne*), ou no acusativo, que também só existe no pronome — prescindindo da sua conservação no francês e no provençal medievais. As gramáticas destas línguas, inclusive a do português, fazem por isso bem em não falarem em 'casos' ou 'declinação' do substantivo. Só pensando em línguas que distinguem os casos se pode dizer, por ex., que em *o filho do lavrador* o segundo elemento tem a função do genitivo que não apresenta em *eu venho do lavrador*¹. Assim, o tal tradicionalismo que chama (*o filho*) *do lavrador* um genitivo pode ter uma utilidade prática na aprendizagem de certas línguas estrangeiras para fazer sentir ao aluno as diferentes funções de *do lavrador* que espontâneamente não pode sentir porque a língua materna não as distingue formalmente. Falando em 'genitivo' ou 'dativo' dos substantivos em português, francês, espanhol, italiano, é preciso que o autor ou professor se dê conta de que fala num plano tradicionalista ou comparativo, prático, peda-

¹ Cf. em romeno: *fiul agricultorului*, mas *eu vin dela agricultor*.

gógico, ao qual não corresponde uma realidade gramatical na própria língua.

2. Formas linguísticas e funções de expressão

A gramática parte das formas linguísticas, sejam estas de carácter morfológico ou sintáctico. São morfológicas na distinção dos números e géneros do substantivo e do adjectivo (*pai-pais, saco-saca, novo-nova-novos*), na dos casos e das pessoas do pronome (*lhe-o, me-te*), na dos tempos e das pessoas do verbo (*t-enho-tens-tive*), e apenas sintácticas no facto de a preposição ligar o substantivo ou o pronome com outros elementos da frase, a conjunção ligar várias proposições entre si, etc.

Embora haja casos que podem dificultar estas definições abreviadas, não invalidam o princípio em si. Pode-se não partir das formas linguísticas, quando se analisa qualquer texto, conversa, discurso, mas neste momento apresenta-se noutra forma o processo gramatical do qual até agora falámos.

Foi este o caso da tendência psicológica que a partir do fim do século passado tem tentado amassar a matéria linguística com fins muito diferentes. Esta psicologia linguística não parte das formas gramaticais, mas parte das intenções, dos valores semânticos, das funções das unidades sintácticas. Assim, longe de chamar sujeito o substantivo ou pronome no nominativo, chama 'sujeito psicológico' qualquer parte da frase ou uma palavra de qualquer categoria gramatical que exerce, para o intérprete desta escola, as funções de sujeito, que tem o valor de sujeito. Foi uma maneira nova de ver que nos revelou um aspecto desconhecido da linguagem, e um método apto a desfazer um exagerado formalismo gramatical, mas é também uma tendência que frequentemente tem levado os estudos linguísticos, e os da sintaxe em especial, à beira da anarquia terminológica. Esta anarquia provém, em geral, da inconsciência dos autores sobre os dois métodos fundamentalmente diferentes: o gramatical ou formal dum lado, o psicológico ou funcional doutro. Para dar um exemplo: há conjunções, advérbios, preposições, adjectivos e substantivos de tempo ou temporais, e o facto de num caso como este as diferentes classes de palavras estarem semântica ou funcionalmente ligadas em nada desdiz a existência de categorias gramaticais como as das conjunções, advérbios, etc. Parece-nos que o fim da linguística deve ser salvar os dois pontos de vista justificados em si e enriquecê-los mutuamente, em lugar de os prejudicar com polémica.

cas ou confusões. É a este fim que aspiram, atingindo-o mais ou menos, todas as boas obras sintáticas modernas, das quais aqui só citamos a monumental «La Pensée et la Langue» de Ferdinand Brunot.

Os parágrafos a seguir limitar-se-ão a algumas observações sobre o conflito entre os dois princípios na sintaxe portuguesa de hoje, exemplificadas em três casos arbitrariamente escolhidos.

3. *com* (português), preposição e conjunção ?

Recentemente, um linguista houve por bem pôr em dúvida, como contribuição para uma reforma da nomenclatura gramatical, a opinião consagrada de que das duas palavras latinas *cum*, conjunção e preposição, a primeira teria desaparecido no português como nas outras línguas românicas, sobrevivendo apenas a preposição na maior parte destas línguas, por ex. em italiano, espanhol, romeno, português¹. A sua argumentação parte claramente da concepção funcional: «O *cum*, conjunção, era empregado (em latim) com três valores [=funções] — temporal, causal e concessivo... Estes três valores passaram para a nossa língua (exemplos: temporal «Tu levantas-te com o sol...», causal «Ele torce-se com dores», concessivo «Com noventa anos, ainda lê e escreve») ... Assim, *com* é às vezes preposição («Ele trabalha com boa ferramenta»), é outras vezes conjunção ...»². Desta maneira, «Tu levantas-te com o sol» equivaleria a «Tu te levantas quando o sol se levanta» e, portanto, «com o sol» seria uma preposição subordinada temporal «elíptica de predicado». Seja-nos permitido continuar a argumentação do autor e tirar dela as consequências que teria para a gramática: são absolutamente incompletas as listas de conjunções que nos dão as gramáticas; era preciso incluir nelas *com* «conjuncional» e com ele quase todas as outras ditas preposições, assim como incluir quase todas as conjunções, quando têm função preposicional, entre as preposições, etc. etc.

Um tal raciocínio pode ter a sua razão, mas neste caso é consequência dum mal-entendido elementar que lamentamos porque apenas contribui para aumentar a confusão no campo dos estudos

¹ Cf. C. SANTÉSSON, La particule «cum» comme préposition dans les langues romanes. Paris 1921. Sobre a substituição de *cum* por *apud*, *apud hoc* (francês *avec*) na Galo-România, cf. v. WARTBURG, FEW I, 114.

² Revista de Portugal (Língua Portuguesa) 11, 1947, 23-24.

gramaticais já suficientemente grande. Vem, por isso, a propósito uma rectificação.

Muitas gramáticas escolares dão, no parágrafo dedicado às preposições, uma simples lista sem falar nas «funções» destas, ao passo que nas conjunções é raro não as indicarem: estas aparecem com a separação tradicional entre condicionais, causais, finais, temporais, etc. Esta diferença tem os seus motivos, mas não tem uma justificação em princípio: as preposições oferecem tantas facilidades e dificuldades para uma subdivisão funcional como as conjunções. No que se refere ao *com* português, é ver o correspondente parágrafo de Joseph DUNN¹: serve em geral para exprimir acompanhamento («está com o filho»), ou então o meio, instrumento, material («Ganha dinheiro com seus romances»), «bater com um pau», «esta casa é feita com (ou : de) madeira e pedra», «pagou o livro com moeda de prata»), em terceiro lugar uma «circunstância acessória» («an attendant circumstance») como maneira, motivo, causa e tempo («gritar com dores», «ir com pressa», «trabalhar com cuidados», «tiritar com (ou : de) frio», «não saio com este tempo», etc.), e ainda pode equivaler a *contra* («lutar com as ondas») ou outras preposições concessivas, além de se empregar com muitos verbos (§ 562).

Esta pluralidade de «valores» só se pode explicar a partir da conjunção latina? Muito ao contrário: «A preposição *cum* designa [em latim] a comunidade local e temporal (reunião, acompanhamento) duma pessoa ou duma coisa com outra pessoa (respectivamente com uma pluralidade de pessoas) ou outro objecto, além disso a comum participação numa acção ..., as circunstâncias acessórias (modalidade) duma acção, finalmente também o meio e instrumento duma acção. Quanto à origem de *cum* instrumental, é preciso observar que as primeiras abonações bastante seguras se encontram nos escritores provinciais e na linguagem falada, respectivamente nos escritores que dela se aproximam mais...; são inseguras certas abonações da Latinidade argêntea, mais frequentes as que oferece o baixo latim»². Quer dizer: são os valores originais da preposição latina os que no artigo citado sobre *com* português se julgou necessário derivar não da preposição, mas da conjunção latina. Grande

¹ A Grammar of the Portuguese Language, London 1930, § 682, p. 576-578.

² STOLZ-SCHMALZ, Lateinische Grammatik (ed. LEHMANN-HOFMANN), Munique 1928, § 123, p. 531-532. Cf. também E. WISTRAND, Der Instrumentalis als Kasus der Anschauung im Lateinischen, Göteborg 1941.

malentendido histórico, sensível quando se quer retormar, e que se acrescenta ao malentendido metodológico acima indicado.

4. O adjectivo e a qualificação.

Na inteligente «Estilística da Língua Portuguesa», inovação das mais férteis dentro da filologia portuguesa, que talvez abuse um bocado do «carácter polemístico e até revolucionário» que o autor lhe atribui, M. RODRIGUES LAPA dedica um dos interessantes capítulos a «o adjectivo e a caracterização», duplicidade de título que já indica a tensão que há, em qualquer trabalho moderno deste género, entre o ponto de vista gramatical e funcional. Como nas questões fundamentais e nas interpretações de textos achamos em geral feliz a atitude do autor, é preciso dizer desde já que a seguir apenas focamos um problema técnico, o da terminologia sintáctica aqui discutido. Uma observação preliminar: 'adjectivo' é para nós o conceito gramatical, uma categoria de palavras com carácter gramatical (morfológico e sintáctico) próprio, mas com várias funções, entre as quais a principal é a da qualificação (que Rodrigues Lapa chama 'caracterização'); e conceito funcional (e o método estilístico é uma forma especial, a forma estética, deste método funcional ou psicológico), a 'qualificação' ('caracterização')¹, que se representa ou exprime na língua por vários meios ou formas gramaticais, entre os quais o mais importante pode ser o adjectivo². Quer-nos parecer que o doutor Rodrigues Lapa, embora sinta e em geral respeite estes dois aspectos, não os separa bastante, teórica e terminologicamente, e é levado assim, muito contra o teor claro das suas explicações, a definições indecisas ou imprecisas em que o belo verbo *ser* foi substituído por verbos que desi-

¹ Deixamos aqui de lado as estruturas sintácticas dos adjectivos (atributo, nome predicativo, aposição) e doutras classes de palavras.

² Lembramos aqui dois trabalhos recentes de estilística: G. MAYRE, *La qualification affective dans les romans d'Honoré Balzac*, Paris, 1940, e a excelente dissertação de licenciatura de Maria Isabel da Silva Lopes de PAULA sobre as «*Prosas Bárbaras*» de Eça de Queiroz (Lisboa, 1945), cuja primeira metade trata da adjectivação. — A moderna estilística continua a antiga Retórica e Poética, que tinham para a 'qualificação' o termo 'epíteto'; cf. MYSIE E. J. ROBERTSON, *L'épithète dans les oeuvres lyriques de Victor Hugo* (Paris 1927), e o capítulo sobre o epíteto em M. CRESSOT, *La phrase et le vocabulaire de J.-K. Huysmans* (Paris 1938). Sobre o carácter do adjectivo: o belo livro de Hermann AMMANN, *Die menschliche Rede* (1925, vol. I, cap. 12).

gnam o quase-ser como *valer como, representar, servir de, ser equivalente a, valer por*, e outros semelhantes. Eis aqui algumas destas definições: «(Isto é que é) um rapaz» tem 'função adjectivante', em *livresco* há duas 'representações', a de substantivo e a de adjectivo, a do objecto e a da qualidade («livro mau») ¹, «(um barco) à vela» é 'equivalente a um adjectivo', e a conclusão teórica: «Para a Estilística, tudo quanto sirva para caracterizar, jeito de entoação, palavra ou frase, vale como adjectivo» (pp. 138-139). Não há dúvida que substituindo os verbos quase-ser pelo simples *ser*, e a palavra 'adjectivo' nos diferentes casos pelo conceito funcional-estilístico 'qualificativo' ou 'epíteto' (Rodrigues Lapa: 'elemento caracterizador'), a terminologia ganharia em concisão e estaria menos sujeita a malentendidos.

Mas isto não será um reparo completamente exterior e, portanto, insignificante? Acreditamos que não, e por duas razões. Primeiro, várias vezes aconselhámos a leitura deste e doutros parágrafos do livro a alunos licenciandos ou do último ano da Faculdade de Letras e sempre com o resultado de má compreensão das frases e interpretações citadas porque não se deram conta da ténue distinção que o autor ainda conserva, na maior parte dos casos, entre o aspecto gramatical ('adjectivo') e o estilístico-funcional ('caracterização'). Segundo, porque o próprio autor transcende, em três ou quatro casos destas páginas, esta distinção, trocando livremente a terminologia correspondente aos dois aspectos: em «Os pequenos, cantando, saíam da escola», o gerúndio «é um adjectivo»; em «Pelo grande cobertor não-cobrindo-nada das aparências», Fernando Pessoa teria feito do gerúndio «um puro adjectivo»; e vice-versa: em «Essa rapariga tem a história mais planta-de-estufa que eu conheço», o próprio substantivo composto serviria de adjectivo, e em «um veleiro» empregar-se-ia como substantivo o qualificativo *veleiro* de *barco veleiro*.

Para não ser longo, limito-me a opor a estas explicações as seguintes interpretações divergentes: 1) *cantando* não «é adjectivo»; se a pontuação não basta para o identificar como forma verbal (posso separar, é certo, o adjectivo do substantivo por vírgula para lhe comunicar um matiz, uma função especial: «a casa, grande, ...»), basta a invariabilidade, incompatível neste caso com

¹ Cf. a terminologia um pouco mais cautelosa de CARIN FAHLIN, Zur Adjektivfunktion der Suffixbildungen auf *-eur* und *-teur*, ZRP 62, 1942, 324-341.

o carácter de adjectivo. Numa interpretação completa da frase, a interpretação gramático-estilística diferente levaria a outra literária diferente que pode ser mais ou menos grave. 2) O exemplo «não-cobrindo-nada», embora bem diferente do primeiro, não permite a designação de «puro adjectivo» porque o esforço ortográfico para dar a este sintagma («não cobrindo nada») o carácter de palavra («não-cobrindo-nada»), se chega para lhe dar mais coesão e uma quase-unidade, não chega ainda para fazer dele um adjectivo; só ligado a um substantivo no plural é que se poderia ver o alcance gramatical desta original inovação de poeta. Pode ser que haja outros exemplos deste género; este não serve para a explicação dada. Podia servir, sim, para mostrar a tentativa «modernista» de Fernando Pessoa e de muitos outros autores modernos que consiste, umas vezes, num consciente trapeziar com as formas e as funções sintácticas, outras num tatear subconsciente para criar ligações complicadas ou vagas entre as categorias linguísticas que a gramática não tem motivo, por isso, de sacrificar. 3) Em «a história mais planta-de-estufa que . . .», o composto já não tem nada de substantivo, e não «serve» apenas de adjectivo, mas é um adjectivo, justamente como o OH_2 evaporado é vapor e não apenas serve de vapor, apesar de ter sido água e ser retransformável em água. É adjectivo porque entre as várias particularidades que diferenciam o adjectivo das outras classes de palavras é a da gradação ou comparação com *mais* aqui aplicada. Para afirmar que ainda é substantivo composto e apenas serve de adjectivo (qualificativo), era outra vez preciso escolher um exemplo em que se revele a invariabilidade no género num caso em que não teria justificação gramatical num adjectivo. 4) Em «um veleiro» passou para substantivo o adjectivo *veleiro* (que, entre outras, teria a função principal de qualificar o substantivo *barco* ou outros sinónimos), duma fase da língua que ainda não conhece o substantivo *veleiro* nesta acepção.

Assentes estas discordâncias, desejamos repetir que as duas páginas analisadas da «Estilística» não deixam, por isso, de ser muito sugestivas e positivas. O leitor esclarecido, sem dificuldade passa por entre as inconsequências e imprecisões terminológicas e interpretativas e vê a directriz saudável e reformadora do estudo. Não se pode esperar o mesmo do leitor médio. Para que a Revolução que quer e que há-de produzir na sensibilidade estilística seja ainda mais construtiva, e para que o «povo estudioso», ao qual se dirige, possa tirar dele o enriquecimento estilístico sem sacrificar

as economias gramaticais, parece-nos desejável uma reconciliação, um entendimento mais tolerante do autor com o que a gramática tem de legítimo e de inabdicável.

Cabe-nos aqui repetir que escolhemos a Estilística apenas como exemplo, arbitrariamente. Podíamos ter dirigido os reparos feitos, de maneira semelhante, a outros estudos parecidos da «escola estilística», por ex., a alguns antecessores estrangeiros, cuja obra o Autor no seu livro continua¹.

5. *sua mulher — a mulher dele.*

Os aspectos que procurámos separar com certo rigor, o aspecto gramatical e o funcional da linguística, é claro que não deixam de ter relações mútuas, que algumas vezes podem complicar bastante a questão. Há na gramática o conceito de 'plural', porque certas línguas sentiram a função da pluralidade e o interesse de a exprimir, e há plural em todas as línguas que sentem esta mesma necessidade. Mas por isso, até nessas línguas, o plural nem sempre exprime a pluralidade, nem a pluralidade é sempre expressa pelo plural. Além disso, nas línguas, as formas gramaticais costumam passar com o tempo de certas funções para outras, e até costumam coexistir numa dada língua, mas em linguagens diferentes, formas linguísticas com funções contraditórias. Mais: numa mesma linguagem, conforme o contexto, uma forma gramatical pode exercer funções contraditórias ou teóricamente incompatíveis. Isto, se é complicado, esperamos que possa ser esclarecedor, e quero tentar concretizar estas possibilidades no exemplo dos pronomes e adjetivos possessivos (da 3.^a pess. do sing.) em português.

O português tem, para as seis pessoas verbais (*tenho, tens, tem, temos, tendes, têm*) que costuma distinguir, pelo menos teóricamente, como a maior parte das línguas românicas (as línguas antigas distinguem mais, muitos falares ocidentais menos e os crioulos em geral só uma ou duas, como o inglês), o esquema dos cinco possessivos *meu, teu, seu, nosso, vosso (seu)*. Comparando com o sistema dos pronomes pessoais que são oito (*eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas*), em espanhol até nove (neutro: *ello*), salta à vista que o sistema dos possessivos é pobre, tanto mais quanto o elemento com o qual o

¹ Cf. a nossa recensão de Ch. de Boer, *Introduction à l'étude de la syntaxe du français*, ZRP 57, 1937, 599-610.

possessivo se costuma ligar, o substantivo, nada diz sobre a pessoa, ao passo que a terminação verbal indica a pessoa, embora o verbo seja precedido pelo pronome pessoal (*eu canto*). Esta pobreza, natural numa língua ou numa família de línguas que não dão muita importância aos conceitos possessivos, de propriedade, chega a sentir-se como deficiência num ambiente que deseja distinguir claramente a ideia de propriedade. Foi este desejo, entre outros motivos, que levou a uma transformação do sistema dos pronomes e adjectivos possessivos já a partir do latim. A modificação mais visível nos esquemas gramaticais dos pronomes e adjectivos possessivos é o desaparecimento, em certas línguas românicas, de SUIJS, SUA, ... na 6.^a pess. (3.^a pess. plur.)¹.

A simples frase francesa «J'ai vu sa femme dans la rue» tem em português, sem sairmos dum ambiente social adequado ao do original e sem variarmos muito os valores semântico-estilísticos, várias traduções: «Vi a sua mulher na rua», «Vi a mulher dele na rua», «Vi a mulher na rua». Em conclusão: a função do possessivo da terceira pessoa é expressa por diferentes meios gramaticais que formalmente costumamos catalogar sob adjectivo possessivo, pronome pessoal e artigo, fenómeno não exclusivo do português e já anotado alusivamente em certas gramáticas². A língua arcaica e a linguagem popular têm ainda uma quarta maneira de dizer («sua mulher dele»), forma esta³ que o espanhol emprega ainda corrente e mais frequentemente do que a segunada.

A questão histórica destes empregos é bastante delicada e merecia um estudo à parte. Não se pode aceitar a explicação convencional que também nos dá Epifânio da Silva Dias: «Para obviar à confusão que traz o pron. possessivo da 3.^a pess., com respeito aos géneros e números, juntam-se, sobretudo na linguagem familiar, as

¹ O francês *leur, leurs*, já verdadeiro adj. ou pron. poss.; o italiano *loro* ainda tem características gramaticais (invariabilidade) e uma área de funções diferentes do franc. *leur(s)*. Para ILLOKUM, possessivo, na Península Ibérica e em provençal, cf. R. MENENDEZ PIDAL, *Manual*, 7.^a ed., § 97, 2; *id.*, *Los Orígenes del Español*, 362 ss.; P. FABRA, *Grammaire catalane*, 1941, 84; J. HUBER, *Katalanische Grammatik*, 1929, 115; J. KONJAT, *Grammaire istorique des parlers provençaux modernes*, III, 1937, 84-85.

² DUNN, §§ 277-278; Augusto Epifânio da Silva Dias, *Sintaxe histórica portuguesa*, 1933², § 76.

³ Epifânio da Silva Dias, l. c.; Júlio MOREIRA, *Estudos da Língua portuguesa*, I, 1922², 38-39.

expressões: *dele, dela, deles, delas*, ou se substituem os pronomes possessivos por estas expressões.» Quer dizer: a forma original das línguas românicas e do latim vulgar seria SUUS, uma forma posterior *SUUS-DE ILLE, e uma terceira forma talvez posterior, mas não anterior à segunda, *De ILLE. Esta filiação não resiste a um exame comparativo.

A gramática latina dá-nos, como possessivos da 3.^a e da 6.^a pessoa, EIUS (dele, dela), EORUM (deles, delas) ao lado de SUUS, -A, -UM, reservado para o emprego reflexivo (*uxor sua*: a sua própria mulher, *uxor eius*: a mulher do outro), e lembra ao mesmo tempo a preferência que a literatura das épocas posteriores e a linguagem falada concedem ao possessivo em casos em que a literatura clássica o dispensa. A repartição entre estas três expressões da função possessiva (e há mais que agora não lembramos) oscila e varia no tempo, nos diferentes ambientes sociais, com as intenções estilísticas e provavelmente com as regiões ¹. Ora, as três formas mencionadas correspondem duma maneira evidente às três traduções propostas para «(J'ai vu) sa femme»: *sua* que é a continuação directa do possessivo reflexivo latino; o genitivo do pronome pessoal nom. *is, ea, id*, que, como desapareceu, foi substituído em português e na maior parte das línguas românicas por *ille, -a, -ud*; e a forma gramaticalmente menos forte representada em latim pelo simples substantivo declinado (*mulierem*), em português e nas línguas irmãs pelo substantivo articulado (*a mulher*). Julgamos, portanto, muito razoável a explicação dada pela gramática histórico-comparativa das línguas românicas — que Epifânio da S. Dias, por motivos que desconhecemos, não aproveitou —, que considera estas formas como directamente ligadas com as latinas ². Para o nosso exemplo («J'ai vu sa femme») dá-se uma filiação curiosa: como não se trata do possessivo reflexivo, a forma mais velha seria EIUS = *dele*; segue-o em idade SUUS, que já no latim invade a área semântica de EIUS; e será a forma mais nova, contaminação (reforçadora?) das duas

¹ STOLZ-SCHMALZ, ed. cit., §§ 78-79, p. 470-473; J. WACKERNAGEL, *Vorlesungen über Syntax II*, 1928, 79, 93.

² W. MEYER-LÜCKE, *Grammatik der romanischen Sprachen III*, §§ 73-76; Federico HANSEN, *Gramática histórica de la lengua castellana*, 1913 (há reedição recente, Buenos Aires 1945), §§ 511, 519: «*suus* ha perdido en las lenguas neolatinas su carácter de reflejo. La misma idea se expresa también por *de él, de ella* sin límites fijos. Las dos formas se pueden combinar, y esto sucede particularmente en el giro *su de Vd.*: 'su casa de Vd.' (Bello).»

anteriores, o (arcaico) *sua mulher dele*. Comparado com o quadro bem diferente da «Sintaxe Hist. Portuguesa», a ordem seria 3-1-2. Enquanto ao simples artigo («Vi a mulher na rua»), é uma variante mais ou menos de todos os tempos e de todas as línguas.

Só aparentemente o português apresenta, por isso, com o lato emprego de *a mulher dele*, um aspecto pouco conservador; em verdade, também este traço se incorpora entre os numerosos conservatismos da língua em relação às línguas irmãs ocidentais. Como em muitos outros casos, dá-se a mão com outra língua de cunho conservador: o romeno. «O romeno, diz-nos Meyer-Lübke, é a língua na qual a substituição de *eius* por *suus* está menos avançada.» Vejamos alguns exemplos dele: «... le puse numa Adam» tuturora, cãriiaș pre podoaba ei» («... Adão deu-lhes nomes a todas, a cada uma conforme a sua índole»: a índole dela)¹; «făcû Dumnezeu omul cu mâna lui ... pre chipul obrazului său» («Deus criou o Homem com a sua mão [com a mão dele] ... conforme a imagem da sua face»). Não falta a mesma forma em outras línguas e dialectos românicos, de modo que é difícil circunscrever de momento mais exactamente a história e extensão geográfica. Desconhecemos também se a chamada 'contaminação' («sua mulher dele») é um fenómeno primordialmente peninsular, como Meyer-Lübke parece supor (III, § 76)².

Até agora, apenas falámos nas formas das expressões possessivas abstraindo, quanto possível, das suas funções. Já vimos, nos exemplos romenos citados, como variam, com toda a persistência das formas idênticas ou semelhantes, as funções delas; havia varia-

¹ *ei* < ILLAEI, cf. MEYER-LÜBKE II, § 91; J.-A. CANDREA, Cours complet de grammaire roumaine, Bucarest, 3.^a ed., 100. Sobre as relações entre pronome pessoal e adjectivo possessivo em romeno lembre-se também que para o genitivo do pronome pessoal *eu, tu, noi, voi*, «on se sert pour l'exprimer des adjectifs possessifs *meu, tău, nostru, vostru* ...» (Candrea, 123), caso semelhante ao do alemão).

² O francês, como se sabe, precisa ou reforça com *à*: «sa famille à lui». Mas não faltam exemplos com *de* (para as seis pessoas!), cf. DAMOURETTE-PICHON, Essai de grammaire de la langue française VI, 616-617. Em francês e italiano há ainda um reflexo do genitivo em *en, ne* < INDE num campo fronteiriço entre a função identificadora (pessoal) e a possessiva («J'admire la couleur de ce dessin»: «J'en admire la couleur»). Cf. também KR. SANDFELD, Syntaxe du français contemporain I, Les pronoms, 1928, §§ 52, 89, 116, 118; H. FRET, La grammaire des fautes, 1929, p. 72, 166, 199; H. BAUCHE, Le langage populaire, 1929, p. 99, 106.

ções dentro dos próprios exemplos romenos, assim como entre os exemplos e as correspondentes versões portuguesas. É preciso ver agora, por que e para que o português conserva três formas para a tal frase francesa «J'ai vu sa femme». Como estrangeiro, hemos de limitar-nos a algumas observações susceptíveis de serem ampliadas, aprofundadas e corrigidas por outra pessoa na base da sensibilidade autêntica que dificilmente conseguimos ter para outra língua que não a materna.

1.ª situação: O indivíduo A, numa conversa, num diário, num conto, numa reportagem ou numa carta, dirige-se a B sobre outro indivíduo C: «Mora em Lisboa ..., está empregado numa casa de automóveis ..., trabalha muito ..., é casado e tem uma filha de seis anos ..., ultimamente, vi a sua mulher na Rua do Ouro e ela disse-me ...»

2.ª situação: A encontra B e diz-lhe: «Já sabe que C está doente? Vi a mulher dele na Rua do Ouro e ela disse-me ...»

Na primeira situação, pode-se vacilar e há evidentemente várias possibilidades diferentes segundo a ocasião (conto ou carta ou conversa), segundo o temperamento, as relações entre A e B e o respectivo tratamento que A dá a B, possivelmente segundo o estado familiar de B. Nesta situação, parece-nos também bastante indicado o empregar o simples «vi a mulher». Pode ser que em favor de «dele», neste caso, influa o nível social da linguagem, preferindo-se *dele* na «linguagem familiar» (Epifânio S. Dias), popular ou vulgar. Mas esta eventual diferença social é um de vários motivos de escolha, visto que *dele* existe em qualquer camada social da língua (e não só na sua função distintiva: «fui a casa dele e não à dela»).

As considerações antecedentes já mostram uma coisa: se, na primeira situação, *sua* é admissível, tem também os seus contras, e não é a única forma possível. A razão principal é esta: *seu(s)*, *sua(s)*, na conversa (falada ou escrita), tem, em geral, a função de exprimir a posseção da segunda pessoa¹; participa, nesta função, junto com *teu*, *vosso* e outras palavras (assim como no sector dos pronomes pessoais há, para exprimir a segunda pessoa, *tu*, *vós* e as seguintes formas às quais pode corresponder *seu* no campo

¹ Já o diz Dunn, § 278: «The possessives of the third person, *seu(s)* and *sua(s)* ... ordinarily mean 'your', unless the context or the construction of the whole clause shows them to mean 'his', 'her', 'its', or 'their'». Não compreendemos a observação de Dunn que os possessivos da 3.ª pess. *seu(s)*, *sua(s)* «are used only when they refer to the subject of the sentence.» Deve ser engano.

possessivo: *rocê, o Senhor, o meu amigo, o Sr. doutor, Vosselência, V. Ex.^a, etc.*). Se as observações de Meyer-Lübke para o italiano e a de Andrés Bello para o espanhol (cf. nota 2, p. 130) são exactas, o que duvidamos, o português dum lado e o italiano e espanhol doutro tenderiam, na selecção que fazem para especializar e especificar de certo modo o *seu(s)*, (*suas*), quer para a expressão da pessoa de tratamento quer para a duma terceira pessoa C. para direcções contrárias: o português destina esta forma largamente para a possessão da pessoa de tratamento e aproveita por isso muito de *dele(s)*, *dela(s)* para a possessão da terceira pessoa; o italiano e o espanhol reservariam uma maior área de SUUS, —A para a designação da terceira pessoa empregando com mais frequência que o português o genitivo do pronome de tratamento (¹). (Esta diferença, como já indicámos na derivação histórica, é provável que seja muito velha e tenha a sua origem na própria época da Romanização, e pouco provável que se trate duma evolução, em sentido divergente, a partir do mesmo ponto de saída. Apenas irrisamos aqui o problema da não-homogeneidade do 'latim vulgar'.)

E ainda sobre a nossa primeira situação: não se deve argumentar demasiado dogmática ou praticamente dizendo que *seu* em geral tem o sentido de 'your' a não ser que o contexto ou a construção de toda a frase lhe atribuam (como?) o de 'his', 'her'... (Dunn), ou dizendo que *dele(s)*, *dela(s)* apenas se empregue em lugar de *seu(s)*, *suá(s)* «para obviar à confusão» (Epifânio S. Dias). A economia da língua nunca é uma economia tão estreita, matemática, exclusiva-

¹ MEYER-LÜBKE III, 88: «*da di Lei bontà 'votre bonté', la sua bontà 'sa bonté'*... sem que esta separação seja, porém, uma regra absoluta». Também nesta forma atenuada a regra é pouco convincente. Em português, além das indicadas, podiam-se mencionar como formas possessivas para a pessoa de tratamento: 'a (esposa) do senhor', 'a (esposa, mulher) do (de) meu amigo', 'a (esposa) de V. Ex.^a', 'Vossa (esposa)' (no estilo solene, retórico, na correspondência), e outros mais. Compare-se, outra vez, o romeno: «Les adjectifs possessifs qui correspondent à ces formes (de politesse) *dumnea-lui, dumnea-ei, dumnea-sa* sont: *dumnea-lui* (pour *domniei-lui*), *dumnea-ei* (pour *domniei-ei*), *dumi-sa* (pour *domniei sa*). Le pluriel [du pronom personnel], pour tous les genres, est: *dumnea-lor* (pour *domniei-lor* = leurs seigneuries), qui sert en même temps comme adjectif possessif» (Candrea, 121). Para a alternância *mulher* — *esposa* etc., cf. o quadro muito simplificado em W. v. WARBURG, Einführung in Problematik und Methodik der Sprachwissenschaft, 1943 (há trad. francesa, 1946), 107; Said ALI, A Língua Port. 5, 274; FRIDA WEBER, Fórmulas de tratamiento en la lengua de Buenos Aires (Rev. de Fil. Hisp. 3, 1941, 115ss).

mente calculada; quando lhe apraz, é exuberante, pródiga, vaidosa, e muitas vezes se vê em apuros tais que só com empréstimos ou com rodeios consegue cobrir as dívidas que um espírito exigente lhe pede. E a sua tarefa não se esgota com facilitar a comunicação, sem mal-entendidos, de um certo número de significados, pois tem ainda de corresponder aos desejos de eufonia dum povo, à expressão dos seus mais altos e dos seus mais baixos sentimentos, da sua fantasia, do seu gosto pelo vago ou pelo enigmático, pela surpresa e pela monotonia, pela imitação do estrangeiro ou pela conservação do que julga ser a boa tradição, etc., etc. Com umas magras normas logicistas não se resolve muito neste terreno. A língua é um instrumento que não se toca com a régua.

Vejamos outra vez o nosso tão prosaico exemplo (1.^a situação). Na gama dos tratamentos portugueses, os dois extremos, dentro do ambiente burguês, são *tu* e *V. Ex.^a*. Imaginemos então que o Senhor A se dirige ao Senhor B numa destas duas maneiras: referindo-se à Senhora C dirá normalmente então *tua mulher* ou *sua esposa* ou *a esposa de V. Ex.^a*; não podia haver, portanto, malentendido neste caso empregando *sua mulher* para a Senhora C. O mesmo aconteceria se B fosse solteiro. É impossível por isso o emprego de *a mulher dele*? Já vimos que não. Podemos dar para isso três razões: 1.^o porque o português, neste ponto, usa, aproveita, gosta (e até pode abusar) da liberdade de expressão e da escolha entre várias maneiras de dizer; 2.^o porque *seu(s)*, *sua(s)* já lhe 'cheira' algo a possessivo de tratamento, embora aqui tivesse evidentemente o perfume de possessivo da terceira pessoa; 3.^o porque o português, tão empenhado em hierarquizar as pessoas pela sua rica tábua de tratamentos e de distanciar de si o interlocutor em formas substantivas de terceira pessoa ('o Carlos, o menino, o pai', além das citadas), gosta também, como nenhuma outra língua, salvo erro, de matizar ou variar o tratamento para uma e a mesma pessoa, subindo, descendo, passando dum plano para outro, conforme o momento, a ocasião, a disposição, a intenção ('tu-você-o Carlos'; 'O Sr. doutor Fulano-o Sr. doutor-o meu amigo'). Uma maior liberdade nos tratamentos é fácil e natural que se compense (sempre na nossa frase modelo) por maior fixidez no emprego dos possessivos, e vice-versa.

Ainda é preciso dizer uma palavra sobre a nossa 2.^a situação: a conversa é curta, rápida, A acaba de pronunciar a primeira frase relativa a C, mas ainda a sua comunicação não tem ritmo interior seguido, o carro da conversa está em rodagem e pode em cada

momento dar-nos uma surpresa; é preciso andar com cautela; na segunda frase, B já se daria conta que *sua mulher* é a de C, ou atribuiria o possessivo a si próprio (sendo casado, e talvez pior, não o sendo)? Até para o simples *a mulher*, pode-se rezear que o motor não esteja ainda suficientemente aquecido. Uma pessoa sensata, cautelosa e que gosta de ser precisa e formal julgamos que preferiria por isso o *dele*.

Era interessante continuar estas observações limitadas a uma pequena frase e alargá-las a conversas inteiras, de teor diferente, a textos de várias épocas, à poesia. Vamos restringir-nos aqui a uma pequena análise da função possessiva num conto popular que escolhemos ao acaso. Para melhor compreensão do leitor, reproduzimos a seguir o texto, marcando os lugares que nos parecem de interesse para o tema ¹.

CARA DE PAU

Um rei tinha uma filha tão formosa que, ficando viúvo, quis casar-se com ela. A moça era afilhada de Nossa Senhora e ficou horrorizada com o pensamento do pai (1), mas esse ameaçou-a de morte se não o recebesse por marido (x). Não sabendo o que fazer, a moça rezou muito a Nossa Senhora pedindo seu auxílio (2) e ouviu umas vozes dizendo:

— Pede um vestido cor do campo com suas flores!

A menina pediu o vestido e o pai (3) mandou fazer e o trouxe feito, tão bonito que era uma maravilha. Outra vez foi a menina chorar e as vozes disseram:

— Pede um vestido da cor do mar com todos os peixes.

Feito o pedido, o rei juntou todos os artistas e conseguiu o vestido como era desejado. Novamente a menina correu aos pés de Nossa Senhora e as vozes ensinaram:

— Pede um vestido cor do céu com suas estrelas, o sol e a lua.

A menina pediu o vestido e o rei, querendo casar com ela, mandou que se fizesse sob pena de morte. O vestido ficou lindo e a princesa chorou muito lembrando-se de que seu pai (4) havia

¹ Os melhores Contos populares de Portugal, ed. Luís da Câmara Cascudo (em «Colecção Clássicos e Contemporâneos», dirigida por Jaime Cortesão, Rio de Janeiro 1944, pp. 69-72. (Não incluímos na numeração acrescentada as frases das 'vozes' que falam à moça, excepto no caso 6).

de querer o cumprimento da sua promessa (5). As vozes voltaram a dizer-lhe:

— Junta tudo quanto for teu (6) e foge do palácio. Para que ninguém saiba quem és, nunca deverás rir nem achar graça em coisa alguma.

A moça guardou os vestidos (x) numa maleta e fugiu do palácio, indo pelas estradas o mais longe que lhe foi possível. Andou muito e chegou a uma cidade onde procurou trabalho para viver e só encontrou lugar no palácio do rei como ajudante na cozinha. Aceitou e ficou com as tarefas mais pesadas e humildes da casa. Como vivia sempre sisuda e não achava graça em coisa alguma, chamavam-na *Cara de Pau*.

Uma vez o rei preparou festas para os amigos (7) e as moças todas da cidade deviam comparecer aos bailes que durariam três dias consecutivos.

Quando do primeiro baile, todos foram olhar a festa das salas, e *Cara de Pau* ficou na cozinha, lavando as panelas. Vendo-se sôzinha, correu ao seu quarto (8) e vestiu-se com o vestido (9) da cor do campo com suas flores (10), e compareceu ao salão, causando admiração a todos. O príncipe veio falar-lhe, prestando muita atenção e convidou-a a dançar com ele várias vezes.

Antes que o baile terminasse, *Cara de Pau* abandonou o salão e fugiu para seu quarto (11) onde voltou a vestir as roupas (12) remendadas de criada.

As criadas e cozinheiras conversaram sobre a moça da noite anterior e *Cara de Pau* não dava mostras de entender o que diziam. Na noite segunda fez o mesmo e o vestido (13) cor do mar com todos os seus peixes (14) causou admiração ainda maior. O príncipe, desde que a viu entrar, não mais a deixou, conversando com ela e dançando, a perguntar seu nome (15), de onde era, etc. A moça respondia por meias palavras e o príncipe estava verdadeiramente apaixonado por ela. Com habilidade conseguiu fugir antes do baile acabar e tornou às roupas feias (16) com que servia na cozinha.

Na última noite *Cara de Pau* foi a rainha da festa, com seu vestido (17) cor do céu, com suas estrelas, o sol e a lua (18), dançando bem e agradando a todos. O príncipe, enamorado, deu-lhe um anel, pedindo-lhe a mão (19) em casamento. *Cara de Pau* disse que ia pensar, esperando que o príncipe provasse que a amava de veras. Ainda uma vez pôde fugir sem ser apanhada.

O príncipe procurou *Cara de Pau* por todos os recantos e casas da cidade, mandando escrever para outros reinos e ninguém dava notícias. De paixão, adoeceu e não queria comer. Ia enfraquecendo e os pais (20) ficaram tristes porque não havia médico que acertasse em curar o príncipe. A rainha pensou em mandar fazer iguarias por todas as criadas da casa, uma de cada vez, para ver se o filho (21) comia alguma coisa. Fizeram todas as criadas bolos e rebuçados mas o rapaz ia provando e recusava servir-se. *Cara de Pau* ofereceu-se para fazer um bolo e a cozinheira ficou zangada com o atrevimento: «Pois logo você, uma suja e porcalhona, ir fazer bolos para o príncipe?»

A rainha velha, então, disse que *Cara de Pau* fizesse um bolo como as outras tinham feito. *Cara de Pau* fez o bolo com cuidado e meteu dentro da massa o anel (22) que o príncipe lhe havia dado. Cozido o bolo e mandado para a mesa do príncipe, este apenas o olhou, mas a rainha tanto pediu que ele provasse que o rapaz cortou uma fatia e levou-a à boca (23). Logo sentiu um duro, e verificando reconheceu o anel que dera à moça (cf. 22) dos três bailes. Ficou logo melhor de saúde, perguntando quem fizera o bolo e que viesse imediatamente à sua presença (24). A rainha mandou chamar a criada que fizera o doce e quando chegou *Cara de Pau* ao quarto, tirou o vestido sujo (25) e apresentou-se com um dos vestidos (x) da festa. O príncipe beijou-lhe a mão (26) e apresentou-a a todos como sua noiva (27). Casaram-se e viveram muito felizes.

6. O possessivo no conto popular «*Cara de Pau*»

A primeira descoberta que há-de fazer quem empreender uma análise estilística destas é a seguinte: ao passo que numa análise gramatical é em geral fácil determinar o que é adjectivo, pronome, advérbio, etc., torna-se geralmente difícil delimitar as correspondentes funções. Poucos, julgamos, notarão função fortemente possessiva no *dele* de «recebi hoje uma carta dele»; prevalece o sentido local e pessoal ('a carta vem dele'), embora não estejam longe as frases «recebi uma carta sua», e, um pouco esquisito, «uma sua carta». O francês, no primeiro exemplo citado, faz uma ligação aberta com a ideia possessiva: «J'ai eu de ses nouvelles». Da frase citada, já é bastante diferente estoutra: «Vi a carta dele», que, conforme o significado, pode ser mais ou menos e até quase exclusivamente possessiva (= 'a carta que lhe pertence'). Assim, no nosso conto

há também uns casos 'fronteirigos' como este: «A moça guardou os vestidos numa maleta...», onde se trata de vestidos já mencionados e descritos de maneira que parece mais adequado atribuir função demonstrativa ao artigo do que função possessiva. Inclui nestes casos fronteirigos (marcados com x) a forma antecessora do simples substantivo articulado (*a mulher* = *a sua mulher*) e continuadora directa do substantivo não articulado em latim (*mulierem*): «(se não o recebesse) por marido»; o italiano conserva muitos casos destes, as outras línguas românicas menos (em português: 'está em casa', 'vai para casa'). Embora exprimam uma função nitidamente possessiva e possam ser incluídas, por isso, no parágrafo seguinte, distinguem-se das expressões possessivas a tratar porque se aplicam indiferentemente a todas as pessoas gramaticais ('estou em casa', 'porque não o tomas por marido', 'vamos para casa', etc.).

Deixando de lado estes casos fronteirigos, encontramos 26 expressões com valor possessivo, todas da 3.^a pessoa (fora do caso especial n.º 6). E salta-nos à vista uma segunda descoberta: a falta completa de *dele(s)*, *dela(s)*. É evidente: *dele(s)*, *dela(s)*, como determinativo e na língua moderna posposto ao substantivo, não é uma forma poética, e presta-se pouco para um género sentimental e simbólico como o do conto popular. É de per si naturalmente mais raro numa manifestação linguística na qual não estão envolvidas três pessoas, mas apenas duas (A e C: o contista e as personagens). Há uma grande distância entre a linguagem popular da conversa e a linguagem do conto popular. Deve ser rara também na poesia moderna a construção *o filho dele*, a não ser num género de poesia que expressamente faça de popular, prosaica ou intelectual. Não era assim na língua arcaica, quando *dela* tinha ainda mais liberdade de movimento, e os poetas mais gosto para os 'pleonasmos' intensificantes: «Antes de la noche en Burgos dél entró su carta» (Cantar de Mio Cid) ¹.

Para as expressões possessivas no nosso conto dá-se a estatística seguinte: há 11 casos de *seu(s)*, *sua(s)*, 10 casos de simples artigo e 4 duma construção que deixámos de lado nas considerações anteriores para não complicar mais o assunto, construção que já se encontra no latim e sobrevive também nas outras línguas românicas e constitui uma forma intermédia entre o simples artigo

¹ Têm um valor semântico especial os exemplos poéticos franceses citados por *Damourette-Pichon*, IV, 615 e 617.

e o adjectivo possessivo: é a forma dativo simpatético + artigo ¹; e resta enfim um caso composto em que o contista varia entre as duas primeiras formas. Tiramos a terceira conclusão: há climas estilísticos em que, fora da falta de *dele*, prospera, para a expressão da propriedade, o artigo, de maneira a disputar o terreno a *seu*, com uma vitalidade igual ou até superior ².

Não é indiferente, para a expressão possessiva, a índole do substantivo ao qual se liga. Dos dez casos com artigo puro, cinco são designações de parentesco ou de relações de amizade («A moça ficou horrorizada com o pensamento do pai», n.º 1, cf. n.ºs 3, 7, 20, 21), que só uma vez se encontram acompanhadas de *seu* («A princesa chorou muito lembrando-se de que seu pai havia de querer o cumprimento da sua promessa», n.º 4). A causa é óbvia: como neste simples conto as relações de parentesco são muito claras, não vale a pena insistir pedantemente nelas e carregar de mais nas funções possessivas: o leve artigo dá à prosa um movimento menos pesado. E o caso que faz excepção? Aqui sentiu-se o desejo de acentuar mais, por um lado para dramatizar um momento, no fim da primeira parte do conto, com os dois adjectivos possessivos simetricamente agrupados, o regular progresso da acção e evocar mais bruscamente o pai ausente e o terrível preço do lindo vestido, por outro, talvez para evitar a acumulação de sílabas átonas ('de que o pai') que haviam de produzir uma baixa acústica na rítmica corrente da fala.

Além dos dois protagonistas humanos, o que ressalta mais no nosso conto com aquela força simbolizadora deste género de literatura popular ³ são os vestidos da princesa. Aparecem três vezes com acompanhamento possessivo, e duma maneira deliciosamente matizada. A princesa, depois de fugir do palácio paterno, leva

¹ Cf. STOLZ-SCHMALZ, p. 415, § 40; MEYER-LÜBKE, III, § 75; Epifânio S. DIAS, § 77; DUNN, § 278.

² Para um estudo histórico e comparativo deste emprego, cf. E. BERGER, *Stylistique latine*, 4ª ed., 1933, p. 137-139: «Quand les adjectifs possessifs ne sont pas emphatiques, on les supprime toutes les fois que la clarté le permet»: CANDRÉA, 103: «L'adjectif possessif est toujours omis en roumain lorsque l'idée de possession est déjà clairement exprimée et qu'il n'y a pas lieu d'y insister. ... La suppression de l'adjectif possessif est beaucoup plus fréquent en roumain qu'en français.»

³ Cf. LEIA, *Le symbolisme des contes de fées*, Genebra, 1943 (veja-se, p. ex., o capítulo VIII dedicado ao 'symbolisme des attelages').

uma vida dupla, como Cendrillon, com a ajuda das fadas ('vozes') ao serviço de Nossa Senhora: como ajudante, trabalha na cozinha doutro rei — e é esta uma das extremizações alógicas típicas do conto popular — male miseramente vestida, e, desconhecida, aparece nas festas reais ricamente ataviada com os vestidos que 'as vozes' lhe mandaram pedir. Ora, aquela farda má de cozinha (seja propriedade dela ou do outro rei: estamos num plano em que o significado logicista pouco importa) não é no fundo o que lhe pertence, está em desacordo com ela e mal a disfarça para um momento da acção interior «tornou às roupas feias com que servia na cozinha», n.º 16¹; «tirou o vestido sujo e apresentou-se...», n.º 25); o vestido que verdadeiramente lhe é adequado, que simboliza a sua impervertida naturalidade («cor do campo com suas flores», «cor do mar com todos os peixes» — linda alógica! —, «cor do céu...»), esse é seu no sentido mais denso da palavra («Na última noite *Cara de Pau* foi a rainha da festa, com seu vestido cor do céu...», n.º 17) que figura aqui de possessivo cheio de valor qualificativo: seu 'lindo' vestido.

São três os vestidos maravilhosos, e estes três entre si bem hierarquizados na ordem ascendente em que se pedem, fazem, vestem: a rapariga quase que só se realiza plenamente no vestido cor do céu. Reflecte-se muito bem esta hierarquia em sentido ascendente no emprego dos possessivos (n.ºs 9-10, 13-14, 18-18), como mais adiante veremos. Quando se juntam os três (e apenas se juntam uma vez na fala das 'vozes') concretiza-se a substância toda e intrínseca da rapariga, circunscrita pelo único *pronome* possessivo do conto («Junta tudo quanto for teu e fuge do palácio», n.º 6), único exemplo dum possessivo na 2.ª pessoa que aqui chega a ter um grave valor admoestativo.

Dissemos que o adjectivo possessivo pode contribuir para qualificar o substantivo acrescentando-lhe valores positivos ou negativos. Mas pode também matizar, intensificar uma acção. Está aí o nosso conto para nos fornecer exemplos. A princesa-criada, durante a primeira festa, ausenta-se secreta e rapidamente da cozinha e do salão de festas, fuge dos dois ambientes públicos, o material e

¹ Podia-se duvidar se este exemplo não se devia classificar entre os casos fronteiriços com função mais ou menos demonstrativa, além de possessiva; mas, como estas roupas aparecem aqui pela primeira vez, não faria sentido dar ao artigo valor demonstrativo.

triste da servidão e o festivo e alegre da sua soberania («raíña da festa») para não ser reconhecida e retirar-se ao quarto que ocupa na sua qualidade de ajudante da cozinha. O quarto de criada com certeza é tão pouco 'dela', no sentido racional, como 'as roupas' e 'o vestido sujo'. Mas há outra coisa: 1.º o movimento brusco da rapariga dum mundo de reais galas ou das 'tarefas mais pesadas e humildes' para o quarto faz-se mais enérgico, mais intenso ainda pelo emprego do adjectivo possessivo, mormente quando esta construção se repete em forma quase idêntica («correu ao seu quarto», n.º 8; «abandonou o salão e fugiu para seu quarto», n.º 11)¹; 2.º o quarto, em oposição ao mundo exterior da hierarquia social, é o seu mundo interior de hierarquia moral, portanto 'seu', quando não fosse por outro motivo, porque abrigava 'o seu', os três vestidos maravilhosos.

Poucas palavras bastam para as designações de partes do corpo: é bem conhecida a preferência das línguas românicas, neste caso, para o não-emprego do adjectivo possessivo, ao contrário doutras línguas, p. ex. das germânicas². No nosso conto, aparecem duas vezes na forma 'intermédia' de dativo simpatético + artigo («... pedindo-lhe a mão em casamento», n.º 19; «beijou-lhe a mão e...», n.º 26), uma com simples artigo («o rapaz cortou uma fatia e levou-a à boca», n.º 23). Vê-se claramente como a primeira forma cria e representa relações afectivas entre as duas pessoas, ao passo que a segunda é quase vazia de valor possessivo a não ser que nos lembremos doutras línguas que nestas circunstâncias o sentem e exprimem. Neste último exemplo, estamos outra vez perto do 'caso fronteiriço', e é por isso que incluímos aqui um passo formalmente diferente: no simbolismo dos povos, o símbolo das relações afectivas entre homem e mulher é o anel, que não é dum nem de outro, mas simplesmente a concretização da sua indissolúvel unidade. Quer-nos parecer, por isso, que com boa razão o 'anel' não traz aqui adjectivo possessivo, e que as proposições relativas de que é

¹ Esta análise limita-se estritamente às quatro formas possessivas mencionadas; deixamos por isso de lado a questão do emprego ou não-emprego de *seu(s)*, *sua(s)* com o artigo, interessante, p. ex., neste caso (cf. RODRIGUES LAPA, 167-169), como muitas outras questões vizinhas da nossa.

² Cf. G. GUILLAUME, *Le problème de l'article et sa solution dans la langue française*, 1919, chap. XIV: La répartition respective de l'article et de l'adjectif possessif, p. 211-216; DAMOURRETTE-PICHON, VI, 618-633. Para as relações entre os demonstrativos e a expressão possessiva, cf. HANSEN, § 539.

antecedente, exprimem muito bem a função intermediadora, relacionadora do objecto («[ela] meteu dentro da massa o anel que o príncipe lhe havia dado», «[ele] reconheceu o anel que dera à moça», n.º 22).

Ficam por interpretar três casos de *seu*: «O príncipe... não mais a deixou, conversando com ela e dançando, a perguntar seu nome, de onde era, etc.» (n.º 15) — esta frase, com a sua espontaneidade e sua liberdade sintáctica, tem autêntico nível cervantino —; «(O príncipe) ficou logo melhor de saúde, perguntando quem fizera o bolo e que viesse imediatamente à sua presença» (n.º 24); «O príncipe... apresentou-a a todos como sua noiva» (n.º 27). Aqui, a quem vê ouvindo, revela-se como no palco a atmosfera oficial do registo civil, das audiências e apresentações palacianas, atmosfera que afugenta a intimidade do 'dativo simpático' (que corresponderia muito mais à forma corrente: a perguntar-lhe o nome) ou a popular leveza do simples artigo. É como se o contista nos quisesse dizer: não julguem que o meu príncipe seja apenas um príncipe sentimental de conto de fadas, ao seu devido tempo sabe muito bem fazer de príncipe-soberano e não se esquece do que deve à sua posição e ao estilo de chancelaria que lhe compete!

Os contos populares foram, para os românticos, expressão verdadeira da alma do povo, monumentos duma época remota e duma fase espiritual e cultural que nos tempos modernos está viva ainda nas crianças e nos poetas. Esta 'originalidade' revela-a também a sua linguagem. Para o problema que aqui nos interessa, parece-nos importante o facto de todas as expressões com elementos possessivos do nosso conto até agora tratadas se referirem a pessoas. É isto o mais natural, o fundo mais autêntico da expressão possessiva: quem tem a faculdade de possuir, a consciência da propriedade, é o Homem, a ele se limita, numa certa fase e camada da consciência humana, a qualidade possessiva. Fase e camada estas que se reflectem no nosso conto popular.

Com uma excepção, que vem confirmar uma observação anteriormente feita. Dissemos que quem na acção se eleva mais à altura dos dois protagonistas, espécie de personificação ou mitificação simbólica, são os três vestidos cor do campo, cor do mar e cor do céu. O leitor já não estranhará, portanto, que sejam eles também os únicos que participem com as pessoas, da faculdade de possuir. Eis aqui os exemplos: «o vestido da cor do campo com as suas flores», n.º 10 (assim também na frase das 'vozes'); «o vestido cor

do mar com todos os seus peixes», n.º 14 (variante na frase das 'vozes': «um vestido da cor do mar com todos os peixes»); e o último, que merece uma atenção e a nossa admiração especial: é o «vestido cor do céu, com suas estrelas, o sol e a lua» (n.º 18). O mais perfeito simbolista não poderia fazer melhor para reunir, num sintagma tão transparente e num ritmo cristalino, a infinita distância entre a realidade e o símbolo. Distinguem-se outra vez três graus: em «o vestido/ da cor/ do campo/ com suas flores» o adjectivo possessivo refere-se ainda a 'campo', 'campo' a 'cor', 'cor' a 'vestido', quatro elos duma cadeia que sintacticamente não tem nada de especial; em «o vestido cor do mar/ com todos os seus peixes» já está o símbolo criado com a sua bipolaridade; e no último exemplo, depois de começar na mesma forma, chegamos a ver o próprio sol e a própria lua no vestido-símbolo, evidenciando-se o paradoxo que está na base de qualquer simbolismo autêntico, porque este se levanta sobre uma concepção irracionalista da vida. Tanto o simbolismo dos nossos dias como o do conto popular.

Concepção irracionalista, e podíamos dizer concepção religiosa da vida. Esta, é verdade, pode-se realizar dentro de diferentes religiões. Assim como há um simbolismo pagão, simbolismo panteísta, simbolismo cristão, há também contos populares com um fundo mítico, panteísta ou cristão. Quanto ao nosso conto, não deixa dúvidas: a moça é afilhada da Virgem Maria, a quem reza, é a Virgem quem leva o grave conflito moral a um desenlace feliz. E traduzido isto para o nosso plano gramatical: antes que as pessoas e que os vestidos-símbolos, é ela que tem a faculdade possessiva, «seu auxílio» (n.º 2, sendo a forma da linguagem corrente: 'pedindo-lhe auxílio'), do qual tudo emana. Emana tudo de quem se chama, noutro paradoxo, de origem mística, «Nossa Senhora»¹.

¹ Terminamos com uma observação paralela à que dedicámos ao possessivo para mostrar como a análise estilística pode ser múltiplamente completada partindo doutros aspectos: à hierarquia na faculdade possessiva (Nossa Senhora, os vestidos, as personagens principais) corresponde outra, parecida, na faculdade de ser 'fazedor', sujeito da frase. Encontrámo-nos como sujeitos gramaticais neste conto: as 'vozes' enviadas pela Virgem (3 vezes), os vestidos (2 vezes), as personagens mais ou menos importantes (Cara de Pau, o príncipe, a rainha, o pai da moça, os pais dele, a cozinheira) ou os grupos colectivos de pessoas ('as moças todas', 'todos', 'as criadas e cozinheiras', 'todas as criadas'). Há um caso só que não encontra explicação pelo que já dissemos («Antes que o baile terminasse...»). A respeito duma análise neste sentido, cf. o nosso estudo sobre a «Gitanilla», de Cervantes (Rom. Forsch. 51, 1937, 125-186).

É claro que esta criação mística pode degenerar numa simples fórmula. No nosso conto, visto a consciência que guarda no emprego do (adjectivo e pronome) possessivo, não deixa de conservar um sentido profundo. Por outra parte, é preciso dizer que este elemento cristão apenas se estende ao primeiro parágrafo do texto: será isso prova de que, sobre um fundo pré-cristão, essencialmente panteísta e ético, se acrescentasse secundariamente o elemento cristão? É uma questão da morfologia interior do conto que aqui apenas queremos lembrar. Tem ainda, do lado do simbolismo cristão, uma correspondência: o manto da Virgem Maria, cor do céu com todas as suas estrelas, absorção dum possível elemento panteísta pré-cristão, de conto ou crença popular (a ideia do «*Weltenmantel*»), na alegoria cristã da Idade Média.

Falava Herder e falavam os que lhe têm seguido na 'riqueza da simplicidade', na 'abundância da pobreza' da literatura popular. Não sabemos se, a partir do nosso modesto problema gramatical, chegámos a descobrir e a revelar algo destes tesouros.

HARRI MEIER

Notas Etimológicas

Lés

(«de lés a lés»)

Os nossos dicionários (e vocabulários) registam, na sua maior parte, a palavra *lés* ou *lez* da locução «de lés a lés», mas parece que só um deles tenta estabelecer a competente etimologia.

Cândido de Figueiredo, no bem conhecido *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, averba apenas: «**Lés**, m. Us. na loc. pop. *lés a lés*, que quer dizer *de uma a outra banda, de lado a lado*»¹. Não dá etimologia, conforme se vê.

Adolfo Coelho (*Manual Etymológico*) regista também a palavra (com as formas *lés* e *lez*), mas, quanto a étimo, apesar da natureza da obra, mantém absoluto silêncio. O mesmo se dá com o *Dic. Etym. Pros. e Orth.*, de J. T. da Silva Bastos, com o Dicionário de Francisco Torrinha, com a *Encicl. Luso-Bras.*, com o *Letto Universal*, com a *Encycl. Port.*, de Maximiano Lemos, com o *Dic. Prát. da Ling. Nac.*, de J. Mesquita de Carvalho, etc.

Antenor Nascentes (*Dicion. Etim.*) nem sequer dá guarida à palavra, que falta também em Domingos Vieira, em A. Cortesão (*Subsídios*), em R. Bluteau e em Moraes (salvo nas últimas edições).

É Caldas Aulete (*Dic. Contemp.*) que, isoladamente, procura encontrar um étimo para a palavra. Eis o artigo completo do seu Dicionário: «**Lez** (*lés*), s. m. usado apenas na loc. pop. de *lez a lez*, de lado a lado, de margem a margem, de uma ponta à outra: O rio vai cheio de *lez a lez*. || F. talvez *Lais*»².

Como se vê, embora com dúvida, pretende filiar a forma *lez* no vocábulo *lais*, termo de marinha («ponta da verga, dos punhos para fora»).

¹ A locução, como a própria definição claramente indica, não é apenas «lés a lés» (assim escrita em todas as edições), mas *de lés a lés* (ou *de lez a lez*).

² Na 2.^a edição do *Dic. Cont.* regista-se também a forma *lés*, quer como «ortografia oficial de *lez*», quer como «abreviatura de *lestev*».

Finalmente Augusto Moreno (*Diccion. Compl.*) escreve: «**Lés**, m. (Abrev. de leste). *De-* — *a-* —; de lado a lado; de uma banda à outra.»

À primeira vista pode parecer que o parêntese indica a etimologia da palavra fundamental da locução (como é de regra no dicionário), mas na realidade deve tratar-se de simples lapso tipográfico. Isto é, os sinais de parêntese encontram-se ali porventura a mais, apenas em prejuízo doutra acepção da palavra. (Seria, na verdade, absurdo derivar «de lés a lés» de «de leste a leste»)¹.

O étimo indicado por Caldas Aulete não teve o mais pequeno eco, que nós saibamos — e cremos que com inteira razão.

A forma portuguesa *lais* não poderia dar *lés* ou *lez*, visto que o ditongo *ai* tónico português não evoluciona para *é* (vogal simples e aberta). Veja-se, dum lado, *pai*, *mãe*, *mais*, *faia*, *raio*, etc. o, do outro, *frei*, *freira*, *primeiro*, *leigo*, *feito*, etc.

A verdadeira etimologia parece ter continuado, pois, por estabelecer.

Se Adolfo Coelho, Antenor Nascentes, Cândido de Figueiredo, etc. deixaram o caso em branco, A. Gonçalves Viana, J. Leite de Vasconcelos, Carolina Michaélis de Vasconcelos e J. J. Nunes, que nos conste, também nada disseram a tal respeito.

No entanto talvez não seja muito difícil determinar a origem da palavra que serve de base à expressão vulgar. Essa deve estar nem mais nem menos do que no francês — no fr. ant. *lez*, por seu turno evolução normal do neutro latino *latus*, que deu também o português vernáculo *lado*.

A expressão «*de lés a lés*» corresponderá, portanto, literalmente, palavra por palavra, a *de lado a lado*. Quer dizer, a palavra *lés* (ou *lez*), embora seja usada apenas na locução adverbial «*de lés a lés*», equivale precisamente ao nosso substantivo *lado*.

É curioso verificar que a palavra francesa *lez*, como substantivo, cedo começou a ser substituída por *côté*, persistindo por mais tempo como preposição (à semelhança de *chez*) e hoje conservada apenas em topónimos compostos.

Eis, em poucas palavras, o que Alberto Dauzat (*Dict. Etym.*) diz a seu respeito: «**lez** (XII.^o s., à côté de), resté seulement dans

¹ *Lés*, como abrev. de *leste* (*Lés-Nordeste*, *Lés-Sueste*...), é óbvio provir de *leste*, que por seu turno é oriunda do fr. *l'est* (*le* + *est* < inglês *east*), mas trata-se de palavras distintas — de simples homónimos.

des noms de lieux (*Plessis-lez-Tours*, etc.), emploi prépositionnel (par ellipse) de l'anc. fr. *lez*, côté (disparu au XVI^e s.), du lat. *latus*, flanc, côté.» V. Dicionários e Gramáticas Históricas Francesas (F. Godefroy; O. Bloch; E. Littré; Hatzfeld-Damesteter; F. Brunot; Kr. Nyrop; etc.).

Na nossa língua a palavra (ou a competente locução) deve ser de existência muito antiga. Como se viu (Cândido de Figueiredo, etc.), é de uso popular (sem deixar de ter também emprego geral ou literário) e não pode ser atribuída a qualquer importação recente. A falta dum Dicionário Histórico da Língua Portuguesa não nos permite saber em que data aparece documentada pela primeira vez, mas isso não impede que a consideremos muito antiga, tanto mais que as palavras ou as locuções estereotipadas pertencem à língua geralmente muito antes de aparecerem em documentos escritos.

É provável que tenha sido trazida pelos numerosos franceses que tomaram parte na lenta e difícil Reconquista da Península. Como diz Rodrigues Lapa (*Estilística da Ling. Port.*): «Nunca devemos esquecer que o primeiro chefe de Portugal foi um nobre francês, o conde D. Henrique de Borgonha, e que Franceses ou gente afrancesada combateram por Portugal logo nos primeiros tempos da nossa existência de nação livre. Esses soldados franceses, depois da guerra, estabeleciam-se no reino e por cá constituíam família. Muitas das povoações da Estremadura e Ribatejo foram colonizadas por eles, então designados sob o nome geral de Francos.»

A locução devia ter realmente óptimas condições para se generalizar, dado o seu ritmo e expressividade: dois monossílabos tónicos, alternando com dois monossílabos átonos (ritmo jâmbico), num pequeno conjunto de grande clareza e extensão de sentido (de lado a lado, de ponta a ponta, dum extremo ao outro...).

Quanto à actual ortografia portuguesa da palavra, talvez não esteja muito certa. Melhor seria certamente a escrita com *z* final (*lez*), tanto por motivos fonéticos (apesar do *e* aberto — cp. *dez*, *fezes*...), como por motivos etimológicos (a forma francesa normal é *lez*, embora com as variantes arcaicas *les*, *lets*, *letz*, *leis*, *leez*, etc.), como até analógicos (cp. *entremez*, *hipocraz*, *petiz*?). A escrita antiga, dada por diversos dicionários, tinha afinal mais razão de ser do que a moderna — a «oficial».

Ficaria, portanto, *lez* (do fr. ant. *lez* < *lets* ou *letz* < lat. *latus*, lado), na loc. adv. *de lez a lez*, de lado a lado...

Invés; Revés; Través

A respeito da etimologia das palavras *invés* ou *envés*, *revés* e *través* escreve o Dr. José Leite de Vasconcelos (*Opúsc. I*, 375, transcr. da *Rev. Lus.*):

«Têm-se dado como étimos a estas palavras respectivamente *inversus*, *reversus*, e *transversus*; mas *inversus* transformar-se-ia em *enverso*, como *reversus* se transformou em *reverso*, e *transversus* em *travesso*. Cfr. *avesso*, de *adversus*, *pêssago*, de *Persicus*, *Santo Tisso*, de *Sanctus Thyrsus*, *ressada* de *versata*.

Os étimos de *invés*, *revés* e *través* devem buscar-se respectivamente no lat. **inverse*, **reverse* e *traverse*, advérbios formados de *inversus*, *reversus* e *transversus* (não *transversus*), como *adverse* de *adversus*.

Conquanto os advérbios latinos em *-e*, tirados de adjetivos, desaparecessem em regra das línguas românicas, todavia estes e outros conservaram-se, quanto a mim, por serem ao mesmo tempo substantivos, como aconteceu com *mal*, *bem* e *tarde*.»

Os étimos latinos *inversus*, *reversus* e *transversus* (adjectivos ou participios) tinham sido adoptados antes, por ex., por Adolfo Coelho e por Caldas Aulete, mas, depois, este parecer de Mestre Leite de Vasconcelos passou a ter aceitação quase geral.

A. A. Cortesão (*Subsídios*) acata-o sem discrepâncias; Silva Bastos (ob. cit.) dá *inverse* («b. lat.») e *reverse*, mas afasta-se inexplicavelmente em «*transversus*»; Antenor Nascentes aceita *inverse* e «*transverse*» e cita *reverse*, embora depois do catalão *revers* (*sic*); Cândido de Figueiredo traz também as formas adverbiais (*inverse*, *reverse* e *traverse*); Augusto Moreno cinge-se a Antenor Nascentes (*inverse*, cat. *revers* < L. *reverse*, e *transverse*); Francisco Torrinha coincide com Silva Bastos (lat. *inverse*, *reverse* e *transversus*); J. Mesquita de Carvalho (*Dic. Prát.*) seguiu idêntico caminho; e J. J. Nunes (*Gram. Hist.*) atribui a mesma origem adverbial à palavra «*rerêrs*» (< *reverse*)¹.

¹ As palavras *envés* (*enceve*) e *través* (ou *travez*) aparecem também esporadicamente filiadas no francês *envers* e *travers* respectivamente (F. Constandio, Moraes, desde a 5.ª ed., Faria e Lacerda). Por outro lado, *através*, segundo uns vem do lat. *ad + traverse* (A. Moreno, Caldas Aulete, J. Mesquita de Carvalho) e segundo outros de *a + través* (A. Nascentes, Adolfo Coelho, C. Figueiredo, etc.).

Até R. Menéndez Pinal (*Gram. Hist. Esp.*) se deixou influenciar certamente pela opinião de J. Leite de Vasconcelos, porquanto pretende explicar as formas espanholas *revés* e *través* pelo latim *reverse* e *transverse*, embora o *Diccionario de la Lengua Esp.* adopte *inversum*, *re ersus* e *transversus* como étimos respectivamente de *envés*, *revés* e *través*.

Estamos inteiramente de acordo com as primeiras afirmações de Mestre Leite de Vasconcelos — as que contêm a parte crítica. Na verdade as formas portuguesas *envés* ou *invés*, *revés* e *través* não poderiam vir directamente dos adj. (ou part.) latinos *inversus*, *reversus* e *transversus*. Os nomes latinos do tema em *o*, na sua evolução dentro da Lusitânia (ou da antiga Castela), como se sabe, conservam normalmente a vogal do tema (pelo menos em posição forte), o que não se dava com as presentes palavras. Mas das suas novas propostas (das afirmações subsequentes, que contêm a doutrina verdadeiramente pessoal) já não podemos dizer outro tanto. O recurso a formas adverbiais latinas (hipotéticas ou reais) parece-nos aqui bastante forçado, talvez mesmo destituído de todo o fundamento.

Em português, aquelas palavras são propriamente substantivos, essencialmente substantivos. Não «advérbios» e «ao mesmo tempo substantivos», como escreve o Dr. Leite de Vasconcelos. Mesmo quando entram em locuções adverbiais (ou prepositivas) não deixam de manter (ou de conter) implícita a sua condição de nomes.

Qualquer dicionário português, antigo ou moderno, nos pode certificar do facto (Morais, Contemporâneo, Cândido de Figueiredo...). Vejamos, como termo médio, o que se regista no Dicionário Contemporâneo de Caldas Aulete (1.^a ed.):

«**Envez** (en-*vés*), *s. m.* avesso; a parte oposta ao direito. || O inverso, o contrário. || (Fig.) O lado mau de uma coisa. || (Fig.) De *envez* ou *ao envez*, com malícia, dolosamente. || *F. lat. Inversus.*»

«**Revez** (re-*vés*), *s. m.* reverso. || Pancada com as costas da mão. || O golpe ou cutelada dada obliquamente: Com um *revez* da acha lascou a aresta da campá vizinha. (R. da Silva.) || Alternativa, vicissitude, acidente que muda uma boa situação para má; aspecto desfavorável com que alguma coisa pode apresentar-se; contrariedade; acontecimento fatal e imprevisto; fatalidade; perda, contratempo, desgraça, infortúnio: Os fugitivos acolheram-se a Toledo, onde apesar d'aquelle *revez* continuaram a defender-se. (Herc.) *Revezes* da fortuna. || (Fig.) Substituição de pessoa ou coisa por outra; revezamento; (por ext.) a própria pessoa ou coisa que substitue

outra. || (Fortif.). O mesmo que travez. || *Revezes* da fortuna, acidentes funestos e inesperados; desgraças, males, contratempos. || *Revezes* do mar, tormentas, tempestades. || Fazer o cavalleiro *revezes* na sella, torcer o corpo ao hote da lança contraria quando anda justando. || A *revezes* (loc. adv.), cada um por sua vez, ora um ora outro, por turno ou giro, alternativamente, revezadamente: Ouviram que vinham a *revezes* cantando. (Fernão Alvares.) || Ao *revez* (loc. adv.), às avessas, ao contrário: Achou-a (a fortaleza) fortificada mui ao *revez* do que entendera. (Fil. Elys.) Ao *revez* d'isso, elles eram a classe mais ao de cima. (Camillo) || (Fig.) Ao *revez* (loc. adv.), em mau caminho, desfavoravelmente, mal. || De *revez* (loc. adv.), obliquamente, de lado, de soslaio: Olhar de *revez*. || Em *revez* (loc. adv.), inclinado, meio deitado. || F. lat. *Reversus*.»

«**Travez** (tra-vés), s. m. obliquidade, esguelha. || Flanco: O *travez* do baluarte. || Dar consigo de *travez*, perder-se. || Dar o navio de *travez*, ficar atravessado com o lado ao vento. || Dar a *travez* com um negócio, deitá-lo a perder. || Estar a nau de mar em *travez*, offerecer o costado ao vento. || Ir a *travez* de, ir para o lado opposto a. || Olhar de *travez*, olhar de lado em signal de desapprovação ou de enfado. || Ver tudo de *travez* ou ao *travez*, ver tudo do peor lado ou de maneira opposta ao que é. || A *travez* ou ao *travez* (loc. adv.), de parte a parte, de lado a lado; de um ponto a outro ponto diagonalmente; por meio, por via: A mão certaíra ao *travez* da malha vai direita ao coração. (Gong. Dias.) Um grito assustador se prolonga ao *travez* dos seculos. (Mont'Alverne.) Sentiam-se os empenhos da humanidade que se precipitava a *travez* de todos os perigos. (Mont'Alverne.) V. *Atravez*. || De *travez*, em *travez*, obliquamente, ao *travez*, de lado. || F. lat. *Transversus*.»

O artigo de Moraes, a respeito desta última palavra, começa por desenvolver o seu significado de carácter medieval: «**TRAVÉS**, s. m. na Fortif. Baluarte feito de sorte, que do lado do angulo podesse defender o outro lado do angulo seguinte, e talvez paralelo. *Barros*, 4. 1. 2. «este baluarte por outra parte que não tinha *través*» *P. Per.* 2.142. V. flanco.»

Como se vê, as palavras em si nada têm de advérbios e, portanto, também não é de admitir que as competentes origens estejam realmente em formas adverbiais.

O que J. Leite de Vasconcelos diz, no passo acima transcrito (baseado em F. Diez), sobre o destino dos «advérbios latinos em -e» deve ter aqui plena applicação. As formas *mal*, *bem* e *tarde* (a que podemos acrescentar *longe*) — em correspondência respectivamente com *mau*, *bom* e *tardo* (assim como *longo*) —, sendo fundamentalmente advérbios, conquanto empregados também substantivamente, estão em condições muitíssimo diferentes. Ao contrário de

envés ou *invés*, *revés* e *través*, são realmente advérbios, tanto em português como nas diversas línguas românicas ¹. Podemos notar melhor ainda as diferenças se recorrermos ao italiano. Com efeito, nesta língua, ao lado de *malo*, *buono*, *tardo* e *lungo*, encontram-se as formas *male*, *bene*, *tardi* e *lungi*, tiradas de advérbios latinos, à semelhança do que se verifica em português, mas para *inverso*, *verso* ou *rovescio* e *traverso* ou *trasverso* (bem como *attraverso*) já não existem segundas formas com terminações correspondentes a advérbios latinos em *-e*, reais ou hipotéticos...

Vejam os agora o que se passa com o espanhol. Como sabemos, existem ali também as palavras *envés*, *revés* e *través* (com as respectivas locações — *al revés*, *de revés*, *al través*, *a través*, *de través*, *a través de...*), ao lado das formas em *-vieso* (*avieso*, *revieso*, *travieso...*) e das eruditas em *-verso* (*adverso*, *diverso*, *reverso*, *transverso*, etc.). Ora, este facto, longe de dar razão a Mestre Leite de Vasconcelos (ou a Mestre R. Menéndez Pidal), pode servir exactamente para reforçar (e até confirmar) o nosso ponto de vista. É que aquelas formas, por um lado, são ali também essencialmente substantivos (como em português) e, por outro, sendo vulgares, não apresentam a ditongação do *e* tónico latino, tão característica da evolução castelhana (cfr. *avieso*, *revieso*, *bien*, *miel*, *siempre*, *diez*, *miés*, etc.).

Vê-se, pois, que, se as palavras em referência não vêm directamente dos adjectivos (ou partic.) latinos *inversus*, *reversus* e *transversus*, também não podem ser explicadas pelas formas adverbiais **inversē*, **reversē* e *transversē* respectivamente.

É de admirar que nem J. Leite de Vasconcelos (ou José Joaquim Nunes) nem R. Menéndez Pidal tenham notado este facto de capital importância.

Chegamos, assim, à conclusão de que se trata, não de palavras rigorosamente primitivas, de evolução verdadeiramente local (lusitana ou castelhana), mas de formas importadas, posto que, sem dúvida, de velha data. Queremos dizer, as palavras devem provir realmente do latim *inversus* (ou *inversum*), *reversus* (ou *reversum*) e *transversus* (ou *transversum*) respectivamente, mas por intermédio de uma língua que costume perder o *o* (ou *u*) final dos temas latinos, seja qual for a posição da palavra na frase — neste caso o francês, o provençal ou o catalão.

¹ Os advérbios latinos *transverse* e *adverse* não deram formas românicas. Para o log. *imbesse* (da locução *a s'imbesse*) e para o aut. lomb. *inverse* Meyer-Lübke (REW, 4529) admite, porém, um latim *inversē*.

As palavras correspondentes destas línguas são, na verdade, atribuídos os étimos indicados (não formas adverbiais em *-e*).

A respeito, por exemplo, do francês *envers* escreve Óscar Bloch (*Dict. Etym.*):

«**Envers**, substantif. — Issu de l'ancien adjectif *enters* «renversé», usité jusqu'au XVI siècle, latin *inversus*, participe passé de *invertere* «renverser»; de même ancien provençal *envers*, adjectif et substantif.»

Meyer-Lübke (REW), no que respeita à etimologia directa das formas portuguesas, não é inteiramente claro e consequente.

Para *envés*, distingue entre um minhoto «*enves*», filiado em *invêrse* (portanto, de acordo com Leite de Vasconcelos), e um português «*envez*», parece que deverbal de *envessar* (e este derivado de *invêrsum*); *revés* considera-o proveniente do catalão *revés* — «fr. *revers*, kat. *revés* (> sp. *revés*, pg. *revez*)», indica ele, seguido por A. Nascentes —; e *través* parece querer tirá-lo directamente do lat. *transversus*.

Vem a propósito notar que O. Bloch (s. v. *travers*) considera o espanhol *través* (*de, a través*) proveniente do catalão — origem que seria igualmente válida para a forma portuguesa. Observa-se, finalmente, que o suposto minhoto *envés*, de Meyer-Lübke, se não distingue verdadeiramente do *envés* geral, hoje modernizado em *invés*, e que deve ter percorrido caminho idêntico ao de *rerés* e *través*.

Concluimos, portanto, que, ao lado de formas perfeitamente vernáculas, como *avesso* (< lat. *aversus* — mais propriamente que o *adversus* indicado por Leite de Vasconcelos), *envesso*, *reverso* e *travesso*, e de formas eruditas em *-verso* (*adverso*, *converso*, *diverso*, *inverso*, etc., como em espanhol), possuímos outras palavras da mesma família, em *-rés* (*envés* ou *invés*, *revés* e *través*), mas estas importadas do francês, do provençal ou do catalão, talvez mais precisamente dum dialecto provençal.

Segundo Meyer-Lübke (*revés*) e Óscar Bloch (*través*), como vimos, as formas em *-rés* teriam vindo principalmente do catalão; mas achamos muito mais provável que tenham provindo do provençal (ou de qualquer subdialecto do Sul da França) pelos seguintes motivos: 1) As nossas relações históricas e culturais desenvolveram-se muito mais com a França e a Provença do que com a Catalunha; 2) Na Provença e no Sul da França, ao lado das formas em *-vers*, encontram-se também outras em *-rés*¹, embora estas

¹ M. Lübke (REW, 821) cita o fr. do Sul *aves* (Ocidente) < lat. *aversus*.

apareçam especialmente com valor de proposições (V. E. Levy, *Petit Diet.*, Raynouard, *Lexique Roman*, J. Anglade, *Gram. Anc. Prov.*, J. Ronjat, *Gram. Ist.*, etc.). Como diz Jules Ronjat: «rs est souvent accomodé en s ou ss»... «la famille de «vers» (...), «envers», etc... ésite entre -rs-, -rs et -ss-, -s». Devemos, no entanto, acrescentar que o catalão apresenta também algumas hesitações nas suas formas (-vers ou -vés).

Por conseguinte, morfológicamente, as palavras portuguesas tanto se podem explicar pelo provençal (por um dialecto ou subdialecto provençal) como pelo catalão. Seja mesmo sincréticamente pelo provençal-catalão ¹.

ENVÉS (< prov.-cat. *envés*, *envers* < lat. *inversus* < *invertere*);

INVÉS — modernização da forma *envés* (por restauração gráfica, erudita, do pref. latino *in*);

REVÉS (< prov.-cat. *revers*, *revés* < lat. *reversus* < *revertere*);

TRAVÉS (< prov.-cat. *travers*, *través* < **traversus* < lat. *transversus*), com o composto ATRAVÉS (por aglutinação de *a través*), na loc. *através de* ².

JOSÉ INÊS LOURO



Esp. «Respondar»

El profesor Gunnar Tilander publicó en la *Revista de Filología Española* (1937-40, XXIV, 198-204) un interesante trabajo dedicado a dos voces del español medieval, *respendo*, y *respenñar*. La primeira de ellas aparece en un pasaje del *Duelo que fizo la Virgen Maria*, de Berceo, y Lanchetas en su *Gramática y Vocabulario* de las obras de aquél, la interpreta, sin apoyo alguno, por «rebuzno, relincho».

El profesor sueco recuerda la existencia de un verbo del antiguo francés *repenner*, para el que Antoine Thomas propone la etimología *REPEDINARE. Y Tilander sugiere la etimología *RE-EXPE-DINARE para otra forma francesa, *respenner*, *respener*. Ambas formas latinas serían un tipo de compuesto parasintético hecho sobre PES-PEDIS.

¹ Gostaríamos de esclarecer bem este ponto mas falta-nos a documentação bibliográfica necessária.

² Cfr. *a par de*, *apesar de*, *a propósito de*, *a respeito de*, etc.

*RE-EXPEDINARE debió dar en español **respednar* > **respendar*, y de esta última, de la que es un postverbal la forma *respendos* que emplea Berceo, no encuentra ejemplos en nuestra lengua.

Pues bien, en la composición número 81 del *Cancionero de Baena* hay un ejemplo de dicho verbo. Respondiendo el compilador de aquél, Juan Alfonso de Baena, a una pregunta que Villasandino dirige a los trovadores, puede leerse lo que sigue:

Segund que fingides, so vuestra encomienda
están las viengas de todos metales,
mas testos e glosas de mis decretales,
segunt me paresce leistes corrienda;
por ende, maestro, sabet que *rrespenda*
de vuestra ordenança el muy grant Remou,
Ricardo e Panfilo, Escoto e Agrimón,
los quales mandaron que vos *rreprehenda*.

(C. de B. N.º 81, estrofa 1)

Vengamos ahora al significado de esta voz. «El sentido de *respendar* — escribe Tilander — sería igual al del sinónimo francés *respinner*: «dar golpes con el pie, dar coces, dar patadas». El pasaje aducido por Godefroy «Grant folie es de *respener* contre aguillon», es bien claro, e incluso recuerda la expresión española «dar coces contra el aguijón». Y en el pasaje de Berceo los *respendos* que dan los judíos «comme malos rocines» queda suficientemente aclarado.

Este sentido creemos que no conviene al pasaje de Baena antes aducido. Los eminentes personajes citados en los versos 6 y 7 de dicha estrofa — San Raimundo de Peñafort, Richardus Cluniarenses o Richardus Adagonista, Pamphilus Maurilianus, Duns Scot y el desconocido Agrimón, según el autor de las notas a esta composición del «Cancionero de Baena», en la edición de don Pedro José Pidal — no han de ser equiparados en su proceder, desaprobando la ordenanza del poeta Villasandino, con los judíos denostando a Jesucristo en la Pasión, tal como hace Berceo. En el glosario de la edición citada del Cancionero se pretendió también, como hizo Lanchetas con las obras de Berceo, explicar el sentido de la voz *respenda*, con análogo resultado adverso. «Parece derivado — dice — de *respuens* y *respuere*, desechar una cosa, mostrar desagrado o disgusto de ella». (Glosario, pág. 714).

La forma *repetuar*, del catalán y del provenzal, concuerda con el sentido originario de *REPEDINARE y *RE-EXPEDINARE,

«dar coces», como advierte el propio Tilander, pero otro derivado español, *respennar*, que don Ramón Menéndez Pidal descubre en el *Libro de Alexandre*, ofrece distinta significación, la de «repeler los relámpagos», aplicada a una piedra preciosa, el ágata, a la que se alude, pero a la que se menciona defectuosamente, tanto en la estrofa 1321 del código *O* como en la 1463 del código *P*. (Véase lo que indica a este respecto Tilander en la página 203 del trabajo citado).

Hay sin embargo una constante semántica en todos estos ejemplos, cuya base está ya en la forma latina *REPEDINARE *RE-EXPEDINARE, la de rechazar, bien sea a coces, como los judíos en el pasaje de Berceo «dando malos *respendedos*», o como el ágata que «*respenna* las tempestas que vienen en las nuves», en el pasaje aludido del *Libro de Alexandre*. Ambos textos son anteriores al que ahora aduzco del *Cancionero de Baena*, que como el segundo de los citados nos revela el cumplimiento de una evolución del sentido originario «dar golpes con el pie, dar coces, dar patadas» al metafórico de «rechazar», aplicado a los relámpagos en el *Libro de Alexandre*, y a los conocimientos humanos en el *Cancionero de Baena*.

El ejemplo de *respendar* que aquí ofrezco, confirma la existencia de esta forma en el español medieval, no muy abundante como ya indica el propio Tilander, incluso en las restantes lenguas románicas, y documenta la forma *respendar* que aquel echaba de menos.

MANUEL GARCIA BLANCO

Universidad de Salamanca



Recensões Críticas

AUGUSTO MAGNE, *A demanda do Santo Graal*. Rio de Janeiro, 1944.

O Instituto Nacional do Livro, do Rio de Janeiro, acaba de prestar à Filologia e à Literatura Portuguesa o relevantíssimo serviço da publicação da 1.^a edição *completa* do texto medieval da *Demanda do Santo Graal*. Consta esta edição de 3 volumes de mais de 400 páginas cada um, sendo os dois primeiros de texto, com algumas notas ao fundo da página, e o terceiro de Glossário.

Baseia-se esta edição no manuscrito n.º 2594 da Biblioteca Nacional de Viena de Áustria. A cópia do manuscrito, a organização do Glossário, e a direcção da publicação do texto pertencem ao Professor brasileiro Augusto Magne.

Antes de me pronunciar sobre esta edição, convém transcrever algumas linhas do *Prefácio* do Prof. Magne, para a elucidação do leitor:

«Não é a primeira vez que o precioso códice de Viena se defronta com a curiosidade do público. Sem falar nos excertos que dele, já em 1865, dava F. Wolf, nas *Denkschriften* da Academia das Ciências da antiga capital da Áustria, bem sabem os amigos de nossa Idade Média que, em 1887, o esforçado lusitanista alemão Karl von Reinhardtstoettner publicou, num volume em — 8.º de XXXI — 142 páginas, as setenta primeiras folhas, ou seja a terceira parte da *Demanda*, a que deu o seguinte título — *A história dos cavaleiros da Mesa Redonda e da demanda do Santo Graal. Handschrift n.º 2594 der K. K. Hofbibliothek zu Wien zum ersten Male veröffentlicht von Karl von Reinhardtstoettner, Erster Band. Berlin NW. Druck und Verlag von A. Haack.*

«Ignoro por que motivos aquele professor se viu constrangido a levantar mão da empresa,... Por mais de cinquenta anos, foi através do seu trabalho que os eruditos tiveram conhecimento da *Demanda* portuguesa. A dois outros professores alemães devem os estudiosos do *Graal* respeitosa recordação. Há tempo, tencionavam publicar o manuscrito de Viena o Dr. Oto Klob e o Dr. Eduardo Wechssler, que, no entanto, por motivos assim mesmo desconhecidos, não conseguiram realizar o seu intento.

«Ao retomarmos o trabalho destes beneméritos predecessores, achámo-nos numa encruzilhada. Conviria dar uma edição diplomática, reprodução rigorosa do códice, ou seria preferível tentar um esboço de edição crítica? No ponto de vista científico, era, sem dúvida alguma, a primeira

alternativa muito mais acertada, porquanto, deste modo, o próprio manuscrito, multiplicado em cópias, poderia ser directamente estudado pelos competentes. Depois de madura reflexão, no entanto, optámos pelo segundo alvitre. A isto nos levaram, entre outras, as seguintes ponderações, que sujeitamos aqui à apreciação benévola dos entendidos.

«O códice de Viena apresenta uma redacção por vezes tão defeituosa, que muitos de seus episódios chegam, praticamente, a ser ilegíveis. Reproduzi-lo tal e qual equivalia, pois, a restringir por demais o círculo de pessoas que teriam particular interesse na publicação. Consta-nos, além disto, que o Dr. José Piel, lente da Universidade de Coimbra, tomou à sua conta a edição diplomática da *Demanda*, cuja impressão, iniciada há vários anos, poderá ser concluída de um momento para outro. Prefiro, portanto, não prejudicar-lhe o trabalho e dirigir-me a um círculo muito mais extenso — a todos os amigos da língua nacional — tentando um primeiro esboço de edição crítica, em harmonia com as seguintes directrizes.

«Desfaço as siglas e as abreviaturas, adopto um sistema gráfico racional e coerente, abro alíneas, e, acima de tudo, acrescento, em grifo, os vocábulos, ou mesmo as cláusulas, que me pareceram indispensáveis para tornar o nosso texto compreensível. O próprio tipo, diferente, afasta a possibilidade de se cometerem equívocos. Para maior garantia de fidelidade ao texto, sempre que dele me afasto reproduzo em nota, tal e qual o respectivo lanço do manuscrito. Destarte, ficam, até certo ponto, associadas as vantagens da reprodução diplomática e da edição crítica.

«Minúcias de linguagem ou de grafia, reservo-as para o *Glossário*, que constitui o terceiro volume da presente edição do *Graal*, e para a *Gramática*, que formará o quarto e sairá com a possível brevidade...

«Dos problemas suscitados pelo *Graal*, preferimos, de presente, não dar sequer o elenco. Apenas recordamos que este inestimável tesouro linguístico pertence ao terceiro quartel ou mesmo a meados do século XIII; a única transcrição, contudo, que dele nos resta, contida no manuscrito de Viena, é uma cópia, parcialmente modernizada, do século XV.»

A transcrição foi longa, mas a importância da obra justifica-a, bem como o que vou dizer dela.

Um texto arcaico, qualquer que ele seja e mormente um como o da *Demanda*, interessa-nos pelo seu conteúdo, pela sua linguagem, isto é, pelo assunto que trata, e pelo seu vocabulário, pela sua sintaxe e pela sua ortografia.

Uma edição, que reproduza fidelissimamente um texto desses, é um retrato de uma época histórica; uma edição com alterações não passa de um quadro restaurado, melhor ou pior, mas restaurado: ninguém nos pode afirmar categoricamente que as tintas agora empregadas são da mesma cor que as primitivas, como ninguém nos pode afirmar categoricamente que o restaurador não aumentou um milímetro ao nariz de uma das figuras do quadro, e não imprimiu maior ou menor expressividade ao olhar dessa figura.

Diz-nos o editor que o texto de Viena é «a única transcrição, ..., que dele nos resta», embora seja «uma cópia, parcialmente modernizada, do século XV». Bastaria esta circunstância, tomada em consideração a antiguidade e a importância desse texto, para que, quem tivesse a fortuna, como

a teve o editor, de poder editá-lo, buscasse fazer que «o próprio manuscrito, multiplicado em cópias, *pudesse* ser directamente estudado pelos competentes». Ora, isto, rigorosamente, só se consegue pela fotocópia.

É certo que uma edição *facsimile* só poderia ser lida por técnicos, mas por que não sacrificar a curiosidade do leitor vulgar (se é que o número deles justifica a edição presente) à salvação, pela fotocópia, de um verdadeiro tesouro linguístico e literário, de que só se conhece um exemplar? Não sei se esse tesouro não desapareceu na voragem da monstruosa guerra, que acabou há pouco, mas, se não desapareceu, não esteve de certo muito longe disso. Se tal tivesse acontecido, poderíamos dizer que a edição do P.^e Magne havia salvo o texto? De modo nenhum.

A edição *facsimile* do texto de Viena é uma necessidade urgente e impreterível; uma edição, como a de que estou falando, em qualquer altura se poderia fazer, partindo do próprio manuscrito, em Viena, ou de qualquer dos exemplares da fotocópia, existente no Rio de Janeiro, em Lisboa, em Paris, em Londres, etc., etc.

Para a História Literária, a edição do P.^e Magne é suficiente, julgo sinceramente que é suficiente; para a Filologia, não creio que baste, não por pôr em dúvida a proficiência e o escrúpulo científico do P.^e Magne, mas por saber por experiência própria quão falível é a mão que copia, e quão falíveis são as interpretações, mormente em casos como este, em que é o próprio P.^e Magne que nos diz que «O códice de Viena apresenta uma redacção por vezes tão defeituosa, que muitos de seus episódios chegam praticamente, a ser ilegíveis». Note-se que essa *ilegibilidade* não resulta de *estar mais ou menos apagada a tinta do manuscrito*, mas de ser a *redacção defeituosa*.

No fim do 1.^o e no fim do 2.^o volumes, dá-nos o editor algumas página *facsimiles* do texto de Viena. Esses espécimes mostram-nos uma letra gótica de fácil leitura, o que mais faz lastimar que o P.^e Magne não tivesse preferido fazer uma edição *facsimile* da *Demanda*.

R. DE S. N.

Zeitschrift für romanische Philologie, Supplementhefte: Bibliographie. Halle (Saale), Max Niemeyer Verlag. Vol. XLVII-LV: 1927-1935 (1938), 756 págs.; LVI-LVII: 1936-1937 (1940), 361 págs.; LVIII-LIX: 1938-1939 (1943), 353 págs.

Há uma dezena de anos que foi reorganizada a valiosíssima Bibliografia da filologia românica que acompanha a ZRP desde mais de seis decénios e tem prestado incalculáveis serviços a várias gerações de investigadores. Em lugar dum só redactor, um grupo de dez colaboradores de diversa nacionalidade, sob a direcção de Alwin Kuhn, prof. da Universidade de Marburgo, repartiu-se na tarefa de reunir, claramente ordenadas, as indicações bibliográficas da linguística e da ciência literária relativas a toda a România (livros, artigos de revistas, resenhas críticas). Esta reorganização trouxe duas grandes vantagens: primeiro, pela subdivisão do vasto campo da nossa disciplina, foi possível confiar as parcelas a especialistas já conhecidos (p. ex., o reto-romano a Heinrich Kuen, o catalão a R. ARAMÓN I SERRA) ou a jovens romanistas em vias de se espe-

cializarem, facto que não podia deixar de dar melhores colheitas; e segundo, o esforço duma *équipe* apressou o ritmo de publicação permitindo que em seis anos (1938/43) saísse, em três ricos volumes, o material relativo a treze anos dos mais dramáticos (1927-1939) da produção românica. Quem alguma vez teve à sua disposição estes três volumes sabe quão indispensáveis são para a orientação rápida e segura sobre o estado da investigação acerca de qualquer tema desde os confins da linguística geral e da metodologia literária até aos cantos mais afastados da dialectologia sul-americana ou da moderna crítica literária romena. A agrupação e a escolha do material disperso quase sempre revelam um critério competente. Limitamo-nos aqui a citar alguns exemplos para dar uma ideia da riqueza que estes tomos encerram. Só no volume que diz respeito aos anos 1936 e 1937 encontramos: 137 espécies sobre fonética geral, 22 publicações sobre os dialectos da Itália meridional, 7 espécies sobre S.^{to} Isidoro, 75 monografias sobre etimologias e semântica de palavras francesas, 30 trabalhos sobre o espanhol da América Central, 64 números no parágrafo dedicado a Leopardi, 26 sobre Montaigne, 11 sobre Alexandre Herculano. Estes números falam uma linguagem demasiado eloquente para insistirmos no valor que tem este instrumento de trabalho para os estudos das linguas ou literaturas românicas, no valor que representa, p. ex., para o filólogo português ou o historiador da literatura portuguesa facilitando-lhe a bibliografia directa sobre os assuntos dos seus trabalhos, assim como os elementos comparativos para alargar os estudos às linguas e literaturas afins. O estudioso da poesia medieval portuguesa não pode dispensar uma orientação sobre a poesia provençal dos trovadores, o estudioso da evolução do português precisa de conhecer a dialectologia italiana, romena, reto-romana demasiado pouco aproveitadas, até agora, na filologia peninsular, o historiador da epopeia portuguesa do século XVI vê-se obrigado a considerar os mesmos problemas na literatura italiana, na espanhola, na francesa da Renascença. E nestes casos que a Bibliografia da ZRP encaminha a sua informação sobre as publicações mais importantes. Aproveitar-se dela é tão necessário ou desnecessário — conforme o gosto — como aproveitarmo-nos da água corrente ou da electricidade que temos em casa. O que não se compreende é que, como numa introdução ao estudo da disciplina recentemente publicada, se dedique um capítulo à necessidade de bibliografias especializadas ignorando a que aqui estamos a anunciar, anúncio que julgámos supérfluo e banal até há pouco.

É claro que uma Bibliografia que tanto abarca, nem tudo aperta: a vastidão da disciplina, o espaço restringido, por bem que seja aproveitado, as dificuldades da orientação científica internacional nestes anos passados tiveram de lhe impor certos limites mais ou menos sensíveis nos diferentes capítulos. Quanto à Ibero-România, é por isso útil completar as indicações pelos materiais fornecidos pelas Bibliografias da *RFE*, da *Rev. Hispánica Moderna*, do *Handbook of Latin American Studies* e, para os anos posteriores a 1939, da *Rev. de Filología Hispánica*. Era desejável uma inteligente colaboração portuguesa nestas empresas para dar às suas secções relativas à Luso-România a importância que merecem.

HARRI MEIER

Sache, Ort und Wort — Jakob Jud, zum 60. Geburtstag (12. Januar 1942). (Romania Helvetica, vol. 20). Genebra-Zurique, 1943. 839 págs.

Entre os grandes filólogos romanistas do nosso tempo, poucos nos atraem e nos ensinam tanto, pela solidez e a originalidade dos seus trabalhos, como JAKOB JUD. A fotografia que encabeça a homenagem que aqui anunciamos reflecte a energia, a sobriedade, a precisão que fomos admirando nas suas publicações. A bibliografia das suas obras inserta neste volume (1-14), além da tese de doutoramento, não anota livro nenhum; JAKOB JUD não é autor de livros, nem cedeu à moda moderna de reimprimir em volumes os seus artigos de revista. Mas nas suas numerosas colaborações, muitas já clássicas na especialidade, do Bull. de Dialect. Rom. do Herrigs Archiv, da Romania, da ZRP, da RLiK, etc., que riqueza de investigação, quantos estudos exemplares pela maneira ao mesmo tempo conservadora e revolucionária de abrir novas perspectivas e criar métodos novos! Houve tempo em que, na filologia, estava em moda a crítica da especialização exagerada; a crítica teve a sua parte de razão, mas, hoje, o perigo está antes do lado contrário: na falta de verdadeiros especialistas. JAKOB JUD é um deles: a sua actividade de 40 anos de investigador girava à volta da *história do vocabulário*, especialmente da Italo- e da Galo-România. Neste campo fez uma cultura intensiva e inovadora. São três correntes da linguística românica que se encontram e se fundem nele para dar a esta investigação da palavra o seu carácter particular: a documentação histórica bem conhecida no século XIX acrescenta-se o aspecto geográfico-linguístico e a ligação de 'palavras e coisas'. Esta combinação dos aspectos histórico, geográfico e folclórico permitiu-lhe reconstruir, com uma exactidão até então desconhecida, camadas pré-históricas no vocabulário românico de certas regiões alpinas e pirenaicas, a influência do céltico, a diferenciação do léxico latino, a infiltração, nas diferentes regiões, de elementos vocabulares germânicos, e, a par desta reconstrução, os motivos históricos, culturais ou propriamente linguísticos que explicam os fenómenos do idioma ou que estes, ao contrário, nos permitem compreender.

Esta Homenagem é um belo fruto do esforço iniciador do mestre; entre os 36 artigos que lhe oferecem os seus colaboradores, alunos e colegas, na maior parte compatriotas (há 9 colaborações não-suiças), não há talvez nenhum que não continue caminhos traçados por ele. É do âmbito dos seus estudos que este volume trata: o folclore material (15-108), a onomástica e toponomástica (109-197), a lexicologia propriamente dita (197-715). Para dar uma leve ideia do seu rico conteúdo, limitar-nos-emos a resumir apenas alguns referentes à Ibero-România.

Há alguns anos, SCHULTEN tentou resolver o problema da proveniência do nome latino da Península, *Hispania*, por um étimo fenício que significaria 'terra de coelhos' (cf. A. GARCÍA Y BELLIDO, *España y los españoles hace dos mil años según la Geografía de Strabón*, Col. Austral, 1945, 55; *id.* em: *Arbor*, 7, 1947, p. 26-27; B. MAURENBRECHER, *Berl. Philol. Wochenschr.*, 58, 1938, 142-144), e sabe-se a importância que ela tem para a

difusão deste animal na Europa. Na mesma altura, GÜNTERT, no seu estudo sobre 'labirinto' (Heidelberg, 1932), mostrou as relações que se apresentam na denominação de 'coelho', 'caverna', 'pedra' em várias línguas. Em 35 densas páginas (246ss.) J. HUBSCHMIED JUN. reúne um rico material («Denominações para 'coelho', 'caverna', 'pedra grande'») esclarecendo duma maneira sumamente interessante os aspectos históricos, etimológicos e semânticos da questão: o latim, as línguas românicas e não-românicas aceitaram, para designar o coelho, várias palavras formadas na Península Ibérica; em todas estas palavras nota-se a passagem dos significados 'pedra', 'caverna' para o de 'coelho' ou ao inverso; a formação das palavras para 'coelho', realizada na Península, dever-se-ia em grande parte aos celtas. Assim, o lat. CUNICULUS («deporum generis sunt et quos Hispania *cuniculos* appellat», PLÍNIO), que ainda sobrevive na maior parte das línguas românicas, é derivação do celt. *cun* 'cão' (cf. esp. *gazapo* 'coelho novo' — comp. várias formas em A. S. ESPINOSA, *Arcaísmos dialectales*, 1935, p. 50 — e alent. *gazapo* 'cãozinho') (1) e encontra-se também na România, com o sentido (derivado, não original, como indicam BERTOLDI e A. NASCENTES, p. 196) de 'caverna' ou parecidos. A palavra pré-céltica *lappa* 'pedra' (REW³ 5687 corrige 4905; também lat. *lapis*, lat. *lepus* 'lebre?') encontra-se com vários sufixos nos dialectos portugueses com o significado de 'coelho (novo)': *lapim*, *láparo*, *lapouço*, dos quais os dois últimos de origem céltica (-aro; -ouço < *aukjo*, oço < *okjo*), e irradiou para a França (*lapin*, *lapereau*) infiltrando-se, como ainda mostra a difusão de *lapereau*, nos departamentos costeiros, com a exportação dos animais e suas peles, primeiro nos portos franceses, flamengos e neerlandeses do Canal e do Mar do Norte (séculos XIII-XIV), onde veio a substituir as derivações de CUNICULUS (?).

E também a palavra LAUREX, que, com o seu significado 'coelho pequeno', é citada por PLÍNIO como iberismo, tem provavelmente, na sua derivação LAURICA, típica para a Península, um sufixo céltico, e como radical uma palavra *laura* que, com o significado de 'caverna', 'placa de pedra', se encontra numa série de línguas célticas, balcânicas e românicas. — Além da curiosa demonstração semasiológica e do grande interesse das formas portuguesas para a evolução europeia dos nomes do coelho, ressalta do trabalho de H., duma maneira surpreendente, «a forte influência céltica no vocabulário da Ibero-România».

O conhecido catalanista J. COROMINES (agora na Universidade de Cuyo, da Argentina) aproveita a publicação do *Rätisches Namenbuch* de v. PLANTA e SCHOKTA e os primeiros fascículos do *Diczionari Romantsch-Grischun* para um estudo comparativo entre o vocabulário reto-romano e o ibero-românico, reunindo as semelhanças que se devem em parte a um substrato pré-românico — segundo a opinião expressa por JUD há 35 anos — (*barga*, *lama*, *arroio*, *barranco*, *ganda* . . ., cf. também BERTOLDI, l. c.), por

(1) V. BERTOLDI, que em ZRP 57, 1937, 146 atribuiu CUNICULUS ao substrato alpi-no-pirenaico, parece preferir agora a explicação por origem ibérica (Homenagem JUD, p. 231).

(2) Sobre a influência da exportação medieval portuguesa de peles a notar no vocabulário francês cf. também REW 5169 (*uberna*) e FEW II/2, p. 1539/1540 (que, aliás, não aproveita ainda o estudo de HUBSCHMIED). Quanto à forma dialectal portuguesa *lapim*,

outra parte ao 'conservantismo' destas regiões laterais da România (AFFLARE, JANTARE, MÚS, ANIMALIA, PONS fem., etc.), e em terceiro lugar a inovações comuns (verbos em -ANTARE, -ENTARE: *levantar*, *aguentar*, *acrescentar*, *aguentar*, *afugentar*; advérbios em -mente em esp. arc.; acusativo preposicional: *amo a Deus*). É mais um estudo preparativo para quem alguma vez tentar uma análise histórico-comparativa sistemática do vocabulário peninsular.

A. LABHARDT *Le latin PALEA et ses rapports sémantiques avec ses descendants romans* (222-229) mostra, contra os dicionários etimológicos e descritivos do latim, que PALEA, desde os textos mais antigos, tem o sentido especial de 'moinha', que condiz com outras linguas indo-europeias, ao lado do mais geral de 'palha'; é o significado 'moinha' que está na base dum terceiro, 'palhiço', 'palha miúda', que domina no latim. O emprego sobrevivente de PALEA 'moinha' (Itália do Norte, França) e de PALEA 'palhiço, palha miúda' (Espanha, Portugal, cf. VKR 2,1929,53) não são, portanto, restrições do sentido geral 'palha', mas reflexos, de carácter arcaico, dos correspondentes significados latinos.

São modelos dum método etimológico que reúne conhecimentos linguísticos vastos e seguros com uma viva fantasia associativa as *Iberoromanische Wortmischellen* de Max Leopold WAGNER (544-562). As palavras portuguesas *atolar*, *atoleiro*, dois de tantos 'espanholismos' fantásticos de Cortesão e de Cândido de Figueiredo, pertencem a uma família cujos representantes catalães *toll*, *doll* SPRINGER quis derivar de TUDUCULUS, derivação semânticamente difícil e foneticamente impossível para as formas espanholas (*tollo* etc.) e portuguesas. W. indica como étimo TULLUS, variante de TULLIUS 'corrente de água', que o material do *Thesaurus Linguae Latinae* anota para Festo, Plínio, S^{to}. Isidoro e que, provavelmente de origem etrusca, tem o seu correspondente no antropónimo TULLUS, variante de TULLIUS. Fica assim incorporado, ao léxico românico, um novo étimo latino, e ao vocabulário ibero-românico mais uma família de palavras. — Segue um estudo de palavras ibero-românicas para 'furúnculo' (*furúnculo*, *fruncho*, gal. *varro* — *esverrumar*, *caruncho*, gal. *carafuncho*, *nascência*, *nascida*, *leicença* < *lo* + ABSCCESSUS + NASCENTIA, *lobinho*, *lup(i)a*, *loba*, *lobão*, *bicha*, *bichoca*, *besolhão*, *espinha*, *fleimão*, *benta*..., aos quais talvez se possam acrescentar, entre outros, *postema* e o arc. *adragoncho* cf. R. Lus. 13,226) que nos mostra um caso interessante de onomasiologia no qual a fantasia e a alma popular se exprime numa multidão de metáforas, eufemismos, cruzamentos de palavras. — Dão-nos um quadro igualmente vivo da linguagem o parágrafo dedicado a *panturra*, *panturrilha* (também espanholismo 'fantástico?') e outras designações para a 'barriga da perna', e as propostas etimológicas, sempre interessantes, para *iguaria* (< IN + GULARIA, com certeza preferível às tentativas forçadas de MALIKEL e de SPRITZER em *Language*

também seria possível interpretá-la como uma reacção do país de importação, quer dizer a partir do francês *lapin*. (Cf. MEYER-LÜBKE, Rom. Gramm. II, § 452, e REW 4735 *cochine*? 5320 *mastim*, 5533a *marlim*, 4814 *lambrim*, 8155 *espim*, 8332 *estopim*, etc., a maior parte evidentemente de procedência galo-românica. É verdade que -INUS também dá -in em dialectos do Noroeste da Península.

20 e 21, 1944 e 1945), *narceja* (<UNA ACCEIA) (1), *queira* 'matilha' (<CANARIA, como *greiro* < GRANARIU, *reira* < RENARIA) (2).

Num dos dois estudos que tratam do período dos árabes na Península, C. E. DUBLER, autor dum notável livro sobre a vida económica Peninsular nesta época (1944), tenta reconstruir as fases e áreas da colonização bereber pelos seus vestígios toponomásticos (182-196) estabelecendo uma lista de 79 topónimos bereberes, pela maior parte derivados de nomes étnicos de tribos (em Portugal: Algarve, Bornes, Baraçal, Cotimos, Azinhaga, Pernes, Alcoutim). O resultado só pode representar uma base provisória de discussão, visto que o Autor deixa de lado as formas arcaicas dos topónimos tratados, e outros problemas filológicos que se ligam com eles.

Entre tanta riqueza, da qual só salientamos aqui a que diz respeito ao espanhol e ao português, destaca a colaboração do redactor do volume, ARNOLD STEIGER; ela traz-nos, sob o título *Zur Sprache der Mozaraber* (624-714), um originalíssimo quadro cultural sobre a influência islâmica no antigo Reino de Lião mostrando, pela explicação de 50 palavras de origem oriental encontradas em documentos medievais (além de 30 já anteriormente explicadas), o intercâmbio comercial que existia, do século IX ao XII, desde a Pérsia até à costa do Noroeste da Península Ibérica e no qual desempenham um papel especial os tecidos e adornos orientais, tanto para o uso profano como para os objectos do culto cristão (sf. V. Cocco, *Biblos* XX, 1941, 508s.). Muitas das palavras que servem para esta genial reconstrução histórico-cultural se encontram em documentos de Portugal e da Galiza (*alhaguma* — *alhalcum* p. 976, *aljôfar*, *almandra*, *alparavaz*, gal. *alsarda*, *alve(i)ci* 650, *atorras*, *caxcax* 695, gal. *côcedra* 650, *enxaravia*, *facerô*, *fardo*, *fazenrôo*, *fronha* 653, *grã* 690, (*h*)*aba*, (*h*)*oba*, *metical* 696, *opa* 685, *soqueixo* 662, *tabi* 674). A explicação geográfica e cultural da proveniência e das migrações destas palavras e dos objectos que lhes correspondem levam a uma conclusão histórica de não pequena transcendência: não se pode estender ao Ocidente da Península a afirmação feita por HENRI PIRENNE no seu *Mahomet et Charlemagnr*, segundo o qual as relações entre o mundo oriental e o ocidental se teriam interrompido bruscamente no século VIII, facto que PIRENNE julga essencial para a cisão entre o Mundo Mediterrânico antigo e a Idade Média ocidental. A diferenciação regional que se dá no Ocidente revela-se também no mundo islâmico: ao passo que, no século IX, se trata em grande parte de reflexos da florescente cultura irânica e de palavras persas vindas por intermédio do árabe, a indústria encontra-se deslocada, no século XI, para o Oeste do mundo árabe e já não deixa penetrar no Ocidente produtos ou palavras persas. Este estudo merece a apreciação do arabista e do orientalista para salientar, mais competentemente do que o puro romanista pode, o seu elevado nível e a sua admirável flexibilidade metodológica.

Para acabar esta resenha, citamos a seguir alguns artigos menos directamente ligados com a Ibero-România: a reconstrução da camada primi-

(1) Visto que o asturiano tem *narcea*, a aglutinação do artigo é anterior à queda do -n- em galego-português: (u'n'arceia > *narceia* (não: *ua arceja* > *narceja*).

(2) Não parece possível, foneticamente, a filiação *rim* — *rieira* > *reira*.

tiva do istro-românico (P. SKOK); exemplos de interdependências vocabulares entre o galo-românico e o superstrato germânico (W. v. WARTBURG); a formação de adjectivos com redução sufixal: *toscanese* — *toscano* (B. MIGLIORINI); a história da designação da 'pólvora' nas línguas europeias e a do verbo *pilhar* na România (K. JABERG); a interessante história das designações para o 'cabelo' na literatura italiana: *capelli*, *crine*, *chioma* (R. R. BEZZOLA), único e exemplar estudo de lexicologia estilística que nos oferece esta Homenagem Jud, que no seu conjunto constitui uma bela mensagem dum dos grandes oásis da filologia actual.

H. M.

Revista de Filología Hispánica. *Director:* AMADO ALONSO. Tomo I (1939)–VII (1945). Buenos Aires (Instituto de Filología, Facultad de Filosofía y Letras)—Nova York (Instituto de las Españas, Department of Hispanic Languages). Cada vol. : 416 págs.

Esta excelente revista trimestral, fundada numa altura em que a RFE teve de interromper a sua publicação por causa da guerra espanhola, é indispensável para o romanista e para o filólogo português, quando não fosse por outros motivos, pela sua rica Bibliografia (bastante incompleta, por causa das circunstâncias, para as publicações europeias) que dedica uma secção contínua ao português, especialmente rendosa para as publicações brasileiras, assim como pela sua regular informação na secção das resenhas, tão pouco cuidada hoje na maior parte das publicações periódicas (1).

Embora entre os artigos não sejam numerosos os trabalhos directamente dedicados ao português, são múltiplas as sugestões metodológicas e os materiais comparativos especialmente do espanhol e hispano-americano que eles oferecem ao estudioso da filologia portuguesa. É o espírito sempre alerta, moderno, de AMADO ALONSO que anima toda a Revista e lhe assegura um alto nível e uma grande variedade de conteúdo. Sabe-se o tacto e a penetração com que o culto professor da Universidade de Buenos Aires tem tratado temas de fonética (*Problemas de dialectología hispano-americana*, 1930), de geografia e história linguísticas (*La subagrupación del catalán*, RFE 1926), de lexicologia (*Castellano, español, idioma nacional. Historia espiritual de tres nombres*, 1938, 1943²) e especialmente de sintaxe, agrupando à volta dele, no decurso dos anos, um grupo de activos e qualificados colaboradores que fizeram de Buenos Aires o centro dos estudos filológicos da América luso-espanhola, despertando em muitas outras Universidades daquele Continente focos parecidos. À sua proveniência espanhola e formação deve o A. o íntimo conhecimento da filologia peninsular e europeio-românica, à sua força de adaptação e de organização devem os países luso- e hispano-americanos um grande avanço dos seus trabalhos linguísticos.

(1) Devemos à amabilidade do doutor Fidelino de Figueiredo, que nos emprestou o seu exemplar, a possibilidade de dar breve conta aqui dos primeiros sete vols. publicados; há mais dois fasc. publicados em 1946.

Dados os interesses de quem a dirige, encontramos na Revista uma série de valiosos trabalhos de *fonética e dialectologia*. T. NAVARRO TOMÁS, que acrescentou recentemente ao já clássico *Manual de pronunciación española* o *Manual de entonación española* (Nova Iorque, 1944), colabora nos primeiros números com um artigo (1,3) sobre o 'grupo fónico' (unidade fonético-estilística entre a sílaba e a frase) com interessantes estatísticas sobre autores medievais e clássicos espanhóis e quadros comparativos para várias línguas ocidentais (espanhol, francês, italiano, inglês, alemão; era desejável estender estes dados ao português), e outro sobre a distinção vocálica de singular e plural em certos dialectos espanhóis e hispano-americanos que já não pronunciam o -s (*chico-chico*, em lugar de *chico-chicos*), observação importante de intenção 'fonológica' que precisa ainda dum complemento sintáctico (1,165). BENOCH enriquece a bibliografia sobre o judeu-espanhol com um estudo sobre o de Marrocos (vu, 209) que foca muito bem a luta entre duas tendências contrárias: a conservação das formas linguísticas tradicionais e a adaptação às influências do castelhano moderno. FREIMORE antecipa um trabalho mais desenvolvido sobre o castelhano em Guatemala com precisas indicações sobre a pronúncia de algumas consoantes (vu, 277), indicações como gostávamos que houvesse mais também sobre os falares regionais portugueses e do Brasil. Nesta secção, ressalta um trabalho de A. ALONSO e R. LIDA sobre a geografia fonética do enfraquecimento de -l, -r em dialectos espanhóis e hispano-americanos (vu, 313; exemplos: *sol* > *só*, *flor* > *flô*), género de estudos para os quais ainda faltam, infelizmente, os materiais suficientemente seguros para o português peninsular e brasileiro (constituem um bom estudo provisório os *Brasileirismos* de M. PAIVA BOLEO, em Brasília III, 1943); os autores chegam a uma valiosa precisão enquanto à teoria do 'andaluzismo do espanhol da América': é entre a Andaluzia e o Caribe que se dão as coincidências mais claras, facto que se explica pela influência do Sul da Espanha na colonização ultramarina na primeira metade do século XVI, que se concentra naquelas ilhas das Índias Ocidentais. Parece-nos menos feliz a hipótese para as outras regiões, nas quais este fenómeno seria de data recente e de origem autóctone (contra a teoria indigenista, cf. A. ALONSO, 1,313), sem base nas antigas relações históricas entre a Península e os países do ultramar; não é este o lugar para fundamentarmos a nossa dúvida.

E reduzido o interesse pela *morfologia*. Salientamos aqui um artigo de J. MATTOSO CÂMARA (filho) sobre a «Alternância portuguesa *fui* — *foi*» (1,257). Quer explicar, corrigindo WILLIAMS (podia ter citado ainda HUBER §401,5; cf. agora também PIEL, *Biblos* xx, 389), a oscilação do português arcaico e dialectal entre *fui-foi* para a primeira e *foi-fui* para a terceira pessoa, por uma dualidade *fui-fü*, *füt-füt* no latim vulgar que se conservasse no português medieval, cedendo modernamente, por 'selecção morfológica', a uma distinção entre a 1.^a e a 3.^a, escolhendo-se, por analogia com perfeitos como *pude-pôde*, *pus-pôs*, a forma *fui* para a 1.^a e *foi* para a 3.^a. Nesta forma incompleta, a hipótese não convence. Pode ser que a vacilação do português (e dos dialectos ocidentais da Espanha: R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual* I, 321) tenha as suas raízes latinas e não seja efeito duma analogia realizada no Noroeste da Península, como se supôs

até agora, mas neste caso devia ter-se limitado a uma camada baixa da língua destas regiões, porque para 'selecção' do português moderno nada provam os perfeitos formalmente tão diferentes de *poder* e *pôr*. Só o estudo da distribuição geográfica e histórica nas línguas românicas pode dizer-nos algo de mais seguro. Nas formas do port. mod. e do cast. (*fui*, *fué* < *foi*) estamos perante uma camada que continua claramente *fui*, *fuît* (HUBER; *fut* para outras regiões da România) como se reconhece ainda no provençal (1.^a *fu*, 3.^a *fo*, cf. RONJAT, *Gramm. istor. des parlers prov. mod.* III, 1937, 282) e parece ter existido no francês pré-literário (SCHWAN-BEHRENS, Altfranz. *Gramm.*, 1899, 186). Enquanto não estiverem feitos trabalhos geográfico-históricos mais pormenorizados para a Itália (cf. MEYER-LÜBKE, *Gramm. stor.*, ed. BARTOLI, 1941, 201), é cedo para se formularem hipóteses; a de MATTOSO CÂMARA com a introdução de *fui* no 'latim vulgar', precisava de formas continuadoras desta fora da Península, que procurámos debalde.

São várias as colaborações no campo da *lexicologia*, assinadas por nomes tão competentes como L. SPITZER (III, 155, 159, 271; VII, 43), J. COROMINAS (I, 1; VI, 1, 139, 209), G. BONFANTE (VII, 389), A. ALONSO (1, 378) e outros.

Vamos escolher três exemplos que dizem respeito ao português e à sua expansão nas línguas vizinhas.

Não é a primeira vez que para esp. port. *perro* 'cão' (REW³ 6449: «provavelmente pré-romano») se atribui proveniência céltica, mas a explicação que dá C. H. BALMORI (III, 43) representa um grande passo para diante no esclarecimento dum problema até agora bastante escuro, apesar de muito discutido: o étimo que está na base do numeral *quatro* designa em certas línguas célticas animais 'quadrúpedes' ('gado', 'gado vacuum' 'cão'), e a forma, em que aparece numa parte dos dialectos celtas, com a passagem de *kw- > p-*, *petr(r)u*, que dá *perru* com a assimilação da oclusiva dental, e *perro*, *onis* (ainda com *tr* conservado: lat. *petro* PLAUTO 'carneiro gordo', FLESTO, S. ISIDORO; *petrullus* VARRO; *petronius* GRATIUS FALISCUS). Conhece-se a invasão, no mundo latino, dos cães célticos, que deu às línguas românicas várias palavras (cf. REW 5669 *gallicus*, 7789 *segusius*, 9257 *vertragus*), tendo desaparecido outras como *petronius*, *petrunculus*. Aos que sobrevivem, acrescenta-se agora *perro* para a Ibero-România. Sobre a alternativa, com a qual BALMORI acaba (*perro* veio ao espanhol [e português] por conduto não latino. Procede, ou directamente dos dialectos célticos espanhóis ... ou por intermédio do galo-latim, onde a forma está atestada), é cedo, efectivamente, para se pronunciar. O estudo encontra-se, muito felizmente, com o de HUBSCHMIED sobre 'coelho' (cf. a nossa resenha da Homenagem JUD, neste número) e que postula a influência directa dos celtas peninsulares nas línguas ibero-românicas (CUNICULUS, LAPARU), bem como com outros parecidos (p. ex. um artigo de PIEL, próximo a publicar-se na nova revista *Humanitas*, de Coimbra, sobre port. arc. *irze* 'salmão'), que começam a dar-nos uma ideia nova sobre o substrato céltico na Península, que parece ter uma importância especial na terminologia zoológica. Por enquanto, votamos pela primeira das duas respostas oferecidas: *PERRU* 'cão' não sobrevive na Galo-România (incl. o catalão) a não ser por influência espanhola (REW 6449), e é pouco provável que tivesse, no galo-latim, a vitalidade para

irradiar com tanta força para a Península quanta testemunha o destino desta palavra aqui, sem irradiar também para outras regiões românicas ou extra-românicas.

Em *esp.* e *port.* *decorar* 'aprender, recitar de memória', palavra cuja derivação de *cor* 'coração' ou *chorus* 'coro' tem ocupado os etimologistas várias vezes (cf. GONÇALVES VIANA, *Apostilas*, I, 352; A. NASCENTES, *Dic. Etim.*, 234). L. SPITZER (VI, 176) dá uma engenhosa explicação inversa (*de cor* é forma deverbal de *decorar*) e, além dela, uma pequena história cultural do conceito 'decorar' na Idade Média, podendo ter citado os interessantes estudos correspondentes de TRIER para o alemão medieval. Num outro artigo (III, 155), o mesmo autor substitui a sua etimologia evidentemente inaceitável para *port.* *ingreme* (< LEGITIMUS, RLus XXX) para propor outra mais interessante: *ingreme* é forma regressiva de *ingremança*, que por sua parte é transformação do latinismo romanizado *nigromancia* (REW 5874 cita franc. arc. *ingremance*) com os elos semânticos intermédios 'bruxo', 'inacessível', 'salvagem' e a passagem, na aplicação, das pessoas para a configuração do terreno. Enquanto não estiver feita a história da palavra, fica no ar esta proposta, como fica no ar a de proveniência germânica repetida por PIEL (*O Património visigodo da Língua portuguesa*, 1942, 17) que SPITZER não discute. Por razões que explicaremos noutro lugar, preferimos a etimologia proposta por CÔROMINAS (RFH 6, 1944, 139: < grego *énkremnos*) às outras duas.

Existe em *port.* o arcaísmo *maleva* 'fiança'; aqui (como em Espanha, nas formas *manlieve*, *manlieva*) passou para o significado 'engano (que se comete deixando a alguém em fiança um pacote fechado fazendo crer que contém objectos preciosos e não terra ou pedra sem valor)' cf. COVARRUBIAS. Com este sentido de 'engano', teve no Sul do Brasil uma vida muito mais próspera do que em Portugal: existe, tanto na forma simples *maleva* como na sufixada *malevão* (cf. CÂNDIDO DE FIGUEIREDO); é mais raro, ao pé destas duas formas, a de *malevo*. Ora, é esta forma que, com outras palavras portuguesas (p. ex. *gaúcho*), penetrou no vocabulário hispano-americano do Rio da Prata ('malfeitor', 'homem de mau viver'). É curioso ver como este termo da linguagem gauchesca brasileira entra, desde o século XVIII, na mesma linguagem do lado argentino da fronteira, ora na forma fonética portuguesa *malevo*, ora numa forma espanholizada (com etimologia popular) *malévolo*, sempre com o significado que se criou naquele ambiente ('gaúcho levantisco e fora da lei'), e mais tarde penetra no calão bonairense para designar um análogo tipo associial da capital. A. J. BATTISTESSA, ao qual devemos este bonito estudo lexicológico e esta contribuição para a influência do vocabulário português em línguas estrangeiras (I, 378), quis explicar este *malevo* como derivação directa do lat. MALEVOLUS, palavra que só se continua no resto da România como latinismo (*port.* *malévolo*); embora haja uma série de palavras latinas apenas continuadas directamente em português, seria surpreendente este facto que, além disso, não arruma a dificuldade de *maleva* ('um homem ou cavalo maleva') ter a preponderância, no Brasil meridional, sobre *malevo*. Contradiz-lhe, por isso, L. SPITZER (II, 177) propondo uma etimologia mais satisfatória: MANUM LEVARE (REW 5335) > *port.* *malevar* 'afiançar' > *maleva* 'fiança' > id. 'engano' > id. 'pessoa que engana' (cf. a

guarda > o *guarda* > 'malfeitor' > *malevo* 'malfeitor' (por analogia com os adjectivos em -o, -a), cadeia evolutiva da qual o último elo foi importado e prosperou na Argentina. Justa como esta contribuição ao problema parece-nos mais um acréscimo de A. ALONSO (II, 179) que salva uma parte da etimologia popular (*malevo* — *malévolo*) à qual BATTISTESSA cedeu demasiado terreno na sua derivação etimológica: a passagem semântica de 'pessoa que engana' para 'malfeitor' explica-se, tanto no Brasil como na Argentina, pela influência do latinismo *malévolo* evidenciada em sentido inverso pela mencionada espanholização do port. *malevo* para *malévolo*. Caso nada extraordinário de contaminação semântica causada pela semelhança fonética de duas palavras de origem diferente (cf. os acréscimos análogos que propomos, neste número, a algumas etimologias portuguesas de PIEL).

Para os artigos de *sintaxe*, limitamo-nos a evocar aqui alguns títulos; entrando na matéria, seriam tantas as sugestões que oferecem e os comentários que por motivos gerais ou da parte do português sugerem, que não cabiam aqui. Inicia-os o substancioso trabalho de A. ALONSO sobre construções espanholas com verbos de movimento (I, 105; exemplos: *anda preocupado*, *iba preso*, *salió poeta*) frequentemente tratadas nos últimos decénios por hispanistas estrangeiros que o A., com a sensibilidade mais fina para a própria língua e a sua segura consciência metodológica, resume e supera ao mesmo tempo; comparando com o português, para o qual faltam os estudos correspondentes, terá razão com a afirmação de que «es singular del español la libertad, proliferación y variedad de matices de estas construcciones»? B. TERRACINI resume os problemas que apresenta o estudo dos verbos reflexivos (VII, 1) partindo do trabalho norteamericano de ANNA G. HATCHER para o francês (1942). FRIDA WEBER descreve o sistema das fórmulas de tratamento no espanhol de Buenos Aires (III, 105), valorizando bem os matizes semânticos e as diferenças sociológicas da fala; dá um bom material comparativo com os estudos feitos para o português (CLAUDIO BASTO, *RLus.* XXIX; SAUD ALI, *A Língua Port.* V). E são várias, também neste sector, as colaborações de L. SPITZER (esp. *que* IV, 105, 253; problemas do neutro III, 272, 339; o sintagma *Castela a Velha*, *Frederico o Grande*, *Lisboa a Bela* VII, 259). Pelos nomes dos autores, o leitor já adivinha que o método sintáctico cultivado nesta Revista é de carácter estilístico, empenhado em procurar em todos os fenómenos linguísticos a 'forma interior da linguagem' (duma época, duma língua comparada com outra) ou em contribuir a uma interpretação fenomenológica das obras literárias.

Assim, é quase insensível a passagem dos estudos linguísticos para os literários, numerosos nos sete volumes, e agrupados, na maior parte, à volta da literatura popular (romances, música tradicional), da Renascença (CELESTINA A. DE GUEVARA, erasmismo, picaresca), do Século clássico (CERVANTES, LOPE, CALDERÓN, TIRSO), do teatro e da novela hispano-americana do século XVIII. Salientamos aqui os interessantes artigos de MARIA ROSA LIDA relativos a certos motivos literários em autores clássicos espanhóis (no estilo das recentes e já clássicas investigações sobre os 'topoi' literários de ERNST ROBERT CURTIUS), aos quais tencionamos voltar noutra ocasião.

HARRI MEIER

JOSEPH M. PIEL, *Etimologias portuguesas*. Biblos XX, 1944, 121-130. (Entre outras: *aldrabão*, *estribeiro*, *arredio* — *desarrado*)

A etimologia portuguesa, comparada, p. ex., com a francesa, encontra-se gravemente impedida pela falta de dicionários medievais e históricos no estilo dos de GODEFFROY, TOBLER-LOMMATZSCH, LITTRÉ. Assim, nem foi visto ou posto, até agora, o problema da etimologia de *aldrabão* 'homem mentiroso' (falta no *Dic. Etim.* de ANTENOR NASCENTES), parecendo sugerir CÂNDIDO DE FIGUEIREDO que se trata, originalmente, do emprego figurado do aumentativo de *aldraba* 'ferrolho'. P. resolve este problema duma maneira elegante e convincente: o *albardam*, *albardões* do *Leal Conselheiro*, tradução de *histrío*, *scaenici* do texto ciceroniano, é a forma anterior a *aldrabão* (há quem diga que ainda existe *albardão* 'homem mentiroso' em dialectos portugueses, p. ex. no Alentejo), correspondendo perfeitamente ao esp. *albardán* que Dozy já em 1860 explicou pela voz árabe *albardán* 'frio, tolo...'. Não pode haver dúvida que *aldrabão* 'homem mentiroso...' e *aldrabão* 'aldraba grande' têm origem medieval (árabe) completamente diferente.—Mas já não queríamos separar a história ulterior das duas palavras tão decididamente como P. propõe. Tratar-se-ia duma simples transformação fonética, devida à «instabilidade do *r* em determinados grupos consonânticos, que por vezes provoca metáteses imprevistas como esta, em que *-bard-* se substituiu a *-drab-* e levou, casualmente, o *albardão* 'homem mentiroso' à homofonia com *aldrabão* 'aldraba grande'...»? Não parece provável por duas razões: 1.º porque, sendo correntíssima uma metátese do tipo *albardão* > **albradão*, não o é a de **albradão* > *aldrabão* (ou de *albardão* > **aldrabão*), 2.º porque não se conhecem, que eu saiba, exemplos de nenhuma das formas hipotéticas capazes de confirmar a explicação fonética.—Julgamos, por isso, que em certa altura, ou por uma confusão inconsciente ou por um jogo de palavras bem consciente, o *albardão* foi ligado a *aldraba* (*aldrabão* aument.). Esta identificação sobreviveu, eliminando a forma original do vocabulário do português corrente, com certeza porque evocava ideias mais concretas (barulho, pesadez...), aptas para reforçar o carácter depreciativo, irónico, popular da palavra. Fica para o futuro dicionário histórico da língua portuguesa a tarefa de designar a época e o ambiente cultural em que se realizou esta contaminação dos dois radicais.

Cabe ampliar de modo semelhante uma outra etimologia nova e igualmente feliz: *estribeiro*. Contra a opinião corrente, não deriva de *estribo* + *eiro* ('pessoa que segura o estribo' > 'pessoa que tem a seu cargo cavalos, etc.'), mas dum antigo *estrobeiro*, que também se encontra em D. DUARTE e que evidentemente vem de STABULUM + ARIUS ('pessoa que trabalha no curral'), desta vez com a metátese vulgar *estabro* > *estрабо*. Outra vez, parece-nos, a etimologia refutada, e com razão, não se deve completamente pôr de lado porque nos pode explicar a última fase da história da palavra: deixando de se empregar o substantivo simples do port. arcaico *estрабо*, a derivação *estrobeiro* ficou isolada e perdeu o valor semântico concreto; impõe-se neste momento a tendência de ligar a palavra com outra, fonética e semanticamente afim, tendência considerada satisfeita, em circunstâncias que ainda desconhecemos, pela palavra *estribo*.

Semelhante evolução se pode atribuir a *arredio*, cuja derivação de ERRATIVUS é reforçada por P. pela abonação arcaica não registada até agora *desarrado* < DIS + ERRATUS, por EXERRATUS, com a mesma passagem do *err* > *arr* que apresenta *arredio*. Mas aceitando esta etimologia e refutando a afinidade etimológica com *arredar* < AD-RETRARE (o REW³ ainda vacila, não querendo sacrificar decididamente a opinião contrária de D. Carolina), achamos que a *história* da palavra *arredio* < ERRATIVUS não se deve separar completamente da de *arredar*. Com rigor, *desarrado* esclarece antes um **arradio* hipotético que o *arredio* verdadeiro. Este dificilmente se explica sem aceitarmos um cruzamento, em certa altura, de **erradio* (cf. *radio*) com *arredar*, cruzamento que, facilitado por certas afinidades formais (cf. *tardar* — *tardio*) e semânticas (afastamento), parece que teve duas consequências: a transformação fonética do adjectivo (**erradio* > *arredio*) e a adaptação semântica das duas palavras.

Poderíamos formular o princípio que está na base das pequenas modificações propostas: quando se trata, não duma transformação fonética geral numa língua (queda do -N-, -L- em português, ditongação de *e* em espanhol, etc.), mas de transformações fonéticas em palavras isoladas, não devemos dar-nos por satisfeitos, em parte dos casos, com uma explicação apenas fonética (metátese, dissimilação...) mas ter em conta as associações semânticas, de ideias, que trabalham isoladamente. Vale a pena harmonizar os dois extremismos etimológicos e reduzir aos seus limites o 'hipnotismo fonético', que combateu tão eficientemente GILLÉRON, e o 'hipnotismo semântico' que ele criou.

HARRI MEIER

HOLGER STEN, *Les particularités de la langue portugaise*. (Travaux du Cerele Linguistique de Copenhague, II). Copenhague 1944. 77 págs.

Os portugueses e os lusófilos agradecem toda a iniciativa que possa contribuir para fazer conhecer a língua e a cultura portuguesas no estrangeiro, e mais quando se trata dum trabalho tão sóbria e equilibradamente escrito como o que aqui anunciamos. O livrinho de STEN incorpora-se, assim, numa série de estudos recentemente publicados com o intuito de dar uma descrição sintética da língua portuguesa: pensamos no cap. viii de ENFWISTLE em *The Spanish Language, together with Portuguese, Catalan and Basque* (1936), no ensaio de SCHERR sobre *Die Stellung des Portugiesischen in der Romania* (Homenagem da Universidade de Colónia para os Centenários Portugueses, 1940), no nosso artigo sobre *A evolução do português no quadro das línguas ibero-românicas* (*Biblos* xviii, 1943), e outras tentativas semelhantes. Escrito numa língua acessível, o estudo de STEN não deixará de divulgar o conhecimento das particularidades do português e dos problemas que a filologia portuguesa oferece, entre os estudiosos da linguística geral e entre os afeiçoados às questões da linguagem.

O ponto de partida de ST. é diferente e mais amplo que o dos três outros estudos citados, cuja base é o método histórico-geográfico comparativo. Este facto compreende-se pelo ambiente no qual nasceu. A revolução rea-

lizada há meio século por FERDINAND DE SAUSSURE, opondo àquele método histórico, 'diacrónico', o seu método 'sincrónico', 'estrutural', que foca a língua como um 'sistema' de valores — é característico o título do primeiro trabalho de SAUSSURE, escrito aos 21 anos: *Mémoire sur le système primitif des voyelles des langues indo-européennes* —, teve rapidamente uma grande difusão no mundo filológico. Foi este impulso que deu novo incremento ou levou à criação das escolas de Genebra, Paris (Société de Linguistique) e dos 'Cercles Linguistiques' dos quais, devido à actividade de TRUBETZKOY, o de Praga foi o mais conhecido até há pouco. Segue-lhe em idade o de Copenhague, fundado por iniciativa de VIGGO BRØNDAL (cf. a obra póstuma *Essais de linguistique générale*, 1943) e de LOUIS HJELMSLEV, e já famoso pelo seu *Bulletin* (I, 1934), pelo papel desempenhado no 4.º Congresso Internacional de Linguística celebrado na capital dinamarquesa em 1936, pela sua revista *Acta Linguistica* (I, 1939), e agora pela nova série dos *Travaux*, nos quais o caderno dedicado ao português ocupa um honroso lugar como segundo em número e primeiro publicado. — O trabalho de Sr. tem, portanto, um interesse metodológico como aplicação ao português da doutrina 'estruturalista'. E há um segundo aspecto: como o título já deixa levemente entrever, as particularidades linguísticas do português são relacionadas com o seu fundo psicológico, o carácter português, método que BRØNDAL tentou concretizar no seu *Le français langue abstraite*. São estes dois pontos de vista que temos de analisar para darmos uma ideia mais precisa do interesse e dos limites do trabalho em referência.

Na aplicação do método estruturalista, o autor, seguindo BRØNDAL, justifica, numa introdução circunstanciada, uma atitude intermédia, de compromisso entre o método histórico e o sincronista, distanciando-se tanto dos historicistas puros como dos 'synchronistes à outrance' (p. 11); haveria uma série de factos que se explicaria pela evolução histórica da língua, outra que se deveria ao 'sistema' ou à 'estrutura' da língua. Julgamos pouco satisfatória esta posição ambígua que leva, como veremos, quer a discussões supérfluas, quer a erros de interpretação. Não são os fenómenos linguísticos que se separam entre histórica e estruturalmente explicáveis, mas é a linguística que pode acentuar um ou outro aspecto; qualquer facto linguístico permite e exige uma explicação tanto histórica como estrutural, e apenas ligando estes dois aspectos é que se chega à explicação mais completa dos fenómenos. Não há formas meramente 'sobreviventes' duma fase anterior da língua e fora do seu sistema, nem há um sistema fora da evolução histórica. Se o português tem, para o pronome, o neutro *tudo*, mas diz *ao todo*, *de todo*, os últimos 'casos isolados' se explicariam por conservação dum arcaísmo em 'algumas expressões especiais' (10-11)? Muito ao contrário: *ao todo*, *de todo* nada têm que ver funcional e gramaticalmente com *tudo* que é um verdadeiro pronome de género neutro (*eu tomo de tudo*), ao passo que aquelas são expressões adverbiais (= 'completamente') que também nas outras línguas românicas se distinguem do pronome (franc. *du tout*, esp. *del todo*); em *ao todo* há, além disso, uma forma substantivada marcada pelo artigo que nunca, em português, tem a forma do neutro do pronome. Podia-se dizer que por um simples capricho ortográfico estas expressões adverbiais não se escre-

vem numa palavra como, p. ex., *amiúde, amiúdo*. — A conservação dos dois géneros dos substantivos, problema tão discutido na linguística moderna, apenas se explicaria pela conservação duma 'repartição mais ou menos arbitrária', na maior parte dos casos, com um insuficiente apoio do pequeno grupo de substantivos onde a distinção tem uma função semântica evidente (*o homem, a mulher*)? Apenas um estudo pormenorizado e circunspecto deste fenómeno podia esclarecer-nos melhor a tal respeito e desfazer as precoces generalizações a partir de uns poucos exemplos (12-16). Se nestes dois casos citados o compromisso se faz à custa do aspecto estrutural, faz-se noutros à custa do histórico-comparativo: o infinitivo pessoal figura aqui como 'inovação portuguesa' (20, 60) apesar de o fenómeno semelhante existir no dialecto napolitano arcaico, paralelismo baseado nas antigas relações linguísticas da Luso-România com o Sul da Itália (1); o emprego de *uno, una* («Esta verdade una, imutável») é suposto galicismo quanto à sintaxe (apesar de a construção francesa *une langue une* ter estrutura diferente) e latinismo quanto à fonética (por causa da conservação do *-n-*), explicações que descuram tanto o aspecto histórico como o estrutural.

No campo *fonético*, o método estruturalista opõe à fonética descritiva e histórica o estudo do 'sistema fonológico' da língua; é um aspecto interessante que GOUGENHEIM e outros tentaram aplicar ao francês, POŠTARU, entre outros, ao romeno, MALMBERG ao francês e italiano (cf. *Acta Linguistica* II/III, 1940/41, 1942/43), NAVARRO TOMÁS e TRAGER ao espanhol, ZIFE e ROGERS a várias línguas românicas. STEN, no seu primeiro capítulo (21-36), empreende uma tentativa semelhante para o português («*La tendance des recherches portugaises est essentiellement phonétique, au sens étroit du mot; on n'a pas cherché, de manière consciente, à faire de la phonologie*»). O estudo está evidentemente por fazer e, por isso, podem ser úteis até os defeitos e erros dos primeiros pioneiros fonologistas do português. Mas o que é um 'fonema'? «On sait à quel point les opinions différent là-dessus» (26). Com esta base insegura não se podem esperar resultados muito positivos, e os problemas ficam de pé. O *a* de *as vezes* e o de *às vezes*, de *para* e *pára*, de *da* e *dá* são fonemas porque distinguem duas palavras ou funções gramaticais diferentes, e se o português dialectal e do Brasil não diferenciam na pronúncia *amamos* e *amámos*, não é por ter um sistema vocálico diferente, mas por uniformizarem estas duas formas verbais por analogia com as 2.^a e 3.^a conjugações, processo que nada tem que ver com a fonologia (24-25). Em *caveira* e *Camões* o *â* não «penetra» na sílaba átona» (28) porque nunca existiu nestas palavras o *a* de *saber*. Na questão da duração das vogais (36) precisa dum exame experimental a distinção que GONÇALVES VIANA estabelece entre as três durações do *a* em *a avelã*, *a armação*, *à armação*. Os três *e* de *de*, *dê*, *pê* são fonemas? A base de discussão de STEN (26-29) teria de ser ampliada reunindo todo o material que a língua oferece, e especialmente os homófonos e homónimos respectivos e as palavras e formas que apenas se distinguem pelos timbres desta vogal. Para o sistema dos ditongos (33-34) convinha discutir o qua-

(1) Cf. GAMILLSCHEG, *Tempuslehre*, 1913, 2308.; MEIER, *Rom. Forsch.* 54, 1940, 2008.

dro descritivo apresentado por LINDSTRAND, Os 86 ditongos do português culto (*Rev. de Portugal, Lingua Port.* 2, 1943, 145-155).

Liga-se ainda ao capítulo fonético o problema da metáfora, problema espinhoso que o autor descreve na base das gramáticas históricas; chama-nos a atenção a maneira como o investigador estruturalista trata este tema falando em evoluções fonéticas e analogias sem lembrar o valor funcional do fenómeno (p. ex. o *desespêro*, eu *desespero*), mal esclarecido ainda em muitos casos (para explicar, p. ex., *espôso*, *esposos*, *espôsa*, *espôsas* da pronúncia 'normal', não era bom confrontar o substantivo com o verbo: *tu esposas*? Convém considerar com mais reserva o quadro *formôso*, *formôzos*, *formôsa*, *formôsas* estabelecido para o século XVI por NUNES e WILLIAMS por causa duma indicação de DUARTE LEÃO). Também no parágrafo dedicado à formação do plural (40-41) o autor restringe excessivamente a doutrina estruturalista: não haveria «*explication synchronique valable*» para os plurais analógicos *capôes*, *aldeões* (*mões*), plurais que precisamente se explicam pelo sistema moderno da pluralização portuguesa? (São erradas as formas reconstruídas **liõe*, **cõe*, visto que o -e cai antes da nasalização da vogal acentuada, comp. esp. *león*, *can*).

Os seis parágrafos dedicados à *sintaxe* referem-se a fenómenos ultimamente tratados por outros autores. O emprego de *si* como pronome da pessoa de tratamento (cf. esta Revista, 2, 180; 6, 181) foi relacionado por SAID ALI tanto com as formas de tratamento como com as do possessivo (*Meios de expressão e alterações semânticas*, 1930, 230-233), dupla ligação que nos parece essencial. STEN prefere, para o uso ambivalente de *si* como reflexivo e como pron. de tratamento, a explicação por 'analogia com a dupla função do possessivo *seu* (reflexivo e poss. de tratamento)', explicação pouco vantajosa; o que agora é preciso é uma análise de textos, de diferentes épocas e ambientes sociais, feita com um critério claramente funcional e semântico, em lugar de tantas discussões teóricas alusivas. — As observações sobre o pret. e o perf. composto (46-54) giram à volta do estudo feito por M. PAIVA BOLEÃO, com bons exemplos próprios, e outra vez com o intuito de precisar mais a definição teórica dos dois tempos, intuito que leva a fórmulas problemáticas ('acção determinada', 'acção indeterminada', cf. também para o mais-que-perf., p. 55) às quais preferimos as do antecessor. Quanto ao aspecto histórico («C'est le portugais qui a conservé le plus fidèlement la syntaxe latine») já notámos noutro lugar que assenta num erro, visto que dialectos da Itália meridional reflectem um estado de coisas semelhante ou ainda mais arcaico (*Rom. Forsch.*, 54, 1940, 200). — Seja permitido um acréscimo alusivo à breve página sobre o emprego dos mais-que-perfeitos sintético (*amara*) e analítico (*tinha amado*): em 'Ainda no ano anterior ... dois criados tinham sido feridos na celebrada pancadaria da frente' (*Amor de Perdição*), Camilo não teria preferido a forma analítica, entre outros motivos, porque a sintética é homófona do pret. (*foram*)? O português, julga STEN, não tem equivalente para o passé antérieur francês (*il eut fait*) porque em 'Ele teve, como sabe, depositado no meu Banco, algum dinheiro, durante certo tempo', não se trataria dum tempo composto mas de *teve* + complemento + atributo; citamos esta explicação por ser típica para o método excessivamente mecânico do Autor, que reduz a esquemas arbitrários a riqueza da linguagem, assim

como para o limitado uso que faz dum procedimento mais decididamente estruturalista. Se as possibilidades interpretativas do estrangeiro são de per si restringidas, só uma convivência muito íntima com a língua e um aproveitamento mais vasto dos textos (St. traz, aliás, muitas abonações interessantes), além dum método rigoroso, podia chegar a resultados novos e mais seguros. Estes reparos não contrariam a nossa avaliação positiva do trabalho: repetimos que está fora de dúvida o valor informativo do estudo, e que as suas informações sempre se mantêm num bom nível filológico.

Terminamos com duas palavras sobre o tema 'língua portuguesa — carácter português'. Tema perigoso tratado, como se sabe, por uma série de trabalhos aparecidos ultimamente, no campo românico, especialmente para o francês, e que renovam uma discussão muito em voga no século XVIII. Está em primeira linha o lugar comum do 'conservantismo' português e do português comparado com o resto da Romanidade (p. 19-20, 54, 56). Não se podem negar os múltiplos traços conservadores da língua portuguesa, dos quais tentámos explicar alguns historicamente (*Bíblia*, l. c.) e que têm as suas correspondências noutras regiões da România; por outra parte, esta caracterização tem sido exagerada indevidamente por muitos filólogos. Pode-se verdadeiramente dizer *qu'il saute aux yeux que le portugais, somme toute, en soit resté à une étape plus ancienne que l'espagnol* (19)? Há conservantismos dum e doutro lado, e ninguém, salvo erro, fez até agora uma comparação sistemática e uma estatística suficientemente segura para tirar conclusões, nem sequer provisórias (1). Damos a seguir um pequeno exemplo fonético para que o nosso reparo não seja considerado extravagante; em port. *a baleia*, esp. *la ballena*, são mais avançadas, na forma portuguesa: a forma do artigo; a queda do -u- com a introdução posterior duma palatal de transição; a passagem de -ll- para -l-; a do *a* pretónico e do -a final para *g*; a modificação do timbre da vogal tónica. É um caso excepcional? Não é, e se há muitos casos contrários, só uma estatística sistemática, sem ser acompanhada duma explicação histórica e funcional das transformações, de pouco interesse nos parece ser; o «slogan» de origem política de 'conservador' ou 'não-conservador' não há-de prestar nunca muito para caracterizar uma língua ou o carácter dum povo.

Vêm, enfim, algumas considerações de semelhante índole provocadas por observações de L. SPITZER (esta Revista 5, 165ss.), que quer atribuir ao português um carácter de 'primitivisme affectif', 'anti-grammatical'; outra vez confrontando-o com as línguas irmãs; é este 'primitivismo afectivo' que se exprimiria no emprego do neutro *tudo* (45s.), no sintagma *disê-lo-ei* (55ss.) (2), na existência dum infinitivo pessoal (69), na 'língua-gem eco' (p. ex. *Vem comigo? Venho* — em lugar de esp. *sí*, franc. *oui*, etc.).

(1) Não chegámos a conhecer estudos comparativos no género do de A. NASCENTES, *Esbozo de comparación del español con el portugués* (Anales de la Univ. de Chile, 94, 1936, 51-64) ou de Y. MALKIEL, *Some contrasts between verbal derivations in Spanish and Portuguese* (Univ. of Wyoming Public. 9, 1942, 53-67).

(2) Seja permitido indicar aqui algumas das poucas erratas: *far-lo-ei* (20, 56ss.), *disê-lo-ei* (21), MARIA RODRIGUES (60ss.); nos exemplos próprios era preferível o emprego da ortografia moderna (39 *sêco*, etc.).

STEN toma a posição contrária no caso de *tudo*, que demonstra precisamente 'un besoin d'abstraction', acha 'inexacta' a afirmação para o sintagma *disê-lo-ei* (20), que é simplesmente 'un trait conservateur', não aceita a explicação para o inf. pess., julga 'relativismo exagerado' a interpretação spitzeriana da linguagem eco (71), mas parece inclinado a aplicá-la a um caso que SPITZER não menciona: os diminutivos em português (20, 72-74). Limitámo-nos a reproduzir simplesmente esta discussão que prova suficientemente a subjectividade deste género de generalizações fáceis e destas 'caracterizações' duma língua ou dum povo. O crédito que algumas vezes lhes possa dar o merecido prestígio de colegas, cujo labor positivo admiramos, só é um valor aparente e momentâneo.

HARRI MEIER

IN MEMORIAM

Michelangelo Guidi ⁽¹⁾

(19 de Março de 1886 — 15 de Junho de 1946)

Devem ser bem poucos os orientalistas da nossa e da passada geração que, nestes últimos 60 anos, não tenham conhecido o prédio n.º 24 da pitoresca «Via delle Botteghe Oscure», situada no coração da velha Roma: nele habitava Ignazio Guidi, herdeiro máximo — juntamente com outros insignes estudiosos do Oriente — da gloriosa tradição italiana do estudos semíticos. Naquela espécie de templo do Orientalismo, respirando a atmosfera de serena meditação e quase religiosa austeridade que o grande Ignazio soubera criar em volta de si com uma vida completamente dedicada à família, à ciência, ao ensino universitário e ao convívio espiritual com sábios de todo o mundo, foi amadurecendo a vincada personalidade de Michelangelo Guidi. Agora que também ele concluiu prematuramente o ciclo da vida terrena, nenhuma palavra, nem affecto de amigo, nem dedicação de discípulo será capaz de fazer reviver inteiramente a sua imagem de Mestre incomparável e espelho de

¹ Filho de Inácio Guidi e de Carolina Guerrieri, Miguel Ângelo Guidi nasceu em Roma no dia 19 de Março de 1886. Formou-se na Universidade de Roma em 1909, discutindo uma tese sobre *As palavras gregas na lingua copta* que ficou famosa nos anais daquela Faculdade de Letras. Era ainda estudante, quando poderia ter sido já um Mestre; mas (exemplo em que deveriam meditar os jovens que procuram «vencer» sem a experiência e o período de recolhimento que fortalecem a solidez e a eficácia da própria preparação científica) não cedeu à lisonja de intempestivos triunfos académicos, e preferiu fechar-se com beneditina devoção no claustro dos seus estudos e da biblioteca paterna, porque sentia a enorme responsabilidade que a ele, orientalista puro, lhe impunha o facto de ser filho de um Inácio Guidi. Por isso, em 1913 recusou a Cátedra de Língua Árabe para a qual o chamara o Instituto Superior Oriental de Nápoles. Em 1914 conquistou por concurso o Prémio de Árabe Gori-Feroni; e somente em 1917 requereu e obteve a «Libera Docenza» em Filologia Semítica: como é notório, a «Libera Docenza» é, em Itália, a máxima distinção que por concurso se con-

perfeita vida cristã por educação familiar e por instintivo hábito mental. Mas está gravada nos corações de quantos tiveram a ventura de conhecer a sua afabilidade um tanto desempoeirada, toda romana; a vastidão da sua doutrina, que abrangia todos os campos dos estudos clássicos e muçulmanos; a sua segurança de glotólogo para o qual muitas linguagens antigas e modernas, das mais complexas, não apresentavam já nenhum segredo de estrutura ou de uso estilístico; o cuidado meticuloso que punha na actividade de pedagogo; a segurança com que podia discutir intrincados problemas de filologia semítica e de filosofia ou religião islâmica; o seu amor pelos jovens dispostos a segui-lo no caminho espinhoso dos estudos orientais.

Um poderoso e feliz talento linguístico dera a M. Guidi uma base técnica que para muitos poderia ser a meta final das actividades de toda uma vida, mas que para ele foi somente o meio para alcançar metas mais longínquas: conhecia com prodigiosa segurança todas as línguas semíticas, o Copta, o Persa e o Turco, além das principais línguas europeias, inclusive a russa; mas principalmente o Árabe, tenazmente escalpelado em todos os seus pormenores com o mais rigoroso dos métodos modernos e com o estudo directo dos gramáticos orientais, não teve para ele segredos de

cede aos estudiosos cientificamente activos que não sejam Catedráticos. De 1922 a 1938 foi professor Catedrático de Língua e Literatura Árabe na Faculdade de Letras da Universidade de Roma. Em 1938, por morte do insigne Mestre de Orientalismo que foi Carlo Alfonso Nallino, sucedeu-lhe na Cadeira de História e Instituições Muçulmanas, deixando a de Língua e Literatura Árabe a um dos seus melhores discípulos, Francesco Gabrieli. No período de 1926-1929 foi Professor de Filologia Semítica na Universidade Egípcia do Cairo, onde leccionou sempre em árabe. De 1938 a 1945 foi Director do Instituto de Estudos Orientais, que constitui a Secção de Filologia Oriental da Faculdade de Letras de Roma, e de 1932 até à morte Director da *Rivista degli Studi Orientali*, que desde 1907 é órgão daquele Instituto. Quando, em 13 de Março de 1921, foi fundado em Roma o «Istituto per l'Oriente», Miguel Ângelo Guidi foi desde o início um redactor e colaborador incansável da prestigiosa *Revista Oriente Moderno*, que há 27 anos se publica regularmente prestando serviços de primeira ordem ao conhecimento dos problemas do mundo oriental na Europa e na América.

Miguel Ângelo Guidi era Académico efectivo da «Accademia Nazionale dei Lincei» e Académico Correspondente de muitas instituições culturais estrangeiras, entre as quais recordaremos somente a Islamic Research Association, de Bombaim, e a Académie Royale des Sciences, des Lettres et Beaux-Arts, da Bélgica.

qualquer espécie. Contudo, não muitos escritos ficam a testemunhar a sua actividade de semitista dotado de forte tèmpera filológica, conhecedor profundo de gramáticos e lexicógrafos árabes de todos os tempos, capaz de discutir a fundo pormenores de crítica textual ou de interpretação duvidosa; nem mais numerosos são os escritos que se referem propriamente à literatura árabe, como se depreende da bibliografia que indicamos a seguir. Esta escassez de produção específica linguístico-literária tem a sua explicação, antes de tudo, no entusiasmo e na plena dedicação com que M. Guidi considerou o ensino universitário como apostolado científico (e da eficácia da sua escola fazem fé numerosos e valerosos discípulos, entre os quais recordaremos Francesco Gabrieli, seu sucessor na Cátedra de Língua e Literatura Árabe, Maria Nallino, Olga Pinto, Umberto Rizzitano, Costantino Pansera, etc.); mas principalmente no facto de — embora gostasse de fazer incursões nos campos do Copta e das línguas semíticas da Etiópia, da filosofia grega clássica, helenística e bizantina, e da história do Cristianismo oriental — o malogrado Mestre ter sentido constantemente a atracção da história religiosa do Islame: a formidável erudição filológica, que lhe permitia o estudo crítico e a interpretação dos textos originaes, e uma instintiva orientação para os problemas filosóficos, que nem sempre se encontram nos filólogos puros, guiaram-no pelos meandros doutrinaes do Islamismo e das suas seitas. Não se enganam, portanto, aqueles que consideram a obra-prima de M. Guidi as 133 grandes páginas da «História da Religião do Islame», nas quais se condensam em síntese original os resultados de uma bem documentada investigação histórico filosófica, baseada no conhecimento directo das fontes muçulmanas da Arábia Islâmica e pré-islâmica, do Oriente judaico-cristão e do Alcorão, para o qual costumava sempre chamar a atenção dos estudiosos, como primeira fonte de inúmeros desvios posteriores das crenças muçulmanas.

Se a vida tivesse sido mais longa, Michelangelo Guidi teria concluído a «História cultural dos Árabes», à qual se dedicara durante anos. Intimamente e sinceramente cristão, soube compreender as luzes e as sombras do Maometismo, da alma árabe antiga e moderna, e da psicologia oriental, como um capítulo (importante e complexo na sua irrequieta variedade) da irrepremiável aspiração do espirito para o eterno, para o que ultrapassa as contingências da humanidade, para uma justiça que não é deste mundo; e porque da concepção religiosa e moral de Maoma brotou toda uma civi-

lização bem definida e individualizada nos seus caracteres históricos, sociais e intelectuais, ninguém poderá admirar-se que um crente, como M. Guidi, tenha escrito as seguintes palavras: «Nem o crítico afastado da fé muçulmana, que tem todavia diante de si clara a sequência daquela prègação e descortina muitas verdades por detrás do véu com que a piedade das gerações tem suavizado os vários aspectos hamanamente miseráveis da vida moral de Mafoma, pode deixar de recordar que nele está concentrada toda a força religiosa, toda a aspiração de uma estirpe, e que nele se informa uma cultura tornada mundial. Em face deste facto, desvanecem-se os pormenores de qualquer juízo desfavorável e o pensamento sobe mais alto que as contingências da vida de um indivíduo, para meditar sobre os caminhos tão diversos nos quais a parte melhor do espírito humano, a tendência para o divino, se exprime, elevando-se das práticas bárbaras da idolatria à veneração de um só Deus criador e conservador de todas as coisas». Quisemos recordar estas linhas, porque enunciam claramente o princípio em que se inspirou Michelangelo Guidi na interpretação histórica e apreciação objectiva de crenças filosófico-religiosas estranhas ao Cristianismo, mas também porque ali se divisa a alma de um homem que foi sem dúvida um sábio excepcional, um grande coração e, acima de tudo, um Mestre inesquecível.

BIBLIOGRAFIA DE MICHELANGELO GUIDI

- 1) **Un Bìoz di Costantino.** (In: «Rendiconti della R. Accademia Nazionale dei Lincei». Classe di Scienze morali, storiche e filologiche, S. V., vol. 16.º, pp. 304-310 e 637-662. Roma, 1907).
- 2) **Bollettino bibliografico per il Copto.** (In: «Rivista degli Studi Orientali», pubblicata in Roma pela Faculdade de Letras, Secção de Filologia Oriental. Volume II, 1909, pp. 111-119. Volume III, 1910, pp. 138-153. Volume IV, 1911-1912, pp. 153-162. Volume VI, 1913-1915, pp. 235-252. Volume VIII, 1919-1920, pp. 012-028).
- 3) **Bollettino bibliografico dell'Arabo Settentrionale.** (Na cit. «Rivista degli Studi Orientali». Volume III, 1910, pp. 435-510. Volume IV, 1911-1912, pp. 463-555. Volume VI, 1913-1915, pp. 776-919).
- 4) **Contributo all'agiografia etiopica: I. La Vita di Aron di Sarūg.** (In: «Rendiconti della R. Accademia Nazionale dei Lincei». Classe di Scienze morali, storiche e filologiche, S. V., vol. 25.º, pp. 659-701. Roma, 1916).
- 5) **La Omelia di Teofilo d'Alessandria sul Monte Coscam nelle letterature orientali.** (In: «Rendiconti della R. Accademia Nazionale dei Lincei». Classe di Scienze morali, storiche e filologiche, S. V., vol. 26.º,

- pp. 381-469, Roma, 1917; volume 30º, pp. 217-237 e 274-315, Roma, 1921).
- 6) **Iscrizione fenicia sull'areta punica di Sulcis (S. Antloco — Sardegna).** (In: «Notizie degli scavi di antichità. A cura della R. Accademia Nazionale dei Lincei e del R. Istituto di Archeologia e Storia dell'Arte». Volume XVI, pp. 156-157. Roma, G. Bardi, 1919).
 - 7) **Sulle poesie di Muzāhim al — 'Uqaylī.** (Na cit. «Rivista degli Studi Orientali», vol. IX, pp. 41-54. Roma, 1921-1923).
 - 8) **La Costituzione turca (Versione dal testo turco).** (Na Revista «Oriente Moderno», vol. IV, pp. 667-675. Roma, 1924).
 - 9) **Gli scrittori zayditi e l'esegesi coranica mutazilita.** (Roma, Tip. del Senato, di G. Bardi, 1925. Páginas 20).
 - 10) **Le vicende del Turkestan e la rivoluzione russa.** (Ensaio publicado na Revista «Nuova Antologia», Roma, 1924 [não nos ocorre em qual Fascículo]).
 - 11) *Lição inaugural do Curso de Filologia Árabe professado na Universidade Egípcia do Cairo.* (Foi publicada, em língua árabe, no semanário *as-Siyāsah al-ushū'iyyah*, do Cairo, Fasc. de 30 de Outubro de 1926).
 - 12) **Le onoranze al poeta egiziano Shawqī ed il loro significato politico.** (Na Revista «Oriente Moderno», vol. VII, pp. 316-353. Roma, 1927).
 - 13) **La lotta fra l'Islām e il Manicheismo. Um libro di Ibn al-Muqaffa' contro il Corano confutato da al-Qāsim ibn Ibrāhīm.** (Roma, Fondazione Caetani della R. Accademia Nazionale dei Lincei, 1927. Páginas XXVIII + 127 + 2 n. n. + 55. Guidi estudou e tencionava publicar os vinte tratados teológicos de al-Qāsim ibn Ibrāhīm. Deu neste volume um primeiro ensaio da vasta obra).
 - 14) **Ancora il verso di 'Amr b. Ma 'dīkarib su Fahd al-Himyarī** (In: Rivista degli Studi Orientali, vol. XI, pp. 108-109. Roma, 1926-1928).
 - 15) **La nuova evoluzione dell'Islam.** (Na revista «Nuova Antologia», Roma, 1928, Fasc. de 1.º de Outubro)
 - 16) *O Orientalismo e a história da cultura.* (Trata-se de quatro conferências em língua árabe, feitas na Sociedade de Geografia do Cairo. Primeiramente publicadas na Revista *az-Zuhra*, vol. 5º, páginas 10-18; 162-173; 258-268 e 342-352, Cairo, 1922-1929, foram reunidas num volume publicado em 1932 pela Livraria Editora Salafiyah, do Cairo).
 - 17) **Arabi: Lingua. Letteratura. Scrittura.** (In: «Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti», vol. III, pp. 839-870, Roma, 1929. Síntese original duma experiência de vinte anos de Arabismo).
 - 18) **«Nukat» o motti di spirito e doppi sensi in dialetto cairino.** (In: «Bulletin de l'Institut Français d'Archéologie Orientale», tomo XXX, pp. 651-692, Cairo, 1930. O Autor publicou, com comentários, segundo um manuscrito inédito de Mahmud Sidqi, uma série de curiosos gracejos e trocadilhos em dialecto do Cairo).
 - 19) **Filologi e glottologi.** (Na revista «La Cultura», Roma, 1930, pp. 284-292).
 - 20) **Copti.** (Na «Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti», vol. XI, pp. 331-335. Roma, 1931),

- 21) **Corano.** (*Ibid.*, pp. 348-349).
- 22) **Alcuni recenti studi di lingua e letteratura araba relativi all'Africa settentrionale.** (In: «Atti del I Congresso di Studi Coloniali». Florença, 1931).
- 23) **Intorno al defunto erudito musulmano Ahmed Taimūr Pascià.** (Na Revista: «Oriente Moderno», vol. XI, pp. 424-427. Roma, 1931).
- 24) **Origine dei Yazīdī e storia religiosa dell'Islām e del Dualismo.** (In: «Rivista degli Studi Orientali», vol. XIII, fasc. 3°, pp. 266-300, Roma, 1931-1932).
- 25) **Nuove ricerche sui Yazīdī.** (*Ibid.*, pp. 377-427).
- 26) **Gli scritti di al-Qāsim ibn Ibrāhīm e la loro importanza per la storia dell'Islamismo.** (In: «Actes du XVIII^e Congrès International des Orientalistes», pp. 226-227. Leida, 1932).
- 27) **Bollettino Arabico-Bizantino.** (Na Revista «Byzantion», vol. VII, pp. 396-422. Paris, 1932).
- 28) **Note miscellanee: I. Sulle cerimonie del Cantei presso Bar Konay. II. Altre fonti sui Yazīdī.** (Na «Rivista degli Studi Orientali», vol. XIV, pp. 83-84. Roma, 1933).
- 29) **Postille al «Beiträge zur islamischen Ketzergeschichte».** (Na «Rivista degli Studi Orientali», vol. XIV, pp. 314-317. Roma, 1933).
- 30) **Gnosticismo.** (In: «Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti», vol. XVII, pp. 446-449. Roma, 1933).
- 31) **Monofisiti.** (*Ibid.*, vol. XXIII, pp. 686-689, Roma, 1934).
- 32) **Nestoriani.** (*Ibid.*, vol. XXIV, pp. 680-684. Roma, 1934).
- 33) **Orientalismo.** (*Ibid.*, vol. XXV, pp. 537-541. Roma, 1935).
- 34) **Oriente cristiano.** (*Ibid.*, vol. XXV, pp. 550-552. Roma, 1935).
- 35) **Trois conférences sur quelques problèmes généraux de l'Orientalisme.** (In: «Annuaire de l'Institut de Philologie et d'Histoire Oriental», tomo III — Miscelânea de Estudos oferecidos a Jean Capart —, pp. 167-216. Bruxelas, 1935).
- 36) **Il contributo della Persia alla civiltà musulmana.** (Na obra: «Persia antica e moderna», pp. 31-55. Roma, Istituto per l'Oriente 1935).
- 37) **Storia della religione dell'Islām.** (Na «Storia delle Religioni» dirigida pelo P. Pietro Tacchi Venturi, Volume II, pp. 229-359. Turim, U. T. E. T., 1935. Em 1939 apareceu a segunda edição revista e ampliada).
- 38) **Commemorazione di Leone Caetani.** (In: «Rendiconti della R. Accademia Nazionale dei Lincei». Classe di Scienze morali, storiche e filologiche, S. VI. vol. 12°. pp. 99-104. Leone Caetani, illustre patricio e orientalista, deixou à «Accademia Nazionale dei Lincei» a sua rica biblioteca especializada, que M. Guidi arrumou dignamente nas salas do Palácio Corsini, em Roma, sede da Academia. Também constituiu uma «Fundação» para o progresso dos estudos orientais).
- 39) **Aspetti e problemi del mondo islamico.** (Roma, I. N. C. F., 1937. Páginas 54, in-8°).
- 40) **Recensão crítica da obra de W. IWANOW: Kalami Pir. A treatise on**

- Isma'ili doctrine also (wrongly) called Haft-Babi Shah Sayyid Nasir* (In: «Rivista degli Studi Orientali», vol. XVII, Fasc. 2-3. Roma, 1937).
- 41) *Recensãs crítica do obra de ETTORE ROSSI*: Ibn Galbun (Abu'Abd, Allãh Muhammad) — *La Cronaca araba tripolina (secolo XVIII). Tradotta e annotata da Ettore Rossi*. Bologna, Lioino Cappelli, 1936. (In: «Rivista degli Studi Orientali», vol. XVII, pp. 287-292. Roma, 1938).
- 42) **Yazidi**. (In: «Enciclopedia Italiana di Scienza, Lettere ed Arte» vol. XXXV, pp. 832-833. Roma, 1937).
- 43) **L'Islamismo, oggi**. (Na Revista «Civiltà Fascista», Roma, 1937: n. 7, pp. 493-508; n. 8,9, pp. 573-593).
- 44) *Análise crítica da obra de KARL AHRENS — Muhammed als Religionsstifter* (Leipzig, 1935. Páginas VIII-216, in-8°). (In: «Rivista degli Studi Orientali», VII, pp. 123-127. Roma, 1937).
- 45) **Roma e il mondo islamico**. (In: «Atti del IV Congresso Nazionale di Studi Romani» a cura di Carlo Galassi Paluzzi, volume I°. Roma, Istituto di Studi Romani, 1938).
- 46) **La Chiesa etiopica**. (In: «Annali del R. Istituto Superiore Orientale di Napoli», 1937-1938, pp. 13-30).
- 47) **Sui Yazidi** (In: «Atti del XIX Congresso Internazionale degli Orientalisti», pp. 559-566. Roma, Tip. del Senato, di Giovanni Bardi, 1938).
- 48) **Lo studio dell'arabo e dei suoi dialetti in relazione al nostro Impero africano**. (In: «Atti del I Congresso Regionale di Studi Coloniali», pp. 711-715. Nápoles, I. F. A. I., 1939).
- 49) **Islãm e Cristianesimo in relazione alle religioni e culture indigene**. (In: FONDAZIONE ALESSANDRO VOLTA. Convegno di Scienze morali e storiche, 4-11 ottobre 1938. Atti. . ., pp. 670-683. Roma, R. Accademia d'Italia, 1939).
- 50) **Cronache del mondo islamico**. (Na Revista «Civiltà Fascista», VI, pp. 169-176 e 547-552. Roma, 1939).
- 51) **Carlo Alfonso Nallino**. (In: «Rivista degli Studi Orientali», vol. XVIII, pp. 155-171. Roma, 1939).
- 52) **Commemorazione di Carlo Alfonso Nallino**. (In: «Rendiconti della R. Accademia Nazionale dei Lincei». Classe di Scienze morali, storiche e filologiche, S. VI, vol. 15°, pp. 80-93. Roma, 1939).
- 53) **La cultura egiziana**. (No livro «Egitto moderno», pp. 117-155. Roma, «Edizioni Roma», 1939. Estuda o desenvolvimento histórico da cultura egípcia até à época contemporânea; vê no Egipto o grande «medianteiro entre cultura oriental e cultura ocidental»).
- 54) **Studi su al-Kindī. I: Uno scritto introduttivo allo studio di Aristotele**. (Em colaboração com R. Walzer. In: «Memorie della R. Accademia Nazionale dei Lincei», S. VI, vol. 6°, fasc. 5°, pp. 375-419. Roma, 1940).
- 55) **Descrizione di Roma nella Storia attribuita a Zaccaria Retore**. (Na obra: «Codice topografico della città di Roma. A cura di Roberto Valentini e Giuseppe Zucchetti». Volume 1°, pp. 320-334. Roma, Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1940. Trata-se do texto siríaco da «Descrição» publicada).
- 56) **Islamismo**. (In: «Dizionario di politica», vol. II. Roma, Istituto Nazionale della Enciclopedia Treccani, 1940).

- 57) **La missione culturale dell'Egitto e la sua politica culturale.** (No livro: «Egitto moderno e antico. Studi e saggi...», pp. 225-247. Milão, I. S. P. I., 1941).
- 58) **Islām e Arabismo.** (No livro: «Aspetti e problemi attuali del mondo musulmano», pp. 7-28. Roma, R. Accademia d'Italia, 1941).
- 59) **Egitto.** (*Ibid.*, pp. 180-202).
- 60) **Il nazionalismo arabo.** (Na Revista: «Storia e Politica Internazionale», III, pp. 304-314. Milão, 1942, Setembro).
- 61) **Egitto e Italia.** (Na Revista «Civiltà», III, fasc. 10. Milão, 1942).
- 62) **Roma e il mondo arabo.** (Na Revista «Roma». Roma, Janeiro, 1942).
- 63) *Recensão crítica da obra de FRANCESCO GABRIELI: Narratori egiziani.* Milão, Aldo Garzanti, 1941. (In: «Oriente Moderno», vol. XXII, pp. 35-36. Roma, 1942).
- 64) **Studi Orientali: Giuseppe Gabrieli (1872-1942)** (Na Revista «Nuova Antologia», fasc. 1682, pp. 286-287. Roma, 1942. Acerca de Giuseppe Gabrieli, Bibliotecário que foi da vetusta Academia Nacional dos «Lincei», notável orientalista e helenista, bibliógrafo e historiador, veja-se: FRANCESCO GABRIELI — *Giuseppe Gabrieli. Profilo biografico e bibliografico.* Bari, Cressati, 1942, pág. 30. A sua bibliografia abrange bem 248 números).
- 65) **La Chiesa e gli studi orientali.** (Na obra: «Studiosi ed artisti italiani a S. S. Pio XII nel XXV anniversario della consacrazione episcopale», pp. 377-382. Cidade do Vaticano, 1943).
- 66) **Caratteri della cultura araba.** (Na Miscelânea «Caratteri della cultura araba», pp. 5-23. Roma, 1943).
- 67) *Análise crítica da obra de EMILIO GARCÍA GÓMEZ — El libro de las banderas de los campeones, de Ibn Sa'īd al-Magribī. Antología de poemas arábigoandaluces, editada por primeira vez y traducida, con introducción, notas y índices, por don ...* (Publicación del Instituto de Valencia de Juan, con la cooperación de The Hispanic Society of America. Madrid, 1942. Páginas LII-348, in-4.º).
(In: «Rivista degli Studi Orientali», vol. XXI, pp. 111-116. Roma, 1945).
- 68) **Sul Ḥārighī.** (*Ibid.*, pp. 1-14).

Na presente Bibliografia omitimos a indicação de várias traduções e de algumas notáveis recensões críticas, por não termos notícias precisas nos nossos apontamentos; também não incluímos, porque não tínhamos à mão as obras, os trechos árabes publicados nos últimos tomos da vasta colecção dos *Annali dell'Islam* de Leone Caetani (10 volumes in-fólio, publicados em Milão pela Casa Editora Ulrico Hoepli e em Roma pela «Fondazione Caetani»), nem os escritos menores que se encontram nos primeiros 3 tomos da Revista «Oriente Moderno». A bibliografia geral de Michelangelo Guidi atinge cerca de 140 números.

GIACINTO MANUPPELLA

TOMO VIII-FASCÍCULO 3

1947

Crítica etimológica

II

(Palavras castelhanas de origem portuguesa)

1 — Nota prévia. — Neste tomo VIII do *Boletim de Filologia*, págs. 46-56, indiquei algumas palavras castelhanas, que são ou julgo serem de origem portuguesa. No presente artigo vou continuar o inventário. Em outro, que tenho em preparação, procurarei fazer o inverso.

A razão de ser deste estudo facilmente o leitor a compreenderá logo que se tenha informado do que adiante digo: há uma série de palavras castelhanas de origem clara ou provável portuguesa, que o *Dicionário* da Academia Espanhola na maior parte dos casos ou deixa em branco, ou considera de outra origem diferente.

O desejo de contribuir para se estabelecer a verdade científica neste campo é a razão fundamental que me levou a proceder a este estudo. Está bem de ver que não tenho a pretensão de supor que sempre acertei, nem que disse tudo quanto há para se dizer sobre a matéria. Outros que façam aquilo que não pude fazer.

As definições, que vão adiante de cada termo, foram tiradas da última edição do *Dicionário* da Academia Espanhola.

Há palavras, escusado seria dizê-lo, sobre as quais não posso ter uma opinião própria, por terem ou parecerem ter origem em línguas, que desconheço, como são as orientais, as africanas, e as americanas primitivas. Não obstante isso, com o fim principal de chamar a atenção dos especializados no assunto, incluo na lista quantos vocábulos julgo possível ou provável serem dessa origem, e haverem transitado para o castelhano por intermédio do português.

Creio que não é demasiado arriscado supor que, de uma maneira geral, as palavras de origem oriental (índia, chinesa e japonesa), africana e brasileira, autóctones, que existem no português desde os tempos dos descobrimentos, e que também se encontram no caste-

lhano, passaram para esta língua por intermédio da nossa. Caso idêntico se deve ter dado com as palavras dos antigos domínios espanhóis na América, existentes no português, como indicarei no outro artigo, que tenho em preparação.

Tomo por base o Dicionário da Academia Espanhola, por se tratar de uma obra oficial, que vigora como código da nação vizinha, e por ser nele que se fundam em geral todos os dicionaristas e etimologistas espanhóis.

Cito sempre, e transcrevo muitas vezes, o que diz Covarrubias, não pela sua autoridade em matéria etimológica, que a não podia ter, atendendo-se à época em que viveu, mas pelas suas informações no que se refere à antiguidade dos termos em castelhano.

2 — Abada. — «Rinoceronte».

a) — Covarrubias regista *bada*, sobre que disserta largamente.

b) — A Ac. Esp. na sua 2.^a ed. diz: «Lo mismo que rinoceronte. El nombre de *abada* le diéron los Portugueses á este animal al tiempo de sus conquistas en el Oriente: y como la lengua portuguesa se hizo casi general en los puertos y escalas de la India, los Escritores viageros que oíam llamar así al rinoceronte, aun á los mismos naturales, creyéron fuese voz indiana, y diéron motivo á que este error corra impreso en muchos libros de Europa, lo que tambien ha sucedido con otras voces portuguesas. En el reynado de Felipe II, año de 1581, vino una *abada* á Madrid con un elefante que envió de regalo el Gobernador de Java, y dexó perpetuada su memoria comunicando su nombre á la *calle* en que estuvo, que hasta hoy llamamos *de la Abada*. Y esta misma sin duda es la que se halla dibuxada en la obra de Juan de Arfe de varia conmensuracion, lib. 3, cap. 3, pág. 8, pues advierte que no dibuxó otros animales que los que vió vivos».

Esta informação foi-se restringindo nas eds. seguintes até chegar a isto: «*Abada*. (Del port. *abada*). f. Rinoceronte». — Na 12.^a ed. dizia: «*Abada* f. *Bada*». Em *Bada* dizia: «(Del ar. . . , *báhdach*, animal gordo e hinchado). f. Rinoceronte».

Sobre esta palavra veja-se o que disseram: Gonçalves Viana, *Apostilas*, I, 3-4; Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*; Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*.

3 — **Achantarse.** — «Aguantarse, agazaparse o esconderse mientras dura un peligro. | 2. fam. Conformarse».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. só começa a registá-lo na 12.^a ed. (1884), mas, nem na última (1936), lhe atribui qualquer étimo.

c) — Menéndez Pidal, *Gram. Hist.*, § 4, 6), porém, inclui-o na lista dos termos de origem galego-portuguesa.

A par de *achantar*, há em port. a forma *chantar*, de que provém a primeira, e que representa a evolução normal, dentro do port., do lat. *plantare*. Outra forma regular port. é *prantar*. A normal em cast. é *llantar*. — Plantar é forma moderna e culta nas duas linguas.

Compare-se a evolução regular do derivado *plantago*, *inis*: em port. *changement*, donde *tanchagem*, por metátese; em cast. *llantén*; em catal. *plantatge*; em ital. *piantaggine*; em fr. *plantain*.

4 — **Achubascarse**. — «Cargarse la atmósfera de nubarrones que traen aguaceros con viento».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. só o regista na 16.^a ed. (1936), onde diz: «(De a, 2.^o art., y *chubasco*)».

c) — Barcia, *Dic.* (1879), porém, já o regista.

Como veremos na devida altura alfabética, *chubasco* é um portuguêsismo do castelhano.

5 — **Afeitar**. — «Adornar, componer, hermosear. Ú. t. c. r. | 2. Componer o hermosear con afeites el rostro u otra parte del cuerpo. Ú. t. c. r. | 3. Raer con navaja la barba o el bigote, y por ext. el pelo de cualquiera parte del cuerpo. Ú. t. c. r. | 4. V. *Navaja de afeitar*. | 5. Esquilar a una caballería las crines u las puntas de la cola. | 6. Recortar e igualar las ramas y hojas de una planta de jardín. | 7. ant. Arreglar, componer, dirigir, instruir».

a) — Covarrubias regista a palavra *afeite*, no corpo de cujo artigo se refere à forma verbal *afeitar*. Depois de longa exposição sobre as várias acepções do termo, diz: «... Púdose dezir afeite y afeitar, del verbo *affectare*, por el mucho cuydado que se pone en querer parecer bien, o de la palabra portuguesa *feito*, porque no es natural sino hecho y contrahecho, o de *ficto* por color fingido. Y puede ser del verbo *facitare*, freqüentativo del verbo *facio*, por la mucha freqüencia y cuydado que las mugeres tienen de afeitarse. ... ».

b) — A Ac. Esp. regista o termo desde a 2.^a ed. (1783), pelo menos (não tenho presente a 1.^a). Na 12.^a (1884), diz de *afeite*:

«(Del lat. *affictus*, fingido, contrahecho, postizo)». — Na 14.^a e nas seguintes (não tenho presente a 13.^a) diz de *afeitar*: «(Del lat. *affectare*, afectar)».

O tratamento do grupo *-ct-* em tal caso, não é normal no castelhano (Cf. M. Pidal, *Gram. Hist.*, § 50,1). Creio por isso que o cast. *afeitar* não passa de um puro portuguesismo.

Meyer-Lübke, REW, 253, considera o cast. *afeitar* como um derivado directo do lat. *affectare*, e do port. só cita a forma *enfeitar*. Contudo, a forma *afeitar* encontra-se em textos antigos, como na *Crónica da Ordem dos Frades Menores* (1209-1285), ed. de J. J. Nunes, Coimbra, 1918, I, p. 228: «...; vós outros sodes afeitados com aas e esforçados com vertude ...»; nos *Lusiadas*, IX, 55: «Como que pronto estava para afeitar-se»; nas *Cantigas de Amigo*, ed. de J. J. Nunes, Coimbra, 1926, II, p. 169:

«A toda-las donas pesou,
quando me viron sigo estar,
e punbaron de s'afeitar
mais praza-vos de como eu vou».

6 — **Albino.** — «Falto entera o parcialmente, y por anomalia congénita, del pigmento que dá a ciertas partes del organismo los colores propios de cada especie, variedad o raza y, por tanto, con la piel, el iris, el pelo, el plumaje, etc., más o menos blancos. Dicese del hombre y del animal. Apl. a pers., ú. t. c. s. | 2. *Méj.* Dicese del descendiente de morisco y europea o de europeu y morisca. Ú. t. c. s. | 3. *Bot.* Por ext., aplicase a la planta que, en vez de su color propio, lo tiene blanquecino. | 4. *Hist. Nat.* Perteneciente o relativo a los seres *albinos*. Color *albino*; cabello *albino*».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 2.^a ed. Da 12.^a em diante dá-lhe por étimo *albo*, o que significa que considera que a palavra se formou dentro do próprio castelhano.

Estamos em presença de uma palavra, sobre a qual o filólogo só por si não pode pronunciar-se: impõe-se a colaboração de um historiador da medicina, e neste momento nada tenho à mão, que possa auxiliar-me a resolver o problema de um modo satisfatório. Bluteau, no *Suplemento ao Vocabulário* (1727), regista a forma *albinos*, mas remete-nos para *alvinhos*, onde diz: «Na descrição da Etiópia Inferior, diz Mons Dapper, que os portugueses deram este

nome a uns homens da Etiópia Inferior, que tendo feições de negros, são brancos, mas de um branco que faz nojo, porque é pálido lívido, e sem viveza, como cor de leproso, ou de corpo morto; e o que é notável, tendo os olhos como amortecidos, têm a vista forte, e os olhos brilhantes ao luar. Atribuem alguns esta alvura à imaginação da mãe negra, que vendo um homem branco se altera, ... O livro diz *Albinos*, mas deve ser erro da impressão».

Esta conclusão de Bluteau parece-me absolutamente gratuita. Faltam-me neste momento elementos concretos para discutir este ponto. Ficará para outra oportunidade.

Litttré, *Dict.*, considera a forma francesa *albinos* tirada do castelhano. — Darmesteter, *Dict.*, diz: «Emprunté du portug. *albino*, § 13, dans l'expression *negros albinos*, appliquée originairement par les Portugais aux *nègres blancs* de la côte africaine». — Bloch, *Dict.*, opina: «Emprunté du mot hispano-portuguais *albinos*, pluriel de *albino*, dans l'expression *negros albinos* (traduit *nègres-blancs* par Buffon en parlant d'albinos de l'Amérique Centrale), dite d'abord par les Portugais à propos des *nègres blancs* de la côte de l'Afrique occidentale».

Para a forma inglesa *albino* diz Webster, *Dict.*: «Pg. (isto é, Portuguese) orig. whitish, fr. *albo* white, fr. L. *albus*. See *album*. The term was originally applied to Negroes in Africa who were mottled with white spots». — Skeat, *Dict.*, diz: «a human being with skin and hair abnormally white, and pink eyes. (Span.-L.) Applied to some negroes by the Portuguese (1777; N. E. D.); but the word is rather Spanish. ...».

A palavra existe também no italiano e no alemão, para onde certamente passou directa ou indirectamente do português.

7 — **Aldorta.** — «Ave zancuda, de unos dos decímetros de altura, que tiene en la cabeza un penacho formado de tres plumas blancas y eréctiles; el pico, negro y muy largo; los tarsos, rojos, y lo restante del cuerpo, ceniciento, excepto el lomo, que tira a verde».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 5.^a ed., pelo menos. Nas últimas eds. diz: «(Del port. *gall/dorta*, gallo de huerta)».

É possível que a Ac. Esp. tenha razão, mas nada pude encontrar em português que com isso se pareça.

8 — **Almadía.** — «Especie de canoa usada en la India. | 2. Armadía, 1.^a acep. (isto é, «Conjunto de vigas e maderos unidos con otros en forma plana, para poderlos conducir fácilmente a flote.»).

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 2.^a ed., pelo menos. Nas últimas diz: «(Del ár. . . , *almadia*, barca de paso)».

Creio mais que provável que esta palavra entrou no castelhano por via portuguesa. Na nossa literatura antiga relativa às coisas do Oriente, ela é corrente. Encontramo-la em Camões, Barros, Fernão Mendes Pinto, Damião de Góis, etc., etc.

Sebastião Rodolfo Dalgado, que trata da palavra muito documentadamente, diz no *Gloss. Luso-Asiático*: «... Do árabe africano *al-madia*, «jangada». Parece que o termo vogava na África austral (onde está em uso em landim) ao tempo dos descobrimentos portugueses, sendo depois levado para a Índia, onde penetrou no malaiala. Agostinho Barbosa, porém, diz, no seu dicionário português-latino (1611), que as «*almadias* são embarcações de pouca fábrica, que se usam na Índia».

Bluteau, *Vocabulário* (1712), diz: «(Termo da Índia). Embarcação pequena de que usam os canarins nos rios. No comento da oitava 92, do Canto I, de Camões diz Manuel de Faria, que as *almadias* são cavadas de um só pau, ...».

A palavra existe em francês sob a forma *Almadie*, que Littré define: «Sorte de grande pirogue de quelques parties de l'Afrique», e, quanto à etimologia, diz: «Arabe, *al*, le, et *madhi*, qui passe ou fend l'eau».

Darmesteter e Bloch não registam o termo. — A Ac. Francesa, nas suas eds. de 1777, 1813 e 1814, que são as que neste momento tenho à mão, também o não registam. Contudo, Bluteau, no passo acima citado, dizia em 1712: «No Dicionário da Academia Francesa não se representam *Almadias* como embarcações, formadas de um só pau cavado, só se diz, que tem oitenta pés de comprimento, ... Também no mesmo dicionário, se dá o nome de *Almadia* a uns barcos pequenos, que de ordinário se fazem da casca das árvores, e de que usam os Mouros na costa de África. ...».

Webster, a respeito das formas inglesas *almadia*, *almadie*, diz: «(F. *almadie*, Pg. *almadia*, fr. Ar. *al-ma'diyah* a ferryboat)». — Skeat não regista a palavra.

9 — Ananás. — «Planta exótica, vivaz, de la familia de las bromeliáceas, que ...».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 2.^a ed., pelo menos. Na 12.^a diz: «(Del peruano *nanas*)». — Na 14.^a altera a primeira opinião, dizendo: «(Voz brasileira)». — Na 15.^a e na 16.^a exprime-se de outro modo: «(Voz guarani)».

Dalgado, *Gloss. Luso-Asiático*, diz: «O nome e a planta são americanos, introduzidos pelos portuguezes na Ásia, onde a planta está perfeitamente naturalizada. Do peruano *nanas*, segundo Cândido de Figueiredo, ou do brasileiro *nana* ou *nanas*, conforme Yule & Burnell. Webster, no seu dicionário inglês, deriva o vocábulo do malaio: *ananas*, *anas*, *nanas*, *ninas*».

Na sua ed. de 1943, a opinião de Webster é outra: «Sp. *ananas*, *anana*, of Tupian or Cariban origin; cf. Guarani & Galibi *nana* pineapple».

Skeat expressa-se assim: «*Ananas*, the pine-apple. (Port.-Brazil). Thomson has *anána*, with wrong form and accent; Summer, 685. Port. *ananás*; Vieyra. p. 284 (Span. *ananas*, Pineda). — Guarani *anānā*, the name of the fruit; that of the plant is *nānā*; in La Plata, both fruit and plant are called *ananá* (Granada). | The peruv. name was *achupalla*».

Bloch diz: «*Ananas*, 1578 (*Ce fruit nommé par les sauvages anana*, J. de Léry); en outre *anana*, 1690, *nana*, 1554. — Emprunté, par l'intermédiaire de l'espagnol *ananas*, *anana*, de *nana* du guarani, langue indigène du Brésil».

Seria estranho que tal palavra, que designa um fruto do Brasil, e que já Garcia de Orta emprega nos seus *Colóquios*, em 1563, tivesse passado para o inglês e para o francês por intermédio do castelhano.

Darmesteter diz: «Mot d'origine brésilienne (*nanas*), . . . ».

10 — **ARISCO.** — «Áspero, intratable. Dicese de las personas y de los animales».

a) — Covarrubias já regista a palavra em 1611. A título de curiosidade vou transcrever o que ele diz: «El recatado, intratable, inconvertible, áspero, despegado, desdeñoso. Púdose dezir del nombre italiano *riscio*, que vale eriço, porque así como el eriço levanta sus púas y hiere con ellas al que quiere llegar a tratarle con la mano, así qualquier otro animal que nos sea doméstico o esté domesticado, levanta el pelo y se eriça, como lo haze el gato con los que no conoce y otros muchos animales; pero tomóse la semejança del ricio o eriço. Algunos quieren se aya dicho arisco, quasi *aridus*, porque es seco y despegado: otros de risco, que vale

peñasco o breña, porque los animales criados entre riscos, como nunca veen gente, son más recatados que otros; finalmente los arábigos dizem que este vocablo es suyo, corrompido de *hariz*, que vale esquivo; y puede ser griego, de la palabra *αρισκύν*; *valde indignas ariskydis*; está compuesto de *αρι* que por si no significa nada, y en composición acrecienta la significación de la partícula a quien se junta, y del verbo *σκαζω skyzo*, que vale tanto como rabiarse y mostrar los dientes como perro; y se pudo tomar bien de aquí el nombre esquivo, porque ay perros que si los llamáys, aunque les deis pan, levantan el cerro y muestran los dientes. A estos tales con razón los llamaremos ariscos, *id est valde indignati*. — É curiosa esta maneira de tratar as coisas etimológicas no século XVII.

b) — A Ac. Esp. registra o termo desde a 2.^a ed. (1783), pelo menos. Na 12.^a (1884), diz: «(Del vasc. *arritzu* ó *arritzo*, pedregoso)», mas na 14.^a, 15.^a e 16.^a (não cito a 13.^a, porque a não tenho presente). não indica qualquer étimo.

c) — Menéndez Pidal, *Gram. Hist.*, § 4, 6), porém, inclui-o na lista das palavras de origem galego-portuguesa.

Gonçalves Viana, *Apost.*, I, 83-84, trata com certo desenvolvimento desta palavra. Oçamo-lo:

«*Areisco*, *arisco*. — Este adjectivo, cuja origem é o substantivo *areia* (cf. *pedrisco*, de *pedra*), é hoje quase sòmente empregado em sentido translató, equivalendo a «rebelde», «arredio», «bravio».

«Como já temos a locução *terra areisca*, *terra arisca*, registada no *Contemporâneo*, e em que o adjectivo citado tem o seu significado natural, poderíamos muito vernaculamente substantivar este feminino, subentendendo a palavra (*pedra*), *areisca*, ou *ar sca*, usando deste adjectivo substantivado para designarmos o que por galicismo se diz *grés*, e que A. Gonçalves Guimarães (*Elementos de Geologia*, 2.^a ed., Coimbra, 1897, p. 130, n. q. v.) propõe se diga, com menos propriedade, *arenito*. Os espanhóis chamam-lhe com muito acerto (*pedra*) *arenisca*, como chamam ao calcáreo (*pedra*) *caliza*, e eu tenho nos meus apontamentos ainda outro nome, *pedra-grão*.

«Assim, se continuam os geólogos e os mineralogistas a dar-lhe nome francês, não é por falta de nomes portuguezes: *pedra-grão*, *arenito*, *arenisca*, (*pedra*) *areisca*, *pedra arisca*, os últimos dos quais, com serem portuguezes legítimos, coincidem perfeitamente com a denominação espanhola *arenisca*, e com a inglesa *sandstone* ou alemã *sandstein*, que ambas significam «pedra-areia».

«Poderia portanto usar-se simplesmente *areisca*, como substantivo, suprimindo-se a palavra *pedra*, como aconteceu a *cantaria*, que dantes era adjetivo, pois se dizia *pedra cantaria*, como vemos em Rui de Pina. — «E tanta ordem e diligência se pôs nisso acerca da *pedra cantaria*, e cal, e madeira» (*Crónica de El-Rei Dom Afonso V*, cap. CXLII).

Bluteau regista a palavra, dizendo sobre ela *mutatis mutandis* o que disse Covarrubias, que ele aliás cita.

Meyer-Lübke, REW, na 2.^a ed. ainda se não refere à palavra. Na 3.^a, porém, já a regista no n.º 630, dando a forma castelhana como de origem portuguesa.

Cortesão, *Subsidios* (Aditamento), diz: «É voc. hisp. (do vasc. *arritzco*, pedregoso). — Está bem de ver que navegou nas águas da Academia Espanhola. Não conhecia ainda o estudo de G. Viana: o citado *Aditamento* é de 1901, e as *Apostilas* são de 1906.

11 — **Bambu.** — Tratei desta palavra no meu primeiro artigo.

12 — **Banana.** — «Banano. | 2. *Argent.* Plátano, 3.^a acep.» (isto é, o fruto da bananeira).

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. até à 11.^a ed. (1869) também o não regista. — Na 14.^a e nas seguintes diz: «(Voz formada por los indios chaimas, de *balatana*, corrupción caribe de *plátano*)».

Antenor Nascentes, *Dic.*, dá-nos este resumo: «Macedo Soares supõe origem galibi. A. Coelho dá como palavra originária da Guiné. Dalgado cita Garcia da Horta (*Colóquios*, XLI: «Também há estes figos (o figo da Índia) em Guiné; chamam-lhes bananas». E o conde de Ficalho comenta: «É possível que tenha razão; a palavra não é seguramente asiática e também não parece ser americana». Yule inclina-se pela origem asiática. Cita o arabista Robertson Smith que nota não se poder considerar como accidental a coincidência deste nome e do ár. *banāna*, dedo, e que, além da denominação literária *mauz*, podia o fruto ser popularmente conhecido em alguma parte como «dedo»; acrescenta que é possível que os árabes levassem o fruto e o nome para a África Ocidental. Pensa, porém, Dalgado não ser de crer que o vocábulo transitasse da Arábia para lá sem deixar vestígios nos idiomas da Costa Oriental. . . .»

Em francês há *banane*, a que Littré não atribui étimo algum. — Darmesteter, *Dict.*, diz vagamente: «Emprunté des dialectes de

l'Inde, § 25.» — Bloch é mais explicito: «1600. — Emprunté du portugais *banana*, emprunté lui-même d'un parler de la Guinée (se lit en 1585 dans un récit de voyage en latin)».

Em inglês há *banana*, sobre o qual diz Webster: «Sp. and (esp. via the Guinea Coast) Pg. *banana*; ...», o que nos deixa ficar em dúvida: para Webster a origem da forma inglesa é castelhana ou portuguesa? — Skeat é mais explicito: «the plantain tree, of the genus *Musa* (Port. — W. African). Noticed by Dampier in 1686; Voyages, 1. 316 (Yule). The pl. *bananas* occurs as early as 1599 in J. Davis, Voyages (Hakluyt Soc.), p. 138. Borrowed from Port. (or Span.) *banana*, the fruit of the plantain or banana-tree; the tree itself is called in Spanish *banano*. The name is said by early Port. writers to have come from Guinea; see Yule. So also in Voyages (1745), ii. 336».

13 — **Barroco.** — «Dicese del estilo de ornamentación caracterizado por la profusión de volutas, roleos y otros adornos en que predomina la línea curva. ...»

a) — Covarrubias não regista esta forma, mas refere-se, no artigo *Aljófar*, à forma puramente castelhana *barrueco*.

b) — A Ac. Esp. até à 12.^a ed. (1884) também a não regista. Não tenho presente a 13.^a. A 14.^a (1914) já a regista, mas não lhe atribui étimo algum. — Na 15.^a e na 16.^a diz: «(Quizá del m. or. que *barrueco*)». Quanto a *barrueco*, diz: «(Del lat. *verruca*, *verruca*)».

Bluteau (1713) já regista o termo em português, dizendo: «Pérola tosca, e desigual, que nem é comprida nem redonda».

Viterbo (1798) diz: «Penedo, ou penedos altos, e sobranceiros ao vale, ou à terra plana, e assente. Daqui *barrocal*: lugar cheio de penedos altos, e fragosos. Desta palavra ainda usam em Pinhel, e Riba-Coa. Os lapidários chamam *barroco* a uma pérola tosca, e desigual, que nem é comprida nem redonda».

O primeiro significado de Viterbo coincide na essência com o de *barroca*, que ele não regista, mas que Bluteau regista e define: «Covas, que fazem as águas impetuosas. ... «Por a terra ser uma barroca em lugar de muro», Barros, I. Déc. fol. 162, col. 3».

Cortesão diz: «Do hisp. *barroco* (de *barrueco*)». Claro está que não merece a pena comentar esta opinião.

A propósito da forma francesa *baroque*, diz Littré: «*Etym.* Espagn. *barrueco*, *berrueco*, perle qui n'est pas parfaitement ronde;

portug. *barroco*, même sens. Ces mots viennent sans doute de *baroco* (voy ce mot), ancien terme de la scolastique qui a souvent frappé par sa bizarrerie». — Em *baroco* diz; «Terme mnémonique indiquant, dans la scolastique, une forme du syllogisme. *Etym.* Mot dont les lettres ont chacune un sens convenu».

Darmesteter limita-se a isto: «De l'espagn. *barrueco*, perle de forme irrégulière, ...». — Bloch já fala de outro modo: «1599, en parlant de la perle baroque (ou irrégulière). — Emprunté du portugais *barroco*, nom masculin, de même sens. Le lieu d'origine de *baroque* est démontré par la présence, dans un des premiers textes, d'*ajoffre*, autre sorte de perle, portugais et espagnol *aljofer*. Quant au sens figuré, qui n'apparaît qu'à la fin du XVII^e siècle (Saint-Simon), les textes ne permettent pas actuellement de reconnaître s'il s'est développé spontanément ou s'il est postérieur à son application au style architectural de Borromini, XVII^e siècle (sens qui a été emprunté de l'italien *barocco*, qui vient, lui aussi, du portugais)».

Webster dá para a forma ingl. *baroque* origem francesa, mas dizendo que esta proveio da port. *barroco*. — Skeat não regista o termo.

Meyer-Lübke, REW, 9241, partindo do étimo *verruca*, diz: «... (Sp. *barrueco*, pg. *barroco*, (> mfrz. *baroque*, Barbier, ML. I, 19) «nicht recht runde Perle», dann it. *barocco*, frz. *baroque* «verschroben» aus bask. *marroka* bedürfte der sachlichen Rechtfertigung; ...»

14 — **Bengala.** — «Caña de Indias de que se hacen bastones. | 2. V. *Caña de Bengala*. | 3. Insignia antigua de mando militar, a modo de cetro o bastón. | 4. V. *Luz de Bengala*. Ú.t.c.s. | 5. ant. *Sant*. Muselina. Se llamó así por haber venido primeramente de Bengala».

a) — Covarrubias já regista a palavra, dizendo: «Es un cierto género de velo muy delgado; tomó el nombre de la provincia de donde se trae, la dicha Bengala, y antiguamente Gange; *Ortelius*, verbo *Gange*».

b) — A Ac. Esp. regista o termo desde a 2.^a ed., pelo menos, mas em nenhuma lhe atribui qualquer étimo.

Gonçalves Viana, *Apost.*, I, 140, diz: «*Bengala*, *pingalim*. — São os portugueses o único povo europeu que chama ao bastão

bengala. Primeiro se chamou *cana de Bengala*, por ser a haste feita de cana-da-Índia; depois suprimiu-se o primeiro termo: ...»

Esta opinião de Gonçalves Viana não é justa: na sua 11.^a ed. (1869), pelo menos, já a Ac. Esp. dizia: «... | Caña de Indias de que se hacen bastones. | Especie de cetro ó baston de tres cuartas de largo, insignia antigua de mando superior militar.» — As *Apostilas* são de 1906.

Sebastião Rodolfo Dalgado, *Gloss. Luso-Asiático*, fala do assunto, citando passos de autores antigos, que empregaram a palavra.

15 — **Betel**. — «Planta trepadora de la familia de las piperáceas, que se cultiva en el Extremo Oriente. ...»

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. até a 7.^a ed. (1823), pelo menos, também o não regista. — Na 11.^a já o regista, dizendo: «Planta cuya hoja se masca por regalo en la India». — Na 12.^a já lhe atribui um étimo: «(Del indio *betle*)», opinião, que ainda mantém na 14.^a — Na 15.^a e na 16.^a especifica: «(Del malabar *betle*)».

Gonçalves Viana tratou desta palavra nas *Apost.*, I, 143-144: «... Esta palavra trouxemo-la nós da Índia: é da língua malabar, e...», diz Viana.

Sebastião Rodolfo Dalgado, *Gloss. Luso-Asiático*, também lhe consagra um longo artigo, com grande cópia de abonações nacionais e estrangeiras.

Cfr. os *Colóquios* de Garcia de Orta, e os respectivos comentários feitos pelo Conde de Ficalho.

A propósito da forma francesa *betel*, diz Bloch: «1690. — En outre *betle*; antérieurement *betre*, 1519. — Emprunté, probablement par l'intermédiaire du portugais *betel* (ordinairement *betele*, XVI^e et XVII^e siècle, en outre *betle* et *betre*), de *vettilla* de la langue du Malabar. — Mot européen».

Webster e também Skeat atribuem origem portuguesa à forma inglesa *betel*.

16 — **Biombo**. — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

17 — **Bonzo**. — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

18 — **Cacatua**. — «Ave de la Oceanía, del orden de las trepadoras, con pico grueso, corto, ...»

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. também não o regista até à 12.^a ed. (1884), pelo menos. — Na 14.^a e nas seguintes diz: «(Del malayo ..., *cacatú*, voz imitativa de su canto)».

Gonçalves Viana, *Apost.*, II, 514, diz: «...: cf. *catatua*, por *cacatua*, malaio *kakatua*, feliz assimilação que nos poupa um cacó-fato. *Kakatua* significa «turquês», e os malaioes dão este nome à dita ave por causa do bico».

Dalgado, *Gloss. Luso-Asiático*, cita vários passos de autores nacionais e estrangeiros, que empregaram esta palavra.

Os elementos, de que disponho neste momento, não me permitem concluir com segurança se teriam sido os portugueses que trouxeram a palavra para a Europa, mas inclino-me a acreditar que sim.

Sobre a forma francesa *cacatois*, diz Bloch: «XVIII^e siècle (Buffon, qui l'écrivit *kakatoës*). — *Kakatoës* est emprunté, par l'intermédiaire du hollandais *kakatoe*, et avec *s* du pluriel, du malais *kakatūwa*, mot onomatopéique; *cacatois* est refait sur le portugais *cacatua*, 1630, de même origine, avec *s* de la forme précédente. L'emploi du mot comme terme de marine, d'après *perroquet*, est propre au français».

Em inglês há as formas *kakatoë* e *cockatoo*, que, evidentemente não podem representar a port. *cacatua*.

19 — **Cachimba**. — «*Amér.* Cachimbo. — 2. *Argent.* Cacimba, 1.^a acep. (isto é, «Hoyo que se hace en la playa para buscar agua potable»).»

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. ainda o não regista na 11.^a ed. (1869). — Na 12.^a (1884) só regista a forma *cachimba*, sobre a qual diz: «*Amér.* Pipa, 2.^a acep.» (isto é, «Utensilio de uso común para fumar tabaco de hoja: ...»).

— Na 14.^a (1914) regista *cachimba* e *cachimbo*. A respeito da primeira forma diz: «*Amér.* Cachimbo»; a respeito da segunda diz: «Cachimba (Voz africana)...» e «*Cachimbo* (De *cachimba*)...».

Gonçalves Viana, *Apost.*, II, 453-454, tratou largamente deste assunto. Oicamo-lo:

«Quanto ao vocábulo *cachimbo*, é já antigo no sentido em que o empregamos de «tubo e chaminé para fumar», além do de «fêmea de gonzo ou leme», cujo étimo é desconhecido, ignorando-se mesmo

qual das acepções é a primordial, e até se serão o mesmo vocábulo, ou formas convergentes, hemeótropos.

«O Dicionário da Academia Espanhola traz a forma *cachimba*, com remissão a *cachimbo*, que diz ser voz americana; sem mencionar a que língua das Américas ela pertence; e o *Diccionario Enciclopédico Hispano-Americano* (Barcelona, 1899, *sub voc. pipa*) define *cachimba* como — «pipa, utensilio de uso común para fumar tabaco de hoja» —, declarando também ser forma americana, e acrescentando, que o dito objecto foi trazido da Índia pelos portugueses, por meados do XVI século; o que nos coloca em maior perplexidade, pois na Índia o nome corrente é, conforme as línguas, diverso, mas sempre diferente de *cachimbo*: em indostano, por exemplo *cūam* (*A Glossary of Anglo-Indian words and phrases*, by Yule & Burnell, Londres, 1886), em concani *cūim*, que propriamente se aplica à chaminé do cachimbo, e que também significa uma *cachimhada*, o conteúdo da chaminé, quando se está a fumar.

«Outra hipótese admissível, no caso de o *cachimbo* de fumar ser palavra diferente de *cachimbo*, «gonzo», seria supor-lhe origem africana, cafríal, pois, na realidade, na África Austral se dá a uma espécie de cachimbo o nome de *jingua* (q. v.), e já aleguei ser *ka* um prefixo muito frequente nas línguas da família banta.

«Teria havido, em tal caso, a troca de *g* em *b*, por confusão com a palavra portuguesa *cachimbo*, «gonzo», preexistente, mas de origem igualmente problemática. No entanto, vemos no *Diccionario Portuguez-Cafre-Tetense* (traduzido pelo Padre Victor Courtois, Coimbra, 1899) que à palavra *cachimbo*, portuguesa, se dão como correspondentes na língua Tete *chana* e *kaximbo*, parecendo, portanto que o segundo termo não seja mais que a palavra portuguesa levada para lá, pelos nossos conterrâneos, e adoptada pelos pretos. O autor do dicionário confessa, no Prólogo, ter incluído palavras portuguesas em uso no tetense.

«Partindo da hipótese que a primeira acepção de *cachimbo* seja primordial, e a palavra uma única, o vocábulo conhecido com tal significação, que do português *cachimbo* se aproxime, é o turco *cibug*, a respeito do qual Marcelo Davic, no seu precioso suplemento ao dicionário francês de E. Littré, diz o seguinte: «*Chibouque*. Dans Bochter *choubouque*, qui est le turc *tchoubouq*, *tchibouq*, proprement *bâton*, *tuyau*, et puis *pipe* (cf. *tchabouq*, *bâton*, *baguette*)».

«A aceitar este étimo, teríamos de supor ainda que o nome nos viria por intermédio de povos cafríais, em que o prefixo *ka* é diminutivo, e se desse a nasalização do *b*, *kacimbu*, com supressão

da consoante final, e deslocação do acento para a penúltima sílaba, como é próprio destas línguas. Parece-me, porém, muito excogitado o processo, para que, sem demonstração, se aceite o étimo, pois nenhum facto positivo na história da transmissão do vocábulo se poderia citar, que o abone».

Bluteau (1713) regista a forma *cachimbo*, com as duas accepções.

20 — **Cacimba.** — «Hoyo que se hace en la playa para buscar agua potable. | 2. Balde, 1.^{er} art.» (isto é, «Cubo, generalmente de lona o cuero, que se emplea para sacar y transportar agua, sobre todo en las embarcaciones»).

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. na sua 12.^a ed. (1884) também ainda o não regista. Não cito a 13.^a, porque a não tenho à mão. — Na 14.^a regista-o, dizendo: «(De *cazo*)...». — Na 15.^a e na 16.^a diz: «(De *cachimba*)...».

Bluteau em 1713 regista a palavra dizendo: «*Cacimba*. (Termo do Brasil). Assim chamam umas covas, que como pequenos poços abrem junto do mar, para tirarem água doce, que com tão vizinha da salgada, fica ainda demasiadamente salobra, e apenas de serviço para uso mais ordinário. Na guerra do Brasil era a água, de que se valiam os Holandeses no Recife, à falta da que os moradores tomavam no rio Beberibe, uma légua distante, aonde a maré não chega. «Saíam por água às *Cacimbas* do Recife». Brito. *Guerra Brasileira*, pág. 186. «Os nossos com o lodo dos charcos, e com as *Cacimbas* das praias». Vieira, Tom. 8. 547».

Gonçalves Viana, *Apost.*, I, 192, disserta assim: «*Cacimba*, *Cacimbo*. — O primeiro destes vocábulos tem duas accepções:

«Como termo da África Portuguesa, tanto Ocidental, onde se originou, como Oriental, para a qual foi levado pelos portugueses, é, como define o *Novo Dicionário* (o de Cândido de Figueiredo), — «poço que recebe a água pluvial, filtrada por terrenos circunjaçentes, e da qual se servem as povoações» —. Neste sentido é o quimbundo *quixima*, (e não, quichima, como está escrito no dito dicionário): — «A ilha dos Elefantes ... dista 18 milhas de Lourenço Marques ... A água que bebem (os leprosos da *gafaria*, e, não, *gafeira*, como se intitulou, pois este vocábulo é o nome da doença) é fornecida por cacimbas». — (*Jornal das Colónias*, de 24 de Julho de 1905. V. *Gafo*).

«Como se vê, trata-se da África Oriental.

«A segunda acepção, «chuva miúda», é mais usada no Continente do que na África Ocidental, onde lhe chamam de preferência *cachimbo*.

«É naturalmente outro vocábulo diverso, mas não sei dizer qual. Veja-se *cachimbo* em *tabaco*».

Em presença do que fica exposto, não será lícito admitir a hipótese de que a forma castelhana é de origem portuguesa? Não sou eu quem responda a esta pergunta. Limito-me a sugerir a hipótese.

21 — **Cafre**. — «Habitante de la parte oriental del África del Sur, en las colónias inglesas del Cabo y del Natal. ...»

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 2.^a ed., pelo menos. — Na 12.^a diz: «(Del ár. ..., *cáfir*, descreído, infiel)*. o que mantém nas seguintes.

Sebastião Rodolfo Dalgado, *Gloss. Luso-Asiático*, diz: «... (também *cafra*, registado por Bento Pereira). Preto, negro. *Kāfir* (pl. *kofra*), em árabe, significa «infel, incrédulo», e designa qualquer individuo que não professa o islamismo. Aplicado, entre outros, aos pagãos da África Oriental, os portugueses adoptaram-no, restringindo a sua significação, e transmitiram-no às outras nações europeias». A seguir dá-nos muitas abonações.

Em francês há ou houve *cafre*, que nem Littré, nem Darmesteter, nem Bloch registam, mas que se encontra no *Petit Larousse*.

O inglês tem *kafir*, que Webster tira directamente do árabe.

22 — **Canela**. — «Corteza de las ramas, quitada la epidermis, del canelo, de color rojo amarillento y de olor muy aromático y sabor agradable. | ...»

a) — Covarrubias (1611) já regista a palavra, sobre cuja origem diz: «Dixose assi a *canna*, por venir en forma de cañuto, y assi se llama *calamus aromaticus*; pero lo más cierto es traer origen del nombre hebreo..., *cane*, *calamus aromaticus*, canela vulgo, ex *Thesouro linguae Sanctae*».

b) — A Ac. Esp. regista o termo desde a 2.^a ed., pelo menos. — Na 11.^a ed. ainda lhe não atribui étimo algum. Na 12.^a diz: «(Del ital. *cannella*)». — Não tenho presente a 13.^a ed., mas na 14.^a, na 15.^a e na 16.^a muda de opinião: «(Del b. lat. *canella*, d. del lat-*canna*, caña)».

É interessante ouvir o que dizia Bluteau em 1713: «...Mais acertada seria a etimologia da Canela do hebraico *Cane*, que quer dizer *Cálamo aromático*, ou de *Chanat*, que (segundo o *Lexicon* de Thomasini) vale o mesmo, que *aromatizar*, ou *embalsamar*; mas sem recorrer a estranhas, e peregrinas derivações, muito mais natural parece o dizer, que a *Canela*, se chama assim da feição, que toma da *cana*, ou *canudo*, quando tirada da árvore, e exposta ao ar, ou a um sol brando, se enrola em si mesma, ao mesmo passo, que se vai secando...».

Bloch, *Dict.*, informa-nos: «*Cannelle*, substance aromatique, XII^e siècle (*Voyage de Charlemagne*). — Ce mot dérive certainement du précédent (isto é, de *canne*, XIII^e siècle. — Emprunté du latin *canna* «roseau, tuyau», du grec *kanna*, mot d'origine orientale) et est dû à la forme en petits tuyaux que prend l'écorce desséchée du cannelier. Mais le lieu de formation du mot n'est pas déterminé, cf. italien, ancien provençal *canella*, espagnol e portugais *canela*; il a été probablement répandu par le latin médiéval *cannella*».

Este problema apresenta-nos dois aspectos distintos: um *morfológico*, e o outro *semântico*. Quer dizer: importa determinar as origens das formas românicas: *canela* (port. e cast.), *cannella* (ant. prov. e ital.), e *cannelle* (fr.); — e importa, por outro lado, determinar a origem do significado de *casca* de certa planta oriental.

As formas port., prov. e ital. podem muito bem ser representantes de um lat. **cannella*, diminutivo de *canna*. De tal étimo o que seria natural em cast. e em fr., seriam respectivamente *cañella* (= *canhelha*) e *chanelle*.

É possível que tivesse sido por esta razão, acrescida da do significado de uma especiaria oriental, que os Portugueses divulgaram pela Europa, que Meyer-Lübke escreveu na 2.^a ed. do REW, 1597: «... ital. *cannella*, nprov. *kanelo*, span. *canilla* «Hahn am Fasse», span. *canilla* «Schienbein», «Spule», port. *canela* (> span. *canela*, ital. *cannella*, frz. *cannelle*) «Zimt»; ...», passo que na 3.^a ed. omitiu no n.º 1597, mas que incluiu no n.º 1602 b.

Webster, *Dict.*, atribui origem castelhana à forma inglesa *canela*. Skeat não regista o termo.

Fácilmente poderia fazer farta colheita de citações de autores portugueses do século XVI, em que se fala da *canela* (especiaria). Basta para isso indicar João de Barros, *Década* I, Liv. VIII, Cap. I (p. 177 da ed. de 1727); Garcia de Orta, *Colóquios*, I, ps. 201-217, 223-231, 265, 328, 345, 352; II, p. 396 (da ed. de 1895,

onde se deve ler o que escreveu em nota o Conde de Ficalho); *Lusiadas*, II, 4, e IX, 14; etc.

Sebastião Rodolfo Dalgado, *Gloss. Luso-Asiático*, trata muito documentadamente deste termo.

23 — **Caramelo**. — «Pasta de azúcar hecho almíbar al fuego y endurecido sin cristalizar al enfriarse. Es quebradiza y generalmente se aromatiza con esencias. . . ».

a) — Covarrubias registra *caramel*, que define: «Especie de sardina». Com o significado de rebuçado, registra *caramelos*, dizendo: «Son unas tabletas, o pastillas de boca, hechas de açúcar cande de redoma y aceite de almendras y otras cosas a propósito, para ablandar el pecho. Es nombre arábigo, y trae origen de *carama*, que vale tanto como regalo, porque se ha de traer en la boca e irse regalando poco a poco, por la garganta al pecho».

b) — A Ac. Esp. registra a palavra desde a 2.^a ed., pelo menos. Nas eds. 14.^a e seguintes diz: «(Del b. lat. *calamellus*, azúcar, de *canamella*, cañamiel, y éste del lat. *canna*, caña, y *mel*, miel)».

c) — Menéndez Pidal não trata da forma *caramelo*, mas trata de *caramillo*, *Gram. Hist.*, § 23, a que atribui o étimo *calamellu*, o qual especifica a Ac. Esp. deste modo: «(Del lat. *calamellus*, d. de *calamus*, caña, zampoña)».

Oçamos antes de mais nada o que diz Antenor Nascentes, *Dic.: «A. Coelho dá a etimologia do Littré, a qual se acha em Sousa: o ár. *kora*, bola, e *mokhala*, coisa doce G. Viana, *Apost.*, I, 231, deriva do lat. *calamellu*, dim. de *calamu*, colmo, com dissimilação do primeiro *l* e supressão do segundo *a*, desenvolvendo-se depois outro *a* por anaptixe: *calamellu* — *calmellu* — *carmelo* — *caramelo* (v. RL, II, 105, ALP, VII, 372). M. Lübke, REW, 1602, alegando que a história do vocábulo e a da coisa não é clara, repele a aproximação com *calamu* como não fundada na realidade. Propõe lat. *cannamellis*, cana de açúcar; esp. *cañamel* (aliás *cañamiel*), *caramelo*, it. *cannamele*, *caramella*, fr. ant. *calemel*, fr. mod. *caramel* (*Zeitschrift rom. Phil.*, XXVIII, 106)».*

As palavras de G. Viana são: «*Caramelo*, *carambelo*. — Em castelhano *caramelo* é o nome de uma guloseima, a que nós chamamos «rebuçado», entanto que *azucarillo* corresponde ao nosso *caramelo*. Neste sentido, como no de «gelo», o étimo parece ser *calamelum*, diminutivo de *calamum*, «colmo», com dissimilação do primeiro *l* e supressão do segundo *a* em português, *cal'mellum*, *carmelo*, *cara-*

melo: *carambelo* está para *caramelo*, como o português *lombo* para o castelhano *lomo*».

O étimo *calamellu* não foi proposto em primeira mão por G. Viana: as *Apostilas* são de 1906, e já na *Rev. Lusit.*, II, 105, falava assim Leite de Vasconcelos: «*Carambelo*, *caramelo*. — Cfr. cast. *carmelo*. Quanto ao som, cfr. açor. *prímbo* (= primo) e o arc. e dial. *começar* (= começar = lat. *cum-initiare*). Entre as etimologias propostas para explicar *caramelo*, a que me parece mais aceitável é a do lat. *calamellus* (**cal'mellus* ou **c'lamellus*)».

Leite de Vasconcelos não diz quem o antecedeu, mas Diez já dizia: «*Chalumeau* für *chalemeau*, alt. *chalemel*, pr. *caramel*, sp. *caramillo* rohrpfeife, schalmei; von *calamus*, schon in den Casseler glossen mit *l calamel*». É verdade que Diez se não refere ao português.

Bloch, *Dict.*, a respeito do fr. *caramel* diz: «1680. — Emprunté de l'espagnol archaïque *caramel*, XVII^e siècle, aujourd'hui *caramelo*, d'origine obscure: peut-être altération du latin médiéval *cannamella* «canne à sucre» (représenté déjà par *cañamiel*, de même sens), par croisement avec *caramillo* «roseau», voir *chalumeau*».

Gamillscheg, *Dict.*, diz: «*Caramel* «Gersten zucker». 17. Jhdt. aber schon afrz. *calemel* «Zuckerrohr», aus nlat. (*carameliis*), d. i. Kreuzung von *cannamellis* Zuckerrohr», s. *cannamelle*, mit lat. *calamus* «Rohr», Baist, ZRP 28, 106 ff.; REW 1602».

As palavras de Meyer-Lübke são: «1602. *Cannamellis* «Zuckerrohr». It. *cannamele*, afrz. *calemele*, sp. *cañamiel*; nfrz. *carame'*, sp., pg. *carame'o*, it. *carame'la* «Karamel» Baist. Zs. 28, 106. — Salvioni, RDR. 4, 234. (Die Geschichte des Wortes und der Sache ist nicht klar)».

Na realidade, como diz Meyer-Lübke, «a história da palavra e da coisa não está clara». Contudo, vamos analisar a possibilidade da evolução dos dois étimos propostos nas duas línguas, portuguesa e castelhana.

Da forma *calamellu*, dimin. de *calamu*, a evolução para o port. *caramelo* é absolutamente regular: dissimilação do primeiro *l* em *r*, e simplificação e conservação dos dois *ll* intervocálicos. Em castelhano, tal evolução não seria regular na parte relativa aos dois *ll*, que deviam ter passado a *ll* (= *lh*) castelhano, como passou (se admitimos o étimo *calamellu*) em *caramillo*.

Da forma *cannamelle*, o que regularmente devia haver em português seria *canamel*, forma que não sei se alguma vez existiu na nossa língua. Em castelhano, é regular a passagem de *cannamelle* a *cañamiel*.

A passagem de *cannamelle* para *calamelle* por cruzamento, como propõe Gamillscheg, é aceitável, mas a forma *calamelle*, admitindo a dissimilação do primeiro *l*, como ficou acima indicado, não devia ter dado regularmente em português *caramelo*, nem em castelhano **caramello* ou *caramillo*, visto que a terminação *-elle* não tem regularmente tal evolução nas duas línguas: o que dessa forma devia ter resultado seria *caramel*. É verdade que não seria impossível dar depois a esta última forma a terminação *-o*, característica do masculino, mas não vejo bem a necessidade de tal fenómeno.

Aqui fica apresentado o problema. A forma *caramelo*, partindo da hipótese de que o étimo é *calamellu*, é em português absolutamente regular; em castelhano ela parece-me estranha.

24 — **Carcunda** — «despect. *Carca*, 1.^{er} art. (isto é, *carlista*, partidário de Carlos de Borbon)».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. só o regista nas eds. 15.^a e 16.^a (1925 e 1936), mas não lhe atribui étimo algum.

Bluteau, no *Suplemento* (1727), regista o termo, limitando-se a dizer: «*Carcunda*. Corcova. Palavra chula». — Também regista *Carcundo*, dizendo: «Gebo. Corcoz. Vid. nos seus lugares».

Gonçalves Viana, *Apost.*, I, 208, atribui-lhe origem quimbunda (Cf. a seguir, § 25, *Carimbo*).

Neste momento não me é possível procurar a razão de ser do significado, que em castelhano tem a palavra, que muito provavelmente outra não é que a portuguesa, isto é, a de «corcova, giba, joroba».

25 — **Carimbo**. — «*Bol.* Hierro para marcar las reses». — CARIMBA. «En el Perú, marca que con hierro candente se ponía a los esclavos. | 2. *Cuba*. Calimba».

a) — Covarrubias não regista nem *carimbo*, nem *carimba*.

b) — A Ac. Esp., na 12.^a ed. (1884), ainda não registava a palavra. Não tenho à mão a 13.^a. — Na 14.^a (1914), só regista *carimba*. — Na 15.^a e na 16.^a regista as duas formas, mas a nenhuma atribui qualquer étimo.

Gonçalves Viana, *Apost.*, I, 208, informa-nos: «O prefixo *ca* é diminutivo em quimbundo, e a palavra, muito usual *carimbo* é simplesmente o diminutivo de *quirimbu* «marca», como *carcunda* é

o quimbundo *caricunda*, «costinbas...», e cita o *Ensaio do Dicionário Kimbundo-Portuguez*, Lisboa, 1893. (Cf. A. Nascentes, *Dic.*).

26 — **Cariño** — «Inclinación de amor o buen afecto que se siente hacia una persona o cosa. | 2. fig. Expresión y señal de dicho sentimiento. Ú. m. en pl. | 3. fig. Esmero, afición con que se hace una labor e se trata una cosa».

a) — Covarrubias (1611) já regista o termo em dois lugares fora da ordem alfabética, dizendo: «Vale amor, voluntad, afición, querencia; del nombre *carus*, *vide supra*» (p. 300); «Vale amor, voluntad y reconocimiento a la antigua amistad y querencia; del mesmo nombre *χαρις*, amor».

b) — A Ac. Esp. diz: «(de *caro*, amado, querido)», o que dá a entender que considera a palavra formada dentro do castelhano.

Pela forma, creio que não pode haver a mais pequena dúvida de que a palavra *cariño* não é castelhana de origem. Em português ela é corrente, *carinho*, e a sua formação nesta lingua é evidente.

Meyer-Lübke, REW, 1725, diz: «...; pg. *carinho* (>sp. *carño*, siz. *kariña*, sard. *kariña*) «Liebenswürdigkeit».

O que não vejo claro é como se teria passado do português para o siciliano e para o sardo. Não teria sido mais natural que para essas linguas o termo tivesse passado do castelhano?

27 — **Catinga**. — «*Amér.* Olor fuerte y desagradable propio de algunos animales y plantas. | 2. *Amér.* Olor que los negros exhalan al transpirar. | 3. Bosques del Brasil formados por árboles de hojas caducas. | 4. *Chile*. Nombre que por desprecio dan los marinos a los soldados de tierra. | 5. *Argent.* Sobaquina (isto é, «Sudor de los sobacos, que tiene un olor característico y desagradable»).

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. só o regista nas eds. 15.^a e 16.^a, onde diz que é «(Voz guarani)».

Blateau, *Suplemento* (1727), já nos diz: «*Catinga*. Palavra de Angola, fedor de Negros, como de Raposinhos», e cita estes versos de Francisco de Sousa Abrada, *Estancia Moral*, 34:

Que os taes imitar pertendaõ
A poesia de Angola
Cuja Catinga os consola
Como conclusã negreira.

Os conhecedores das línguas de África que se pronunciam. Pela sua estrutura, tenho a impressão de que na realidade se trata de uma palavra de origem africana, que os Portugueses teriam levado para o Brasil, e daí teria passado para a zona espanhola da América do Sul. Cf. *cacimba*, *cachimba*, *mandiga*.

28 — **Chá**. — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

29 — **Chamada**. — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

30 — **Chamarasca**. — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

31 — **Chamariz**. — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

32 — **Chamizo**. — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

33 — **Chamuscar**. — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

34 — **Chamusquina**. — «Acción y efecto de chamuscar o chamuscarse. | 2. fig. y fam. Camorra, 1.^a acep. (isto é, «Riña o pendencia»). | *Oler a chamusquina*. fr. fig. y fam. con que se da a entender el recelo que se tiene de que una disputa venga a parar en riña o pendencia. | 3. fig. y fam. Se decía de las palabras o discursos peligrosos en materia de fe».

a) — Covarrubias não regista o termo, mas refere-se a ele no corpo do artigo *chamuscar*: «Quemarse la superficie de alguna ropa, que dando de sí un cierto olor dezimos que huele a chamusquina. El que ha passado por algún fuego, y se ha quemado barbas o cabello, dezimos averse chamuscado. Díxose chamuscar *quasi* cremuscar, de *cremo*, *as*, por quemar, o está el vocablo corrompido de llamuscar».

b) — A Ac. Esp. regista o termo desde a 2.^a ed., pelo menos, mas em nenhuma delas lhe atribui qualquer étimo.

Que eu saiba, a palavra não existe, nem nunca existiu em português. Se assim é, *chamusquina* não é um portuguesismo directo, mas é-o indirecto, tirado do radical de *chamuscar*.

A frase castelhana *oler a chamusquina* corresponde exactamente à portuguesa *cheirar a chamusco*, que é muito corrente.

35 — **Chanela**. — «ant. Chinela».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 2.^a ed., pelo menos. — Na 14.^a e seguintes diz: «(Del b. lat. *planella*, zueco, y este del lat. *planus*, llano)».

Veja-se o que disse em *Chinela*, tratado no primeiro artigo.

36 — **Chapa**. — «Hoja o lámina de metal, madera u otra materia. | 2. Mancha de color rojo que se ponían artificialmente las mujeres en el rostro. | 3. Entre zapateros, pedazo de piel, comúnmente baldés, con que aseguran las últimas puntadas en los extremos de las cortaduras o uniones de unas piezas con otras. | ...».

a) — Covarrubias regista a palavra, a que atribui significados semelhantes aos indicados.

b) — A Ac. Esp. regista-a desde a 2.^a ed., pelo menos. — Na 12.^a diz: «(Del lat. *capere*, contener, coger)». — Na 14.^a e seguintes muda de opinião: «(Del m. or. que *placa*, o sea de la raíz indoeuropea *clap-*, en gr. *πίζω*-, por metátesis)».

Com o significado genérico de lâmina de metal, de madeira, isto é, de *placa*, creio que só em português e em castelhano existe esta forma. — Diez, Körting e Meyer-Lübke não a registam.

Se é certo que *chapa* é da mesma origem que *placa*, como diz a Ac. Esp., proveniente da raiz *clap-*, não vejo a possibilidade de explicar a passagem do *cl-* a *ch-*, em castelhano: em português é sabido que tal passagem é normal.

Chapa e *placa* têm fundamentalmente a mesma significação. Semânticamente, portanto, não repugna aceitar o parentesco proposto pela Ac. Esp. Foneticamente, a evolução de *placa* em português só poderia ser *chaga* ou *praga*; a forma *chapa* teria de pressupor, não, como indica a Ac. Esp., um **clapa*, com uma simples metátese, mas um **clappa*: o *-p-* singelo intervocálico, no português, como no castelhano, sonoriza-se normalmente em *-b-*, o que teria de nos dar *chaba*.

Antenor Nascentes diz: «Do fr. *chape* (cfr. o *ch*) (A. Coelho)». — Sendo assim, o étimo remoto do nosso *chapa* teria sido o lat. *cappa*.

Foneticamente isto é aceitável, mas semânticamente surgem dificuldades: não vejo bem claro a relação que possa haver entre as *chapas* e as *capas*; por outro lado, não descortino de uma maneira convincente um paralelo entre o significado de *placa*, que

atribuímos ao nosso *chapa*, e os vários significados, que os dicionários atribuem ao fr. *chape*, os quais não passam de modalidades mais ou menos claras de *capa*.

37 — Chapin. — «Chancelo de corcho, forrado de cordobán, muy usado en algun tiempo por las mujeres. | 2. Pez parecido al cofre, que vive en los mares tropicales. | de la reina. Servicio pecuniario que hacia el reino de Castilla en ocasión de casamiento de los reyes».

a) — Covarrubias (1611) disserta assim sobre esta palavra: «Dixose chapin, *quasi* capin, *eo quod capiat pedem*, como hemos dicho del çapato. Outros dizem ser griego, *quasi* *ταπεινος*, *humilis*, por traerle debaxo de los pies. El padre Guadix pienso que dize ser arábigo, de *chipin*, que vale alcorque. El doctor Laguna, sobre Dioscorides, lib. I, c. 70, dá otra etimologia al chapin por estas palabras: «Recibieron del sapino los chapines su nombre, ni más ni menos que los alcorques del alcornoque; por quanto la materia del sapino, por ser leviana en extremo, ni embever en sí el agua ni el lodo, antiguamente solía entrexerirse en ellos, como se entrexiere oy día por toda Italia en lugar de los corchos». Hasta aquí es el doctor Laguna; el sapino es cierta especie de pino. Un cavallero huve en Italia muy nombrado, que se llamó Chapin Vitelo. Y algunos soldados han tenido este nombre, con ocasión que aviendolos encoxado en guerra han usado de un çueco alto como chapin, para não coxear tanto».

b) — A Ac. Esp. na 2.^a ed. diz: «El p. Alcalá dice ser nombre arábigo, y que se llama *chapin* de *chipin*, que vale alcornoque, de cuya corteza se forman sus suelas. *Solea, sandalium*». — Nas últimas eds. limita-se a dizer que vem de *chapa*.

Antenor Nascentes, *Dic.*, informa-nos: «Para A. Coelho talvez se derive de *chapa*; este autor manda comparar com *chinela*. Observa que as etimologias do it. *sapino*, espécie de pinheiro de cuja madeira se fazia a sola deste calçado, ou do it. *scarpini*, oferecem dificuldades».

Em 1606, Duarte Nunes de Leão, na *Origem da Lingua Portuguesa*, p. 55 da 1.^a ed. (Cap. VIII), dizia: «Chapin de *sapinus* árvore de matéria leve, e espécie de pinheiro alvar de que em Itália fazem este calçado, e socos como fazemos de cortiça, segundo Laguna in Dioscoridem como também dizemos pantufos, de *pan*, *pantos*, e *phellos* por cortiça, quasi tudo cortiça, segundo Joaquim

Periónio, no tratado da cognação da lingua Francesa, com a Grega. E como dizemos alcorques de alcornoque palavra Castelhana, que quer dizer soveiro, que dá a cortiça, segundo o mesmo Laguna» (modernizei a ortografia).

Bluteau tem um longo artigo sobre esta palavra. Depois de se referir ao passo transcrito de Duarte Nunes de Leão, diz: «... Chapins da Rainha, ou da Princesa (Termo da Corte de Portugal). Certo tributo, que se paga a estas pessoas Reais. É muito antiga nas Cortes a denominação desta casta de tributos. ...»

«Chapins da Rainha. Depois que Portugal teve Reis, um deles deu às Rainhas a Vila de Alenquer para seus *Chapins*, de modo que se veio esta Vila a chamar *Chapins da Rainha*. ...». — Cf. Viterbo, *Elucidário*.

Não tenho neste momento elementos para falar desenvolvidamente da expressão *Chapins da Rainha*. Seria interessante verificar a sua antiguidade em Portugal e em Espanha. É provável que uma destas nações a tivesse recebido da outra.

38 — **Chato**. — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

39 — **Chaveta**. — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

40 — **Chinela**. — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

41 — **Chocallo**. — «ant. Zarcillo, 1.^a acep. (isto é, «Pendiente», no sentido de «Arete con adorno colgante o sin él»).

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 2.^a ed., pelo menos, mas em nenhuma lhe atribui qualquer étimo.

Em port. há *chocalho*, que Cândido de Figueiredo define: «Instrumento de metal, com badalo, e mais ou menos semelhante a uma campainha, para se pôr ao pescoço de animais. ...».

Tratar-se-á da mesma palavra? O *chocalho* português é uma espécie de *campainha*, que se dependura ao pescoço dos animais por meio de uma *coleira* (de um *arete* que fica *pendiente*).

A par de *chocalho* há em port. *choca*, de que os etimologistas derivam a primeira forma. A respeito de *choca* diz A. Nascentes: «Do lat. **clocca*, de origem germ. (al. mod. *Glöcke*), v. Cornu, *Port. Spr.*, § 136, A. Coelho, M. Lübke, REW, 1995».

A passagem de *clocca* para *choca* em português é absolutamente regular, pelo que respeita a fonética. Semânticamente, o al. *Glocke*, o port. *choca*, como o fr. *cloche*, coincidem: na essência todos estes termos designam uma campainha.

Pelo que fica exposto, não será lícito perguntar se a forma cast. *choca'lo* não é a port. *chocalho*?

Meyer-Lübke na 2.^a ed. de REW, 1995, dizia: «*clocca* «Glocke». ... «Kirschenglocke», astur. *llueca*, port. *choca* «Kuhshelle»; ... ». Este passo foi omitido na 3.^a ed., onde não considera as formas portuguesas *chocalho* e *choca*, não sei porquê.

Na 3.^a ed. abriu um novo número, 4584 *a*, onde diz: «*jocalia* (mlat.) «Geschmeide». Arag. *jocalias* «Geschmeide», asp. *chocalla*, *chucallo* «Ohrring». — Ablt. asp. *jocaliar*, nsp. *chicoliar* «einer Dame Schmeicheleien sagen Garcia de Diego, RFE. 7,141».

42 — **Chocho**. — «Altramuz, 2.^a acep. (isto é, tremoço). | 2. Canelón, 4.^a acep. (isto é, «Confite largo que tiene dentro una raja de canela o de acitrón»). | 3. pl. Cualquiera cosa de dulce, que se ofrece o da a los niños por que callen e para que hagan lo que no quieren». — «Que chochea. | 2. fig. y fam. Lelo do puro carinho».

a) — Covarrubias regista o termo, dizendo: «El que sabe poco y es como niño de teta. *Vide choto*». — Em *choto* diz: «Mamón. Chotar, mamar o por el sentido que hace el cabritillo quando mama a la madre, como hemos dicho verbo chocho, o choto se diga quasi chato. Epicteto del cabrón, *id est simus*, romo».

b) — A Ac. Esp., para o primeiro grupo de acepções acima indicadas, não atribui étimo algum ao termo; para o segundo grupo, já diz na 14.^a ed. e nas seguintes que: «(Tal vez del lat. *stultus*, tonto)». — Na 12.^a dizia: «(Del ital. *sciocco*)».

Existe na linguagem corrente portuguesa a forma *chocho*, com várias acepções. Cândido de Figueiredo dá-nos: «*Chocho*¹, *adj.* Que não tem suco. Sem miolo. Seco. Goro, (falando-se de ovo). Fig. Oco. Fútil. Tolo. Sem préstimo. Enfraquecido, doente. (Do lat. *suctus*)». — «*Chocho*², *m.* Pop. Beijoca: «por lhe dar um chocho em cima do buço ...» Castilho, *Ontono*, 222 (T. onom.)». — «*Chocho*³, *m.* Prov. transm. O mesmo que tremoço».

Antenor Nascentes informa-nos: «Do lat. *fluxu* (Cornu, *Port. Spr.*, §§ 28, 135 e 233, Nunes, *Gram. Hist. Port.*, 92). A. Coelho tinha tirado do lat. *exsuctus*».

No § 135 diz Cornu: «... , *chôcho* mit Silbenassimilation *fluxus*, ...», conceito que, embora não cite Cornu, Nunes repete, dizendo: «... , *fluxu*, *chocho* (assimilação de sílabas), ...», p. 98 da 3.^a ed.

Se na realidade o étimo é *fluxu*, em port. a forma *chocho* compreende-se até certo ponto, visto que é de regra a passagem do *fl-* a *ch-* (Cf. *flama* > *chama*); no castelhano, como é sabido, tal grupo dá normalmente *ll* (= *lh*).

Digo acima que em português se compreende até certo ponto, visto que a grafia *chocho* não corresponde totalmente ao étimo *fluxu*: a grafia exacta seria *chozo*.

43 — **Chopa.** — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

44 — **Chopo.** — «Álamo negro».

a) — Covarrubias regista a palavra, dizendo: «Especie de álamo que se cria cerca de la ribera; por ventura se dixo assi porque las rayzes chupan la humedad del agua». — É pitoresca a explicação de Covarrubias.

b) — A Ac. Esp. regista-a desde a 2.^a ed., pelo menos. — Nas últimas eds. diz: «Del lat. *populus*, álamo».

c) — Menéndez Pidal, *Gram. Hist.*, § 4, 6), inclui-a na lista das palavras de origem galego-portuguesa.

Os nossos dicionários costumam grafar *choupo* e não *chopo*. Contudo, antes de *choupo* deve ter havido *chopo*.

Antenor Nascentes diz: «*Choupo*. — Do lat. **plappu* por *populu* (Diez, *Gram.* I, 195, M. Lübke, *Introdução*, § 138, REW, 6655, Lindsay, *The Latin Language*, § 11); esp. *chopo*, *pobo*, it. *pioppo*, fr. ant. *peuple*, mod. *peuplier* (com sufixo). Passou de fem. latino a masc. port. por causa da terminação».

Sobre este artigo muito mais poderia dizer, mas reservo o assunto para outra oportunidade.

45 — **Choza.** — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

46 — **Chubasco.** — «Chaparrón o aguacero con mucho viento. | 2. fig. Adversidad o contratiempo transitorios, pero que entorpecen o malogran algún designio. | 3. *Mar.* Nubarrón obscuro y cargado de humedad que suele presentarse en el horizonte repentinamente, empujado por un viento fuerte, y que no siempre se

resuelve en agua, por lo cual se denomina unas veces *chubasco* de de agua y otras *chubasco* de viento».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 2.^a ed., pelo menos. Nas últimas eds. diz: «(Del lat. *pluvia*, lluvia; en port., *chuva*)».

c) — Menéndez Pidal, *Gram. Hist.*, § 4, 6), inclui-o na lista dos termos de origem galego-portuguesa.

Não resta a mais pequena dúvida de que a forma castelhana não pode ter vindo do lat. *pluvia*. Seria ocioso discutir o assunto.

No port. corrente há *chuvisco*. Cândido de Figueiredo regista a forma *chuvosco*, que abona com Venceslau de Moraes, autor moderno. É possível que tal forma exista correntemente nalguma região do país, mas eu não a conheço. Se não existe, a forma cast. teria sido criada dentro do castelhano, sim, mas do radical port. *chuva*.

47 — **Chumacera**. — «Pieza de metal o madera, con una muesca en que descansa y gira cualquier eje de maquinaria. | 2. *Mar*. Tablita que se pone sobre el borde de la lancha u otra embarcación de remo, y en cuyo medio está el tolete. Sirve para que no se gaste el borde con el continuo roce del remo. | 3. *Mar*. Rebajo semicircular practicado en la falca de los botes, generalmente forrado de hierro o bronce, que sirve para que en él juegue el remo. Substituye el tolete».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 5.^a ed., pelo menos. Nas últimas diz: «(Del port. *chumaceira*, de *chumazo*, colchón o almohadilla de pluma, y éste del lat. *plumacium*)».

No artigo *chumazo*, A. Nascentes diz: «Do lat. *plumacu*, travesseiro de penas (M. Lübke, REW, 6611, Diez, *Gram.*, I, 196, A. Coelho); esp. *plumazo*, it. *plumaccio*. É estranha a evolução do *pl* em sílaba átona».

Transcrevi este passo por causa da conclusão de A. Nascentes: não me parece estranha a evolução do *pl* em *ch* em sílaba átona inicial, pois que outros exemplos a corroboram: *planat* > *chaada* > *chada* > *achada*; *plantare* > *chantar*; *plicare* > *chegar*; *plorare* > *ch rar*.

48 — **Chus**. — «V. *Tus*». — Em *Tus* diz a Ac. Esp.: «Voz para

llamar a los perros. Ú.m. repetida. | *Sin decir tus ni mus*. loc. adv. fig. y fam. *Sin decir palabra*».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. só começa a registá-lo na 12.^a ed. (1884). — Na 14.^a e seguintes diz: «(Del lat. *plus*, más)».

c) — Menéndez Pidal, Gram. Hist., § 79, 1), n., diz: «En la Rioja se usó antiguamente (*Glosas Emilianenses*, Berceo) al lado de *mas* la forma *plus*, que por su *pl-* indica ser propia del dialecto navarro-aragonés (§ 39, 2). Berceo usa también *chus*, cuya *ch-* denuncia procedencia galego-portuguesa. Véase *Orígenes del Español*, p. 333-334».

Antenor Nascentes dá-nos: «Do lat. *plus*, mais; esp. ant. *chus*, it. *più*, fr. *plus*. Hoje aparece somente na locução *nem chus nem bus*, que equivale à espanhola *ni tus ni mus*, onde *tus*, pela referência da Academia Espanhola, é alteração de *chus*. V. Leite de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa*, 190; G. Viana, *Apost.*, I, 301; RL, XV, 315; Cornu, *Port. Spr.*, § 134; João Ribeiro, *Frases Feitas*, I, 26; Nunes, *Degradações Lexicológicas*, 172».

49 — **Chusma**. — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

50 — **Cobra**. — «Serpiente venenosa de los países tropicales, que llega a tener más de dos metros de largo. Pertenece al género *naja* y es sumamente dañina. También se llama serpiente o culebra de anteojos».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. só na 15.^a e na 16.^a eds. (1925 e 1936) o regista, mas sem lhe atribuir qualquer étimo.

Além do significado de réptil, acima referido, a palavra *cobra* tem outro em castelhano, isto é: «Coyunda para uncir bueyes. | 2. Cierta número de yeguas enlazadas, y amaestradas para la trilla».

Evidentemente, nesta acepção a palavra é outra, o que a Ac. Esp. reconhece, pois que diz dela em lugar à parte: «(Del lat. *copula*)».

Menéndez Pidal, lugar citado, nesta última acepção considera o termo também proveniente do lat. *copula*, mas por intermédio do leonês: «...; podemos creer *leonesas* la voz *cobra*, *cobre*, «soga, reata», de *copula*, pues en leonés los grupos cuya segunda consonante es una *l* la truecan en *r*,...».

Em português a forma *cobra* tem, de uma maneira geral, três acepções diferentes: *cobra* (arc.) = *copla* (< lat. *copula*); *cobra* = corda, etc. (< lat. *copula*); *cobra* = réptil (< lat. *colubra*).

No mesmo artigo *cobra*, réptil, dá Cândido de Figueiredo para o português: «Prov. Corda, com que se amarram pelo pescoço as éguas ou vacas que debulham cereais na eira. Fila de vacas amarradas nas condições anteriores. ...».

Esta acepção, como se vê, é a mesma da forma castelhana, a que Pidal atribui origem leonesa, do lat. *copula*, e que a Ac. Esp. define assim: «Coyunda para uncir bueyes. | 2. Cierta número de yeguas enlazadas, y amaestradas para la trilla».

Não creio que Cândido de Figueiredo tenha tido razão para incluir na mesma forma os dois significados, de réptil e de corda, pois que nesta segunda acepção a origem deve ser, como diz Pidal e como diz a Ac. Esp., o lat. *capula*: este emprego de *copula* é paralelo ao de *jugo*, no sentido de canga. Não me atrevo a discutir a opinião de Menéndez Pidal, quanto a ser leonesismo a forma cast. *cobra* no sentido de corda.

A forma *cobra* no sentido de serpente, porém, creio que não pode haver dúvida de que é um portuguesismo da língua castelhana.

Em francês há também *cobra* nesse sentido, sobre a qual diz Bloch: «*Cobra*, 1587 (*cobra capel*). — Emprunté du portugais *cobra capelo* ou *cobra de capelo*, dit ainsi à cause de la peau en forme de capuchon que ce serpent a sur la tête; *cobra* représente le latin populaire **colōbra*, voir *couleuvre*».

Em inglês também existe. Webster diz: «Pg. *cobra de capelo* serpent of the hood». — Skeat pensa de igual modo.

51 — **Coco**. — «Árbol de América, de la familia de las palmas, de 20 a 25 metros de altura, ...».

a) — Covarrubias diz: «Nuez de la India; es fruto de un árbol indico, muy semejante a la palma, lo qual antes que lo desnuden de su primera corteza es tan grande como un muy grueso melón... Lo dicho hasta aqui, es del Doctor Paulo de Laguna, sobre Dioscórides, lib. I, cap. 141, de las nuezes. El nombre de coco se le dieron los españoles, por el gestillo que se figura con los tres agujeros, que parecen ojos y boca; en razón de que ordinariamente llamamos coco una postura de rostro, qual la tiene la mona quando da a entender estar enojada, y baze un sonido en la garganta de ko ko, de donde se tomó el nombre de coco y cocar. También

puede ser nombre griego, de *κοκκος*, *nux*; aunque en rigor vale *nux pinea*».

b) — A Ac. Esp. diz na 2.^a ed.: «Árbol alto, recio y derecho que se cria en las Indias orientales y occidentales, y en otras partes: . . . ». — Na 5.^a ed. (não cito a 3.^a e a 4.^a, porque as não tenho presentes) já não fala da Índia, não sei porquê, e limita-se a referir-se à América: «Árbol de América semejante a la palma, sin espinas, . . . », o que mantém nas seguintes. — Na 12.^a diz: «(Del lat. *cuci*; del gr. *κωκυ*, espécie de palma)». — Na 14.^a e seguintes muda de opinião: «(Voz aimará)».

É interessante transcrever aqui o que diz Antenor Nascentes sobre o assunto: «Coco — 1. Papão: V. *Côca*. — 2. Fruto: de coco (papão). Quanto à etimologia do vocábulo, diz Dalgado, têm-se aventado várias hipóteses, não faltando quem lhe atribua origem egípcia, *kuku*! Mas, se tivermos em vista o que dizem os nossos indianistas mais competentes no assunto, não pode restar nenhuma dúvida acerca da proveniência. O autor do *Roteiro* (1498), referindo-se a Mombaça, diz: «As palmeiras desta terra dam lûm fruto tam-grande como melões e o mejollo de dentro he o que come e sabe como junça avellanada» (p. 28). E o mesmo, já na Índia, escreve: «E o mantimento era coquos e quatro talbas de hûus queijos daququar de palma» (p. 94). É, portanto, no Malabar que os companheiros de Vasco da Gama applicaram o nome ao fruto, certamente não o receberam da língua vernácula, que o designa por *tengu*, nem das línguas áricas modernas que lho chamam *nârel* ou *nâral*, sânscr. *narikela*, persa *nargîl*. E que o não conheceram no lugar, mas transferiram por analogia dum objecto para outro, como fizeram com *figo* e *pêra*, sabemos de Barros, Orta e outros. O étimo é pois o português continental *coco*, que antigamente se empregava, como se emprega ainda hoje em castelhano, por «papão». Bluteau dá uma derivação inversa, mas indica a acepção que *coco* tinha em Portugal: «O Coco ou a Coca. Usamos destas palavras, para pôr medo aos meninos, porque a segunda casca do coco tem na sua superficie três buracos com feição de caveira».

«G. Viana é da mesma opinião. Diz ele, *Apost.*, I, 242, que *coco*, como é sabido, significava em português, e hoje ainda em castelhano, o que actualmente chamamos *papão*, isto é, uma figura de catadura ruim, com que se mete medo às crianças. Os portugueses, ao verem pela primeira vez o fruto do coqueiro, compararam-no a uma dessas caras de arremeter, e applicaram-lhe o nome com que desde então é conhecido em toda a Europa.

«Schuchard, RL, XXVI, 305, abundando nestas ideias, diz que o viajante árabe Ibn-Batuta (século XIV) já comparava o coco com uma cabeça humana, reconhecendo nele os dois olhos e a boca. Não teria havido influência árabe?

«Figueiredo derivou do esp. A Academia Espanhola busca uma origem aimará. Beaurepaire Rolan sente origem africana ou asiática. Fernando Ortiz, s. v. *macaco*, procura provar longamente a origem conguesa».

Para a forma francesa *coco*, Littré dá o étimo ingl. *cocoa*. — Darmesteter já diz: «Emprunté du portug. *coco*, m. s. propr. tête herissée». — Bloch diz: «*Coco*, I, «fruit du cocotier», 1529; au sens de «boisson faite avec du bois de réglisse, etc.», dit ainsi d'après le lait de coco, 1863. — Emprunté du portugais *coco*, antérieurement «croquemitaine» (également espagnol), appliqué par plaisanterie au fruit du cocotier, à cause de sa forme et de son aspect hirsute. *Coco* paraît être au sens propre un mot enfantin plutôt qu'un représentant du latin *coccus*, voir *coche*, I».

Skeat, *Lict.*, diz: «... — Port. (and Span.) *coco*, a bugbear; also a cocoa-nut, cocoa-tree. «Called *coco* by the Portuguese in India on account of the monkey-like face at the base of the nut, from *coco*, a bugbear, an ugly mask to frighten children; see De Barros, Asia, Dec. iii, c. 7»; Wedgood. Cf. Port. *fazer coco*, to play at bo-peep; Span. *ser un coco*, to be an ugly-looking person; *cocar*, to make grimaces; also, *guarda el Coco*, i. e. see the bogey; Pineda. Of unknown origin».

52 — **Conchabar.** — «Unir, juntar, asociar. | 2. Mezclar la clase inferior de la lana con la superior o mediana, después de esquilada. | 3. *Amér. Merid.* Asalariar, contratar a alguno para un servicio de orden inferior, generalmente doméstico. Ú.t.c.r. | 4. r. fam. Unirse dos o más personas entre sí para algún fin. Tómase, por lo común, en mala parte».

a) — Covarrubias não regista *conchabar*, mas dá-nos *conchavança*, que define: «Un cierto modo de acomodarse, como haze el pescado dentro de la concha, y de allí el verbo aconchavarse. Acomodarse, enxerir-se».

b) — A Ac. Esp. regista o termo desde a 2.^a ed., pelo menos. — Na 12.^a diz: «(De *concha*)». Na 14.^a diz: «(De *conclave*)», opinião que mantém na 15.^a. — Na 16.^a não dá étimo nenhum.

Creio que não pode haver dúvida de que se trata de um portu-

guesismo no castelhano. Há em port. *concharar* e *concharo*. O étimo, salvo melhor juízo, é o lat. *conclavare* (Cf. A. Nascentes, *Dic.*).

53 — **Copra.** — «Medula del coco de la palma».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 2.^a ed., pelo menos, mas em nenhuma lhe atribui qualquer étimo.

Bluteau (1713) fala assim: «Palavra da Etiópia Oriental. É, o que aqueles gentios dão ao miolo de Coco, depois de seco, e avelado. Serve-lhes de mantimento, e assi o comem com arroz, sabe como avelãs. Desta *copra* se faz azeite excelente, queima-se nas candeias, e arde melhor que o de oliveira, e os mais deles curam as feridas lavando-as com ele sòmente. *Etióp. Oriental* de Fr. João dos Santos, fol. 86, col. 4».

Dalgado, *Gloss. Luso-Asiático*, informa-nos: «Amêndoa seca do coco, geralmente em talhadas. Indo-Ingl. *coprah*, indo-fr. *copre*. *Copraol*, óleo de copra. O étimo é o malaiala *koppara*, do hindust. *khopra*, sânsr. *kharpaa*; em marata-conc. *khobren*». Em seguida dá farta abonação de escritores portugueses e estrangeiros.

Bloch escreve: «*Coprah*, 1877: d'abord *copre*, 1863, en outre *copra* dans des traductions de voyages du XVI^e et du XVII^e siècle. — Emprunté, par l'intermédiaire de l'anglais, de *kopparah* du parler de Malabar; le portugais a aussi *copra* depuis le XVI^e siècle».

Webster tem: «*Copra*... Also *cobra*, *coprah*, *coppa*, and *copperah*. (Pg. *copra*, fr. Palayalan *koppara*, fr. Hind. *khopra*, perh. blend of Skr. *kharpaa* skull and *kosa* nutshell)».

54 — **Cornaca.** — «Hombre que en la India y otras regiones de Asia doma, guía y cuida un elefante».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. também o não regista até a 11.^a ed. (1869). Nas seguintes regista-o, dizendo: «Del sânsr. *karnikin*, elefante)».

Gonçalves Viana, *Apost.*, I, 327, comenta: «É antigo já na língua este termo, o qual significa «a pessoa que vai guiando o elefante», na Índia.

«Bluteau traz o vocábulo, com duas abonações portuguesas, na inscrição *Cornaca*, e emprega-o também na inscrição *Elefante*.

«O *Glossário* de Yule & Burnell, citando o dr. Rost, dá como

étimo o cingala *kurawa-nayaka* (...), cuja significação é, segundo declara, «maioral de elefantes».

«Vê-se pois que não é galicismo esta palavra, visto que existe em português desde, pelo menos, 1685, data da segunda citação feita pelos ditos indianistas, extraída da *Fatalidade Histórica*, de J. Ribeiro. Galicismo é a abreviação *cornac*, que às vezes se lê, em ruins traduções de francês.

«Na edição da *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito, publicada recentemente na *Biblioteca de Clássicos Portuguezes*, no vol. XLI, duas vezes se imprimiu *comaca* em vez de *cornaca*, a pág. 82 e 83».

Sebastião Rodolfo Dalgado, *Gloss. Lusó-Asiático*, abona esta palavra com vários passos de autores antigos.

Bloch diz: «*Cornac*, 1685. — Emprunté, comme le portugais *cornaca*, masculin et probablement par l'intermédiaire du portugais, d'un parler de l'Inde, peut-être le singhalais **kārawa-nayaka*, restitué d'après *cournakeas* d'un voyageur hollandais du XVII^e siècle, proprement «chef d'un troupeau, dompteur d'éléphants».

55 — **Cortinha.** — «Cortinal», isto é: «Pedazo de tierra cercado, inmediato a pueblo o casas de campo, que ordinariamente se siembra todos los años».

a) — Covarrubias não regista *cortina*, mas regista *co-tinal*, a respeito do qual diz: «Un pedazo de cercado, de la palabra *chortos*, heno, y de allí cortijo, porque crían en ellos la yerva o sirve de arsenal; *ζορτος*, *gramen*, *foenum*; o del nombre *cors*, *cortis*».

b) — A Ac. Esp. só começa a registar *cortinha* na 12.^a ed. (1884), onde diz: «f. pr. Gal. Llosa dedicada al cultivo de legumbres y cereales». — Nas eds. seguintes diz: «(Del b. lat. *cortina*, d. del lat. *cortis*, corral)».

Meyer-Lübke, REW, 2032, diz: «*Cohors*, -orte «Hofraum», «Hof». — ...; salm. *kortina*, galiz., transmont. *cortinha* «unfriedigter Acker», «Gemüsegarten beim Haus» Krüger 150. — ...».

Cortesão, *Subsidios*, dá-nos: «*Cortinha* 1. Leira de terra, coirela. Do b. lat. *cortina* (de *corte* ou *curte*). Ex.: In summitate montis de *Cortinis*. (Docum. no *Catal. dos Bispos do Porto*, p. 58). — No alto do monte de *Cortinhas*. (Id., ib.)».

Viterbo, *Elucidário* (1798), regista *cortinha* e *cortinhãl*, dizendo: «*Cortinha*. Belga de terra, ou parte do campo, repartido em courelas, ou leiras mais compridas, do que largas; mas divididas sobre

si com paredes, sebes, ou tapumes. Algumas destas fazendas ainda hoje na Província do Minho conservam o nome *Cortinhas*. Porém geralmente falando, este era o nome, que no século XII algumas vezes se dava aos bens de raiz. Na era de MCXLIII, ou MCXLIII, segundo outra cópia, mas ambas erradas; (pois no de 1105 ainda D. Afonso Henriques não era nascido, e menos *Rei*; e no de 1155 já a Rainha D. Teresa era de muito tempo antes falecida) deram Foral aos que moravam junto à Ponte do Lima, fazendo este Povo *Vila*, e dando-lhe o nome de *Ponte*, a Rainha D. Teresa, e seu filho *El-Rei D. Afonso*. *Placuit, ut faciam Villam, supranominato Ponte... Ego Regina Terasia, et filius meus Alfonsus Rex in hac Carta manus nostras roboravimus*. Neste Foral, que se acha inserido na Confirmação, que dele fez El-Rei D. Afonso II no ano de 1217, se determina que todos os moradores darão anualmente um soldo de suas casas; porém que *suas cortinas sine ratione habeant*; isto é, que pagarão *Fogo*, mas não *Jugada*. L. dos Forais Velhos.

«*Cortinha*, as. *Cortina*. O Altar tinha um retábulo com suas *cortinhas*. É do século XIV».

«*Cortinhal*. Terra lavradia, aproveitada, rota, e frutifera, mas pouco extensa, e cercada de paredes altas, a modo de horta, jardim, ou pomar, a que também antigamente chamavam *Côrte*, ou *Almuinha*. Duas herdades, hum *cortinhal*, e huma *chousa*. Doc. de Moncorvo de 1407».

56 — **Desvaido**. — «Aplicase a la persona alta y desairada. | 2. Dícese del color bajo y como disipado. | 3. ant. Vaciado, adelgazado, disminuído».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 2.^a ed., pelo menos. — Na 15.^a e na 16.^a diz: «(Del port. *esvaido*, y éste del lat. *evanēre*, desvanecer)».

Antenor Nascentes diz: «*Esvair* — Do lat. **exvanere* (Cornu, *Port. Spr.*, § 320). A. Coelho tira do pref. *es* e de **vanere*, de *vanus*. M. Lübke, *REW, Gram.* II, 165-6, do lat. *evanescere*. It. *svanire*, fr. ant. *esvanir*».

Creio que a Ac. Esp. não tem completa razão: a forma castelhana não deve ter provindo de *esvair*, mas sim de *desvair*, que também existe em português.

57 — **Desvergonhadamente**. — «adv. m. ant. *desvergonzadamente*».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. não o regista na 2.^a ed. Da 5.^a, pelo menos em diante regista-o, mas não lhe atribui étimo algum.

É claro que *desvergonhadamente* é um derivado de *vergoña*, que, por sua vez, é o português *vergonha*. Cf. adiante *Vergoña*.

58 — **Fado**. — «Cierta canción popular portuguesa».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. só o regista na acepção supra nas eds. 15.^a e 16.^a — Na própria definição a Ac. Esp. reconhece a origem portuguesa daquela acepção.

59 — **Fetiché**. — «Ídolo u objeto de culto supersticioso en tierra de negros».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp., até à 7.^a ed., pelo menos, não o regista. — Na 11.^a (1869) regista-o, mas não lhe atribui étimo algum. — Na 12.^a (1884) diz: «(Del port. *feitico*, *hechizo*)», — Na 14.^a e na 15.^a diz: «(Del fr. *fétiche*, y éste del lat. *facticius*, de *facere*, *hacer*)». — Na 16.^a volta à primeira fórmula: «(Del port. *feitico*, *hechizo*)».

Nenhuma das duas fórmulas apresentadas pela Ac. Esp. está completamente bem: para a língua castelhana, *fetiché* não é um portuguesismo, mas sim um galicismo; o fr. *fétiche* não provém, como diz a Ac. Esp., do lat. *facticius*, mas do port. *feitico*, correspondente ao cast. *hechizo*.

Quanto à origem da forma port. *feitico*, divergem as opiniões, como no-lo mostra A. Nascentes: «De *feito* e suf. *ico* (cfr. *achadiço*, *enfermiço*, etc.); era o nome dado ao ídolo feito pelo próprio adorador. O esp. tem *hechizo*. M. Lübke, REW, 3132, Cortesão, Nunes, *Gram. Hist. Port.* 119, preferem como étimo o lat. *facticiu*, que na verdade podia foneticamente dar o vocábulo. A. Coelho apresenta *fiecticiu*, fingido. G. Viana, *Apost.*, I, 452, consigna ambos».

Littre não compreendeu a formação do voc. port. *feitico*, pois que diz: «*Fétiche*. . . Etym. Portug. *fetisso*, objet fée, enchanté (Voy. *Fée*)».

Darmesteter já fala de outro modo: «Etym. Emprunté du portug. *feitico*, m. s. qui vient du lat. *facticius*, factice, artificiel (anc. franç. *faitis*), § 14. . . ». — Bloch diz sensivelmente o mesmo.

Há no it. *feticcio*, proveniente da forma portuguesa, e no ingl. *fetish*, e no alemão *Fetisch*, provenientes da forma francesa.

60 — Follaje. — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

61 — Jangada. — «Salida o idea necia y fuera de tiempo o ineficaz. | 2. fam. Trastada. | 3. Balsa, 2.º art., 1.ª acep. (isto é, «Conjunto de maderos que, fuertemente unidos unos con otros, forman una especie de explanada o plancha de agua. Emplease para navegar en ríos y lagunas y, en caso de naufragio, para salvar la vida en los mares».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 2.ª ed. (1783), pelo menos, mas não lhe atribui étimo algum.

Nas *Apost.*, II, 33-34, G. Viana tratou desta palavra com bastante desenvolvimento, opinando por que ela nos tivesse vindo do Oriente.

Sebastião Rodolfo Dalgado também tratou dela longa e documentadamente no *Gloss. Luso-Asiático* e no *Dicionário Português-Concani*.

Nos nossos escritores das coisas do Oriente encontra-se a palavra a cada passo. Não merece a pena fazer citações.

Webster, a respeito do ingl. *jangada*, diz: «... (Pg., fr. Malayalam...)».

62 — Jeito. — «Red usada en el Cantábrico para la pesca de la anchoa y la sardina».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. só começa a registá-lo na 14.ª ed., onde, como nas seguintes, diz: «(Del gall. *cheito*)».

Em port. há *jeito*, que erradamente antigamente se escrevia com *g*, e que representa o lat. *jactu*. A palavra é correntíssima na nossa língua com o significado de: «Disposição, propensão, aptidão» (Cândido de Figueiredo), mas com o significado de rede de pesca, não conheço.

Parece-me estranha a transliteração do *ch* galego em *j* castelhano: se a palavra tivesse entrado pela literatura, o natural seria que se tivesse conservado a grafia *cheito*, e se pronunciasse *txeito* (o *ch* cast. vale *tx*); se entrou pela via auditiva, não compreendo bem como o *ch* galego (= *x* port.) passou para o *j* castelhano.

Por outro lado, a origem portuguesa não me parece clara: 1.º porque os significados não coincidem; 2.º porque, escrevendo-se antes da reforma de 1911, *geito* com *g*, não compreendo a razão por que em castelhano aparece a mesma palavra escrita com *j*.

63 — **Juera.** — «Harnero espeso de esparto que sirve para limpiar o ahechar el trigo».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 2.ª ed., pelo menos. — Na 12.ª diz: «(Del port. *joeira*, criba, de *joio*, *joyo*)». Acrescenta que é termo da Extremadura (espanhola), nas proximidades, portanto, da fronteira portuguesa.

64 — **Junco.** — «Especie de embarcación pequeña de que usan en las Indias Orientales».

a) — Covarrubias não regista o termo com tal significado. Só regista *junco*, certa planta, que é de origem latina: *iuncus*.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 2.ª ed., pelo menos. — Nas últimas diz: «(Del chino *chun*, barco)».

Creio mais que provável que o cast. recebeu do port. a forma *junco*, barco, de origem oriental.

Dalgado, *Gloss. Luso-Asiático*, trata desenvolvida e documentadamente do termo.

Bloch, a propósito da forma francesa *jonque*, diz: «1540 (un *juncque*, dans un récit de voyages; en 1519 *joinct*, *id.*). — Emprunté du malais de Java (*a*) *jong* (même mot que le chinois *tchouan*); c'est un des plus anciens mots du vocabulaire d'origine orientale; on le trouve déjà au XIV^e siècle dans des récits de voyageurs portugais ou autres».

Webster e Skeat dão a forma inglesa *junk* como de origem portuguesa.

65 — **Macaco.** — «Cuadrúmano muy parecido a la mona, pero más pequeño que ella, con cola y el hocico saliente y aplastado».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. até a 7.ª ed., pelo menos, também o não regista. — Não tenho à mão a 8.ª, a 9.ª e a 10.ª — Na 11.ª já o regista, mas não lhe atribui étimo algum, como faz na 12.ª — Não tenho presente a 13.ª — Nas seguintes diz: «(Del port. *macaco*, voz del Congo, que designa una especie de mona)».

Antenor Nascentes faz sobre o assunto uma longa dissertação, que não vem a propósito transcrever aqui.

Sobre a forma francesa *macaque*, diz Bloch: «XVIII^e siècle (Buffon). — Emprunté du portugais *macaco*, mot africain, peut-être de l'Angola, apporté par les Portugais au Brésil».

Webster também atribui origem portuguesa à forma ingl. *macaco*.

66 — **Macho**. — «Mulo».

a) — Covarrubias regista o termo nesta acepção: «... Llamamos macho al animal quadrúpede, hijo de cavallo y burra, y de asno y yegua; y a la hembra desta especie llamamos mula. ... ».

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 2.^a ed., pelo menos. — Nas últimas diz: «(Del lat. *masculus*)».

c) — Menéndez Pidal, *Gram. Hist.*, § 4, 6), inclui-o na lista dos vocábulos recebidos do galego-português, considerando-o «contracción de *mulacho*».

Antenor Nascentes diz: «Segundo C. Michaelis de Vasconcelos, *Miscellanea Caix e Canello*, 135, derivou de *mulo* através de uma forma **mulacho*, **muacho*. V. M. Lübke, *Gram.*, II, 509, REW, 5742 (n.^o que por lapso A. Nascentes substituiu por 509). A. Coelho não concordou com este étimo. A referida autora, RL, III, 185, declarou ignorar porque o seu étimo não teve assentimento dos entendidos; pensa que foi talvez por lhes repugnar que três palavras *masculu*, *marculu*, e *mulacho* convergissem. Mégacles, RLP, XXII, 57, deriva do lat. *masculu*, que também deu nome a outros animais e até a seres inanimados».

A hipótese de D. Carolina é para se considerar. Por motivos, que abaixo exporei, ela parece-me mais provável que a do lat. *masculu*.

Antes, porém, vou apontar um facto notável (que D. Carolina não cita, provavelmente por não ter tido dele conhecimento, e que tem passado despercebido a quase toda a gente), que pode corroborar a opinião de que *macho* (mulo) provém de *mulacho*.

O facto é este: os carroceiros em Lisboa (não sei se também no resto do país), quando incitam os *machos*, que puxam as carroças, dizem muitas vezes com toda a clareza «*arre muacho*», em vez de «*arre macho*», sobretudo quando pronunciam essa incitação com ênfase, com certa lentidão caracterizada por sílabas longas e muito intervaladas, assim pouco mais ou menos: «aaa... rre... muachach! ».

A par de «*arre muacho*» também se ouve dizer «*arre macho*». Não pude averiguar se isso varia conforme a ênfase com que proferem esse incitamento, se conforme a origem (dialectal) do carroceiro.

A primeira vez em que ouvi a pronúncia *muacho* na boca de carroceiros de Lisboa, há bem 25 anos, procurei explicar o caso foneticamente; vi nessa forma *muacho* uma alteração de *macho* proveniente da acima referida ênfase com que os carroceiros proferem o incitamento «*arre macho*».

Fortalecia-me essa crença outro facto paralelo, que também se ouve em Lisboa no pregão enfático das peixeiras, que vendem *carapau*, o qual soa nitidamente «*oh! carapauu!*».

Esta circunstância, cuja provável razão fonética convém estudar, debilita a probabilidade de o *muacho* dos carroceiros de Lisboa provir de *mulacho* (ou talvez melhor, de *mu* + *acho*), e, portanto, a do seu testemunho para justificar a teoria de D. Carolina.

A explicação fonética, que me parece poder dar-se do *u* de *carapauu* das peixeiras de Lisboa, é esta: — no pregão do *carapau*, as peixeiras em regra proferem as sílabas com lentidão ou, melhor, com longuidão e quase cantando (isto é, com certa entonação, com certa melodia musical característica): prolongam muito as sílabas e fazem uns longos intervalos silábicos, que justificam, como abaixo procurarei demonstrar, o aparecimento desse *u* em *carapauu*.

Esse pregão é proferido aproximadamente assim:

óóóóó... *carap*... *puáááááuu*...

Quere dizer: começam com um *ó* muito longo, que termina bruscamente por uma oclusão pos-dorso-velar (que se traduz foneticamente num *c* na sua fase de tensão, isto é, num *c* a que os foneticistas costumam chamar implosivo), predisposição por antecipação para articular o *c* inicial da sílaba seguinte, *ca*, oclusão que sonoramente (passe o absurdo) se traduz pelo *silêncio*, e que foneticamente redundna na prolongação da primeira fase articulatória do *c*, ou, seja, da sua *tensão*, da sua *oclusão*; depois da produção do *ó*, vem um intervalo, uma pausa, um silêncio, provocado pelo prolongamento do estado de oclusão pos-dorso-velar próprio da articulação do *c*; depois proferem rapidamente as duas sílabas *cará*, mas, como succedeu com a primeira, terminando bruscamente por uma oclusão bi-labial (que se traduz foneticamente num *p* na sua fase de *tensão*, isto é, num *p* a que os foneticistas costumam chamar

implosivo), predisposição por antecipação para articular o *p* inicial da sílaba seguinte, *pa*, oclusão que *sonoramente* (passe o absurdo, repito) se traduz pelo *silêncio*, e que foneticamente redundante na prolongação da primeira fase articulatória do *p*, ou, seja, da sua *tensão*, da sua *oclusão*; finalmente proferem a sílaba *puau*, iniciada pelo ditongo crescente *ua*, e terminada pelo decrescente *au*, que se fundem em *uau*, mas alongando muito o *a*.

Empregando a terminologia corrente, aquele *c* e aquele *p* funcionam ali como se fossem *geminados*, pronunciados como tal, como os italianos pronunciam as geminadas, isto é, com aquele *c* e aquele *p* muito alongados na sua oclusão: *occarappuau* = *oc-carap-puau*.

Considerando a *lentidão* da transição do *p* para o *a*, isto é, considerando que na transição do *p* para o *a* o movimento de abertura dos lábios é muito lento; considerando que no decurso desse movimento de separação dos lábios, para passar da posição da articulação do *p* para a da articulação do *a*, há uma altura em que a abertura bi-labial é a adequada à produção do *u*; considerando que, por antecipação, a voz começa a ser emitida antes de a abertura bi-labial atingir a posição adequada à produção do *a*, isto é, já começa a ser emitida ainda quando os lábios estão na abertura do *u*; considerando tudo isto, facilmente se compreende, salvo erro, o aparecimento de *u* do *carapuau* do pregão das peixeiras de Lisboa.

Sendo assim, natural seria que igual explicação se desse do aparecimento do *u* de *muacho* do incitamento de carroceiros de Lisboa.

Com o que fica exposto não quero dizer que fica destruída a hipótese de D. Carolina, mas que fica invalidada ou pelo menos enfraquecida a capacidade de servir de prova dessa hipótese a forma *muacho* dos carroceiros de Lisboa.

A hipótese de que *macho* (mula) é a mesma forma que *macho* (< *masculu*-), foneticamente não tem nada que se lhe diga. Semânticamente é claro que se ajusta, visto que os *machos* (mulos) são *machos* (< *masculu*-). Contudo, visto que não são só os *machos* (mulos) que são *machos* (< *masculu*-), é caso para perguntar qual teria sido a razão por que só ao mulo se chamou *macho*, e não se chamou de igual modo ao cavalo, ou ao burro, ou ao cão, etc.

Supondo que tem razão D. Carolina, teremos de concluir que a forma castelhana *macho* não é nem mais nem menos do que a portuguesa: tratar-se-á de um porteguesismo no castelhano, como se

supõe tratar-se de castelhanismos no português as formas *mulo* e *mula*?

As formas *mulu-* e *mula-* deram em português normalmente *muu* > *mu* e *mua*, de que temos os derivados *muar* (adj. e subst.), e *amuar* (verbo), e ainda *muacho* > *macho*, se se provar finalmente a hipótese de D. Carolina.

No princípio deste artigo digo que a hipótese de D. Carolina é para se considerar. Sim, é para se considerar por quanto fica exposto, mas não devemos aceitá-lo sem fazer alguns reparos.

Em primeiro lugar, sendo o suf. *-acho* forma romance e não latina, o seu emprego em português, salvo melhor juízo, só poderia ser com o radical *mu-* e não *mul-*. Portanto, em vez de dizer, como diz D. Carolina, que *macho* (mulo) provém de *mulacho*, devemos dizer que ele provém de *muacho* (< *mu* + *acho*).

Outro aspecto da questão: como justificar a escolha do suf. *-acho* para a formação de *muacho*? por outras palavras: que significa, pela sua formação, a palavra *muacho*?

67 — **Malagueta.** — «Fruto pequeno, aovado, de color de canela y de olor y sabor aromáticos, que suele usarse como especia, e es producto de un árbol tropical de la familia de las miráceas».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. também o não regista na 2.^a ed. — Na 5.^a já o regista. — Na 12.^a diz: «(De *Malagueta*, ciudad de África, donde se comerciaba con esta semilla)», o que repete na 14.^a, 15.^a e 16.^a, apenas com esta alteração: onde estava *ciudad* passou a estar *costa*.

No seu 13.^o *Colóquio*, Garcia de Orta (1563) fala-nos largamente da *malagueta*. É muito elucidativa a nota aposta a esse Colóquio pelo Conde de Ficalho na sua ed. dos *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, Lisboa, 1891, p. 188 do 1.^o vol. Transcrevamo-la:

«Encontrou-se também no comércio outra droga, chamada *malequeta* (*malagueta* na forma portuguesa), *granum-paradisi*, e algumas vezes *cardamomum majus*. Procedia geograficamente da costa ocidental da África, e botânicamente do *Amomum Granum-paradisi*, Afz., e de outras espécies próximas. Teve tanta nomeada, que uma parte da costa africana, do cabo Mesurado ao cabo das Palmas, se chamou *Costa da Malagueta* ou simplesmente *Malagueta*

— como lhe chama o nosso Orta. Nos tempos deste havia sobre aquela droga noções extremamente incompletas e nebulosas, e o que ele encontrava nos livros de matéria médica só lhe podia aumentar a confusão. Toda a passagem que cita do eruditíssimo Laguna, é extremamente incorrecta; e nem é admissível que Dioscorides conhecesse a *malagueta*, nem fácil saber se Avicena falou dela, ou de alguma droga de Sofala, que, em todo o caso, ficava bem distante da costa da Libéria. Para avaliar bem como as cousas deviam estar enredadas então, basta ver como ainda é confuso o que diz Whitelaw Ainslie em 1826. Onde Orta poderia ter encontrado algumas noções mais claras, seria nos escritos dos seus compatriotas, no *Esmeraldo* de Duarte Pacheco, ou na relação de Diogo Gomes; mas ambos estavam — e um ainda está (já não está: o *Esmeraldo*, a que se refere o Conde de Ficalho, foi publicado em 1892 por Rafael Eduardo de Azevedo Basto, na Imprensa Nacional de Lisboa e, posteriormente, em 1903-1904, por Augusto Epifânio da Silva Dias, no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*.) — inéditos. Também as podia encontrar na *Ásia* de João de Barros; mas é notável que, sendo a primeira edição de 1552, Orta parece não conhecer este livro que tanto o devia interessar (Cf. *Dioscorides* do dr. Andrés de Laguna, p. 15, na edição de Valência, 1695; Ainslie, *Mat. Ind.*, I, 55; Barros, *Ásia*, I, II, 2; *Memória sobre a Malagueta*, nas *Mem. da Ac. Real das Sc. de Lisboa*, nova série, vol. IV, parte I).

O francês tem as formas *malaguette* e *maniquette*. Os dicionários, ao falarem da primeira, remetem geralmente para a segunda. Também aparece a forma *malaguette*.

Littré, *Dict.*, s. v. *maniquette*, diz: «Altération de *malaguette*; espagn. *malagueta*, qui est le nom d'une ville d'Afrique ou l'on faisait le commerce de cette graine».

Darmesteter, *Dict.*, diz: «Altération de l'espagn. *malagueta*, m. s. d'origine inconue, § 13. On dit aussi *malaguette*; qqs. dictionnaires impriment par erreur *maniquette*».

Bloch não regista o termo em nenhuma das formas apontadas.

68 — **Malla.** — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

69 — **Mandarim.** — «El que en la China y en algunos otros países asiáticos tiene a su cargo el gobierno de una ciudad o la administración de justicia».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. ainda o não registava na 2.^a ed. (1783). — Na 5.^a já o regista (faltam-me a 3.^a e a 4.^a). — Na 12.^a deriva-o de *mandar*, mas nas seguintes já diz: «(Del port. *mandarim*, y éste tal vez del sânscr. *mantr.*, consejero)».

Oiçamos Gonçalves Viana, *Apost.*, II, 104: «*Mandarim*; *mandarinete*, *mandarina*. — Como este título de cargo público é empregado pelos europeus sempre em relação à China ou à Indo-China, julgar-se-ia ser ele chinês; creio porém que nunca tal se supôs. A teoria geral, principalmente professada por estrangeiros, é que *mandarim* é um derivado do verbo *mandar*; insustentável doutrina, pois não existe na língua sufixo *-im* para derivar de infinitos de verbos substantivos de agente. O vocábulo é indico, em indostano *mantri*, «ministro», e a influência do português consistiu em mudar *-tri* em *dari* pela influência do verbo *mandar*, provavelmente: — «Os soldados o cercaram em roda, ficando-lhe no meio e nas suas costas o mandarim regente» (P. António Francisco Cardim, *Batalhas da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1894, p. 195). . . ».

Sebastião Rodolfo Dalgado, *Gloss. Luso-Asiático*, tratou extensa e documentadamente desta palavra.

Em francês há também a palavra, sobre a qual diz Bloch: «*Mandarin*, 1586. — Emprunté du portugais *mandarin* (sic), qui est lui-même emprunté, avec altération d'après le verbe *mandar*, «mander, ordonner», du malais *mantari* (qui vient du sanscrit *mantrin* «conseiller d'état»); les Portugais ont appliqué le mot aux hauts fonctionnaires de Malaisie, de Chine et d'Annam».

Webster e Skeat também atribuem origem portuguesa a forma inglesa *mandarin*.

70 — **Mandinga.** — «Dicese de los negros del Sudán Occidental. Ú. t. c. s. | 2. m. *Amér.* Pateta, 1.^a acep. (isto é, «Patillas o el diablo»). | 3. *Argent.* Encantamiento, brujería. | 4. *Murc.* Baldragas (isto é, «Hombre flojo, sin energia»).».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. só o regista nas eds. 15.^a e 16.^a, mas em nenhuma lhe atribui qualquer étimo.

Antenor Nascentes diz: «De *Mandinga*, cidade da África. V. *Memórias da Literatura Portuguesa*, IV, 372, *apud* Cortesão».

Bluteau (1716) regista as formas *mandinga* e *mandiga*, sobre as quais fala no seu aspecto geográfico e social.

João de Barros, *Décadas*, tomo I, parte I, livro II, cap. II, por ex., já se refere a Mandinga.

71 — **Mandioca.** — «Arbusto de la familia de las euforbiáceas, que se cria en las regiones cálidas de América, ... De su raíz se extrae almidón, harina y tapioca. ...».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. ainda o não regista na 2.^a ed. — Na 5.^a e seguintes sim. — Da 14.^a em diante diz: «Del guaraní mandiog».

Antenor Nascentes dá-nos estas informações: «Do tupi-guarani *mandiog*. «Não é fácil, diz Baptista Caetano, explicar a etimologia desta dição, que se acha modificada em outras linguas. Que é do abanheenga não resta dúvida, mas o notável é que, sendo um dos vocábulos mais espalhados e usados, não vem no geral dos vocabulários e no *Lic. port. e bras.*, por exemplo, trata de *typyrati*, *uypuba*, *carima*, farinhas de *mandioca*, mas nem a menor referência a esse nome que se dá como se fosse português ou de outra procedência (*Vocabulário*, pg. 216). Teodoro Sampaio explica como corruptela de *many-oga*, o que procede da *manymba* ou *mandyba*. (O *tupi na geografia nacional*, 3.^a ed., pg. 259). Explica *mandyba* por *mã-yba*, a planta de entorpecer, alusão ao suco venenoso da raiz da *Jatropha manihot*. Rodolfo Teófilo e Garcia Redondo, *Botânica Elementar*, pg. 286, interpretaram como do tupi *mandi*, pão, e *oca*, casa. Fernando Ortiz afirma que Wiener, no seu livro *África and the discovery of America*, desenvolve a teoria da origem africana do vocábulo. V. João Ribeiro, *Revista da Academia Brasileira de Letras*, XC, 194. V. Tastevin, *Gram. da lingua tupi*, 70,93, da *maniaka*, de *mani*, nome da planta, e *aca*, ponta, chifre, extremidade. V. Rodolfo Garcia, *Glossário da Histoire de la mission des pères capucins en l'isle de Maragnon*, de Claude d'Abbeville».

Bloch diz: «*Manioc*, 1762; d'abord *manioque*, 1690, et antérieurement *manhiot*, 1558, chez Thévet, *maniot*, 1578, chez J. de Léry. — *Maniot* paraît avoir été pris directement au tupi, langue indigène du Brésil, qui dit *manioch*, et avoir été refait en *manioque*, féminin, *manioc* d'après *mandioca* de l'espagnol et du portugais, qui représente une autre forme du tupi *mandihoca*».

Webster tira do francês a forma ingl. *manioc*. — Skeat exprime-se assim: «*Manioc*, the cassava-plant. (Port. — Brazil). Better spelt *mandioc*. — Port. *mandioca* (Span. *mandiocha* in Pineda). — Brazil. *mandioca*, the root of the cassava-plant. Cp. «*mandiba*, *manüba*,

cujus radix *mandioca* vocatur»; Hist. Brasil. ii. 65. It is spelt *mandihoca* in the same, i. 52. Granada gives the Guaraní name as *mandiog*.

72 — **Manga.** — «Árbol de los países intertropicales, variedad del mango, con el fruto sin escotadura. | 2. Fruto de éste árbol».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. também o não regista até à 11.^a ed. (1869). — Na 12.^a regista-o, mas não lhe atribui étimo algum. — Na 14.^a e nas seguintes diz: «(Del malayo . . . , *manga*)».

Oiçamos Gonçalves Viana, *Apost.*, II, 106: «*Manga*, *mangueira*, *mangal*. . . Conforme Yule & Burnell (*A Glossary of Anglo-Indian words*, Londres, 1896) a palavra *manga* foi difundida pelos portugueses, que remedaram do tâmil *mān-kai*, «fruto da mangueira», a qual se chama *māmarum*.

«Como em malaio a palavra dravídica tomou a forma *manka*, que na boca do vulgo se profere *nanga*, temos daí derivada directamente a forma portuguesa.

«Esta última ponderação tem por base o que a este respeito disseram os autores do Glossário, e que não estou habilitado a criticar . . . »

No *Supplément* diz Littré da forma fr. *mangue*. «*Ajoutez: — Étym. Malais, mangga*». — Darmesteter ainda insiste: «Emprunté du malais *mangga*». — Bloch, porém, já fala de outro modo: «*Mangue*, 1540 (sous la forme *manga*; en 1604 *mengue*). — Emprunté, par l'intermédiaire du portugais *manga*, de *manga* de la langue de Malabar».

Webster para a forma ingl. *mango* dá origem portuguesa. Skeat usa de uma redacção que não permite concluir nada.

Garcia de Orta, *Colóquios*, refere-se a esta planta nas pgs. 99-108. Na p. 109 comenta o Conde de Ficalho.

73 — **Marimba.** — «Especie de tambor que usan los negros de algunas partes de África. | 2. *Amér.* Tímpano, 2.^a acep. (isto é «Instrumento músico compuesto de varias tiras desiguales de vidrio colocadas de mayor a menor sobre dos cuerdas o cintas, y que se toca con una especie de macillo de corcho e forrado de badana».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. também o não regista até à 7.^a ed. (1823), pelo menos. — Na 11.^a já o regista. — Nas últimas diz: «(Voz africana)».

Gonçalves Viana, *Apost.*, II, 113-114, diz: «*Marimbas*. — ... Não inclui aqui este vocábulo como inédito em dicionários portugueses, mas sim para o explicar. Dizemos *marimbas* e não *marimba*, porque o vocábulo *marimba*, tanto em quimbundo, como em outras línguas cafriais, quer da costa ocidental, quer da oriental de África, é plural, pertencendo à classe dos nomes que, não tendo prefixo especial no singular, recebem o prefixo *ma-* para indicação do plural, que também poderia ser *mirimba*».

Bluteau (1716) diz: «*Marimbas*. Instrumento músico de Cafres.

É composto de cabacos de abóboras, de diferente comprimento, e grossura, postos em ordem a modo de canos de órgão, e por todos são dezoito. O P. Fr. João dos Santos na I parte da sua *Etiópia Oriental*, pág. 16 faz uma ampla descrição deste músico instrumento, e acrescenta que os Cafres tem outro, o qual em lugar dos cabacos tem umas vergas de ferro, espalmadas, e delgadas, de comprimento de um palmo, temperadas no fogo de tal maneira, que cada um tem sua voz diferente. Diz o mesmo Autor que na Cafraria um, e outro instrumento se chama Ambira. *Marimbas* de cabacos de abóboras. *Organum pneumaticum cucurbitinum*. O adjectivo *Cucurbitinus*, *a*, um é de Catão, que chama a umas peras feitas a modo de abóbora, *Cucurbitina pyra*». — Note-se que é de 1609 a 1.^a ed. da *Etiópia Oriental* de Fr. João dos Santos.

74 — **Mermelada**. — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

75 — **Monzón**. — «Viento periódico que sopla en ciertos mares, particularmente en el Océano Índico, algunos meses en una dirección y otros en la opuesta».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. na sua 2.^a ed. diz: «... Tomó el nombre de un antiguo piloto de este apellido, por haber sido el primer que le observó». — Da 5.^a em diante, pelo menos (não tenho presentes a 3.^a nem a 4.^a), omitiu esta nota. — Na 12.^a e seguintes diz: «(Del ár. ..., *maucín*, estación)».

Em *moción*, além de outros significados, diz: «Lo mismo que *monzon*» (5.^a ed.). — Na 16.^a especifica mais: «6. ant. *Mar*. Tiempo en que corre el viento favorable para una navegación».

Antenor Nascentes informa-nos: «Do ár. *mausin*, estação do ano, na linguagem dos marítimos o tempo favorável para a viagem das Índias por causa do vento de oeste que soprava (Dozy, Egnilaz,

Dalgado, Lokotsch). *Au* deu *ou* como o ditongo de origem latina; houve depois prolação da nasalidade inicial (Cornu, *Port. Spr.*, § 151).

Dalgado, *Gloss. Luso-Asiático* disserta assim: «*Monção* (s. f.); *moução* (mais correcto, mas pouco usado; indo-ingl. *monsoon*, indo-fr. *mousson*). A acepção em que os nossos escritores empregam geralmente o termo é «estação própria para navegar no Oriente, determinada pelo curso de ventos periódicos». O étimo arábico *mausam*, porém significa propriamente «estação do ano», ou certa época do ano em que ocorre determinado facto, como uma festividade ou um produto». Neste último sentido aparece a palavra usada por Orta, e no de «ensejo, oportunidade», por Jacinto Freire e D. Francisco de Melo. Mas Yule não duvida que os pilotos árabes a tenham transmitido aos portugueses no significado técnico; o que se confirma pelo testemunho de Abd-el-Razzak, em 1444 (vid. abaixo). ... V. *Livros das Monções*. — A seguir dá muitas abonações.

Para o fr. *mousson*, diz Darmesteter: «*Mousson* et, vieilli, *mouçon*... (Étym. Pour *monson* (Furet. 1690), § 509, emprunté du port. *monção*, espagn. *monzon*, m. s. qui est l'arabe *mausim*, *saison*, ...). — Bloch diz: «*Mousson*, 1649; en outre *monson*, 1690. — Emprunté du portugais *monção* (d'où aussi espagnol *monzon*), emprunté lui-même de l'arabe *mausim*, proprement «époque fixée, saison», d'où le sens de «vent de saison» développé dans les milieux marins de l'Océan Indien».

Para a forma inglesa *monsoon*, Webster e Skeat consideram como étimo directo o holandês *monssoen*, que dizem provir do port. *monção*, e este do árabe *mausim*.

76 — **Morriña.** — «Comalia (isto é, «Enfermedad que acomete a los animales, particularmente al ganado lanar, y consiste en una hidropesía general). 2. fig. y fam. Tristeza o melancolía».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. regista-o desde a 2.^a ed., pelo menos. — Nas últimas diz: («De *murria*, 1.^{er} art.)* — Em *murria* diz: («De *murrio*»), e em *murrio*, sem dar etimologia, diz: «Que tiene *murria*, 1.^{er} art. (isto é: «Especie de tristeza y cargazón de cabeza que hace andar cabizbajo y melancólico al que la padece»).

c) — Menéndez Pidal, *Gram. Hist.*, § 4, 6), inclui-o na lista dos termos de origem galego-portuguesa.

Bluteau (1716) já dizia: «*Morrinha*. Achaque que dá no gado, como sarna. *Tabes*, is. Fem.».

Cortesão deriva o port. *morrinha* do cast. *morrña*!

77 — **Naire.** — «El que cuida los elefantes y los adiestra. | 2. Título de dignidad entre los malabares».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. também não o regista na 2.^a ed. — Na 5.^a já o regista. — Nas últimas diz: «(Del sánscrito *nêtra*, conductor, de *nî*, guiar)».

Bluteau (1716) fala-nos dos naires com certo desenvolvimento, e Sebastião Rodolfo Dalgado, *Gloss. Luso-Asiático*, dá-nos muitas abonações.

Creio que não pode haver dúvida de que esta palavra foi trazida do Oriente pelos portugueses, e de Portugal passou para Espanha. Não obstante isto, que creio não merecer discussão, Cortesão diz nos *Subsidios*: «Do hisp. *naire* (do sãoser, *netra*, conductor, guia; de *nr*, guiar, conduzir)»!

78 — **Nonio.** — «Pieza que forma parte de vários instrumentos matemáticos y se aplica contra una regla o un limbo graduados, para apreciar fracciones pequeñas de las divisiones menores».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. também o não regista até a 12.^a ed., inclusive. Não sei se a registou na 13.^a. — Nas seguintes diz: «(De *Nonius*, forma latinizada de Nuñez, apellido del inventor)».

Na informação da Ac. Esp. há duas faltas: não diz de que nacionalidade é o inventor; diz que *Nonius* é forma latinizada de *Nuñez*, que é forma castelhana, em vez de *Nunes* ou *Nunez* (com *n* e não com *ñ*), que é a forma portuguesa, apelido do célebre matemático português do século XVI, *Pedro Nunes* (Petrus Nonius).

Littre, *Dict.*, caiu no mesmo erro de *Nunñez*, quando diz: «*Nonius* ou plutôt *Nonnius*... Étym. *Nonnius*, nom latinisé de *Nunñez*, mathématicien portugais du XVI^e siècle».

Darmesteter, *Dict.*, atenuou um pouco, escrevendo *Nunhez*: «Étym. Nom propre d'inventeur, § 36, forme latinisée de *Nunhez*, mathématicien portugais (1492-1577)».

Gamillscheg, *Dict.*, faz o mesmo, porque se baseia em Darmesteter: «*Nonius* «Nonius», «Zehntelzeiger». 19. JHDT., ist Latinsierung des Namens des portugiesischen Mathematikers *Nunhez*. *Dict. Gén.*».

Bloch não regista o termo.

Webster já procede de outro modo: «After Pedro Nunes, Latinized as Petrus Nonius, Pg. mathematician. — Skeat não regista o termo.

79 — **Pagoda.** — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

80 — **Palanquin.** — «Ganapán o mozo de cordel que lleva cargas de una parte a otra. | 2. Especie de andas usadas en Oriente para llevar en ellas a los personajes. | 3. *Germ.* Ladrón, 1.^a acep. (isto é, «que hurta o roba»). | 4. *Mar.* Cada uno de los cabos que sirven para cargar los puños de las velas mayores, llevándolos a la cruz de sus vergas respectivas. | 5. *Mar.* Aparejo que se usa a bordo para meter los cañones en batería, después de hecha la carga. | *de retenida.* *Mar.* Aparejo cuyos motones se afirman, uno en la parte trasera de la cureña de las piezas de artillería y otro en una argolla firme en la cubierta, inmediata a la crujía, y que sirve para asegurar aquéllas contra los balances».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A *Ac. Esp.* regista-o desde a 2.^a ed. — Na 12.^a faz a seguinte distinção: «(De *palânca*)», sendo «Ganapán...»; «(Del ital. *palanco*, rodillo), significando «Cabo cuyo chicote ó punta está fija al tercio de la vela mayor y trinquete,...»; «(Del pali *pallangka*; del sánser. . . . *parjanka*)», sendo «Especie de andas que se usan en Oriente,...». — Na 14.^a e seguintes não faz tal distinção, e reúne tudo no étimo: «(De *palanca*)».

Não é demais transcrever o que diz Gonçalves Viana nas *Apost.*, II, 211-212: «*Palanquim, palanque, palanca.* — O *Novo Dicionário* (isto é, o de Cândido de Figueiredo) diz-nos que este vocábulo veio do páli *palangka* (sic) (A forma transliterada rigorosamente é *pallāka*). É possível que originariamente seja páli, o que não afirmo nem contesto, pois não há lugar aqui para excogitar etimologias das línguas áricas da Índia: excursos e divagações dessas guardam-se para monografias especiais, ou deixam-se aos indianistas, únicos que têm competência para tratar de tais assuntos, e autoridade para impor como verdadeiras as suas conclusões.

«Quando os portugueses foram à Índia, de onde segundo todas as probabilidades, trouxeram talvez este termo, equivalente a *andor*, já o páli estava morto, extinto como língua vernácula, havia

muitos séculos, e portanto não podiam eles ir lá buscar a palavra, porque da literatura páli nada, ou quasi nada conheceram.

«O termo foi empregado na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto: — «hiam nũs palanquins que outros sacerdotes, seus inferiores, levavaõ aos ombros» (cap. clx) — . Deve pois ter sido recebido o termo de uma lingua vernácula da Índia (em indostano é *palki*) ou do malaio, que servia de lingua geral e onde a forma correspondente é *palanki*, mas originária naturalmente da Índia.

«É possível também que a palavra *palanque* influísse na forma portuguesa, como opinam Yule & Burnell (*A Glossary of Anglo-Indian words*, Londres, 1886), se esta palavra não é meramente um primitivo ideado (isto é, um regressivo), por se supor *palanquim* forma diminutiva. No entanto, o vocábulo *palanque* tem várias acepções bem portuguesas; ao passo que *palanquim* nunca se vulgarizou no continente, a não ser em tempos modernos, mercê de o povo ouvir nomear assim os *andores*, ou *andas*, que nos theatros figuram em peças com cenário oriental . . . ».

Em fr. há *palanquin*, que Littré ainda não dá como proveniente do port., mas Darmesteter já pensa de outro modo: «Étym. Emprunté du portug. *palanquim*, qui se rattache au sanscrit *palyanka* . . . ».

Bloch diz: «*Palaquin*, 1586. — Emprunté du portugais *palanquin* (sic), emprunté de *palâki* d'un parler de l'Inde, forme moderne correspondant au sanscrit *paryanka* «litière» ».

Para o ingl. diz-nos Webster, e também no-lo diz Skeat, que a fonte directa é o português.

Veja-se o que Dalgado diz no *Gloss. Luso-Asiático*, onde dá copiosa abonação.

81 — **Pintada.** — «Gallina de Guinea».

a) — Covarrubias não regista o termo.

b) — A Ac. Esp. também o não regista até à 7.^a ed. (1823), pelo menos. — Nas últimas eds. limita-se a dizer: «(De *pintado*)».

Dalgado, *Gloss. Luso-Asiático*, diz: «Galinha da Índia ou da Guiné, *Melagris numida*. Indo-ingl. *pintado*; indo-fr. *pintade*. O nome provém de pintas de cor variegada da sua plumagem». — A seguir dá abonações.

Littré, *Dict.*, ainda dá a forma francesa como de origem castelhana, mas Darmesteter e Bloch já corrigem esse erro. Este último diz: «*Pintade*, 1643. — Emprunté du portugais *pintada* (attesté en

1609 dans un ouvrage traitant de l'Ethiopie, voir *dinde*), dérivé de *pintar* «peindre»; la pintade a été ainsi nommée à cause des taches (en portugais *pinta*) de son plumage».

83 — **Vaivén.** — Tratei desta palavra no primeiro artigo.

84 — **Vergoña.** — «ant. Vergüenza».

a) — Covarrubias não regista esta forma.

b) — A Ac. Esp. regista-a desde a 2.^a ed., pelo menos. — Nas últimas diz: «(Del lat. *verecundia*)».

Não creio que a forma cast. *vergoña* tenha provindo directamente do lat. *verecundia* ou **verecunnia*. No cast. antigo há a forma *vergüeña*, que Covarrubias não regista, assim como a Ac. Esp. na 2.^a ed., mas regista-a na 5.^a e seguintes.

Vergoña, se não é um portuguesismo, não é impossível que seja um catalanismo. Em catalão há *vergonya*, que se pronuncia como em port. *vergonha* ou em cast. *vergoña*.

R. DE SÁ NOGUEIRA

feito se p.

O problema do acusativo preposicional no catalão

Num estudo dedicado às origens do 'acusativo preposicional' (port. *amar a Deus*, esp. *he visto a tu hermano*) nas diferentes regiões românicas, tentámos mostrar que a estreita ligação que se costuma fazer entre o fenómeno no espanhol e no português tem prejudicado o esclarecimento da sua evolução histórica. Revelou-se necessário considerar o estado de coisas do português, não como uma forma menos rígida, menos lógica, menos completa do que aquela que o castelhano apresenta, mas como sistema próprio, *sui generis*, para depois podermos fazer uma comparação e filiação mais válida. E esta teria um resultado curioso: não é o espanhol que melhor serve para explicar o desenvolvimento do sintagma em Espanha e em Portugal, mas é precisamente o português que nos ajuda a reconstruir as suas camadas históricas mais antigas e a elucidar o aspecto que ele tomou no espanhol. O que vale para a língua ocidental da Península, vale também para o seu idioma oriental: o catalão oferece, neste ponto, como em tantos outros, uma semelhança grande com o português.

A diagnose e a terapia dos gramáticos

Ora a interpretação gramatical para o catalão tem sido muito diferente da que vimos predominar para o português: em vez duma ligação demasiado estreita com o castelhano, notamos nos gramáticos catalães uma tendência para se afastarem excessivamente da língua vizinha e até negarem a existência dum acusativo preposicional autóctone em catalão. Esta tendência compreende-se facilmente: a frequência muito menor do complemento directo com *a* em catalão, e a continua influência da língua nacional e oficial nos escritores e nos falantes catalães leva a duvidar da autenticidade de qualquer forma de acusativo preposicional na língua-mãe. Esta dúvida exprime-se de diversa maneira na gramática normativa e na gramática histórica.

Na normativa, há uma pluralidade de explicações contraditórias, unidas pelo intuito de desacreditar este sintagma e favorecer a forma julgada mais castiça do acusativo de pessoa, a simples. Vejamos os diferentes pontos de vista que alguns destes gramáticos consideram essenciais.

POMPEU FABRA salienta: o uso normal da preposição *a* com os pronomes pessoais absolutos (*a mi, a tu, a ell...*); o uso facultativo com outros pronomes de pessoa (*Estima a tothom*) e com antropónimos (*Grammaire catalane, 1941, 83*).

Numa descrição um pouco mais pormenorizada, C. A. JORDANA confronta o espanhol e o catalão da seguinte maneira:

Antropónimos: esp. *César venció a Pompeyo*; cat. *César vencé Pompeu*.

Nomes de animais: esp. *Don Quijote cabalgaba a Rocinante*; cat. *Don Quixot cavalcava Rocinante*.

Nomes geográficos: esp. *he visto a Cádiz*; cat. *he vist Càdiz*.

Pronomes de pessoa (*alguém, ninguém, outro, todo, qualquer*): esp. *no conozco a nadie*; cat. *no conec ningú*.

Apelativos individualizados: esp. *busco a mi criado*; cat. *busco el meu criat*.

Conceitos personificados: esp. *calumniar a la virtud*; cat. *calumniar la virtut*.

Apenas fica assim um restrito terreno para as formas preposicionais em catalão: normalmente com os pronomes pessoais absolutos (*a mi, a tu, etc.*) e no sintagma *verbo/sujeito/complemento directo* com *a*, facultativamente com os pronomes *tothom, tots, el qual* (*El català i el castellà comparats, Barcelona 1933, 102-103*).

Deste reduzido emprego, J. MARVÀ quer ainda excluir o sintagma *verbo/sujeito/complemento directo* (Exemplo: «*Encalgava el gos el minyó*» = 'Apanhou o cão o rapaz'), observando que alguns admitem, para tirar o equívoco de *o cão* ou *o rapaz* ser respectivamente sujeito ou complemento, a distinção do acusativo pela preposição («*Encalgava el gos al minyó*»):

«Resulta, però, evident que la millor manera d'evitar frases equívokes és mantenir [...] l'ordre lògic dels termes de l'oració. Així les oracions: *El gos encalgava el minyó*; *El minyó encalgava el gos*, no donen lloc a cap confusió de sentit.»

Quer dizer que é preferível uma ordem fixa das palavras *sujeito/verbo/complemento*, à maneira como o francês moderno a costuma

aplicar, para poder dispensar o acusativo preposicional. Fica apenas um caso especial: «Excepcionalment, la preposició *a* és admesa [...] per a la introducció del complement acusatiu quan el dit complement és un pronom personal fort. Ex.: *No estimen a vosaltres; estimen les vostres riqueses*» (Curs pràctic de gramàtica catalana. Grau superior, Barcelona 1934, 290-291).

Na gramática histórica, não falta uma hipótese para eliminar ainda o caso excepcional da tradição genuinamente catalã: «En català modern, jamay lo règim direct porta la preposició *a*, quan aquell es un nom. Mes ab los pronoms personals tònichs s'hi es introduhida, sens dubte per influència castellana; barbarisme qui es acceptat, àdhuc per quelques gramàtics. Metge, però, no introduheix aytal preposició, ni ab noms, ni ab pronoms personals» (A. PAR, Sintaxi catalana segons los escrits en prosa de Bernat Metge, Beiheft ZrP 66, 1923, § 409). MEYER-LÜNKE, que cita este parágrafo, inclina-se, não sei por que motivos, a aceitar, embora vagamente e lembrando a semelhança do emprego pronominal com outras línguas extrapeninsulares, esta hipótese: «... wird man in der Annahme, dass im Katalanischen ein sekundärer kastilianischer Einfluss vorliege, festhalten dürfen» (Das Katalanische, 1925, 107). Teria o Mestre querido dizer com isso que todo o acusativo preposicional no catalão, até nos pronomes tónicos, se devesse a influência castelhana, ou apenas que a uma camada autóctone do sintagma se acrescentasse uma secundária onda castelhanizante? A primeira opinião, que é a de Par, seria simplista demais para quem escrevem o quadro comparativo do fenómeno na Grammatik der romanischen Sprachen (III, 1899, 371-375, e pág. X).

Os «Sermões» de Sant Vicent Ferrer

Para vermos as várias possibilidades de expressão do catalão quatrocentista, damos primeiro o material que fornecem dez Sermões do grande pregador valenciano (1).

Os pronomes pessoais absolutos sempre levam o acusativo com a preposição *a*:

«No, já que *a ell* no havem pogut retenir, mas retindrem los altres que noy muntén» (53); «lexat anar los meus dexebles, e preneu *a mi*» (80); «no vull ni desig haver altri sinó *a vós*» (97); «Senyor, yo hé am mon pare, mas més am *a vós*» (113).

(1) Sermons, vol. I (Els Nostres Classics B. 3), Barcelona 1932, 19-122.

Tratar-se-ia de influência castelhana, no primeiro terço do século XV, e num traço tão fundamental da Língua? Seria explicação demasiado inverosímil.

Não parece estender-se a forma preposicional do acusativo ao pronome reflexo *si*:

«a fer bé *si mateix* ha hom a forçar» (= 'o homem deve forçar-se a si mesmo a fazer bem', 91); «negü no pot engendrar *si mateix*» (104).

Esta excepção pode ter uma longa tradição visto que se encontram exemplos semelhantes no português arcaico:

«Aquele he verdadeyro agradeedor, que per leda voontade he prestes a satisfazer, aynda que testemunha não tenha do seu boo talante, se nom *sy mesmo*» (Virtuosa Bemfeitoria, cit. em A. Epifânio da Silva Dias, *Syntaxe histórica portuguesa*, 1933, 88).

Estão numa situação parecida à dos pronomes pessoais absolutos os *pronomes indefinidos independentes*. Assim, *tot* 'todo', que não toma a forma preposicional quando adjectivo («*appellà totes les persones*» 34; «*feu reposar totes les ànimes*» 34; «*quan veuran tots los bons*» 37), leva a preposição *a* quando independente:

«E quan la persona està a la fi per passar, los àngels estan ascí entora, ... e l'ànima ja' ls sent, e quan hix del cors *a tots* los conceix» (50); «*havia ací hun rey, e per la sua magnificència volie convidar a tots* quants són en aquesta vila» (100).

O mesmo acontece com o indefinido *hom* (= francês 'on', port. 'a gente'); o Sermão da *Feria IV post octauam* tem um parágrafo com sete frases paralelas que mostram como as sete virtudes morais guiam o homem na vida, repetindo seis vezes o «una virtut que endrece *la creatura*», e só uma vez emprega o acusativo pronominal com *a*:

«Altres virtuts són morals, que endrecen *la creatura* què deu fer, axí com humilitat, que endrece *a hom* devés les creatures com se deuen [...] governar. Après, de misericórdia, e endrece *la creatura* com se deu haver en los béns que Déus li ha acomanats» (90).

A mesma forma preposicional aparece noutro exemplo:

«lo fonament (de la casa) és lo *Credo*, les cambres lo *Pater Noster*, e lo teginat que deffen *a hom* de pluja e de vent, és la *Aue Maria*, que us deffen de tots perills e de la ira de Déu» (95).

A causa é óbvia; se a *hom* acusativo não levasse a preposição, *hom* nominativo não podia ter a liberdade na ordem das palavras que tem, aparecendo já antes do verbo, já depois dele («caritat ... és una virtut com deu hom amar totes creatures» 90; «aço veu hom en aquest món...» 116). Para *los altres* (preseindo de «haver altri» citado acima), temos um exemplo sem preposição, já citado («retindrem *los altres*»), e outro com a preposição:

«E véu que tot fahya per ell, non pas contra, e increpà *als altres*» (62),

facto que também tem as suas correspondências em português («Aparecia ... consoladora, compondo a almofada a um, indo animar o outro», Eça de Queirós, Contos, 1946, 62).

Para os *pronomes interrogativos e relativos*, o nosso texto não fornece exemplos que nos dêem indicações suficientes; é claro que, o facto de o catalão ter a forma *qui* para o nominativo, lhe dá neste ponto um aspecto bem diferente das outras línguas peninsulares, pelo menos das modernas.

É grande a divergência entre o complemento pronominal e o complemento substantival de pessoa no acusativo. Como em português, a forma mais corrente deste é a simples, sem preposição. Mas não faltam, por isso, as formas preposicionais, e estas apresentam todos os aspectos que apresentam também em português (e noutros idiomas românicos extrapeninsulares), indicio este de que não se devem explicar tais casos por uma influência secundária, mais ou menos tardia, do castelhano. Para dar uma ideia geral, antecipamos uns números estatísticos: dos 105 complementos directos substantivais de pessoa (deixando de parte as dificuldades de delimitação que a contagem oferece), excluimos 15 com *haver* e *tenir*, que raras vezes têm o acusativo preposicional em qualquer língua neolatina; restam 74 casos com acusativo simples (vários dos quais nem em castelhano levariam a preposição, e menos ainda na prosa sermonária do século XV) e 16 casos com acusativo preposicional. São estes últimos que é preciso analisar nas suas condições sintácticas e lexicais.

Acusativo preposicional de colocação: Dos 74 exemplos de acusativo de pessoa simples, não há nenhum, salvo erro, em que o complemento se encontra em posição anterior ao verbo. Nesta situação, ao contrário, substituí-o a forma preposicional:

«Més serà punit de lla lo perjuri e blasfemi que ·l homicida, bé que de ça se face lo contrari, que *al homicida* pengen, e ·l jurador pague hun poch de pena peccuniària» (22); «E per ço, *al bon àngel* hom lo deu saludar tots jorns dues vegades, a matí e vespre» (61); «Pensau en la magestat divinal, car a tan gran senyor com és Déu, en reverència lo deu hom haver» (66); «que axí com *al papa* ja sabeu que hom lo appelle *summus pontifex*...» (82),

de maneira que não há diferença entre o acusativo e o dativo neste caso (dat.: «quan a *tals persones* los hix l'ànima del cors», 70). Mas há uma nítida diferença entre o acusativo de pessoa e o acusativo de coisa; este, mesmo em posição inicial, sempre aparece na forma simples:

«e *aquesta* veu hoïran totes crestures» (39); «*ales orelles* ne tinch plenes» (40); «*aquest procés* me ha donat tal hom» (62); «que *la pena de la mare* Déus l'a donada a la mare per lo peccat de Eva» (68); «*après, la carn, lo enemich* [=aposto e sentido figurado] portam ab nosaltres» (70); «e *tu mala vida* he tenguda» (72); «*ales sítzees* no les veu hom dins» (92), etc.

É evidente, aqui, a função sintáctica do acusativo preposicional de pessoa e a regularidade com que aparece ou os limites do seu emprego.

Ainda podemos incluir neste grupo um outro caso de acusativo preposicional, talvez menos rigoroso: é quando se faz uma distinção entre vários complementos de pessoa paralelos, separando-os em grupos por uma pausa-vírgula. Nesta posição, era fácil atribuir função de sujeito ao complemento, se este não se distinguisse pela preposição:

«Estant axí ve hun pastor ab porchs, ovelles, ... e cabrits, e a aquell obren-li, e lexen-lo entrar, e *al rei*, no...; mas, bé ·y lexes entrar cabrit e porquet, e *al rey Jesuchrist* no» (119).

Acusativo preposicional paralelizante: Quando uma série de complementos de pessoa se compõe em parte de pronomes absolutos (que sempre levam preposição) e em parte de substantivos, a série pode uniformizar-se tomando a preposição também os últimos:

«que Jesuchrist de la sua mà lo bategà a *ell* e a *tots los apòstols*» (100); «e donchs, si Jesuchrist mane axí fort honrar pare e mare, quant més devem honrar a *ell* e a *la sua esposa* la Església» (122).

É o caso do português, como já explicámos noutro lugar, mas também pode aparecer a forma não paralelizada («a ell e tots los apòstols»), algumas vezes sem que a consciência linguística reconheça uma diferença entre os dois elementos por os unir mais estreitamente, outras vezes com o propósito de hierarquizá-los na sua importância ou no seu significado.

Acusativo preposicional de comparação: Com alguns dos primeiros exemplos que seguem (com *tant que, més que* [no]), pode-se duvidar se não é melhor incorporá-los na explicação semântica que darei no parágrafo subsequente ('Acus. prepos. de divindade'):

«...lo marit amava la muller... E tots los apòstols amaven *tant a Jesuchrist* que no podien alçar los huylls al cel...» (29); «quant amam alguna creatura *més que no a Déu*... E perço, quan lo marit ama molt sa moller, *més que a Jesuchrist*, ell li fa tol per morto» (30); «Poses-hi ton fill, amant-lo massa, *més que a Déu*... Mas, ¿voleu saber com prove hom si ame *més* son fill *que a Deus*?» (114); «Aprés, fill, ames ton pare? Hoc. Guarda no t'amos *més que a Déu*» (115).

É excepcional o caso de *com a* (= 'como', 'como a') que no nosso texto não identifica apenas o complemento substantival de dativo (•; O, quínya honor fo feyta a Jesuchrist en quant hom, no solament axí *com a Deu*, mas axí *com a hom*» 54) com o de acusativo («vench una núvol blanca, e posà's als peus de Jesuchrist. No pensen vosaltres que vingués per ajudar-li, mas per servir-lo, axí *com a creatura*, a significar que ell és senyor de totes creatures» 33), mas ainda estes dois com o nominativo, com uma extensão desta forma até aos nominativos e acusativos de coisa:

«no és axí dels cabrons, que cent han menester deu pastors, que si ls vol girar de ça, van-se'n de lla per parets e per espenadors *com a dyables*» (42); «la vida de la persona appelle «tela», e axí és feta *com a tela*» (73); paralelismo de *com a* e *com*: «volch que totes les persones da Judea que n vessen *com* muntave alt al cel, no pas axí *com a pobre*, mas axí *com totpoderós*» (28).

Como se sabe, não se trata aqui duma inovação catalã, mas dum fenómeno que liga o catalão a outros idiomas peninsulares (HANSEN, Gram. hist. 279; LEITE DE VASCONCELOS, Esquisse 143) e extra-peninsulares, p. ex. o provençal, o sardo, os dialectos da Itália meridional e central (Calábria meridional, *pisanti comu a u cumbu*,

'pesado como o chumbo', AIS, carta 408; Castro dei Volsci *i tremava akkun a nna frónna*) e que possivelmente teve a sua repercussão, nestes dialectos como noutros, sobre o sistema casual dos pronomes pessoais absolutos (sardo *kante a mmimmi*, port. dialectal *com'a mim* 'como eu' RLus. 23, 1920, 18) e de outros pronomes independentes ⁽¹⁾. G. ROHLFS (ZrP 42, 1922, 721-725) propugnou novamente a derivação de *coma* < QUOMODO AC, forma paralela de *come* < QUOMODO ET ⁽²⁾, etimologia à qual SPITZER opôs vários argumentos em favor de QUOMODO AD (ZrP 48, 1928, 429 nota). Talvez não seja preciso rejeitar nenhuma das duas hipóteses sendo possível uma harmonização de ambas as etimologias. Voltaremos a aludir à questão mais adiante (cf. pág. 248).

Acusativo preposicional de divindade: Falta-nos explicar a maior parte dos acusativos substantivais com *a*, nove em número, que não correspondem às condições sintácticas indicadas. Reunimo-los sob o nome um tanto extravagante do acusativo preposicional de divindade, porque em todos o complemento se refere a Deus, a Jesus Cristo e à Virgem Maria:

amar: «tots los apòstols amaven tant a Jesuchrist...» (29; acus. prepos. de comparação?); «Axi se prove si ames a Jesuchrist» (114).

besar: «...besa hom la creu, e axí l'ànima bese les plagues...; e après a la verge Maria, besant-li los mans» (56; acus. prepos. de colocação?).

pregar: «e quan sent Martí tornà, sabé·u, e metó's en oració, e plorant ab moltes làgrimes, pregà a Déus, en tant que nostre senyor Déus lo resuscità» (104).

prendre: «Quan los juheus prengueren a Jesuchrist, el menaren a la casa de Cayphàs, e ascí lo menysprearen, e·l ferien» (55).

saludar: «E Jesuchrist vench en mig d'ells, ab tots los sants pares e tots los àngels, saludant primer a la verge Maria: — Mare mia, pax uobis —; e après als apòstols: — Pax uobis —; e après als dexebles: — Pax uobis —. E estant axí téu·los hun

(1) Sardo *no déppi mmórri a kkini nási* 'não deve morrer quem nasce'; napoletano *a chi vo'acqua* 'quem quer água' (G. ROHLFS, in: *Donum Natalicium Jaberg*, 1937, 61).

(2) REW³ 6972; para o port. arc. RLus. 23, 1920, 18-19; LEITE DE VASCONCELOS, Lições, 1926, 87; A Demanda do Santo Graal 3, ed. AUG. MAGNE, 1944. 136.

sermó...» (31; com os dois últimos acus. prepos. de colocação ou paralelizantes).

ver: «flu ma oració ... pensant que **yo** vehia a *Jesuchrist* e ell que m guardaves» (60); «e si u fem axí, veurem a *Jesuchrist* a la dreta de Déu lo Pare» (87); «e vehem-hi a *Jesuchrist* axí com tu fas la tua ymaga en l'espill» (97).

Há outros verbos que apresentam o nome divino no acusativo simples («conèixer Déu» 89; «honrem nostre senyor *Jesuchrist*» 66; «loar Déu» 115, 117; «renegar Déu» 93) (4), e dos seis outros citados, há três que também levam o acusativo simples, mesmo quando este se refere ao nome divino:

amar: «persones ... que han amat *Déu* ardentment e lo proïsme ordenadament» (48); «caritat ... vol dir amar *Déu* sobirament, e totes creatures, per amor d'ello» (91); «(l'hom) damunt de totes creatures, hoc sobre hom, deu amar *Déu*» (113); para o acusativo de pessoa: diversos casos de «am mon pare», etc.

saludar: «saludarem la mare de *Deu*» (19, 27); para o acus. de pessoa: «saludist ton proïsme» (60).

ver: «tu veus *Jesuchrist* alt en lo cel» (19); «tots vehen *Déu* clarament» (48); «anem a veure lo *Creator* nostre» (29); acusativos de pessoa: «vejau sent *Jerònim*» (40); «veu un *monge*» (51), etc.

Com mais material, era preciso ver se esta variação depende de qualquer condição sintáctica e se obedece a uma função distintiva. Limitamo-nos, a este respeito, a uma indicação hipotética: dos nove casos em que os verbos *amar*, *saludar*, *ver*, etc. trazem o complemento com preposição, quatro formas verbais são iguais àquela que teria o substantivo como sujeito (*besa*, *pregà*, *saludant*, *vehia*), dos sete casos em que o nome divino constitui o complemento sem preposição, só há dois («vol dir amar Déu», «deu amar Déu») que podiam fazer duvidar se *Deus* é sujeito ou complemento. Este 'acusativo preposicional de divindade' ter-se-ia originariamente limitado aos casos em que havia homofonia da forma verbal correspondente ao sujeito e ao complemento?

(4) Num caso («offerir *Jesuchrist*») é essencial a distinção entre o dativo e o acusativo: «ara nosaltres offerim a Déu pa e vi, la òstia sagrada e lo sanch, offerim *Jesuchrist* Déu e hom, et aquell sacrifici fo figura de aquest» (82).

Em todo o caso, nos Sermões analisados tal possibilidade de distinção pela preposição *a* não se estende aos complementos directos de pessoas humanas; neste caso, deixa-se à simples ordem das palavras, ao contexto, ou a outros meios de expressão o papel de fixar as relações gramaticais. Assim, o 'acusativo preposicional de divindade' chega a assumir uma função semântica importante: da maneira como o espanhol hierarquiza as relações humanas pondo dum lado a divindade e os homens, doutro o mundo animal e as coisas, com todas as possibilidades de 'coisificar' o homem e de humanizar ou divinizar os animais e os conceitos abstractos, São Vicente Ferrer parece matizar as relações entre Deus e o homem, distanciando-as duma vez, 'humanizando'-as outra. *Amar Déu* é como *amar la fill*, *amar son pare*, mas *amar a Déu*, *amar a Jesuchrist* é uma atitude que se reserva a Ele só, um movimento da alma em direcção ao Ser divino. Da mesma maneira, o crente «prega a Déus» (lat. *Deos precari*), assim como o alemão *bittet Gott* como ele *bittet den Mann*, mas só *betet zu Gott* (sendo ainda formável um *bittet zu Gott*).

De resto, o acusativo preposicional de divindade não é um traço estilístico individual do nosso Santo predicador, nem específico do catalão, mas tem uma longa tradição no românico eclesiástico de várias regiões que fica por esclarecer na sua origem e nas diferentes formas que tem revestido.

Como se podem harmonizar estes resultados (que tão claramente parecem contradizer a tese de Anfós Par), com o material que oferece a prosa de Bernat Metge, quase contemporâneo do Santo valenciano? Seriam castelhanismos todos os acusativos preposicionais do Santo? Explicação pouco provável quando aplicada a quem — como observa com razão o editor dos Sermões — «parlava de la manera com parla el poble» (pág. 14). Ou castellanismos do autor do manuscrito dos Sermões, respectivamente do copista do único exemplar conservado, que constitui a base da edição moderna? Neste caso, o emprego do acusativo preposicional não teria uma estrutura tão nitidamente diferente da que tem no castelhano. Tratar-se-ia dum traço regional do dialecto valenciano ao qual se costuma atribuir uma maior infiltração de elementos castelhanos? Antes de responder, vamos comparar alguns textos da própria Catalunha. Começamos com uma análise do mesmo Bernat Metge, barcelonês, que apresenta um estado de coisas algo diferente do que a citação acima dada de A. Par faz supor.

«Lo Somni», de Bernat Metge

São indubitáveis as divergências gramaticais desta obra ⁽¹⁾ comparada com os Sermões de S. Vicente Ferrer. Nos *pronoms personals absoluts*, domina o acusativo sem preposição, já em sintagmas em que outras línguas românicas vacilaram ou vacilam entre o emprego do pronome átono e do acentuado (cf. francês *sui ez-moi*), já em formas mais independentes que conhecia o francês arcaico e ainda hoje conserva o italiano:

«moltes coses veig induints *mi* a creure que les ànimes dels bruts sien immortals» (31); «Qui tan gran injúria ... volrà venjar, segueſca *mi*» (60); «lo poder que has de guarir *mi*» (73); «Si vos amàvets *mi*, no us iria lo cor en altra» (83).

Citamos à parte um acusativo de comparação («Altra tenits en lo cor *més que mi*» 82), visto que o comparativo aparece também ligado com *de*, como em italiano («alguna mare s'adelit en haver millor e pus casta filla *de si mateixa*» 87), onde era difícil a forma preposicional com *a*, e que poderia ser uma generalização da forma *més que mi* para diferentes casos gramaticais (it. nom. e acus. *come me*).

Mas ao lado destas formas, que ligam o catalão com o italiano setentrional e toscano e com o galo-românico, não falta a forma preposicional:

«si *a mi* has perdut, qui era ton Senyor, tan bo o millor l'has cobrat» (61); «Mas pus *a mi* toca principalment, tant com poré m'esforçaré a sostenir e defendre la mia elecció ésser raonable e bona» (96).

O pronome reflexo acentuado, que sempre aparece acompanhado de *mateix* (= 'a si mesmo'), apresenta nove exemplos sem preposição, forma que encontramos também em S. Vicente Ferrer e abonada para o português arcaico:

«molts ... turmenten *si mateix* ... amant *si mateix*» (21); «o baten cruelment *si mateix* e aquells qui entorn los estan» (61); também *tu mateix* 'a ti mesmo': «lloar *si mateix* ... com has

(1) Seguimos a edição recente de A. VILANOVA ANDREU: Bernat Metge, *Lo Somni* (Public. de la Escuela de Filología de Barcelona. Filología Moderna, vol. 7), Barcelona 1946, que «no tiene ningún carácter paleográfico ni crítico» (pág. XXXI); o mesmo editor anuncia a publicação, em breve, duma edição definitiva.

lloat *tu mateix*» (72); «entén en *tos fets propis* ... e especialment en concèixer e millorar *tu mateix*» (125).

Nos *pronomes relatius, demonstratius e indefinits* há uma predominância quase absoluta da forma simples: um caso de *aquest* («*ha més en ma companyia aquest hom vell*» 44), 19 casos de *aquell* («*No vullats tembre aquells que maten lo cos e no poden matar l'ànima, mas temets aquell qui l'ànima e lo cos pot destruir*» 27), até em posição inicial («*Aquell tenc jo per vicari de Jesucrist que los cardinals m' han donat*» 46), dois de *el qual* («*aquells qui moltes vegades són estats presos e punits per divindir, los quals [elles] enriqueeixen dels bens de llurs marits*» 82), seis casos de *altre* («*no devien elegir altre*» 46), mais um ou dois para *algú* («*si troben algú que no les vulla oir...*» 86) e *cascú* («*Lo foc d'infern... tormenta cascú segons la qualitat del delict*» 70) ⁽¹⁾.

Mas também aqui não faltam exemplos preposicionais; excepto *servir*, que continua do latim o seu regime já de acusativo já de dativo nas linguas românicas («*Aquell al qual tu solies servir*» 6; «*servir Déu*» 54; «*servir senyor terrenal*» 125), encontra-se um caso:

«— Coses noves e null temps per mi oïdes has dit — respongui jo —; les quals m'han així alegrat com la claredat a *aquells* qui són en tenebres, e repós als cansats» (67-68).

Passando para os *comp'ementos substantivais de pessoa*, lembramos primeiro que para a comparação Bernat Metge emprega já *com*, já *com a*, parecendo que a primeira forma serve especialmente para o nominativo (5, 14, 25, 57, 120), a segunda para o acusativo (11, 39, 99) e para o nominativo (65, 79) ⁽²⁾, sobretudo quando este é expresso por adjectivos substantivados (66, 67, 123), ou para adjectivos predicativos (24), facto que talvez possa contribuir para deitar luz sobre a mencionada questão da origem de *com a*.

Fora disto, a forma preposicional é de facto muito rara: de 74 acusativos de pessoa, encontrámos umas seis formas com a prepo-

⁽¹⁾ Um ex. para *tots* não é pronominal: «entre molt gel e sutzura que els cobre *tots* [= não 'a todos', mas 'inteiramente']», exceptat *llurs cares*» (65).

⁽²⁾ Parece que pertence a estes casos a frase do 'príncipe dos maus espiritos': «*pertany a mi per justícia, així com a amador del cisma [nominativo?], del qual tu e los altres princeps del món sots estats nodridors*» (47), onde se emprega *com a* apesar da facilidade com que o termo comparativo se poderia relacionar com o dativo antecedente *a mi*.

sição *a*. Nestes seis não incluímos um exemplo com *menagar* («menaçant no solament *als pocs*, mas *als majors prínceps del món*» 40), visto que o verbo latino (*minatiari*, *minari*) rege o dativo. Podíamos excluir ainda três casos de *fugir* («l'ovella fuig *al llop*, la rata *al gat*, la perdiu *al falcó*, lo cervo *als cans*» 32; «fugen *a llurs adversaris*» 33; «fugint *a aquell* per un prat» 57), que parece também reger o dativo (cp. *escapar a*). Um quarto exemplo obedece à construção *faire faire quelque chose à quelqu'un* que se encontra em regiões românicas que desconhecem o acusativo preposicional quando único complemento («puís, despullades les vestidures, faeren-les vestir *als dits marits llurs*» 102). Os restantes dois já não se explicam pela construção particular dos verbos etc., mas dizem directamente respeito ao nosso fenómeno: há um *acusativo preposicional de colocação*:

«De voler senyorejar *a llurs marits* les has notades. Decebut és: elles no desijen açò, mas voler raonablement senyorejar *llur companya*, que continuament és inclinada *a mal*» (115),

visto que aqui o complemento antecede a evocação do sujeito. E há um outro *acusativo preposicional de dicindade*:

«la santa saviesa, que és amar e tembre *a Déu*» (34),

caso único ao lado de outros seis de acusativo simples («tem *Déu*» 4; «am e record *Déu*» 16; «veuré *Déu*» 18, 68; «servir *Déu*» 54; «menysprear *Déus*» 67).

Existe o acusativo preposicional, como se vê, mas é raro. Mesmo quando tanto o sujeito como o complemento seguem o verbo, os dois não são diferenciados:

«Molt mills enganen les fembres [nom.] *los hòmens bestials* [acus.]» (92).

Mas, para avaliar bem a rareza destes acusativos preposicionais, é precisa uma observação sobre a ordem das palavras na prosa de Metge: ao passo que o autor gosta de começar a frase com complementos directos de coisa (anotámos 19 casos no género de: «*totes les coses* animades veig morir» 3), e que tem uma série de complementos indirectos antepostos ao verbo (oito casos no género de: «*als cardinals*, qui la dita elecció havien feta, pertanyia de dret ...eleger altra vegada» 48), evita a anteposição do complemento directo de pessoa. Fora de alguns casos onde até o espanhol

moderno não teria o acusativo preposicional («*muller* hagui fort bella» 57; «*Una filla* hagui, apellada Manto ...» 73; «e *quants amadors* ha l'altra» 86), apenas há dois exemplos, e em proposições dependentes:

«plàcia-us doncs que *la dita muller* mia vullats a mi restituir» (58);
«Bé és veritat que *ma muller* aitant la am com les marits acostumen» (74).

Isto quer dizer que o autor prefere pôr o acusativo de pessoa detrás do verbo, ou para evitar malentendidos, ou para evitar o acusativo preposicional.

Resumimos: é inexacto dizer que Bernat Metge desconhece o acusativo preposicional. Encontrámos na sua obra principal tanto acusativos pronominais com *a* (limitados, é verdade, a acusativos de colocação e de comparação), como acusativos substantivais com *a*, já de colocação, já de divindade. Mas o que é notável nos exemplos pronominais é a predominância dos acusativos sem preposição, que nos pronomes pessoais absolutos não apareceram em S. Vicente Ferrer (prescindindo do reflexo), nem sobrevivem no catalão moderno. Estas seriam as formas autóctonamente catalãs, e as preposicionais (acus. *a mi*, *a tu*, *a ell*, etc.) «barbarismos» de importação castelhana? É uma interpretação isenta de toda a probabilidade. Muito mais razoável será pensar que o catalão reflecte, neste caso, nas duas formas de expressão tão divergentes que se nos ofereceram nos «Sermons» e em «Lo Somni», além de caracteres estilísticos diferentes, a sua posição intermédia entre língua ibero-românica, dum lado, e língua ligada com a Galo-România e com a Itália setentrional e toscana, do outro, e que tão autêntica e castiça era uma forma de expressão como a outra ⁽¹⁾. No fenómeno que aqui nos interessa, venceram afinal as formas pronominais com *a* nos pronomes pessoais absolutos, quer dizer, venceu a tradição que liga o catalão com o resto da Ibero-România (e esta, por sua vez, com certas regiões do Centro e Sul da Itália, do Sul da França, da Reto-România, da Roménia), a não ser que sobrevivam restos das formas preferidas por Metge em algum autor ou dialecto.

Se em princípio é justificado e necessário examinar o problema das influências estrangeiras ou forasteiras, e especialmente da cas-

(1) Cf. a nossa *Entstehung der romanischen Sprachen und Nationen*, 1941, pág. 87.

telhana, no catalão, não seria menos justificado no caso de Metge. «petrarquista, ciceroniano e italianizante» (ed. cit., pág. XI), perguntar se na sua tendência para as formas simples não pode ter havido influência do latim e do italiano. Julgando possível uma tal influência, p. ex. na colocação dos complementos substantivais, não nos parece aceitável para explicar a transformação do sistema de declinação dos pronomes pessoais absolutos; um traço morfológico tão fundamental como este não se costuma desenvolver por uma influência secundária, 'cultural', e é de longe preferível atribuir a duplicidade do catalão arcaico neste ponto a antigas correntes de romanização e de re-romanização diferentes.

Para os complementos substantivais, não esqueçamos que a obra de Metge, além de antiga e renascentista, é uma obra literário-filosófica, em prosa, o que lhe facilita restringir-se geralmente à colocação *sujeito/verbo/complemento de pessoa*, que vimos ele quase exclusivamente aplicar. Tal não é o caso duma obra épica, em verso, escrita num ritmo interior e numa imaginativa poética muito outros, como a que vamos analisar agora.

«L'Atlàntida» de Jacinto Verdaguer

Depois do que se disse, era escusado lembrar que os acusativos dos *pronomes pessoais absolutos* levam a preposição *a* como é a regra no catalão moderno (1):

- «y ta darrera gesta serà matar-ne *a mi*?» (35);
 «y *a mi*, com la mar fonda, m'omplireu d'amagors» (96);
 «Y *a tu* qu't salva, oh nú de les nacions iberes...?» (21).

Este emprego estende-se aos *pronomes demonstrativos, relativos e indefinidos* de pessoa:

- «l'Altíssim condemna l'Atlàntida a esser esborrada del món y *a aqueix* [l'hèroe] a esser traçejat en continents» (53);
 «Veu lo parany Alcides, mes *al* de Gades dexa» (39);
 «*al* de Beocia oviren d'Espanya en lo jardí» (100);
 «mentre ells, *a qui* sols l'odi sacrílech reanima, al mar demanen armes de mort contra l'Etern» (102);
 «mare, mareta meva, que'ns xafaràn *a tots*! — A *tots*! — ella responli...» (62).

(1) Citamos pela edição da Biblioteca Selecta, vol. I, Barcelona, 1944.

Comparando com o quadro que nos apresentaram os dois textos quatrocentistas, é surpreendente aquele que nos oferece a *Atlântida de Verdaguer* para os *complementos substantivais*: uma abundância de acusativos preposicionais — trataremos de 38 em número —, ao lado duma minoria de formas sem *a* (19, quer dizer, metade), poderia levar-dos a uma conclusão precipitada supondo uma larga extensão da forma preposicional desde o século XV, seja por influência castelhana, seja independentemente dela. Antes de a tirar, é conveniente examinar as condições em que esta se dá na obra, e comparar o estado de coisas noutros textos modernos.

Uma grande liberdade na ordem das palavras com numerosas inversões e hipérbatos explica a frequência do *acusativo preposicional de colocação*: dos 38 exemplos citados, mais de metade podem explicar-se desta maneira, quer o complemento anteceda o verbo (a), quer uma forma neutra do verbo (infinito, participio) ou a falta dum sujeito explicito exija uma clara definição das relações gramaticais (b), quer a vizinhança do sujeito e complemento ou de vários complementos favoreça uma diferenciação formal (c):

- a) «y als mastodonts esglaya lo corpulent mammoth» (39);
 «qu'al arbre y tu, a ran soca, de terra us ve a tallar» (41);
 «çal geganti Peneos, qu'il desnia / de mos flayrosos braços?» (87).
- b) «Dies après, veyent al mariner capficat mirant aquelles aygues,
 li conta [sc.lo vell] llur antiga història...» (19);
 «...ya a la Europa y a l'Àfrica tinguerem a nostres peus junyides, com dos vedells al jou» (43).
- c) «veyent lo vell al mariner pensívol, / lo crida a seure sota un roure altívol» (24);
 «a dexondar a Hesperis lo rey dels hèroes ve» (110);
 «lle vist d'infants y verges horribles sacrificis; / he vist a la innocencia del negre crim als peus» (49).

Está em segundo lugar a tendência para empregar o complemento com *a* depois de *fer*, *ver* + infinitivo (tipo 'fazer chorar a alguém'), construção — talvez devida à analogia com o tipo *faire faire quelque chose à quelqu'un* — que também aparece em outras línguas românicas (p. ex. em português) como forma normal ou popular:

- «un colp terrible que .../feu desbotar als amples Mediterrà y Atlàntich» (29);
- «fent als pastors y pobles d'espasme tremolar» (31);
- «...son carro parar al sol veuràs» (38);
- «feu suar a la terra de por y ploure sanch» (43);

- «Heu vist/a l' huracà que ' escombra cel y terra / llevar la neu, boscuries y rochs als Pirineus?» (51);
 «com l'àliga a ses filles envers lo sol qu'adora / fa batre l'ala ferrea que mou la tempestat» (119);
 «La mar bont s'emmiralla Colunya, hermosa y fera, / veurà nàixer a Elcano...» (114).

Fora das condições sintáticas descritas, há outra de carácter lexical: o emprego, frequente na Atlântida, do *acusativo preposicional dos nomes próprios*:

- «y d'entre les flames trau a Pirene» (25); «escometen a Hèrcules» (45); «bont los Atlants enrotllen a Neptá» (45); «Lo matador de monstres que, de gegant a passos, / escometia a Hesperis» (50; este ex. podia interpretar-se também como acus. preposic. de colocação, da mesma forma que muitos exemplos lá citados podiam ser incorporados aqui); «Hèrcules, maresmes y camps a través, cerca a Hesperis» (61); «y ells ... tantost assolexen a Hèrcules» (67); «temèu a Déu» (105); «veu a l'Angel d'Espanya, hermós y bell, / qu'ah'ab ses ales d'or cubrí a Granada» (127).

Também este emprego parece ter fundas raízes históricas visto o conhecerem outras regiões românicas que não generalizam tanto o acusativo preposicional como fazem o espanhol e o romeno (1). Para o catalão moderno, P. Fabra adverte: «a peut aussi se placer devant un nom de personne; mais cet usage de la préposition a est évité par la plupart des écrivains actuels» (ob. cit., 83). Porque não faz parte da maioria dos autores da actualidade o grande iniciador da poesia catalã moderna que é Verdaguer? Já dissemos: não vale para a poesia, nem para uma obra do hálito épico, «de grandour e de puissanço» (F. Mistral), da Atlântida o que vale para textos de outra índole.

Restam alguns casos de complementos com *a* que as indicações antecedentes ainda não explicam:

- «Un sabí ancià que, retirat del món, vivia vora la mar, surt a rebre al nàufrech» (19);
 «La pirenayca Venus anomenà a Portuendres» (34);
 «Hesperis, la d'ulls negres, perque sos fills no vegen / al grech que ve a escomètrala ...» (67);
 «Ressurt aquell de l'aygua y mata al traydor... Alcides, al posar los peus en el promonteri, mata al gegant Anteu» (91).

(1) Cf. os exemplos que dão para certos dialectos do Sul da França e da Itália J. Ronjat, *Grammaire historique des parlers provençaux modernes* 3, 1937, 540-544 e G. Rohlf, in: *Donum Natalicium Jaberg*, 1937, 60.

Alguns destes casos podem ser devidos a uma *diferenciação ou modificação no regime de certos verbos* (como o português as apresenta para *querer, perguntar* e muitos outros), questão que se deveria examinar com mais elementos lexicográficos à mão, e na base duma mais vasta leitura.

Na *forma comparativa*, o poema tem geralmente *com*, até para o acusativo («— Jo so — diuli — qui't duya pel braç, *com* infant tendre» 117, para evitar malentendido *com* *duir* a? «Ya a la Europa y a l'Africa tinguereu a nostres peus junyides, *com* dos vedells al jou» 43, para evitar a acumulação de mais uma preposição *a*?), com uma excepção («esparverantles *com* a pardals esquerps» 43), prescindindo naturalmente de formas do dativo ou de locuções preposicionais com *a* («Veniu ... *com* al rusch d'or les místiques abelles» 87).

Fica por fazer o exame dos *acusativos simples*. Eles apresentam-se, como em espanhol, quando o complemento de pessoa não está individualizado, quer esteja acompanhado do artigo indefinido, quer esteja no plural («veu a ses espatlles *un* Geni» 55; «Tenia *un* fill» 47; «dexar *ses* filles» 64; «quan veig *colossal* Geni baxar del firmament» 49), até em certas construções do tipo *ver* *fazer uma coisa a alguém* («He vist ... /*los* parex traure a vendre llur fill, de l'avi trist/*los* nets *com* d'una càrrega sexuga descartarse, /y l'un germà de l'altre beures la sanch» 49); mas apresentam-se também com o acusativo de pessoa individualizada («Que' / *pare* hem vist» 44; «vendre *llur* fill» 49; «enfones *ma* patria» 71; «mira *ta* Eva» 123). É só o facto de serem tão raros na Atlàntida estes últimos casos, que dá à obra, quanto ao nosso fenómeno, um aspecto tão parecido ao castelhano.

Ainda havemos de mencionar dois outros grupos de acusativos simples, até de nomes divinos ou mitológicos, explicáveis pelo interesse de evitar a confusão do complemento directo com o dativo ou com a locução preposicional com *a*. A primeira função distintiva é óbvia no famoso verso do último canto:

«Y ans que *ton* Deu; oh Espanya! t'arrencaràn les serres» (118),

e compreende-se que ela se estenda a estoutro exemplo que poderíamos chamar um 'acusativo simples de colocação':

«*La* Europa tu arrancares de l'Africa; *les* dues /dels braços de l'Atlàntida d'un cop jo arrancaré» (56).

Para a distinção entre o acusativo e a locução preposicional é conveniente lembrarmos do papel muito diferente que a preposição *a* desempenha em catalão (semelhante ao francês e ao italiano), quando comparado com o que desempenha em espanhol e em português, tanto em sentido local como temporal, e noutros (ex. *a Barcelona* 'em B.'; *a l'escola* 'na escola'; *a les nits* esp. 'por las noches'; *a l'altar* 'no altar'; *al cel* 'no céu', etc.). Com uma área semântica tão vasta, sobre tudo no sentido local, encontra um limite mais estreito o emprego do acusativo preposicional quando se trata de nomes geográficos, tão frequentes na Atlântida, e de verbos aos quais se pode ligar uma locução preposicional com *a* local ou de movimento:

- «Despèrta, humanitat; mira *la Eva* ...» (123);
- «l'Altíssim condemna *l'Atlàntida* a esser esborrada del món...» (53);
- «per exa nit reveure *l'Atlàntida* qu'ofegues...» (61);
- «que, com faxà *la Europa*, *l'Atlàntida* ara faxa» (56);
- «He vist d'un llit de perles alçar *Nàpols y Iberia*» (28).

Os exemplos mostram-nos que o autor não personifica os nomes geográficos e que os exemplos contrários anteriormente citados (*a Granada*, *a la Europa*) se explicam sintacticamente, quer dizer como acusativos preposicionais de colocação.

Ao comparar o estado de coisas que encontramos na «Atlântida», com o que nos apresenta a colecção do lendas poéticas, canções e odes que constituem o livro «*Montserrat*» do mesmo poeta (4), o quadro transforma-se: num clima estilístico mais popular, mais lírico, mais simples, com temas diferentes, é claro que se reduz a flora dos acusativos preposicionais. Mantém-se naturalmente a forma preposicional dos acusativos dos pronomes pessoais absolutos (págs. 34, 49, 111, 125, 126), já gramaticalizada completamente na língua moderna; mantém-se a liberdade no emprego dos pronomes demonstrativos:

- «ab tu vull abraçar-la/*aquessa verge* d'ulls verds» (21); «cerca *aquell* que li ha respost» (19); «vista *la Reyna del cel*,/va escometre *la d'Espanya*» (21).
- «y al veure viva *a la que* creya morta» (13); «a *aquell* .../¿ qui avuy no'l plorará?» (32); «al qui millor cantava/... soter-rar» (32-33); «mira *al qui* de la terra trau lo pecat» (36); «vol guiar... /als que'l sol del Messies cercaràn» (85).

(4) Biblioteca Selecta. 3, 1914.

assim como a forma preposicional nos relativos («...oïu a qui us implora» 95) e indefinidos (*a tots* 110, 140; «Vos los veyeu a tots.../ *a tots los catalans del continent, als que llauren les ones .../ als que viuen a ocàs ò a sol-ixent*» 138); mantém-se igualmente a liberdade na construção *ver (sentir) chorar (a)* (sentint cantar los àngels/ e ab ells lo nou germà» 33; «se veu pujar a Gari» 62).

Mas nos *complementos substantivos*, o aspecto geral é muito diferente do do Poema épico: observámos em «Montserrat», em lugar da predominância quantitativa das formas com *a*, apenas 24 destas, ao lado de 33 formas simples. Tentamos a seguir uma rápida classificação dos acusativos preposicionais:

a) de colocação:

«a Valencia no l'ovira» (19); «a la Verge invoca» (28); «als àngels enamora» (40); «perque veja los estrelles .../ e entremig de les estrelles / a l'Amor dels seus amors» (42); «als amichs de Deu la caritat los governa» (57); «abrigau ! oh Maria! als germans meus» (138).

b) com nomes divinos e antropônimos:

«retratà a Maria» (13); «cercar, conèixer y amar a Deu» (35); «Prega a Deu» (43); «en lloch de pregà' a la Verge...» (52; cf. «y a son Deu resa que resa» 58); «possehirás a Riquilda» (48); «perdre a Adam y Eva» (51, = «arruinar»; com o mesmo sentido: «perdre un home» 66; outro sentido: «perdè sa filla» 69); «acompanyant a Riquilda» (56); «han vist a Gari» (71; mas «venen en la terra lo sol» 14; «veure be Catalunya» 16; «a veure y olorar la Rosa catalana» 25; «a veure de Montserrat la gentil Senyora» 27; «veuràn la Madona» 28; «veu lo cel ... y ... son Espós» 43; «veu Mallorca y Catalunya» 45; «Vos los veyeu los fills de vostre amor!» 137); «mostraunos a Jesucrist» (108; acus. ?); «per coronà a Maria» (128); «enfonzareu a Mahoma» (131).

a + b) «mes a Jesús posàumel en los braços» (12); «a Llucifer aterra sa llança fulguranta» (66); «y a Llucifer al rebre vençut y sense gloria» (66); «y a Cristo que hi reposa/ dexàumel adorar» (126); «A Joan d'Austria guiareu / a les aygues de Lepant» (131).

c) dependente do regime verbal e do emprego de locuções circunstanciais com a preposição a (cf. também acima os exemplos com *invocar, pregar, resar, abrigar*):

«estimau als noyets» (29); «mirant a Catalunya (18), «mirant a l'infantó» (26), «la flor que al sol mira / com

l'ànima a Deus (121; cf. «*mirar ... lo Sol*» 141; «*sols lo cel miraven elles*» 17; «*ell mira la terra y tot*» 17; «*miro aqueixa gran montanya com um far...*» 110).

Na *literatura posterior a Verdaguer*, o acusativo preposicional em geral torna-se ainda mais raro. Mas não se vá crer que se trata aqui duma evolução fatal, cronológica, da língua: o que está em questão são pròpriamente diferenças de estilo, novos gostos, que, junto com a forma preposicional do complemento directo, evitam a inversão e o hipérbato na colocação das palavras, assim como muitos outros moldes sintácticos dos quais lançara mão o Romantismo do século XIX e que já não sente como congenial a época do naturalismo e do positivismo. Limitamo-nos aqui a dar uma pequena lista de exemplos para caracterizar, embora muito breve e insuficientemente, a atitude dos escritores das últimas duas gerações (1):

a) *Pronomes de pessoa*:

- «Com deixondir *aquell malalt ensopit, agònic?*» (Ruyra 103); «*demanaven socors per a salvar aquella malaventurada criatura*» (Joaquim Pla, Rahola 221); «no sabé fer altra cosa que rodejar del més tendre amor de pare *el qui considerava com a fill*» (J. M. Dalmau Casademont, Rahola 232); «La mort de Tornassol no commourà *ningú*» (Cèsar Jordana, Rahola 240); «No descobrí *ningú* enlloc», «No vull estimar *ningú*», «No, no volia matar *ningú*» (Ruyra 216, 221, 249); «Vint homes no en podien atuir *un*» (ib. 210).
- «Esposa, mare, filla... *a totes* les havia amades tendrament» (ib. 248).

b) *Tipo ver cantar alguém*:

- «la seva ànima generosa s'aturmentava a la idea d'haver de fer sofrir *els seus enemics*» (J. M. Dalmau Casademont, Rahola 232); «Veuen venir *un senyor* i li demanen...» (V. Serra i Boldú, Rahola 302).

a) *Acusativo simples de antropónimos e de apelativos (com ordem de palavras sujeito/verbo/complemento)*:

- «Fins es diu que [Beethoven] censurà *Mozart* per haver creat un 'Don Juan'» (J. M. Dalmau Casademont, Rahola 233-234); «De matinada el ventet... desperta *Pere*» (A. Rosich Catalan, Rahola 288); «no me'n cuidava més que ... per acon-

(1) De: Carlos Rahola, *Antologia de prosistes i poetes catalans*, Girona, 1933, e Joaquim Ruyra, *La Parada* (Bibl. Selecta. 17), Barcelona, 1947.

tentar *la meua família*» (Ruyra 107); «Hi havia polítics que guiarien *els catalans* en la lluita per a aconseguir la llibertat perduda» (Ferran Soldevila, Rahola 192: apesar da duplicidade do relativo *que* nom. e acus.); «També el vellet ... havia descobert *la nena* de l'horta» (Ernest M. Ferrando, Rahola 212); «nombroses mans ... l'ajudaren a salvar *la pobre noia*» (J. Pla, Rahola 221); «mes cal estimar *els enemics*» (Xavier Monsalvatge, Rahola 226); «l'home atrau el fill entre els genolls» (A. Rosich Catalan, Rahola 286); «qui va matar antanyasses el rector de Darnius» (Ruyra 209); «per a explotar el *proïsme*» (ib. 233).

d) *Acusativos preposicionais* (devidos já à colocação, já a causas semânticas ou lexicais):

«... els reis... sempre tingueren per sa naturalesa i antiquíssima pàtria a *Catalunya*» (Àngel Guimerà, Rahola 11); «La pàtria, i la fe, i l'amor...: com si *als tres* no els pogués sostenir un sol estat de la confederació de la llengua catalana, o com si la Providència volgués compartir la seva glòria, deixant-la com a herència per un igual entre la germanor dels tres pobles, a n'en Ramon Muntaner ens el donà a Catalunya...; a *Ausies March* el va deixar a València...; i a *Ramon Llull* el devallà a Mallorca» (ib. 12); «Els senyors feudals emparaven amb la seva força a *llurs vasalls* durant l'Edat Mitjana; és just, doncs, que els milionaris dels nostres temps... emparin amb la seva riquesa a *llurs concutadans*» (Frederic Rahola, Rahola 113); «a *Sant Galdric* pregant...» (A. Busquets i Punset, Rahola 125); «Un rei injust i cruel preguntava *al seu ministre*» (Josep Maria López-Picó, Rahola 187); «Avui fa cent anys que s'apagava a Viena una de les vides que més honoren a *la humanitat*» (J. M. Dalmau Casademont, Rahola 231; cf. «el geni que avui honora *el món enter*» 232).

Tradições linguísticas e estilos

As três análises antecedentes mostraram-nos possibilidades muito variadas do catalão, conforme a época e o gênero e o estilo literários das obras examinadas, na expressão do complemento directo. Tanto o restrito emprego das formas preposicionais em Bernat Metge, como o menos limitado uso que delas faz S. Vicente Ferrer e o seu abundante aproveitamento na epopeia de Verdaguer têm correspondências noutras regiões da România, sem nunca chegarem a identificar-se nem com as línguas que desconhecem o fenómeno em absoluto (como o francês e o italiano), nem com as que lhe deram maior incremento (como o espanhol e o romeno).

É escusado, por isso, atribuir-lhe em todos ou em certos destes casos origem castelhana. Pode haver, sim, e há influência castelhana nos escritores catalães, mas como podia haver e houve influência contrária do latim e do italiano no Renascimento, do francês no Realismo e na literatura moderna. Tais influências, porém, não tocam o problema das origens. Estas apresentam em qualquer língua, e parece que com uma riqueza especial no catalão, uma pluralidade de tradições, todas elas igualmente legítimas quanto à sua autenticidade histórica, tradições das quais a maior parte sobrevive até aos nossos dias. Só a forma sem preposição dos pronomes pessoais absolutos, que predominava em Bernat Metge, não conseguiu manter-se na língua moderna. O que antigamente eram tradições e camadas linguísticas diferentes, constitui hoje um capital dos quais os escritores podem valer-se segundo as suas tendências expressivas. É claro que o fenómeno oferecerá um aspecto bem diferente conforme olhamos para o pomposo e flexível verso épico de Verdaguer ou para a prosa propositadamente linear e realista da novelística à Maupassant. A gramática normativa tem o direito de reduzir esta gama de possibilidades, para fins práticos, a umas formas intermédias que evitem tanto o que na linguagem corrente seria afectação desagradável como o que nela constituiria uma rigidez e banalidade excessivas. A gramática descritiva, porém, e a gramática histórica, têm fins ao mesmo tempo mais estreitos e mais amplos: fazer compreender, nas suas funções e na sua evolução, os variados sistemas expressivos que criou a *língua falada* nas diferentes formas sociais e regionais, a *escrita* nos documentos de diversa espécie. Para nada valem, nas três tarefas destas três gramáticas irmãs, antolhos que nos proibam ver e apreciar o que está fora dos nossos gostos pessoais, ou a influência de preconceitos extralinguísticos. E é preciso ter cuidado com o termo 'barbarismo' para não chegarmos à barbaridade de ter de cortar, da tradição idiomática e literária, grande parte das suas produções mais autênticas.

Ficam por fazer estudos que aprofundem a interpretação histórico-estilística dos documentos literários e das formas faladas do catalão e das línguas irmãs — estamos tão deficientemente informados sobre o nosso fenómeno no português, nos dialectos italianos, no reto-românico, etc. ! —, e outros que empreendam com os novos materiais uma comparação histórico-geográfica para toda a România. Para vários dos múltiplos aspectos do acusativo preposicional, as semelhanças que o catalão apresenta com dialectos da Itália e com

o português deixam entrever uma estratificação das línguas românicas mais rica e vasta e muito diferente daquela que o confronto tradicional da língua catalã com as suas vizinhas do Norte e do Oeste faz supor. Eis como o quadro do nosso fenómeno viria associar-se a outros, feitos sobretudo por Menéndez Pidal em «*Orígenes del Español*», confirmando e ampliando ao mesmo tempo as perspectivas lá abertas.

HARBI MEIER

Miscelânea

Duas notas marginais à «Consolaçam» de Samuel Usque

Na reedição da *Consolaçam às Tribulações de Israel*, publicada em 1906 pelo benemérito historiador da literatura portuguesa Mendes dos Remédios ¹, diz o editor no glossário ², s. v. *alsaçam*: «As duas ed. de Usque condizem orthographando «alsaçam». Esta palavra não se encontra nos Dicionaristas e é manifestamente erro de composição. O texto de Joel (I,8,9) falla em oblação ou libação. Será o que deveria dizer o texto?»

Os passos a que se refere esta nota são os seguintes:

Nam menos tu Yoel o anteuiste quão disseste, huyvai ministros do altar, êtraiuos e uelay toda a noute, vestidos de sacco ministros de Dio porque defendido he o sacreficio, e *alsaçam* da casa do señor Dio vosso.

(*Consolaçam*, I, p. XIII v).

Foi defeso o sacreficio e *alsaçam* da casa do señor Dio vosso, choraram os sacerdotes os ministros do señor.

(*Consolaçam*, I, p. XXI r).

É equívoco de Mendes dos Remédios crer que a palavra *alsaçam* do texto de Samuel Usque seja erro; o vocábulo é muito bem conhecido, embora, na sua forma portuguesa, esteja apenas atestado na obra de Usque. É sabido que este pertencia a uma família de

¹ In *Subsidios para o estudo da história da literatura portuguesa*, VIII.

² p. 11.

judeus espanhóis refugiados em Portugal, família que, de resto, em breve se devia ver obrigada a procurar novo refúgio na Itália, onde, em Ferrara, um parente de Samuel fundou uma célebre tipografia ¹. Desta é que, em 1553, saiu a tradução da Bíblia hebraica em espanhol, conhecida sob o nome da «Bíblia de Ferrara» ². Esta tradução, como é sabido, baseia-se directamente no texto original; segue-o, com efeito, tão estreitamente que só se pode entender com a ajuda dele. Uma característica da citada tradução é evitar, tanto quanto possível, o emprego de vocábulos que não sejam genuinamente românicos; são poucos os verdadeiros hebraísmos, ainda que na sintaxe a influência hebraica seja muito saliente, às vezes a ponto de impedir a compreensão ³. A Bíblia de Ferrara nem é a única tradução espanhola do texto original feita por judeus, nem sequer a primeira. Há, pelo menos, uma anterior de que temos conhecimento e que se conserva manuscrita ⁴. Que Samuel Usque conheceu esta ou outra tradução da mesma categoria não resta a menor dúvida. É provável que ele, ou algum membro da sua família, tenha tido em sua posse um exemplar de aquelas traduções; em todo o caso não há dúvida que — talvez nos seus estudos religiosos — as consultasse.

É por conseguinte *a priori* verosímil que em uma das tais traduções ocorra a palavra que tanto incómodo causou a Mendes dos Remédios. Se verificarmos na Bíblia de Ferrara ⁵ o passo de Joel (1,8) citado pelo autor da *Consolaçam* ficamos, contudo, decepcionados:

Cenidvos y endechad, los sacerdotes, aullad, siruientes ara,

¹ Veja-se *Jewish Encyclopedia* XII, 387. Outro parente seu alcançou também certa fama na Itália, veja-se o artigo do Dr. Cecil Roth, *Salusque Lusitano*, em *The Jewish Quarterly Review*, New Series, XXXIV, number I, Philadelphia, 1943.

² *Jewish Encyclopedia* III, 195.

³ É interessante notar que achamos as mesmas características nas traduções feitas por judeus alemães para o dialecto alemão falado por eles; veja-se o artigo elucidativo de Shlomo Noble, *Sacred and Secular in the Language of the Yiddish Bible Translation*, em *Yivo Annual of Jewish Social Science*, I, 274 ss, Nova York, 1946.

⁴ Está publicada em parte na *Bíblia medieval romanceada*, I, Pentateuco, Buenos Aires, 1927, Facultad de Filosofía y Letras, Biblioteca del Instituto de Filología, I. — Veja-se também o excelente artigo de S. Berger, *Romania*, XVIII

⁵ A *Bíblia medieval romanceada* infelizmente oferece apenas parte do Pentateuco da tradução baseada no original hebraico.

venid, manid con sacos, sirnientes mi Dio, que fué vedado de casa de vuestro Dio *presente y templación*.

Mas, percorrendo esta tradução ou a outra a que acima me refiro, topamos com centenas de exemplos da palavra *alçación* traduzindo o hebraico *עלה*, «holocausto», formado do verbo *עלה*, «ascender», *עלה*, «alçar», tradução, pois, o mais possível exacta. Eis dois exemplos de *alçación*, tirados da parte do ms. escurialense I-j-3 publicada na *Biblia medieval romanceada*:

Et dixo Muysen: Avn tu daras en nuestras manos sacrificios e *alsaciones* que faremos a Adonay nuestro Dio.
(Gén. 10,25).

Et tomo Ytro, suegro de Muysen, e troxo *alsación* e sacrificios ante Dios.
(Êxodo 18,12).

A palavra é também frequente na Bíblia de Ferrara:

y tomo de toda quatropea la limpia e de toda aue la limpia y *alço alçaciones en la ara*.
(Gén. 8,20)

y *alçalo* ahí por *alçacion* sobre vno de los montes que dire a ti.
(Gén. 22,20).

Ara de tierra faras para mí, y sacrificaras sobre ella a tus *alçaciones* y a tus pazes.
(Êxodo 20,24).

O vocábulo *alsaçam* usado por Samuel Usque não passa, pois, de aportuguesamento de uma palavra criada por judeus espanhóis.

Não é esta a única vez que — como espero ter a oportunidade de demonstrar em outro lugar — o autor da *Consolaçam às Tribulações de Israel* se serve de este processo.



Se foi fácil explicar *alsaçam*, encontramos maior dificuldade ao querer dar conta de outra palavra que pareceu enigmática ao editor da *Consolaçam*: o substantivo *deteira* e o verbo *deteirar*.

Vejamos, primeiro, o que diz Mendes dos Remédios no glossário, p. 20: «*Deteiras* e [*d teirar*]. A ed. de Amsterdam diz também: «todalas vossas cantigas em deteiras lamentosas tornarei». *Deteiras* é termo desconhecido. Que escreveria Usque? O propheta ¹ que elle cita escreveu (VIII,10): «E tornarei as vossas solemnidades em luto, e todos os vossos canticos em lamentação (*Qinah*)». Este termo *Qinah* em hebr... significa *canto lugubre, lamentação*. Não aventamos conjectura sobre o que poderia ter escripto Usque e que o typographo estropiou».

A experiência do vocábulo anterior torna-nos menos inclinados a seguir Mendes dos Remédios em este caso, a considerar *deteira* como erro tipográfico. Talvez possamos comprovar outro aportuguesamento de uma palavra espanhola. Mas na única tradução com a profecia de Amós que está ao meu dispor, a de Ferrara, não se encontra nenhuma palavra que corresponda à forma de *deteira* ². Eis os passos da *Consolaçam* e da Bíblia de Ferrara:

Conso'ação, I, p. XVI r.

todalas vossas cantigas em *deteiras* lamentosas tornarei e farei que seja aquelle choro que na morte do vnico e amado soe a ser.

Bíblia de Ferrara, Amós, cap. 8

(Y boluere vuestras pascuas por luto y) todos vuestros canticos por oyna... y ponerlahe como luto de vnico.

É evidente que Samuel Usque fez tradução própria ou seguiu uma versão diferente da da Bíblia de Ferrara, que oferece, aliás, a palavra curiosa *oyna* ³. Se, todavia, nos dermos ao incómodo de

¹ Amós.

² O verbo *deteirar*, como o substantivo *deteira*, encontra-se só uma vez em um passo que não é citação da Bíblia, mas cujo sentido é manifestamente «lamentar». Ocorre no capítulo intitulado «Lamento de Ysrael sobela perda da primeira casa»: Ay, amados filhos, que he de vos? Mais tendes que *deteirar* e sentir do que he o mal que cõ os olhos corporaes podestes ver. (*Consolaçam*, I, p. XLVIII r).

³ A palavra *oyna* parece ter pertencido ao vocabulário especial dos judeus espanhóis. Além dos casos encontrados nas traduções da Bíblia feitas por judeus, conheço apenas um exemplo do vocábulo — e isto é característico — em um poema satirico dirigido contra o judeu Alfonso Ferrandes Semuel e inserto no *Cancionero de Juan Alfonso de Buena*, 142 (Madrid, 1851). O poema abunda em invectivas contra o convertido Alfonso Ferrandes (cfr. número 140 do mesmo cancionero: Non nació tal mesumad/Nin creo que ha de nacer/... En quanto

percorrer toda a Bíblia de Ferrara, veremos que os tradutores, para traduzir a ideia de «canto lúgubre, lamentação fúnebre», além de *oyna*, recorreram a miude a uma palavra espanhola bem conhecida, *endecha* (e *endechar*). Eis alguns dos numerosos exemplos que apontei:

Y murio Samuel y apañaronse todo Ysrael y *endecharon* a el.

(I Samuel, 25,1).

Y *endecharon* y lloraron y ayunaron fasta la tarde.

(II Samuel, 1,16).

(Cfr. Y *oyno* Daudid a la *oyna* esta sobre Saul).

(II Samuel, 1,12).

y vino a ciudad del propheta el viejo para *endechar* y enterrarlo.

(I Reis, 13,29).

Y llamo. A. Dio Zebaoth en el dia esse: a lloro y a la *endecha* y a la messadura y a ceñidero de saco.

(Isaías, 22,12).

Sobre los montes alçare lloro y *oyna* y sobre moradas del desierto *endecha*.

(Jeremias, 9,10).

Y vide he mano tendida a mi y he en ella emboltorio de libro y expandio a el delante mi y el delante y detras y escrito en el *endechas* y lamentacion y *oyna*.

(Ezequiel, 2,10).

fuestes de judío/Bien quarenta años o más; o editor parece ignorar que *mesumad* é a designação vulgar de convertido empregado pelos judeus) e diz-se na quinta estrofe: Sy moriere oy ó cras/Manda su opa la blanca/Que le den en Salamanca/O aqui algunt ssamas/Por quel reze en el homas/E le canten con buen son/Una *huyнна*, un *pysmon*./ Bien plañidas por compas. Como se vê, o poema está cheio de hebraísmos (*ssamás*, *homás*, *pysmón*) e é indubitável que também *huyнна* (ou *oyna*) o é e que provavelmente deriva de חַיְינָה, «lamentação fúnebre».

lloraran por ti con amargura de alma *endecha* amarga. Y alçaran por ti en sus lamentaciones *oyna* y *oynaran* sobre ti.

(Ezequiel, 27,31).

Por tanto assi dixo. A. Dio Zebaoth en todas plaças *en 'echa* y en todas calles diran ho ho y llamaran labrador al luto y para *endecha* a sabientes *oyna*.

(Amós, 5,16).

Parece-me indubitável que o enigmático *deteira* de Samuel Usque é idêntico ao esp. *endecha*, galego *endeita*. A palavra espanhola deriva, como é sabido, de INDICTUM ¹. E, a meu ver, *deteira* é outra derivação da raiz DICT-, com o sufixo *-eira*, que, segundo Said Ali ², se emprega também para designar «situações e actos desagradáveis, maus ou ridículos», p. ex. *choradeira*. Não é impossível que tenha havido uma forma anterior **endeiteira*, *endeteira*, que perdesse o prefixo como os casos citados por C. Michaëlis de Vasconcellos nos seus *Studien zur romanischen Wortschoepfung*, p. 76.

Estocolmo.

BERTIL MALEK

¹ Meyer-Lübke, *Rom. etym. Woerterbuch*, 4374.

² *Formação de palavras*, p. 19.

Cruce vasco-arábico en esp. «de bruces», port. «de bruços»

Obligado, por honrosa invitación de mi querido colega el Sr. Dr. R. de Sá Nogueira, a entrar en campo que no es de mi competencia¹, tomo como guía su trabajo «Crítica etimológica» (en este mismo BOLETIM, VIII p. 1 ss.) y me atrevo a estudiar una derivación en la que, si es verdad que me encuentro con precursores parciales, creo se puede aspirar a una fundamentación científica a nuestra manera moderna.

La expresión adverbial esp. *de bruces*, *de bruços*, port. *de bruços*, significando «boca abajo»², o «com o tronco inclinado para diante ou para baixo; com o rosto no chão»³, y los derivados portugueses *debruçar* y *debruçado*⁴, son el resultado de un complejo cruce⁵.

Ha entrado en él en primer lugar, y Dios sabe desde que remotas profundidades en el pasado (aun sin tocar el complicado pro-

¹ He de agradecer por eso las indicaciones de mi colega M. García Blanco, aparte de algunas que amablemente me ha hecho el propio Dr. Sá Nogueira.

² Academia Española *Diccionario histórico* II (1936) p. 375, con ejemplos desde el siglo XVI. En el fichero del Instituto Antonio de Nebrija, de Madrid, encuentro *de bruças* e el Cartujano *NBAAEE* XIX 391 y en Juan del Enzina p. 122, y en este mismo autor p. 1020 del *Teatro* el pasaje, citado en Lamano: *de beber con gran reposo de bruças agua en la fuente*.

³ Cândido de Figueiredo *Novo Dicionário*, I p. 400. Por si algo significa la omisión en favor de la tardía ascendencia de la expresión a la lengua escrita, anotaré que el *Dicionário da antiga linguagem portuguesa* de H. Brunswick no la trae.

⁴ Nótese el uso técnico de este adj.: «Diz-se do cavalo, quando a vertical da espádua ao solo cai muito além da extremidade da pinça dos membros anteriores; opõe-se a *estacado*» — Figueiredo *op. cit.* p. 715. Este valor del derivado parece garantizar, en mi opinión, la antigüedad de la expresión.

⁵ Para el concepto del cruce, Menéndez Pidal *Gram. hist.* 7 p. 187 s. Como caso de contaminación da H. Paul *Prinzipien der Sprachgeschichte*, p. 161 un lindo ejemplo bilingüe, en algo comparable al que estudiamos: maa. *krûsp*

blema de las raíces del vasco en territorios que ya en los albores de la historia eran de otra lengua). la expresión vasca *buruz* «de cabeza», caso instrumental o adverbial de *buru* «cabeza», que muchas veces ya en vasco parece significa «tirándose de cabeza hacia adelante, boca abajo»⁶. En la antigua literatura vasca no hallo ahora a mano otro ejemplo que este texto de una de las poesías de Arnould Oihenart:

Lehen neur' eguitecoen haxe
bakoitza baitzautan sortaxe,
orain baititut baten biga,
haren', enea, nol' es liga,
nol' erainte iazan-esines,
eta zoinac ibez eguines,
buruspico edo larrapoca
eroririe, oro porroca?⁷

O sea, en castellano: «Antes, de mis quehaceres la carga ya me parecía pesadita, ahora tengo en vez de una dos, la suya y la mía: ¿cómo no llegar a cansarse, cómo no estar derrengado de cansancio, y huyendo el cuerpo, de cabeza o como un sapo caer, todo echo cachos». Aquí *buruz* está precisado por los sufijos *be* «debajo» y *co* «de», cf. el suletino *bürüz-pikoka* «dando volteretas» (Azkue). También significa «rente a» en bajo nav., lab. y suletino,

krausp de *kraus* más el lat. *crispus*. Evidentemente *buruz* y *būs* pudieron cruzarse por las razones que H. Schuchardt (Spitzer *Schuchardt-Brevier, Ein Vademecum der allgemeinen Sprachwissenschaft*, p. 242) señala como especialmente favorables a la admisión de una palabra extranjera: el valor onomatopéyico y la existencia de una correspondiente en el mismo círculo lingüístico. En cuanto al valor onomatopéyico de *būs*, relacionese con vasco *musu* «beso», románico (Meyer-Lübke *REW*, n.º 5789) aesp. it. *muso*, fr. *museau* etc. y recuerdense expresiones como esp. *tus ni mus*, port. *nem chus nem bus* (v. sobre este último Antenor Nascentes *Dicionário* p. 130 s.).

⁶ Larramendi *Diccionario trilingüe* ed. 1853 p. 175, Aizquibel *Dicc. Basco-español* Tolosa s. a. (1888) s. u., López-Mendizábal *Diccionario* s. u.

⁷ *Proverbes basques... suivis des poésies basques* Paris 1847 p. 185. Para simplificar, he transcrito la *z* de esta edición por *tz*, la *s* larga por *z*, dejando la *s* original, que precisamente representa la *z* de la ortografía vasca moderna. Queda, pues, una grafía invertida respecto de la ortografía vasca actual: la *s* es *z* (*s* sorda apical, de tipo francés, italiano, etc.), la *z* de esta transcripción es *s* (*s* sorda alveolar, de tipo español).

y así lo hallo en una traducción moderna del *Nuevo Testamento*⁸: San Lucas 15, 21 *zurí buruz* equivale a la vulgata *coram te*.

He aquí el étimo que en primer lugar nos atrevemos a señalar para las formas hispano-portuguesas, que solo se encuentran en estas dos lenguas, no en cat., ni menos en los dialectos románicos extrapeninsulares. Este étimo no es, por lo demás, nuevo en la historia, pero, como luego veremos, ha sido precisado en su sentido con el cruce de otro elemento.

Fué Larramendi⁹ el primero en señalar la coincidencia: «*bruces* o *bruzas*, la postura de echarse cabeza abajo, viene del vasco *buruz*, sincopado en *bruz*, y significa de cabeza. *Auzpez*, *aopez*, *musturica*. (¡ Y nótese estos sinónimos, formados sobre *ao* «boca» o *mus ur* «hocico»!). Terreros y Pando¹⁰, jesuita como Larramendi, recoge literalmente la derivación establecida por su hermano de hábito: «esta voz viene del base. *buruz* con la sincopa en *bruz*, que significa de cabeza». Monlau¹¹ todavía recoge este acertado acercamiento.

Pero Fr. Diez¹² señaló, y no absurdamente, otra etimología, naturalmente que, de acuerdo con el estado de la lingüística en su tiempo, sin precisar la relación entre ambas, si bien reconozcamos que genialmente presiente, y ya es bastante, que no son incompatibles. Así escribe: «*buz* sp. port. 'Handkuss' (bei Covarrubias^[13] und S. Rosa^[14]), auch altvalencianisch *buz*..., prov. *bus*, in der Bedeutung 'Lippe' walach. *buzę* und selbst sp. *buz*...) Daher das span. *de buces* 'mit dem Gesicht auf dem Boden' (it. *boccone*), auch *de bruces*, letzteres von Larramendi aus dem bask. *buruz* 'mit dem Kopfe' hergeleitet».

Así el creador de la filología románica admite ya vagamente la confluencia de vasco *buruz* y árabe *būḡ* o *būs*¹⁵. Si no precisó cómo pudo producirse semejante confluencia o cruce es porque entonces,

⁸ Raimundo Olabide S. J. *Itan Berria* Bilbo'n 1931, cf. Azkue *Diccionario Vasco-español-francés* I p. 190.

⁹ *Dicc. trilingüe* p. 168 de la ed. cit.

¹⁰ *Diccionario castellano* Madrid, Ibarra, 1786, I p. 277.

¹¹ *Diccionario etimológico de la lengua castellana*, Buenos Aires 1944 p. 447.

¹² *Etym. Wb. der romanischen Sprachen*, 4 p. 431.

[13] «*Bruzos* vale boca abaxo... *Dar de bruços*, dar de hocicos» Covarrubias *Tesoro* ed. Martín de Riquer.

[14] *Etucidario*, Lisboa 1865 p. 149.

¹⁵ K. Lokotsch *Etym. Wb. der europäischen Wörter orientalischen Ursprungs* Heidelberg 1927 p. 30.

entregado a la gran tarea de constituir la filología románica, no podía entrar en detalles. Pero el claro paralelismo *de bruces/de buces* ha sido olvidado despues de Diez. La lingüística posterior, poco imaginativa, desde luego, prefirió no ver este problema, y en vez de la equivalencia *de buces/de bruces* con un doble origen, y donde la voz árabe, perteneciente a la lengua elevada, pues el *būs* es un rito de la cortesía, precisa el sentido de la forma adverbial vasca y polariza su evolución semántica¹⁶, dominó la consideración de uno sólo de los términos.

Tal es el caso en Meyer-Lübke, que olvidando las referencias tan completas de Diez, y como ya antes de él Körting¹⁷, simplificando, prefiere dejar pura y simplemente de lado *de bruces*, y bajo el artículo *būs*¹⁸ explica como árabe el esp. *buz* «reverencia, besamanos» y la locución *de buces* «mit dem Gesicht auf dem Boden». Exacta es desde luego la solución de Körting y Meyer-Lübke, pero la exactitud se logra empobreciendo y esquematizando una realidad complicada. Hay que tener el valor de enfrentar la serie con *r* a la vez que la derivada de *būs*. El bueno de P. F. Monlau era más valeroso que el coloso positivista de la lingüística románica, al decidirse a explicar ambas series en español como derivadas de *buz*: la *r* sería en la serie *de bruces* «eufónica». Indudablemente el viejo académico había oído campanas (en Larramendi y Terreros, a los cuales cita, y que hablan de síncope), pero no sabía bien dónde sonaban.

En favor de la separación total de las dos series se define por otra parte, también con excesiva timidez, el etimologista A. R. Gonçalves Viana¹⁹, que supone que la especialización del sentido *buruz* «cabeza abajo, boca abajo» sea cosa ya originaria del vasco. «É certo — escribe — que o Dicionário vasconço-francês de van Eys só dá a este caso modal *buruz* a significação 'de cor, de cabeça', como também dizemos; é possível, porém, que, assim como por meio do mesmo sufixo -ez, de *oñ* ou *oín* 'pé', se forma *oñez* *oínez* 'a pé', a forma *buruz* significasse 'de cabeça para baixo', e que

¹⁶ Notemos que el propio *buruz* vasco en parte parece influido por *de bruces*: recuérdense los sinónimos que da Larramendi y véase más adelante en el texto.

¹⁷ *Lateinisch-romanisches Wb.* n.º 1258 recoge en el art. *basium* el vocablo *buz* con la indicación «vielleicht gehört hierher auch *buz* in der Redensart *hacer el buz*, seine Ergebenheit beteuern, eigentl. den Handkuss geben».

¹⁸ *REW* 3 n.º 1419.

¹⁹ *Apostilas* I p. 170.

dessa acepção restrita, em qualquer parte das Vascongadas o caso modal indicado viesse a significar também 'de cara para baixo'. É isto — termina Gonçalves Viana — uma simples hipótese, que me parece mais aceitável do que a proposta por Diez, e por isso aqui a registo, para fundamento de mais rigorosa investigação». Por su parte, Antenor Nascentes²⁰ recoge las opiniones de A. Coelho y de Cortesão^{20 bis}, que repiten la tesis del origen dal árabe *būs*, y a continuación da, sin enfrentar crítica alguna, la opinión de Gonçalves Viana.

Mas este lexicógrafo roza el tema demasiado pacatamente. En vez del prudente y cauto silencio de Körting o Meyer-Lübke, lanza una hipótesis que sería difícil de comprobar en vasco. En los textos que he podido ver (y he perdido algunas horas en búsquedas), *buruz* significa «de cabeza», o bien «coram» o «de memoria, de coro». Pero el sentido de «boca abajo» precisamente, sólo lo tomó plenamente al cruzarse semánticamente en la conciencia de los bilingües con el esp. *de bruces*. Los sinónimos que hemos transcrito más arriba de Larramendi, sobre *ao* y *mustur*, nos parecen más o menos contagiados del español *de bruces*. En este punto, sólo la lexicografía vasca, que he procurado agotar, infructuosamente para este detalle, podrá traernos precisiones mayores. Pero me atrevo resueltamente a sostener que en el paso de *buruz* «de cabeza» a *de bruces* «boca abajo» el cruce del árabe *būs* es decisivo.

Las expresiones que en español y portugués proceden de *būs* (*buz* «beijo, ósculo honesto ou de cortesia», Brunswick, esp. *de buces*, *hacer el buz*)²¹ se han cruzado en ciertas zonas de la península, de mayor conexión originaria con el fondo conservado en el territorio históricamente vasco (y da mucho que pensar a este respecto la vitalidad de ellas en portugués), con otra serie de expresiones relacionadas con el vasc. *buruz* (esp. *d- bruzos*, *de bruzas*, *de bruciás*

²⁰ *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* Rio de Janeiro 1932 p. 127.

^{20 bis} *Subsídios para um Dicionário completo* aditamento p. 21.

²¹ Da que pensar la vitalidad de los derivados de *buruz* en portugués, mayor, al menos en la derivación, que en español, si bien en lo que podemos rastrear, el vasco queda cortado del occidente ya desde las invasiones indoeuropeas de la primera mitad del primer milenio. Y sin embargo, la presencia en los dialectos románicos de la península de elementos que existen en el vasco (tales como *izquierda*, *marro*, *cascarra*, *abarca*) no está limitada ni mucho menos a las regiones orientales o ibéricas, donde las conexiones del vasco parecen más modernas y ya a la luz de la historia casi.

[forma leonesa], *de bruces*, port. *de bruços*). Las dos series, de orígenes diferentes, se debieron acercar cada vez más, se confunden y cruzan, y sufrir además un fenómeno que no tiene nada de extraño: la pluralización, tan frecuente en nombres de partes del rostro y del cuerpo (cf. lat. *nares*, *ora*, *ceruices*), y así *de bruces*, *de buces* se establecieron al lado de fuertes expresiones vulgares con este plural: *de morros*, *de narices*, *de hocicos*. La indiferencia de las terminaciones en esp. (*-os*, *-as*, *-ias*, *-es*) es muy significativa de la falta de valor etimológico de estas desinencias.

Se trata, pues, en el caso estudiado, de un cruce de dos étyma. Una forma desde luego popular, hasta muy tarde iliteraria, derivada del vasco *buruz*, se cruza con otra palabra, de lejano origen oriental, perteneciente a las zonas más cortesanas del lenguaje. A este cruce se debe la precisión en el sentido «boca abajo» del más impreciso *buruz*. Un cruce donde interviene el mismo elemento vasco de una parte es el señalado por Don Vicente García de Diego para los aragonesismos *sucarrar* y *socarrarse*, *somarrarse*, cat. *socarrar*²².

Este cruce de étyma me parece suficientemente como para proponerlo como una pequeña contribución o complemento a los prudentes consejos del Dr. Sá Nogueira. El cruce etimológico es un caso excepcional, pero merece ser tenido en cuenta.

Universidad de Salamanca.

ANTONIO TOVAR

²² «Cruce de sinónimos» *RFE* 9-1922 p. 113 ss., especialm. p. 129: en estas voces está el vasco *su* «fuego».

Etimologia de «Cipreste»

A forma da palavra portuguesa **cipreste**, que difere de todas as correspondentes nas outras linguas românicas (cp. esp. *ciprés*, fr. *cyprès*, it. *cipresso*, prov. *ciprès*, etc.) e não corresponde bem ao latim *cypressus* (clássico *cupressus*), parece que ainda não foi convenientemente explicada por nenhum autor.

Depois de indicarmos o estado actual do problema, algo complexo, tentaremos a sua explicação, que nos parece cheia de interesse filológico.

Antenor Nascentes (*Dicionário Etimológico*) dedica à origem da palavra apenas estes dizeres: «CIPRESTE—Do gr. *kypárisos*, pelo lat. *cypressus*; o *t* é de explicação difícil». Como se vê, fala na dificuldade da explicação, mas não procura vencê-la, nem sequer servindo-se de qualquer hipótese.

Não conhecemos estudo especial sobre o caso, e os outros léxicos portugueses, quer se digam etimológicos quer não, também nada adiantam sobre o assunto. Todos eles se limitam a indicar o possível étimo remoto da palavra, seja o latim *cypressus* (que muitos tiram do grego *kypárisos*, como faz Nascentes)¹, seja mesmo o latim clássico *cupressus*². Torna-se, porém, evidente que nenhuma destas formas latinas é suficiente para a desejada explicação. Na verdade, consideradas como origem directa, elas só podiam dar respectivamente **cebresso* e **cobresso* (formas evolutivas) ou *cipresso* (cp. italiano) e **cupresso* (formas eruditas) — e nunca *cipreste*, já com esta morfologia.

A presente palavra aparece também, quer em português quer em galego, com a forma **acipreste**, que muito interessa ao nosso

¹ *Dic. Man. Etim.*, A. Coelho; *Tes. da Ling.*, Dom. Vieira; *Vocab.*, R. Bluteau; *ie. Complet.*, A. Moreno; etc.

² *Nov. Dic.*, C. de Figueiredo; *Dic. Etim.*, J. Silva Bastos; *Dic. Cont.*, Caldas Alete; *Enc. Port.*, M. de Lemos; *Enc. Port. Bras.*; *Mod. Dic.*, F. Torrinha; etc.

estudo. Considerada, todavia, como simples forma vulgar, plebeia, desde há muito que tem sido tratada com bastante desprezo.

É Duarte Nunes de Leão (*Orthografia*, 1576) que a estigmatiza como vulgarismo condenável, que deve ser substituído por *cipreste*. Os outros ortógrafos (Franco Barreto, Madureira Feijó, etc.) aceitaram geralmente este parecer e expressaram idêntica condenação. Por exemplo, Madureira Feijó, nas várias edições da sua *Orthografia*, escreve: «*Acipreste*, árvore, é palavra que introduziu o abuso, porque só se deve dizer *Cipreste* ou *Cypreste*, do latim *Cupressus* ou *Cyparissus*».

Rafael Bluteau (*Vocabulário*, s. v. *Cypreste*) lembra e aceita a condenação de Nunes de Leão, e os modernos lexicógrafos seguiram-lhe geralmente o exemplo.

Uns registam a forma (*acipreste*), mas remetem logo para *cipreste*, e outros nem sequer fazem o seu averbamento (A. Nascentes, *Dic. Etim.*; A. Coelho, *Dic. Man. Etim.*; R. Bluteau, *Vocab.*; Caldas Aulete, *Dic. Cont.*; *Enc. Port.*; *Lello Univ.*; etc.).

Só Bento Pereira (*Prosódia e Tesouro da Ling.*) continuou a dar-lhe franca preferência, não falando em Jerónimo Cardoso (*Lex. Latino-Lusit. & Lusit.-Lat.*, 1569 ou 1570), em Frei Pantaleão de Aveiro, em António Ferreira, etc., os quais, anteriores a Duarte Nunes de Leão, ou seus contemporâneos, só usaram *acipreste*.

Note-se que Nunes de Leão e os antigos ortógrafos consideravam a forma *acipreste* vulgar, sim, mesmo prostética, mas não formada directamente de *cipreste*, que era reconstituição erudita do momento. Os modernos autores, porém, vão até ao ponto de julgarem *acipreste* uma forma prostética de *cipreste*, isto é, uma forma vulgar originada directamente (como se escreve no *Tesouro da Língua*, de Domingos Vieira) de «*acipreste* com o prefixo «a» da índole da língua».

Esta concepção (tácita ou expressa), que parece duma evidência cristalina, não tem, afinal, verdadeira razão de ser. Como melhor veremos adiante, inverte completamente a ordem histórico-etimológica dos factos. Com efeito, ao contrário do que hoje geralmente se julga, não foi *acipreste* que se formou de *cipreste* com prótese vulgar dum *a*, mas *cipreste* (que não existia antes) é que foi tirado de *acipreste*, embora como falsa restauração etimológica...

Foram os eruditos (talvez a começar em Duarte Nunes de Leão)

que, com os olhos postos no latim *cupressus*, *cypressus* e *cyparissus*¹ (e talvez no espanhol *ciprés*, no fr. *cyprés*, no it. *cipresso*, etc.), resolveram eliminar mecânicamente, violentamente, o *a* inicial de *acipreste* (neste caso, verdadeira cabeça da palavra), para obterem o artificial *cipreste*. Excessivamente preocupados com os casos de prótese vulgar, cometeram uma autêntica degolação filológica (deglutinação)...

É que, conforme veremos, o aparecimento do *t* da sílaba final da palavra portuguesa (que falta, como sabemos, no latim e nas outras línguas românicas) só poderá ser explicado com a existência do *a* inicial, seja protético ou não.

Antes, porém, de prosseguirmos nesta ordem de ideias, lembremos que existe ainda outra forma da mesma palavra — **aciprés** — e que interessa igualmente à sequência do nosso estudo. Esta pertence ao período arcaico da língua e vem mencionada nos *Textos Arcaicos* (J. Leite de Vasconcelos), no *Vocab. Ortog. e Rem.* (A. R. Gonçalves Viana), no *Vocabulário* da Academia (1940), no *Diccionario Gallego-Castellano* (Real Academia Galega), etc.

Apesar de se tratar duma forma sem *t*, certamente anterior a qualquer das outras, cremos que nunca se procurou estabelecer qualquer relação morfológica entre elas. J. Leite de Vasconcelos (no *Glossário dos Tex. Arc.*) regista *aciprés* (que confronta com o galego *aciprés* ou *alciprés* e com o esp. *ciprés*) e regista também, a seguir, a forma *acipreste* (que considera arcaica e popular), mas não estabelece nenhuma relação morfológica (ou etimológica) entre as duas². No entanto, parece-nos que *aciprés* representa um importante elo da cadeia etimológica que poderá conduzir à explicação final de *cipreste*...

Dados os elementos anteriores, é talvez ocasião de resumirmos, à maneira de tese geral, o nosso pensamento a respeito deste curioso problema etimológico.

Em nossa opinião, o arcaico **aciprés**, importado do francês ou do provençal, teria sofrido a influência analógica da palavra *acipreste* (forma vulgar de *arcipreste*) e, por assimilação completa, ter-se-ia convertido também em **acipreste**. Os eruditos do século XVI e

¹ Cfr. Madureira Feijó, *Ortografia*, e R. Bluteau, *Vocabulário*.

² A forma *aciprés* considera-a de origem francesa «*cyprés* (*ciprés*)». Para *acipreste* não indica etimologia nenhuma.

posteriores, desconhecendo o modo de formação desta, isto é, tomando *acipreste* (planta) por simples forma prostética vulgar, eliminaram-lhe mecânicamente o *a* inicial e assim criaram o artificial *cipreste*, julgando fazer uma verdadeira restauração etimológica, uma correcção erudita.

Origem de *aciprés*

Tanto *aciprés* como as várias formas românicas já citadas tiveram certamente por ponto de partida o baixo latim *cypressus*, resultante do latim clássico *cupressus* com influência de *cyparissus* (esta proveniente do grego *κυπάρισσος*)¹. Dado, porém, o tema da palavra latina e a terminação da forma galaico-portuguesa (e mesmo da espanhola) é de admitir que a sua evolução se não tenha feito localmente, isto é, no noroeste ou no centro da Península Ibérica². *Aciprés* (como *ciprés*) será, pois, uma palavra importada, embora de velha data. Segundo Mestre J. Leite de Vasconcelos, o étimo próximo estará no francês, isto é, em «*cyprés (ciprés)*», conforme já notámos. Se esta opinião fosse referida simplesmente ao espanhol (*ciprés*), não haveria lugar para dúvidas ou objecções, mas, relacionada especialmente com *aciprés*, já o caso muda de figura. Como se sabe, a forma francesa, antiga ou moderna, não apresenta o *a* inicial que se vê em *aciprés*. Seria esse fonema acrescentado já depois da importação galaico-portuguesa?... Talvez não. Pelo menos, normalmente os nomes de plantas nestas condições não costumam tomar *a* protético em português -- e este também não pode ser levado à conta de aglutinação do artigo feminino, visto que tais palavras passaram a masculinas³. É, pois, de admitir, como muito provável, que a palavra tenha sido importada já com *a* inicial, quer dizer, com a forma com que aparece nos textos arcaicos (*aciprés*). Ora, na Provença, ao lado das formas *ciprés*, *ancipres*, *auciprés*, *ouciprés*, etc., existe também, embora não saibamos desde que data, o vocábulo *aciprés* (v. Mistral, *Trésor du Félib.*, W. v.

¹ Parece pouco acertado dizer-se que as palavras românicas vêm «do gr. *kypárisson* pelo lat. *cypressus*» (ou filiar-se esta simplesmente naquela), como fazem muitos dicionários nacionais e estrangeiros, e ainda menos que provêm directamente de *cupressus* (v. supra) ou só do gr. *kypárisson*, como também se indica. Cfr. Ernout et Meillet, *Dict. Étym. Lat.*, e E. Boisacq, *Dict. étym. grec.*

² Sobre este ponto, veja-se o que dissemos a respeito de *invés*, *revés* e *través*, nas págs. 148-153 deste tomo do *Boletim*.

³ Per ex., *abrunheiro*, *amoreira* e *arruda* estão em condições diferentes.

Wartburg, *Franz. etym. Wört.*, e *Atlas Ling. Fr.*, carta 1 803), que podia muito bem ter servido de origem directa. Além disso, como também aí não falta *ciprès* (equivalente ao fr. *cypres*), que é mesmo a forma mais geral e normal, combinavam-se as duas possibilidades. É, pois, muito provável que *aciprés* (como o próprio espanhol *ciprés*) tenha vindo destas bandas¹.

Formação de acipreste

Uma vez estabelecida e vulgarizada entre nós a palavra *aciprés*, quer-nos parecer que não tardou a sofrer a influência analógica da forma popular doutra palavra, que também foi importada da França, mas esta talvez directamente do francês. Queremos referir-nos ao já mencionado *acipreste*, forma vulgar de *arcipreste*, que deve ter vindo do fr. ant. *arceprestre* ou *arcipreste* (hoje *arciprêtre*) < lat. *archipresbyter* < gr. ἀρχιεπισκοπος².

Há realmente razões para admitir essa influência. Por um lado, as duas palavras, *aciprés* e *acipreste* (esta variante vulgar de *arcipreste*) eram, como se vê, muito semelhantes, na forma e na pronúncia (sendo polissílabos, eram mesmo iguais desde o princípio até à sílaba tónica, inclusivamente) — nexo morfo-fonético³ —, e, por outro, tinham que andar necessariamente associadas no emprego, nos usos correntes — nexo espacial, digamos assim. A este respeito, note-se que *aciprés* — simbolo da morte, do luto, da tristeza, da eterna separação — era (e é) a planta dos cemitérios, lugares relacionados com as igrejas e com as funções religiosas, especialmente as fúnebres, e que *acipreste* (= *arcipreste*) — dignidade eclesiástica bastante vulgar — era um sacerdote (ou pelo menos um nome) frequentemente ligado com esses lugares e com as respectivas funções. Pouco era preciso, pois, para que da semelhança na forma e na prosódia (analogia lexical) e da frequente associação no emprego o povo acabasse por as confundir, por as identificar — por as assimi-

¹ Também na Itália do noroeste e central (Toscana), ao lado da forma oficial *cipresso*, se encontram *acipresse*, *acipressi*, *arcipresso*, *aucipresso*, etc.

² São bem conhecidas as relações da França (especialmente da França eclesiástica) com a Península Hispânica nos tempos da Reconquista e dos princípios de Portugal.

³ As modificações, aliás normais, dentro do português (*acipreste* < *arcipreste* < *arciprêtre*) aproximaram muito esta palavra da forma *aciprés*.

lar completamente. De parónimas que eram, passaram naturalmente a homónimas, a formas convergentes — **acipreste** (por *arcipreste*), dignidade eclesiástica, e **acipreste**, planta cupressácea típica, símbolo da morte e da tristeza.

Em galego as consequências da analogia são ainda mais patentes e variadas. Como a dignidade eclesiástica (*arcipreste*) tomou ali também as formas vulgares, dissimiladas, *acipreste* e *alcipreste*, a nossa planta apresenta, paralelamente, as designações de *aciprés*, *acipreste*, *alciprés* e *alcipreste*, não falando na mais recente, *cipreste*, suposta restauração etimológica, erudita.

Com esta formação de **acipreste** (= *cipreste*) cremos ter explicado convenientemente o aparecimento do *t* das formas galaico-portuguesas, principal dificuldade do problema.

Escusado seria lembrar que não faltam casos de influências analógicas. Além de numerosos exemplos avulsos e dos sistemas de formas analógicas nos verbos (V. Dr. Rodrigo de Sá Nogueira, *Conseq. da Analogia*), podemos ainda apontar a convergência das modernas formas portuguesas em *-ão*, de diversas origens (*mão*, *cristão*, *tão*, *Adão*, *monção*, *alcatrão*, *pão*, *paixão*, *Platão*, *coração*, *Salomão*, *Sião*, *certidão*, *multidão*, *alçapão*, *embrião*, *esporão*, *Bel-trão*, *sensaborão*, *avião*, *hão*, *vão*, *são*, *estão*, *foram*, etc.), bem como a das formas em *-agem*, identificadas na morfologia e no género gramatical (*imagem*, *tanchagem*, *raspagem*, *paragem*, *roupagem*, *selvagem*, *vantagem*, *p rsonagem*, *borragem*, *voltagem*, etc.).

Obtenção da forma **Cipreste**

Substituindo *aciprés*, a forma *ccipreste* tornou-se geral na nossa língua desde antigos tempos (ainda dentro do período arcaico). José Leite de Vasconcelos encontrou-a no *Boosco delleytoso*, considerando-a arcaica e popular (*Text. Arc.*); António Ferreira, como vimos, usa-a numa *Elegia* (*Poemas Lusit.*, 1598); Fr. Pantaleão de Aveiro emprega-a igualmente no *Itin.* (1593); Jerónimo Cardoso, como sabemos, também não usa doutra forma no seu *Léxico* (1569 ou 1570...); e Bento Pereira (*Prosódia*, 1634..., ou *Tes. da Ling.*, 1646), dá ainda toda a preferência a *acipreste* (no *Tes. da Ling.*, embora registe *cipreste*, faz a remissão para *acipreste*).

Parece ter sido Duarte Nunes de Leão (*Orthografia*, 1576), como dissemos já, o primeiro a condenar esta forma, substituindo-a por

cipreste — no que foi seguido por outros ortógrafos, por R. Bluteau e pelos diversos autores modernos.

Desconhecendo a formação de *acipreste* e julgando-a simples forma vulgar, «que a gente usa e escreve mal», por insuficiente comparação com o latim *cupressus* ou *cypressus* (e também, talvez, com as outras formas românicas — *ciprés*, *cyprés*, *cipresso*...), resolveu eliminar-lhe mecânicamente o *a* inicial, como suposta correcção erudita. Mas, crendo desfazer uma prótese do povo ignorante e restaurar a forma etimológica, erudita, afinal não fez mais do que perpetrar uma mutilação absurda, uma aférese mecânica, artificial, pelo menos, considerada a palavra dentro do português (ou do galego), como facilmente se reconhece¹.

Os modernos, já o dissemos acima, foram ainda mais longe na confusão dos factos etimológicos. Considerando *acipreste* forma prostética, vulgar, de *cipreste*, inverteram expressamente a ordem histórica, real, dos factos — tomaram o antecedente pelo consequente... Com efeito, não foi *cipreste* que precedeu *acipreste*, conforme julgaram esses lexicógrafos ou etimologistas, mas precisamente o inverso. Só deste modo se pode justificar a existência (e permanência) da sílaba final *te*, que falta na palavra latina e não tem correspondência nas diversas formas românicas.

A forma **cipreste** resultou, pois, duma aférese mecânica, voluntária, artificial (lógicamente até absurda), supondo-se estabelecer a verdadeira forma erudita ou restaurar a rigorosa forma etimológica, como se fez noutros casos. À parte a artificialidade e considerada a palavra dentro do português, foi afinal um caso de aférese semelhante ao de *vantagem* (por *avantagem*), de *batina* (por *abatina*), de *Mindelo*, de *menagem*, de *bispo*, *relógio*, etc.

Resumindo as fases histórico-etimológica da palavra, temos:

Cipreste — falsa correcção erudita de *acipreste*, por suposta restauração etimológica e analógica;

¹ A forma vulgar, de evolução tipicamente lusitana (relativamente ao lat. *cypressus*) seria, como é óbvio, **cebresso* ou, com *a* prostético, **acebresso*; e a verdadeira forma restaurada, etimológica, erudita, não podia ser senão *cipresso*, de morfologia igual à italiana.

Acipreste — forma vulgar (e geral) resultante do arcaico *aciprés*, com influência analógica de *acipreste* (variante vulgar de *arcipreste*); cf. *f. Cardoso*.

Aciprés — forma arcaica importada talvez do provençal *aciprès* ou *ciprès*, por seu turno filiadas no lat. *cypressus* (< *cupressus*, com infl. de *cyparissus*, gr. κυπάρισσος).

JOSÉ INÊS LOURO

TOMO VIII - FASCÍCULO 4

1947

A Adjectivação nas «Prosas Bárbaras» de Eça de Queirós

A adjectivação, em qualquer autor, é um instrumento extremamente sensível e delicado, que nos pode dar a conhecer os pontos de vista, o temperamento e as várias disposições de quem escreve. Nas «Prosas Bárbaras» esta parte do discurso reveste especial interesse pela importância que Eça intencional e conscientemente lhe atribuiu. Assiste-se nesta obra à formação do estilo de Eça e à combinação dos ingredientes de que ele mais tarde se comporá. Surpreendemos como que a sua fase genética. Donde o grande interesse histórico das «Prosas» para o estudo da evolução do estilo deste autor.

Eça de Queirós utilizou adjectivos em extraordinária quantidade, dispôs-os na frase de maneira a evidenciá-los, seleccionou-os e deu-lhes significados especiais dentro de um mundo fantasista, associou-os de maneira nova e imprevista na nossa língua. Consideraremos, portanto, sucessivamente a quantidade da adjectivação, a sua qualidade, a sua colocação, o seu lugar no contexto e as associações dos adjectivos entre si.

Quantidade e frequência

Não é exagerado afirmar que nas crónicas da *Gazeta de Portugal* quase não há substantivo que não apareça acompanhado de adjectivo. E às vezes não é só um, mas dois, três, quatro e até cinco. Que razões, fora da própria necessidade de expressão, poderemos encontrar para uma tal abundância? Procuremos algumas.

a) Eça emprega um número restrito de verbos e prefere os que têm significado mais geral e menos concreto. Isso é uma característica, não só das *Prosas Bárbaras* mas de todas as obras de Eça, que se torna sobretudo evidente em confronto com a linguagem de Camilo, em que o vocabulário de verbos é rico e muito específico.

Os verbos exprimem a acção e descrevem-na dispensando adjectivos ou outros atributos. Exemplo: *gorgolejar*. A água gorgoleja, a água corre em gorgolejos. Camilo prefere a primeira expressão; Eça preferiria a segunda. Um sistema de verbos de significado abstracto obriga ao emprego de adjectivos qualificadores e concretizantes.

«Ao atravessar os espaços obscuros, vê-se o frio luzir dos aços, e os cobres luminosos; depois são as fogueiras flamejantes que dão vida aos maquinismos» (74) (1).

Camilo em vez de *são as fogueiras flamejantes* diria *flamejam as fogueiras*. Outro exemplo:

«... tudo é magnífico e são, e banhado de sol. As cidades são limpas e caiadas, só as consciências é que têm nódoas; as praças *estão* cheias de iluminações, só os corações é que *estão* escuros; os cais *estão* arejados, só os espíritos é que sufocam; os corpos *estão* são, cobertos de estofos, frescos e resplandecentes, só as almas é que andam nuas, miseráveis e leprosas» (93-94).

Num longo periodo encontrámos seis vezes o verbo *ser*, quatro o auxiliar *estar*, uma o verbo *ter*. Construções deste tipo encontram-se a cada passo. O verbo *ser*, de emprego frequentíssimo, força ao emprego de adjectivos na função de predicativos.

b) A indeterminação é uma das características das crónicas de 66 e 67. As coisas são projectadas na distância ou dissolvem-se numa atmosfera como que enevoadada. Concorre para isso o uso de adjectivos como *grande*, *infinito*, *enorme*, *imenso*, *vago*. A coisa singela devia parecer demasiado crua, precisa, ao autor: envolve-a por isso numa rede de epítetos que em vez de a qualificarem a esfumam. É a

«vaga e imensa bondade da religião da graça» (22), «a luz imensa» (expressão muito frequente), a «multidão imensa de aventureiros» (64), as «vastas tradições do sangue» (94), «uma sala legendária» (97), «imensos perdões» (59), «reconciliações formidáveis» (59), «a vaga comunhão melodiosa da alma» (*A Morte de Jesus*).

Adjectivação, como se vê, vaga, incerta, que se acumula sem nos dizer nada de definido.

(1) Ed. de Lisboa-Porto, 1945 (idêntica, na paginação, a edições anteriores).

c) Muitas vezes também a quantidade e a qualidade dos adjectivos parecem depender de razões rítmicas e eufónicas :

«As devotas, lentas e desfalecidas» (81); «E eles iam, silenciosos e flamejantes» (64); «A neve ia caindo direita e vaga» (46).

Encontramos nestas três frases a associação de adjectivos que à primeira vista não se sabe muito bem porque estão associados. Talvez racionalmente o primeiro exemplo seja o mais compreensível. As devotas iam *lentas* porque iam *desfalecidas*. Mas a escolha destes adjectivos, assim como a dos outros, parece-me que presidiram razões rítmicas e eufónicas. Há em todos estes exemplos certa alternância de sílabas acentuadas e átonas, nos dois primeiros além disso a repetição da consoante *l*.

Razões rítmicas tem também, muitas vezes, o emprego de dois adjectivos ligados pela copulativa *e* a qualificar o mesmo substantivo, processo muito frequente nas «*Prosas Bárbaras*». Poderíamos citar exemplos às dezenas; basta lançar uma vista de olhos pelos textos citados nesta dissertação para os encontrar em abundância. Ora, um substantivo seguido de um só adjectivo pode dar um acabamento demasiado brusco ao período. O segundo adjectivo imprime-lhe um movimento como que baloiçado, prolongando e arredondando o conjunto.

Há também o caso dos adjectivos aos grupos de três :

«E então, à porta da varanda, houve uma risada metálica, imensa e sonora. Eles ergueram-se resplandecentes, puros, vestidos de graça. À porta estava o pai de Maria, hirtó, gordo, sinistro» (124).

Os três períodos terminam todos eles por três adjectivos. Logo à primeira vista se nota a opposição entre os três adjectivos do segundo período e os três do terceiro. Como que se correspondem opondo-se quanto ao sentido, à fonética e ao ritmo.

Para o estudo da adjectivação das *Prosas Bárbaras*, interessa saber quais os adjectivos de emprego mais frequente. Organizei para isso uma estatística que revela a preferência por certos vocabulos. Vou dar a lista dos adjectivos que se repetem mais de oito vezes com a indicação do número das vezes em que são empre-

gados, salientando pelas maiúsculas os que apresentam mais de quarenta abonações:

Aflito	(16)	Imenso	(36)
Antigo	(36)	Infinito	(9)
Apaixonado	(11)	Largo	(10)
Áspero	(18)	Lento	(32)
Augusto	(11)	Lívido	(17)
Bárbaro	(12)	Livre	(20)
Belo	(14)	Luminoso	(21)
Bom	(17)	Mau	(10)
BRANCO	(41)	Misterioso	(13)
Casto	(14)	Místico	(15)
Celeste	(12)	Moderno	(11)
Claro	(12)	Mole	(19)
Consolador	(10)	NEGRO	(46)
Delicado	(12)	Nu	(12)
Desfalecido	(9)	Pesado	(11)
Distante	(9)	POBRE	(40)
Divino	(22)	Rádioso	(11)
Doce	(37)	Resplandecente	(23)
Doloroso	(11)	São	(15)
Enorme	(15)	Selvagem	(9)
Errante	(10)	SERENO	(40)
Escuro	(18)	Severo	(9)
Estranho	(12)	Sonoro	(13)
Fecundo	(25)	Suave	(9)
Flamejante	(17)	TERRÍVEL	(40)
Forte	(27)	Trágico	(23)
Fresco	(13)	Triste	(28)
Frio	(24)	Último	(14)
Glorioso	(9)	Vago	(10)
GRANDE	(103)	Verde	(11)
Humano	(23)	Vermelho	(15)
Húmido	(12)	VELHO	(50)
Ideal	(13)	Violento	(11)

Qualidade e significado

De entre estes adjectivos alguns repetem-se com uma frequência especial, quase maníaca. É o caso dos que encontramos empregados vinte vezes ou mais, e que vamos considerar um por um.

ANTIGO. Na *Ladainha de Dor* lê-se: «Fui, amedrontado, ao meu *antigo* balcão gótico e olhei pelas transparências doentias da noite» (40). No *Milhafre*, ao Cristo: «vinha a chuva escorrer-

-lhe nos cabelos como o *antigo* suor do Jardim das Oliveiras» (91-92). O Milhafre, «com a *antiga* voz dos animais da Bíblia, do Apocalipse, disse...» (92). Lisboa «penduraria ao pescoço, singelamente, com as contas de um rosário, a sua *antiga* viola de Alfama» (102).

Dos exemplos citados parece poder-se inferir que a intenção de Eça no emprego desta palavra é conferir à coisa qualificada uma espécie de nobreza projectando-a ao longe. Por outro lado, *antigo* tem certo ar de vaguidade, de desconcretização muito do gosto de Eça, como é fácil de verificar pelo emprego frequentíssimo de *imenso*, *infinito*, *grande*, etc., e pelos finais de certas frases que, partindo de dados concretos, se dissolvem em generalidades que chegam a nada querer dizer.

Notemos entretanto que a característica mais evidente do emprego de *antigo* é a nobilitação do objecto qualificado, e, ligado a ela, o gosto do grande, do magnífico, a amplificação e magnificação da realidade. Pela nobreza e vaguidade que confere, *antigo* é um adjectivo de conteúdo eminentemente poético; e na aceção em que Eça o emprega tem um valor afectivo, porque exprime sobretudo uma atitude do autor, não serve para qualificar objectivamente.

Na mesma concepção de *antigo* encontramos a palavra VELHO:

«No Norte, quando a Alemanha... começou a pensar no seu passado, ... aparece uma música nacional... que canta as *velhas* poesias da Alemanha ...» (23).

A Alemanha «ergueu-se terrível, entoou também, ela, o *velho* canto de Lutero ...» (24).

«O certo é que aquela ópera [*Macbeth*] parece uma transfiguração do *velho* Macbeth: parece que o *velho* herói lívido entrou neste tempo moderno... vem com Lady Macbeth contar a sua *velha* legenda trágica» (24-25).

Velho tem nas *Prosas Bárbaras* o mesmo sentido que *antigo* e é empregado com a mesma intenção: dar nobreza pela antiguidade, projectando ao longe. Como *antigo*, *velho* é um adjectivo afectivo, intencional.

BRANCO. Para Eça de Queirós há simbolismo nas cores. Veremos o caso do Diabo descrito a preto e vermelho. Mas o caso mais típico de cor simbólica é o *branco*, que significa a pureza e a

espiritualidade. Esse valor simbólico parece muito nítido na frase seguinte :

«Já pensava assim [a respeito do que são os santos e as visões] o poeta Li-Tai-Pé, que escrevia sobre as coisas santas da China, entre porcelanas e lacas, ao aroma dos nenúfares, vestido de sedas amarelas, perfumado de sândalo—doce, contemplativo, *branco*, diante dum vaso de margaridas!» (87).

O significado de *branco* não é aqui evidentemente o mesmo que na frase «este vaso é branco». Simboliza o que em Li-Tai-Pé existe de espiritualidade, afastamento das coisas terrenas. *Branco* é a palavra em que se consubstancia todo o sentido da frase; os adjetivos desenvolvem-se num crescendo: doce, contemplativo, branco. *Branco* encerra os outros e junta-lhes pelo seu significado simbólico um certo valor alado que aqueles não podem possuir.

No *Senhor Diabo*, o vermelho e o negro são as cores do Diabo; Maria e Jusel, os dois namorados cristãos, aqueles que gravaram as suas iniciais no peito de Cristo e a quem Cristo expressivamente defendeu quando o pai de Maria a quis dar ao Diabo, estão simbolicamente representados na sua pureza e imaterialidade pela cor branca :

«Ele, o *branco* moço, era o peregrino daquela santa. E o seu olhar procurava sempre o coração da doce rapariga, e o seu olhar dela, séria e *branca*, ia procurar a alma do caro bem-amado» (115).

Outro exemplo :

«A pedra escura e molhada do banco tinha a tristeza das pedras do cemitério, à luz consoladora, purificadora e *branca*, que cai dos céus outonais» (82).

«Luz consoladora, purificadora e branca»: a *branca* não está ligada muita ideia concreta; a palavra tem antes um sentido complexo, aparentado com *consoladora*, *purificadora* ou *celestial*.

A enfermeira que na *Ladainha da Dor* trata um pintor amigo de Lyser é «doce, delicada e *branca* como uma virgem de oiro fino de um livro de lendas» (42); note-se a contradição aparente que há em «branca como uma virgem de oiro». O valor puramente simbólico, não descritivo, da palavra ressalta neste exemplo: a palavra é incapaz de dar todo o lirismo da alma de Ofélia e todos os pensamentos de Hamlet, «e então a música vem, na sua ideal serenidade,

dolorosa e *branca*, revelar todas aquelas vibrações celestes» (21). A ideal serenidade da música é pois simbolizada no branco. *Branca* é também a serenidade dos imortais (160).

A doçura, a delicadeza, a consolação, a espiritualidade são consubstanciadas no branco: esta cor é o símbolo dos elementos celestes e elevados.

DIVINO é outro adjectivo vago, sugestivo, melhor sugeridor. Só por um processo um pouco longo é que chegamos a compreender o que se encerra na expressão «crianças de olhar divino»:

«Shakespeare, quando vê Macbeth matar os reis... matar as crianças de olhar divino... corre desvairado, toma uma floresta, e vem esmagar a feroz criatura...» (18).

O olhar das crianças é divino porque inocente, cândido, puro, não manchado ainda pelas impurezas dos homens feitos. Tem a mesma imprecisão e vaguidade a expressão: «a doçura divina das coisas» (28).

GRANDE. O valor do adjectivo *grande*, na maior parte dos casos em que ele é empregado nas *Prosas Bárbaras*, não é o seu valor mais corrente, como o que se encontra na expressão «esta casa é grande». Em vez de definir quantitativamente esbate e torna impreciso. Eça obtém com esta palavra o mesmo efeito que com certos plurais.

«Então o lenhador tomou o machado... e foi-se... pelos *grandes* caminhos...» (44).

«O homem entrou na casa arruinada e foi através de pedras esverdeadas, de *grandes* humidades que escorriam...» (91).

«Há duzentos anos, uns poucos de calvinistas exilados frequentaram um barco na Holanda húmida e úbere, e sob o equinócio e os *grandes* ventos... partiram para as bandas da América» (71).

«E então, o santo afastava um pouco o livro, e toda a noite ficava cobrindo, com a *grande* luz dos seus olhos, aquela criança miserável, adormecida sobre as lages» (90).

Não é só o objectivo *grande* que serve para tornar as cousas imprecisas. Eça tem, e isto durante toda a sua vida, acentuada preferência por adjectivos como *infundo*, *imenso*, etc. São adjectivos vagos, que diluem as coisas numa certa atmosfera poética. Fogem

a delimitações e ao contorno marcado, sugerem mais do que dizem :

«...e o sol, quando chegava, ficava maravilhado de ver aquele pobre santo de pedra ... rindo, sereno, sob a luz *imensa*...» (91).
 «O Diabo ao mesmo tempo tem uma tristeza *imensa e doce*» (112).
 «E ajoelhados, extáticos, calados, eles sentiam... toda a *vaga e imensa* bondade da religião da graça» (122).

FECUNDO é outro adjectivo que não exprime muito de concreto e que vale mais pelo conteúdo que lhe atribuímos do que pelo seu significado usual. Quando Eça escreve, numa das *Notas Marginais*, «*Nem largos risos, nem bênçãos fecundas*» (11), *fecundas* tem um significado ambíguo que nos foge e sòmente deixa em nós uma impressão de força e de renovação, que se deseja, e o repúdio de tudo quanto é estéril. Este adjectivo exprime mais um desejo existente em nós, uma qualidade que nós emprestamos às coisas, do que um atributo objectivo das mesmas coisas. Poderia confirmar com muitos exemplos esta afirmação; citarei apenas um, onde o adjectivo *fecundo* vem associado a outro de sentido também indeterminado. Na *Ladainha da Noite*, Paganini

«colhava ao longe o mar Mediterrâneo amolecido por aquela moleza que escorre dos astros... da noite *desconhecida e fecunda*» (32).

Além da *noite fecunda* há para Eça *humidades fecundas*, *vento fecundo*, *calor fecundo* (38, 74, 164). Dir-se-ia que a fecundidade existe como ideia ou sentimento fixo em Eça, e é por ele aplicada às coisas.

FORTE anda geralmente associado a *fecundo*, o que se explica pela aliteração e pela vontade de exprimir a sugestão já anotada de força contida em *fecundo*. É além disso uma palavra de sentido pouco preciso :

«...cantigas fortes...» (36), «...pátria forte, *sã*, viva, *fecunda*...» (61), «...sentimento *fecundo*, *forte*...» (66), «importância no Estado *forte*, *fecunda* e *soberba*» (67), «...asilo *forte* como o sol» (94).

FRIO. Eça fala-nos de

«...frio luzir dos aços...» (74), «...uma fria liberdade de costumes...» (75), «azul intenso, *frio*, *triunfante*» (81), «frio azul» (82), «...lua fria...» (por duas vezes : 86, 141).

O luzir dos aços não é quente nem frio; e o mesmo acontece com os maquinismos, a liberdade, o azul do céu e a lua. O autor transpõe ao plano visual sensações térmicas, ou aplica a cousas abstractas a experiência concreta das sensações. É um caso, aliás dos mais antigos e menos característicos, de sinestesia.

NEGRO é, como *branco*, uma palavra que designa em regra uma imagem visual. E todavia não é neste sentido que Eça de Queirós geralmente a emprega, mas no sentido simbólico, tal como já observei a propósito de *branco*; os olhos da amada são comparados a «duas estrelas *negras* de melancolia» (5); todos passam «desconsolados e alumiados pelo sol *negro* da melancolia» (11); Macbeth, «ao atravessar pelas *horas negras* os seus terraços, entrevê o luzir dos punhais» (17)—*horas negras* é aqui uma maneira de dizer *noite*. Os mortos são «os *negros* frutos» que a árvore da força dá (161). O desejo é «*negro* e reluzente», e a lembrança também pode ser «*negra*». Há «*horas negras* de dor e de miséria» (142).

No simbolismo das cores, *negro* é, como normalmente, o oposto de *branco*; o Diabo é *negro* e *vermelho*:

«E, ao cimo da rua, appareceu um homem forte, duma palidez de mármore. Tinha os olhos *negros* como os dois sóis legendários do país do Mal. *Negros* eram os cabelos, poderosos e resplandecentes. Tinha presa ao peito do corpete uma flor *vermelha* de cactus» (117).

LENTO. A fortuna deste adjectivo nas *Prosas Bárbaras* veio da sua estrutura rítmica. A palavra parece agradar ao ouvido de Eça, e seria essa a primeira razão da frequência do seu emprego. Mas em segundo lugar encontramos a palavra associada frequentemente, quase obrigatoriamente, a certos substantivos, em fórmulas estereotipadas, como *noite lenta* e *manhã lenta*:

«... a *noite lenta* e mística...» (39); «... noites claras, doces, *lentas*...» (85); «A *noite vinha lenta* e fatal» (163); «A *manhã vinha escura, lenta* e lacrimosa...» (45).

Notámos já o emprego, por duas vezes, pelo menos, de *frio* aplicado a azul («o azul *frio*») e à lua. Também por várias vezes a lua é qualificada de *metálica*. Acontece com o adjectivo o que acontece em Eça com a imagem: o adjectivo existe, por assim dizer, antes da coisa qualificada. Há a preferência por certas palavras, independentemente da necessidade de exprimir uma certa coisa. Não é uma certa coisa, com acento e personalidade própria,

que obriga à busca de um certo adjectivo que a defina, mas o adjectivo que, presente, imperioso, acompanha a coisa seja ela qual for. Porquê tantas noites e manhãs lentas? Não haverá nelas nada de mais específico a definir? Com certeza que há. Mas o que é certo é que o adjectivo lá estava e a noite ou a manhã tinham de obedecer ao ascendente tomado pela palavra.

LIVRE. É um adjectivo de escola. Toda a geração de 70 fala de liberdade e de seres livres. Eça fala até de «livre sol» e de «livre ar» (75).

LUMINOSO, do mesmo modo que **SERENO**, integra-se numa certa atmosfera olímpica da predilecção de Eça. Muitas vezes estes adjectivos aparecem associados: «... tu aparecias superiormente *serena*, perfeita e *luminosa*» (3).

Esta palavra é empregada também no seu valor simbólico: Jesus é o homem *luminoso*, em oposição a Judas, que é o homem *escuro*, e adquire um sentido também pouco preciso, sugeridor, dir-se-ia que sinestésico, se aqui não houvesse antes uma tendência para a abstracção, para a desconcretização da palavra. Encontramos «corpos luminosos», «colorido luminoso», Verdi é qualificado de «luminoso» (20, 6, 22).

A *serenidade* é outra das preferências estéticas de Eça, a par da *luminosidade*. Uma e outra são como que um halo olímpico que ele projecta nas coisas. Uma lareira aparece-lhe «flamejante e serena» (46).

RESPLANDECENTE. As «cenas» são geralmente «resplandecentes»; e há também «banquetes resplandecentes», «parques resplandecentes», «andares resplandecentes». A palavra não tem em Eça um sentido muito definido; significa rico, luxuoso, luminoso. O seu valor seria para Eça sobretudo sugestivo e viria em parte da sua estrutura rítmica.

TERRÍVEL pertence também ao tipo dos adjectivos de significado impreciso. É uma superlativação na tragédia, uma forma de encarecimento. Isto é evidente no seguinte exemplo:

«Há almas... tão *terríveis* como as fulgurações do desespero» (20).

É difícil determinar bem a ideia contida nesta frase. É mais um adjectivo de tipo literário do que verdadeiramente descritivo,

qualificador, tendente a figurar a coisa de maneira real ou concreta.

Terrível aparece-nos estreitamente associado a Lady Macbeth. Esta é a «terrível Lady Macbeth» (19), uma das «terríveis cariátides do Mal» (16), e a sua coroa na escuridão tem «um reflexo terrível» (16).

TRÁGICO tem em Eça o significado erudito, evocador da tragédia grega, da luta dos Titãs contra os poderes celestiais. A legenda do Diabo é «trágica», talvez pela sua luta (contra Deus (111). Na crónica «Entre a Neve» :

«E o lenhador, ... com *trágicos* encarniçamentos, lutava contra os ramos, contra as raízes, contra as duras cortiças e os filamentos tenazes...» (48).

Há aqui a revolta do homem contra o Destino. Na crónica «O Milhafre» descreve-se :

«...uma sala enorme, escura e *trágica*, e tão alta, que involuntariamente o olhar procurava as constelações naquela sombra» (91).

Trágica porque grande e escura, porque maior que o homem. Deve notar-se neste último caso que *trágico* não é também uma notação objectiva — como *enorme* e *escura* — mas serve para integrar a sala num mundo de valores poéticos ou literários existente no espírito do autor.

Comentámos até aqui os adjectivos que aparecem empregados mais de vinte vezes. Os mesmos comentários se poderiam aplicar aos restantes adjectivos de emprego frequente.

Errante, estranho, misterioso, místico, vago, desfalecido são adjectivos que repelem a concretização, não objectivantes, esfumadores. Projectam o qualificado na distância ou no desconhecido. O mesmo acontece com *imenso, infinito, enorme, largo*, aos quais se applica o comentário que fizemos a *grande*. Conduzem-nos ao indeterminado, dissolvem o contorno das coisas.

Quanto a *puro, celeste, consolador, são, suave, casto, bom* pertencem àquela atmosfera olimpica já definida a propósito de *sereno* e *luminoso*. Nesta categoria devemos também incluir *glorioso* : «as andorinhas gritam alegres e *gloriosas*» (45).

Soberbo e *violento*, dum significado pouco definido (como, aliás,

todos os adjectivos que até aqui comentámos), exprimem talvez aquela atitude teatral e titânica que encontrámos em *trágico*.

Flamejante ganha nas *Prosas Bárbaras* um significado diferente do usual. São *flamejantes* as «soberanias», é *flamejante* a «noite» ou a «música». O valor preciso e concreto da palavra dissolve-se, portanto, como sucede a *luminoso* ou a *resplandecente* (vide o comentário a estas palavras). Acentua-se a actividade, o movimento dos fenómenos.

O mesmo sucede com *sonoro*, transposto ao plano visual como *luminoso* o é ao plano auditivo: «...como claridades sonoras de estrelas...» (85), «...a grande luz sonora do sol...» (28). Parece haver também aqui a manifestação de uma predilecção por certos ritmos ou combinações de sons, ou acabamentos de frase.

O simbolismo das cores manifesta-se em *vermelho* e *claro*. O Diabo, como se viu, é descrito a vermelho e negro. E quando ele quer apoucar o coração de Jusel, elogiando o seu próprio, diz que o de Jusel é *pardo* e o dele, Diabo, é *vermelho* (118). São vermelhos os «beijos do sol» (20). *Claro* é aplicado à melodia da rebecca de Paganini (41); e há «vozes *claras*... saídas de cristais» (85).

Além do simbolismo das cores propriamente dito e na sua forma mais simples, há a notar aqui a transposição das cores ao plano moral ou ao plano abstracto: em suma um simbolismo menos simplista, e uma sinestesia ainda tímida.

Mole revela este mesmo processo de transposições e tem um interesse à parte na adjectivação de Eça nas *Prosas Bárbaras*:

- «...as *moles* nudezas das nuvens...» (82);
 «...as bandas *moles* da Itália...» (27);
 «...as linhas *moles* da costa de Itália...» (37);
 «...*moles* sombras...» (19); «...nevoeiros *moles*...» (43).

É talvez o único adjectivo em que é evidente a tendência a concretizar a coisa qualificada. Definem-se por meio de imagens tácteis objectos visuais. É aliás um qualificativo predilecto de Eça nas suas obras ulteriores.

Escuro, *triste* e *pobre* são palavras de conteúdo muito extenso e pequena apreensão, facilmente applicáveis, pouco definidoras, de grande consumo e indiferentes. Pertencem àquele cortejo de adjectivos com que Eça acompanha cada substantivo por pura euforia verbal.

Em conclusão, o estudo dos vocábulos preferidos por Eça na sua adjectivação revela-nos: a preferência por adjectivos de signi-

ficado pouco preciso ou pouco descritivo; a escolha de certas palavras do conteúdo poético ou sugestivo, que exprimem um mundo de valores existentes no autor; o uso especial de certos adjectivos — vimos os exemplos de *frio*, *forte* e *flamejante* — conferindo-lhes um significado diverso do usual, retirando-lhes o valor objectivo que normalmente lhes é atribuído; a transposição do plano auditivo ao visual e vice-versa, do plano tátil ao auditivo, ou do concreto ao abstracto de numerosos adjectivos⁽¹⁾; a sugestão, por uma série de adjectivos, de um mundo olímpico, superior à realidade (*luminoso*, *sereno*, *perfeito*, etc.), e, por outra série, de uma atitude trágica (*trágico*, *violento*).

Colocação

Nas *Prosas Bárbaras* a colocação do adjectivo serve para o pôr em relevo. Todos se lembram com certeza dos

«verdes embalos da água...» (33).

Compreende-se imediatamente que isto está em vez de os *embalos da água verde*. Qual pode ser o efeito desta deslocação do adjectivo? Renovar a expressão; evidenciar a notação do verde; atenuar o desenho e dar um quadro mais impressionista. Consideremos mais alguns exemplos antes de tirar conclusões:

«...rijas ondulações dos remos...» (38); por: *ondulações dos remos rijos*.

«...doce e azulada viagem pelo país de Citera...» (32); por: *doce viagem pelo azulado país de Citera*.

«O voo branco das gaivotas», e não: *o voo das gaivotas brancas*⁽²⁾.

(1) Além dos exemplos já citados («moles sombras», «bandas moles da Itália» «soberanias flamejantes»), poderás citar muitos outros: «...lua entorpecida...» (84); «...caminhos lívidos...» (44); «...folhagens lívidas...» (84); «...rochedos enfáticos» (127); «...ar mortuário...» (84); «...lívidos escarpamentos...» (27); «...olhos famintos dos lobos...» (10); «...nudez melodiosa...» (7); «...paisagem casta...» (31); «...luz desejosa e ávida...» (7). Este aspecto encontra-se também no Eça posterior. Lembremo-nos da «campainhada humilde» do coadjutor, ou de certo garfo de «dentes astuciosos».

(2) Na *Cidade e as Serras* encontramos um exemplo do mesmo fenómeno: «...aquele grande mar da Odisseia, resplandecente e sonoro, sempre azul, todo azul sob o voo branco das gaivotas, exalava logo uma frescura salina...» (257).

É um procedimento, como se sabe, frequente na literatura moderna; o adjectivo é deslocado da causa do movimento para o próprio movimento: as gaivotas são brancas — literariamente já se vê — logo o seu voo é branco; a água do mar é verde, logo os seus embalos são verdes; etc.

Outra modalidade do mesmo fenómeno encontramos-na nas expressões «brancura soluçante dos lírios» e «brancura silenciosa e compassiva da lua» (85, 159). Os lírios são uma flor triste que não se ergue triunfal como os cravos, antes cai com as pétalas dobradas: flor triste, portanto *soluçante*. E segundo o processo que estamos estudando em vez de *brancura dos lírios soluçantes* temos a «brancura soluçante dos lírios». «Silenciosa e compassiva» é também uma qualificação da lua, que derrama a sua luz láctea e empenumbada, que não fere, sobre todas as misérias.

Destes exemplos parece-me inferirem-se as seguintes conclusões:

- 1) A deslocação realça o adjectivo. Associado a um substantivo abstracto, o adjectivo concreto (de cor sobretudo) ganha relevo.
- 2) Expressões como *voo das gaivotas brancas* ou *embalos da água verde* são um tanto pleonásticas; por outro lado a notação do branco ou do verde não deixa de ser indispensável, porque *embalos da água* ou *voo das gaivotas* produziria efeito muito diferente.
- 3) A associação de um adjectivo de cor a um nome abstracto ou de *soluçante* a *brancura* é mais um caso da já referida *transposição*, que dá às palavras um sentido novo, mais sugestivo do que descritivo e transforma a realidade num mundo vago, irreal, ou simbólico.

Outro processo de colocação do adjectivo tendente a valorizá-lo consiste em colocar o substantivo ao meio de dois adjectivos:

- «...grandes olhos inanimados...» (90);
- «...clara cidade bem-amada...» (109);
- «...casta graça silenciosa...» (109);
- «...altas tradições sonoras...» (156).

O processo, todavia, mais frequente na colocação dos adjectivos é ainda o seu emparelhamento, ligados pela copulativa e a seguir ao substantivo. Os exemplos são tão numerosos que o facto salta aos olhos do observador mais desprevenido.

Porquê o emprego tão insistente deste processo tão primitivo? Parece-me que nas crónicas da *Gazeta de Portugal*, apesar da abun-

dância da adjectivação — e talvez essa mesma abundância seja mais uma prova a favor desta hipótese — ainda Eça de Queirós não estava na posse da arte de adjectivar. O emprego dos dois adjectivos a ladear o substantivo encontra-se ainda raras vezes nas *Prosas Bárbaras* e é muito frequente no Eça posterior. Sob o aspecto semântico é muito mais fácil juntar dois adjectivos do que encontrar o único que com propriedade e nitidamente caracterize uma coisa. Sob o aspecto eufónico e rítmico o acabamento mais fácil da frase é acumular as palavras ligando-as copulativamente. Consegue-se assim prolongar a frase e fazê-la cair lentamente e gradualmente até à pausa. No emprego constante dos dois adjectivos associados divisa-se, portanto, uma certa falta de domínio, um ceder à facilidade: as rédeas da frase aparecem-nos lassas. O período não se encurta ganhando em vigor e nitidez, mas desdobra-se relaxando-se.

A adjectivação considerada dentro do contexto

a) A oposição

Dissecando as *Prosas Bárbaras*, estudando-as por dentro, nós encontramos em quase tudo uma intenção, melhor, uma construção. À primeira vista os adjectivos parecem-nos desinteressados, i. é., significarem simplesmente sem intenção especial o que dentro do seu significado está contido. Considerando um exemplo:

«As folhagens escuras, que envolviam o Cristo, estendiam-se sobre as duas cabeças louras com gestos de benção» (120).

Pode parecer, a princípio, que «escuras» significa apenas que as folhagens não eram claras. Mas logo sentimos o contraste entre *louras* e *escuras* o efeito do claro-escuro obtido pelos dois adjectivos. Não se sente duma forma evidente o arranjo do quadro?

Outro exemplo:

«O homem dos grandes cabelos negros dizia ao pagem branco...» (125).

O homem dos cabelos negros é o Diabo, o pagem branco é Ganimedes. Porque não dizer simplesmente o Diabo e Ganimedes? O contraste de cores nítidas, vincadas, determinadamente opostas, símbolo duma oposição espiritual, salienta esta.

«E, no cimo da rua, appareceu um homem forte, duma palidez de mármore. Tinha os olhos negros como os dois sóis legendários do país do Mal. Negros eram os cabelos, poderosos e resplandecentes. Tinha presa ao peito do corpete uma flor vermelha de cactus» (117).

Neste trecho a silhueta — do Diabo — está fortemente marcada. Pálido como o mármore, olhos e cabelos negros, ao peito uma flor vermelha. Cores violentas e poderosas — excepto o branco, que ainda assim é avivado e ressalta pelo contraste.

Já me referi ao simbolismo nas cores e às oposições a que esse simbolismo dá lugar. Essa opposição ressalta neste exemplo :

«Enchiam-me a alma crepúsculos brancos. Entrei no grande arvoredo negro» (84),

onde de novo encontramos o contraste claro-escuro.

A opposição das cores é um dos variados aspectos da opposição de dois termos tão frequente nas *Prosas Bárbaras*. Eis um exemplo dos mais flagrantos :

«E então, à porta da varanda, houve uma risada metálica, imensa e sonora. Eles ergueram-se resplandecentes, puros, vestidos de graça. À porta estava o pai de Maria, hirtó, gordo, sinistro» (124).

Os adjectivos dispõem-se aqui aos grupos de três, em simetria rítmica : «risada metálica, imensa e sonora» ; «resplandecentes, puros, vestidos de graça» ; «hirtó, gordo, sinistro». A opposição existe sobretudo entre os adjectivos dos dois últimos grupos : uns desenrolam-se em pureza e luminosidade, os outros em sombra e tragédia.

A opposição é uma abstracção ; existe no nosso espírito. Parece-me evidente que a adjectivação de Eça, mesmo aquella que parece completamente desinteressada, se dispõe no sentido de formar um conjunto e estabelecer oposições. Constitui-se um quadro em que os elementos contrastam nitidamente. É evidente o critério de composição, de arranjo da realidade ; digamos mesmo de selecção.

Em toda a obra literária há evidentemente selecção ; mas esta pode ser mais ou menos evidente, levada ou não às últimas consequências. O que se nota em Eça é a disposição da realidade — releve-se-nos o termo — em *clichés*. A adjectivação (o mesmo se pode dizer das imagens) vai-se dispondo segundo um plano a que poderemos chamar preconcebido. Isto leva-nos a considerar um outro aspecto da adjectivação nas *Prosas Bárbaras*.

b) A adjectivação preconcebida

«Passava um vento *incessante e perseguidor*. Os mochos voavam, e as águas sonoras eram como vozes *víngativas e trágicas*. A lua, *entorpecida*, passava por detrás da estacada de ramos. O vento era *rouco e lento como um canto católico de ofícios*. E o grasnar *lento e arrastado* dos corvos parecia uma *ladainha bárbara de padres*. As árvores *doentias* rangiam ao vento hibernal, o ar estava *diáfano, lácteo e mortuário*. As estrelas que apareciam tinham o olhar *lancinante*» (84).

Qual a intenção de Eça? A de dar uma paisagem triste, soturna, carregada de tragédia. A adjectivação desenrola-se toda nesse sentido. As coisas parecem que sentem e se comportam de acordo com a intenção do autor. Vejamos: «lua entorpecida». Porque a noite está fria, ventosa, e por causa do frio e do vento a lua deixou-se «entorpecer». A mesma lua poderia, caso fosse outro o ambiente, aparecer-nos radiosa. O vento era como «um canto de ofícios», canto fúnebre. O grasnar dos corvos «uma ladainha bárbara de padres».

Tudo se desenvolve para acentuar um quadro fúnebre: as árvores mostram-se «doentias» pela mesma razão por que a lua está «entorpecida». Melhor ainda: «o ar estava diáfano, lácteo e mortuário». Que razão há para dizer que o ar estava «mortuário»? Só esta: ser preciso que tudo concorra para a criação de um todo, de um ambiente. O adjectivo existe independente do objecto que é preciso adjectivar. *Mortuário* aplica-se a ar, como mercê de uma receita; não há a descrição da realidade mas sim o desenrolar de um cenário ou uma visão preconcebida. Notemos ainda o olhar das estrelas, «lancinante»: a animização da natureza de acordo com uma determinada intenção, no sentido de integrar tudo num conjunto.

Vejamos outro exemplo de adjectivação tendente a criar certa atmosfera:

«Toda aquela negra decoração de ramos torcidos, de folhagens lívidas, de silêncios, enchia-me de um terror profundo e trivial. A luz dissipada e transfiguradora do ocaso dava aos troncos um estranho aspecto de lutadores, vindos do sangue e dos incêndios: os sinos distantes eram como vozes indefinidas de miséria e de dor» (84).

Como no exemplo anterior, tudo se desenrola no sentido de nos infundir a tristeza e tragédia duma paisagem. *Lívidas* integra as

folhagens num ambiente preconcebido. Noutro passo encontramos a mesma palavra empregada da mesma maneira e para obter o mesmo efeito:

«Então o lenhador tomou o machado negro e o feixe rijo das cordas... e foi-se... pelos grandes caminhos, duros, lívidos e cobertos de neve» (44).

Aqui «lívidos» integra os caminhos no ambiente de tragédia e dor que constitui todo o conto *Sob a neve*.

Outro exemplo de adjectivação que tende menos a descrever do que a exprimir uma atitude do autor é este:

«Quando voltei, o sol descia: o barco vinha levado de um modo silencioso e *casto* pelos serenos embales ondulosos. O mar tinha uma serenidade *olímpica*» (37).

A adjectivação tende aqui a realizar o cenário olímpico que do autor se projecta na realidade.

c) A adjectivação *sintética*

Muitas vezes a adjectivação das *Prosas Bárbaras* torna-se um fenómeno imensamente complicado. O adjectivo aparece-nos prenhe de intenções e às vezes uma longa ideia fica contida num só adjectivo. O adjectivo exprime sinteticamente uma ideia.

Exemplificando. No artigo *Macbeth* descreve-se o deslumbramento que involuntariamente se sente perante Lady Macbeth. Ela fascina irresistivelmente e deseja-se, entre outras coisas,

«destrançar-lhe os cabelos pelas *moles* sombras» (19).

Que estará contido neste adjectivo «moles» a qualificar sombras que, na realidade, não podem ser moles nem duras? Talvez isto: as sombras favorecem a eclosão dos desejos, *amolecem*. Portanto: «as moles sombras».

«O músico Berlioz, ao voltar das bandas *moles* da Itália e das ilhas da Grécia de lívidos escarpamentos, sem serenidades idílicas e sem mirtos...» (27).

«Bandas moles de Itália» não se compreende à primeira vista. Depois dá-se esta interpretação: na Itália, como Eça escreve

noutro passo, vive-se na «rede tecida com os raios do sol que se chama preguiça»; há lá, portanto, uma espécie de amolecimento. Daí o serem as bandas da Itália consideradas moles. Encontramo-nos mais uma vez diante do emprego de adjectivos de maneira intencional, no sentido de incutir no leitor uma certa ideia ou uma certa interpretação das coisas.

d) *Anímização*

Esta característica do estilo das *Prosas Bárbaras* revela-se principalmente na interpretação mitológica da realidade, muito frequente neste livro, como já tive ocasião de notar. A muitos seres do mundo vegetal ou astral são atribuídas atitudes humanas. Vejamos como isto se repercute na adjectivação. Notar-se-á que os exemplos que vou citar não exemplificam só a adjectivação que qualifica as coisas em ordem a um mundo de valores humanos, mas também aquela espécie de adjectivação a que chamei preconcebida.

«Andei pelos campos, neste ar *desfalecido* do inverno outonal» (81).

«Agora a luz *enternecida* dos campos arrasta-se...» (81).

Atribui-se aqui uma qualidade humana ao ar, o desfalecimento que o Outono provoca em nós mesmos. A luz dos campos é nesta altura uma luz dúbia, pálida, pouco intensa; é uma luz que acaricia e transige: donde «uma luz *enternecida*». É um pouco o mesmo caso de: «O ar estava meigo...» (116), que deve querer dizer que o ar estava de uma temperatura branda, e sossegado, e mais alguma coisa que só se exprime mediante um adjectivo que designa qualidades de pessoa.

Nas *Memórias de uma Força* fala-se duma família de carvalhos que sofreu uma sorte injusta; a um dos componentes dessa família da «floresta pensativa» (156) é aplicado o epíteto de «... ramo contemplativo e romântico» (157). É um caso flagrante da aplicação ao mundo vegetal das atitudes e interesses do mundo humano e da interpretação da realidade num certo sentido.

e) *Adjectivação estereotipada*

«Mas não era aquela pura e imaculada lua cor de opala — que derrama brancuras, como se através do azul caíssem lírios. Era uma lua metálica, fria, hostil, material como uma moeda de ouro nova» (86).

Comparemos este texto com o seguinte :

«As vezes vem a lua — não aquela imaculada lua cor de opala, donde se exala um nevoeiro magnético que faz a alma docemente doente, mas uma lua metálica, fria e lívida, como a face dos corpos finados, nas lendas católicas» (141).

Verifica-se que a luz cor de opala é num e noutro caso «imaculada»; e há outra lua que é sempre «metálica, fria».

Ilá, como se vê, uma adjectivação estereotipada que se aplica aos substantivos conforme o conjunto e o efeito que se pretende obter. Já tive ocasião de notar isto a propósito de «lívido». Achada uma vez a fórmula nada mais é preciso do que continuar a empregá-la.

f) *Ritmo, aliteração, agrupamento ascendente*

A adjectivação das *Prosas Bárbaras* aparece-nos frequentemente associada aos cachos. Os adjectivos acumulam-se às vezes contraditoriamente entre si. Uma das explicações possíveis destes agrupamentos está no ritmo; outra na falta de selecção, que leva o autor a utilizar todos os termos que lhe afluem à pena. É uma riqueza que se baseia num certo deixar ir tudo. Diz Eça referindo-se ao Diabo :

«Não serei eu quem lhes conte a vida dele. E todavia sei de cor a sua legenda trágica, luminosa, celeste, grotesca e suave!» (111).

É evidente que todos estes adjectivos têm a sua razão de ser. Talvez a sua disposição nesta ordem obedeça a razões rítmicas. Por razões desta qualidade se explica o caso muito repetido do agrupamento de adjectivos começados pela mesma consoante :

«... a floresta dormia sob as opressões da neve, triste, silenciosa, estoica e soberba» (47);

«Ele era formoso, e são, e forte, e apaixonado» (109);

«E para vestirem o sentimento fecundo, forte, cheio de sol e de mar, tomavam a forma popular» (66).

Fecundo e forte é um agrupamento muito frequente (cf. acima pág. 288):

«Ora em baixo, sob a confusão, sereno, fecundo, forte, bom, livre, move-se... um novo mundo...» (78).

São também frequentes os grupos *silencioso e solitário* (ou *solitário e silencioso*) e *húmido e úbere* (3, 51, 71).

Os exemplos que até aqui comentei revelam-nos pares ligados pela aliteração. Há séries de três adjetivos em que a ligação é de tipo diverso :

«E olhavam ambos, silenciosos, extáticos, *perfeitos*» (115);

«...uma natureza [a da América do Norte] vigorosa, fecunda, *eleita*» (76).

«... o poeta Li-Tai-Pé...doce, contemplativo, branco...»

Vimos acima que aqui *branco* encerra e consubstancia os adjetivos anteriores, de modo que a frase se ordena num crescendo. Assim sucede nos exemplos anteriores : *perfeitos e eleita* são o grau mais elevado e mais definidor de uma escala : *silenciosos, extáticos, perfeitos* — *vigorosa, fecunda, eleita*. Esta explicação abrange um certo número de casos de agrupamento.

Mas o que explica ainda um maior número de casos, particularmente os agrupamentos de quatro e cinco adjetivos, é a falta de apuramento que encontramos também noutros domínios do estilo da obra. As *Prosas Bárbaras* são o repositório de um material riquíssimo, regorgitante, no qual se não operou, muitas vezes, uma selecção. Pululam aí as imagens e os adjetivos repetidos, as redundâncias e as acumulações de toda a ordem.

g) O delírio verbal

O estudo do aspecto assumido pela adjectivação leva-nos a compreender como um certo delírio verbal ou estilístico tinha tomado posse de Eça. Muitas vezes ele adjectiva por adjectivar, arredondando os períodos e tumificando-os. Os adjetivos aparecem-nos sem nós bem sabermos como, e ouvimo-los como vaga toada que não chega bem ao cérebro.

«De vez em quando desembarcava este povo [os portugueses], bradando que tinha descoberto um mundo, que lá tinham ficado infinitas multidões, negras, bestiais e nuas, sob a bênção dos padres; ali mesmo, sobre a areia, ao rumor das maresias, escrevia a história trágica da sua viagem, e uma madrugada, tomados das saudades do mar, partiam de novo, *radiosos e bons*, para a banda das Índias» (64).

Porventura este *radiosos e bons* tem algum sentido dentro do contexto? Não serão simplesmente duas palavras que ali estão para

criarem certa atmosfera épica, para ajudarem a formar uma toada especial, de significado pouco preciso?

«As outras imaginações nocturnas do poeta [Shakespeare], que se chamam Hamlet, Lear, Othello e pisam com pé trágico o solo augusto da epopeia, todas têm junto de si o doce corpo de uma mulher para lhes embalar no seio as angústias tenebrosas, como num leito misterioso, para lhes fazer subir por vezes ao rosto a serenidade augusta do bem» (15).

«Pé trágico», «selo augusto da epopeia», «leito misterioso», «serenidade augusta» — eis expressões cujo significado é também impreciso, e onde se encontra uma fluência incontida, uma necessidade de expansão verbal.

«O povo ... tinha uma importância no Estado forte, fecunda e soberba» (67).

«Nós, os milhafres, e os nossos camaradas, os abutres, deixámos os grandes montes e os rios, as vastas tradições do sangue e viemos...» (94).

É difícil fazer ideia do que seja uma importância *soberba*, e a função do adjectivo parece ser o arredondamento da frase.

O emprego de *vastas* no segundo exemplo deve resultar de uma simetria com *grandes* («grandes montes» — «vastas tradições») e da necessidade de equilibrar o ritmo paralelístico com o qual se constrói a frase :

«os grandes montes e os rios,
as vastas tradições do sangue».

A inserção do adjectivo é portanto imposta de fora para dentro e não pedida pelo significado intrínseco do trecho, obedecendo a uma harmonia exterior.

Há expressões e passagens em que este delírio estilístico, este deixar-se vogar na redundância e indeterminação, esta lassidão verbal, se tornam impressionantes :

«Todos os anos, aquela multidão imensa de aventureiros embarcava nos galeões, entre os psalmos e os coros, e eles iam, *silenciosos e flamejantes*, por entre as *sonoras* ilimitações, os ventos *afritos* e os tremores da água — para os nevoeiros *inexplorados*» (64).

É evidente aqui a acumulação de palavras na intenção de criar uma atmosfera épica e fantástica sem a mínima relação com o mundo

da realidade; e é evidente também a toada das palavras sem um significado preciso e sem selecção porque o mundo fantástico permite as mais desencontradas sugestões e associações. Particularmente «silenciosos e flamejantes», que recorda o «radiosos e bons», documenta este delírio da palavra sem limitações e sem critério seleccionador.

As crónicas da *Gazeta de Portugal* aparecem-nos como um longo exercício estilístico, rico de experiências em várias direcções e cheio de novidades. Os adjectivos são geralmente empregados não para definirem ou precisarem coisas ou ideias, mas para se integrarem num mundo de palavras que não é ordenado ou seleccionado em atenção à realidade; por isso o seu valor é geralmente vago, sugestivo, ou traduz longínquas cadências. Pela primeira vez na literatura portuguesa encontramos certas associações de palavras, certos tipos de adjectivação que podemos relacionar com as experiências do parnasianismo e do simbolismo. Estas experiências não foram perdidas... Já foi notada uma provável influência das *Prosas Bárbaras* sobre Gomes Leal e outros autores. Dentro da obra de Eça, constituem um início. A comparação com obras posteriores, como *A Morte de Jesus* (1870), descobre-nos, além de certas semelhanças, uma tendência nova: os adjectivos ganham o seu significado corrente, tornam-se mais obedientes às coisas, menos dependentes de uma estrutura que o autor lhes impõe.

Note-se, todavia, que o mundo fantástico, de sonho, não é completamente eliminado. Fica sempre a afirmação de um mundo ideal, mas agora definido, ordenado e serenado, tendendo cada vez mais àquele ideal olímpico que já nas crónicas tínhamos encontrado. Mas esse mundo ideal é expresso de maneira indirecta, sugerido pelos próprios objectos observados e descritos, e não já pela atribuição às coisas dos estados de espírito do autor.

MARIA ISABEL SARAIVA

Feito se h.

As Águas na Toponímia Galego-Portuguesa

SUMÁRIO — [1. *Água*; 2. *Borba*; 3. *Lama*; 4. *Brejo*; 5. *Tela*, *atoleiro*; 6. *Piçeiro*, *talhadoiro*, *tornadoiro*; 7. *Cal(e)*; 8. *Couce*; 9. *Leçada*; 10. *Rego* e derivados; 11. *Paúl*, *tremedal*, *lenteiro*, *moledo*, *alverca*, *charca*, *lavajo*, *poça*, *sapal*; 12. *Marnel*, *margulho*, *lodo*, *lodaçal*; 13. *Pego*; 14. *Ponte* e derivados; 15. *CAPUT AQUAE*; 16. *Madre d'água*, *olho d'água*; derivados de *nascor*; 17. *Banhos*, *caldas*, **alfama*; 18. *Rio* e derivados; 19. *Guad-*, *ode-*; 20. *Sala-*, *ur*; 21. *Ranha* e derivados, *RAPIDA*, *CATARACTA*, *cachão*, *cachoeira*, **fervença*; 22. *Ola*, *dorna*, *caldeira*, *recolta*, *RIVI ANGULUS*; 23. *Vau*, *poldras*, *ponte*, *pontão*; 24. *Foz*, *esteiro*, *porto*, *cabedelo*; 25. *Riba* e derivados; 26. *Ribeira*, *ribeiro*; 27. *Lago*, *lagoa*, *albufeira*; 28. *Ilha*, *insua*, *teziria*, **arriñana*; 29. *Poço*, *cegonha*, *nora*, etc.; 30. *Arroio*, *corgo*].

No estudo que se segue, propomo-nos examinar os nomes de lugar de Portugal e Galiza (incluindo as regiões confinantes), que devem a sua existência a motivos hidrológicos. Desde sempre, e em toda a parte, a água, elemento vital para o homem, que lhe mata a sede, fertiliza os campos, dá pastagem ao gado e move os engenhos que transformam o grão em farinha, entra em larga escala na nomenclatura geográfica, fornecendo um grande contingente de nomes de lugares habitados. Referências à propriedade privada das *aquae cursiles vel incursiles* ou *fontes aquis aquarum*⁽¹⁾ não são raras em documentos medievais particulares, tendo-se conservado, porém, até aos nossos dias, o princípio das águas indivisas, de propriedade em comum, no chamado sistema de *torna-tornas* (cf. Alberto Sampaio, «As villas do Norte de Portugal», in «Estudos históricos e económicos», ed. de 1923, pp. 100 e 34).

Destinada a fazer parte de um trabalho de conjunto sobre a toponímia de Portugal e do NO. da Península, a presente contri-

(1) Cf. também *Dipl. et Chart.*, n.º 291: «illo agro concedo cum sua aqua levata que ipso agro irrigat», e L. DE VASCONCELOS, *Textos arcaicos*³, p. 127.

buição não pode visar a um estudo aprofundado dos múltiplos e interessantes problemas que a referida categoria de nomes apresenta, muitos dos quais só podem ser tratados exaustivamente num quadro monográfico mais amplo e de carácter pan-românico. Limitar-nos-emos a passar em revista os principais tipos lexicais da nomenclatura hidronímica, tentando precisar as suas origens, bem como a sua repartição geográfica. De um modo geral, trata-se de elementos que correspondem a nomes comuns, vivos ainda hoje no conjunto ou em parte do território de língua galaico-portuguesa. Alguns deles circunscrevem-se, na verdade, a áreas muito reduzidas, sendo quase desconhecidos da língua geral. Mais do que noutra classe de topónimos que já tivemos ensejo de estudar, a dos nomes referentes ao relevo do solo⁽¹⁾, avultam os substratos, por um lado, e a contribuição árabe por outro. Se nos lembrarmos de que os nomes dos cursos de água de certa importância constituem de um modo geral, a parte mais vetusta do léxico de um país, perdendo-se as suas origens num passado longínquo, muitas vezes pré-indo-europeu, não poderá causar estranheza o facto de terem sobrevivido algumas vozes celtas ou ibéricas, relacionadas com a ideia de «fonte» ou de «pântano». Quanto à achega árabe, conhece-se o papel importante que sempre teve nos países muçulmanos a irrigação artificial⁽²⁾, o qual se reflecte no grande número de arabismos peninsulares ligados com esta actividade.

Os topónimos aproveitados foram colhidos no «Diccionario Postal e Chorographico», de J. Baptista da Silva Lopes (3 vols., Lisboa, 1891-1894), bem como, no que toca à Espanha, no «Índice de Entidades de Población» (Madrid, 1925). As formas medievais, indicadas com o ano da abonação, procedem do «Onomástico Medieval», de Cortesão (sep. do «Archeólogo Português». Lisboa, 1912). O sistema de abreviaturas é o mesmo que adoptámos no nosso estudo já citado. O nome que, entre parênteses, figura por extenso, corresponde ao do concelho (em Espanha o «município») ao qual o topónimo estudado pertence, o abreviado ao distrito (em Espanha a «provincia») respectivo. As letras *f* e *m* querem dizer que se trata de um nome de freguesia ou município, respectivamente.

(1) Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo. (Capítulo de uma toponímia galego-portuguesa). In *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, pp. 153-198, e sep.

(2) Sobre a irrigação artificial na Península, veja-se o conhecido livro de J. BRUNES, *L'irrigation, ses conditions géographiques, ses modes et son organisation dans la Péninsule Ibérique et dans l'Afrique du Nord* (Paris, 1902). Valiosas informações traz também, noutro plano, o estudo de F. KRUGER, *Sach- und Wortkundliches vom Wasser in den Pyrenäen*, in *Volkstum und Kultur der Romanen*, II, pp. 139-243.

Os algarismos colocados a meia altura dizem respeito à frequência de um determinado topónimo, vindo a indicação referente à Galiza separada da referente a Portugal por uma cruz. Assim, *Cale* 40 + 20 quer dizer que este nome de lugar ocorre 40 vezes em Portugal, e 20 na Galiza. As siglas empregadas em relação aos distritos e províncias, constam da relação seguinte:

<i>Av</i> = Aveiro	<i>Lu</i> = Lugo
<i>B</i> = Braga	<i>Or</i> = Orense
<i>Be</i> = Beja	<i>Ov</i> = Oviedo
<i>Bra</i> = Bragança	<i>P</i> = Porto
<i>CB</i> = Castelo Branco	<i>PA</i> = Portalegre
<i>Coi</i> = Coimbra	<i>Pont</i> = Pontevedra
<i>Ev</i> = Évora	<i>Sant</i> = Santarém
<i>F</i> = Faro	<i>Set</i> = Setúbal
<i>Guar</i> = Guarda	<i>Via</i> = Viana do Castelo
<i>Lei</i> = Leiria	<i>Vis</i> = Viseu
<i>Lx.</i> = Lisboa	<i>VR</i> = Vila Real.

Alguns subsídios para esta achega encontramos-los nos artigos «Riba d'Ave» e «Preito filológico a um insigne orador», de J. Leite de Vasconcelos (cf. «Opúsculos», III, 1931, pp. 10-16 e 155-172). Além disto, podemos socorrer-nos, em repetidos casos, dos frutos da paciente investigação e rara intuição etimológica de Joaquim da Silveira, a quem a toponímia portuguesa deve os melhores e mais bem documentados estudos monográficos. Não esqueçamos também os sempre férteis ensinamentos contidos nas «Orígenes del Español» de R. Menéndez Pidal.

1. *Água*. Acompanhado quase sempre de um qualificativo que indica natureza ou proveniência, a palavra *água* abunda na toponímia de todo o país. Os predicados preferidos são *Á. Boa*, *Á. Formosa*, *Á. de Prata*, *Aqualva* «água clara», *Á. Santa* (denominação em que transparece o antigo carácter divino das fontes), (cf. *Aquis Santis de Mauri* 1220), *Á. de Todo-o-Ano* (frequentes no Sul, onde as fontes perenes, por serem mais raras, desempenham papel mais importante que no N.), *Á. Viva*, *Á. Férrea*, *Á. Ferrenha*, *Á. Fria*, *Á. Morta*, *Á. Impêgada*, *Á. Doce*, *Água Derramada*, etc. Alterna com a forma do plural a do singular: *Águas Férreas*, *Á. Muitas*, *Á. Vivas*, *Á. Partidas*, *Á. Quentes*. A importância da irrigação artificial reflecte-se na frequência de *Água Levada*¹⁹⁺⁹, ou simplesmente *Levada*²⁷, *Levadinha*. Não carece de explicação o nome *Entre-(as)-Águas*, que se encontra principalmente no Sul, correspondendo ao fr. *Entraigues*. Existem formas derivadas por meio de *-eiro* e *-ela*: *Aqueiro(s)*, nome de 8 terras nos distritos do N., e *Aguela* (Amarante, P), *Oguela* (f, Campo Maior, PA). *Aguada*, pop. *Augada* (f, Agueda, Av), que, à primeira vista, se

poderia julgar um derivado em *-ada*, procede na realidade de *AQUA LATA* «água larga», segundo mostrou Joaquim da Silveira, *Rev. Lus.* XVII, 116 s., com base nas formas antigas *Aqualada* 957, *Agualata* 1094 (dimin. *Agualadela* 957) e outros exemplos de *LATUS* na toponímia medieval. No top. galego moderno *Agualada* (1. Riotorto, Lu; 2. Enfesta, Cor), o *-l-* intervocálico não emudeceu, certamente por não se ter perdido a consciência de que se tratava de um nome composto. O segundo elemento de *Águas Mestas* (Somiedo, Ov), *Aguasmestas* (Quiroga, Lu), parece proceder de *MIXTUM* «misturado», caracterizando estes nomes a confluência de dois cursos de água, como sucede com o prov. *mest*. O português antigo conheceu *mêsto* na acepção de «espesso» (1). Em França ocorre a expressão *Aigues Juntas* «águas juntas».

Por constituir um exemplo muito instrutivo no ponto de vista metódico, vale a pena determo-nos um pouco no problema que apresenta o nome da sede do concelho de *Mortágua* (Vis). Como no caso de *Aguada*, a forma moderna, que uma pessoa desprevenida aproximará instintivamente do fr. *Mortaigue* e *Aigues Mortes* «águas estagnantes», é enganosa, porquanto as formas medievais soam *Mortalago* 985, *Mortalaga* 986. Apontando ainda o nome do lugarejo *Mortâzel*, ao N. de *Mortágua*, em 985 *Mortalazelio*, o Dr. J. da Silveira chega à seguinte conclusão: «Estas formas postulam irrevogavelmente como étimo o lat. *MORTALE AQUA* «água que mata», para explicar o *l* intervocálico, e não *MORTUA AQUA*, «água morta». Quer-nos parecer que os elementos reunidos pelo consagrado toponimista pediam uma solução diferente daquela que estipula. Com efeito, a circunstância de, em documentos dos séc. x a xii, figurar nada menos de quatro vezes a forma *Mortalago*, e só uma a de *Mortalaga*, obriga-nos a considerar aquela como merecedora de maior confiança, fazendo entrever o étimo *MORTUUS LACUS*, que recebe a sua confirmação directa de *Mortalazelio*. É de notar que um diminutivo tirado de *AQUA* dificilmente adoptaria o final *-azelio*, mod. *-âzel* (cf. o dimin. *Aquella* 922, que o citado Autor aponta a pág. 117 do mesmo artigo), que logo se explica, desde que admitamos como base *LAC-ELLUS* ou *LAC-ICULUS*. A expressão *MORTUUS LACUS*, que lembra, por contraste, *VIVUS LACUS*

(1) A palavra falta nos dicionários, onde apenas figura o latinismo *mesto* (= *MAESTUS*). Ocorre, p. ex., na *Crónica de D. Fernando*; cf. a Seleção de TORQUATO DE SOUSA SOARES. (1945), p. 95.

(Virgílio), corresponderia óptimamente à realidade topográfica, visto a chamada actualmente Bacia de Mortágua provir de uma antiga concha lacustre, hoje esgotada (1).

Quanto ao aspecto fonológico do problema, afigura-se-nos que, numa forma proto-histórica *Mortolago*, o *o* átono se assimilou ao *a*, que levava o acento. Vindo a juntar-se a esta transformação o emudecimento do *l*, foi-se perdendo a pouco e pouco a memória da verdadeira significação de *-ago*, de que a etimologia popular fez *ágoa* (2). Diremos ainda que a colocação do adjectivo antes do substantivo (o uso românico é o inverso, cf. o top. *Lago Morto*, Via) indica grande antiguidade da povoação.

É sabido que o plural latino *AQUAE* designava com frequência nascentes importantes, principalmente quando eram termais ou constituíam objecto de um culto. Lembramos os vários *Aix* em França, que, com *Dax*, se fundam num locativo *AQUIS*, o mesmo sucedendo com *Chaves* < (*AQUIS*) *FLAVIIS*, cidade que deve o seu nome à família imperial dos Flávios (3). Também na província Tarraconense houve uma cidade chamada *AQUAE FLAVIAE*. Na Península existiam ainda as *AQUAE ATILIANAE* (hoje *Sábada*, prov. de Saragoça).

2. *Borba*. Existem em Portugal três freguesias de nome *Borba* (1. c., Év.; 2. ~ *da Montanha*, B; 3. ~ *de Godim*, Felgueiras, P). No conc. de Vila Real encontramos ainda dois lugares chamados *Borbela* e *Borbelinha*. Há também um rio e uma ribeira chamados *Borba* (Minho e Alentejo). Talvez *Bormela* (f. de Atei, Mondim de Basto, VR) constitua simples forma divergente de *Borbela*. Acrescentaremos ainda a esta família toponímica *Borbolga* (f. de Abiul,

(1) Cf. A. FERRAZ DE CARVALHO, *Geografia Universal* (ed. Instituto Gallach), vol. III, p. 537.

AMORIM GILÃO, in *Geografia de Portugal* (1941), p. 129, nota, aceitando materialmente a etimologia de Silveira, preferiu atribuir-lhe a significação de «água que morre», e não «água que mata», aludindo à progressiva redução e completa extinção da zona lacustre. A verdadeira etimologia está virtualmente contida na observação que faz a respeito de *Mortázel*, nome que evoca «outro lago mais pequeno também «morto», situado não muito longe do primeiro».

(2) Uma outra possibilidade estaria em admitir que na base **Mortalago* se tivesse produzido uma falsa cisão em *mortal-ago(a)*, mas neste caso mal se conceberia o desaparecimento do *l*.

(3) Inversamente a *Aquae Sextiae* = *Aix les Bains* e os outros exemplos franceses, o que se conservou no top. português foi o determinativo.

Pombal, Lei), *Borbolejos* (f. de Alvalade, S. Tiago de Cacém, Set), *Borboleção* (célebre olho de água próximo de Grândola, e chamadouro de três sítios dos conc. de Elvas e Portel), *Borbolhão* (f. de Campo, Valongo, P) e *Borbola* (Llanes, Ov), *El Borbollón* (Talayuela, Cáceres).

Estamos inclinados a atribuir a esta base *borba* uma origem celta e a significação de «nascente». Trata-se, com efeito, de um elemento que se tornou extraordinariamente fértil no solo da Gália, correspondendo-lhe o fr. *bourbe* «lama» (cf. v. Wartburg, FEW, art. *borvo*-). Dele não se pode separar o nome da famosa divindade *Borro*, sob cuja protecção eram colocadas as águas termais, facto que deu origem aos tops. *Bourbon-Lancy*, *Bourbon-l'Archambaut* e *Bourbonne-les-Bains* (cf. Longnon, «Les noms de lieux de la France», p. 113). Esta mesma divindade era também chamada *Bormo*, variante que permitiu a Hübner e Leite de Vasconcelos estabelecerem conexão com o deus lusitano-celta *Bormânico*, de cujo culto testemunham duas inscrições, conservadas hoje em Guimarães, e procedentes ambas das termas sulfurosas de Vizela⁽¹⁾. Esta associação é de aceitar, porquanto, além de *Borro* e *Bormo*, se conservaram, na Itália, as formas derivadas *Bormano* e *Bormana*. Quanto à identidade de *borb-* e *borm-*, não pode haver dúvida a tal respeito, visto que em Bourbon-Lancy se encontraram duas lápides: uma consagrada aos deuses *Bormo* e *Damona*, e a outra a *Borro* e *Damona*. A significação originária do tema *borb-*, *borm-*, deveria ser «brotar, borbulhar». É muito natural que este último verbo, *borbulhar*, proceda deste elemento, segundo já admitira v. Wartburg, o mesmo podendo dizer-se de *borbotar* «sair em jorros», *borbolão* «golfada». Não deve constituir mero acaso o facto de a principal inscrição votiva da divindade tutelar de Vizela se ter encontrado num sítio chamado *Lameira* (nome de que nos ocupamos no parágrafo seguinte), junto ao «Banho do Médico». A forma toponímica *Borbolga* parece nome pós-verbal de **borbolgar* < *borb-* + *BULLICARE* (certas nascentes dão a impressão de água a ferver), derivando dela *Borbolejos* e *Borbolção*, ao passo que astur. *Borbola* e *Borbolhão* teriam a sua correspondência em *borbolhar*, de *borb-* + *bolhar* < **BULLIARE*, equivalente de *BULLARE* e *BULLIRE*.

(1) Ver *Religiões da Lusitânia*, II, pp. 266-276.

(2) Cf. também *borbulhido*, termo de Ovar que significa «conjunto de bolhas de água, que se formam à superfície do mar, denunciando proximidade de um cardume de sardinha» (C. DE FIGUEIRADO).

Acrescentaremos que nas localidades chamadas *Borba* existem, segundo o «Portugal antigo e moderno», numerosas fontes, e que as informações que colhemos a respeito das outras terras portuguesas mencionadas, confirmam a existência de nascentes e olhos de água notáveis (1).

3. *Lama*. A voz *lama* e os nomes dela derivados ocupam, no «Dicionário Postal», mais de 10 páginas, o que totaliza cerca 600 topónimos, que se distribuem pelos tipos de formação seguintes: *Lama*₈₉₊₄₈, *Lamas*₆₈₊₆₃, *Lameira*₁₃₀₊₅, *Lameiras*₄₀, *Lameiro*₄₈₊₄₁, *Lameiros*₂, *Lamela(s)*₅₃₊₃₂, *Lameirão*₂₄, *Lameirinho(s)*₁₁, *Lameirinhas*₂₀, *Lameirinha*, *Lamedo*₂, *Lamar*, *Lamarão*₃, *Lamarosa*, *Lamaça*, *Lamaçais*₉, *Lamaceiro(s)*₇, *Lamaceda* (Lu), *Lamasçal* (Cor), *Lamuño* (Ov). No citado artigo, Menéndez Pidal já teve ensejo de observar que a grande massa destes nomes é abrangida por um triângulo, que tem como hipotenusa uma linha que vai das prov. de Álava e Biscaia à foz do Tejo (2). A forma simples e a derivada em *-eiro* vêm por vezes acompanhadas de um qualificativo, como em *Lamaboa* (Galiza₄), *Lamabona* (Ov), *Lamamá* (Cor), *Lamaforcada* (Or), *Lameirancha* (PA₂, Sant₂), *Lameiroquente* (Or), *Lamalonga* (Or), *Lamarredonda* (Lu₃), *Lamapodre* (Lu), *Lamasaida* (Or). Não raro o segundo componente corresponde a um nome de «possessor», como em *Lamatide* (Guimarães, B) de LAMA**TITI* ou **ATTAILDI* (3), *Lamansián* (Abegondo, Cor), de *lama Ansilane* (4), *Lamartín* (Samos, Lu) de *l. Martini*, *Lamadrid* (Valdáliga, Sant)

(1) MENÉNDEZ PIDAL, num notável artigo intitulado *Sobre el substrato mediterráneo occidental*, in *Z.f.r.Ph.*, LIN (1939), pp. 189-202, estudou proficientemente o problema dos topónimos tirados de *borm-*, comuns à Espanha, Ligúria e Ilíria. O carácter indo-europeu da raiz parece já não oferecer dúvida, quer a relacionemos com o lat. *formus*, alem. *warin* (KRETSCHMER), quer com *fermentum*, a.-sax. *beorna* «levedura» (MUCH; cf. também WALDER-HOFMANN, art. *formus*), sendo talvez de preferir a segunda destas hipóteses. MENÉNDEZ PIDAL lembrou que, ao admitir-se a primeira, haveria a possibilidade de integrar nesta família certos nomes que principiam por *born-* (como *Bornos*, estância termal na prov. de Cádiz), visto que com *formus* alterna o subst. *formus*. Receamos, porém, que isto nos leve a um terreno onde, seduzidos por miragens de homofonia, não poucos caçadores de bases pré-latinas se perderam.

(2) O ilustre Autor resumiu o seu pensamento num estudo intitulado *Lígyres o ambroilirios en Portugal* e publicado na *Rev. da Fac. de Letras, de Lisboa*, tomo X (1944), pp. 5-17.

(3) O mesmo nome de possessor entra em *Villartide* (S. Comba, Cor).

(4) A forma portuguesa correspondente é *Ansião*, mal grafada *Ancião*.

de *l. Odrid* ⁽¹⁾, *Lamasapín* (Mazaricos, Cor), de *l. Sappini(i)* ⁽²⁾, *Lamacide* (Villadolid, Lu) e *Lamarcide*, de *l. Cidi*, *Lamasgalán* (Forcarey, Pont), etc. Os topónimos tirados de *lama* são valiosos auxiliares no que respeita à delimitação da área antiga do fenómeno fonético ásture *l- > ll-* (*lh-*): *Llama*, *Llamas*, *Llamaoscura*, *Llamardal*, *Llamazares*, *Llamedo*, *Llamera* ⁷, *Llamero*, *Llamiella*, *Llamoso*, *Llamigo*. O nome da cidade portuguesa de *Lamego*, que se encontra também três vezes na Galiza (Cor, Cor, Pont.), apresenta o sufixo pré-latino -AECUM, -êgo, que temos, p. ex., em *galego*, e que está igualmente na base de *Lamegal* (1. Pinhel, Guar; 2. Penalva do Castelo, Vis). Em Moledo, próximo de Viseu, aparece no século passado uma inscrição, ultimamente estudada por C. Hernando ⁽³⁾, na qual figura um nome de localidade *lamaticom*, que M. Pidal identifica com a voz ásture *llamarqu* «lodaçal», vendo nela um testemunho do carácter pré-romano da voz *lama*. Segundo este eminente linguista, tratar-se-ia de um elemento «ilírio», trazido possivelmente por uma população chamada AMBRONES, cuja rota de imigração se poderia reconstituir, até certo ponto, mediante topónimos como *Hambrón*, *Ambroa* e *Ambrões*. Embora incontestavelmente sugestivas e metódicamente interessantes, tais conclusões parecem-nos, contudo, demasiado audaciosas, excedendo o que razoavelmente se pode deduzir dos dados toponímicos. Não há dúvida que a palavra LAMA era rara em latim, sendo apenas usada por Enio e Horácio (o que, em rigor, se poderia atribuir ao facto de os dois citados poetas serem oriundos de uma região «ilíria» da Itália meridional), mas não seria um caso inédito de o NO. da Península conservar um elemento lexical não, ou quase não, atestado nas fontes, como, p. ex., dentro da mesma ordem de ideias, a palavra *TULLA, à qual logo nos referiremos. Mesmo admitindo o carácter ilírio de *lama*, esta palavra pode muito bem ter sido trazida por colonos rurais romanos, generalizando-se numa região em que os lameiros tão grande papel desempenham na criação do gado ⁽⁴⁾.

(1) O antropónimo visigodo, que está na sua base, é o mesmo que em *Villadolid*, na prov. de Lugo.

(2) Veja-se a referência ao gentílico *Sappinius* em W. SCHULZE, *Zur Geschichte lateinischer Eigennamen*, p. 547.

(3) *Emerita*, IV (1936).

(4) Tratar-se-ia de um caso análogo ao de *bôsto*, *busto* «campo cerrado para pastagem de gado, sobretudo bovino», que parece formação regressiva, ainda latina, de *bostar(e)*. Sobre os diferentes matizes de significação de *lama* e *lameira*, veja-se também F. KRAEGER, *Die Gegenstandskultur Sanabrias*, p. 40, nota 10.

A combinação do vocábulo com um sufixo pré-latino, tal como a observamos em *lamaticom*, não se nos afigura prova suficiente da origem pré-latina da própria palavra radical, porquanto não faltam, na toponímia, exemplos de formações híbridas deste género (1).

4: *Brejo*. Segundo Kleinbans (cit. por v. Wartburg, FEW), que alega o cimbrio *brag-wair* e *brag-welt*, nomes de plantas aquáticas, a palavra conjecturada **bracum*, que abundante descendência deixou em França (afr. *brai*, aprov. *brac*, etc., «boue, fange»), seria de origem celta. Retomando uma sugestão de Nobiling, Meyer-Lübke admitiu a identidade do português *brejo* «terra húmida, lodosa, alagadiça, que serve para arrozais» (Moraes) com aquela voz pré-latina, lembrando os conhecidos fenómenos «moçá-rabes» $\hat{u} > e$ e $-g > -j-$, que observamos, p. ex., na evolução de TAGUS para *Tejo* (2). A hipótese do saudoso romanista não deixa de ser sedutora, porquanto a pátria do vocábulo *brejo*, a avaliar pela toponímia, parece de facto ser o Sul de Portugal, ou seja a região mais intensamente arabizada. Na verdade, dos 105 nomes de lugares portugueses em que ele entra, apenas um número redu-

(1) Na preocupação, aliás bem compreensível, de penetrar os segredos da pré-história linguística da Península, o Mestre da linguística hispânica foi, em nosso entender, longe demais, interpretando como pré-latinos bastantes elementos incontestavelmente latinos ou visigodos. Assim, iludido por uma grafia, hoje posta de lado, identificou a terminação *-oz* em *Celciroz*, aliás *Celcírós*, e *Ferreiroz*, aliás *Ferreírós*, com a de *Estremoz*, postulando um sufixo pré-romano *-oce*, quando se trata simplesmente do plural do conhecido sufixo arcaico $\hat{o} < -iota$ (cf. p. 13 do estudo sobre os «ambro-ilírios» em Portugal). Como testemunhos de um sufixo, igualmente indígena, *-ice*, vêm apresentados os exemplos *Louriz*, *Sabariz*, *Alhariz*, *Quetritz* e *Gomariz* (pp. 11-12), que, na realidade, terminam em *-riz*, ou seja o genitivo *-rici* do fecundíssimo tema de composição godo-românico *-ricus*. *Louriz*, com efeito, nada tem que ver com os *laurices* «tocas de coelho» de Plínio, visto a forma antiga daquele nome de lugar soar *Leoderiz* em 1080, forma do genitivo do antroponímico *Leoderico*, documentado em 1092. Ser-nos-ia fácil proceder a idêntica demonstração documental no que respeita aos outros topónimos apontados. É escusado acrescentar que uma teoria, que lança mão de materiais tão desiguais e pouco seguros, corre grave perigo de cair pela base.

(2) Veja-se *Modern Philology*, XXVII (1930), pp. 415-417. V. GARCÍA DE DIEGO, *Contribución al diccionario hispánico etimológico*, n.º 655, tentou associar *brejo* a *brenha*, e ambas estas palavras ao lat. *vorago*, *-agine*, o que nos parece de todo inadmissível. Também L. SPITZER, no *Bulletti de Dialect. Catal.*, XI (1928), p. 135, observou que não existem, em românico, descendentes seguros de *vorago*, inclinando-se para a etimologia celta do REW.

zidíssimo fica a N. do Tejo. A par de *Brejo*₆₂, simples ou com epíteto, as corografias registam as formas *Brejos*₄₂, *Casal*, etc., do *Brejo*₂₁, *Brejinho*₆ e *Breja*₄; cf. o termo estremenho *breja*, sinónimo de *brejo*. A expressão atingiu, ao que parece, na sua expansão para N., a Galiza, onde encontramos *Brejo*₂, *Brejo*₂, *Breja*₄, *Breijña* e *Breijemes* (-AMEN ?). Esta última observação só tem razão de ser, se, com efeito, se trata originariamente de uma forma arabizada de **bracum*. No caso contrário, quer dizer, se a palavra irradiou de N. para S., generalizando-se como expressão topográfica no território de Além-Tejo depois da Reconquista, a etimologia postulada por Meyer-Lübke seria de rever.

5. *Tola*. Numa bem documentada contribuição etimológica, M. L. Wagner tornou evidente que o esp. *tollo* «atolladero, atascadero», que vive em numerosos dialectos do N. com a acepção de «lodo» e «barro», e com o qual se ligam o port. *atoleiro* «lodaçal, pântano» e *atolar* «enterrar no lodo», se filiam num vocábulo latino **TULLUS*, que, por sua vez, se explica pela voz rara (etrusca?) *TULLIUS* «veia ou jorro de água» (1), atestada apenas em Énio, Plínio e S. Isidoro, e correspondente, sem dúvida, ao gentílico *TULLIUS* (2). Consultado sobre o problema, J. B. Hofmann argumentou, acertadamente, que, existindo o pronome *TULLUS*, nada obsta a que admitamos a existência dum nome comum homófono. Temos a satisfação de poder completar a informação do ilustre romanista com um elemento novo, que vem confirmar plenamente as suas argutas deduções. Referimo-nos ao port. *tola*, provincianismo minhoto que significa «talheiro, talhadouro, pijeiro (pejeiro), cobra-doiro», expressão colhida na «Rev. Lus.», VIII, p. 60. Todos estes termos dizem respeito a um lugar onde se abre ou fecha um rego de água num desvio para outro, consoante as necessidades da irrigação. É, como se vê, um sítio onde a água sai em jacto, e basta comparar esta definição com aquela que lemos em S. Isidoro: *TULLI AQUARUM PROIECTUS QUALES SUNT IN ANIENSE FLUMINE* (3),

(1) Ver *Iberoromanische Wortmiszellen*, in *Sache Ort und Wort (Festschrift Jakob Jud)*, pp. 544-546. O Dicionário de ERKOUT-MILLET limita-se a registar o passo referido de Énio, sem se pronunciar sobre a significação de *TULLIUS*.

(2) Diga-se, de passagem, que *TULLIUS* figura numa inscrição de Leão (CIL II, 2660), e que o genit. *TULLI*(i) deve ter dado origem ao nome de lugar *Tol* (Castropol, Ov).

(3) S. Isidoro colheu a informação em Paulo Festo.

para obtermos a convicção de que o port. *tola* não pode ser outra coisa senão uma variante feminina *TULLA da conjectura *TULLUS, tanto mais que existe a forma onomástica TULA, TULLA (Cf. Schulze, ob. cit., p. 375). A toponímia minhota e galega acusam, por seu lado, este termo de valor topográfico evidente, encontrando-se o nome *Tola* quatro vezes no distrito de Viana do Castelo (Monção, Arcos de Valdevez, Valença), uma na prov. de Lugo (mun. de Navia de Suarna) e uma na de Zamora (mun. de Rábano de Aliste). Aparece também no distrito de Coimbra: *Tola de Além*, ~ *de Cima* e ~ *de Baixo* (freg. de Penela). *Toleiro* (Monção, Via) e *Toleiros* (Guimarães, B) são manifestamente derivados dele. *Atoleiro* (S. Pedro do S., Vis), bem como *Casal do Atoleiro* (Sertã, CB), *Quinta do Atoleiro* (Lamego, Vis), *Quinta dos Atoleiros* (Guarda) e *Herdade dos Atoleiros* apresentam o nome comum acima mencionado. *Tollila* (Gallegos del Rio, Zamora) e *Tollinas* (Grado, Ov) poderiam constituir derivações diminutivas. Em Espanha, temos ainda *Tollo* (1. Tomiño, Pont: 2. Vega de Liébana, Sant) e *Tollos* (mun., Alicante).

6. Uma ideia análoga à de *tola* vem expressa por *pigeiro*, outro minhotismo, que Cândido de Figueiredo define como «talha-doiro, ponto em que se reparte a água, que vindo de um açude ou tanque, é destinada a regar, alternadamente, terras contíguas», e que não pode deixar de ser idêntico a *pejeiro* «porção de terra ou torrão, com que se atalha a água de um rego, fazendo que ela se desvie para outra direcção ou para outro rego». A origem da palavra deve buscar-se, naturalmente, no verbo *pejar* «embaraçar, impedir», o qual, se não estamos em erro, postula um étimo *PEDIARE, sendo forma divergente de *pear* «lançar peias a, impedir»⁽¹⁾. Como voz toponímica, *Pigeiro*₃ e *Pigeiros*₄ ocorrem nos distr. de Braga e Porto. *Pigeiros* é também nome de freguesia do conc. da Feira (Av). A forma do singular, *Pigeiro*, denomina igualmente uma freguesia do conc. de Évora, existindo no Alentejo mais quatro lugares chamados *Herdade*, *Monte*, *Quinta do Pigeiro*, ficando, contudo, por

⁽¹⁾ MEYER-LÜBKE, REW³ faz figurar *pejo* no art. *pedica* «peias», considerando a palavra como provinda do fr. *piège*, o que de modo algum se justifica, visto tratar-se de um termo com larga ramificação e com carácter inconfundivelmente autóctone. Cf. também o paralelismo dos verbos *despejar* e *despear*. A família peninsular de *pes*, *pedis*, e *impedire* bem mereceria um estudo etimológico pormenorizado.

averiguar, se no Sul a palavra se emprega na mesma acepção que no Minho. No caso afirmativo, seria legítimo supor ter a palavra sido levada para aquela região por colonos minhotos. Deveremos incluir neste parágrafo o gal. *Picheiro*? Cf. *picho* «caño por donde sahe el agua de la fuente».

A palavra *talhadoiro*, por meio da qual se explicou, há pouco, *pjeiro*, também não falta na toponímia, parecendo ser peculiar da Beira, porquanto encontramos *Talhadoiro*: 1. Resende, Vis; 2. Soure, Coim; 3. Macieira de Cambra, Av; 4. *Casal do ~*, Armamar, Vis; 5. id., Pampilhosa, Coim. Com base num passo das «Terras do Demo», de Aquilino Ribeiro ⁽¹⁾, o Dicionário de Cândido de Figueiredo diz: «lugar onde se talha ou corta a água de rega».

Uma terceira expressão, finalmente, que possivelmente constitui um sinónimo das duas precedentes, temo-la em *tornadoiro*, voz do Minho, que parece ligar-se com a já citada expressão de *torna-torna* (água de ~) «a que cada lavrador pode guiar para o seu campo, antes de chegar a época em que ela se reparte». *Tornadoiro* ocorre nada menos de oito vezes no distr. de Braga, uma no de Aveiro, e outra na Madeira. A significação de *tornadoiro*, dada pelos dicionários: «pegadoira, na retaguarda da grade, para a guiar e ajudá-la a dar volta no fim do campo», não pode, evidentemente, explicar o seu emprego toponímico. Atendendo ao facto de que *torno* apresenta, entre outras acepções, a de «borbotão, jorro», seria de averiguar se é esta que havemos de atribuir aos top. *Torno*₁₀ (Vis₃, Coim, CB, Lei, P), hipótese justificada, de certo modo, pelo nome de lugar *Torno Rego*. A mesma possibilidade existe em relação a *Torneira* (Lei₂, CB), *Torneiro*₆ (B, A, Vis, Lei, Be, F) e, principalmente, *Torneiros*₁₂ (Via₂, Vis₃, VR₂, B₂, CB, PA, F).

7. O lat. CANALE evoluiu, em português, normalmente, para *cal(e)*, regionalismo que se escrevia antigamente *caal* e que significa hoje «cano ou rego que conduz água para moinhos, ou de um campo para outro» (cf. J. Moreira, «Estudos da Língua Portuguesa», II, 212). Uma variante galega, que se estende até Monção

(1) «... de Outubro que não abria ali talhadoiro, a pontos que se veria o sabugo às ervas se as escorralhas não transbordassem das lameiras vizinhas alagadas».

e Arcos de Valdevez, soa *canle* ⁽¹⁾. A grafia *cale*, com *e* final, adoptou-se possivelmente para se não confundir a palavra com o seu homónimo *cal*, embora os dois vocábulos se devam distinguir por um grau diferente de abertura do *a*. Como, porém, ambos são femininos ⁽²⁾, devem ter-se confundido, nalguns casos, na nomenclatura geográfica. Na toponímia actual *Cale*₄₀₊₂₀, *Cales*₁₂₊₄, são nomes privativos dos distritos do N (Via, Bra, P, VR, Av, Vis) e da Galiza. A já citada forma divergente *Canle*, com vestígio do *n* etimológico, ocorre esporadicamente nas três províncias galegas. O «Onomástico Medieval» proporciona exemplos como *Canale de Miro*, *Canale malo*, *Canalis fontana*, *Caal de gallis*, etc. Modernamente, encontram-se *Cal do Sapo* (Lu), *Cal do Correlo* (Pont), *Cal-dovilar* (Cor), e, em terras das Astúrias, *Caldevilla*₆, topónimo em que *cal-*, segundo presumimos, constitui a forma proclítica de *canal*. Segundo o Dicionário de C. de Figueiredo, *cale* tem também, nalgumas regiões, a significação de «parte mais funda do rio, entre parcéis» ⁽³⁾, que certamente explica o top. galego *Caldebarcos* (Carnota, Cor). A forma literária moderna *canal* (latinismo ou italianismo?) pode estar num ou noutro topónimo, como *Fazenda do Canal*, mas, na sua maioria, tais nomes explicar-se-ão de preferência como derivados de *cana* < CANNA, designando canaviais; cf. em Espanha *Cañal* (Ov, Salam).

A par de *cal(e)*, o léxico do português apresenta ainda, com sentido análogo, a forma *calha*, para a qual o REW sugeriu o étimo CANAL-IA, neutro do plural postulado também por formas galo-românicas (cf FEW, art. CANALIS, II), e que deu origem a *Calheiro(s)*, *Calleiros* (Sarria, Lu), top. formados por meio do suf. *-eiro* como *Caleiro* (1. Felgueiras, P; 2. Sabrosa, VR; 3. Fonsagrada, Lu; 4. Villanueva de Arosa, Pont), *Caleira* (1. Moeche, Cor; 2. Vegadeo, Ov) e *Canleiro* ⁽⁴⁾. As localidades de nome

(1) O dicionário de CERVEIRA PIÑOL consigna ambas as formas, *cal* e *canle*.

(2) Tendo em latim clássico ambos os géneros, prevaleceu o feminino na Península; cf. *La Canal*, na prov. de Oviedo.

(3) A adopção do termo *cale* na terminologia geográfica teria evitado a de *talveque*, expressão que, mau grado a grafia aportuguesada, não deixa de ser um estrangeirismo desnecessário.

(4) Da família portuguesa de CANAL ocupou-se recentemente J. DA SILVEIRA, in *Rev. Port. de Fil.*, I, p. 398 s., lembrando que o termo comum *calheiro* se usa ainda hoje, em Tomar, na acepção de «longo canal ou rego de alvenaria sobre muros ou arcos, para conduzir água de rega», e que, em Trás-os-Montes, significa, segundo Cândido de Figueiredo, «calha ou cale de madeira, que, na azenha, leva a água às penas do rodízio».

Caleira, situadas no distrito de Portalegre, devem sem dúvida a sua denominação a fornos de cal, visto que existe, no Alentejo, o termo *caleira* como equivalente de *caeira*.

8. *Couce*. Aproxima-se muito da significação de *cal(e)* um vocábulo antigo, *couce*, que apenas se pode abonar, em Portugal, como nome de lugar, correspondente ao gal. *couce*, cast. *cauce* (e *cauz*), em Burgos *calce*, ant. cast. *calce*, *calze*, que significam «álveo de corrente, levada; vala de rega». A etimologia é fornecida pela expressão *calices molinarios*, que ocorre num doc. espanhol de Santillana del Mar, do séc. x, pela qual se devem entender levadas de moinho. Joaquim da Silveira, a quem devemos estas informações (cf. «Rev. Lus.», XXIV, 205 s.), apontou várias terras portuguesas denominadas *Couce* (1. *Quinta de ~*, Celorico de Basto, B; 2. *Foz do ~*, Arganil, Coim; 3. *Chão do ~*, Figueiró dos Vinhos, Lei; 4. *Fonte de ~*, Alcácer do Sal, Set; 5. *Vale ~*, Oliveira de Frades, Av; 6. *Ribeira do ~*, Pedrógão Grande, Lei) etc., mencionando as formas medievais *Agro de Calce* 1085 e *Valle de Couzi* 1258. *Couce* é nome de meia dúzia de terras galegas, às quais se devem juntar *Coucegordo* (Orol, Lu), *Coucedaleje* (Monfero, Cor), cujo segundo componente não entendemos, e *Coucevillar* (Somozas Cor). A forma própria das Astúrias escreve-se *Couz* (1. Muros de Nalón, Ov; 2. Villayón, Ov; 3. Salas, Ov). Digamos ainda que o próprio lat. CALIX se usou correntemente com a significação de «tubo de aqueduto».

O top. *Coucieiro* (1. Irijo, Or; 2. Mugia, Cor; 3. Padrenda, Or), ao qual parece corresponder o apelido português *Couceiro*, parece ligar-se antes com *couso*, *couço* = gal. *couso* «lugar próprio para correr e fazer montarias», que é também nome de numerosas terras portuguesas e galegas. Joaquim da Silveira tratou também deste elemento toponímico, para o qual sugere um étimo que nos parece bastante problemático: *CAUSSUM, por CAUTUM «conto».

9. *Levada* é termo conhecido, peculiar, segundo parece, ao português e ao galego, e que designa uma «corrente de água, de ordinário procedente de um rio, e que vai regando campos, ou dando movimento a moinhos, fábricas, etc.» A especialização, no sentido que indicámos, deste derivado de LEVARE, deve ser antiga, pois apenas encontramos um paralelo no logud. *leada* «rego principal que acolhe as águas de outros, secundários» (cf. REW³, 5000). A par de *Levada*₂₃₊₃ (B₅, P 4. Vis 4, Coim 2, Guar, Sant, Madeira 3,

S. Jorge — Pont₂, Or) e *Levadinha*₅ (B₃, PA, Madeira), ocorre o plural *Levadas*₈ (P₃, Vis₂, Coim, Madeira₂).

O lat. AQUAEDUCTUS, expressão que teve de ceder a AQUA LEVATA, quase não deixou vestígio na toponímia peninsular, podendo apontar-se apenas *Aquaduchos*, terra do mun. de Badajoz. *Água Levada* não é só um top. frequente em Portugal (19 exemplos, todos no Minho), mas também na Galiza, *Agualevada* (9).

10. Ascendem a centenas as terras que devem o seu nome à noção e ao tema de RIGARE «regar»: *Rego*_{ca.100+ca.50} (em Portugal, a grande maioria fica no Minho), *Rega(s)* (119 exemplos na Galiza, e um em Portugal), *Regada(s)*₈₈₊₀, *Regueiro*₁₂₊₃₈, *Regueira*₂₉₊₁₇, gal. *Rigueiro*₁₀, *Rigueiras*, *Regueirinho*, *Regueiriña* (Pont), *Regueiral* (Cor), *Regüela* (Lu), *Regadio*₃₊₁, *Regadia(s)*₉, *Regadinha(s)*₇, *Regado*, *Regatos(s)*₂₀₊₁, etc. Frequentemente, estes nomes vêm acompanhados de um elemento determinativo: *Regolevado* (Cor), *Regocavado* (Lu), *Regocorto* (Lu), *Regodesebes* (Ov), *Rego da Moa «da mó»* (Cor), *Rego Fundeiro* (Lei), *Regueirofozado* (Or), *Rego Travesso*₄, etc.

11. *Paul*, nome comum evocado por cerca de 40 topónimos portugueses e sete espanhóis, remonta a uma forma popular latina de PALUS, PALUDE: *PADULE, postulada também pelo rom. *padure* e tosc. *padule* (cf. Meyer-Lübke, «Einführung», § 167). Salvo excepções insignificantes, todos os referidos nomes de lugar portugueses se encontram para Sul do Mondego, faltando na Galiza, embora esta região não desconheça o termo comum. Só em Espanha ocorre o plural *Paüles* (Biscaia, Saragoça, Huesca, Albacete, Burgos₂), *Paüls* (Lérida, Tarragona). Na Madeira, existe uma freguesia denominada *Paul do Mar*. No Minho, a palavra adoptou a forma *Paülo*₉ (Via, P, B), *Paülos* (1. Vila Real; 2. Sinfães, Vis). Parece que *paul* forma o primeiro componente de *Pau de Raposo* (La Baña, Cor), *Pauderraices* (Riosa, Ov), *Paudesiertos* (Cangas de Onís, Ov), que mal se explicam por *pau*.

Tremedal. Definido por «pântano, lodeiro, lodaçal» (Figueiredo), e existindo na mesma forma em espanhol, o termo *tremedal* parece pedir um verbo *TREM-ITARE, de TREMERE, formado como FREM-ITARE, que talvez lhe servisse de modelo. Não se nos afigura viável decompô-lo nos elementos TREM- + -ETUM + -ALE, porquanto o sufixo -ETUM é incompatível com temas verbais. Além

disto, *-edo* e *-al* excluem-se normalmente, por exprimirem a mesma noção ⁽¹⁾. A toponímia acusa *Tremedal* em Espanha (1. mun., Salamanca; 2. Mun., Ávila; 3. Seno, Teruel). Significarão também «terra que treme, que cede debaixo dos pés» os topónimos astur. *Tremado* (Or), gal. *Tremeado* ₂ (Lu)?

Lenteiro. A uma terra húmida ou pantanosa dá-se também o nome de *lenteiro*, tirado de *LENTUS* «flexível, elástico» ⁽²⁾. Ocorrem os nomes de lugar *Lenteiro* (1. Amarante, P; 2. Lourinhã, Lx.^a), *Lenteiros* (*Casal dos ~*, Oliveira do Hospital, Coim), *Lenteirão* (*Quinta do ~*, Mangualde, Vis) e *Lenteirões* (Marco de Canaveses, P).

Um terreno mole vem designado, regionalmente, por *mole do*, formação antiga, segundo se vê por OM *Moledo* 960 e *Moleda* 1258. O top. *Moledo* ocorre hoje cerca de uma dúzia de vezes, desde o Minho até à região de Lisboa, sendo nome de três freguesias (1. Lourinhã, Lx.^a; 2. Castro Daire, Vis; 3. Caminha, Via). Na Galiza, encontra-se três vezes na prov. de Pontevedra, e uma na de Corunha. É possível que também *Molar* (Paredes, P), *Molares* (1. f, Celorico de Basto, B; 2. Ponte de Lima, Via) e *Molaredo* (Ovar, Av), *Molarido* (Barcelos, B), se devam ligar com *MOLLIS*, embora naturalmente se possa tratar de derivados de *mola*. Os tops. *Molelo* ₁, *Molelos* ₃, nada têm que ver com *moledo*, procedendo de *MOLINELLU*, **molnelo*, com *ln > ll*, como em *moleiro* < *MOLINARIU* ⁽³⁾.

Viterbo regista a palavra *alverca* na acepção de «terra apau-lada, alagadiça, pantanosa, entrecortada com charcos e lagoas». O dicionário de Cândido de Figueiredo acresce ainda as significações de «viveiro de peixes, tanque», parecendo ser esta última a que melhor corresponde ao étimo árabe. Referindo-se ao top. port. *Alverca* (1. f, Vila Franca de Xira, Lx.^a; 2. Oleiros, CB; 3. ~ da Beira, f, Pinhel, Guar), *Alvercas* (Sabugal, Guar), David Lopes, «*Revue Hisp.*», IX, p. 21 da separata, observa: [*alverca*] «piscina e

(1) C. DE FIGUEIREDO abonou a palavra no *Romaneciro* de GARRET: «Branças são as suas armas, o cavalo tremedal» (D. Beltrão), sugerindo como tradução de *tremedal*: «que faz tremer», quando ficaria melhor a tradução «que treme».

(2) Cf. Os verbos *lentar* e *lentejar* «fazer lento, humedecer».

(3) A freg. do conc. de Tondela, chamada *Molelos*, corresponde ao ant. *Molnelos* 1123, segundo averiguou A. FERRAZ DE CARVALHO, *Terra de Bcs-teiros*, p. 112.

lagoa»; termo hoje muito usado nos dialectos árabes vulgares para designar o mesmo que *albufeira*. A investigação local compete dizer qual destas noções está, individualmente, na base dos nomes de lugar apontados. A forma espanhola correspondente, *alberca* «tanque», está largamente representada na toponímia do país vizinho; cf. M. Asín Palacios, p. 48.

Lavajo. Temos aqui outro sinónimo de «charco, atoleiro», dado por C. de Figueiredo como termo antigo («Livro da Montaria») e alentejano. *Lavajo*₃, *Lavajos*₂ e *Lavajinho*₂ são nomes de lugar exclusivos do distr. de Faro. Também o espanhol tem *lavajo* «charca de agua llovediza», que, por certo, não vem de um derivado de *nave*: *navajo*, segundo pretende o Dicionário da Academia Espanhola, constituindo, pelo contrário, esta forma uma variante secundária de *lavajo*, com alteração de *l-* para *n-*, como em *Lebrija* > *Nebrija*. A palavra deve radicar em *LAVACULUM «lugar onde se lava», sendo comparável, na sua formação, a CENACULUM, PUGNACULUM, HABITACULUM, etc. O *j*, em lugar de *lh*, que seria a evolução normal da palavra portuguesa, faz supor que a expressão tenha vindo das zonas espanholas vizinhas.

Inútil será lembrar que existem outros nomes inspirados na acção de lavar, como *Lavadouro(s)*₁₆, *Lavadoiro* (Otero de Rey, Lu), *Lavadoira* (Tineo, Ov), *Lavandeira(s)*₇₀₊₂₂, *Lava-Mãos* (*Quinta de ~*, Viseu), *Lava-Todos* (Penacova, Coim), *Lavacol(h)os* (Fundão, CB), etc.

Charco e *charca*, sinónimos de «lodaçal, atoleiro», são nomes de lugar raros e sem interesse particular para a geografia léxica, visto ocorrerem de N. a S., o mesmo se podendo dizer no que respeita à Espanha. A etimologia de Visiing, que, com ponto de interrogação, figura no REW³ 3354: germ. *flark-* «poça», não é de considerar em face de *ch-* (em vez de *ll-*) da forma espanhola, a qual, devido à sua vitalidade e expansão, não pode constituir um portuguesismo. A observação de Meyer-Lübke: «eher Schallwort», pouco adianta. Não temos a possibilidade de controlar o étimo dado pelo Dicionário da Academia Espanhola para *charca*: *tarca* «água enturbiada en un bache», que não ficaria mal quanto ao sentido, justificando também um arabismo a limitação do vocábulo à Península. Infelizmente, tudo indica que *charca* foi formado segundo *charco*, e não vice-versa, o que torna ilusória qualquer conexão com o vocábulo árabe citado. Além de *Charco(s)*₇,

Charca(s) 1, a toponímia portuguesa acusa *Charqueiro*, *-eira* e *Charqueirão*.

Com *poça* e *sapal* podemos terminar este parágrafo. *Poça* 10, *Poças* 32, gal.-cast. *Poza* 6, *Pozas* 5 são nomes particularmente frequentes no NO da Península. *Poça* foi formado de *poço* < PUTEU, como *charca* de *charco*. Na Galiza temos um lugar chamado *Pozabella* (Padrenda, Or) = «poça velha». Ocorrem ainda os derivados *Pozacas* (Becerreá, Lu; 2. Malpica de Bergantiños, Cor) e *Pozanco*, *Poçanco* (Ávila, Lx.^a), *Poçancos*, *Pozancos* (Lx.^a, Guadalajara, Palencia).

Sapal e *Sapalinho*, «terra alagadiça, ordinariamente à beira dos rios; brejo, paul», são nomes de oito lugares insignificantes do distr. de Lisboa. Desnecessário se torna esclarecer que o vocábulo foi tirado de *sapo*.

12. *Marnel*. Têm cabimento neste parágrafo os top. *Marnel* (1.-2. Paredes, P; 2. Guimarães, B; 4. *Herdade do ~*, Évora) e *Marnota* (1. Barcelos, B; 2. Paredes de Coura, Via), *Marnotas* (1. Loures, Lx.^a; 2. *Casas das ~*, Pombal, Lei). *Marnel* define-se por «paul, terreno alagadiço», *marnota* por «terreno que pode ser alagada pela água do mar ou de um rio; parte da salina em que se junta a água para o fabrico do sal». Em Espanha temos os top. *Marne* (Villaturiel, Léon), *Marnes* (Llíber, Alicante), *Marnela* (Vadoviño, Cor) e *Marnotos* (Villameá de Ramiranes, Or), *Marnotes* (Irijo, Or). Digamos ainda que a etimologia de *marnel*, que se lê no Dicionário de Figueiredo: «por *marinel*, de *marino*», carece de rectificação. Deve tratar-se do mesmo elemento que o fr. *marne*, ant. *marle*, de origem celta.

Margalho, voz que se deve ligar com *marga*, vem explicada como termo dos Campos de Coimbra, que significa «lodo ou nateiro que o rio deixa aos lados, depois das enchentes». A toponímia do Alentejo apresenta uma série de nomes do tipo *Herdade da Margalha*, *Monte de Margalho*, *Montinho de Margalhos*. Segundo Plínio, a expressão latina MARGA é de origem gaulesa. É possível que se relacione com *marn*. Um top. *Marga* ocorre no concelho de Melgaço (Via).

A palavra correspondente ao lat. LUTUM está representada por *Lodo* (Cinfães, Vis), *Lodos* (Marco de Canaveses, P) e *Lodeiro*, top. que encontramos umas treze vezes nos distritos de Além-Mondegó, e quinze na Galiza, onde aparece também uma vez *Lodairo*

(Mugardos, Cor). Ocorrem ainda os derivados *Lodares* (1. f, Lou-sada, P; 2. Vila Real), que encontramos igualmente nas prov. de Soria e Leão, e *Lodeña* (Piloña, Ov).

13. *Pego*. O greco-lat. PELAGUS especializou-se, na Península, no sentido de «sítio fundo do mar ou de um rio», usando-se também figuradamente (*pego do esquecimento*, etc.). Além de «ponto mais fundo do rio, lago, etc.; voragem, abismo» (C. de Figueiredo), a palavra designa uma concavidade profunda, cheia de água. São, em Portugal, mais de 80 as terras que lhe foram pedir o nome: 20 na forma simples, e o resto acompanhado de epítetos como *Pego Alto*, *P. Longo*₆, *P. Amarelo*, *P. Escuro*₃, *P. do Lobo*₂, *P. Negro*₄, *P. de Peixes*, *P. do Urso*, etc. Não falta igualmente o plur. *Pegos*₉. Sendo estes topónimos comuns a todo o país, embora predominem no Sul, o aumentativo *Pegões*₃ (se esta forma se liga realmente com *pego*; cf. OM *monte Pelagon* 1223) parece limitado aos distr. de Santarém, Lisboa e Beja. Quanto à evolução fonética de PELAGUS, são elucidativas as formas medievais OM *Pelago negro* 989 (*Pelagu nigro* 1067, *Pelago de cucu* 1286), *Peago* 1258, *Peego* 1220. A toponímia galega apresenta ainda hoje o tipo arcaico *Peago* (1. Carballedo, Lu; 2. Ortigueira Cor; 3. San Cristóbal de Cea, Or), *Piago* (1. Lorenzana, Lu; 2. Otero de Rey, Lu), com o derivado *Peaguda* (Rairiz de Veiga, Or), que condiz com o port. *Pegudas* (Figueiró dos Vinhos, Lei), evocando a forma medieval *Casal da Peeguda* 1258. *Piegalbo*₂ (Orol, Lu) e *Piagolongo* (S. Saturnino, Cor) são nomes de outras terras galegas. Segundo averiguou o Dr. J. da Silveira, «Rev. Lus.», XXXIII, 273 s., a forma com *-ea-*, *-ia-*, ocorre também em Portugal: *Peago* (Monção, Via) e *Ota do Piago* (pego no Rio Tua). Estranhando a pronúncia, o citado Autor lembrou que poderíamos estar em presença de um dimin. *PELAGULUS, mas preferíamos explicá-la como resultado de uma evolução regional de *péago*, com deslocação do acento para a vogal de maior amplitude, tal qual a observamos em DIDACU > *Diago*, *Diágo*, *Diego*. A forma ásture do vocábulo é *pielyo*, que temos em *Pielgos* (Laviana, Ov.). O esp. *piélagu* não ocorre como nome geográfico. Sobre PELAGUS na toponímia italiana (*Pelago*, *Pegalo*, *Perego*, *Pelvo*, etc.), veja-se Serra, «Dacoromania», V, 429.

14. As fontes, que nascem do seio da terra, constituindo uma das maiores riquezas do homem, estão naturalmente indicadas para servirem de chamadoiro a muitos lugares. A palavra *FONS*,

FONTE, sendo masculina no latim clássico, aparece, a partir do séc. IV, com o género feminino (cf. FEW). A sua descendência portuguesa abrange, no «Dicionário Postal», nada menos de 22 páginas, o que vem a dar uns 1300 nomes. Leite de Vasconcelos dedicou à família de FONS um erudito artigo⁽¹⁾, onde vêm tocados os principais problemas que aqui interessam. Hão de distinguir-se dois tipos fundamentais de derivação: FONTANUS e FONTANA. Ao primeiro pertencem *Fontão*₁₆, gal. *Fontao*₃₁, *Fontín*₁₃ (cf. OM *Fontano* covo 936, *Fontano* 1098, *Fontanum frigidum* 1258, *Fontao* 1220), mais os dimin. *Fontélo*₃₆₊₉, gal. *Fontenlo*₆ (cf. OM *Fontanello* 960, *Fontaelo*, *Fonteele* 1220) e *Fontainho*₂, que corresponde a OM *Fontaninum* séc. XI. A segunda série abrange *Fontela(s)*₄₃₊₂₉, gal. *Fontenla*₁₄, ast. *Fontaniella*₂ (cf. OM *Fontanela* 1044, *Fonteeelas* 1258) e *Fontinha(s)*₁₅₀, *Fontainha(s)*₈. Falta o tipo **Fontã*, devendo o gal. *Fontã*₂ ser mera variante de *Fontân*. Na sua magistral obra sobre as origens do espanhol, Menéndez Pidal serviu-se das formas toponimicas de *fonte* não só para delimitar a área primitiva da manutenção, em território peninsular, do *r*- inicial latino (que em castelhano passou a *h*), como para chamar a atenção para o fenómeno da conservação, nas regiões meridionais portuguesas, do *-n*-intervocálico em *Fontanas* (B, Év), *Fontanal* (S. Tiago de Cacém, Lx.^a) e *Fontanais*, em que julga reconhecer vestígios do romance moçárabe, foneticamente menos progressivo que o do Norte⁽¹⁾. *Fontão* e *Fontelo* são, com efeito, formas peculiares da zona de Além-Mondego, em particular do Minho.

Uma terceira cambiante, tirada de FONS, temo-la em *Fontanheira(s)* (Guar, Vis, Coim, Lei, CB, PA), extraída de **fontanha* (cf. OM *Fontaniam de avellanali* 1258, *Fontaina* 1258), e que pode muito bem ser a base de *Fontainha*, a que nos referimos acima, com troca de *-anha* para *-ainha*; cf., porém, ast. *Fontanina*₂ (Ov), a par de *Fontanona* (Ov). São inumeráveis os atributos que podem caracterizar uma fonte, havendo entre eles bastantes arcaísmos, como em *Fonteita* (1. Vila Real; 2. Orense), *Fonteta* (Ov), cast.

(1) A ideia de «fonte» na toponímia portuguesa. In *Archivio Glottologico Italiano*, (Sezione Bartoli), vol. III, pp. 107-118. Vejam-se também *Opúsculos*, III, pp. 369-371.

(2) Ver *Orígenes del Español*, p. 235 e segs. (principalmente o belo mapa a seguir a p. 240), e p. 451 s. A propósito de *Fontanal*, *-anais* observaremos que há grande probabilidade de estarmos em presença da voz moderna *fontanal*, porquanto falta, nas outras regiões, o tipo **Fontal*, que acreditaria a antiguidade da derivação **FONT-AN-ALE*.

*Fontecha*₄, de FONTE TECTA (cf. J. da Silveira, «Rev. Lus.» XXXIII, p. 241), *Fontecada* (S. Comba, Cor) < FONTE CA(NA)LATA «f. encaçada» ou *fonte arcada*. *Fontegrada* (Vivero, Lu) e *Fonte Grada* (Torres Vedras, Lx.^a) devem conter o ant. adj. *graado* «grande», sendo comparável a *Fontegrande*, nome de três terras galegas. São também sinónimas as formas *Fonteredra* (Piedrafita, Lu), *Fontevella* (Villalba, Lu) e *Fontequinta* (Carballino, Or). Pidal apontou ainda *Fombellida* (Santander e Valladolid) «fonte velida», e *Foldada* (Palencia) que, num doc. medieval, é *Fuente lada*, com o adj. arcaico que já nos ocupou no § 1. *Fontioso* (Burgos) é uma antiga *Fonte de Osso* «fonte do urso», e *Ampudia* (mun., Palencia) explica-se por FONTE PUTIDA, evocando o ant. port. *Fonte de Pezonias* «f. de peçonhas» (Inquis. 643a). No Onom. Medieval encontram-se ainda outros epítetos curiosos, como *Fonte bestie* 1096, *F. de Colubro* (< COLUBRU «cobra»), *F. de piisco* (?), *Fontemanha* (villa, 1210) < F. MAGNA, e *Fontenasco* 1079. São muito frequentes na toponímia peninsular os nomes *Fontoura*₁₀, gal. *Fontoira*₃, astur. e leon. *Fontoria*₃, cast. *Fontoria*₇, cujas formas medievais indicariam o étimo FONTE AUREA⁽¹⁾, embora se possa perguntar se não se tratará antes de uma etimologia popular, antiquíssima, de *FONT-ŪRIA, com um sufixo que indica lugar. É verdade que este se combina, normalmente, com temas verbais; cf. *corredoura*, etc. A toponímia minhota acusa o mesmo tipo de denominação, precedido do prefixo *re-*: *Refontoura* (1. f. Felgueiras, P; 2. Vila Real; 3. Lousada, P; 4. Celorico de B., B), existindo igualmente *Refonteira* (1. Terras de Bouro, B; 2. Maia, P). O diminutivo está em *Onteruela* (Palencia), ant. *fonte auriola*. O top. galego FONTEIROA (Serantes, Cor) não deve ser interpretado como dimin. de **fonteira*, mas como *fonte (da) eiró*, ou seja «da enguia». Em *Fonteféal* (Abadín, Lu) temos um derivado do ant. *fco* «feno», que, escrito *Fial*, plur. *Fiaes*, abunda na toponímia galego-portuguesa. Outros adjectivos preferidos são *Fonte B* a₁₇, gal. *Fontebóia*₄, *Fontebona* (Ov), *F. Arcada*₁₂, *F. Alva*₂ e *F. Branca*₁₀, *F. Coberta*₉, *F. Cova*₁₅, (2), *F. Errada*₂ (Coim), que deve estar por *f. erada* < HEDERATA «coberta de hera», *F. Ferrenha*₂, *F. Fria*₁₅₊₄, gal.-ast. *Fonfria*₉, *F. Quente*₉, *F. Longa*₇, *F. Pedrinha*₂,

(1) «...o nome não proviria de lenda, mas de algum mineral existente no fundo da fonte, por exemplo, areias micáceas amarelas, limonite, ou qualquer rocha que contivesse esta substância» (LEITE DE VASCONCELOS, *lug. cit.*, p. 112).

(2) Não partilhámos a opinião de L. DE VASCONCELOS, que vê neste top. uma elipse de *Fonte da Cova*. Trata-se, a nosso ver, do ant. adjectivo *covo*.

*F. Santa*⁴⁰ e *Fonsagrada* (mun., Lu), *F. Seca*⁴⁰ e *Fonseca*³, *Fontecativa* (Cesuras, Cor), *Fontepresa* (Abadín, Lu). A propriedade privada de certas fontes reflecte-se em nomes como *Fonga.in* (Villaviciosa, Or), *Fonte Joane* (Oliveira de Azeméis, Av), *Fongate* (Fonsagrada, Lu), *Fonte Janim* (Viana do Cast.), compostos com antigos antropónimos no genitivo. *Fontibre* (Santander) < FONTE IBERI «fonte do Ebro» deve remontar, segundo parece indicar o «umlaut», à Antiguidade.

15. CAPUT AQUAE é uma antiga designação de «fonte» que, segundo J. da Silveira, está na base de *Alcabideque* (Condeixa, Coim), onde existe «um importantíssimo manancial constituído por três olhos de água, cujo farto caudal, já na época romana, abastecia a velha cidade de Conímbriga» («Rev. Lus.», XXIV, p. 189 e segs.). O nome está documentado com as formas *Alcapdec* 967, *Alcabdech* (séc. 12) e *Alcabedeque* (séc. XIII), fornecendo um curioso exemplo da transformação que sofreu uma expressão latina ao ser adoptada por uma população de língua árabe, que não só alterou o *a* tónico de *aqua* em *e* (a chamada imala) e conservou o carácter surdo do *qu*, como ainda antepôs o artigo próprio *al*-. Reputamos esta etimologia do Dr. Silveira como uma das mais sagazes e bem fundadas, permitindo-nos apenas a observação de que parece desnecessária a construção *CAPITE, visto a forma CAPUT dar suficientemente conta do topónimo híbrido português. A designação de «cabeça», dada a uma fonte, não se limita ao latim; encontra-se igualmente em grego (Heródoto fala, por ex., das Τεῖρον ποταμοῦ κεφαλαί) e no alemão *haupt*, em topónimos como *Brunnhaupt*, *Bachaupt*, *Seeshaupt* (1); cf. também o ital. *Capolago* (no lago de Lugano) e o fr. *Chef-Boutonne* (Poitou) < CAPUT VULTUNAE, sendo *Boutonne* nome de um rio. O já citado Autor refere-se ainda ao topónimo antigo *Alcapdec* (var. *Al-quibdaq*), mencionado pelo geógrafo Edrici, e que corresponde a *Alcaudete*, na prov. de Jaén (em 1252 *Alcabdete*) (2), existindo um homónimo (*Alcaudete de la Jara*) na prov. de Toledo, bem como a forma divergente, ao que parece, *Alcaudi-*

(1) Veja-se E. SCHRÖDER, «Haupt als Quelle, in *Deutsche Namenkunde* (1938), p. 308 ss. — A Génese hebraica tem, ao referir-se à divisão do rio do Paraíso, uma expressão análoga, que a Septuaginta reproduz por ἀρχή, e a Vulgata por (*dividitur in quatuor*) capita.

(2) Esta derivação é melhor fundada do que a dada por A. STEIGER, *Contribución a la fonética del hispano-árabe*, p. 135: ár. qandâq.

que, na prov. de Almeria. Supomos que *Alcabideche* (f. Cascais, Lx.^a) é um top. que radica também em CAPUT AQUAE.

16. Os idiomas vulgares da Península substituíram o lat. CAPUT AQUAE por outra imagem, mais expressiva ainda, que é *madre* ou *mãe de água*. Aos exemplos já aduzidos por Silveira, *Mãe de Água* (*Escadinhas da ~*) em Lisboa, e *Mulre de Água*, na Madeira, juntaremos *Madredeagua* (Saviñao, Lu) e *Madre del Agua* (prov. de Huelva e Canárias). Parece que *Madremaña* (mun., Gerona) se deve traduzir por «grande fonte, ou «reservatório de água». *Arca de Água* ocorre várias vezes na toponímia portuguesa com significação análoga.

A água que sai borbotando da terra recebe a denominação de *olho d'água*. É bem conhecido o nome de *Ojos-del-Guadiana*, dado às nascentes deste rio. Em Portugal temos *Olho* (Coim, Av), *Olho(s) d'Água* (CB, PA, F) e *Olho Marinho*; (P, Vis, Sant, Coim, Lei, Av, Lx.^a). Când. de Figueiredo regista esta última expressão com a acepção de «nascente de água em meio de um campo, no inverno». *Olheiro* traduz a mesma ideia que *olho* («ponto donde rebenta a água no solo; nascente de água; beir. terreno pantanoso no meio de terras secas»), encontrando-se a palavra como nome de lugar umas dezoito vezes, desde o Minho ao Algarve, ocorrendo também o aument. *Olheirão*₂, *Olheirões*₂.

J. da Silveira identificou ainda dois outros top. portugueses com termos árabes, que significam «fonte, olho de água». Trata-se de *Alfora* (sítio da f. de Cepins, Cantanhede, Coim), no séc. XI *Alfauara*, *Alphauara*, séc. XII, *Alfoara*, *Alfovara*, *Alfovar* ou *Alfouvar* (na freg. de Almargem do Bispo, Lx.^a) e *Casal de Alfouvar* (Sintra Lx.^a), que derivam de *al-fauwara*, que está no ant. cast. *favara*, *alfaguara*. (cf. «Rev. Lus». XXIV, p. 192). O segundo arabismo é constituído por *Leião* ou *Laião* (Oeiras, Lx.^a), em 1271 *Aleom*, de *al-aiun* (ou *oiun*), plur. de *ain*, palavra que explica também o top. sepanhol *Gibraleon* (Huelva); cf. «Rev. Lus.» XXXV, p. 76 s.

Um último grupo de expressões para a ideia de fonte liga-se com o verbo *nascer*, em que se filiam *Nascentes* (Aldeia Galega, Lx.^a), *Naciente* (Fuente-Caldelas, Pont), *Nascedios*₁₀ (Lx.^a, Be) e *Nasce-Água*₆ (de N. a S.). O português antigo devia possuir um adj. *nadio* < NATIVUS, que entrava na expressão *agua nadia*, que deu origem ao nome da vila de *Anadia* (em 1082 *Na tia*); cf. J. da Silveira, «Rev. Lus.», XVII, 114 s. Lembramos ainda ON *Petras*

nativas 906, num doc. da Sé de Coimbra, que deve dizer respeito a um lugar com rocha virgem.

17. Como as formas românicas correspondentes, o port. *banho* filia-se numa pronúncia latina vulgar *BANEUM, por BALNEUM; cf. REW e FEW. O top. leonês *Boñar* (em 959 *Balneare*, em 1029 *Boniare*) e outros derivados de BALNEARE «banhear», a que se refere Menéndez Pidal, «Orígenes», p. 116 s., parecem pedir a pronúncia clássica com L. *Banho* serve, em Portugal, cinco vezes, *Banhos* três vezes de topónimo, sendo *Baño*, *Baños* e *Bañuelos* nomes muito comuns no país vizinho. Sobre as formas moçárabes *Baniel* (Soria) e *Albuñel* (Jaén), do dimin. em -ELLU, cf. a obra citada, p. 198. As Inquirições de 1258, p. 608 b, referem-se a um *Balneum leprosororum*, situado na freg. de S. Miguel das Caldas (Guimarães, P). Um lugarejo do conc. de Guimarães chama-se *Banhadouro*, formação que se pode comparar com *Nadadouro* (Óbidos, Lei). escrito também, com etimologia popular, *Nada d'Ouro*.

A riqueza do NO da Península em águas termais manifesta-se no frequentíssimo topónimo *Caldas*₂₄₊₁₁, *Caldelas*₁₁₊₃, do ant. *caldo* < CALIDU (cf. o subst. homónimo e o verbo *escaldar*), que estão elípticamente por *águas caldas*, etc.; cf. *Águas Caldas*, na prov. de Huesca. Existem ainda os diminutivos *Caldinhas* (1. Guimarães, B; 2. Baião, P) e *Ca'deliñas* (Verín, Or). É escusado lembrar que as *Caldas da Rainha* são uma fundação de D. Leonor.

É repetir um facto bem conhecido dizer que *Alfama*, populoso bairro de Lisboa, deve o seu nome a um sinónimo arabe de «banho», *al-hamma*, que deu também origem ao esp. *Alhama*s, *Alhamilla* e *Aljamilla*; cf. David Lopes, «Toponímia árabe de Portugal», p. 17, e Steiger, «Contribución», p. 253. A etimologia de *Alfama* já vem nos «Vestígios» de Fr. João de Sousa.

18. *Rio*. Na forma vulgar RIUS, com absorção do *v* pelo *u*, já censurada no «Appendix Probi», RIVUS substituiu-se, na Península, inteiramente a FLUMEN e FLUVIUS. No seu monumental Dicionário, von Wartburg, art. FLUMEN, sugeriu que a substituição deste vocábulo por RI(v)US talvez fosse atribuível ao facto de, durante os séc. VIII-X, todos os grandes cursos de água serem abrangidos por territórios intensamente arabizados, existindo na Espanha cristã apenas RIVI ou sejam ribeiras (4). Não cremos fácil-

(4) Vol. III, pág. 643, 2.ª col., nota 3.

mente viável tal explicação, por não serem poucos, nas Astúrias e na Galiza, os rios caudalosos que mereciam o qualificativo de FLUMEN. A generalização de RIUS à custa dos antigos sinónimos é certamente devida a um processo de selecção lexical da própria época romana, porquanto não há, que saibamos, em Espanha e Portugal, os menores vestígios toponímicos de FLUMEN ou FLUVIUS. Em Portugal, *Rio* serve umas 65 vezes para denominar lugares habitados, banhados por um curso de água. Os casos, em que a palavra vem acompanhada de um epíteto, atingem mais do triplo deste número. Trata-se quase sempre de um adjectivo referente a uma característica individual do rio respectivo: *Rio Bom*₁₂ (na Galiza *Riobó*₉, *Ribón*₂), *R. Mau*₁₅ (ant. *Rio malo* 956), *R. Caldo*, *R. Frio*₆ (ant. *Ribulo frigido* 1100, *Riufrido* 952), *R. Seco*₁₁, *R. Tinto*₇, *R. Torto*₁₉, *R. Covo*₁₀, ant. *R. Merdeiro* «rio de lama» 1258 (latinizado em *Fluvium merdariū*)⁽¹⁾. Entre os outros qualificativos, encontram-se nomes de animais, como *Rio de Lebre*, *R. de Lobo*, *R. d'Ossos* («de ursos»), *R. de Sapos* (cf. *Riosapero*, na prov. de Santander), *R. de Cães*, *Riudades* («de adens»), *R. de Galinhas*. São mais raros os antropónimos: *Rio Sever* (Marvão, PA), *Rio Tedo* (Tabuaço, Vis), *R. d'Onor* < *HONORII (Bragança), *R. Alvar* (Braga). Dispensa um comentário a frequência de *Rio de Moínhos*. De formações diminutivas, ocorrem *Rielho* (1. Lousada, P.; 2.-3. Fafe, B), esp. *Riello* (Ov₂, León) e *Riacho*(s)₃. Estamos convencidos de que a grande maioria das terras, chamadas *Real* (são mais de 100, ficando quase todas no Minho), nada têm que ver com o adj. *real*, estando por *Rial*, formado como *Ribeiral* (cf. § 26). Esta origem vem demonstrada pela grafia medieval (cf. OM *Rial*, *Riaes* 1258), que se conservou na forma galega *Rial*₁₈, *Rialdomato* (Teo, Cor), «rial do mato», e o dimin. *Rialiño*, (Dodro, Cor). Uma terra situada entre dois cursos de água adopta o nome de *Entre-(os)-Rios*₂, gal. *Entreerrios*₇, modo de formação que corresponde exactamente ao lat. INTERAMNA, INTERAMNES, que deixou vestígios na toponímia francesa (*Entrains*, etc.) e italiana. Diga-se, de passagem, que AMNIS, palavra arcaica e poética, não sobreviveu em falas românicas, não podendo ser o étimo do *Rio Homem*, como se tem sugerido. Uma situação topográfica parecida com a de *entre-rios* vem caracterizada, em latim, por CONFLUENTES, expressão que deu origem ao fr. *Conflans*, alem. *Koblentz*, ital. *Confienti* e esp. *Cofrentes*

(1) Sobre o tipo hidronímico *Merdarius*, *Merdantius*, etc., cf. G. SERBA, *Zeitschr. f. roman. Phil.* 57 (1937), pp. 544-547.

(Valencia) (4). Talvez a forma ant. portuguesa *villa Complentes* 1085 (doc. de Pendorada, Dipl. 389) se explique da mesma maneira. Na próclise, *rio* sofre por vezes uma redução para *re-*: *Redemoinhos*, *Remoinho* «rio de moinho» (Celorico do Basto, B), em Espanha *Remolina* (de *rivi molina*, *Rio molina*), *Redevídes* (*Quinta de ~*, Aliândega da Fé) = *rio de Vides*, etc.

19. *Guad-*, *ode-*. Durante a dominação muçulmana, a população adventícia e a arabizada agregaram aos potamónimos existentes a forma árabe equivalente a *rio*, ou seja *wād(i)*, *quad-*, no Sul de Portugal *od-*, elementos que passaram a constituir uma espécie de prefixo hidronímico. Não se obliterou ainda totalmente a consciência da significação original de *ode-*, pois tivemos ocasião de ouvir uma pessoa da região referir-se ao *Odemira*, na forma *Rio Mira*, evitando o pleonasma *Rio Odemira*. A distribuição geográfica dos nomes de rios da referida espécie reflecte, de certo modo, as áreas de influência árabe máxima. Ao passo que, em Espanha, encontramos *quad-* muito para NE., até à região de Lérida (cf. *Guadalope*, afluente direito do Ebro, e *Guatizalema*, afluente direito do Cinca, na prov. de Huesca), os nomes portugueses, em que entra *ode-*, não ultrapassam, para N., o Tejo. Diga-se, de passagem, que esta forma *od(e)-* se encontra também nas regiões andaluzas, limítrofes de Portugal, como em *Odiel* e *Odivarga* (prov. de Huelva), o que induz a crer que a transformação de *wād-* em *od-* deveria constituir um dialectalismo hispano-árabe anterior à Reconquista. É sabido que o rio, chamado, nas épocas romanas, *ANAS*, era conhecido em Portugal, até ao séc. xv, pelo menos, sob o nome de *Odiāna*, tendo-se só mais tarde generalizado a forma espanhola, *Guadiana*. Os potamónimos do tipo *od-* tornaram-se nomes de lugar em *Odeleite* (f, Castro Marim, F), *Odelouca* (Silves, F), *Odemira* (c., Be), *Odeseixe* (f, Aljezur, F), *Odiázere* (f, Lagos, F) e *Odivelas* (1. f, Ferreira, Be; 2. Loures, Lx.ª). (2).

(1) Cf. a este respeito H. SCHUCHARDT, *Zeitschr. f. roman. Phil.* 32, pp. 77-83, que estuda também os topónimos hispânicos antigos *Complutum* (celta) e *Urbiciaca*, *Urbicua* (cf. vase. *ura* «água», *bi* «duas» e *-aga* sufixo locativo). MEYER-LUEBEKE ocupara-se de problemas afins em *Roman. Forsch.*, 23, pp. 591-596.

(2) A *od-* referiram-se, embora sumariamente, DAVID LOPES, *Toponímia, árabe*, p. 13, e STRIGER, *Contribución*, p. 293. Uma enumeração e explicação dos principais hidrónimos constituídos com *quad-* encontra-se em M. ASÍN PALACIOS, *Contrib. a la toponímia árabe de España*, pp. 109-111. Parece-nos, porém, grande exagero, quando este Autor afirma, a p. 29, que os nomes de rios da Espanha

20. *Sala, ur-*. É muito natural que sobrevivam, na hidronímia e toponímia hodierna, expressões pré-latinas referentes à ideia de «rio». Não cabe no quadro destas notas, que se confinam ao estudo dos nomes de lugares habitados, um exame dos potamónimos, os quais, como é sabido, constituem a camada mais vetusta e, ao mesmo tempo, mais enigmática do léxico geográfico, perdendo-se as suas origens num longínquo passado pré-latino e pré-indo-europeu. Ignoramos totalmente o que teriam significado, na língua ou nas línguas de origem, os nomes que os Romanos adoptaram com a forma TAGUS, ANAS, OZECARUS, MUNDA, VACUA, LIMIA, MINIUS, etc. (1). Porém, através de dois exemplos, desejariamos mostrar, que alguns destes problemas são susceptíveis de uma solução, pelo menos parcial. O nome do rio *Sado*, cujo *a* se pronuncia aberto, parece ser o mesmo que o dos rios espanhóis denominados *Salado* (que se encontra também no S. da França: *Salat*), e lembraremos que a cidade situada, na Antiguidade, nas margens daquele rio, se chamava SALACIA. Ora, dada a frequência da base hidronímica *sala-*, é de crer que ela significasse, numa língua pré-latina ainda por definir, «rio».

O segundo exemplo diz respeito a *Ul* (*S. Maria de ~*, Oliveira de Azeméis, Av), freguesia que tomou o seu nome de uma ribeira homónima, cuja forma medieval é *rio Ure* 1041 (*Rio de Urio* 1220), que dificilmente se pode separar do vasconço *ur* «água» (cf. também o top. *Ur*, na Cerdanha, localidade situada num curso de água). Este nome atestaria a presença antiga, na região de Aveiro, de uma população que usava, para a noção de «água», o mesmo termo de que hoje se servem os bascos.

21. *Ranha*. Este vocábulo vem registado no Dicionário de Figueiredo como regionalismo minhoto que significa «declive no leito de um rio; rápido; [são as faladas ranhas (degraus de água na largura do rio) pelas quais os barcos têm de descer]». Segundo Menéndez Pidal, que incidentalmente se ocupou dele e dos seus

«con muy contadas excepciones son todos de origen arábigo o, por lo menos, fueron rebautizados con el prefijo *wādī* («guad») quando conservaron su anterior denominación hispanolatina...»

(1) Apenas sobre *Durius-Doiro-Douro*, ZAUNER formulou uma hipótese, (*Zeitschr. f. Ortsnamenf.*, V, 61), ampliada por DAUZAT, *Toponymie Française*, p. 127 e sgs. A raiz *dor-*, *dur-*, que se encontra noutros potamónimos, significaria «curso de água».

representantes toponímicos em «Cuadernos Gallegos», II (1946), p. 4, parece que se lhe pode atribuir, além desta significação, a de «sitio raído o arrasado por acción erosiva de las aguas o por argayo», porquanto a sua origem deve estar no verbo galego e ast. ocid. *rañar*, port. *ranhar* «rascar» (1). A palavra, com os seus numerosos derivados, abunda na toponímia minhota e galega. Além de *Ranha*₁₀, *Banhas*, (exclusivos do Minho e dos seus confins), e *Raña*₁, *Rañas*₂ (Galiza), a nomenclatura geográfica apresenta o diminutivo *Ranhó* (1. - 2. Lousada, P; 2. Felgueiras, P), *Rañó* (1. Puenteareas, Pont; 2. Rianjo, Cor) e *Rañoa* (1. Cerceda, Cor; 2. Fene, Cor), *Rañoá* (1. Corgo, Lu; 2. Rairiz de Veiga, Or), formados por meio do sufixo -IOLA. Com outros elementos de derivação, temos ainda *Ranhada* (1. Vouzela, Vis; 2. Caminha, Via), *Rañada* (1. Salvatierra de Miño; 2. *La ~*, Liérganes, Santander), *Ranhado* (Melgaço, Via), *Ranhados*₇ (Via₂, B₂, Vis₂, Guar), *Ranhadinhos* (S. Pedro do Sul, Vis), *Ranhadouro*₄ (Via, T, Vis₂), *Rañadoiro* (1. La Bola, Or; 2. Muiños, Or; 3. Puente Sampayo, Pont; 4. Silleda, Pont), *Rañadorio* (Tineo, Ov), *Ranhadoura* (Cerveira, Via). Também *Rañal*₄ (Cor, Lu), *Rañedo* (Mesía, Cor), *Rañón* (Sobrado, Cor), *Rañestras* (Rodeiro, Pont) parecem pertencer a esta família de topónimos (2), que merecia uma monografia baseada em elementos de informação colhidos «in loco».

No latim tardio usou-se da palavra RAPIDA (-AE ou -ORUM) para designar um «rápido», um declive no leito de um rio: cf. Ernout-Meillet e as formas românicas apontadas no REW³ 7054, entre as quais figura o derivado ant. port. *raudal* «torrente de água». J. da Silveira conseguiu demonstrar que o nome de lugar português *Raiva*, que se encontra meia dúzia de vezes, constitui o descendente legítimo daquela expressão. Com efeito, a freguesia assim denominada e sita no conc. de Castelo de Paiva (Av), fica próxima de um rápido do rio Douro, sendo as formas medievais documentadas *Rabia*, *Arrabia* e *Rabha*. O *Porto da Raiva*, no Rio Mondego, um pouco acima de Penacova, vem mencionado num doc. de 1012 com

(1) MENÉNDEZ PIDAL compara justamente os top. tirados de *ranha* com os extraídos do tema *rasc-*, como *Rasca*, *Rascoa*, *Rascoeira* (em Portugal) e *Rascador*, *Rascallán*, *Rascaderia*, etc., na Galiza. O Dicionário da Academia Española regista *raña* com a definição de «terreno de monte bajo».

(2) MENÉNDEZ PIDAL menciona também *Rañobre* (Arteijo, Cor), com sufixo pré-latino que caracteriza igualmente *Lajobre* (Arteijo, Cor), nome derivado de *laje*.

a forma *rapeda*, correspondendo o lugar a um apertadíssimo sítio do rio, onde as águas levam grande velocidade. Outros lugares chamados *Raiva* ocorrem: 1. Mesão Frio, VR; 2. Braga; 3. Paredes, P; 4. Pombal, Lei); cf. «Rev. Lus.», XXXV, p. 64 segs. Menéndez Pidal, «Orígenes», p. 566, alude a um doc. leonês, de 1019, em que figura a expressão *aqua rapia*. O top. ásture *Rabias* (Soto del Barco, Ov) deve ter a mesma origem que *Raiva*, cuja evolução fonética, que apresenta a conhecida atracção da semivogal pela tónica, está perfeitamente dentro dos cânones do português. Diga-se ainda que a toponímia acusa também a forma culta *Rápido* (1. Ponte de Lima, Via; 2. Barcelos, B).

Além de *RAPIDA*, o latim peninsular conhecia o termo *CATA-RACTA*, do gr. καταράκτης «queda de água», a qual está na base do esp. *Cadrechas* e arag. *Cadreita* (Navarra); cf. A. Castro, «Rev. Fil. Esp.», V, 35. Em França temos também *La Chorache* (Drôme); cf. Z.r.Ph., XXXIX, 613.

Cachão e *cachoeira* são outros sinónimos de «queda de água, cadadupa», que explicam os top. *Cachão*₂ (Viana do Castelo), *Quinta do Cachão* (Vis₂, VR) e *Cachoeiras* (f, Vila Franca de Xira, Lx.^a). Carolina Michaëlis («Rev. Lus.», XXVIII, 35) ligou *cachão* ao lat. *coctio*, -one, explicação que quadraria óptimamente com a definição de «borbulhão, borbotão, fervura» (Cândido de Figueiredo), tanto mais que temos ainda os top. *Fervença*₁₅, *Fervenças* (todos no N.), gal. *Fervenza*₇, *Firvida* (Marco de Canaveses, P), *Firvidas* (Montalegre, VR), *Fervidelas* (f, Montalegre, VR) e *Fervedoira* (Lugo), *Ferveda* (Silleda, Pont) e *Fervencedo* (Aranga, Cor), nomes que todos se devem referir a quedas de água. Assim explicou Leite de Vasconcelos, «Opúsculos» III, 14 s., o nome do rio *Fervença*, que banha a cidade de Bragança («batendo com força a água em lajes, a espuma parece fervura»). A terra de nome *S. Salvatore de Fervência*, que figura nas Inquirições de 1220, corresponde à actual freguesia de *Fervença* (Celorico de Basto, B).

22. J. da Silveira, «Rev. Lus.», XXIII, p. 236 e segs., reuniu um número considerável de nomes tirados de *OLLA* «panela», palavra usada metaforicamente no sentido de «remoinho, sorvedoiro na água corrente» e no de «escavação circular em forma de caldeira ou fundo de pote, que esse remoinho produz com as pequenas pedras, que faz girar, num leito rochoso» (Când. de Figueiredo). Trata-se de *Ola* (1. Resende, Vis, 2. *Quinta da ~*, Belmonte, CB), *Olas* (1. Alijó, VR; 2. Estarreja, Av; 3. Pesqueira, Vis; 4. Tomar,

Sant; 5. Tábua, Coim), *Olelas* (Cabeceiras de Basto, B; 2 Cintra, Vis), *Ólo* ou *Oulo* (Valença, Via); cf. *Rio Olo* «sub-afluente do alto Mondego» e *Rio Ólo* ou *Dôlo*, afluente do Tâmega.

A mesma imagem, aplicada a uma «marmite», para empregar o termo técnico francês, temo-la em *dorna*, que o REW filia em URNA, sem poder justificar o *d* inicial. Procede deste vocábulo o nome da freg. de *Dornes*, c. de Ferreira do Zêzere, situada nas margens deste rio, e cuja forma antiga soava *Dornas*, («Rev. Lus.», XVI, 155 s.). As outras terras, chamadas *Dorna*, *Dornas* e *Dornelas*, podem, em princípio, explicar-se do mesmo modo, mas entram também em linha de conta as significações de «pia de pedra para onde passa o vinho do lagar» e «grande vasilha destinada à pisa das uvas».

As significações de *caldeira*, *caldeiro*, *caldeirão* são tão variadas que não nos atrevemos a formular uma opinião sobre se os nomes de lugar homófonos, que ocorrem com grande frequência, se explicam da mesma forma que *Ola* e *Dornes*. Só um exame individual a cada povoação permitiria chegar-se a uma conclusão a esse respeito. O caso já é diferente no que toca a *Remanso* (Arruda dos Vinhos, Lx.^a), cuja identidade com *remanso* «trecho de um rio sem corrente sensível» não parece oferecer dúvida.

Uma volta ou curva de um rio vem designada, no Minho, por *revolta* < *VOLVITA, *VOLTA REW³ 9445. O minhoto tem uma predilecção especial pelo prefixo *re-*, que aparece, p. ex., em *Refontoura*, *Rechã*, *Rechouso* (de CLAUSU) e outros topónimos. Como as terras de nome *Revolta*₁₀ e *Revoltinha*₂ se confinam àquela província (1), será esta a interpretação que se poderá atribuir-lhes. A área da expressão abrange ainda a Galiza, onde encontramos *Revolta*₁₀, *Revoltas*, *Revoltina* e *Revolto*. Com uma única excepção, todos estes nomes ficam nas prov. de Pontevedra e La Coruña. Os vários top. franceses *La Voûte* referem-se também a uma *volta* de rio; cf. Gröhler, II, 222.

Uma ideia semelhante à de *volta* vinha expressa, no latim hispânico, por RIVI ANGULU «ângulo do rio», expressão que deu origem ao top. espanhol *Riaño*₈; cf. Menéndez Pidal, «Orígenes», pp. 180 e 322. O diminutivo desta forma deve estar no gal. *Riañoa* (Valdoviño, Cor). Existe também *Riaña* (no mesmo mun. galego), o que nos leva a supor que o top. minh. *Anha* (l. f, Viana do Cas-

(1) Só duas terras denominadas *Revolta* ficam situadas no distr. de Viseu (1. Sinfães; 2. Tarouca) e uma *Revoltinha* no de Vila Real (Régua).

telo; 2. Amares, B) procede de *ANGULA, sinónimo de (RIVI) ANGULU. Explicar-se-á por ANGULATA o ant. top. *Angliata*, OM 1087, Dipl. 405 ?

23. Os pontos de passagem de um rio, tão importantes para as comunicações, vêm assinalados pelos nomes de lugar *Vau*₃₀, em galego *Bao*₇, *Bau*, *Baos*₄, de VADU. A forma simples, não precedida de um nome comum, como em *Casal do Vau*, etc., domina nas províncias do N. Por vezes estabeleceu-se confusão com *vale*. Assim a freguesia de *Valbom* (Vila Verde, B) corresponde a um ant. *Vado bono* (séc. XI), *Vao boo* 1220. *Poldras*₁₅, *Poldreiro* (Resende, Vis), *Poldreiros* (Odemira, Be) e *Poldreirinhos* etc., correspondem ao nome comum *poldras* (var. *alpoldras*, *alpondras*) «pedras, colocadas de margem a margem, num regato ou rio, para dar passagem», usado só no plural, e que tem a sua origem em *PULLITRU «poldro» REW 6825 (1), imagem sugerida pelo saltitar de pedra em pedra, a que tal ponte improvisada obriga.

Pontão, palavra usada na acepção de «barca chata que forma passagem ou ponte», ou mesmo «pequena ponte, pequeno viaduto», de *PONTO, -ONE REW 6652, entra em cerca de uma dúzia de nomes portugueses. Que PONS, PONTE abunde na toponímia, é um facto que não pode surpreender, porquanto construções desse género não raro dão origem a estabelecimentos sedentários. A par da forma simples *Ponte*, *Pontes*, que é nome de quase 500 terras portuguesas, existem os derivados *Pontelha*₃, *Pontelhas*₂ (no Minho), *Pontella(s)*₇ (na Galiza), *Pontinha*₁₆, *Pontizelas* (Barcelos, B), cf. *Ponticiella* (Ov) e *Puenteciella* (Ov), e outros, de interesse menor. Dois tipos de formação merecem uma menção especial: *Pontido*₁₅₊₂, outro minhotismo curioso, formado por meio do suf. -ETUM (cf. *Pontedo*, na prov. de Leão) (2), e o galego *Pontigo*₃, *Pontigas* (1. Cedeira, Cor; 2. Luarca, Ov), que se devem aproximar dos nomes comuns gal. *pontigo*, ast. oc. *puntigu*, ast. *ponteja*, de PONTICULU, cf. REW 6650 e Salvioni, «Postille ital. al vocab. lat.-rom.», II. Muitas vezes, um nome de rio ou de povoação vem

(1) Digamos, entre parênteses, que a tradução «kleine steinerne Brücke» é inexacta, não tornando compreensível a curiosa metáfora.

(2) O emprego do sufixo poderá parecer insólito, porquanto -edo se combina quase exclusivamente com nomes de plantas. Contudo, temos em português *fraguedo*, *lajedo* (*tagido*), etc., e, no latim, formações como *sepulcretum*. *Pontido* deve querer dizer «lugar da ponte», em oposição à ponte propriamente dita. Sobre -ido < -êdo, cf. o nosso estudo no vol. VII deste Boletim, § 5 (pp. 34 ss.).

completar a indicação corográfica: *Ponte do Corgo*, *Ponte do Espinhal*. Outras vezes é um adjectivo: *Ponte Velha*₁₁, *Pontevedra*₂ (Galiza), *Pontenova*₁₅, *Ponte Pedrinha*₁₅ < PETRINEA «de pedra», *P. de Pau*₃, *P. Quebrada*, *P. Arcada*, *P. Cavalari*₃, etc. Em *Ponferrada* (mun., León) observa-se a redução proclítica de *ponte* para *pon-*, comparável à de *fonte* para *fon-*, que registámos no § 14. Em *Pontavila* (Curtis, Cor), *Pontepedra* (Tordoya, Cor) e *Pontegil* (Puentearreas, Pont) a terminação *-te* fundiu-se totalmente com a preposição *de*. A forma castelhana *puente* invadiu em larga escala a nomenclatura oficial da Galiza: *Puenteambia*, *Puenteareas*, *Puentearnelas* (<AREN-ELLAS), *Puenteedeume*, etc. O top. asturiano *Puenterriza*₂ parece significar «ponte íngreme»; cf. o adj. ant. port. *arriço*, «levantado», de *arriçar* < ERECT-IARE.

24. *Foz* deu o nome a mais de uma centena de terras portuguesas, sendo frequentemente acompanhado do nome do rio respectivo: *Foz do Douro*, *F. d'Alva*, *Foz Tua*, *Foz Coa*, *F. do Sabor*, etc., ou de outro qualificativo, como *F. do Açor*, *F. da Lontreira*, *F. do Zebro*, *F. do Souto*, *F. do Carvalho*, etc. *Fozelha* (Vila Verde, B) parece ser o diminutivo. A palavra assenta, como resulta de uma comparação com as correspondentes românicas, numa pronúncia vulgar de FAUCE: FOCE, atestada por S. Isidoro. Além da significação de «confluência», FAUCES empregava-se na acepção orográfica de «passagem estreita entre montanhas», significação que o Dicionário de Când. de Figueiredo atribui também ao port. *foz*, e que explica porventura uma parte dos numerosos nomes de lugar tirados desta palavra. É possível que o frequente top. minhoto *Bôca*₁₉ representa um sinónimo de «confluência»; cf. *Bôca do Sousa* (Gondomar, P), lugarejo situado na freg. de *Foz do Sousa*.

É a vez de mencionar, nesta ordem de ideias, *esteiro* «braço de rio ou de mar que se estende pela terra» < AESTUARIUM. Além de *Esteiro* (1. Estarreja, Av; 2. Pampilhosa, Coim; 3. Marco de Canaveses, P; 4. Viana do Cast. 5. Boiro, Cor; 6. Puenteedeume, Cor), cf. OM *Estuarium* 1258, ocorre *Esteiro Furado* (Moita, Lx.*).

Como é de esperar, *porto* fornece também um contingente considerável de topónimos. A palavra aplicável a um lugar num rio onde se pode abrigar um barco, apresenta-se com os mais variados atributos: *P. Bom*₃, *P. Chão*₄, gal. *Portochán*₂, *Portochao*, *P. Covo*, *P. Fundeiro*, *Porto Carreiro*₃₊₂ a par de *P. de Carro*₁₁, *Portomourisco* (Or), *Portodreito* (Lu), *Porto Judeu* (Angra

do Heroísmo), *Porto de Mós*, *P. Velho*¹, gal. *Portovello*², *Porbello*, para nos limitarmos a uns poucos exemplos. É sabido que *Portimão* se explica por *PORTUS MAGNUS*. Ocorrem ainda os diminut. *Portinho*, *Portiño*³ e *Portozelo*⁴, gal. *Portocelo*⁵, *Portociño(s)*.

Cabedelo «pequeno cabo, cabeça de areia, junto à foz de um rio», de *CAPITELLU*, ocorre como nome de um lugar do conc. da Figueira da Foz.

25. *Riba* «margem, ribanceira», de *RIPA*, é nome de 40, *Ribas* de 35 terras portuguesas. A palavra vem muitas vezes combinada com um nome de rio: *Riba d'Ave*, *Riba Tua*, *Riba Tâmega*, na Galiza *Ribadeo* (*Riba de Eo*), *Ribadesella*, *Ribadulla*, etc., ou com um adjectivo qualificativo: *Riba Boa*⁶, *R. Frias*, *R. Longa*², *Ribalta* (Lu). Em *Ribamar*³, expressão ainda usada como nome comum, nota-se a mesma elipse da preposição que em *Riba Tua*, *Riba Rio*, *Riba Fornos*, etc. É sabido que *riba* não só se emprega na acepção de «sitios marginaes», mas também na de uma região mais vasta atravessada por um rio, como em *Ribatejo*; veja-se a este propósito Leite de Vasconcelos, «Opúsc.» III, p. 155 e segs. (1). O mesmo Autor, depois de estudar a repartição geográfica de *riba* na toponímia, chegou à conclusão de que se trata de «uma palavra da lingua antiga, que já tinha deixado de existir na lingua comum, quando as armas portuguesas conquistaram o Sul do Tejo aos Muçulmanos, pois não a vemos fixada lá em topónimos» (p. 162). De *riba* formaram-se muitos derivados, que criaram raízes como nomes de lugar: *Ribada*, *Ribadas*, *Ribados*, *Ribadal*, *Ribadais*, *Ribaça*, (*Ribaçal*, *Ribaçais* ?) e o frequente *Ribela(s)*¹¹⁺¹², privativo da região de Entre-Douro-e-Minho e da Galiza. É possível que se devam integrar nesta série *Ribanhos* (Braga), *Ribão* (Ponte do Lima, Via) e o dimin. *Ribós* (Arcos de Valdevez, Via; 2. *Quinta de ~*, Lamego, Vis). É, porém, de admitir que a primeira destas formas esteja por *rio de banhos*, e a segunda por *rio bom*. Na Galiza, *riba* vem frequentemente precedido do artigo: *Arriba*¹⁶; cf. também em Portugal *Arribas* (Guimarães, B) e *Arribada* (1. Oliveira de Azeméis, Av; 2. S. Tirso, P.).

(1) Vem aí citado um passo de Viterbo, que diz que, na Idade Média, «*aripa*, ou *riba*, não só significava a ribanceira, margem, vizinhança ou borda de algum rio, mas ainda todas as terras que ficavam superiores, e águas vertentes para o mesmo rio» (p. 158).

26. Na maior parte do território românico, *RIPA* foi ampliado por meio do sufixo *-ARIA*, significando a palavra derivada, *ribeira*, primeiro, «margens, lugar junto de um rio», para depois ser aplicada ao próprio rio: cf. o fr. *rivière*, esp. *ribera*, etc. ⁽¹⁾. A palavra portuguesa emprega-se nestes dois sentidos, servindo de chamadoiro a mais de quinhentos lugares de Portugal. Os epítetos, que a acompanham, são extremamente variados, não nos sendo possível dar senão uma ligeira amostra: *Ribeira de Além*₄, *R. de Aquém*, *R. de Baixo*₂₀, *R. de Cima*₁₉, *R. de Agua Alta*, *R. de Aqualva*, *R. Funda*₈, *R. de Cabril*, *R. de Avelãs*, *R. de Fernando*, *R. dos Galegos*, *R. Seca*₇ (Açores e Madeira), *Ribeira de Sernache* e o pitoresco *R. de Tem-te-não-caias* (Madeira), em cujas margens não deve ser cómodo passear. Entre as derivações de *ribeira* assinalaremos *Ribeirinha*₁₆, *Ribeirinha*₄, *Ribeirada*₂, *Ribeiral*₉, *Ribeirais*₂ e, na Galiza, *Ribeiroa* (Tordoya, Cor), de **RIPAR-IOLA* ⁽²⁾.

A palavra *ribeiro*, que se usa em relação a um curso de água menor que uma *ribeira*, parece ter esta significação desde a época da sua formação (que deve ser relativamente recente; séc. XIII ?), não significando a princípio, como sucedeu com *ribeira*, «sítio ribeirinho». O número de lugares de nome *Ribeiro(s)*, embora considerável (385), é inferior aos denominados *Ribeira*. Na toponímia galega ocorre apenas oito vezes, sem contar os casos em que foi castelhanizado em *Ribero*. Os epítetos preferidos são, fundamentalmente, os mesmos que caracterizam *rio* e *ribeira*.

27. *Lago*₄₊₂₁ é um topónimo relativamente frequente na Galiza. Já nos referimos a *Lago Morto* (Valença, Via) e **Morto Lago*, *Mortágua*, no § 1. *Lago Bom* (V. Pouca de Aguiar, VR) evoca, por contraste, OM *Lacu Malo* 1257, «Leges» 669. Na prov. de Oviedo ocorre *Llago*₂, com a palatalização ásture característica do *l* ini-

(1) Trata-se de um câmbio semântico que se observa também noutras línguas; cf. SCHÖNDA, *Deutsche Namenkunde*, p. 125, que cita o caso de *Anger*, *Riede*, *Aue*, que, significando originariamente «terras próximas da água», se empregam, regionalmente, para designar o próprio curso de água. O caso inverso observa-se no alem. *Revier* «zona atravessada por um rio» e «zona florestal», palavra que vem do fr. *rivière*.

(2) Este diminutivo latino designava também uma ave ribeirinha, cf. REW 7329 «*Uferschwalbe*», onde não vem mencionada a forma regional portuguesa *ribeiró*.

cial. De LACUS tiraram-se *Lagouzos* (Friol, Lu), *Lagoiços* (*Monte de ~*, Ceruche, Sant), *Lagoços* (Famalicão, B) e, possivelmente, *Lagazos* (Lalín, Pont).

O ant. *villa Lagona* 1057, *Lacona de obil* 1090, *rio Lagona* 1037, assim como o mirandês *llagona*, parecem indicar que o port. *lagoa*, em oposição ao esp. *laguna*, não se filia no clássico LACŪNA, mas em *LACŌNA; cf. LAGONA (a par de LAGUNA) «garrafa bojuda», Walde-Hofmann, forma que talvez não seja alheia ao precursor de *lagoa*, vocábulo de que a toponímia galaico-portuguesa acusa uns 280 espécimes. O vocábulo foi bastante produtivo. Tirando o moderno *Lagoinha(s)* 15, podem citar-se o gal. *Lagüela* (1. Jove, Lu; 2. Vilalba, Lu), *Lagoela* (Narón, Cor) [cf. o ant. port. *Lagonella* 1078, *monte Lacunelas* 1094 e o cast. *Lagunilla(s)* 6], *Lagoaça* (Freixo de Espada-à-Cinta, Bça), *Lagoaço* (*Monte do ~*, Odemira, Be), *Lagoaceiros* (f, Vagos, Av), *Lagoachos* (*Casal de ~*, Lagos, F), *Alagoachas* (Odemira, Be), *Lagoeiro* (Felgueiras, P), *Lagoal* (Oeiras, Lx.^a), *Alagoeira* (Peniche, Lei). A aglutinação do artigo, que se observa nesta última forma, produz-se igualmente na forma simples: *Alagoa*, variante frequente em Portugal, e que explica *Alagoas*, no Brasil, e a chamada *Alagoa-Bay*, em frente a Lourenço Marques. Em *Lagoalva* (Almeirim, Sant) temos o adjectivo que encontramos já noutros hidrónimos a caracterizar águas límpidas. Sobre *Lagoa lada* OM 1258, cf. *Agua lada* no § 1.

Um sinónimo árabe de *lagoa*: *al-buhaira*, está na base de *albufeira*, que o Dicionário de Figueiredo dá com as acepções de: «1.º lago, formado pelas águas do mar; 2.º *alent.* represa artificial de águas correntes ou pluviais, para irrigação; 3.º água ruça de azeitonas». Sobre as suas formas e significações nos dialectos árabes e espanhóis modernos, veja-se Steiger, «Contribución», p. 262. *Albufeira* é nome de cinco terras situadas nos distr. de Portalegre, Évora e Faro. A toponímia espanhola acusa as variantes *Albufera*, *Albuhera* e *Albuera*.

28. A língua portuguesa possui dois representantes de INSULA: *ilha* e *insua*, que ambos entram na nomenclatura geográfica. Quer-nos parecer que a primeira destas formas postula uma pronúncia vulgar *ISLA (cf. esp. *isla*), com assimilação normal do *n* ao *s*, e síncope da vogal postónica, ao passo que *insua* se explicaria como variante mais conservadora, mais académica, daquela palavra, a não ser que se trate de um termo do latim medieval, adaptado à língua

vulgar num período anterior ao emudecimento do *-l-*. *Ilha*₁ ocorre nos distr. do Porto, Viseu, Leiria e Lx.^a, *Ilha*₂ nas prov. de Orense e Corunha. *Ilha Vedra* (Arouca, Av), com um adjetivo que já caiu em desuso (*vedro* < *VETERU*), atesta a sua antiguidade. Como o vocábulo conservou, em português, desde os tempos latinos, a significação secundária de «bloco de casas», a interpretação dos topónimos citados como «lugar cercado de água» só se pode fazer sob reserva. O nome *Ínsua* é muito comum, predominando no N. e na Galiza. É sabido que significa, principalmente, «terra regadia junto de um rio»⁽¹⁾. Ocorre também o dimin. *Insuela*₃₊₃ (P, B, Via, Pont₂, Cor). *Insuadrán* (Boiro, Cor) parece proceder de *INSULA* **ADRIANI*. O Onomástico de Cortesão fornece os exemplos antigos: *Insula* 960, *Insula redonda* (villa) 1059, *Insoa*, *Ensoa*, *Insoela*, *Ensoela* 1258. Não é impossível que *Isna* (1. f, Oleiros, CB; 2, Guarda; 3, Sertã, CB) represente uma terceira variante de *INSULA*, comparável a *isla*, e com transformação de *-sl-* em *-sn-*, hipótese que, em face da situação geográfica particular dos três topónimos, não deixa de seduzir.

Do ár. *al-jazīra*, «a ilha», procede o port. *lezíria* «terreno alagadiço, na margem dos rios: margens que os rios alagam na enchente». Segundo David Lopes, «Toponímia árabe», p. 18, «os férteis terrenos do Ribatejo receberam este nome pelas inúmeras ilhas que os canais do Tejo aí formam»; sobre o aspecto fonológico, cf. também Steiger, «Contribución», p. 148, nota. O português antigo conhecia também a forma divergente *algecira*, que perdura no nome da cidade de *Algeciras*, na prov. de Cádiz. David Lopes explica deste modo também *Aljezur* (f. e conc., F), ant. *Aljazura* e *Aljazur*, sem dar conta do *u* da sílaba final.

29. *Poço* — *PUTEUS* (gal. *pozo*) acusa larga aplicação toponímica em todas as zonas de Portugal, encontrando-se cerca de 175 vezes, não raro com atributos como *Poço Caído*₂, *P. da Boa Água*, *P. Frio*, *P. Seco*, *P. do Mouro*, *P. do Bispo*, etc. É também frequente o diminutivo *Pocinho(s)*₃₅. Uma variante de *poço*, com «umlaut», é constituída por *Puços* (1. f, Alvaiázere, Lei; 2. Pena-

(1) CANDIDO DE FIGUEIREDO dá o comentário seguinte: «Pequena ilha, banhada de algum lado por um rio e de outro ou outros por levada ou corrente que sai do mesmo rio; terra regadia, junto ao rio. Ilhota. Pequena ilha de areia, no Vouga, Mondego e Minho».

fiel, P), nome que o «Dicionário Postal» escreve *Pussos*; cf. J. da Silveira, «Rev. Lus». XXXIII, p. 245, que cita ainda *Purços*, casal do conc. de Guimarães, (com *r* «epentético» análogo ao de *Murça* <ant. *Muza*, *Muça*), *Pucelo* (Sernancelhe, Vis), *Puçancos* (S. Tiago de Cacém, Set) o *Puçacos* (Póvoa de Lanhoso, B). *Puzo* é também nome de três terras galegas (Pont², Lu), ocorrendo a forma *Pozo* uma dúzia de vezes. Nas outras regiões espanholas, *pozo* usa-se normalmente com epíteto: *Pozo Amargo*, *Pozoantiguo*, *Pozorrubio*, *Pozondón* («fundão»), *Pozoseco*, etc. Um tipo frequente é o dimin. *Pozuelo*.

30. Terminaremos a presente achega com duas expressões, congêneres quanto à origem e significação: *arroio* e *corgo* (*córrego*), cujos protótipos, *ARRŪGIA* e *CŌRRŪGUS*, se encontram atestados por Plínio como termos da exploração mineira, significando o primeiro «galeria de mina» (4), o segundo «canal derivado de um curso de água para a lavagem do minério» (2). Ambos os vocábulos suscitaram há muito o interesse dos romanistas; cf. a bibliografia no «REW»³ 678. A *arroio* referiu-se ainda ultimamente V. Bertoldi (3). A palavra, que significa hoje «ribeiro; regato que não tem permanência; pequena corrente de qualquer líquido», ocorre como nome de um lugar do conc. de Moncorvo (Bça) e de mais três no distr. de Faro. O plural *Arroios* é nome de uma freguesia do conc. de Vila Real. Em Espanha, *arroyo* é elemento toponímico muito mais comum que em Portugal, denominando mais de 100 localida-

(1) «...cuniculis per magna spatia actis cauantur montes... arrugias id vocant» (XXX, 70).

(2) «Flumina ad lavandam hanc ruinam... corrugos vocant» (XXXIII, 4). Diga-se, de passagem, que a pronúncia *corrūgus*, admitida como possível no Dicionário de WALDE-HOFMANN, é nitidamente contrariada pelas formas portuguesas, que tornam também ilusória a relação etimológica com *rūga*.

(3) Cf. *Sulle orme di Jakob Jud*, in *Sache, Ort und Wort*, p. 280 s.: «Nel termine tecnico *arrugia* «canale del miniere»... é riconoscibile... un tipo pirenaico, caratterizzato da quella vocale protetica *a-* davanti ad *r-*, a cui fa ricontra un tipo alpino **rugia* «canale del mulino» (dove *róza* della Lombardia e del Veneto, *róia* della Val Gardena, *róga* del territorio comasco, ecc.) Mentre in tal modo si conferma la comparazione pireneo-alpina fatta da Jud, s'è in grado di giustificare il tipo *ar-rugia* (dove bearn. *arrouio*, spagn. *arroyo*, portogh. *arroio*, ecc.) in base ad un fenomeno di sostrato comune alla fonetica ibero-basca e a quella guascone, precisando inoltre la classe sociale dei minatori a cui il termine in origine apparteneva».

dades e ocorrendo com epítetos como *Arroyo Frio*, *Arroyomolino(s)*, *Arroyomuerto* e *Arroyoseco*.

Quanto a *corgo*, *córrego* (as duas formas relacionam-se como o mod. *cargo* com o ant. *cárrego*), usam-se estas palavras nas acepções de «regueiro, sulco aberto pelas águas correntes» e «caminho estreito entre montes ou entre muros: atalho fundo» ⁽¹⁾, correspondendo a expressão *linha de corgo* a «talvegue». A toponímia portuguesa só acusa as formas *Corgo(s)* ⁹⁰ e *Corga(s)* ⁸⁰, que se encontram espalhadas por todo o território português e, com menor frequência, na Galiza, faltando às outras regiões espanholas. No OM figura o top. sraico *Córrego* (*S. Columba de ~*), 1220, «Inquis.» 1220. Em galego, *corga* e *corgo* significam também «pozo o estanque para curtir lino», ant. «cubo, herrada para el agua, tronco hueco» (Cuveiro Piñol). Sobre a variante castelhana *cuérnago*, que, porém, não se fixou como nome de terras, veja-se o modelar artigo CORRUGUS de V. Garcia de Diego, em «Contrib. al dice. hisp. etimol.», pp. 54-56.

JOSEPH M. PIEL

(1) No Algarve ainda «terra grossa e baixa, no sopé de encostas». No Brasil (Goiás), chama-se *córrego seco* a um «sulco torrencial temporário».

Miscelânea

Alavão, Alabão

(Origem, significado e flexão)

A etimologia da palavra portuguesa *alavão* ou *alabão*, que se devia considerar estabelecida há muito tempo, tem andado sempre bastante emaranhada.

João de Sousa (*Vestígios da Língua Árábica*, 1789, v. *alabão*) foi o primeiro a propor um étimo — o árabe *allabān* (< *laban*, leite). José de Santo António Moura (*Vestígios*, nova edição, 1830) manteve a mesma etimologia, que também foi aceite depois pela maioria dos dicionários portugueses (de Constâncio, 1836, de Faria, 2.^a ed., 1850, de Morais Silva, 6.^a ed., 1858, de Domingos Vieira, 1872, de Lacerda, 1874, de Caldas Aulete, de Cândido de Figueiredo, 2.^a ed., 1913, de Silva Bastos, de Laudelino Freire, de Moreno, de Torrinha, etc.).

Engelmann (*Glossaire*), porém, já em 1861 dizia não poder confirmar o étimo de Sousa, embora também não encontrasse razão bastante para o rejeitar. Mais terminante (em sentido desfavorável) foi o parecer de Dozy (*Glossaire*, 2.^a ed., 1869 — *Appendice*). Atribuindo à palavra portuguesa *alabão* (ou *alavão*) o significado de «troupeau, troupe», já inferido também por Engelmann («troupeau, multitude»), concluiu por achar a origem árabe proposta simplesmente *insustentável* (cp., no entanto, com o que diz sobre a etimologia de *alfeire*). Sem dúvida por causa desta peremptória condenação, Eguilaz y Yanguas (*Glosario Etim.*, 1886) pretendeu explicar o port. *alavão* pelo árabe *ar-raf* (*grex*) «mediante el cambio de la r por la l y de la f por la v.»

Por seu turno, Adolfo Coelho (*Dic. Man. Etim.* s/data), baseado em Engelmann-Dozy, escreve que a etimologia «muito provavelmente não é árabe, como se tem pretendido», embora esta só se possa determinar à vista do «sentido exacto» da palavra.

O Conde de Ficalho (na revista «*A Tradição*», 1899, sob a epígrafe *Elemento Árabe na Ling. dos Pastores Alentejanos*) tratou do significado da palavra (ao mesmo tempo que criticou as definições dadas por alguns lexicógrafos portugueses e estrangeiros) e aceitou a etimologia árabe de João de Sousa.

A. Gonçalves Viana (*Apostilas*, I, 1906), aproveitando as informações semânticas do Conde de Ficalho, confirma o étimo *al-labān* e ridiculariza o *ar-raġ* de Eguilaz y Yanguas.

Mais recentemente A. Steiger (*Contribución a la Fonética*, 1932) parece considerar também *alavão* de origem árabe, mas limita-se a citar a palavra, e Miguel Nimer (*Influências Orientais*, S. Paulo, 1943), aceitando essa origem, diz prender-se «à raiz semítica *lbn*, que significa *branco*, no antigo aramaico», e que corresponde ao «ar. cl. *laban* (pl. '*albān*): «*Leite*»...»

Modernamente, porém, os favores dos mais categorizados filólogos vão, não para os étimos árabes mencionados, mas para um latim hipotético **allevāmen*, cria (< lat. *allevāre*, aliviar, levantar, elevar — e, no baixo lat. pop., criar), já proposto por Schuchardt em 1908 (*Z R Ph*, XXXII).

Meyer-Lübke (*R E W*, 358) atribui-lhe realmente esta origem, colocando-a ao lado do fr. *alevin* (fr. ant. *alevain*), etc., e define separadamente *alabão* («pg.») como «Herde Mutterschafe» e *alavão* («beir.») como «junge Schafe und Ziegen, die Milch geben und im Frühjahr von den nicht milchenden getrennt werden.»

M. L. Wagner (*Sobre Alguns Arabismos*, *Biblos*, X, pág. 431-433), embora não seja muito consequente na sua exposição, diz ser levado «a concluir que a origem árabe desta palavra é muito duvidosa e que é muito mais provável o étimo latino *allevamen* com mudança de terminação», acrescentando que «em apoio desta explicação vêm vários vocábulos semelhantes nas outras línguas românicas, sobretudo o franc. *alevin* «peixinhos pequenos» e o ital. *allevime, -ume* «ninhada de animais, criação (de cabras, ovelhas, etc.), cachorros».

José Pedro Machado (*Comentários a Alg. Arab.*, 1940) aceita igualmente a etimologia latina, considerando-a «mais racional» e tendo-a mesmo por «exacta».

Antenor Nascentes (*Dic. Etim.*, 1932) regista as duas origens,

mas parece dar preferência ao étimo árabe «abonado por Sousa e Engelmann» (aliás, por Sousa, apenas)⁽¹⁾.

Dos modernos léxicos portugueses (ou suas modernas edições), a maioria mantém-se fiel ao étimo árabe *allabān*⁽²⁾; só um ou outro aceita o latim hipotético **allevāmen*.

Dados estes traços gerais da história do problema etimológico, podemos já acrescentar, pela nossa parte, que **allevāmen*, apesar de reunir os favores dos mais categorizados filólogos modernos, nos parece destituído de condições para constituir o verdadeiro étimo de *alavão* (ou *alabão*).

Antes, porém, de tratarmos directamente deste ponto, devemos procurar esclarecer o «sentido exacto», pois que «sem esse (como diz Adolfo Coelho) não é possível determinar a etimologia».

O Conde de Ficalho (lug. cit.), cuja objectividade não pode ser posta em dúvida, sobre o verdadeiro emprego da palavra diz principalmente⁽³⁾: «*alavão* no Alentejo significa unicamente o rebanho qua dá leite pela ordenha, nunca aquele em que os borregos ainda mamam. O nome do rebanho anda ligado sempre ao facto de dar leite para os queijos: começa a chamar-se *alavão* no dia em que os borregos se apartam; deixa de se chamar *alavão* no dia em que a ordenha cessa. Esta é a significação da palavra no Alentejo: seria interessante saber o sentido que lhe dão na serra da Estrela, onde as coisas se passam de modo um pouco diferente.»

Recentemente, J. A. Capela e Silva, nos seus *Estudos Alentejanos (A Linguagem Rústica no Conc. de Elvas, 1947)* confirma este significado, definindo «*Alavão* — (gado de) — Rebanho de ovelhas que dão leite, para fazer queijo, às quais foram tirados os filhos». Como abonação, cita a seguir uma quadra popular, tirada de A. Tomás Pires (*Cant. Pop. Port.*, vol. II), em que se emprega o termo.

Sobre os usos da palavra na Serra da Estrela (vertente noroeste — Gouveia) podemos prestar os seguintes informes, afinal bastante

(1) Na Introdução (*Distribuição dos elem. por origem*) é realmente incluída na lista das palavras de origem árabe:

(2) *Novo Dic., Dic. Compl., Encicl. Port. e Bras., Dic. Contemporâneo, Grande e Noviss. Dic.*, etc.

(3) É também citado por A. Gonçalves Viana e por Max Leopold Wagner, mas, verdadeiramente, só aquele utiliza os seus valiosos informes.

concordes com os alentejanos: Numa parte do ano (Verão e princípio do Outono) todas as ovelhas de cada pastor formam um só rebanho e todas participam dos mesmos pastos. Mas, quando as ovelhas começam a parir e, portanto, a dar leite (Outubro) o anterior rebanho é dividido em dois: um constituído pelas *ovelhas paridas* ou prestes a parir, isto é, pelas ovelhas que dão ou vão dar o leite com que fazem o queijo (quase sempre acrescidas de algumas cabras também leiteiras) e que recebem as melhores pastagens — é o rebanho das *paridas* ou *alavão* —; outro formado pelo *carneiro*, pelas ovelhas *serôdias* (que só parem muito mais tarde), por qualquer ovelha que tenha ficado *forra* (que não tenha sido *coberta*) ou que tenha *deitado a barriga* (que tenha abortado), por algumas *malatas* ou «*melatas*» (ovelhas novas, com idade entre 9 ou 10 meses e 2 anos, que ainda não atingiram completa maturação sexual), por qualquer *malato* ou «*melato*» (meio carneiro, quer dizer, entre borrego e carneiro adulto) ⁽¹⁾ e finalmente pelos *borregos* (ou borregas) desmamados (os que ficam para aumentar ou renovar o rebanho) — e é chamado o *alfeire*. Na Serra da Estrela, à semelhança do que se passa no Alentejo, o *alavão* (correntemente ali designado também por «*as paridas*») é, pois, constituído pelas ovelhas (e cabras) paridas, a dar leite, logo que possível, livres das crias. Estas (os borregos), na verdade, são vendidas ou desmamadas o mais cedo possível, precisamente para não prejudicarem a produção industrial do leite, visto que o queijo é o principal objectivo dos pastores ⁽²⁾.

Logo que a produção do leite deixa de ser suficiente para a fabricação do queijo, o *alavão* e o *alfeire* voltam a juntar-se num rebanho único — o «*rebanho*» das ovelhas ou simplesmente «*as ovelhas*», sem designação especial.

Como no Alentejo, também ali não é conhecido qualquer outro emprego efectivo da palavra *alavão*.

(1) Na Serra da Estrela (Gouveia) usa-se *melata* ou *malata* e *melato* ou *malato* — mas não *berra*, *borro* (como em espanhol e em alguns pontos do Alentejo).

(2) Os rebanhos na Serra da Estrela são muito menores que no Alentejo (em geral 30-50 ovelhas) e a separação em *alavão* e *alfeire* faz-se em fins de Outubro, princípios de Novembro. Os *borregos*, enquanto não são vendidos (para carne) ou desmamados (para criação), podem acompanhar as mães (o *alavão*), mas com «*bolsos*» no focinho ou *barbilhos* na boca para não poderem mamar a toda a hora.

Com a nossa descrição concorda sensivelmente a definição dada por Alfredo Alves (*Rev. Lusit.* II, *Ling. de S.^{ta} Marg.* — Beira-Baixa): «*Alavão* — gado miúdo (cabras e ovelhas) que dá leite e que na Primavera se separa do vazio».

O primeiro autor a dicionarizar *alavão* foi Bento Pereira (*Tes. da Ling.*, 1646), natural do Alentejo e professor na antiga Universidade de Évora, que lhe atribuiu simplesmente o significado de «manada de ovelhas que dão leite» (1).

R. Bluteau (*Vocabulário*, 1712) também define a palavra de acordo com o emprego acima referido («ALAVAM, Alavão. Termo dos pastores do Alentejo. É a manada das ovelhas que dão leite»), mas acrescenta logo, não sabemos com que fundamento, «e dali se diz *Alavão* de *galinhas*, etc. por grande número delas».

Morais Silva, na 1.^a edição do seu dicionário, consigna apenas o sentido próprio; todavia, nas seguintes, não deixou de acrescentar a nova acepção de Bluteau, com a indicação de sentido figurado (f. ou fig.) (2)...

Das informações directas conclui-se que a característica especial do *alavão* é o facto de ser constituído por ovelhas *que dão leite* próprio para a fabricação do queijo. É isso que o distingue exactamente do *alfeire* (o seu antónimo correlativo), o qual é formado por todas as cabeças de gado lanigero ou caprino *que não dão leite*.

Embora na definição tenha de entrar o conceito genérico de rebanho, manada, ovelhas, parte do rebanho (3), gado, etc., a palavra refere-se principalmente à sua parte específica — (gado) *de leite* —, chegando mesmo a tomar-se por adjectivo.

Será esse o sentido próprio de *alavão* (o sentido principal, se não único) baseado na linguagem dos pastores, tanto do Alentejo como da Serra da Estrela ou da Beira-Baixa.

Nada autoriza, portanto, a atribuir-lhe o significado geral, absoluto, de «*troupeau, multitude*», como pretende Engelmann, de

(1) Foi também Bento Pereira o primeiro a registar o antónimo *alfeire*, definido como «ovelhas que não dão leite».

(2) Parece haver certa contradição entre o facto de ser «termo dos pastores» e este acréscimo de sentido (*por extensão*, segundo Bluteau; *figurado*, segundo Moraes), tanto assim que os informadores directos das regiões pastoris mostram desconheçê-lo inteiramente. Talvez por isso, alguns dicionários posteriores juntam à nova acepção a nota de *pouco usada* (pouc. us.).

(3) No Alentejo, como na Serra da Estrela, a uma pequena porção de ovelhas, separadas do rebanho, dá-se o nome de *atalho* (atalho de ovelhas).

«troupeau, troupe», como afirma Dozy, ou de «rebanho, rancho, agrupamento de animais», como escreve Wagner.

Tanto isso é assim que o verdadeiro rebanho de cada pastor — o conjunto de todas as suas cabeças de gado — nunca recebe a designação de *alabão* ou *alavão*.

A palavra também não significa propriamente «ovelhas que dão muito leite», conforme definiu João de Sousa, e Engelmann, seguido por Wagner, etc., tomou à letra. Embora fosse esse o desejo dos pastores, o que é certo é que designa simplesmente «ovelhas que dão leite pela ordenha» — enquanto formam rebanho isolado e o leite é suficiente para se fazer queijo.

Esclarecido o emprego ou sentido da palavra, podemos tratar, agora, da etimologia com maior segurança.

Como dissemos acima, o latim **allevāmen* (cria), a despeito da autoridade dos filólogos que a defendem ou apoiam, não parece ter condições de verdadeira origem de *alavão*. As dificuldades de relação entre as duas palavras, tanto no campo fonético-morfológico como no semântico, são de tal modo importantes que não podem ser vencidas sem violências de ordem filológica.

Com efeito, a evolução normal de **allevāmen* daria em português **alavame* ou, quando muito, **alavame*, o que está longe de corresponder aos vocábulos *alavão* ou *alabão*. Cremos que não há exemplo de a terminação latina *-āmen* ter dado *-ão* em português, seja em palavras vulgares, seja em vocábulos mais ou menos eruditos (cfr. *arame*, *enxame*, *exame*, *liame*, *pelame*, *vexame*, *ditame*, *durame*, *estame*, *forame*, *gravame*, etc.) ⁽¹⁾.

M. L. Wagner, como vimos, fala em «mudança de terminação», mas afinal não aduz nada que possa servir para documentar ou justificar este caso ⁽²⁾. A passagem do *e* protónico a *a* (naquelas condições), conquanto possível, também não é forçoso que se tenha dado aqui. Pelo menos nenhuma palavra da família de **allevāmen* apresenta regularmente essa modificação (cf. *alevar*, *levantar*, *alevantamento*, *alevar*, *aliviar*, *levar*, etc.).

E, se pelo lado fonético-morfológico não é fácil justificar essa origem, pelo lado semântico a dificuldade será ainda maior. Como

(1) Dá-se até o caso de constituir um suf. vernáculo ainda produtivo (*cabelame*, *cordame*, *corream*, *pequename*, *raizame*, *vasilhame*, *velame*, etc.).

(2) Com mudança de terminação, ocorre-nos a forma *estrume* por **estrame*, mas que também aqui não tem qualquer aplicação.

se sabe, o proposto **allevâmen*, no baixo latim, devia ter o significado de *cria*, isto é, devia designar «o produto, objecto ou efeito da acção de criar», de acordo com a natureza semântica destes derivados verbais (e com o sentido dos seus representantes no francês e no italiano), ao passo que *alavão* ou *alabão* significa propriamente o *conjunto das ovelhas que dão leite* (destinado à fabricação do queijo), quer dizer, os «sujeitos ou agentes da acção de dar leite» — seja mesmo *da acção de criar e dar leite*. Conforme se frisou acima, as *crias* não entram no verdadeiro sentido da palavra e até são afastadas do *alavão* (das mães) o mais cedo possível para não prejudicarem a produção de leite para os queijos.

Encontra-se, é certo, em alguns dicionários recentes a forma *alabão* definida como «(gado) que ainda mama» (daqui talvez a razão do novo étimo), mas cremos poder afirmar peremptoriamente que tal significado é inteiramente destituído de fundamento. Primeiro ou antes de mais nada, saliente-se que ele é omitido ou mesmo activamente repellido por todos os informadores directos (os quais procuram ser rigorosos e completos nas suas informações); segundo, este significado falta também nos dicionários mais antigos (em Bento Pereira, que foi o primeiro a registar o termo, em R. Bluteau, em Morais Silva, em Constâncio, etc.); terceiro, além de tardio, só aparece referido à forma *alabão* ⁽¹⁾, nunca a *alavão* (apesar de ambas constituírem o mesmo termo), o que representa certa anormalidade; quarto ou finalmente, «gado que ainda mama» é expressão sem naturalidade, pois que o pastor não costuma dar aos borregos (ou cordeiros) que ainda mamam a categoria de «gado». Tudo isto indica, pois, que se trata dum falso significado, dum significado sem realidade efectiva, originado em qualquer equívoco ou deturpação.

A causa do facto parece estar na má interpretação que alguns lexicógrafos deram às palavras com que na 6.ª ed. do *Dicionário* de Morais (aliás, de Morais-Falcão) se define *alabão*. Eis a transcrição textual (apenas actualizada na grafia): «**Alabão*, adj. (do ár. *labân*, leite). No Alentejo e na Serra da Estrela diz-se *gado* — o de criação e de leite; oposto ao alfeiro». A definição ⁽²⁾, à parte o exclusivo emprego adjectivo da palavra, não está má de todo, visto que as ovelhas, para *darem leite*, têm de *criar* (*criar e dar leite* são

(1) Por sinal a forma que menos se harmoniza com **allevâmen*, visto que normalmente *b > v*, mas não inversamente, pelo menos no centro e no sul do país.

(2) Domingos Vieira também define nos mesmos termos.

mesial

evidentemente termos correlativos, mutuamente necessários); as paráfrases posteriores é que estragaram tudo, deturpando completamente o sentido.

O primeiro a dar a definição errada parece ter sido Caldas Aulete, que escreve: *Alabão*, «s. m. e adj. (rust.) diz-se no Alentejo e outras partes do gado de criação que ainda mama». A má interpretação ou o lapso da substituição de ... «e de leite» por ... «que ainda mama» teve como consequência a total inversão do sentido, conforme se vê.

Cândido de Figueiredo, na 1.^a ed. (nas outras corrigiu o erro), adopta também esta errada significação — «*Alabão*, m. (prov.) gado que ainda mama» —, e os dicionários modernos, na sua maior parte, ainda hoje a conservam (pelo menos em parte), considerando a palavra, nesta acepção, geralmente como adjectivo.

Está pois, bem patente que se trata dum falso significado — surgido da má interpretação dalguns lexicógrafos.

Sendo assim, como tudo indica que seja, a palavra **allevāmen* deixa de ter igualmente condições semânticas para constituir o verdadeiro étimo. Consequentemente também não haverá qualquer razão para se estabelecerem relações de parentesco entre o port. *alavão* ou *alabão* (rebanho de ovelhas que dão leite para fazer queijo) e o fr. *alevin* («peixinhos pequenos») ou o ital. *allevime*, *allevume* (ninhada de animais, criação, cachorros)...

Ao contrário de **allevamen*, o étimo árabe de Sousa, *allabān* (<*laban*, leite), parece satisfazer inteiramente, tanto pelo lado fonético como pelo semântico.

Pelo lado fonético, a passagem da terminação *-ān*, tónica, a *-ão* é perfeitamente regular (cf. *açafrão*, *alazão*, *alcitrão*, *alcorão*, ant. *fuão*, *rabadão*, *saguão*, *soldão* ou *sultão*, etc.) e a evolução da explosiva branda *-b-* para fricativa *-v-* está de acordo com as tendências normais da língua, como se sabe (*alarve*, *alcáçova*, *alfavaca*, *algarvio*, *aljava*, *alvará*, *javali*, *maravedi*, etc.). Logo, ár. *allabān* (<*laban*, leite)> port. *ALAVÃO* ou *alabão* ⁽¹⁾.

Pelo lado semântico, contra o que se tem afirmado várias vezes, também não será difícil relacionar as duas palavras.

A passagem do simples significado de *leite* para *gado de leite* (*ovelhas que dão leite*) está dentro de processos evolutivos próprios

(1) A forma usada, tanto pelos pastores do Alentejo como da Beira, parece ser exclusivamente *ALAVÃO*.

da lingua... Note-se a expressão, ainda hoje usada, «gado de alavão», que corresponde literalmente a «gado de leite», isto é, rebanho de ovelhas que dão leite... Pois essa expressão, na linguagem vulgar, corrente, facilmente perdia a particula *de* (aqui até por haplogia sintáctica) para se converter em *gado alavão*, como ainda registam muitos dicionários (cfr., além disso, *beira-mar*, *pontapé*, *Foz-coa*, *Ribatejo*, etc.) (1). Daqui o tomar-se a palavra *alavão* (ou *alabão*), nalguns casos, com valor de adjectivo, com o significado de «que dá leite» (v. dicionários). Finalmente a substituição de toda a expressão pelo simples determinante *alavão*, já convertido em designação específica, entra também nos factos normais da linguagem (cfr. *alfeire*, *bugio*, *javalí*, *maçã*, *pêssego*, *galgo*, *terra-nova* [cão], *Caldas*, *Chaves*, etc.). É este, desde há muito, o seu principal valor, como se sabe.

Cremos, pois, não restarem dúvidas de que o étimo árabe *allabūn* (< *laban*, leite) explica bem a palavra portuguesa *alavão* (ou *alabão*) em todos os sentidos (2).

É mesmo de admirar que «étimo tão claro» — segundo escreve Gonçalves Viana — tenha recebido o desprezo e até a condenação da maior parte dos filólogos (arabistas e romanistas).

A este respeito, mais afortunada foi a palavra *alfeire* (o actual antónimo de *alavão*), conquanto de etimologia semânticamente mais difícil de justificar. Proposto o étimo árabe *al-heir* (*alhair*, corte, curral do gado) por José de Santo António Moura (*Vestígios*, nova ed.) este foi recolhido e cuidadosamente justificado por Dozy (*Glossaire*, 2.^a ed.). É curioso notar a diferente consideração etimológica que este autor concede às duas palavras correlativas. Sobre a etimologia da primeira (*alabão*, *alavão*), depois de reproduzir as dúvidas de Engelmann referentes à proposta de Sousa, conclui em termos decisivos: «Elle est, en effet, insoutenable». Pelo contrário a origem árabe de *alfeire* merece-lhe toda a atenção. Eis as suas principais palavras neste sentido: «*ALFEIRE *pg.* Selon Moraes ce mot a deux sens: 1.^o troupeau de brebis qui n'ont pas encore mis bas et qui ne sont pas pleines; 2.^o clôture dans laquelle on élève des cochons. La seconde signification est la primitive, car c'est l'arabe *al-heir* (3), *clôture pour le bétail*. L'autre s'explique aisément: on

(1) V. José Leite de Vasc., *Liq. Fil.*, etc.

(2) De certo modo a sua correlação com *alfeire* também reforça esta origem.

(3) Omitimos a palavra em árabe por faltarem os respectivos caracteres na tipografia.

enfermait les brebis dans une clôture pour empêcher leur accouplement, et au lieu de dire: les brebis du *alfeire*, on disait *alfeire* tout court».

Afinal, como facilmente se reconhece, o étimo árabe de *alavão*, apesar de terminantemente repellido, é ainda mais claro e directo, pelo menos semânticamente, do que o de *alfeire*; e as últimas palavras transcritas aplicam-se à sua justificação duma maneira ainda mais evidente.

O étimo de Eguilaz y Yanguas (*ar-raf*) pode-se considerar tão descabido que nem merece refutação especial. Verdadeiramente, segundo o que se acaba de ver, nem fonética nem semânticamente satisfazia (1).

*

Esclarecido o emprego efectivo da palavra (2) e determinado o étimo conveniente (ár. *allabān*), resta apenas acrescentar uma nota sobre a flexão da palavra — sobre a formação do plural.

A. Gonçalves Viana, nos seus *Vocabulários Ortográficos* (1909 e 1912) regista as formas *alabão* e *alavão* e atribui a ambas o plural em *-ões* (*alabões*, *alavões*). Dada a sua autoridade em questões filológicas e fonético-ortográficas, os dicionaristas e ortógrafos têm-lhe seguido o exemplo, indicando explicitamente esses plurais. cremos, no entanto, que não há verdadeiro fundamento para tal flexão. Teóricamente, formalmente, pode ter certa justificação, mas na realidade, isto é, praticamente não encontra qualquer abonação. Como se sabe, a palavra *alavão* é de uso meramente popular (vulgar, regional). Portanto, embora o seu plural não seja frequente (em virtude da palavra ter valor de colectivo), é de prever que o forme de acordo com o processo mais geral, quer dizer, mudando o *-ão* em *-ões*: *alavão*, *alavões* (*alabão*, *alabões*). Na verdade, é este o plural indicado pelo Conde de Ficalho e é também este que se

(1) O étimo de Eguilaz, como grande parte desta confusão etimológica, surgiu da má interpretação que Engelmann e Dozy deram às palavras de Bluteau. Por inadvertência, tomaram o acessório ou secundário pelo essencial, deturparam o verdadeiro sentido da palavra, e lançaram, assim, a confusão nos espíritos por muitos anos. Oxalá fiquemos por aqui!..

(2) Como dissemos, o significado próprio, bem documentado, é: (como *subst.*) Rebanho de ovelhas que dão leite para fazer queijo, por oposição a *alfeire*; (como *adj.*) Que dá leite (gado ovino ou caprino). O sentido de «grande número», «multidão», «rebanho» em geral, se existe, será simplesmente de natureza metafórica.

encontra já consignado há muito tempo, por exemplo, na definição de *alavoeiro* de quase todos os dicionários, a começar em Morais. 1.^a ed. (1789): «ALAVOEIRO, s. m. Pastor que guarda *alavões*».

Não há inteira uniformidade na formação do plural das palavras desta natureza, mas a tendência mais geral é, com efeito, para mudarem o *-ão* em *-ões*.

O próprio Gonçalves Viana, se regista *alazão* e *alcorão* com os plurais *alazões* e *alcorões* seguidos da observação que seria melhor *alazães* e *alcorães*, por comparação com as formas castelhanas correspondentes ⁽¹⁾, já regista *fuão*, pl. *fuões* ou *fuões*, sem qualquer alusão a «*fuões*», e flexiona simplesmente *açafrão*, *açafrões*, *alcatrão*, *alcatrões*, *saguão*, *saguões*, *soldão* ou *sultão*, pl. *soldões* ou *sultões*...

Com igual e até maior razão (visto ser palavra exclusivamente popular e sem correspondência no castelhano) se deve flectir, pois, ALAVÃO, ALAVÕES (*alabão*, *alabões*), flexão já usada muito antes dos *Vocabulários de Viana*, conforme se disse.

Malata, malata...

O Conde de Ficalho, no artigo citado acima, trata também das palavras *malata* e *malato* (na Serra da Estrela, *malata* ou *melata* e *malato* ou *melato*) ⁽²⁾. Designam respectivamente ovelha e carneiro novos, mais ou menos com idade entre 9 ou 10 meses e dois anos, quer dizer, entre borrega ou borrego e ovelha ou carneiro bem adultos, aptos a procriar (ou a dar leite).

Pelo que respeita à etimologia, o Conde de Ficalho acha-a «perfeitamente misteriosa», reconhecendo que as palavras não devem ter nada com o ant. port. e esp. *malato*, doente, nem parecem ser de origem árabe.

Vamos tentar uma explicação, que nos parece muito plausível.

As designações de *malata* e *malato* são aplicadas aos animais depois da primeira tosquia, quando perdem o «pêlo da mama», característico dos borregos, e adquirem a lã própria dos adultos.

(1) Veja-se especialmente *Vocab. Orthog. e Orthoép. da Ling. Port.* — Lisboa, 1909.

(2) Em Serpa, segundo Ficalho, as palavras usadas eram *borra*, *borro* (cp. *borrego*), mas estão a ser substituídas por *malata*, *malato*, vindas doutras terras por intermédio das feiras.

Ora, existe em lat. a palavra *mallus*, correspondente ao grego *μᾶλλός*, que significa *lã*, *fio de lã*, *velo de lã*... Em grego, além doutras formas, encontra-se mesmo o verbo *μᾶλλω* (cobrir [-se] de *lã*) e o adj. *μᾶλλωτός, ἢ, ὄν* (coberto de longos fios de *lã*, lanoso).

Nada mais natural que haver também no latim pastoril um adj. **mallātus*, *a*, *um* (equivalente ao gr. *μᾶλλωτός*), em perfeita sinonímia com *lanātus*, *a*, *um* (coberto de *lã*, com *lã*, lanoso), e conservado na Península.

Das formas **mallāta* e **mallātus* substantivadas (cp. *lanata*) ⁽¹⁾ proviriam, pois, as palavras portuguesas *malata*, *malato* ou, com dissimilação vocálica, *melata*, *melato*, com primitiva alusão semântica ao facto de os animais já terem o primeiro «pêlo» o «pêlo da mama» mudado em verdadeira «*lã*» ⁽²⁾.

Pelo lado fonético, a passagem dos -ll- a -l- é perfeitamente regular, como se sabe. A única dificuldade está na explicação do -t- surdo... Não é, todavia, impossível que haja aqui uma sobrevivência moçarábica, dado o meio (geográfico e profissional) a que a palavra pertence. Assim se teria conservado surdo o -t-, à semelhança do que se deu com as próprias palavras de origem arábica (*caçoteia*, *alcateia*, *alveitar*, *bolota*, *farota*, *fato*, *gaita*, *gineta*, *ginete*, *marlota*, *xareta* e até *alcajota*, *alcatruz*, etc.).

É curioso que a palavra portuguesa *marlota* provém precisamente do grego *μᾶλλωτός* (a que corresponde **mallata*) por intermédio do ár. *mallāta* (*mallōta*).

A proposta etimologia não é menos razoável que a de *cajado* ou *cajato* < **cajātu* < lat. *caia* ou gr. *χαίειν* (*cajado*), pertencente ao mesmo meio.

A reforçar o valor da nossa proposta está o facto de as palavras *borra* ou *borro* e *borrego* ou *borrega* estarem também relacionados com o aspecto do pêlo. Quer dizer, os animais passam, no nosso caso, de *borregas* ou *borregos* a *malatas* ou *malatos* quando o «pêlo da mama» ou *lã* grosseira («*borra*») é substituído por «pêlo diferenciado» ou verdadeira *lã* ⁽³⁾...

(1) Isto é, por **mallata ovicula*...

(2) Como se disse, as crias começam a chamar-se *malatas* (ou *malatos*) ainda antes de terem um ano, isto é, antes de mudarem os primeiros dentes do leite. O nome deve estar, portanto, em relação com a primeira *lã* bem diferenciada.

(3) É este, sem dúvida, o sinal distintivo, visto que, como se diz na nota anterior, a mudança dos primeiros dentes do leite só se dá ao ano, muito tempo depois dos animais já terem aquelas designações.

Teremos, portanto, MALATA, MALATO (ou *melata*, *melato*) < **mal-lāta*, **mal'lātus* < lat. *mallus*, gr. *μᾶλλός* (lā, velo de lā), por intermédio do moçárabe (quer dizer, com manutenção moçarábica do -t- surdo).

Testigo

(Esp. e port. ant.)

Para origem directa do espanhol *testigo* Fr. Diez (E W R S) propôs um lat. **testificus*, que teve aceitação muito geral. O *Dicionário* da Academia Espanhola e outros dicionários ainda hoje o adoptam. Mas V. Garcia de Diego (*Contribución*, 599) e Meyer-Lübke (REW³, 8684), mais recentemente, consideram antes a palavra um derivado do verbo *testiguar* (= *atestiguar*).

À primeira vista, qualquer das etimologias propostas parece dar uma explicação aceitável de *testigo*, mas em boa verdade nenhuma delas satisfaz inteiramente.

A primeira (**testificus*), por exemplo, não pode dar razão da forma antiga *testigoo* encontrada já por A. Cortesão (*Subsidios*) em *Foros da Guarda* e em *Leges et Cons.* (P. M. II.) e que também se pode ver em alguns códices de *Fuero Juzgo* (1)...

A segunda (a derivação do verbo *testiguar*), por seu turno, não está bem de acordo com o verdadeiro sentido da palavra. Os derivados verbais do presente do indicativo (que seria o caso do *testigo*) designam, em regra, o «acto de agir» ou o «efeito da acção» representada pelo verbo, como se pode exemplificar com *afago* (esp. *halago*), *anseio*, *bloqueio*, *busca*, *castigo*, *festejo*, *folga*, *gasto*, *sossego* (esp. *sosiego*), *toque*, etc.

Ora, a palavra *testigo* significa, não o «acto ou efeito de *testiguar*» (= *atestiguar*), isto é, «atestignación» e «atestiguamiento» ou *testimónio*, em português «*testemunho*», mas sim a *pessoa ou coisa que dá testemunho* (que atestigua)..., quer dizer, a própria *testemunha*. Mais ainda: designa, outrossim, concretamente *testículo* (v. *Dic. Ac. Esp.*)...

(1) V. ed. da Academia Espanhola (1851), pág. 33 (nota 21) e 34 (nota 27) da tradução em romance.

O significado e a forma antiga (*testigoo*) mostram que a verdadeira origem deve estar precisamente no lat. *testiculus*, forma que representará não só o lat. clássico (com o sentido de testículo) mas também um derivado ulterior de *testis* (com o significado de testemunha) (1). Logo TESTIGO < ant. *testigoo* < lat. *testiculus* (< lat. *testis*, testemunha, testículo) (2).

Trata-se, portanto, dum vocábulo de evolução galaico-portuguesa idêntica à de *artigo*, *perigo*, *vinco*, *orago*, *diabo*, *povo* (*mágoa*, *régua*), etc.

Somos, assim, forçados a concluir que a palavra espanhola (castelhana) foi importada do noroeste da Península — e não inversamente, como julgaram Adolfo Coelho (*Dic. Man. Etim.*, A. Cortesão (*Subsidios*) e Cândido Figueiredo (*Nov. Dic.*)...

JOSÉ INÊS LOURO

(1) Será um derivado no género de *apicula* (*abelha*), *ovicula* (*ovelha*), *pediculus* ou **pediculus* (*piolho*), *vetulus* (*velho*), **aviolu* ou **avulus* (*avô*), etc.

(2) José J. Nunes, ao citar o arc. *testigoo* (*Gram. Hist.*) tinha, sem dúvida, em mente esta origem, posto que não a indique expressamente.

Crítica etimológica

III

(O metáforismo e os nomes do «porco»)

1 — Nota prévia. — No presente artigo vou tratar de algumas palavras, cujas origens não reputo ainda definitivamente determinadas, e creio poderem explicar-se pelo mesmo fundamento metafórico.

São essas palavras — *porca* (no sentido de acessório de parafuso), *verruma*, *verruça*, *ferrolho*, *barregã*, *cróia*, *coiro*, *coirão*.

Devo prevenir o leitor de que o que vou dizer a respeito da origem destes vocábulos não significa uma opinião categórica: são simplesmente sugestões mais ou menos defensáveis, que submeto à apreciação dos competentes.

2 — *Porca*. — Nos meus *Subsídios para o estudo das consequências da analogia em português*, Lisboa, 1937, § 206, escrevi:

«É de crer que esta palavra, no sentido de acessório de parafuso, tivesse tido a forma **torca*, paralelamente ao espanhol *tuerca*.

«Sendo assim, como explicar a passagem para *porca*? Salvo melhor juízo, assim: — o aparelho genital do porco, animal, tem a aparência de um parafuso ou saca-rolhas; como o referido acessório do parafuso tem um buraco onde este penetra, o povo teria feito aqui uma comparação fácil, para mais auxiliada pela fonética: *torca* > *porca*.

«Comparações destas são vulgares: na linguagem dos carpinteiros, por ex., certo tipo de verruma é chamada *piça de porco*».

Para mim, pois, a forma portuguesa *porca* (do parafuso) resultava em 1937 de um **torca* por etimologia popular. Esta hipótese, hoje já a não perfilho. Por motivo, que adiante exporei, hoje inclino-me a que nunca houve em português a forma **torca*; a que o significado de «acessório do parafuso» resultou de uma metáfora directa, tal como dizia já Körting em 1901 na 2.^a ed. do *Lateinisch-*

-*Romanisches Wörterbuch* (não pude ver a 1.^a ed.); e a que, pelo contrário, a forma castelhana *tuerca* é que resulta de *puerca* por etimologia popular, pela influência analógica de *torcer*. É esta no fundo a opinião de Gröber (in: ALL VI, 127 nota) e Meyer-Lübke REW 6656 (diferente sob 8799), contra o que dizem Körting 7315, a Academia Espanhola e Antenor Nascentes.

A respeito da forma cast. *puerca*, creio que a Academia Espanhola se equivocou na sua definição. Com efeito, dessa definição «Pieza del pernio e gozne en que está el anillo», deduz-se que a *puerca* é o espigão-eixo da dobradiça (pernio e gozne), isto é, o macho, o que contraria o fundamento da comparação, e requeria a forma masculina *puerco*, e não a feminina *puerca*.

Perguntei a vários espanhóis residentes em Salamanca se conheciam a acepção do vocábulo *puerca* de certa parte da dobradiça. Ninguém sabia, incluindo um carpinteiro e um empregado de uma casa de ferragens.

Este último deu-me as seguintes informações elucidativas: ao espigão-eixo da dobradiça chamam «el macho o espárrago»; à parte oca, em que se introduz esse espigão-eixo, «la hembra»; à rodela, que se mete no espigão-eixo, para separar o «macho» da «hembra», «arandela» ou «anillo».

As designações *macho* e *fêmea*, muito elucidativas para o problema, de que estou tratando, da origem metafórica da forma *porca*, aplicada ao acessório do parafuso, são também usadas em português: na linguagem dos carpinteiros existe a expressão *macha-fêmea* para designar o sistema de junção, por encaixe de uma na outra, das tábuas de um soalho, do tampo de uma mesa, etc. Na costura também há os *machos*, designação que se baseia no mesmo metaforismo.

Como se verá no decurso deste trabalho, igual metaforismo se encontra em outras línguas.

Na sua *Gram. Hist.*, § 72, I, a), Menéndez Pidal diz o seguinte: «Equivalencia acústica de las oclusivas. a) Las oclusivas sordas se confunden mucho en el lenguaje infantil. El niño aprende antes las labiales o dentales que las velares (por la articulación de aquellas las percibe a la vez con la vista y el oído), y trueca el punto articulatorio, poniendo *p* por *k*, *pacharro*, *parretera* (isto é, em vez de: *cacharro*, *carretera*). En el lenguaje de los adultos la oclusiva sorda se equivoca rara vez, pues la mayor fuerza articulatoria que exigen las hace más inconfundibles; son raros los ejemplos como *puerca*, «anillo del pernio», que es sin duda una variante de *tuerca*».

Estas palavras de Menéndez Pidal contêm dois pontos, que particularmente interessam ao assunto, que estou tratando :

a) — Menéndez Pidal corrige, segundo creio, o equívoco, a que acima me refiro, da Academia Espanhola : a *puerca* é o «anillo de Pernio», e não o «espigão-eixo». Isto assim compreende-se : o «anillo» é uma *fêmea*, e o nome *puerca* é feminino, e o paralelismo com a *porca* (port.), a *écrou* (fr.), e a *scrofola* (it.), não pedia outra coisa ;

b) — Menéndez Pidal atribui a passagem de *tuerca* para *puerca* a um fenómeno fonético, a uma troca de *t* por *p*, por «equivalencia acústica de las oclusivas». Pelo que deixo atrás dito se vê que o meu critério diverge do do grande mestre da Filologia Espanhola : para mim a troca de *tuerca* por *puerca*, supondo que ela se deu, não é um caso fonético, mas lexical : *tuerca* não teria passado para *puerca* por confusão do *t* com o *p*, mas por etimologia popular, por uma metáfora, «par une comparaison vulgaire», como diria Bloch.

Isto na suposição de que se deu essa troca. Tal suposição, porém, parece-me improvável. Estou convencido de que não foi da forma *tuerca* que surgiu *puerca*, como diz Menéndez Pidal, e como eu pensava em 1937, mas o contrário : da forma *puerca* é que proveio, por etimologia popular, a forma *tuerca*.

*

A hipótese de que o significado de acessório do parafuso atribuído à forma *porca* (animal) provém da citada metáfora obscena, creio que é corroborada pelos seguintes factos :

a) — o paralelismo das formas : *porca* (port.) ; *puerca* (cast.) ; *écrou* (fr.) ; *scrofola* (it.) ; *screw* (ingl.) ; *Schraube* (al.) ;

b) — provavelmente as formas : *verruma* (port.) ; *barrena* (cast.) ; *barrina* (cat.) ; *verrina* (it.) ; *verin* (fr.) ;

c) — também provavelmente as formas : *cróia* (port.) ; *troia* (it.) ; *truie* (fr.) ;

d) — também provavelmente as formas : *ferrolho* (port.) ; *cerrojo* (cast.) ; *forrellat* (cat.) ; *verrou* (fr.) ; *verroth* (prov.).

*

A propósito da forma francesa, diz Bloch : *Écrou*, I. «pièce de bois ou de métal, dans lequel on introduit une vis». — D'abord *escroue*, féminin, fin du xiv^e siècle, encore usité au xvii^e siècle. — Latin *scrōfa* «truie», qui a pris le sens d'*écrou* par une comparaison vulgaire, cf. l'italien du sud *scrofula* «écrou» et l'espagnol

puerca «truie» et «écrou», voir *vérin*. — Rare en dehors du français; quelques patois méridionaux du Sud-Ouest ont une forme féminine *escroubo* qui vient du français. Le moyen haut allemand *schrübe* (d'où l'allemand moderne *Schraube*), sans étymologie en germanique est proposé parfois à tort comme le mot d'où viendrait le français, alors qu'au contraire il en est issu.

Webster e Skeat atribuem origem francesa à forma inglesa *screw*.

É de notar que no inglês e no alemão as formas *screw* e *Schraube* não significam a *porca do parafuso*, mas o *parafuso*. Para indicar a *porca*, o inglês e o alemão têm de especificar, dizendo: *internal* or *female screw* (em oposição a *external* or *male screw*); e *Schraubmutter*.

*

Outra hipótese se poderia sugerir para explicar as formas *porca* (port.) e *puerca* (cast.), que é a forma latina *porca* no sentido de «parte saliente dos sulcos».

Ernout dá-nos: «*porca*, -ae f.; -ae appellantur rari sulci, qui ducuntur aquae derivandae gratia, dicti quod porcent, i. e. prohibent aquam frumentis nocere (étymol. popul.); nam crebriores sulci limi uocantur, Fest. 244, 6; désigne aussi la partie proéminente du sillon, par opposition à *lira*; cfr. CGL V 576,37, *porca*, quod constat in arando; quod defusum est, *lira*; et P. F., 274, 19, *porcas*, quae inter duos sulcos fiunt, ait Varro dici quod porrigant frumentum (autre étym. pop.). En Espagne, le mot s'appliquait à une mesure de terre, d'après Colum. 5,1,5. — Mot technique conservé en ital., catal., esp., et, avec un suffixe de dérivation, en roumain, M. L. 6657, *porca*. ...».

Relacionado com esta forma latina é provável que estejam as portuguesas *alporcas*, *alporcar*, e *alporque*, sobre as quais me abstenho de dissertar neste momento.

Se bem que o interior da *porca* (do parafuso) seja caracterizado por sulcos, não creio que a nossa forma tenha provindo da citada latina: o paralelo do francês e do italiano, que foram buscar as suas formas a outra latina, que designa a *porca*, animal, não é factor que se despreze.

3 — **Verruma**. — Antes de mais nada, oiçamos alguns tratadistas:

Antenor Nascentes, *Dic.*: «A. Coelho diz que se aponta o it. *verrina* e o ár. *barrina* como origem. Figueiredo deriva, com dúvida, do ár. *berrima*. Engelmann tirou do ár. *barrima*. M. Lübke, REW,

960, 9261, entende que resulta do cruzamento do lat. *verruina* com o ár. *barimah*. Cornu, *Port. Spr.*, §§ 113 e 188, deriva do lat. *verrubiu*. O esp. tem *barrena*, o it. *verrina*.

Meyer-Lübke disserta assim:

«960: — *barimah* (arab.) «Bohrer». Pg. *verruma* Diez 340, vgl. 9586».

«9261: (*veruina* 1. «Spiess», 2. «Bohrer»), 2. It. *verrina* «Hohlbohrer», log. *berrina*, *barrina*, auch «Drehkrankheit», «qualender Gedanke», «Besorgnis» Guarnerio, *KrJber*, 2, 107; Wagner 111, südfz. *verrina*, kat. *barrina*, sp. *barrena*. — + arab. *barimah* 960: pg. *verruma*. — Ablt.: it. *verrino* «Löcherpilz», ...».

Bloch diz: «*Vérin*», terme technique, «sorte de levier formé d'une vis et deux écrous», 1556 (écrit *verain*) — Paraît venir de la région picarde où il désigne encore une vis en fer ou en bois; c'est un dérivé de ver «verrat», voir *verrat*; cette désignation est due à une comparaison vulgaire, cf. italien *verrina* «machine à forer», *vericelle* «vérin», dérivé de *verre* «verrat» et *écrouit*, I».

O caso não me parece claro. Contudo não me repugna aceitar a hipótese de que no radical de *verres* (porco) assentam as formas *verruma* (port.), *barrena* (cast.), *verrina* (it.), *vérin* (fr.), hipótese, que aliás Bloch aceita para as formas francesa e italiana. O fundamento desta suposição é o mesmo metaforismo indicado em *porca*.

4 — **Cróia.** — Antenor Nascentes diz: «Talvez seja uma forma correspondente a *coíra* (ou *coíro*), para evitar o emprego desta palavra, que se usa no mesmo sentido. Cfr. a palavra *curta*, com que se procura evitar o emprego de uma palavra obscena». Júlio Moreira, *Estudos*, II, 218. Cortesão tira, com dúvida, de *Cláudia*, e manda comparar *Cláudio* — *Croio*: *Sancto Croio de Regalados* (Inquisitiones, p. 23)».

Júlio Moreira (II, 218) diz: «*Cróia*. Termo popular e injurioso, que designa uma mulher de maus costumes: «Pagava vinho ao Alho e mais à *cróia* da filha». Br. de Pr., pág. 79; — «Que a tal *cróia* havia de dar cabo dele». Ibid., pág. 247. «Uma *cróia* velha com muita experiência sublinhada». *Corja*, pág. 1. Talvez seja uma forma correspondente a *coíra* (ou *coíro*). ...».

Cortesão diz: «*Croia*. Ex.: Uma *croia* velha com muita experiência sublinhada. (Cam., *A Corja*, p. 135). — Isto de mulheres nesta aldeia são todas umas *cróias* (Id., *Eus. Mac.*, p. 62). De *Cláudia*? Cf. *Croio* < *Claudio*.

A hipótese de Júlio Moreira é engenhosa, mas não é inverosímil; parece-nos forçada mas não disparatada.

A de Cortesão também não é disparatada, mas também me parece forçada. Foneticamente, não é impossível que de *Claudia* ou, talvez melhor, de *Clodia* se tivesse passado a *Croia*. Cf. o esp. *San Cloyo*, citado por Menéndez Pidal, *Gram. Hist.*, § 53,3). A parte semântica é que carece de justificação histórica.

Considerando que o porco e a porca serviram já de termo de comparação aos antigos em muitas coisas de carácter genésico; considerando que há no italiano *troia* (<> fr. *truie*), que designa *porca* no sentido próprio, e *mêretriz* no figurado; considerando que a comparação da meretriz com as fêmeas de certos animais é tradicional em várias línguas, como *lupa* (lat., donde *lupanar*), *cadela* e *pêga* (port.), *poult* (fr.), etc., não será de crer que a forma portuguesa *cróia* seja uma alteração eufêmica de *tróia*?

É curiosa esta informação de Bluteau, *Suplemento*: «*Croya*. Cidade, Cabeça da Albânia, debaixo do domínio do Turco. Diz Volaterrano, que também foi chamada *Troya*. ...».

5 — **Ferrolho.** — Meyer-Lübke, REW, 9260, diz: «*Veruculum* «kleiner Spiess», «Riegel», 2. **verubulum*.

«1. Lucc. *verrochio* «Packstock», frz. *verrou*, prov. *verrollh*, sp. *berrojo*. — + *ferrum* 3262: piem. *frui*, piver. *fureg*, aast. *ferrougl*, hérém. *ferole*, prov. *feroll*, asp. *ferrojo*, pg. *ferrolho*. — + *serrare* 7767: sp. *cerrojo*. — Mit Suff. W.: sen. *verricchio*, apik. *vereil*, npik. *verel*. — Ablt.: tosk. *verchione*, *virchione*. — Rückbild.: kors. *ferkyu*, ... Die Bedeutung ist überall «Riegel»; venez. *verigola* (> friaul. *verigule*) «Bohrer». Auch tosk. *verrochio* «Olivenölpresse», sopeir. *forrolha* «Feuerschaufel»?».

A propósito da forma francesa, diz Bloch: «*Verrou*. D'abord *verrouil*, éliminé avant le xvii^e siècle par *verrou*, forme issue du pluriel, cf. de même *genou*, *pou*. — Latin populaire **verruculum*, altération de *veruculum* [...] (de *veru* «broches») d'après *ferrum* «fer», d'où aussi ancien provençal *verrollh*; ce croisement avec *fer* c'est renouvelé dans l'espagnol archaïque *herrojo* (aujourd'hui *cerrojo* d'après *cerrar* «serrer») et dans certains dialectes gallo-romans, cf. notamment le provençal moderne *ferrou*, etc.»

Cortesão, *Subsidios*, diz: «Meyer-L., 2.^o, p. 515 faz derivar *ferrolho* do lat. *veruclu*. Não será, porém, o verdadeiro étimo **ferruc'lu* (de *ferrum*)?».

Se não estou em erro, excepto Cortesão, todos crêem que a

família *ferrolho* (port.), *cerrojo* (cast.), *verrocchio* (luquês), *verrou* (fr.), saiu do tronco latino *veru*, espeto, por intermédio da forma diminutiva *veruculu*-. Para justificar o *-rr-*, em vez de *-r-*, vê-se a acção analógica de *ferro*.

Não sei se nos tempos, em que surgiram essas formas românicas, eram só de ferro ou predominavam de ferro os *ferrolhos*. A falta deste elemento histórico inibe-me de tirar certas conclusões, que outros me facilitam. Vejamo-los:

1.º — como explicar que a acção de *ferro* só se tivesse exercido na substituição do *-r-* por *-rr-*, e não também na do *v-* por *f-* nas formas *verrocchio* e *verrou* do luquês e do francês?

2.º — como explicar que a acção analógica de *ferro* se deixasse vencer pela de *cerrar* na forma castelhana?

Não será originário o *-rr-* da família? Não será lícito ver na forma e no modo de funcionar o ferrolho um caminho diferente para encontrar a origem da família?

Considerando a insegura probabilidade da citada acção analógica de *ferro*; considerando a fraca conexão semântica entre *veru* (espêto) o *ferrolho* (certo tipo de fechadura); considerando a forma e o modo de funcionar do ferrolho (em geral uma barra cilíndrica de ferro ou de madeira, que se move em movimento de vai-vem dentro de dois ou mais orifícios, quando fecha e abre a porta); considerando o metaforismo referido nos artigos *Porca* e *Verruma*, não repugna aceitar que todas estas formas são aparentadas, e que esse parentesco lhe é dado por uma ascendência comum, directa ou indirecta, que é o lat. *verres*, porco (animal).

É notável a opinião de Menéndez Pidal expressa de modo firme nestas palavras: «Casos de *rr* inexplicada: *veruculu* > *berrojo* *cerrojo*...» (*Gram. Hist.*, § 46,2).

Menéndez Pidal aceita que o étimo remoto é *veruculum*, mas considera no § citado *inexplicado* o aparecimento do *-rr-* em *berrojo*, *cerrojo*. Contudo, no § 70,1, já não considera o fenómeno *inexplicado*, pois que diz: «... Del latín *veruculum* se dijo en fr. *verrou*, y en esp. ant. y dialectal, *berrojo*; pero como esta palabra designaba un instrumento para *cerrar* las puertas, se pronunció *cerrojo*, o, pues se hace de *hierro*, se dijo en cast. ant. *ferrojo*, port. *ferrolho*».

6 — **Verruga.** — Todos estão de acordo em que o lat. *verruca* é o étimo de *verruca* (port., cast., cat. e prov.), *verruca* (it.) e *verrue* (fr.).

Donde vem o lat. *verruca*? Ernout dá um tema hipotético **ursu-*, que significa a idéia de *cume*.

Por se tratar de um tema hipotético, e por não ver bem claro a relação entre a idéia de *cume* e a de *verruca*, atrevo-me a perguntar se a palavra *verruca* não será também um derivado de *verres*, porco.

À primeira vista, semânticamente, esta sugestão é absurda: que relação pode haver entre uma *verruca* e um *porco*? Na realidade isso é muito estranho, mas o facto é que há outros casos semelhantes. Vejamos:

- *escrófula*, certo tumor, de *scrofa*, porca;
- *écrouelle* (fr.), certo tumor, de **scrofella* < *scrofula*;
- *χρῆς*, certo tumor, de *χρῆς*, porco pequeno, leitão;
- *lobinho*, » » .

7 — **Barregã.** — Diz Antenor Nascentes: «Diez, *Dic.*, 431, aproximou *barregão* do nome de fazenda *barregana*; forte, resistente como a *barregana*. Cornu, *Port. Spr.*, § 129, sugeriu um lat. **pellacana*, do gr. *pallakê*, prostituta, aliás com difícil permuta de *ll* em *rr*. M. Lübke, REW, 941, rejeita ambas as etimologias, assim como o esp. *barraco*, homem grosseiro (*Zeitschrift für romanische Philologie*, XXX, 568, *Zeit. für rom. Phil.*, *Beihefte*, X, 102). Eguílaz dá o ár. *baleg*, adulto».

A Ac. Esp., a respeito da forma cast. *barragana* diz que vem de *barragán* «adj. ant. Esforzado, valiente. | 2. m. ant. Companheiro. | 3. ant. Mozo soltero. Ú. en *Sal.*». Não lhe atribui étimo algum.

Confesso que nenhuma das opiniões apresentadas me convence. Pergunto: não virá a palavra *barregã* do radical de *verres*, porco? Note-se que de *verres* há em português e em castelhano os seguintes derivados, embora de formação pouco clara:

- varrão (port.)
- varrasco (port.)
- berrão (port.)
- verracco (cast.)
- varracco (cast.).

Será demasiado arriscado admitir um adj. **verracana*, donde se teria passado a *berragãa* (cf. *berrão*) > *barragã* (pela acção do *r*) > *barregã* (por dissimilação)?

Bem sei que tal formação e tal evolução não é tão simples como isso.

R. DE SÁ NOGUEIRA

Recensões Críticas

BERTIL MALMBERG, *Système et Méthode. Trois études de linguistique générale*. (Vetenskapssocieteten i Lund Årsbok 1945). Lund 1945. 52 págs.

Partindo de vários trabalhos recentes (Rogger, Leander, Tesnière...), o Autor tenta marcar uma posição própria nas questões tão debatidas que, sob as designações de 'langue — parole', 'synchronie — diachronie', 'convenções linguísticas', representam as tendências da escola saussuriana, estruturalista (cf. este vol., págs 171 ss.). A filologia deve estudar a língua como um fenómeno histórico em evolução, tal como fez e faz a gramática histórica? Deve estudá-la na sua vida real, actual, como um sistema funcional, à maneira da estilística de Bally? Ou estes dois métodos apenas proporcionam dois aspectos diferentes do mesmo objecto, podendo e devendo, portanto, completar-se, para uma melhor compreensão do facto linguístico, como propõem von Wartburg, Bertoldi, e fazem indirectamente entender tantos autores de estudos fonéticos, morfológicos, onomasiológicos e sintácticos modernos? Malmberg opta pela segunda concepção: «Par sa nature, la langue est un système de signes, un système de valeurs: donc elle est déjà par définition synchronique. Par conséquent, si l'on veut étudier la langue de l'intérieur, pour ainsi dire [?], en la choisissant elle-même comme point de départ et avec une méthode qui est conforme au sujet étudié, il faudrait le faire selon la méthode synchronique, et uniquement selon celle-là... Dès que nous passons à regarder la langue comme quelque chose d'instable, qui change et qui évolue, nous appliquons un point de vue qui, au fond, est incompatible avec l'idée de la langue» (25-26). É, pois, a prioridade ou exclusividade do método sincrónico que o Autor, insatisfeito com os compromissos citados, preconiza. A definição de Bally: «Les langues changent sans cesse et ne peuvent fonctionner qu'en ne changeant pas. À chaque moment de leur existence, elles sont le produit d'un équilibre transitoire», é levada aqui até ao paradoxo: «Une langue qui évolue est en réalité une *contradictio in adjecto*, bien entendu si nous comprenons par langue un système dans le sens stricte de ce terme» (26), e: «Que les langues évoluent, personne ne le conteste» (27). Como se explica então que as línguas evoluam, e como se passa da primordial análise sincrónica para a diacrónica?

A primeira questão recebe uma resposta também em relação com as ideias de Bally: as línguas concretas são sistemas imperfeitos, «l'évolutif est quelque

chose qui n'existe que par suite de l'imperfection des systèmes linguistiques et grâce à des facteurs extérieurs» (26); «un système est toujours exposé à des influences de la part d'un autre et...», par conséquent, il ne se réalise que rarement à l'état pur» (40). Assim, o Autor descobre na fonética francesa dois sistemas diferentes dentro da mesma língua, «un système archaïque, dû aux forces conservatrices de la langue (l'orthographe, la tradition, l'enseignement, etc.), et un système nouveau, manifesté plutôt dans les tendances de la prononciation populaire et dans le vocabulaire de tous les jours» (41); «Ces différents systèmes s'influencent réciproquement» (42). Mas qual é a ligação e a filiação histórica entre os dois sistemas? Como é que se produz, em que consiste o fenómeno da evolução, a historicidade da língua? O Autor não responde a estas perguntas, limitando-se a postular, apesar das «influências mútuas», cujo alcance não se esclarece, a autonomia de todo sistema: «Le fait que ces différents systèmes existent à la même époque et au même endroit ne veut pas dire qu'ils soient des systèmes de transition, des systèmes limites. La limite entre l'un et l'autre est également nette partout et toujours» (42, cf. 49). O que vale para os sistemas dentro da mesma língua, valeria igualmente para os sistemas de linguas regional ou cronologicamente separadas (dialectos, fases evolutivas; 37, 39-40).

Passemos à segunda questão. Embora admitindo, na trilha de Bally etc., que o estudo diacrónico dum fenómeno isolado (som, forma morfológica, palavra, sintagma) não pode compreender a língua = sistema e que toda a evolução linguística deve encarar-se como transformação sistemológica, como modificação do sistema (e esta maneira de ver é absolutamente licita, mas tão subjectiva como outras), não encontramos aqui uma base nem sequer teórica para tal estudo diacrónico. Repete-se o que Saussure confessou ser para ele próprio um dilema. «La méthode synchronique peut être appliquée aussi bien pour des études de linguistique *historique* que pour les études purement *descriptives*» (29). Nada mais natural que isso. Mas não é assim, «dispensando-nos de discutir as causas e a natureza da evolução linguística» (29), que chegamos a uma compreensão histórica da língua. O próprio autor parece estar pouco à vontade com o seu paradoxo não reconciliado: «Que dans les cas concrets l'application de ce principe soit pénible, nous l'admettons plus que volontiers»; «Étant effectivement des langues mixtes, le français et l'italien ne se prêtent pas facilement à une analyse selon le précepte de l'école de Prague. Ce qui vaut pour ces deux langues, vaut aussi plus ou moins pour toute langue de culture et... dans un certain sens même pour les langues dites primitives» (49).

Este opúsculo não dá a impressão dum estudo suficientemente amadurecido. Com os seus pontos de partida polémicos, certa vaguidade de definições, e o carácter abstracto e aforístico das suas teorias, não chega ainda a abrir um panorama novo sobre o fértil dualismo criado por De Saussure. Mas merece o interesse do filólogo pelos temas que trata e pelas referências a uma série de obras linguísticas escandinavas publicadas nos últimos anos e pouco conhecidas aqui.

GEORG FRIEDERICI, *Amerikanistisches Wörterbuch*. (Universität Hamburg, Abhandlungen aus dem Gebiet der Auslandskunde, vol. 53). Hamburg 1947. 722 págs.

O Autor, que assinou em Julho de 1944 a Introdução (p. 1-32) deste livro composto há já vários anos, historiador conhecido sobretudo pela sua grande e discutida obra sobre o carácter dos descobrimentos e das conquistas europeias no Novo Mundo (1925-1936), já não viu a publicação do seu monumental Dicionário Americanista. Este sai com vinte anos de intervalo do seu útil *Hilfswörterbuch für den Amerikanisten* (1926), ampliando-o mais por uma vastíssima leitura pessoal da literatura histórica e de viagens relativa à América da época colonial (cf. os seus artigos em ZfSL 54, 1930, 175-187; 56, 1932, 32-43) do que pelos trabalhos sobre o americanismo nas línguas europeias aparecidos neste espaço de tempo como o de Loewe (cf. Friederici, ZfSL 58, 1934, 135-155), o de Palmer para o alemão (cf. Friederici, Gütt. gel. Anz. 1934, 433-455), o de König para o francês (1939).

O material lexicográfico apresentado integra-se em duas categorias: constituem a primeira — a grande maioria — as palavras das línguas indígenas americanas que entraram no vocabulário das nações colonizadoras (espanhol, português, francês, inglês, holandês) e de daqui passaram, em parte, ao léxico exótico comum às línguas europeias (e extra-europeias): a segunda é formada pelos vocábulos europeus (ou africanos) que no hemisfério americano tomaram um significado particular, próprio do seu novo ambiente, ou chegaram a ter ali uma importância e vitalidade desconhecidas nas línguas de origem. Longe de querer ser completo nos dois sectores, o Autor limita-se às palavras que têm uma difusão maior e, entre estas, àquelas para as quais a reunião das abonações na literatura americanista, sobretudo dos séculos xvr a xviii, oferece um interesse cultural e linguístico especial. Pode comparar-se assim, na bibliografia portuguesa, ao *Glossário Luso-Asiático* de Dalgado, com a diferença de que abrange as várias línguas do velho continente em lugar duma só. Mais um glossário que um dicionário propriamente dito, a obra póstuma de Friederici será uma obra de consulta indispensável para a futura lexicografia histórica e comparada das modernas línguas de cultura. Com os seus abundantes exemplos e citações, faz-nos ver ou entrever melhor do que os dicionários existentes (sobretudo para as línguas que não dispõem ainda de dicionários históricos) o ambiente e a época em que uma palavra passou dum hemisfério para o outro, as diferentes formas e acepções com que se introduziu neste ou naquele lado do oceano, e o caminho seguido de língua para língua depois da sua primeira transplantação. Para exemplificar: por uma dúzia de exemplos, de 1556 a 1659, acompanhamos o vocábulo port. *genipapo*, *genipapeiro* (*jenipapo*, *jenipapeiro*) na sua migração do tupi e guarani do Brasil para as ilhas francesas das Índias Ocidentais, ao passo que as abonações para *gaúcho* nos demonstram que esta palavra cigana, de origem peninsular, apenas surge na literatura sul-americana em meados do século passado (pág. 259).

Entre as línguas europeias que participam do material apresentado no glossário, o português ocupa, junto com o espanhol, um lugar de relevo por motivos que o Autor sublinha na introdução: se as duas nações ibéricas se dis-

tinguem fundamentalmente dos outros povos colonizadores, que tendem a eliminar os indígenas ou manter-se separados deles, a compenetração dos dois elementos étnicos é ainda maior na América portuguesa do que na espanhola; a vitalidade da 'língua geral' indígena em grande parte do Brasil até ao século XVIII só tem paralelos em reduzidos ambientes da América espanhola. É esta particularidade que explica tanto a maior influência das línguas autóctones sobre o português como, vice-versa, a do português no ambiente exótico. Dá-se no Brasil o mesmo que Crawford fez constar para o Oriente: «Among European languages the Portuguese alone has exerted any considerable influence... They came into direct contact with the natives of the country, and caused the effect of their religion and civil institutions to be practically felt» (Hist. of the Indian Archipelago, 1820, 119; cf. S. R. Dalgado, *Influência do Vocabulário Português em Línguas Asiáticas*, 1913).

Não sendo, em primeiro lugar, um livro dum linguista para linguistas, mas o dum historiador e americanista para historiadores e americanistas, é preciso caracterizarmos o seu valor e os seus limites filológicos. Uma peculiar importância linguística desta obra está na reunião de variantes abonadas que reflectem o processo de adaptação ao qual se submetem os americanismos na sua entrada no léxico europeu devido a oscilações fonéticas, etimologias populares, etc. (cp. a palavra tupi *cabureiba*, *cabreúba*, *cabureiba*, *cabure-hiba*, *cabureúba*, *cabureúba*, *coparé-uba*, *caburaiba*, *capreúba*). O mesmo cuidado dedica o Autor à explicação semântica, diferenciando as acepções (cp. *cabocio*), criticando opiniões erradas e esclarecendo dúvidas, sobretudo na terminologia botânica e zoológica (cp. *age*, *alco*). E são ainda sumamente úteis as referências a outras palavras sinónimas ou do mesmo sector vocabular que nos permitem ver a importação lexical num horizonte cultural e onomasiológico mais amplo (cp. s. v. *feitico*: buhiti, cariba, pajé, piaje, mohán, pauwau, xequé; s. v. *mandioca*: aipim, boniata, guacamote, kjére, macacheira, rumu, yuca).

Para a explicação histórica das palavras, o Autor limita-se à indicação da língua de origem, renunciando a dar «a etimologia, derivação gramatical ou outras considerações linguísticas» (80). Em certos casos, as suas observações sumárias, geralmente cautelosas e ponderadas (cp. *malagueta*, *malanga*), poderão ser precisadas e corrigidas com estudos especiais ainda não aproveitados (p. ex. para *crioulo* J. Brück, *Portugal-Festschrift Köln*, 1940, 90 ss.; para *garúa* J. Corominas, *RFH* 6, 1944, 1 ss.). Noutros, o filólogo emendará facilmente informações antiquadas ou demasiado gerais: *bacathuo* (68), de origem obscura, já não se considera vasquismo; *barrigudo* (81), aplicado a plantas ou animais brasileiros, é natural que venha da palavra portuguesa correspondente e idêntica à espanhola.

H. M.

CHARLES E. KANY, *American-Spanish Syntax*. Chicago, University of Chicago Press, 1945. XII, 463 págs.

Ainda são raras as obras tanto descritivas como históricas ou comparativas sobre a sintaxe das línguas ibero-românicas. É notável, por isso, o facto de a mesma casa editora publicar, poucos anos depois do compêndio de Keniston dedicado à sintaxe castelhana do século XVI (1937), este rico inventário dos fenómenos mais característicos da sintaxe hispano-americana.

Uma abundante leitura de obras literárias das repúblicas da América Central e Meridional de fala espanhola, da qual dá conta a extensa bibliografia (484-449), fornece a este trabalho uma base ampla, tanto no sentido geográfico como no que se refere ao material linguístico explorado. A indicação, diante de cada exemplo, do país de proveniência, faz-nos ver rapidamente que uma construção como o emprego de *ir* + inf. sem a preposição *a* se encontra em toda a América hispana (333-334), ou que outro fenómeno como a oscilação no uso do 'acusativo preposicional' (*he visto Roma, vi a la película*, pág. 2) se limita mais à linguagem popular de certas regiões.

É difícil, naturalmente, a delimitação entre a sintaxe hispano-americana e a sintaxe do espanhol peninsular. Longe de exagerar em geral a americanização do castelhano do ultramar ou os autoctonismos regionais, o Autor atribui à «ignorância dos dialectos peninsulares da Espanha ou da linguagem das repúblicas vizinhas» (pág. 12) a aplicação demasiado generosa daqueles princípios de explicação muito em voga no princípio deste século e um pouco em todos os tempos. Aproveita, portanto, da dialectologia e sintaxe espanholas e do método comparativo para fazer-nos ver, nas suas breves interpretações, relações históricas ou paralelismos de evolução. Com este princípio, costuma justificar a inclusão de muitas evoluções com que «parecem estar mais avançadas em Hispano-América do que em Espanha» ou «se encontram com menor frequência na Península que na América espanhola», conclusão que evidentemente tem amiúde o seu *quid* de duvidoso e até pode ser simplesmente devida à qualidade diferente das fontes literárias aproveitadas. O caso é mais claro, quando na América sobrevivem e se continuam construções que em Espanha têm carácter de arcaísmos ou de regionalismos, caso este muitas vezes difícil de averiguar pela escassez de trabalhos sobre a sintaxe dialectal espanhola.

De quando em quando o Autor tenta relacionar certos hábitos linguísticos com o «carácter espanhol». Assim as locuções perifrásticas *echar una mirada, dar una cortada* (verbo transitivo corrente + complemento directo em *-ada, -ida*) em lugar de *mirar, cortar* seriam «congenial to the Spanish temper and language, corresponding... to the desire to express action vivid and completed» (15); a maior difusão no ultramar reflectiria «the alertness, physical and mental, that characterized the colonists and settlers facing new problems in need of quick solving. Dynamic awareness and reaction to the strange environment in the New World probably seized upon this tendency inherent in the language and carried it far beyond the peninsular standard. On the other hand, the tempo of life in Spain had slackened greatly since the days of conquest, and speakers could easily dispense with an expression that no longer corresponded to psychological reality» (16). O emprego do advérbio *absolutamente* com sentido negativo (= 'de nenhuma maneira') estaria de acordo «com aquela particularidade do espanhol que atribui valor negativo a expressões originalmente positivas...» (268). Nos dois exemplos, trata-se de fenómenos que aparecem em todas as línguas mais ou menos afins à espanhola, especialmente na linguagem falada e familiar ou popular (como o Autor aliás nota no primeiro caso), não podendo, portanto, satisfazer as interpretações étnico-psicológicas na forma primitiva que o Autor lhes dá.

É relativamente rara, e geralmente discreta, apenas alusiva e um pouco vaga a explicação dos fenómenos por influência do substrato indígena: a «confusão» dos artigos definidos em certas regiões (*el mujer, la hombre*), por

exemplo, dever-se-ia «largamente» à falta do artigo nas línguas indianas (19; cf. Espinosa-Rosenblat, BDH 2, 1946, 107), como «possibly» o emprego mais usual do artigo com nomes próprios (23) para o qual se indicam várias outras origens possíveis. Não é de admirar que o carácter compilatório da obra proíba em tais casos o aprofundamento da filiação histórica que compete às monografias especiais.

Ao chamarmos inventário a esta valiosa publicação, quisemos dizer que não se trata duma sintaxe hispano-americana propriamente dita. É menos a explicação que a exemplificação, menos o aspecto funcional ou estilístico que o aspecto lexical das formas sintácticas que ocupa o Autor e constitui o centro da sua exposição. Parece-nos característica, a este respeito, a livre arquitectura do seu livro. Três capítulos, entre os doze, dedicados a locuções verbais ou adverbiais, um reservado ao *oseo*, afóra dois outros sobre os pronomes, a ordem alfabética adoptada nos quatro capítulos referentes aos advérbios, preposições, conjunções e interjeições, a ausência de certos problemas especificamente sintácticos, como a concordância, a ordem das palavras, etc., marcam um interesse e uma posição peculiar perante o tema e reforçam o seu carácter de suplemento à gramática do espanhol 'normal'. Algumas vezes o Autor confere a esta maneira de ver um acento excessivamente dogmático, como, por exemplo, quando fala no «superfluous *un*» na expressão popular chilena *de un todo* (= 'de todo', 29) ou no «superfluous *a*» em *él me mandó a llamar* (335), porque o artigo ou a preposição faltam no uso 'correcto' da língua.

Há ocasiões em que desejáramos a terminologia gramatical mais precisa: na já lembrada construção *echar una mirada* etc., os verbos transitivos *echar*, *fazer*, *dar*, serão «auxiliary verbs»? O título de parágrafo «Adjectives used as adverbs» (32) exprime uma separação pouco rígida das duas categorias gramaticais que influí na escolha e na interpretação do material; em *vivieron felices*, o adjectivo teria «both adjective and adverbial force»; segue então uma série de exemplos onde, por o sujeito estar no singular ou singular masculino (segundo o carácter uniforme ou biforme do qualificativo), é impossível verificar a categoria gramatical (*El maíz germina fácil; habla cortés; él cantaba fierísimo*).

Já por se tratar de tendências gerais das línguas, já por razões históricas que não podemos explicar aqui, a sintaxe hispano-americana é de grande interesse pelas numerosas analogias que oferece com a sintaxe portuguesa. Limitamo-nos a indicar alguns exemplos: a falta do acusativo preposicional já mencionada (*he visto Roma*, 2); a derivação de femininos em *-a* com substantivos anteriormente uniformes (*la presidenta...*, 5); a substituição do artigo do neutro por outras formas (6); o plural na indicação da hora (*¿qué horas son?*, 10); emprego do artigo com nomes próprios (22); a construção *estar a fazer* por *estar fazendo* (25, 344); o emprego condicional da preposição *a* (25); a substituição da forma *ciento* pela forma breve *cién* (31); a preferência pelo pretérito perfeito simples em lugar do perfeito composto (161); *absolutamente* como advérbio de negação (208); *ir + inf.* em vez de *ir a* (333-334), etc. Estas analogias e relações linguísticas luso-hispano-americanas são mais um motivo para os filólogos portugueses e brasileiros prestarem a devida atenção ao livro de Charles E. Kany.

